

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO
JOSÉ EDUARDO BRAGA

VEGÉCIO
COMPÊNDIO DA
ARTE MILITAR

(Página deixada propositadamente em branco)

VEGÉCIO
COMPÊNDIO DA
ARTE MILITAR

TRADUÇÃO DE
JOÃO GOUVEIA MONTEIRO E
JOSÉ EDUARDO BRAGA

ESTUDO INTRODUTÓRIO, COMENTÁRIOS E
NOTAS DE
JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

PREFÁCIO DE
MARIA HELENA DA ROCHA PEREIRA

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensauc@ci.uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

CONCEPÇÃO GRÁFICA

António Barros

PRÉ-IMPRESSÃO

Aldina de Almeida Santos

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

GC - Gráfica de Coimbra, Lda

ISBN

978-989-8074-87-4

ISBN Digital

978-989-26-0501-2

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0501-2>

DEPÓSITO LEGAL

294902/09

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE:



FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

© OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2004

Vegetius - Epitoma Rei Militaris.

Was originally published by arrangement with Oxford University Press

© MAIO 2009, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

À grata memória de Sir Peter Russell

(Página deixada propositadamente em branco)

Os historiadores apresentam-nos, do passado, sistemas excessivamente completos, séries de causas e efeitos exactos e claros de mais para terem sido alguma vez inteiramente verdadeiros; dispõem de novo esta dócil matéria morta, e eu sei que Alexandre escapará sempre mesmo a Plutarco. Os narradores, os autores de fábulas milésias, não fazem mais, como os carneiros, que pendurar no açougue pequenos bocados de carne apreciados pelas moscas. Adaptar-me-ia muito mal a um mundo sem livros; mas a realidade não está lá, porque eles a não contêm inteira.

Marguerite Yourcenar,
Memórias de Adriano

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	11
ESTUDO INTRODUTÓRIO	15
I. O EXÉRCITO ROMANO	15
1. A singularidade da máquina de guerra romana e as fontes para o seu estudo.....	15
2. O exército romano nos seus primórdios	23
3. A configuração geral do exército romano – o modelo de Augusto	29
<i>A Guarnição de Roma</i>	31
<i>O Exército das províncias</i>	33
<i>A Marinha</i>	36
4. Do recrutamento militar à reforma: uma vida (militar) bem preenchida	37
<i>A evolução do recrutamento</i>	37
<i>A condição militar</i>	40
<i>O treino militar</i>	44
5. O armamento ao serviço de um modelo táctico bem definido	46
<i>O armamento</i>	46
<i>O modelo táctico</i>	54
6 As principais etapas da evolução do exército imperial romano e o seu enquadramento estratégico	64
II. VEGÉCIO E A <i>EPITOMA REI MILITARIS</i>	87
1. O Autor	87
2. A obra	91
3. As fontes, o método de trabalho e os objectivos	99
4. A saga da <i>Epitoma</i> ao longo dos séculos.....	108
<i>A tradição manuscrita</i>	109

<i>Traduções e tradutores</i>	113
<i>Proprietários da Epitoma</i>	120
<i>Leitores e leituras – mil razões para conhecer Vegécio</i>	122
5. Vegécio em Portugal	133
III. APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO	149
IV. NOTAS DO ESTUDO INTRODUTÓRIO	153
COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR, DE FLÁVIO VEGÉCIO RENATO (VERSÃO BILINGUE).....	171
Livro I	173
Livro II	213
Livro III.....	253
Livro IV	333
NOTAS DA TRADUÇÃO	383
ANEXOS	489
I. ÍNDICE TEMÁTICO	491
II. TÁBUA CRONOLÓGICA.....	517
III. BIBLIOGRAFIA.....	525
IV. NOTAS DOS ANEXOS	531
MAPA	533

PREFÁCIO

Entre o séc. II a.C. e o séc. V d.C. sucederam-se os tratados latinos que é costume designar por escrita técnica e que abrangem diversas áreas do saber. Grande parte deles, porém, desapareceu. Prova disso é a obra do primeiro grande prosador, Catão-o-Antigo ou Catão-o-Censor, figura maior da política romana, grande opositor da entrada do helenismo e autor de numerosas obras, de que restam *De agricultura* e cerca de metade de *Origines*, além de fragmentos de muitas outras (entre as quais uma intitulada *De re militari*, da qual se conservam ao todo quinze citações). Do segundo grande nome, Varrão, sabe-se que escreveu 74 obras, num total de 620 livros, que iam da poesia à filosofia moral, à navegação, à agricultura, ao estudo da língua. É sobretudo destes últimos que hoje dispomos em grande parte: *De re rustica* e *De lingua latina*. Se prosseguíssemos nesta enumeração, cingindo-nos sempre aos principais nomes, poderíamos enumerar, já na época imperial, muitos outros, entre os quais Celso, Frontino e ainda Paterno. Se referimos só estes, é porque seleccionámos apenas aqueles que Vegécio, o autor estudado e traduzido neste livro que temos o gosto de apresentar, expressamente nomeia. Ao dizer isto, estamos, contudo, a omitir o Poeta latino por excelência, na que é considerada a mais perfeita das suas obras. Efectivamente, por três vezes, a *Epitoma rei militaris* se apoia na autoridade das *Geórgicas* de Vergílio, de que chega a transcrever alguns versos (para já não falar de uma breve alusão ao início da *Eneida*).

Porém, de todos os tratados técnicos sobre a instituição militar, nenhum atravessou incólume tantos séculos como o de Vegécio. Tem-se demonstrado o seu conhecimento por parte dos grandes transmissores do legado clássico, como Boécio e Cassiodoro, e – o que não é menos significativo – a divulgação pressuposta pelo elevado número de manuscritos medievais desta obra, que

já excede largamente as duas centenas. Além disso, na lista dos incunábulos figuram várias edições independentes da *Epitoma rei militaris*, desde a de Utrecht (c.1473-4) até à de Roma (1487). Outras se publicaram nos séculos seguintes, bem como traduções nas principais línguas modernas.

E aqui se inicia a discutida questão da atribuição da autoria da perdida versão quatrocentista em português ao Infante D. Pedro, aquele a quem Vasco Fernandes de Lucena escreveu que «entendeis o latim mui compridamente» e de quem Rui de Pina afirmou que «foi bem latinado e assaz místico em ciências e doutrinas de letras e dado muito ao estudo», precisamente no cap. 125 da *Crónica de D. Afonso V* em que, ao enumerar as suas obras, não se esqueceu desta.

O assunto está exposto com extrema clareza e objectividade no presente livro, pelo que não vamos demorar-nos nele. Se o referimos, é para acentuar que, estando perdida, até à data, a única versão fidedigna que se terá feito em português, esta agora assume particular importância pela seriedade, clareza e rigor com que se apresenta.

Essas qualidades avultam nas múltiplas notas que esclarecem o texto e não menos no extenso estudo introdutório que o precede. Aí se contextualiza o tema nos seus dois ângulos principais, ou seja, o exército romano e o tratado de Vegécio. Se, no primeiro destes campos, primordialmente ligado à história e expansão daquela que Ausónio chamou “primeira entre as cidades, morada dos deuses, a áurea Roma”, diversas e por vezes opostas teorias se entrecruzam com frequência, no segundo também se acumulam as dúvidas, a começar pelo nome do imperador destinatário da obra, e a terminar com a do autor medieval da primeira versão portuguesa, a que nos referimos acima. Uma terceira parte, muito mais breve, esclarece o leitor sobre o modo como o trabalho se originou, a partir do conselho de um grande especialista oxoniense da cultura portuguesa, o Prof. Peter Russell, que logo sugeriu que a edição fosse bilingue. Entretanto, o aparecimento de uma nova edição crítica de Vegécio pelo Prof. Michael Reeve na *Scriptorum Classicorum Bibliotheca Oxoniensis*, em 2004, proporcionou um texto de grande confiança, cujo uso o conhecido mestre de Cambridge facultou, uma vez assegurados os devidos trâmites legais.

Desnecessário será chamar a atenção do leitor para os complementos que podem – e devem – acompanhar um trabalho deste género: um índice temático, uma tábua cronológica e, naturalmente, a bibliografia.

Resultante da colaboração de um distinto latinista, o Dr. José Eduardo Braga, que soube vencer as dificuldades de um original em que predomina o uso dos imprescindíveis termos técnicos (embora frequentemente amenizado por cláusulas métricas) com um medievalista, o Doutor João Gouveia Monteiro, da Faculdade de Letras de Coimbra, de nome credenciado por numerosas e importantes publicações, em livros e em artigos, e que se tem notabilizado em especial na área da história militar (e sublinhe-se a série de lições proferidas na École Pratique des Hautes Études, em Paris, já editadas com o título *Quatre Études d'Histoire Militaire Médiévale Portugaise*) e na aplicação do seu saber na matéria na coordenação de um projecto de investigação interdisciplinar no campo de batalha de Aljubarrota, esta obra é rica de ensinamentos naquela ciência multimoda que, como há mais de vinte séculos a definiu Cícero no seu tratado *Do Orador*, continua a ser “testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado”.

Maria Helena da Rocha Pereira

(Página deixada propositadamente em branco)

ESTUDO INTRODUTÓRIO

I. O Exército Romano

1. A singularidade da máquina de guerra romana e as fontes para o seu estudo

Quando se estuda a civilização da Roma antiga, o primeiro aspecto que impressiona é a sua longevidade. Mais de mil anos de história (se apenas considerarmos o Império Romano do Ocidente), um caso único no nosso mundo¹. O segundo motivo de espanto é a imensidão do seu território: visto de poente para nascente, o Império Romano ia desde a Península Ibérica até à Capadócia e a Síria (fora as conquistas provisórias de Pompeu, de Corbulão, de Trajano, de Diocleciano, de Juliano e de outros na Arménia, na Assíria, na Mesopotâmia e no próprio Império Persa); visto de norte para sul, descia das Ilhas Britânicas até ao Norte de África (incluindo as Mauritânias, a Numídia, a Cirenaica e o Egipto).

Compreender como foi possível construir e manter durante tantos séculos um Império com estas dimensões é algo que nos conduz necessariamente ao estudo da máquina de guerra romana, talvez a mais eficiente e poderosa que alguma vez existiu à superfície da Terra. Cerca de 300 000 soldados² ao longo do Alto-Império (sécs. I e II e primeiras décadas do séc. III), à volta de 435 000 efectivos³ um pouco mais tarde – eis os recursos humanos com que o Império contou. Financeiramente, estima-se que, entre Augusto e Domiciano (27 a.C. a 96 d.C.), o exército pesasse anualmente no orçamento do Estado romano cerca de 64,75 milhões de denários (só para o pagamento dos soldos aos combatentes), uma cifra que ascenderia a 195 milhões de denários no período compreendido entre os principados de Caracala e de Diocleciano (211 a 305); valores bastante

altos quando comparados, p. ex., com o custo dos 84 procuradores do Império existentes ao tempo de Trajano, entre 98 e 117 d.C. (2,74 milhões de denários por ano) e que dizem bem como o exército era, a par da administração central e provincial, um dos três grandes pilares do Estado romano⁴.

No entanto, cremos que não se tratava só, nem sobretudo, de recursos humanos e financeiros. Para nós, o segredo do sucesso do exército romano (e do Estado que este construiu e defendeu até 476 d.C., se quisermos adoptar como referência a data tradicionalmente apontada para o termo do Império Romano do Ocidente⁵) está contido numa conjugação de seis factores principais:

- i) *o seu elevado grau de organização e disciplina*, fácil de ser observado em domínios como a gestão do abastecimento e do transporte de tropas (aquilo a que hoje chamaríamos de “logística”), a facilidade de construção de acampamentos, a coesão das colunas de marcha e das linhas de batalha, ou até, no período do Baixo-Império (meados do séc. III a finais do séc. V), o fabrico e distribuição de armamento;
- ii) *uma notável capacidade de adaptação*, bem comprovada pela adopção humilde e inteligente de armamento de outros povos (Gregos, Celtas, Iberos, povos orientais, etc.), pela capacidade de integração (sobretudo durante os últimos 200 anos) de tropas bárbaras, ou pela adopção de soluções tácticas próprias dos povos submetidos (*vide* os fundibulários das Ilhas Baleares, os arqueiros sírios ou a cavalaria couraçada oriental). Frise-se, no entanto, que – como observou Adrian Goldsworthy – os Romanos não copiaram a orgânica interna do exército, nem as funções dos comandantes: eles souberam manter até muito tarde a marca da sua especificidade, melhorando a prestação militar através da imitação de aspectos pontuais dos seus adversários, sem perda da identidade própria que era a melhor garantia de sucesso⁶;
- iii) *uma enorme persistência e determinação*, que viabilizaram a continuidade do esforço militar romano. Apesar da perda de direitos, dos castigos e dos riscos que a incorporação militar implicava, havia da parte dos cidadãos romanos uma grande disponibilidade para a guerra. O espírito militar passava de pais para filhos e alimentava uma grande coragem e uma tenacidade

invulgar. Mesmo quando tudo parecia perdido (p. ex., após o desastre de Canas, face a Aníbal Barca, em 216 a.C., mas também em determinados momentos das Guerras Samnitas, das guerras contra o rei Pirro ou das Guerras Macedônicas, que começaram, todas elas, mal para Roma), os Romanos recusavam-se a aceitar a derrota como veredicto final;

- iv) *uma visível impiedade*: perdoar não era a maior virtude dos Romanos... Eles olhavam a guerra como algo de definitivo, em princípio não pretendiam voltar a lutar contra os inimigos que já haviam derrotado, o que as destruições de Cartago, em 146 a.C., ou de Numância, em 133 a.C., ambas por Cipião Emiliano, bem documentam. Mesmo quando faziam a paz (a *pax Romana*), eles impunham-na de forma leonina;
- v) *uma flexibilidade táctica invulgar* e que se notou cedo (ainda no período central da República, entre os sécs. IV e II a.C.), com a passagem do modelo táctico, de certo modo rígido, da falange aos flexíveis manípulos (unidades de duas centúrias de 60 homens cada) e, depois, com a criação da legião de 10 coortes (a maioria delas composta por seis centúrias de 80 soldados). Outro bom exemplo é-nos dado pelo recurso frequente à *uexillatio*, um destacamento de tropas muitas vezes de composição mista (*i.e.*, composto a partir de várias unidades) e que ficava pontualmente afecto a uma tarefa específica, podendo actuar de forma independente⁷. Alguns dos maiores êxitos militares dos Romanos, como, p. ex., a decisiva vitória do cônsul Lúcio Emílio Paulo em Pidna, no ano 168 a.C., sobre o rei Perseu (na Terceira Guerra Macedônica), tiveram como causa a maior flexibilidade táctica dos Romanos⁸;
- vi) *um treino regular e intensivo*, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz e que funcionou como uma espécie de 'imagem de marca' do exército regular romano. Os Romanos acreditavam que as possibilidades de vitória aumentavam com um trabalho preparatório aturado, bem concebido e bem dirigido, e tiraram ótimos dividendos desse ponto de vista. Como veremos, Vegécio acentua com veemência a importância do treino militar, chegando mesmo a afirmar (no Livro II, cap. I) que o termo *exercitum* provém, justamente, de *exercitium*⁹...

Tentaremos agora recordar as fontes de que dispomos para estudar o exército romano. A principal distinção a fazer é entre as “fontes literárias” e as “fontes artísticas e arqueológicas”.

As fontes literárias são mais numerosas, mais claras e mais precisas no Baixo-Império, pois neste período os autores escreviam para quem nunca tinha pisado um campo de batalha e sentiam-se por isso na obrigação de fornecer ao leitor muito mais detalhes (veja-se, p. ex., o caso de Amiano Marcelino, escritor e oficial do exército de Juliano). Já na República ou no Alto-Império, os escritores eram muitas vezes aristocratas que escreviam para outros aristocratas, uns e outros com carreiras mistas, civis e militares, como no caso de César ou de Tácito (senador romano e genro do general Agrícola).

Os testemunhos literários são extremamente atraentes (e preciosos), mas apresentam diversas limitações: *a)* raramente indicam as fontes de informação; *b)* são geralmente escritos muito tempo depois dos acontecimentos a que se reportam (*vide*, p. ex., os relatos de Tito Lívio); *c)* os escritores optam, regra geral, por textos de leitura agradável e cheios de dramatismo (uma vez que a História era vista como um entretenimento), comprometendo com isso, não poucas vezes, a exactidão das suas descrições; *d)* muitos autores revelam bastante ignorância sobre as matérias militares¹⁰.

Podemos subdividir os autores que escreveram sobre o exército romano e as suas campanhas em três grandes grupos:

- i) *os generalistas*. Para o período da República, sobretudo Tito Lívio, Políbio, César, Apiano, Plutarco e Salústio. Para o Alto-Império, Tácito, Flávio Josefo, Díon Cássio e Suetónio. Para o Baixo-Império, Amiano Marcelino, Herodiano, João-o-Lídio, Teodoreto de Ciro, Zósimo e Aurélio Victor. Devemos sublinhar que só a partir da Segunda Guerra Púnica dispomos de verdadeiras histórias de Roma;
- ii) *os especialistas*: no Alto-Império, sobretudo Arriano, Frontino, Onesandro e Vitruvius (arquitectura e artilharia). No Baixo-Império, Eneias-o-Táctico (poliorcética), Vegécio e o autor anónimo do tratado *De rebus bellicis* (escrito no 3.º quartel do séc. IV);
- iii) *os historiadores dos povos bárbaros*: para além de Tácito, sobretudo Procópio, Jordanes e Gregório de Tours;

Devemos, depois, considerar as *fontes jurídicas*, como o célebre *Código Teodosiano* (429-438, ligado a Teodósio II), que para finalidades militares parece ser mais fecundo do que o *Digesto* (533) ou do que o *Código Justiniano* (534), que no entanto também são úteis para seguir a evolução do Direito e do exército.

Quanto aos autores bizantinos, convém sobretudo recordar o imperador Maurício (582-602), autor de um *Strategikon*, e Procópio, que serviu com o famoso general Belisário, em meados do séc. VI (durante as campanhas de Justiniano), para além de Nicéforo II Focas, co-imperador entre 963 e 969 e autor de um tratado sobre a guerrilha intitulado *De uexillatione*.

Outras fontes literárias devem ainda ser evocadas, em especial a *Historia Augusta* (de finais do séc. IV, provavelmente obra de um só autor e que é uma colecção de biografias de imperadores, de Adriano a Carino e Numeriano, *i.e.*, de 117 a 284), a *Notitia Dignitatum* (um manuscrito ilustrado dos finais do séc. IV, contendo listas de oficiais e de unidades militares com a indicação da respectiva localização) e até algumas *Vidas de Santos* (como, p. ex., a de Sulpício Severo).

Por fim, há as colecções de papiros, cada vez mais numerosas e que podem ser subdivididas em “literárias” e “documentais”. Só se conservaram nas regiões de clima seco (como no Egipto ou entre a guarnição romana de Dura-Europos, na Síria), mas são boas para estudar as estruturas da administração e do comando, a fiscalidade, a logística e a vida quotidiana. As mais famosas colecções de papiros são os “Arquivos de Abineu” (um dossiê deixado por um oficial) e os *Columbia papyri* (contendo documentos administrativos sobre impostos em géneros, para vestir soldados). A Mitthof (2001) se deve uma boa demonstração do aproveitamento destes fundos para a reconstituição da logística militar no Egipto¹¹.

No que diz respeito às “fontes artísticas e arqueológicas”, elas estão numa fase de grande afirmação, sendo certo que serão decisivas num futuro próximo. Incluem resultados de escavações, de fotografia aérea, de análise de sepulturas e de campos de batalha, etc. Podemos tentar subdividi-las em cinco grupos (deixando para uma segunda fase as de carácter epigráfico):

- i) *os monumentos ou memoriais funerários*: sepulturas figurando cavaleiros ou peões, geralmente agrupadas ao longo das estradas que partiam dos acampamentos, ou dispostas em coroa em volta da fortaleza (e mais tarde da aglomeração civil que a acompanhava). Note-se que os soldados romanos,

ao contrário dos gauleses, eram sepultados sem o seu *kit* pessoal de armas; e que é difícil saber se as representações correspondem à realidade ou se são antes um reflexo da imagem que o defunto queria deixar para a posteridade (por alguma razão elas estão muito mais associadas aos corpos de tropas auxiliares do que à elite dos legionários)¹²;

- ii *os monumentos ou memoriais particulares*: p. ex., o Arco de Constantino, em Roma; ou o Arco de Galero, em Salonica (celebrando a paz de Nisibe, imposta por Diocleciano aos Persas em 298);

- iii *as construções militares*, sejam elas “defesas lineares” (como a Muralha de Adriano, erguida na Grã-Bretanha na 1.^a metade do séc. I d.C.) ou “grandes monumentos”, como a extraordinária Coluna de Trajano (em Roma, construída em 113 d.C.): trata-se, neste caso, de um *uolumen* sobre o qual foi representado, através da escultura, um relato dos sucessos de Trajano na Dácia (101-106 d.C.); apresenta 29,78 m de altura, a que acresce uma base com 10,05 m (*vide* Rossi:1971). Um outro exemplo de grande monumento é a Coluna de Aureliano (esculpida em 180 d.C., também em Roma, mas hoje em pior estado de conservação), uma obra com 26,90 m de altura e alusiva às guerras de Marco Aurélio contra os Germanos e os Sármatas. Outro exemplo famoso é o Monumento de Adamclisi, um troféu de base circular, erguido na Roménia em comemoração de uma vitória de Trajano na Dácia. Neste tipo de fontes, há que acautelar as distorções que podem ter sido introduzidas pela interpretação dos artistas; repare-se, p. ex., nas diferenças entre a Coluna de Trajano e o Troféu de Adamclisi, alusivos ao mesmo tema genérico¹³...

- iv) *as esculturas*: p. ex., o friso dedicado a Emílio Paulo, em Delfos (após a vitória obtida em Pidna, em 168 a.C.); ou o altar de Domício Aenobarbo, datado de c. 100 a.C., com origem desconhecida e hoje guardado no Louvre, o qual descreve uma cerimónia religiosa oficial ligada ao deus Marte, com a inclusão de peões com cotas de malha e de um cavaleiro, todos equipados com capacetes de crista e com espadas embainhadas, para além de um escudo oval;

- v) *as peças de armamento*: espadas, cascos, etc. São relativamente raras, pois o soldado romano cuidava bem do seu *kit* pessoal. Além disso, é muitas vezes difícil distinguir entre os acampamentos dos legionários e os dos auxiliares. Curiosamente, muitas das armas que chegaram até hoje foram encontradas em turfeiras escandinavas (em especial na Jutlândia, hoje Dinamarca e, numa pequena parte, Alemanha). Foram investigadas desde o séc. XIX e são verdadeiros ‘cemitérios de armas’, assumindo a forma de objectos provavelmente atirados para áreas pantanosas ou águas pouco profundas como parte de uma cerimónia tribal ou no momento de fazer votos. Recuperaram-se já das turfeiras de Thorsberg, de Nydam, de Vimose e de Kragehul, entre outras, centenas de pontas de lanças, de espadas (muitas vezes completas, com correias de suspensão e cintos) e de arreios decorados; nem sempre é fácil distinguir as peças de manufactura romana das de origem germânica, mas são uma fonte insubstituível, tanto para um período precoce (c. séc. III a.C.) como para épocas posteriores.

Nesta secção, devemos ainda lembrar os achados feitos em leitos de rios, que constituem também uma fonte importante, uma vez que algumas peças grandes foram encontradas completas. Provêm de regiões de circulação de muitos viajantes (p. ex., do vale do Sona) ou de zonas próximas das fronteiras (p. ex., no Reno ou no Danúbio). De início, pensou-se que seriam perdas casuais, ocorridas durante a travessia de rios ou numa batalha, mas hoje sabe-se que não é bem assim: a maioria das espadas encontradas parece ter sido colocada inteira na água, com as suas bainhas, um costume documentado da Pré-História à Idade Média. Estes depósitos deviam, pois, corresponder a práticas religiosas ou mágicas que terão prosseguido mais tarde. Soldados romanos, quiçá de origem celta (dada a natureza dos depósitos), talvez observassem tais ritos: ao oferecerem o capacete ou a espada a uma divindade, estariam, p. ex., a pedir protecção para uma campanha futura¹⁴.

Aqui chegados, devemos realçar a importância do estudo dos campos de batalha para um melhor conhecimento do exército romano, apesar de Michel Feugère (grande especialista do armamento militar romano) ter notado nas últimas décadas algum arrefecimento no entusiasmo por esta área, em resultado de haver

muita mistura de achados com actividades agrícolas, material proveniente de várias épocas e um ainda escasso desenvolvimento da “arqueologia de campos de batalha”. O único campo de batalha com peças bem identificadas e estudadas é o de Haltern (Vestefália, actual Alemanha, datado da época de Augusto e relacionado com os acampamentos instalados por Druso-o-Jovem após o grande desastre de Varo no ano 9 d.C.). Já a base do *oppidum* de Alésia (vitória de Júlio César sobre Vercingetorixe, em 52 a.C.) suscita diversas interrogações (nomeadamente de datação) e evidencia ainda muitas lacunas; em todo o caso, já produziu resultados não despidiendos: segundo Feugère, 38 *pila*, 138 pontas e c. 139 extremidades de lanças ou dardos, 11 espadas ou bainhas de espadas, 5 punhais, 41 pontas de setas, 11 *stimuli* (estrepes, estacas pontiagudas que se enterravam dissimuladas para impedir a progressão dos adversários), 2 capacetes com as suas paragnátides (protecções de bochecha), 17 orlas de escudo, 11 *umbones* (bossas de escudo), 10 dardos de catapulta, 7 balas de pedra e 1 projectil de funda em chumbo. Muitas hipóteses são colocadas para a interpretação deste depósito, incluindo a de poder tratar-se de um troféu ou de estar relacionado com alguma prática religiosa, mas ele, pelo menos, testemunha o enorme potencial desta área de investigação, que decerto fará grandes progressos num futuro próximo¹⁵.

Prometemos atrás que, entre as “fontes artísticas e arqueológicas”, consideraríamos também as fontes de natureza epigráfica, as quais são às centenas de milhar (embora difíceis de datar), revelando-se especialmente boas para se conhecer algumas carreiras militares. Podemos dividir as fontes epigráficas em quatro secções principais:

- i) *os diplomas militares*: cópias certificadas (geralmente duas tábulas de bronze ligadas por um fio fixado por selos de sete testemunhos) concedendo a cidadania a soldados auxiliares (e aos seus filhos e às respectivas mães) no momento da desmobilização. São úteis para o estudo do recrutamento, dos veteranos de guerra, da composição do exército provincial, etc.;
- ii) *os epitáfios*;
- iii) *as dedicatórias*: “honoríficas” (*i.e.*, para celebrar o mérito de um mortal), “religiosas” (dirigidas a um ou mais deuses) ou “comemorativas” (destinadas à celebração de um acontecimento). Podiam ser individuais (ou seja,

requeridas por uma só pessoa) ou colectivas (em resultado da iniciativa de um grupo, p. ex., de um “colégio militar”). Não eram oficiais, mas sim privadas.

- iv) os “*ostraka*”: tabuinhas de madeira que dão a conhecer a vida quotidiana e pessoal dos soldados (p. ex., contas dos salários e das poupanças, despachos, listas de serviço, correspondência pessoal, etc.). São oriundas de *Vindolanda* (na Bretanha), de *Vindonissa* (Windisch, actual Suíça), de *Bu Njem* (na Tripolitânia, no Norte de África) e do *Mons Claudianus* (no Egipto)¹⁶.

No que toca às moedas, convém sobretudo realçar que houve lugar a numerosas emissões, muitas delas a exaltar as legiões e os imperadores. No séc. III d.C., existiam mesmo ateliês de cunhagem de moeda só para satisfazer as necessidades das tropas, o que mostra bem a concepção que o poder político romano tinha do exército e da guerra. Os “tesouros” compostos pela concentração de moedas ajudam os investigadores a seguir as invasões e a duração das ocupações¹⁷.

Resta dizer, se quisermos considerar uma categoria de “outro tipos de fontes arqueológicas”, que os ossos de animais ou os vestígios de vegetais fornecem por vezes ao historiador indicações importantes sobre a dieta alimentar a que os soldados romanos estavam sujeitos¹⁸.

2. O exército romano nos seus primórdios

Sabemos relativamente pouco sobre o que se passou antes das Guerras Púnicas, especialmente antes da Segunda (218-201 a.C.)¹⁹. Mas, de acordo com Michel Feugère, durante o tempo dos reis romanos (*i.e.*, até 509 a.C., data da expulsão de Tarquínio Soberbo, o último dos seis reis que se sucederam a Rómulo), não devia haver grandes diferenças militares entre Roma e os seus vizinhos²⁰.

Fundada, segundo a tradição (hoje em dia motivo de controvérsia), em 753 a.C., Roma foi durante séculos uma pequena comunidade (ou várias que acabaram por se fundir numa só) e a guerra que praticava tinha essa pequena escala: *raids*, roubos de gado e escaramuças ocasionais. Como explica Goldsworthy, os líderes eram, na sua maior parte, “chefes guerreiros nos moldes heróicos” que, “em muitos

aspectos, deveriam assemelhar-se aos heróis da *Iliada* de Homero, que combatiam para que o povo deles dissesse ‘ignominiosos não são os nossos reis que governam / a Lícia, eles que comem as gordas ovelhas e bebem / vinho selecto, doce como o mel, pois sua força é também / excelente, visto que combatem entre os dianteiros dos Lícios’²¹. Ao que presume também Goldsworthy, a transição para a República não terá modificado de imediato este género de liderança militar.

No séc. VI a.C., sabemos que Roma ficou sob a dominação dos Etruscos (reconstituição corrente mas redutora, que encobre a presença e o papel de outros povos). Mas, em finais do séc. VI, a cidade ajudou a fundar a Liga Latina (uma aliança de urbes latinas contra os Etruscos), a qual, com a ajuda dos Gregos que haviam colonizado a costa sul do *Latium*, acabaria por expulsar os Etruscos; em 396 a.C., dar-se-ia ainda a captura da cidade etrusca de Veios²². Segundo Feugère, em parte foi por influência dos Etruscos que o exército romano primitivo incorporou elementos gregos nas suas tácticas e equipamentos²³.

Em 280 a.C., Roma controlava já, totalmente, a Itália peninsular, depois de haver vencido os Samnitas (em três guerras: 343-341, 326-304 e 298-290 a.C.), os Úmbrios, os Etruscos e os Celtas do Adriático. Em inícios do séc. III a.C., Roma submetia também as colónias gregas da Península Itálica²⁴. Durante esta longa evolução, a escala das guerras de Roma (que revelava uma grande abertura aos estranhos à sua comunidade, rara no mundo antigo) foi crescendo.

Sob influência etrusca (mais até do que grega), os Romanos começaram a combater em formação cerrada – lembrando a falange hoplita, densa e pouco propícia a grandes destaques individuais. O infante hoplita usava um escudo redondo (chapeado a bronze, com c. 90 cm de diâmetro), estando também equipado com elmo, couraça e grevas, para além de uma lança muito comprida²⁵. A falange, originária do séc. VIII a.C., surgira na Grécia antiga, ao esboçar-se uma primitiva organização militar destinada a vingar durante cerca de cinco séculos; a falange evoluiria depois até à sua forma clássica antes da invasão da Pérsia por Alexandre Magno, c. 330 a.C..

Como explica Goldsworthy, “uma vez que os campos de batalha deixaram de ser dominados pelo escasso número de heróis e os confrontos passaram a ser decididos por muitas centenas, por vezes milhares, de hoplitas lutando ombro a ombro, alterou-se a balança política no seio da comunidade. Como antes os reis e chefes justificavam a sua proeminência na guerra, agora o grupo dos hoplitas requeria uma intervenção no Estado, em conformidade com o seu papel nos campos

de batalha”²⁶. Deste modo, com o tempo, os líderes militares tornaram-se também os líderes políticos, muitos deles provindo de “um pequeno grupo de famílias, na sua maioria descendentes da velha aristocracia guerreira, que na realidade não abdicou do poder. Depois de algumas experiências com diferentes sistemas de magistraturas, ficou estabelecida a prática de escolher por eleição dois cônsules, que funcionavam como a suprema magistratura da República”²⁷.

Convém, entretanto, explicitar que a habitual referência à legião-hoplita²⁸ tem um valor sobretudo indicativo, visando salientar as semelhanças de postura táctica entre Gregos e Romanos até ao aparecimento das unidades especificamente romanas dos “manípulos”. Aliás, as motivações político-ideológicas que funcionavam como pressuposto dos modos grego (período arcaico e clássico) e romano de fazer a guerra apresentam diferenças apreciáveis. Na verdade, a organização das tropas é um reflexo da maneira como a sociedade se encara a si mesma e, no mundo romano (onde a inserção definitiva dos plebeus na vida política só deve ter acontecido após a resolução dos conflitos sociais do séc. IV a.C., e mesmo assim através de magistraturas próprias), a luta ombro a ombro não ocorreu da mesma forma que no mundo helénico, pois Roma nunca assumiu a paridade entre aqueles que combatiam. Enquanto os Gregos lutavam ombro a ombro porque todos aceitavam o princípio da “isonomia” (fosse ela assegurada pela assembleia, como no caso de Atenas, ou pelo conselho, como sucedia em Esparta), os Romanos lutavam em linhas socialmente definidas e distintas, porque os patrícios não podiam, nos primeiros séculos da República, ser confundidos com os demais cidadãos. Por outras palavras, os Romanos lutavam por aquilo que pertencia a todos e não propriamente pelo princípio que a todos igualava.

Um bom indício do crescimento político-militar da República romana é que, em muitos anos, a guerra era já travada contra dois inimigos em simultâneo, através do sistema dos dois cônsules (eleitos na assembleia denominada *Comitia Centuriata*, onde os cidadãos votavam por grupos definidos pelas suas funções no exército). Esses dois cônsules tinham um *imperium* análogo, mas campos de acção independentes²⁹.

É interessante notar como o crescimento militar da República romana e a complexidade progressiva do sistema são atestados pela própria evolução da palavra *legio*: primeiro, o termo significou a totalidade da força reunida pela República em tempo de guerra; depois, só metade dessa força (50% para cada cônsul); e, mais tarde, passou a designar cada uma das subdivisões que foi preciso criar³⁰!

Segundo Feugère, foi com a formação das primeiras “legiões”, no séc. IV a.C., que os traços militares especificamente romanos se tornaram evidentes. O primeiro conceito militar adoptado pela República romana (sob influência das cidades gregas) terá sido desenhado para consolidar e reforçar o seu território: Roma começou por estabelecer um grupo de colónias à volta da cidade e, depois, a partir de 338 a.C., em território inimigo. Claro que esta política trazia em si os germes de um exército permanente³¹.

Convém, entretanto, explicar que, durante a Guerra do Peloponeso (Atenas *versus* Esparta e seus aliados, c. 431-405 a.C.), se registou uma evolução no modelo hoplita, cujas convenções de guerra foram sendo superadas. Muitos Estados gregos começaram a recorrer a mercenários profissionais, em lugar da falange recrutada entre todos os cidadãos com capacidade financeira para possuir o armamento hoplita. Os exércitos tornaram-se mais complexos, com diferentes tipos de infantaria (e, por vezes, também de cavalaria), desenvolvendo campanhas longas e que podiam envolver operações de cerco³².

Assim, o conceito ateniense do “soldado-cidadão” deu lugar a uma concepção de exército pensado para alcançar os objectivos que lhe eram atribuídos pela autoridade através do recurso a especialistas recrutados a todos os níveis. Veja-se, p. ex., o caso de Ciro-o-Jovem (c. 400 a.C.) quando combateu contra o seu irmão Artaxerxes: ele foi o primeiro a dar um sinal claro da importância que poderiam vir a adquirir os corpos de mercenários (ainda que a tentativa de usurpação de que os célebres “10 000 *misthophoroi*” fizeram parte, como corpo do exército persa, tenha acabado por fracassar). O séc. IV a.C. e o período helenístico assistiram, portanto, a um crescimento dramático do lugar ocupado pelos mercenários no processo de recrutamento militar, mau grado a proverbial pouca fiabilidade deste tipo de soldados³³.

Um outro desenvolvimento militar que, nesta breve evocação, não deve ser esquecido diz respeito ao papel tacticamente inovador desempenhado pela figura de Epaminondas, que liderou os Tebanos na batalha de Leuctras (em 371 a.C.) contra o exército de Esparta. Na verdade, Epaminondas garantiu a vitória sobre os Espartanos através do recurso a uma formação em az (ou linha de batalha) oblíqua, um conceito que, como veremos mais adiante, será também caro a Vegécio (Livro III, caps. XX e XXVI). O líder tebano inverteu as unidades de elite de uma lateral a outra, fazendo com que a tropa de elite dos seus adversários acabasse por colidir com a sua ala esquerda, composta pelo “batalhão sagrado”

tebano, cuja densidade fora reforçada através do aprofundamento das fileiras de modo a aumentar a sua capacidade de choque frontal. Enquanto isso, o resto da formação oblíqua tebana evitava a todo o custo o choque com os Espartanos, que iam sendo castigados pelas constantes investidas da cavalaria de apoio ao serviço de Epaminondas³⁴.

Pode dizer-se que, de certo modo, a figura de Epaminondas articula os desenvolvimentos táticos ocorridos no mundo grego no período posterior à Guerra do Peloponeso com o salto qualitativo que, em matéria de arte militar, seria protagonizado na Macedónia com a ascensão de Filipe II (o pai de Alexandre Magno). Com efeito, Filipe (rei entre 359 e 336 a.C.) assimilou os ensinamentos táticos de Leuctras e deu corpo a um exército mais eficiente, combinando infantaria e cavalaria (até à Guerra do Peloponeso a cavalaria não tinha sido regularmente utilizada) e apoiando-se mutuamente, com marchas rápidas para surpreender o adversário, capturando cidades quando necessário. Graças a isso, os exércitos de Filipe e de Alexandre (rei desde 336 a.C.) dominaram toda a Grécia (batalha de Queroneia, em 338 a.C., contra os confederados de Atenas e Tebas) e avançaram depois para leste, para a Pérsia e a Índia³⁵.

O confronto armado entre Roma e o moderno exército helenístico surgiria apenas em 280 a.C., quando Pirro, rei do Epiro, socorreu a cidade de Tarento (no Sul da Península Itálica), que estava em conflito com Roma. Resultaram inicialmente desse confronto derrotas romanas averbadas nas batalhas do Rio Siris (em 280 a.C.) e de Ásculo (em 279 a.C.), a que seguiria porém uma vitória decisiva obtida em Malvento (em 275 a.C.), graças à teimosa capacidade de resistência dos legionários³⁶.

Convém agora analisar como era composto o exército romano da República, entre os sécs. IV a.C. e II a.C.. Sinteticamente, podemos dizer que ele era recrutado entre todos os cidadãos do sexo masculino com propriedade suficiente para se equiparem para a guerra. Os mais ricos ficavam na cavalaria (tinham cavalo, loriga e armas). O núcleo duro do exército era constituído pela infantaria pesada, sendo a maioria dos seus efectivos pequenos proprietários rurais. Quanto aos mais pobres, formavam a infantaria ligeira (sem loriga), ou eram remadores na marinha. Em cada legião havia 300 cavaleiros, 3000 homens na infantaria pesada e 1200 na infantaria ligeira (os *velites*, escolhidos entre os mais pobres e jovens³⁷). A infantaria pesada era depois dividida em três linhas, com base na idade e na experiência militar: a primeira linha reunia 1200 *bastati*; a segunda linha 1200 *principes*; e a terceira linha juntava 600 *triarii*³⁸.

Quanto ao sistema romano dos flexíveis manípulos, a que fizemos referência no ponto anterior, segundo Peter Connoly, ele pode ter-se desenvolvido durante as longas guerras contra os Samnitas (343 a 290 a.C.), juntamente com o exército rápido e ligeiro. Porém, infelizmente, as fontes literárias não o esclarecem³⁹.

De acordo com Adrian Goldsworthy, é durante a 1.ª Guerra Púnica (264-241 a.C.) que podemos, pela primeira vez, formar uma imagem do comportamento em campo dos generais romanos: eles preocupavam-se mais com a direcção do exército do que com os seus feitos individuais. Aliás, já nas guerras contra o rei Pirro se adivinha os cônsules a moverem-se sobretudo na retaguarda, ao longo da linha, gerindo as tropas frescas (no início da batalha, metade a dois terços das tropas romanas ficava atrás da linha da frente) e aplicando-as quando fosse o momento e onde fosse necessário⁴⁰.

As três Guerras Púnicas (264-241, 218-201 e 149-146 a.C.) tiveram também o condão de obrigar Roma a repensar o seu sistema de recrutamento, pois as exigências pesadas da guerra sobre o Estado convidaram os cidadãos abastados a deixar os seus deveres cívicos de lado. Isso conduziria às reformas geralmente associadas ao cônsul Gaio Mário (157-86 a.C.), que – como explicaremos melhor mais adiante – fariam entrar o exército romano numa nova fase, evoluindo de uma milícia tradicional para uma força profissional ou, pelo menos, semi-profissional⁴¹.

Um último comentário sobre o belicismo e o famoso “expansionismo imperialista” romano. Como explica Michel Feugère, a guerra era uma componente essencial da vida de uma cidade ou de um Estado, tanto para os Atenenses como para os Romanos. Sabemos que uma sociedade imperialista usa a guerra como forma de afirmação da superioridade moral e técnica da sua cultura, e que em Roma também existia uma necessidade de expansão. Na *Ilíada*, a imagem da guerra é ocasionalmente a de um “conflito formalizado”, resolvido finalmente por um duelo simbólico entre dois heróis. Uma tal guerra reconhecia mais os valores comuns aos dois antagonistas do que as razões para um confronto. Só com Alexandre Magno é que a guerra se tornou no instrumento principal de uma política imperialista, a expressão normal das ambições de supremacia de um Estado sobre outro. Foi este o conceito que a República romana adoptou no séc. III a.C. para construir o seu território⁴².

No entanto, para Feugère, o espírito de conquista não era a única força motriz por detrás da actividade militar dos Romanos. Nos séculos centrais da República, o exército de Roma sentia ainda o sabor amargo das invasões da Cisalpina pelos

Celtas e pelos Gauleses no séc. IV a.C., acções essas que conduziram a represálias diversas por parte de Roma nos sécs. III e II a.C., envolvendo o massacre de um grande número de civis celtas e também de guerreiros. Talvez também por isso, a necessidade de conquistas nunca foi questionada até uma época tardia do Império Romano, e uma tal certeza moral foi sendo reforçada por uma confiança genuína na superioridade do exército romano e do seu equipamento. Em meados do séc. II a.C., o escritor grego Políbio, autor da melhor história da guerra romana para o período entre 264 e 146 a.C., ridiculariza os chefes gauleses que apareceram despidos nas linhas da frente, na batalha de Télamon (em 225 a.C.), assim como a qualidade das espadas desses guerreiros. Assim, ao longo do Império, muitas expedições militares terão tido como principal propósito mostrar aos bárbaros a convicção dos Romanos numa condição superior e “naturalmente imperialista” do seu próprio destino⁴³.

Por fim, vale a pena sublinhar o grande cuidado que os Romanos sempre tiveram com o seu exército e a consciência que dele tinham enquanto instrumento estratégico da afirmação e do crescimento do Estado romano: por exemplo, equipando as tropas com armas resistentes e eficazes, aptas a servirem uma estratégia de longo curso. Afinal de contas, era ao exército que cabia defender a honra de Roma⁴⁴!

3. A configuração geral do exército romano – o modelo de Augusto

Deve-se a Augusto (27 a.C. -14 d.C.) a criação do modelo do exército imperial romano, aproveitando a estrutura republicana que permitira a conquista de boa parte do mundo mediterrânico. O primeiro imperador romano soube rodear-se de bons conselheiros e generais, beneficiando da experiência da guerra civil que o opusera a Marco António. Augusto encontrou os melhores quadros no seio da sua família mais próxima (p. ex., o genro Agripa ou os enteados Tibério e Druso).

O exército de Augusto era muito hierarquizado, reunindo tropas de elite e tropas de primeira, de segunda e de terceira linhas. Em 27 a.C., tendo o Senado deliberado entregar-lhe o comando das tropas, Augusto decidiu colocar a grande maioria delas nas fronteiras, deixando apenas 5% nas proximidades de Roma⁴⁵.

Uma conhecida passagem de Tácito fornece-nos uma descrição preciosa da distribuição das forças militares de Tibério (o sucessor imediato de Augusto) em 23 d.C.:

- a *Península Itálica* estava protegida por duas frotas (uma estacionada em Miseno, outra em Ravena);
- o *litoral da Gália* era defendido pelos navios de guerra de que Augusto se tinha apoderado após a batalha naval de Áccio (em 31 a.C.), com boas tripulações;
- a força principal do exército, composta por 8 legiões, estava colocada nas *margens do Reno*, onde servia de reserva contra os Germanos e contra os Gauleses;
- a *Hispania* (recém-submetida) ficava por conta de 3 legiões;
- quanto às *Mauritânias*, o próprio rei Juba tinha-as recebido (como um presente do povo romano); as *outras partes da África* eram controladas por 2 legiões, enquanto outras 2 ocupavam o *Egipto*;
- a partir *das fronteiras da Síria, até ao Eufrates*, não havia senão 4 legiões para manter em respeito esse imenso território (assim como os povos limítrofes);
- a *margem do Danúbio* era defendida por 2 legiões estacionadas na Panónia (Hungria) e por 2 na Mésia (Bósnia-Sérvia-Bulgária);
- outras 2 legiões tinham sido instaladas na *Dalmácia* (Croácia) – perto da Península Itálica, para poderem ser chamadas em caso de perigo;
- *Roma* tinha os seus próprios soldados ‘residentes’, recrutados nas províncias da Etrúria e do Lácio, assim como nas colónias romanas de longa data;
- *pelas províncias*, e consoante as necessidades, tinham-se distribuído as “trirremes” (embarcações com três fiadas de remos) dos aliados, a cavalaria e a infantaria auxiliares, forças que Tácito não considera inferiores.

Como observa Le Bohec, esta passagem de Tácito “mostra a existência de uma marinha, de um exército das fronteiras composto por [25] legiões e por unidades auxiliares, e, enfim, de tropas estacionadas em Roma”⁴⁶. Vamos utilizá-lo como referência apresentando sucessivamente, de forma muito simplificada, a organização das tropas da “guarnição de Roma”, do “exército das províncias” (*i.e.*, as legiões e as tropas auxiliares) e da “marinha” durante o Alto-Império⁴⁷.

A Guarnição de Roma

A guarnição de Roma era composta por cerca de 10 000 homens, embora nem todos estacionados dentro da cidade. Podemos distinguir, no seu seio, quatro componentes principais:

- i) *as coortes pretorianas*: deve-se a Augusto a criação, em 27 ou 26 a.C., de uma guarda imperial – as nove coortes pretorianas, com origem na guarda dos magistrados da República. Destinados a garantir a segurança do soberano, os seus membros (necessariamente cidadãos romanos) eram recrutados entre os melhores soldados. Dado que vigiavam a vida pública em Roma, cumpriam também um papel político importante. As nove coortes pretorianas estavam às ordens de um (ou talvez de dois) prefeito(s) do pretório, personagens da categoria equestre e dependentes do imperador. Cada uma dessas coortes era enquadrada por um tribuno e por seis centuriões. As coortes pretorianas eram ditas *equitatae* por incluírem alguns cavaleiros (c.1/5 do total). Foram numeradas de I a IX e receberam como símbolo o escorpião.

Tibério instalou, em 23 d.C., as nove coortes pretorianas (e três coortes urbanas) em Roma, num acampamento de 440 m x 380 m, pelo que cada coorte pretoriana não deveria ter mais do que 500 soldados (*i.e.*, eram unidades “quingenárias”). O número das coortes pretorianas variou (chegaram a ser 16). Após o assassinato de Cómodo (em 192), os pretorianos puseram o império ‘em leilão’, entregando a púrpura a quem lhes pagasse melhor. Para os castigar, Septímio Severo (193-211) substituiu os rebeldes por soldados retirados das suas próprias legiões e organizou o novo pretório em unidades “miliárias”. Após a derrota da candidatura de Maxêncio (na batalha de Ponte Mílvia, em 312), as coortes pretorianas foram dissolvidas por Constantino I.

- ii) *as coortes urbanas*: trata-se de um corpo mais modesto, tanto pela função como pelo número de unidades. Foram criadas também por Augusto, c. 13 a.C., tendo sido organizadas segundo o mesmo modelo das coortes pretorianas. Eram igualmente restritas a cidadãos romanos. Fundaram-se

primeiro as três coortes urbanas de Roma, tendo-se depois acrescentado uma em Lyon e outra em Cartago. Cabia às três coortes urbanas de Roma assegurar a guarda da cidade. Ou seja, tinham um papel essencialmente policial, mas depressa se tornaram em unidades de elite. No séc. I, estavam sob as ordens do prefeito da cidade (de categoria senatorial), mas no séc. II passaram para a tutela dos prefeitos do pretório, dependendo mais do príncipe. Cada coorte urbana era enquadrada por um tribuno e por seis centuriões. Só se conhece um caso concreto de cavaleiro (em Cartago) incorporado nestas unidades. Devem ter tido um efectivo inicial de 500 homens, que Vitélio (durante a guerra civil de 68-69) aumentou até 1000, Vespasiano (69-79) reduziu para 500 e Septímio Severo (193-211) terá, talvez, subido até aos 1500. Em 23 d.C., foram instaladas no mesmo acampamento das coortes pretorianas, onde permaneceram até 270 (altura em que Aureliano as instalou num acampamento próprio); mas é possível que algumas das coortes urbanas tenham ocupado ‘postos de polícia’ espalhados pela cidade. A sua história é um pouco a da variação dos seus efectivos totais (chegaram a ser sete coortes). Durante o séc. IV, “perdem o seu papel militar e transformam-se em secções de empregados colocados ao serviço da administração”⁴⁸.

- iii) *as coortes de “vigias” (uigiles)*: em Roma, mesmo na cidade, havia ainda um corpo bastante mais humilde do que os anteriores – as sete coortes de vigias, criadas por Augusto em 6 d.C.. Tinham funções de polícia nocturna e de bombeiros. Cada uma era responsável por duas das 14 zonas em que estava dividida a cidade. Ocupavam “postos de urgência” um pouco por todo o lado, estando equipadas com lâmpadas para patrulha nocturna, mangueiras, baldes e vassouras. No início, não parece terem sido considerados como verdadeiros soldados, mas Ulpiano mostra que se militarizaram, o mais tardar nos inícios do séc. III. Hierarquia destas unidades: um *princeps* intercalado entre os simples centuriões e os sete tribunos (um por coorte); no topo, estava um cavaleiro: o “prefeito das vigias”. De início, estes sapadores-bombeiros eram recrutados nas camadas mais baixas da sociedade; em 24, Tibério outorgou a cidadania romana aos que perfizessem seis anos de serviço, tendo-se mais tarde reduzido este prazo para três anos.

- iv) *outras unidades da guarnição de Roma*: a) os “Germanos guardas do corpo” ou “Batavos”: 100 a 500 homens formando uma milícia privada criada por Augusto e militarizada por Calígula (37-41); b) 300 batedores (*speculatores*), que serviam também de guardas do corpo, sendo alojados no mesmo acampamento dos pretorianos; c) os *equites singulares Augusti* ou “cavalaria pessoal do imperador”: a guarda mais importante do príncipe, criada por Trajano com os restos dos “Germanos”; d) outros tipos possíveis de tropas em Roma: os “frumentários” (espões e correios entre o imperador e as legiões); os *statores Augusti* (policia militar); os *primipilares* (conselheiros do Estado-maior, recrutados entre antigos centuriões); os marinheiros (de Ravena ou de Miseno) fazendo de correios; e toda a espécie de militares de passagem entre duas guarnições, ou chamados a Roma por razões excepcionais.

Como observa Le Bohec, os imperadores do séc. I depressa esqueceram a prudência de Augusto, que não ousou instalar em Roma senão 5% dos soldados: “o novo regime era uma verdadeira monarquia que se apoiava no exército”⁴⁹!

O Exército das províncias

Se, politicamente, a guarnição de Roma era o núcleo mais importante do exército, já o aspecto militar e a expressão numérica davam a primazia às tropas de fronteira. Como sintetiza Le Bohec, “cada província que confinava com o mundo bárbaro via ser-lhe afectado um exército composto por uma ou por várias legiões com os seus auxiliares, ou unicamente por auxiliares”⁵⁰.

- *As Legiões*: representam uma elite. A legião-tipo tinha um pouco mais de 5000 homens, recrutados entre os cidadãos romanos e organizados em 10 coortes, cada qual com seis centúrias (o equivalente a três manípulos) de 80 homens (correspondentes a 10 *contubernia* de oito homens partilhando a mesma tenda). A 1.^a coorte tinha só cinco centúrias, mas com o dobro dos efectivos. A estes 5120 soldados de infantaria pesada, equipados com escudo, capacete, loriga, *gladius*, *pilum* e punhal, devemos acrescentar 120 cavaleiros (726 a partir de Galieno: 260-268) e, no início do Principado, um destacamento (*uexillum*) de veteranos.

Da base ao topo, o enquadramento das legiões comportava: 59 centuriões; um (ou mais) tribuno(s) de seis meses (*sexmenstris*), para comandar a cavalaria; cinco tribunos *angusticlauii* (com uma banda de púrpura estreita decorando o seu vestuário, indicando a pertença à ordem equestre), cada um dos quais responsável por duas coortes; um prefeito do acampamento; um tribuno dito *laticlauius* (com uma banda larga de púrpura na sua túnica, indicando a pertença à aristocracia senatorial); e um legado da legião, também proveniente da aristocracia senatorial e podendo ter acima dele (caso houvesse diversas legiões na mesma província) um legado do exército (o governador de província).

No caso das unidades instaladas no Egipto por Augusto e das que foram criadas por Septímio Severo, tiveram como comandantes os prefeitos equestres. Estes precedentes inspiraram Galieno (260-268), que suprimiria os cargos de comando reservados aos senadores e promoveria como cabeça da legião o antigo prefeito do acampamento.

Em função das necessidades, das derrotas e das revoltas, o número de legiões romanas variou: Augusto (que herdou enormes massas de soldados da guerra civil) reduziu o número de 60 para 18 legiões, fazendo-o depois subir até às 25. Haveria 28 a 33 legiões em 161 d.C. (data da ascensão de Marco Aurélio) e 33 legiões em 211 d.C. (à morte de Septímio Severo). A tendência foi para o aumento do número de legiões, mas acompanhado de uma redução dos seus efectivos, em busca de uma maior cobertura e mobilidade⁵¹.

Uma legião era auto-suficiente. Como observou Zienkiewicz, nas suas fileiras havia especialistas e artesãos de todos os tipos e também engenheiros e arquitectos capazes de criar a infra-estrutura física da nova província⁵². Cada legião era designada por um número e por um nome (p. ex.: *I Minerviana* ou *II Augusta*). Com o aparecimento do soldado 'profissional', as legiões foram-se tornando permanentes e ganharam cada vez mais identidade e tradição. Adrian Goldsworthy explica como Mário (c. 107 a.C.) ajudou a isso, dotando cada legião de um estandarte com uma águia de prata (até então, cada legião tinha cinco estandartes: uma águia, um touro, um cavalo, um lobo e um javali)⁵³.

- *Os Auxiliares*: as legiões nunca iam sozinhas, sendo sempre acompanhadas por “unidades de menor valor, que têm por função assisti-las, mas que podem ser empregues isoladamente”⁵⁴. Estes corpos auxiliares, recrutados entre a população não cidadã (sobretudo entre os habitantes bárbaros das áreas de fronteira do Império), tanto contavam com 500 como com 1000 homens. Hoje, duvida-se de que o número de “auxiliares” fosse sempre idêntico ao dos “legionários”: dependia das províncias fronteiriças e da facilidade em recrutar legionários. Os auxiliares (a quem, na hora da desmobilização, era outorgada a cidadania romana, transmissível a filhos e herdeiros) tinham um valor militar inferior, mas eram muito úteis na abertura das hostilidades, pois as suas baixas pesavam menos do que as dos legionários. Tanto as fontes literárias (p. ex., Tácito) como alguns documentos falam-nos em “*alas*”, em “*coortes*” e em “*numeri*” de auxiliares:

- as “*alas*” eram uma elite de cavaleiros, sendo divididas em 16 turmas sob comando de um prefeito (na versão “*quingenária*”), ou em 24 turmas sob comando de um tribuno (na versão “*miliária*”). O prefeito (ou o tribuno, quando a unidade era “*miliária*”), assistido por um sub-prefeito, pertencia à ordem equestre, tendo a coadjuvá-lo um decurião *princeps* e outros decuriões (à razão de um por turma).

- as “*coortes*” eram tropas de infantaria compostas por 6 centúrias (nas unidades “*quingenárias*”) ou por 10 centúrias (nas “*miliárias*”). Algumas tinham mais prestígio por serem recrutadas entre cidadãos romanos (por vezes na base do voluntariado). O enquadramento era feito por centuriões subordinados ao centurião *princeps* (ele mesmo sob as ordens de um prefeito, nas unidades “*quingenárias*”, ou de um tribuno, nas “*miliárias*” e nos corpos de cidadãos romanos). Algumas *coortes* de auxiliares eram chamadas *equitatae* ou “*mistas*” porque incluíam três ou seis turmas de cavaleiros.

- os “*numeri*”: em sentido amplo, correspondem às unidades que não eram, nem legionárias, nem “*alas*”, nem “*coortes*”; p. ex., a guarda do corpo dos legados imperiais (os *singulares legati*, uma reserva e uma escola de graduados, surgidos na época flávia: 69-96). Em sentido restrito, o termo

numerus aplica-se a uma tropa composta por soldados não romanos que conservaram as suas características étnicas (língua, uniforme, armamento, etc.). Apareceram só nos finais do séc. I ou nos inícios do séc. II. Os cavaleiros mouros de Lúcio Quieto podem ter servido de modelo. Havia uma grande diversidade no seio destas tropas. Yann Le Bohec avança uma explicação plausível para a origem dos *numeri*: “No início do Império, os povos submetidos forneciam homens às alas e às coortes; mas, pouco a pouco, atraídos pelos salários relativamente elevados, cidadãos romanos e indígenas romanizados encheram estas unidades; ora, como se pretendia utilizar os bárbaros, foi necessário criar em proveito deles alguma coisa de novo: os *numeri* são, no século II, aquilo que haviam sido no século I os outros auxiliares”⁵⁵.

A designação dos corpos de auxiliares seguia as mesmas regras da das legiões, assente em três elementos: o tipo, o número e um nome. Assim, temos, p. ex., a *cobors I Afrorum*. Convém também ressaltar que a organização dos “auxiliares” evoluiu muito durante o séc. III: cada vez se recorria mais a auxiliares e eles começaram a ser utilizados em massa e isoladamente. O ponto de partida pode ter sido a criação de um corpo de arqueiros osdroenos por Septímio Severo. Um pouco mais tarde, Alexandre Severo (222-235) valorizaria o modelo: cavaleiros couraçados (“catafractários”, *clibanarii*) e arqueiros foram recrutados na região osdroena mas também entre os Mouros e no seio dos Partos desertores. A seguir, o imperador Galieno (260-268) constituiria, com Dálmatas e com Mouros, uma reserva montada. E Aureliano (entre 270 e 275) confiaria mesmo a cada governador o seu próprio grupo de intervenção rápida (os *equites stablesiani*).

A Marinha

A marinha fez sempre figura de parente pobre do exército romano, mas a obra de M. Reddé (1986) veio reabilitá-la. A constituição de uma marinha permanente foi uma das primeiras preocupações de Octávio Augusto após a batalha de Áccio: desde 31 a.C., o primeiro imperador romano instalou a maior parte dos seus navios em Fréjus (na Gália Narbonense), para pouco depois os transferir para a Península Itálica, mais exactamente para Miseno (perto de Nápoles, na costa do

Mar Tirreno) e para Ravena (a sul de Veneza, na costa do Mar Adriático); o primeiro destes portos tinha como missão proteger o Mediterrâneo Ocidental, enquanto o outro vigiava o Mediterrâneo Oriental. Depois, foi atribuída a flotilhas diversas a missão de marcar a presença romana nos mares periféricos e nos grandes rios: frotas da Bretanha, da Germânia, da Panónia, da Mésia, do Ponto Euxino/Mar Negro, da Síria e de Alexandria.

O comando da esquadra itálica (incluindo Miseno e Ravena) era assegurado por um prefeito pertencente à ordem equestre, mas entendendo-se sempre que o almirante residente em Miseno estava acima do de Ravena; a partir de Nero (54-68), cada um deles era assistido por um sub-prefeito. A seguir, vinham o navarco (o chefe de esquadra) e o centurião (o capitão de um navio, assimilável ao trierarca – cada navio equivalendo a uma centúria). Quanto às frotas provinciais (ou flotilhas), eram comandadas por centuriões legionários destacados e por prefeitos equestres. A cidadania romana podia ser assegurada aos membros deste segmento do exército no termo do respectivo serviço.

Em síntese, no ano 23 d.C. (*i.e.*, a meio do principado de Tibério), o exército romano devia dispor de cerca de 300 000 homens, dos quais 10 000 integrados nas diversas unidades da “guarnição de Roma” (4500 dos quais na guarda pretoriana), 250 000 no “exército das províncias” (125 000 pertencentes às 25 legiões existentes à época e aproximadamente outros tantos às tropas auxiliares) e 40 000 na “marinha”. Como remata Le Bohec, eram muitos homens mas, ainda assim, demasiado escassos para uma fronteira tão grande! A solução passava pela garantia da qualidade, o que – para além da diversidade de tropas e da forte hierarquia interna – implicava um bom recrutamento e um treino regular, ou seja, uma vida militar muito intensa⁵⁶.

4. Do recrutamento militar à reforma: uma vida (militar) bem preenchida

A evolução do recrutamento

Até ao final do séc. II a.C., o exército romano era, como já vimos, recrutado entre todos os cidadãos romanos do sexo masculino que possuíssem propriedade suficiente para se equiparem para a guerra. Porém, a partir dessa época, perante a necessidade de mobilizar mais tropas para enfrentar os desafios militares crescentes,

sobreveio uma reforma, vulgarmente associada à acção do célebre cônsul Gaio Mário e datável dos últimos anos do séc. II a.C. (c. 107 a.C.). Esta reforma facultou o acesso dos mais pobres ao exército, que assim evoluiu progressivamente para uma força de tipo profissional (ou, pelo menos, semi-profissional). A partir desta altura, os legionários deixaram de encarar a militância no exército como uma obrigação que lhes impunha um interregno na sua vida normal, passando a assumir a participação nas forças armadas de Roma como uma carreira e até, como observa Adrian Goldsworthy, como – em muitos casos – um meio para escapar à pobreza⁵⁷.

Encerrava-se assim a fase do exército não permanente, em que as legiões eram desmobilizadas assim que o Senado entendia que já não eram precisas, para mais tarde voltarem a ser constituídas para servir novamente a República, com os mesmos homens (com idades compreendidas entre os 17 e os 45 ou 46 anos) a poderem ser incorporados de novo (até um máximo de 16 anos no total), mas prestando serviço noutras unidades, sob a liderança de outros comandantes. Nessa época recuada, a disciplina e a organização do exército republicano contrastavam com a sucessão de ciclos descontínuos de recrutamento-treino-desmobilização dos soldados, em que era necessário recomeçar tudo de novo de cada vez que a urgência militar da República o exigia. Pelo contrário, a partir de, *grosso modo*, o ano 100 a.C., as legiões tornam-se forças cada vez mais permanentes, as carreiras militares definem-se, prolongam-se e consolidam-se, e as unidades, agora estabilizadas quanto à sua composição e comando, vão ganhando identidade própria⁵⁸.

De acordo com a estimativa de Yann Le Bohec, em cada ano, durante o Alto-Império, havia necessidade de incorporar cerca de 18 000 novos recrutas (6000 legionários, 6000 auxiliares e 6000 homens para a guarnição de Roma e para a marinha). Nem sempre era fácil reunir este número, uma vez que havia um imperativo de qualidade que condicionava a escolha, para além de, como vimos, o acesso a certas unidades (legiões, guarda pretoriana e coortes urbanas) estar reservado, nesta época, aos portadores de cidadania romana. Em condições normais, começava por se fazer apelo aos voluntários, completando-se depois o processo – se necessário – recorrendo ao recrutamento de soldados ao abrigo do princípio do serviço militar obrigatório (que, ao menos em teoria, vigorou durante todo o Império). Em situações de emergência (como, p. ex., após o terrível desastre de Varo em Teutoburgwald, em 9 a.C., onde foram aniquiladas

três legiões romanas, seis coortes de infantaria auxiliar e três alas de cavalaria), podia recorrer-se à mobilização de veteranos⁵⁹.

Durante o Alto-Império, a operação de recrutamento militar, encarada com extrema responsabilidade, estava geralmente a cargo do governador da província e intitulava-se *dilectus*. A idade da incorporação situava-se entre os 18 e os 20/21 anos, embora se pudesse ir, excepcionalmente, até aos 30 anos. Os candidatos estavam sujeitos a uma junta médica (a *probatio*), que avaliava a sua condição física (robustez, sexo, visão, audição e estatura); mas tinham igualmente de revelar possuir algumas aptidões intelectuais, em especial dominar o latim (a língua do comando) e, pelo menos no caso de alguns deles, deviam também saber ler, escrever e contar (de modo a que algumas tarefas administrativas viessem a ficar bem entregues). Os cidadãos romanos eram encaminhados para as legiões e os não romanos para as tropas auxiliares (embora, em caso de extrema necessidade, pudesse ser atribuída *ad hoc* a cidadania romana a um bárbaro, de modo a poder alistá-lo de imediato como legionário). A posse de boas cartas de recomendação permitia colocações em postos mais elevados e os filhos dos notáveis tinham maiores possibilidades de se tornar centuriões. Depois do apuramento, seguia-se a inscrição nas listas, a marcação dos recrutas e, após quatro meses de treino, o juramento de bem servir pelos deuses e pelo imperador⁶⁰.

Ao longo do Baixo-Império, o recrutamento militar degradou-se, com a escolha cuidadosa dos melhores recrutas a dar progressivamente lugar a formas de recrutamento directo (p. ex., de tipo hereditário, ou em resultado da requisição pura e simples de desempregados e vagabundos por parte de uma autoridade civil ou militar) e indirecto (p. ex., com carácter parafiscal, em que cada proprietário fundiário era obrigado a indicar um ou mais recrutas de entre os seus homens). Esta evolução, visível desde Diocleciano (284-305), comprometeu a qualidade dos soldados e abriu o caminho à corrupção. Deixou de se escolher os melhores para se alistar aqueles que estavam disponíveis ou que a isso eram forçados pelos seus superiores; no séc. IV, Constantino I permitiria mesmo aos proprietários substituir o fornecimento dos recrutas por um pagamento em ouro (o *aurum tironicum*, ou “ouro dos recrutas”). Ao mesmo tempo, a integração cada vez maior de bárbaros no exército romano tornou-se numa necessidade, face à escassez de combatentes, apesar de leis como as de Valentiniano I (364-375) facilitarem as incorporações (p. ex., ao reduzir o mínimo de estatura exigido aos recrutas de 1,75 m para 1,65 m). O recrutamento em massa de soldados bárbaros (um mal menor nas

últimas centúrias do Império) permitia economizar sangue romano, reduzir os recursos humanos do inimigo e lidar melhor com as táticas próprias dos principais adversários de Roma; no entanto, também provava a limitada eficácia militar dos exércitos do Baixo-Império, desincentivava a disciplina e o treino regular e era bastante arriscada, dada a escassa devoção e fiabilidade dos bárbaros tornados aliados de Roma, um assunto que preocupou deveras Vegécio⁶¹.

A condição militar

A duração do serviço no exército romano era proporcional à posição ocupada pela unidade no conjunto da hierarquia militar. Na guarnição de Roma, durante o Alto-Império, os pretorianos serviam por 16 anos, os membros das coortes urbanas por 20 e os guardas do corpo por 27 a 29 anos. Entre os legionários, prestava-se serviço por 16 a 20 ou mesmo a 22 anos, mas conhecem-se exemplos de prolongamentos escandalosos, até aos 30 ou 40 anos de serviço; muitos autores falam, por isso, em legionários perfazendo geralmente carreiras de 25 anos (entre os 20 e os 45 anos de idade), situação que não devia ser rara no séc. II. Quanto aos auxiliares e à marinha, sabemos menos, mas parece que os primeiros cumpriam 25 anos de serviço no tempo de Augusto e 28 desde Caracala (211-217), enquanto os marinheiros faziam carreiras de 26 anos no início da era cristã e de 28 anos na 2.^a metade do séc. II. Trata-se de carreiras muito longas, duras e absorventes, ainda que não impedissem a vida privada dos soldados e a sua participação na vida económica e religiosa da província onde estavam colocados⁶².

Ao ser alistado, um recruta legionário podia receber dos pais um *viaticum* de três moedas de ouro ou de 75 denários e era colocado num posto, na legião onde deveria servir durante as duas décadas seguintes. No acampamento, partilhava uma tenda ou um barracão de cerca de quatro metros quadrados com outros sete companheiros de armas, formando com eles a unidade básica do *contubernium*. Até tarde, coube ao recruta fornecer o seu próprio equipamento militar, de acordo com padrões mínimos previamente definidos. Em contrapartida, tinha, desde a época republicana, direito a um soldo: 225 denários por ano, no final do reinado de Augusto (14 d.C.), elevado em 83, por Domiciano, para 300 denários (graças ao acréscimo de um quarto pagamento anual de 75 denários). Claro que o valor destes soldos era proporcional à categoria dos combatentes (oficial, centurião,

soldado) e até ao prestígio da unidade em que servia (guarda pretoriana, legião, tropas auxiliares, etc.). Os soldos dos militares eram relativamente elevados e, durante o Alto-Império, tinham a vantagem de ser bastante regulares. Isso tornava os combatentes em importantes consumidores de bens. No entanto, uma parte significativa do soldo era retida como forma de assegurar a manutenção do soldado e do seu *kit* de armas e também como poupança obrigatória, destinada a evitar gastos extravagantes e imediatos e a prevenir o futuro do legionário. Na hora da desmobilização, o veterano reavia esses depósitos obrigatórios e recebia também uma quantia em dinheiro (os *praemia militiae*) correspondente a mais de 10 anos de salário (3000 denários com Augusto, atingindo já 8250 denários em 211), ou o seu equivalente em terra numa colónia militar. De facto, após o licenciamento, muitos soldados optavam por se fixar nas proximidades do acampamento em que tinham servido e onde frequentemente tinham estabelecido laços familiares. Tentavam então, com as suas economias, garantir o sustento, por exemplo, na agricultura ou em qualquer actividade de natureza comercial, pelo que desempenharam um papel importante na vida económica da região. À sua morte, o legionário era cremado e sepultado (sem armas) num cemitério militar, beneficiando do “fundo funerário” para o qual contribuía ao longo da carreira⁶³.

A vida do soldado romano estava também sujeita a um enquadramento jurídico particular. Como explica Goldsworthy, “quando incorporados, os cidadãos submetiam-se de livre vontade a um sistema de disciplina extremamente severo, onde perdiam muitos dos seus direitos legais até serem desmobilizados”⁶⁴. As infracções cometidas nos acampamentos ou em combate eram severamente punidas, inclusive com a pena de morte. Coube ao imperador Adriano (117-138) impulsionar o direito militar, dando origem a regras jurídicas próprias do soldado que se implantaram ao longo dos sécs. II e III. Por exemplo, um soldado já casado no momento da incorporação via a sua união suspensa durante a vida militar, recuperando-a automaticamente na hora da desmobilização; quanto às esposas não romanas e às crianças nascidas durante o serviço militar, obtinham o estatuto do pai quando este terminava a vida militar (diz-se, por isso, que os soldados romanos engendravam cidadãos). Da mesma maneira, é interessante notar que um soldado romano capturado perdia o seu estatuto, pois o Estado deixava de o reconhecer como seu; no entanto, se recuperasse a liberdade (p. ex., através da fuga) reconquistava também os seus direitos⁶⁵.

Também o direito de fazer testamento foi regulamentado desde César, sendo confirmado por Augusto e reforçado por Adriano com regras próprias: os soldados faziam testamento como civis, escapando ao poder paterno e ficando isentos (desde 119) dos 5% de imposto sucessório; estabeleceu-se também a possibilidade do testamento oral, limitado por Caracala (211-217) aos soldados em campanha. Quanto ao direito a tomar esposa, ele foi interdito até Cláudio (41-54), sendo tolerado daí em diante até Septímio Severo (193-211), imperador que passou a admitir as uniões e que, desde 197, autorizou os soldados a viverem com as suas mulheres fora dos acampamentos⁶⁶. É curioso registar que, segundo a investigação aprofundada de Le Bohec para esse caso específico, a III Legião Augusta, colocada na Numídia, apresenta, para o séc. II, uma taxa de 58% de nupcialidade e uma taxa de fecundidade de 1,48 (tudo números em que os registos oficiais do tipo dos epitáfios devem pecar por defeito), para além de um índice de mortalidade situado entre os 45 e os 47 anos⁶⁷.

Os militares desempenharam também um papel social, cultural e religioso na vida das comunidades em que estavam integrados. Eles foram, antes de mais, instrumentos importantes de difusão da romanização e da língua latina por todo o Império. Segundo Le Bohec, de uma maneira geral, pelo menos durante o Alto-Império, o meio militar mostrou-se permeável à cultura literária; p. ex., no tempo de Augusto, os centuriões pagavam bem para os seus filhos irem à escola, e alguns militares davam aos seus filhos nomes recolhidos nos grandes autores latinos, em especial nos heróis de Virgílio. A nível municipal, os soldados e os veteranos cumpriram funções (de defesa ou de administração) muito importantes, tendo muitas *canabae* (nome dado aos *habitats* estabelecidos pelos militares retirados nas imediações dos acampamentos) evoluído para municípios ou colónias, com as inerentes repercussões a nível económico, cultural e religioso⁶⁸.

Em matéria de ócios, as preferências dos militares parecem ter sido menos favoráveis ao teatro e mais aos espectáculos brutais, do género dos combates de gladiadores (chegando a haver dois anfiteatros numa cidade com guarnição militar). Deve relevar-se também o gosto dos soldados pelos banhos, o que fazia com que todo o acampamento acabasse por ter umas termas no interior do recinto. Os soldados romanos mostravam ainda uma forte ligação afectiva à família, aos animais e à terra, comprovando, de acordo com Le Bohec, que o gosto pelas armas, a preocupação com os deuses, o Direito e o respeito pela terra eram os quatro elementos nucleares da romanidade, interagindo permanentemente⁶⁹.

Do ponto de vista religioso, há a destacar que, nos meios militares, a religião era sentida como uma obrigação mais colectiva do que individual, existindo também uma forte propensão para o sincretismo religioso, com o objectivo nítido de reforçar a eficácia das orações. Para os militares, a fórmula mais segura consistia em dirigirem-se “a todos os deuses e deusas”⁷⁰, p. ex., “a Júpiter óptimo máximo, a Juno, a Minerva, a Marte, a Vitória, a Hércules, à Fortuna, a Mercúrio, à Felicidade, à Saúde, aos Destinos, às divindades do terreno de exercício, a Silvano, a Apolo, a Diana, a Epona, às Mães *Suleviae* e ao Génio dos guardas do corpo do imperador...”⁷¹. Também é interessante notar que o sagrado assumia uma dimensão espacial: quando violavam o *limes* (p. ex., a Muralha de Adriano, na Bretanha), os bárbaros expunham-se à cólera dos deuses de Roma. O Império Romano estava, portanto, protegido por uma milícia celeste, como é próprio de um povo que se considerava a si mesmo como o mais piedoso do mundo e que ligava estreitamente a guerra (e as suas conquistas) à convicção religiosa⁷². Sabemos, aliás, que existiam desde a República ritos exclusivamente militares.

De acordo com a investigação de Le Bohec sobre a situação no Alto-Império, mesmo numa fase tardia os legionários romanos revelaram, de um modo geral, um grande arreigamento ao paganismo mais tradicional e mais nacional. Os cultos indígenas e orientais, embora com lugar nos acampamentos, chegaram tarde e com pouca força. Os deuses orientais só se difundiram significativamente no exército romano no século II d.C., só tocaram uma parte desse exército (sobretudo os respectivos quadros) e tiveram mais sucesso no Mediterrâneo Oriental. O mais importante desses cultos foi o de Mitra (iraniano). Apesar de as fontes cristãs (como Tertuliano) e de algumas fontes pagãs (como Dión Cássio) insistirem na receptividade dos soldados à nova fé, a impossibilidade de os cristãos se envolverem nas tradicionais práticas de sincretismo religioso, assim como a difícil compatibilidade entre o juramento ao Estado e os sacramentos cristãos (*i.e.*, entre a milícia de Cristo e a do imperador, p. ex., em matérias como o derramamento de sangue) dificultou a aceitação do Cristianismo entre os soldados romanos. Quanto ao culto imperial, pelo menos durante o Alto-Império ele esteve mais enraizado entre os pretorianos e nos corpos menos romanizados do que entre os legionários, que se limitavam a formular votos de “saúde” e “vitória” pelo imperador e a rezar a Júpiter para que o preservasse⁷³.

O treino militar

Em tempo de paz, a actividade principal do legionário (que devia apresentar-se logo pela manhã ao seu superior hierárquico, recebendo então a senha e a ordem do dia com a distribuição de tarefas) dividia-se entre o cumprimento de diversos serviços (p. ex., destacamentos para abastecimento ou para defesa de postos fronteiriços, patrulhas de vigilância, corveias de limpeza ou serviço de sentinelas ou de ordenanças) e um treino aturado⁷⁴.

O treino militar dos legionários era diário (ou mesmo duas vezes por dia, no caso dos novos recrutas e segundo Zienkiewicz⁷⁵) e incluía exercícios individuais e colectivos. Vegécio explica como, entre os *exercícios individuais* (que visavam assegurar a superioridade do soldado romano face ao bárbaro, mesmo no combate corpo-a-corpo), se contavam: por um lado, actividades físicas do tipo da ginástica, da marcha (com ou sem equipamentos e pesos suplementares), da corrida, do salto ou da natação; por outro, actividades militares como o manejo de armas (p. ex., a esgrima contra um robusto poste de madeira com quase 1,80 m de altura), o lançamento de flechas, de dardos e de pedras, a recepção (e esquiva) desses mísseis, a utilização de fundas e o uso de arcos. Para estes exercícios individuais, os soldados usavam armas especiais (p. ex.: cascos particulares para os homens montados; espadas de madeira ou embotadas; escudos de vime), com o dobro do peso das armas verdadeiras. Também se treinava a equitação (tanto os simples cavaleiros como, sobretudo, os oficiais), aprendendo a montar cavalos de madeira a partir de ambos os lados (e não só pela esquerda)⁷⁶.

Adquirida a força e a destreza no gládio e no dardo, os recrutas passavam aos *exercícios colectivos*: participação em trabalhos públicos, como mão-de-obra especializada ou como técnicos: abertura de fossos, construção de monumentos, praças, aquedutos, templos, santuários, ruas, locais de lazer (teatros, anfiteatros, circos), escavação de minas e de pedreiras, construção de mercados ou mesmo de cidades inteiras (p. ex.: Timgad, a antiga Thamugas, no Norte do Maciço de Aurès, na actual Argélia, inteiramente construída por militares no ano 100, por ordem de Trajano), etc.. Outro aspecto consistia no treino de implantação de todos os elementos do sistema defensivo: estradas, marcos de delimitação entre tribos, cadastros, tudo isso para facilitar os movimentos das tropas e a vigilância sobre o adversário. Frontino destaca também a necessidade de saber construir pontes mais depressa do que os inimigos⁷⁷. A infantaria (sob o comando dos cavaleiros)

devia construir acampamentos, torres, fortes, campos de exercício militar e defesas em linha (para além de saber abrir fossos à volta do acampamento de marcha). Segundo Le Bohec, estes trabalhos, cuja utilidade pública é manifesta, habituavam os soldados a agir colectivamente, preparando-os para posteriores manobras em unidades constituídas, em que cada qual deveria saber o que fazer sem prejudicar a coesão da equipa: p. ex., simulacros de batalha (infantaria *versus* infantaria ou infantaria *versus* cavalaria), treino de batalha naval, etc., tudo isso com soldados equipados a preceito⁷⁸.

Note-se que nem todo o treino militar se desenrolava no *campus*. Inicialmente, o treino tinha lugar no *Campus Martius*, em Roma; mas as conquistas e a integração de jovens recrutas cada vez mais longe de Roma obrigaram a novas soluções, nas cidades de recrutamento e ao pé dos acampamentos. No Alto-Império, os locais de treino variavam em função do programa específico. Uma parte dos exercícios (p. ex., a marcha) era feita em plena natureza. Mas também se utilizavam monumentos como os anfiteatros e há mesmo vestígios de arenas ao pé de acampamentos (o treino militar tinha semelhanças com a actividade dos gladiadores e a esgrima podia, com bom tempo, ser praticada em tais espaços). Vegécio explica que também se construía edifícios para o treino militar: são as *basilicae exercitatoriae*, algumas das quais ficavam dentro dos próprios acampamentos; eram sobretudo salas de armas para a esgrima, mas podiam funcionar como picadeiros; protegiam da chuva, da neve e do sol excessivo. No entanto, o “terreno de exercício” por excelência era o *campus*. Segundo Le Bohec, o único bem conhecido é o de Lambèse (em África), onde discursou Adriano em 128. Cada forte devia possuir um *campus* (às vezes mais), mas estes, sendo de construção precária (chão em terra e muros pouco espessos) desapareceram quase todos. O *campus* ficava sob a protecção de diversos deuses e tinha uma grande polivalência: ele era, para os militares, o equivalente ao *forum* dos civis, sendo usado também para desfiles, agrupamentos, cerimónias, discursos (*vide* as Colunas de Trajano e de Aureliano), reuniões, debates, etc.⁷⁹.

Entretanto, a boa forma e a saúde dos soldados eram igualmente acauteladas através de hospitais que existiam em todos os acampamentos (mesmo nos de marcha, provisórios e que possuíam também enfermarias para animais e latrinas públicas) e de um especial cuidado com a dieta alimentar. Como explica Le Bohec, a alimentação dos soldados romanos era variada: “Sem dúvida, como entre todos os humanos até ao século XVIII, os cereais constituía a base; assim, uma

legião consumia em seis dias 180 hl de trigo, *i.e.*, a produção de 8 ha; mas a isso acrescentava-se carne em quantidade, peixe e mariscos, legumes, feijão e lentilhas, produtos diversos e ainda o vinho⁸⁰. Goldsworthy, pelo seu lado, reportando-se ao exército do extremo final da República (as legiões de César durante a guerra contra Pompeu: 49-45 a.C.), afirma que a ração equilibrada dos legionários romanos era composta por cereais, vegetais frescos e carne (de vaca, de carneiro e de galinha, ou toucinho), e defende que “a afirmação de que as legiões eram vegetarianas e de que comiam pouca ou nenhuma carne é um mito”⁸¹.

Em resumo, nada era descurado de modo a que, de armas na mão e devidamente preparados, os soldados romanos pudessem pôr em prática o seu sistema de combate.

5. O armamento ao serviço de um modelo tático bem definido

O armamento

Este aspecto é tratado com especial detalhe nos Comentários e Notas da tradução que adiante se apresenta. Por esse motivo, vamos limitar-nos a sintetizar os aspectos nucleares das armas (defensivas e ofensivas) mais importantes, as quais ilustram muito bem a extraordinária capacidade dos Romanos para aproveitar o que de bom havia na tradição militar de cada povo submetido. Lembramos também que, no Alto-Império, o soldado era proprietário das suas armas e devia assegurar a respectiva manutenção, se necessário à custa de interrupções no pagamento do seu soldo. O cuidado começava com um armazenamento cuidadoso em pequenos arrumos existentes nas instalações (tendas ou barracões) de cada *contubernium*. Nesta época, cada legião possuía, no seu acampamento, uma oficina para o fabrico e reparação de armas, existindo um graduado (o *custos armorum*) para cuidar do armamento de reserva. No Baixo-Império, as oficinas dos acampamentos entraram em declínio e foram cedendo o lugar a fábricas estatais; com isso, as armas foram-se tornando propriedade do Estado, devendo ser devolvidas por cada soldado no momento da desmobilização. No entanto, os soldados continuaram a assegurar a limpeza de armas e o fabrico de arcos e de bainhas de espadas, para além de pequenas reparações e de outros trabalhos menores⁸².

(Armas defensivas)

- *Capacete*: as reformas militares de Augusto conduziram ao aparecimento de novos tipos de capacetes, que marcam uma evolução relativamente aos cascos de “tipo Montefortino” que terão equipado as primeiras legiões republicanas (simples protecções de crânio encimadas por um botão ou por um porta-plumas, que os Celtas da região Cisalpina fabricavam em ferro por volta do séc. IV a.C. e que os Etruscos produziam em bronze). Um dos novos modelos augustanos parece ter-se desenvolvido a partir de originais gauleses coevos, apresentando já uma protecção de nuca bem desenvolvida, geralmente inclinada, aberturas para as orelhas e um reforço frontal; conhecem-se várias dezenas de exemplares deste “tipo de Weisenau”, com cronologias até às primeiras décadas do séc. II. Um outro modelo descende dos capacetes de bronze etrusco-italianos e apresenta um botão na parte superior e uma guarda sobre o pescoço, protegendo a nuca; este modelo do “tipo Buggenum”, e os seus sucessores, beneficiariam de diversos acrescentos, bem documentados por achados (um de bronze, outro de ferro) obtidos no acampamento romano de Haltern (inícios do séc. D): maior desenvolvimento da guarda da nuca, botão cónico no topo, reforço frontal para aparar os golpes desferidos de cima, tubos laterais para aplicação de plumas verticais, entalhes para reforço da protecção do crânio e alargamento das protecções de bochecha ou paragnátides (com recorte semi-circular no bordo da frente, ao nível dos olhos e da boca). As plumas ou penachos que equipavam os capacetes eram fabricadas em crina de cavalo, servindo, p. ex., para distinguir visualmente os centuriões (através de cristas transversais)⁸³.
- *Loriga*: os soldados romanos conheceram três tipos de lorigas⁸⁴: a *lorica hamata* (ou cota de malha), ao que parece concebida por armeiros gauleses e que consistia numa camisa de anéis de malha metálica entrelaçados, composta por anéis achatados e rebitados de forma encadeada. Robusta e flexível, permitia distribuir os golpes de espada por uma superfície bastante ampla; porém, era de confecção complexa e chegou tardiamente aos campos de batalha, talvez devido ao seu peso (c. 12 kg.). Para maior eficácia e conforto, era aplicada por cima de uma veste de couro ou de tecido espesso, a que os Romanos chamavam *subermalis*. Os vestígios mais antigos desta peça datam

do séc. III a.C., tendo os Romanos adoptado a *lorica hamata* segundo dois estilos ligeiramente diferentes: o estilo gaulês, com os braços e os ombros protegidos por uma capa aberta presa por meio de um botão, de uma falera ou de uma barra (muito popular entre a cavalaria do séc. I d.C.); e o estilo grego, munida de largas protecções nos ombros, presas frontalmente ao peito e fixadas de forma transversal.

A *lorica squamata* (ou lorica de escamas), oriunda do Médio Oriente e que chegaria à Península Itálica pela mão dos Gregos (que no entanto a utilizaram pouco), era uma protecção do tronco bastante pesada, composta por pequenas placas de metal fixadas numa base de tecido ou de couro, à maneira de escamas (de que se conhecem 36 tipos diferentes); desconhece-se como seria apertada ao corpo (talvez por laços ou ganchos). Os Romanos utilizaram-na bastante, devido à sua facilidade de fabrico e de reparação, e também porque as placas de metal cosidas umas às outras e a um suporte ofereciam uma protecção razoável por um preço modesto, garantindo ainda uma boa liberdade de movimentos ao portador. Deve ter equipado sobretudo tropas de segunda linha, tendo sido difundida no exército romano pelas tropas auxiliares orientais (recrutadas em massa desde o séc. I). Muitos testemunhos funerários associam-na à cavalaria ou a centuriões.

A *lorica segmentata* (lorica articulada) era uma peça especificamente romana, bastante desenvolvida desde a 1.^a metade do séc. I. Constituiu uma autêntica imagem de marca do exército legionário do Principado, estando bem representada nas Colunas de Trajano e de Aureliano. Consistia em segmentos de finas chapas de ferro sobrepostas, ligadas entre si por meio de correias e com placas de ombro articuladas. O conjunto era concebido para provocar a deflexão dos golpes das espadas. Inspirada, talvez, no equipamento dos gladiadores, deve ter sido usada apenas pelos legionários (ainda que não todos). Garantia uma maior protecção do tronco e dos membros superiores (em especial contra armas aguçadas e setas, ou contra golpes muito violentos) e assegurava uma notável liberdade de movimentos. Porém, os seus ganchos, fivelas e dobradiças quebravam com facilidade, e as correias de couro eram vulneráveis ao suor e à chuva. Com a ajuda de um companheiro, um legionário conseguia vestir a *lorica segmentata* por cima da sua túnica como uma peça única. Pesava cerca de 10 kg. e o conjunto

era atado à frente e atrás. Podia ser usada mesmo durante trabalhos de construção, nas proximidades do inimigo. Quando despida, dobrava como uma concertina, permitindo um armazenamento compacto.

- *Protecções dos membros*: os Romanos não costumavam proteger de forma especial e directa os membros superiores e inferiores, para não restringir a mobilidade dos seus legionários (que combatiam em formação apertada e munidos de bons escudos). Por exemplo, as grevas – protecções de canela – parece terem sido bem mais utilizadas entre os Gregos do que no seio das legiões. Segundo Feugère, as grevas terão caído em desuso (salvo algumas excepções) nos inícios do séc. I, tendo reaparecido de forma pontual no equipamento da cavalaria do séc. III. Em compensação, durante o Principado, as protecções do tronco apresentavam muitas vezes prolongamentos (*pteryges*) que chegavam ao nível das coxas podendo, por vezes, cobrir também os membros superiores, formando guarda-braços comparáveis aos usados pelos gladiadores. Quando presentes (*vide* o Troféu de Adamclisi), os guarda-braços e os protectores de pernas tanto podiam ser fabricados em metal como em couro⁸⁵. Uma palavra também para as *caligae*, as famosas sandálias romanas, talhadas numa peça única de couro e atadas em cima, na canela; estavam munidas de solas robustas, guarnecidas com pregos de cabeça grande; nos climas mais frios (onde também podiam ser vestidas calças e capotes de lã), usavam-se por vezes em associação com meias curtas⁸⁶.
- *Escudo*: os escudos romanos testemunham uma evolução em relação aos modelos circulares munidos de bossa metálica (ou *umbo*) característicos da Grécia arcaica (*vide* os hoplitas). Beneficiaram de duas experiências: a vivida na Península Itálica pré-romana (escudos em forma de folha e, mais tarde, ovais, com arestas ou nervuras centrais de reforço, as *spinae*, e com bossas em forma de concha ou de ómega); e a experiência celta (escudos oblongos e planos, de 3 a 4 kg., com aresta central, pega horizontal, prancha oblonga reforçada por coberturas de couro fino ou de tecido colado e *spina* guarnecida por um *umbo* central facilmente desmontável, tal como a pega e a orla). As primeiras legiões romanas terão, assim, sido equipadas com um *scutum* oval munido de aresta. Seriam estruturas compostas por três finas camadas de ripas coladas umas às outras, conferindo-lhes uma forma um pouco curva, e revestidas por uma fina camada de feltro; dispunham de uma

nervura sólida, de uma bossa central (boa para o legionário desestabilizar o adversário e criar uma abertura para poder golpear com o gládio) e de uma pega horizontal. Este modelo (frágil e, por isso, guardado desde pelo menos as reformas de Mário em estojos de couro) deve ter sido utilizado até à introdução, talvez na época de Augusto, de um modelo rectangular, uma espécie de versão curta do anterior, encurvada no topo e na base. Esta curvatura, que facilitava o manejo do gládio e do punhal, garantia também uma melhor protecção e pode estar relacionada com a introdução de novas técnicas de combate (em especial a célebre “tartaruga”). É possível que este modelo rectangular (bem representado na Coluna de Trajano) esteja associado às tropas legionárias, enquanto os auxiliares usariam sobretudo os velhos escudos ovais, planos e de construção mais simples (talvez camadas de pranchas, à maneira gaulesa). Assim, o escudo rectangular utilizado ao longo de todo o Império deve ter sido manejado apenas por certos corpos de tropas legionárias (pois há também registo de legionários munidos de escudos ovais ou sub-rectangulares) e/ou em missões muito específicas (p. ex., em manobras em que se recorria à formação da *testudo*). Certo é que os escudos dos inícios do Principado dispunham já de muitos reforços metálicos, tanto nos bordos como no centro, para protecção do *umbo*. Independentemente do seu formato, os escudos podiam também apresentar elementos decorativos e até símbolos e inscrições (como o registo da coorte e da centúria a que pertencia o respectivo portador)⁸⁷.

(Armas Ofensivas)

De acordo com uma passagem de Tácito (*Anais*, XII. 35) muitas vezes citada, o equipamento ofensivo básico do legionário, composto por *gladius* (espada curta), *pilum* (dardo) e punhal, contrastava com o do soldado auxiliar, equipado com *spatha* (espada longa) e lança. Embora esta distinção não possa ser entendida como rígida (p. ex., há relevos da região renana que mostram auxiliares munidos de gládio e punhal), vamos tomá-la como ponto de referência nesta breve síntese.

- *Gládio*: trata-se de uma espada curta, de origem hispânica (o *gladius hispaniensis*), sabiamente aproveitada pelos Romanos. Era uma das armas ofensivas mais emblemáticas da infantaria romana do período republicano

e do Principado (pelo menos até ao séc. III). Inicialmente, poderia alcançar os 60 cm de comprimento (punho incluído), mas a partir dos inícios do Império tornou-se mais curta (não devendo exceder os 50 cm). O gládio era uma arma de estoque terrível, com uma longa ponta afiada, embora pudesse também ser usada como arma de corte lateral, pois tinha uma robusta lâmina, com um duplo gume muito afiado. Era utilizado do lado direito (salvo no caso dos centuriões e dos porta-estandartes), com a bainha suspensa por quatro anéis a um cinturão. Assim, quando sacava o gládio, o legionário não precisava de mover o escudo que trazia na mão esquerda, evitando expor o flanco; também este costume remonta aos Iberos e aos Celtas. O gládio era fabricado em ferro ou em aço de alta qualidade. O punho era esculpido em madeira ou em osso, enquanto o pomo podia ser de madeira ou de marfim. A bainha era fabricada em madeira revestida de couro, possuindo ornamentação em latão⁸⁸.

- *Punhal*: tal como o gládio, tem uma origem ibérica, apresentando até o mesmo sistema de suspensão da bainha por quatro anéis. No entanto, era usado do lado esquerdo, com o cinturão que o transportava a cruzar-se no abdómen do guerreiro com o *cingulum* que carregava o gládio. Embora fosse sobretudo um símbolo de prestígio, de poder e de autoridade, fabricado e decorado de forma muito cuidadosa desde inícios do séc. I, o punhal não deixava de ter a sua utilidade militar (p. ex., no corpo-a-corpo, para acabar com um inimigo ferido), sendo uma arma muito estimada pelos legionários e pelos auxiliares (*i.e.*, não era um exclusivo das tropas de elite). O *pugio* podia ter até 35 cm de comprimento (muito longo perdia operacionalidade) e a sua lâmina, em forma de folha larga, estava dividida por um sulco central (ou apresentava dois sulcos rasos acompanhando uma aresta central). A ponta podia ser afilada e o punho era composto por duas chapas unidas por rebites fixados de cada lado da espiga. Geralmente, estes punhos eram de ferro, mas também os havia em osso ou em marfim. As bainhas suscitavam ricas decorações geométricas, por vezes com embutidos de esmalte ou de prata (o que também aparece nos punhos, que por vezes trazem gravada a assinatura do fabricante). A maioria dos exemplares que se conhecem provém de leitos de rio, pelo que a datação da manufactura se torna difícil. A utilização dos punhais foi diminuindo ao longo dos séculos, mas ainda estavam em uso à entrada do Baixo-Império⁸⁹.

- *Pilum*: era um dardo de arremesso composto por uma longa haste de ferro ligada a um cabo de madeira e munida de uma ponta afilada em forma de pirâmide. Trata-se de uma arma especificamente romana. Possuía um comprimento total um pouco superior a 2 metros (com a cabeça a ocupar 60 a 90 cm), sendo o sistema de encabamento facilitado por uma espécie de bolbo esférico ou piramidal. Teria um alcance útil na ordem dos 12 a 14 m, sendo otimizado quando atirado de cima para baixo (ex: os soldados de Mário na batalha de *Aquae Sextiae*, em 101 a.C.). Bem arremessado, podia trespassar peões munidos de escudo ou cavaleiros com loriga. No entanto, a sua velocidade de voo era escassa, permitindo a um adversário atento esquivar-se ou mesmo capturar o míssil e arremessá-lo de volta. Por esse motivo, diz-se que foi redesenhado de maneira a encurvar (ou até a quebrar) no momento do impacto no escudo inimigo; ficaria então inoperacional e, quando o adversário não o conseguia desencravar, sujeitava-se a ter de abandonar o seu escudo. No Baixo-Império, o *pilum* começou a cair em desuso, não tendo porém desaparecido. Os dois dardos transportados por cada um dos legionários (um mais pesado e outro mais leve) eram mais utilizados na linha de batalha do que em combate individual, sendo arremessados quando as fileiras cerradas da legião se aproximavam do inimigo (sem prejuízo de, como veremos mais adiante, os homens das linhas recuadas os poderem utilizar numa fase mais tardia do combate)⁹⁰.
- *Spatha*: espada longa, que as fontes do Alto-Império distinguem do gládio e a que Feugère atribui uma clara origem bárbara. Possuía um comprimento total da ordem dos 70 a 100 cm e uma lâmina com 5 a 6 cm de largo. Corresponde a uma mudança importante e algo tardia no *kit* de armas ofensivas individuais do soldado romano. A *spatha* suscita dificuldades de interpretação, pois desde finais do séc. II que a designação se generalizou, abarcando vários tipos de espada. A maior parte dos exemplares conhecidos provém de turfeiras escandinavas do séc. III (p. ex., Nydam, na Dinamarca). Ao contrário do *gladius*, a *spatha* era usada do lado esquerdo, suspensa de um boldrié ajustável por meio de botões metálicos. A partir de finais do séc. III, aparecem *spathae* de lâminas muito largas, munidas de um sulco e de gumes cortantes paralelos. Conhecem-se melhor os punhos (de osso, de madeira ou mesmo de marfim) e as bainhas (duas telas de madeira unidas por uma peça metálica) do que as lâminas das *spathae* (geralmente afiladas na ponta, nas versões mais tardias, e

podendo ostentar a marca do fabricante e até divindades como Marte, Minerva e Vitória ou símbolos como águias, coroas e leões)⁹¹.

- *Lança*: como resume Feugère, “a lança estava para os auxiliares como o *pilum* estava para os legionários”. Embora o termo *hasta* coloque dificuldades de interpretação, parece provável que as características básicas da lança (comprimento, peso, etc.) usada pelas tropas auxiliares romanas, nomeadamente pela cavalaria, não se afastasse muito do padrão herdado de épocas anteriores, de povos muito diversos. Sabemos, p. ex., que a lança usada pelo peão gaulês pesadamente equipado do séc. III a.C. tinha um ferro em forma de folha, ligado a uma haste cónica com 2 a 3 metros de comprimento fabricada em madeira de freixo; o peso de uma peça com 3 m de longo não deveria exceder 1 kg.. As fontes literárias romanas referem as *bastae* sem grande detalhe, por serem conhecidas dos leitores. Ainda assim, parece seguro que a cavalaria romana utilizaria diferentes tipos, na sua maioria, pelo menos durante o Principado, lanças curtas. Cada soldado devia transportar várias destas peças, pois a forma da pega do escudo permitia-lhe segurá-las, assim como as rédeas, na mão esquerda; em alternativa, podia confiá-las a um servente, ou guardá-las numa aljava. As cabeças das lanças curtas deviam variar entre os 6 e os 40 cm, assumindo regra geral a forma de uma folha de salgueiro, com uma base alargada. As pontas, cones com 7 a 13 cm de comprimento, forjados numa só chapa, colocam dificuldades de distinção entre as peças romanas e as de origem gaulesa ou germânica⁹².

(Armas Colectivas)

Para além do armamento individual, as tropas romanas estavam equipadas com uma gama variada de peças portáteis de artilharia, todas baseadas no mesmo princípio básico: armazenar energia em feixes de crinas de cavalo ou de tendões de animais fortemente retorcidos. Os projecteis tanto podiam ser dardos robustos com cabeça de ferro como pedras arredondadas. Cada legião tinha largas dezenas de peças de artilharia no seu arsenal, entre catapultas (máquinas ligeiras que disparavam pequenos dardos), balistas (a antecessora da besta medieval, mas em ponto grande e com dois braços independentes) e ónagros (máquinas menos manobráveis, de um só braço, para arremesso violento de pedras grandes)⁹³.

O modelo tático

Equipados a preceito, os soldados romanos esforçavam-se então por satisfazer os objectivos táticos que eram definidos pelos seus comandantes. No período da República, no tempo anterior às reformas de Mário (*i.e.*, entre finais do séc. IV e finais do séc. II a.C.), o dispositivo tático habitual de um exército consular tinha a seguinte configuração geral: duas legiões ocupando o centro da formação de batalha, ladeadas, à esquerda e à direita, por alas formadas por tropas auxiliares e, nos extremos, por pequenas formações de cavalaria (romana de um dos lados, aliada do outro). Cada uma das legiões era disposta em três linhas ou “azes”, com os *bastati* (c. 1200, escolhidos entre os mais jovens) na frente, os *principes* (em número semelhante, recrutados entre os mancebos na flor da idade) no meio e os *triarii* (c. 600 veteranos) na retaguarda. Cada uma destas três linhas era composta por 10 unidades táticas ou manípulos (cada qual com duas centúrias de c. 60 homens, ou metade disso no caso dos *triarii*, formando uma frente de 20 homens dispostos em seis fileiras sucessivas). Os espaçamentos laterais entre as unidades de uma linha eram compensados pelo posicionamento dos manípulos da linha situada imediatamente atrás, de modo a formar um efeito em xadrez (o *quincunx*) que evitava a formação de corredores por onde os adversários pudessem passar facilmente. Diante dos 3000 homens da infantaria pesada legionária tomava posição a infantaria ligeira dos *velites* (recrutados entre os mais jovens e menos abastados). Regra geral, retirava-se previamente das *alae* de auxiliares cerca de 1/5 da sua infantaria e de 1/3 da sua cavalaria para constituir os corpos dos *extraordinarii*, que podiam ser utilizados como retaguarda, p. ex., durante uma retirada⁹⁴.

A partir das reformas de Mário, ou seja durante a centúria final da República (séc. I a.C.) e ao longo do Alto-Império (em especial nos sécs. I e II d.C.), houve lugar a algumas modificações importantes. Os *velites* desaparecem (a última menção parece estar relacionada com as campanhas de Metelo contra Jugurta, na Numídia, em 109 a.C.), enquanto as velhas designações de *bastati*, *principes* e *triarii* são conservadas para fins meramente cerimoniais e administrativos, perdendo o seu significado tático. Doravante, todos os legionários são efectivos da infantaria pesada equipados com capacete, loriga, escudo, *gladius* e *pilum*. Cada legião é agora composta por 10 coortes (a sub-unidade que substituiu o manípulo), dispondo cada uma das coortes de seis centúrias de 80 homens (excepto

a primeira coorte, que tinha só cinco centúrias, mas com o dobro dos efectivos), formando cada centúria uma frente de 20 homens dispostos em quatro fileiras. A formação de combate continua, regra geral, a ser organizada em três linhas, habitualmente com as quatro primeiras coortes na primeira linha (a primeira delas, a mais forte, ocupando o lado direito), as coortes cinco, seis e sete na segunda linha (preenchendo os intervalos da fila dianteira) e as oitava, nona e décima coortes compondo a linha de trás (de forma desencontrada em relação à segunda linha). Deste modo, em vez dos 1200 homens por linha (600 no caso da terceira linha, a dos *triarii*) típicos do exército consular republicano, o exército legionário imperial apresentava linhas de 1440 soldados ou, no caso especial da primeira linha (que contava com quatro coortes, entre as quais a muito reforçada primeira coorte), de 2240 homens. Um total, portanto, de 5120 legionários, (em vez dos 3000 homens da infantaria pesada do período anterior). Uma vez que as unidades legionárias eram agora todas iguais e o respectivo equipamento semelhante (ao invés do que sucedia entre os *bastati*, os *principes* e os *triarii*), a legião podia, caso lhe conviesse, fugir ao modelo tradicional da *triplex acies* e dispor as suas 10 coortes em duas ou mesmo em quatro linhas (numa só linha era raro, por ser considerado um dispositivo demasiado fraco). Acrescente-se que, em formação cerrada, uma linha de três ou quatro coortes podia estender-se por mais de um quilómetro (dado que cada legionário ocuparia entre três e seis pés de frente⁹⁵). Também é interessante registar que o exército romano começava sempre a dispor-se da direita para a esquerda, linha a linha, começando pela primeira linha. Isto resulta de se considerar o lado direito da primeira linha, onde se posicionava a primeira coorte (cujo centurião era o *primus pilus*, ou seja, o mais importante de toda a legião) como a posição nevrálgica de toda a formação, uma vez que o combate se travava com armas brancas. Dedicava-se também um cuidado muito especial à qualidade dos soldados que compunham as coortes que ocupavam os outros extremos das várias linhas. Tal como antigamente, a infantaria pesada ocupava o centro da formação de batalha, sendo ladeada pelos corpos de tropas auxiliares. Os cavaleiros continuavam a ser posicionados nos extremos dos dois flancos. Do mesmo modo, a infantaria ligeira (designada genericamente por *ferentarii* e composta sobretudo por arqueiros e fundibulários) tomava uma posição mais adiantada, salvaguardando a sua mobilidade. Mas (à maneira dos Espartanos ou dos Cartagineses) os generais romanos gostavam também de guardar na retaguarda boas tropas de reserva, que podiam servir, p. ex., para recompor uma linha que tivesse sido rompida pelo adversário⁹⁶.

Assim, tudo assentava muito na solidez e na prestação da infantaria pesada, a verdadeira ‘rainha das batalhas’ e a arma essencial dos generais romanos, mesmo durante o Baixo-Império. Cabia à infantaria ligeira provocar o adversário, que podia igualmente ser fustigado de início por disparos da artilharia portátil destinados a matar, a desorganizar e a semear o pânico e a desordem. Caso os adversários não debandassem, a infantaria ligeira retrocedia e cabia então à infantaria pesada assumir as despesas do combate. Deveria mostrar-se muito compacta, permanecendo como se fosse um muro em caso de ataque inimigo e, quando era ela a tomar a ofensiva, arremessando dois *volleys* de *pila* logo que estava a c. 12 m do adversário, seguidos de uma carga violenta acompanhada de um grito (o *barritus*) aterrorizador. Se o inimigo não batesse logo em retirada, seguia-se o corpo-a-corpo com gládio e punhal. Na hipótese de fuga do inimigo, havia que verificar primeiro (através da cavalaria) que não se tratava de uma simulação destinada a conduzir o exército a uma armadilha. Se não fosse esse o caso, competia à infantaria ligeira e à cavalaria concretizarem a perseguição, uma vez que a infantaria pesada deveria optar por se manter na sua posição, evitando desorganizar-se antes de tempo⁹⁷.

Alguns cuidados táticos prévios preocupavam também os generais romanos. Por exemplo, garantir, na hora da escolha do terreno, que os seus homens não ficariam sujeitos a ter o sol no rosto durante o combate, mas também evitar o vento contrário (que podia desviar ou retirar impacto aos mísseis arremessados, ou lançar o pó na cara dos soldados). O general devia igualmente acautelar que, nas suas azes, os soldados não ficassem dispostos muito à larga (pois isso facilitaria o rompimento das linhas pelo inimigo), nem demasiado apertados (para poderem manejar as suas armas à vontade, ao contrário, p. ex., do que sucedeu com os soldados de César na batalha do Sambre, contra os Belgas, em 57 a.C.)⁹⁸.

Os cenários que descrevemos podem, entretanto, transmitir uma imagem demasiado pálida da intervenção da cavalaria (legionária e auxiliar) romana, tendência que actualmente os investigadores começam a contrariar. Convém, por isso, salientar como era importante a protecção assegurada pela cavalaria pesada aos flancos da infantaria legionária. Ao mesmo tempo, os cavaleiros mais velozes e ligeiros (os das tropas auxiliares) eram essenciais para envolver as alas inimigas e desorganizá-las; o envolvimento do adversário forçava-o a confrontar-se directamente com a linha da frente, ou impedia-o de flanquear o exército romano.

Como vimos, a unidade essencial da *ala* era a “turma”, que contava com 32 homens colocados sob a autoridade de um decurião e com um porta-estandarte próprio. Uma ala comportava 16 turmas (*i.e.*, 512 cavalos), podendo chegar, excepcionalmente, às 24 turmas (ou seja, 768 cavalos). Os Romanos (cujos cavalos eram pouco mais do que *ponies*, seleccionados de forma muito cuidadosa em função da raça, do tamanho, da idade e da aptidão) confiavam sobretudo em tropas auxiliares recrutadas entre nações com tradição na arte da cavalaria, p. ex., da Trácia, da Cítia ou do Norte de África. No Baixo-Império, o papel da cavalaria foi reforçado, em consequência do muito maior peso de soldados não-romanos no seio dos exércitos imperiais. Nesta época, perante a diversidade dos seus inimigos, os Romanos foram obrigados a adaptar a sua tática à dos adversários⁹⁹.

Sabemos que os generais romanos possuíam, desde tempos muito remotos, diversas soluções para dispor uma formação de batalha, tendo em conta os recursos humanos que possuíam (número, experiência, estado anímico dos efectivos), o terreno do combate e as características do adversário (mais forte em infantaria ou em cavalaria, bem ou mal equipado, inexperiente ou veterano, etc.). O próprio Vegécio, nos finais do séc. IV d.C., compilando escritos militares que vinham desde pelo menos a época de Catão-o-Antigo (232-149 a.C.), enuncia com algum entusiasmo sete modos distintos de dar batalha:

- i) o exército disposto em rectângulo (ou quadrado longo), com uma frente alargada; uma formação muito comum, mas que Vegécio não considera a melhor, uma vez que o terreno nunca era uniforme (pelo que o adversário poderia aproveitar uma brecha na linha) e se corria também o risco de um envolvimento pelos flancos. Trata-se de uma solução boa apenas quando se possuía muitos e bons soldados e se podia cercar o adversário de ambos os lados, esmagando-o;
- ii) az oblíqua, nos termos da qual, na hora do contacto, o general afastava a sua ala esquerda da ala direita do inimigo e atacava a ala esquerda adversária (a mais fraca) com a sua ala direita, procurando cercá-lo e alcançar por aí a retaguarda inimiga, enquanto o resto do exército se mantinha a salvo. Para contrariar uma manobra deste tipo Vegécio recomenda que se recorra a reservas e se reforce com elas o flanco esquerdo;

- iii) az oblíqua também, mas em simetria, *i.e.*, atacando o flanco direito inimigo com a ala esquerda (o que era menos recomendável, a não ser que o adversário tivesse um flanco direito muito frágil e o general romano uma asa esquerda muito forte);
- iv) a 600-750 m do adversário, lançar as alas subitamente (para pôr em fuga os flancos desprevenidos do inimigo), ao mesmo tempo que se retinha o centro (para fixar o centro do adversário e o impedir de socorrer as suas alas). Este dispositivo – semelhante ao usado por Cipião Africano em Ilipa (em 206 a.C.) – conduzia depressa à vitória, mas, segundo Vegécio, era arriscado: desguarnecia perigosamente o centro e, caso o inimigo não fosse logo vencido, podia atacar os flancos romanos divididos e o centro desprotegido...
- v) dispositivo táctico igual ao anterior, mas com o centro protegido à frente por infantaria ligeira com arqueiros. Assim, caso o adversário não cedesse durante o ataque romano aos flancos, pelo menos o risco de um contra-ataque sobre o centro ficava diminuído;
- vi) az oblíqua, de novo, tal como no 2.º caso, mas agora com a ala esquerda do exército romano, alongada em linha recta (à maneira de um espeto), a ser afastada para muito longe da ala direita adversária. Vegécio considera este como o melhor modo de dar combate, pois conseguia-se vencer mesmo com muito poucos homens, já que o adversário se via impossibilitado de socorrer o seu flanco esquerdo, tanto a partir do seu lado direito como do meio da formação, devido ao recuo projectado da az romana. Seria uma solução muito adequada para combater, p. ex., durante uma marcha;
- vii) apoiar um dos flancos numa defesa natural (p. ex., um mar, um rio, um lago, um pântano, um monte, uma escarpa ou até uma cidade). O exército era disposto em linha recta, mas colocava toda a cavalaria e a infantaria ligeira no flanco que não dispunha de protecção natural. Assim, combatia à vontade: de um dos lados a natureza protegia-o e, do outro, contava com uma força dupla de cavalaria¹⁰⁰.

Os exércitos romanos sabiam também recorrer à formação de figuras táticas especiais, para usar pontualmente. A maioria delas são também descritas por Vegécio. Temos, p. ex., a “cunha” (semelhante a algo ainda hoje utilizado pela polícia de choque), que era uma formação de peões acrescentados à linha de batalha, apresentando uma frente estreita e uma base larga; servia para tentar romper um determinado ponto da linha adversária identificado pelo general como mais fraco. Os Romanos chamavam a este dispositivo “cabeça de porco”, pois graças a ele pequenos grupos de soldados ‘metiam o focinho’ triangular dentro da linha inimiga, derrubando os adversários com uma parede de escudos e massacrando-os com os gládios. Quando expandida, a cunha permitia que a massa das forças romanas entrasse em profundidade pelas linhas inimigas, para as dividir e isolar. Para responder a uma cunha era aconselhável formar a “tenaz”, um dispositivo em forma de V, desenhado por homens bem seleccionados e que recebia a cunha, fechando-a de ambos os lados e esmagando aqueles que a integram. Havia também a “serra”, uma formação muito forte e que era colocada mesmo em face da linha adversária, improvisando uma barreira para que uma az romana desorganizada pudesse ser recomposta. Quanto ao “*globus*”, era um destacamento que se separava da sua linha para desferir um ataque móvel contra o inimigo. Aos grupos móveis que tentavam envolvimentos pelos flancos os Romanos chamavam, pelo seu lado, “*drungi*”. Num género mais defensivo, podia formar-se o “quadrado”, solução adequada quando um grupo de legionários se via cercado pelos adversários. Neste caso, uma série de escudos concatenados protegia os resistentes de todos os lados, enquanto os dardos apontavam como lanças em todos os ângulos, ajudando a compor, até o socorro chegar, um “ouriço” ou “porco-espinho” que era especialmente eficaz contra a cavalaria. Defensiva era também a célebre “tartaruga”, uma carapaça impenetrável formada por um corpo de homens em fileira cerrada, com os escudos fechando juntinhos à frente e por cima das suas cabeças, quando não também dos lados; a *testudo* era utilizada para garantir a progressão debaixo de uma chuva de projecteis, p. ex., durante a aproximação à base de uma fortificação inimiga¹⁰¹.

Outros cuidados eram ainda comuns entre os generais romanos, como p. ex., colocar os melhores homens nas posições decisivas (conforme tencionassem atacar com o flanco direito, com o flanco esquerdo ou com o centro), ou deixar aos inimigos uma escapatória, de modo a melhor os liquidarem durante a fuga. O treino intensivo a que estavam sujeitos os soldados romanos permitia-lhes

também movimentar-se (e até contornar obstáculos naturais) sem que a sua linha se desintegrasse. Para tal contribuía a obediência aos sinais visuais (estandartes) e sonoros (vozes, trombetas e cornos), matérias que Vegécio também aborda¹⁰². E, acima de tudo, os Romanos estavam sempre preparados para aproveitar uma oportunidade que surgisse, por mais pequena que fosse (p. ex., uma pequena brecha), para concretizar um ataque fulminante e decisivo; neste caso, e ao contrário do que às vezes se pensa, podia adquirir especial relevo a acção de uns poucos indivíduos, ou de pequenos grupos, uns e outros bem integrados no seio da máquina militar romana mas nem por isso desprovidos de iniciativa individual, sob observação dos respectivos generais¹⁰³.

Deixámos para o fim uma questão complexa mas apaixonante: a da configuração que poderia assumir o combate corpo-a-corpo da infantaria pesada romana. Ao contrário do que se passa com as formações hoplitas gregas, os mecanismos de combate do mundo romano (e mesmo helenístico) têm sido pouco estudados, apesar de as batalhas romanas requererem combinações mais sofisticadas de armas tácticas. Nos últimos anos, porém, houve alguma evolução neste domínio, cremos que em parte porque o estimulante estudo de John Keegan, *The Face of Battle* (1976), convidou os estudiosos do mundo antigo a reflectir sobre essa matéria. Na sua obra, Keegan analisava a experiência individual dos soldados da linha da frente durante a fase decisiva de um combate, tomando como referência as batalhas de Azincourt (1415), Waterloo (1815) e La Somme (1916). Adrian Goldsworthy (1996), um influente investigador da história militar romana, aproveitaria muitas das sugestões de Keegan, procurando aplicá-las ao mundo romano. Ele mostrou, p. ex., como os soldados romanos não eram, afinal, meros autómatos, estando sujeitos a muitos dos factores que condicionam a actuação dos soldados da linha da frente em épocas posteriores, até aos dias de hoje. Mais recentemente, e sob a mesma influência conceptual, Philip Sabin desenvolveu uma reflexão inovadora acerca do modo de combate dos Romanos¹⁰⁴. A sua análise (que assume como pressuposto que “os instintos e as pressões psicológicas afectando formações maciças de tropas nas proximidades de formações opostas com idênticas características não devem ter mudado muito” entre a Antiguidade e os nossos dias¹⁰⁵), foi construída a partir de quatro vectores considerados essenciais para o estudo dos mecanismos de combate no mundo antigo: a duração dos choques; as baixas infligidas por ambos os adversários; a mobilidade das duas linhas em confronto; e o papel das linhas ou fileiras de suporte.

Relativamente ao primeiro aspecto, Sabin concluiu que, apesar de haver casos em que os adversários dos Romanos cediam logo, o habitual era as batalhas que eles travavam com a infantaria da águia implicarem um combate prolongado (durante uma hora ou mesmo mais) até que uma das partes acabava por ceder. No que diz respeito às baixas, os combates da infantaria romana apontam, do lado do partido vencedor, para um índice de 5%, semelhante ao registado nas batalhas hoplitas. No entanto, se, para estas, Krentz (1985) assinalou 14% de baixas entre os vencidos, já no caso das batalhas envolvendo infantaria pesada romana o indicador sobe até aos 50% ou até mais (*vide* a batalha de Zama, em 202 a.C.; ou a batalha de Cinoscéfalas, em 197 a.C.). A explicação para isto tem que ver com o facto de as tropas perdedoras se verem muitas vezes cercadas (como os Romanos em Canas, em 216 a.C.) ou serem sujeitas a perseguições prolongadas impiedosas (como o rei Perseu em Pidna, em 168 a.C.). Quanto à mobilidade, Sabin constatou que as formações de infantaria podiam ceder terreno durante um combate (por opção própria ou em consequência da pressão adversária) sem no entanto se porem em fuga, protagonizando movimentos de recuo que se podiam prolongar por centenas de metros. Por fim, no que toca às linhas de apoio (que os hoplitas, e também os exércitos helenísticos, usavam para dar profundidade às suas formações), elas serviam aos Romanos (quer no modelo dos *bastati*, *principes* e *triarii*, quer no das posteriores três linhas do exército de coortes imperial) para assegurar o revezamento de tropas esgotadas na linha da frente (através de um sistema de circulação de tropas que não se conhece ainda com exactidão)¹⁰⁶.

Estabelecido este quadro de referência, Sabin deduziu ser impossível imaginar as legiões romanas a combater no sistema do *othismos* típico das formações hoplitas: esse ‘jogo de empurrões’, comparável ao *râguebi* moderno, produziria baixas muito superiores ao que assinalámos, devido ao efeito devastador do gládio romano, e impediria qualquer rotação de tropas. Além disso, o escudo romano, com as suas pegas únicas e bossas salientes, prestava-se menos do que o *hoplon* dos Gregos a exercer pressão sobre as costas dos companheiros. Uma vez que a sobreposição cronológica entre os combates dos hoplitas e dos legionários é escassa, não se sabe bem como se desenrolariam essas batalhas, mas pelo que se pode deduzir dos confrontos entre as legiões romanas e as falanges de piqueiros helenísticos que sucederam aos hoplitas, é natural que as armas longas do género do pique fossem mais utilizadas (*vide* a batalha de Pidna) para uma “esgrima de longo alcance” (e, por isso, o seu comprimento aumentou até aos 8 metros)¹⁰⁷.

Imaginar, em alternativa, os combates da infantaria romana contra uma infantaria organizada de forma semelhante a ela (*i.e.*, sem ser em falange) como uma sequência ‘hollywoodesca’ em que a uma carga inicial se seguiria uma sucessão de duelos individuais, também não é aceitável: isso não só não é confirmado pelas fontes literárias como implicaria, da parte dos soldados envolvidos, uma autêntica “disponibilidade para o suicídio” e reduziria a pó o reconhecido quadro de disciplina e coesão colectiva próprio dos exércitos romanos. Além disso, as baixas entre os vencedores seriam muito mais elevadas do que os 5% que atrás assinalámos. É que duelos contínuos com espada e lança desenrolando-se ao longo de uma hora ou mais, mesmo com injeção regular de tropas frescas (que aliás os Celtas, os Cartagineses e outros adversários dos Romanos não praticariam, pelo menos como rotina), seria algo de fisicamente muito difícil de sustentar, estimando-se que pudesse causar 5% de baixas em cada exército de c. 10 000 homens por cada 10 minutos de combate^{108!}

Nestes termos, Sabin procurou um modelo alternativo e duas ideias de Goldsworthy iluminaram-lhe o caminho. Segundo Goldsworthy (que para o efeito se baseou nos estudos de Marshall sobre o comportamento dos soldados americanos durante os combates da 2.^a Guerra Mundial), cerca de $\frac{3}{4}$ dos combatentes da linha da frente pensava mais em sobreviver do que em liquidar o adversário; por isso, era inevitável que houvesse ‘clareiras’ ou pausas durante as arrastadas *mêlées* da infantaria romana, para os soldados recuperarem forças, para se retirarem os feridos da linha da frente e para se proceder ao revezamento das tropas esgotadas¹⁰⁹. Esta ideia de uma pausa consentida mutuamente parece, de resto, ser suportada por algumas descrições de Apiano (95-170 d.C.)¹¹⁰.

Também uma revisão (devida a A. Zhmodikov:2000) sobre a utilização do *pilum* (que poderia não estar confinado a um arremesso inicial antes da carga da infantaria pesada, ao menos por parte dos homens das linhas recuadas) ajudou Sabin na construção do seu modelo. Este tomou igualmente como referência o efeito desmotivador das cargas de baioneta da Época Moderna (o “terror do aço frio” provocava a debandada antes do choque, mais do que ferimentos durante o combate) e ainda os estudos práticos de Ardant du Picq, um oficial francês de meados do séc. XIX, que mostrou como a disciplina é insuficiente para suplantar o instinto de auto-preservação e o sentimento do medo entre os soldados sujeitos a um combate corpo-a-corpo¹¹¹.

Em síntese, o modelo que Sabin nos propõe estabelece que, quando o combate da infantaria romana não se decidia logo à primeira investida, o envolvimento

no temido corpo-a-corpo, para ter lugar, exigia muita energia física e mental, emergindo uma tendência natural de ambas as partes para o situar num ponto que fosse suportável física e psicologicamente. Esse ponto definia como que uma “distância de segurança”, *i.e.*, uma pequena separação entre as duas linhas inimigas, um intervalo suficiente para insultos e arremesso de mísseis mas inviável para o contacto físico. Esta situação perduraria até que uma das partes ganhasse coragem para renovar a carga através de “choques experimentais” que testavam a resistência do adversário e que reacendiam pontualmente o ‘mano a mano’. Nestas novas investidas, o partido mais fraco tendia a ceder terreno e a restabelecer a “distância de segurança”, brandindo as armas para evitar uma perseguição imediata. Este quadro podia renovar-se e reproduzir-se durante bastante tempo, até que chegava o momento em que uma das partes deixava realmente de conseguir resistir e a outra, encorajada, avançava e começava a matar a sério, em poderosas descargas de ódio e de medo¹¹². Segundo Sabin, vários factores podiam contribuir para que uma das partes cedesse de vez: o pânico decorrente da visível desorganização da linha; um choque psicológico (como, p. ex., a morte do general); ou a acumulação de baixas e de fadiga¹¹³.

O modelo apresentado, que Sabin apelida de “equilíbrio dinâmico de terror mútuo”, tem grandes vantagens, pois permite explicar vários aspectos: a duração variável dos combates (que assim se podiam prolongar por muito tempo e dentro de parâmetros de resistência física e anímica suportáveis); as baixas limitadas entre os vencedores; os movimentos de avanço e de recuo das linhas; o papel dos “lutadores naturais”, a quem competia reacender o combate através de arremetidas pontuais (o que seria decerto mais fácil de fazer de forma organizada no contexto das disciplinadas sub-unidades tácticas romanas); e até a operacionalidade do sistema de revezamento de tropas querido dos Romanos (que apreciavam sobremaneira o uso de reservas conservadas longe da tensão psicológica e do desgaste físico próprio da linha da frente até ao momento que o general considerasse oportuno)¹¹⁴.

No futuro, a renovação dos estudos de história militar romana permitirá dimensionar e ajustar este modelo táctico, que consideramos como o mais estimulante de quantos foram propostos até ao momento para interpretar de forma verosímil e abrangente as (avaras) informações das fontes sobre o modo preciso de combater da poderosa infantaria pesada romana.

6. As principais etapas da evolução do exército imperial romano e o seu enquadramento estratégico

Para finalizar a primeira parte do nosso Estudo Introdutório, vamos proceder a uma muito resumida recapitulação das principais fases da vida do exército romano do período imperial, dividindo essa síntese em duas metades (Alto-Império e Baixo-Império) e procurando enquadrar cada uma delas no respectivo contexto estratégico.

Devemos começar por perguntar se é legítimo falar em “estratégia militar” para o mundo antigo. A resposta tem de ser positiva: embora não houvesse, como hoje, uma percepção científica e fomentada em escolas de guerra daquilo a que chamamos “geoestratégia”, é irrecusável que o Império Romano desenvolveu uma estratégia de guerra empírica, rudimentar, adaptada à diversidade do seu imenso território e dos seus múltiplos e combativos (embora geralmente mal organizados) inimigos¹¹⁵.

Durante o Alto-Império, pode dizer-se que o Império Romano desenvolveu, no seu conjunto, uma estratégia de sinal defensivo. À morte de Augusto, a extensão do Império ficara praticamente definida para sempre e, embora a mentalidade colectiva e o próprio Direito estimulassem o desenvolvimento do expansionismo romano¹¹⁶, as limitações dos meios e dos próprios conhecimentos, assim como o pouco interesse (militar, económico ou outro) de muitos territórios convidavam Roma a adoptar uma política sobretudo de defesa, marcada por conquistas pontuais (por vezes envolvendo a criação de novas legiões) e por algumas guerras preventivas e de represália, consideradas essenciais para garantir a segurança do Império. Como resume Le Bohec, “ofensiva na defensiva”¹¹⁷, tal foi a estratégia de fundo dos Romanos durante a etapa mais luminosa da sua imensa construção político-territorial. Para a execução desta estratégia, adquiriam especial importância alguns vectores que por vezes passam despercebidos, como o extremo cuidado em matéria logística (p. ex.: aquartelamentos de Inverno; ou fornecimentos, sobretudo de trigo, mas também de vinho, de azeite, de armas, de madeira, de couro e de animais de sela e de carga) ou o acarinhamento da marinha (que, para além de desempenhar uma relevante acção policial e de transporte, constituía uma última reserva de tropas).

Tanto Edward Luttwak (1976) como Pierre Le Roux (1982) analisaram de forma original a estratégia militar romana nos primórdios do Alto-Império e a sua

evolução entre os sécs. I e III. O primeiro, autor de uma obra polémica (natural para um conselheiro de Ronald Reagan)¹¹⁸, concluiu que o Império Romano inicial era “hegemónico”, com os seus territórios divididos em três grupos: os sob administração directa; os sob controlo diplomático; e os sob influência. Quanto a Le Roux, considerou que com a dinastia dos Júlios-Cláudios (14-68) se afirmou o tempo de um “exército experimental”, composto por unidades móveis instaladas nas fronteiras (ainda que outras estacionassem por vezes longe destas, p. ex., na Gália: *vide* Arlaines/Soissons, ou Mirebeau/Dijon, para vigiar também o interior do Império e não expor demasiado as tropas) e com um sistema de “Estados clientes” a completar o papel dos soldados. Para Le Roux, com a dinastia seguinte (os Flávios: 69-96) chegaria o tempo do “exército permanente”, o que pressupôs a sedentarização das tropas (que se aproximaram mais da fronteira), a absorção das zonas sob controlo diplomático ou sob influência (que passaram a administração directa) e a organização de uma “defesa para a frente” (com a construção de estradas em país bárbaro, munidas de postos avançados e de torres de vigia¹¹⁹). Assim, no séc. II, após a fase das hesitações e das experiências, o comando militar romano terá passado a dispor de uma protecção mais ‘científica’. A estratégia tornou-se, no dizer de Luttwak, “preclusiva” (*i.e.*, “que afasta”), enquanto na Hispânia se instalava um “exército de paz” (Le Roux)¹²⁰.

Com a crise de meados do séc. III, a estratégia militar romana sofreu inevitáveis ajustamentos tornando-se mais defensiva, o que implicou o abandono de muitos postos avançados e a colocação de guarnições novamente atrás da fronteira, desenhando aquilo a que Luttwak chamou uma “defesa em profundidade”. As unidades militares tenderam a perder a iniciativa, só se deslocando para colmatar as brechas principais, o que levou Le Roux a falar da impressão de um “exército imóvel”¹²¹!

Dentro deste enquadramento, e sem nunca perder de vista os recursos psicológicos, diplomáticos e financeiros de que o Estado romano dispunha durante o Alto-Império, vale a pena acentuar, ao falarmos de “estratégia”, a importância da construção do *limes* como zona defensiva circundando quase completamente a bacia mediterrânica. Não se trata, como por vezes se pensa, de uma simples “fronteira”, de um risco na paisagem separando o espaço romano do bárbaro, mas sim de um verdadeiro e complexo sistema defensivo, articulando, em faixas territoriais por vezes bastante largas, vias de comunicação (que podiam ou não acompanhar obstáculos naturais ou defesas artificiais como a Muralha de Adriano)

com defesas pontuais (do género dos acampamentos, dos pequenos fortins ou das torres de vigia) e até com postos avançados erguidos no interior do território inimigo. Isto já para não falar nas colónias povoadas de cidadãos romanos que se ergueram em tantos pontos próximos da fronteira, muitas vezes a partir de legionários veteranos, e a que Cícero chamou um dia de “*propugnacula Imperii*”¹²². Estafetas e batedores, mapas e expedições de maior ou menor monta davam vida própria a esta ampla zona defensiva onde se encontrava o exército das fronteiras (legiões e/ou tropas auxiliares), cristalizando o essencial da estratégia romana coeva.

Podemos agora recordar, muito sinteticamente, as principais fases por que passou o exército romano do Alto-Império¹²³. Como já sabemos, data do reinado de Augusto a organização do exército imperial. Para o efeito, o primeiro imperador de Roma aproveitou a estrutura herdada dos finais da República, a qual permitira a conquista de uma boa parte do mundo mediterrânico. Descrevemos já em ponto anterior a estrutura base deste exército, pelo que ora nos compete sobretudo acentuar os êxitos averbados por Augusto ao nível da obtenção de novos territórios. Com ele e por ele, os Romanos bateram-se um pouco por toda a parte, mas é possível destacar quatro conquistas principais:

- i) a do Noroeste da Península Ibérica (juntamente com o genro Agripa), entre 29 e 19 a.C., acompanhada da reposição da ordem na Aquitânia;
- ii) a conquista dos Alpes e dos grandes vales (em 7 a.C.) e os sucessos obtidos na margem direita do Danúbio (na Récia, na Vindelécia e na Nórica, em 15 a.C., através dos enteados Tibério e Druso), acompanhados de importantes operações posteriores de pacificação na Panónia e na Mésia e da imposição de protectorados na Trácia, na Crimeia e no Ponto Euxino (Mar Negro). Nesta fronteira norte, apenas o desastre de Varo (em 9 a.C., face ao líder germânico Armínio) frustrou a tentativa de empurrar o Império Romano até ao rio Elba;
- iii) no sector oriental, a redução da Galácia a província (em 25 a.C.) e a submissão da Judeia (dividida e confiada a prefeitos), acompanhadas de acções diplomáticas junto dos Partos e até na Índia;
- iv) por fim, na fronteira meridional, a conquista do Egipto (na sequência da batalha naval de Áccio, em 31 a.C.), para além de expedições militares na

Arábia e na Etiópia e de duas grandes vagas de guerras na província de África (entre 35 e 20 a.C., contra os Garamantes, e de 1 a 6 d.C., contra os povos revoltados da Tripolitânia, os de Tebessa e os Gétulos).

Em síntese, uma obra militar excepcional, que nem as revoltas surgidas no final do reinado de Augusto (na Panónia e na Dalmácia) ou o desastre de Varo conseguem desacreditar.

Apesar do retrato desfavorável que tradicionalmente se apresenta sobre a dinastia dos Júlios-Cláudios, não podemos dizer que os sucessores de Augusto tenham comprometido a obra do seu antecessor. Tibério (14-37) foi um bom general que dominou os motins das legiões da Panónia e da Germânia (com a ajuda de Druso e do filho deste: Germânico), submeteu a Morávia ao protectorado, reduziu (pela mão de Germânico) a Capadócia a província (17) e a Arménia a reino protegido e anexou os estados de Filipe, na Judeia. No entanto, o seu reinado foi marcado por revoltas nacionalistas na Ilíria, na Trácia (20-22) e, sobretudo, em África (17-24) e na Gália (21). Calígula (37-41) teve pouco tempo e pouco equilíbrio psicológico para fazer obra, limitando-se a seguir a construção de Augusto; o principal ponto fraco do seu curto reinado foi a campanha fracassada contra os Catos (39) e o abandono precoce da Arménia e da Judeia; a seu favor, a criação de um vasto Estado na Trácia e uma nova política africana, tornada possível pelo assassinato do rei Ptolomeu da Mauritânia (em 40, preparando uma nova anexação). Coube depois a Cláudio (41-54), o primeiro reformador da obra de Augusto, elevar a fasquia, sobretudo através da conquista (em 43) da Bretanha celta (aí, onde César fracassara), mas também por via da reanexação da Judeia (44) e da integração (em 44-45) da Trácia no Império Romano. Cláudio, que contou com a preciosa colaboração do general Suetónio Paulino, produziu ainda legislação nova, reorganizando a carreira dos oficiais de nível equestre. Para o final do seu reinado estava guardada a pior surpresa: a invasão da Arménia por Vologeso (53). Incapaz de fazer melhor, Nero (54-68) limitou-se quase só a defender o que os seus antecessores haviam conseguido: combateu os Partos (58-63), garantiu a conquista da Arménia por Corbulão (que ocupou Adiabene em 61) e enviou Suetónio Paulino para travar (sem sucesso) a revolta da rainha Boudica, na Bretanha; à insurreição na Judeia (Guerra Judaica de 66-74) respondeu Nero por intermédio dos bem sucedidos Vespasiano e Tito.

A morte de Nero, em 68, lançou Roma numa nova guerra civil. A crise militar era tripla: guerra na Judeia, insurreições nacionais (Batavos, Gauleses, Germanos) e exércitos provinciais tentando promover os seus próprios generais ao trono imperial. Acabou por ser Vespasiano a repor a ordem, marchando sobre Roma com o apoio das legiões do Oriente e do Danúbio e superando os rivais Galba, Otão e Vitélio, entre outros. Iniciava-se assim a dinastia dos Flávios (69-96). Vespasiano (69-79) resolveu o problema judaico (com o precioso auxílio do filho Tito), interveio na Bretanha através de valorosos generais como Frontino (74-77) e Agrícola (77-84) e levou ainda a cabo uma política de expansão na Germânia (vale do rio Neckar) e na Síria (com a anexação da Comanégia em 72). Tito sucedeu ao pai em 79, mas morreu logo em 81, sem tempo para nada. Sucedeu-lhe o seu irmão Domiciano (81-96), que conseguiu resolver (através de Agrícola) o problema bretão, mas teve de enfrentar numerosas dificuldades, em especial na Germânia (o que o levou a cindir esta província em duas: Superior e Inferior) e na Dácia. Aqui, não podendo vencer os Dácios, optou por comprá-los! A leste, Vologeso procurou a aliança de Domiciano contra os Alanos, enquanto na fronteira sul se procedeu à aniquilação dos Nasamonos da Tripolitânia. Inicialmente muito bem acolhido e estimado pelos militares, Domiciano acabaria por ser eliminado sumariamente, corria o ano de 96 d.C..

Chegou então um tempo de grandes guerras, associado a grandes imperadores. Nerva (96-98) inaugurou brevemente a brilhante dinastia dos Antoninos e o seu principal mérito terá sido fazer entrar logo em cena, devido à crise na Germânia, a figura de Trajano (98-117). Este imperador, cujo principado tem suscitado avaliações desencontradas, não foi um reformador, mas com ele o Império voltou ao tempo das grandes conquistas: foi com Trajano que se atingiu e começou a cercar o Aurès (em África); e, sobretudo, foi pela sua mão que se operou a conquista da Dácia, entre 101 e 105, como bem documentam dois célebres monumentos: o Troféu de Adamclisi (na própria Roménia) e a Coluna de Trajano (em Roma). Mas Trajano sonhou ainda criar uma província na Arábia (actual Jordânia), de modo a consolidar um dispositivo estratégico que visava a conquista da Mesopotâmia, talvez como prelúdio da destruição do Estado Parta e com o objectivo complementar de controlar as relações económicas com a Índia, de acumular glória e de criar uma nova linha defensiva, cobrindo a Arménia e o Norte da Mesopotâmia. Este projecto envolveu pelo menos 10 legiões (mais os auxiliares que as acompanhavam), desde 113-114 até à morte de Trajano. Os Romanos chegaram a alcançar os cursos superiores do Tigre e do Eufrates (115) e a atingir Edessa (116). Todavia, em 117 os Partos

reagiram em força, os Judeus revoltaram-se e deu-se a morte de Trajano. O sucessor deste, o notável imperador Adriano (117-138), considerado por muitos como um pacifista, depressa fez evacuar as conquistas de Trajano na Mesopotâmia e, em 123, fez a paz com o rei dos Partos. Adriano, homem de grande cultura (latina e grega), regulou também o problema judaico através de Lúcio Quieto (um dos marechais de Trajano), para além de ter tratado de preservar as boas tradições militares através de regulamentos que vigorariam durante mais de um século. Adriano pretendia sobretudo que o Império fosse capaz de se defender, tendo instalado fortificações na Germânia, na Récia, na Bretanha (a célebre Muralha de Adriano) e talvez em África (Seguia bent el-Krass). Mas ocupou-se também, em pessoa, da inspecção de acampamentos e de muralhas e tratou de controlar o treino militar dos soldados. Foi, em síntese, um reinado sábio e de retorno à calma. Sucedeu a Adriano o imperador Antonino Pio (138-161), homem de boa reputação militar. Não datam do seu tempo grandes conflitos, mas sim muitos pequenos estremecimentos em toda a geografia do Império. Ergueu uma nova muralha na Bretanha (a norte da de Adriano), regulou conflitos com Germanos e Dácios, a leste sofreu com nova agitação dos Judeus e com a constatação de que, apesar do tratado assinado em 155, Vologeses não deixaria de fazer uma nova guerra na Arménia, e, a sul, conheceu insurreições no Egipto e na Mauritània. Marco Aurélio (161-180), por vezes apelidado de “imperador-filósofo”, foi um bom chefe de guerra e depressa conseguiu dominar as perturbações menores nas Mauritànias, no Egipto e na Grécia, ocupando-se depois em duas grandes guerras que agitaram a história do Império Romano:

- i) a invasão da Síria pelos Partos e o conflito de 162-166, em que Marco Aurélio e Lúcio Vero foram bem sucedidos, conduzindo à provincialização da Mesopotâmia;
- ii) a terrível guerra na região do Danúbio, em três vagas sucessivas – um 1.º assalto desde 166-167, com os Germanos a atravessar a Panónia até ao Adriático (e os Godos a empurrar os Quados, os Marcomanos e os Roxolanos); uma 2.ª ofensiva a partir de 171, com uma nova vaga de bárbaros todos os anos (envolvendo Quados e Sármatas, juntos ou sozinhos), o que reteve Marco Aurélio no Danúbio até 175; e ainda um 3.º episódio em 177-179, com o imperador a morrer junto dos seus soldados logo no ano seguinte.

O reinado de Cómodo (180-192) encerraria o período antonino. Foi um principado calmo, com uma política militar eficaz, garantida por bons conselheiros. Construíram-se muitos postos de observação (*burgi*) e instalaram-se guarnições (*praesidia*) do Danúbio ao Maciço do Aurès. Os soldados viram-se bem recompensados pelo poder imperial, o que evitou males maiores na Bretanha e, sobretudo, no Danúbio (onde os Sármatas, os Roxolanos, os Quados e os Marcomanos, entre outros, desferiram ataques entre 184 e 189).

O assassinato de Cómodo, em 192, abriu caminho à dinastia dos Severos. Conquistado o poder ao oficial Pertinax logo no ano seguinte, Septímio Severo (193-211) inaugurou um dos reinados militarmente mais importantes da história do Alto-Império Romano. Ele foi, de facto, um estrategista e um reformador valoroso. Concretizou campanhas importantes na Península Itálica (contra o seu rival Dídio Juliano, apoiado pela guarda pretoriana), na Pártia (194-195), na Ásia (contra outro rival: Pescênio Nigro), na Gália (contra o general bretão Clódio Albino) e na Alta Mesopotâmia (que anexou em 197-198). Mas, sobretudo, foi o maior reformador do exército romano a seguir a Augusto, tendo para isso desenvolvido uma activa política de oposição ao Senado: aumentou os salários dos militares e autorizou os soldados a viver com as suas mulheres fora dos acampamentos; organizou a “anona militar” (um sistema de alimentação do exército, baseado em levantamentos de géneros); favoreceu a criação dos colégios militares fundados por Augusto, mas agora com direitos muito alargados (caixa própria e tesoureiro; sala de reuniões nos *principia* dos acampamentos; regulamentos sobre somas a pagar aos militares por promoções, reformas, viagens, degredos, heranças ou morte; etc.). Para lisonjear os soldados, o primeiro dos Severos autorizou também os centuriões a desfilar de branco, conferiu aos soldados *principales* o direito ao porte de um anel de ouro e cunhou moedas celebrando certas legiões. Este imperador (que no seu leito de morte terá aconselhado os seus filhos, dizendo: “Enriquecei o soldado e troçai do resto”¹²⁴) apoiava-se visivelmente no exército contra o Senado, privilegiando sobretudo os graduados e desejando, talvez, melhorar o recrutamento militar, atrair a elite dos jovens e incitar os oficiais a progredir na hierarquia. Ao nível da estratégia, Septímio Severo criou três novas legiões (ditas “Párticas”: duas na Mesopotâmia e uma perto de Roma, entregues a prefeitos equestres, numa escolha claramente política) e recorreu de forma crescente ao emprego de destacamentos (*uexillationes*) comandados por *duces* ou *praepositi* nomeados pelo poder central. O imperador combateria em pessoa na Bretanha

entre 206 e 211, onde acabou por falecer. Sucedeu-lhe o seu filho Caracala (211-217), obrigado a lutar em três frentes: na Bretanha (para pacificação da ilha); na Germânia, para repelir os Germanos e os Alamanos (Campos Decumates) e ainda os Godos (no Danúbio); e a Oriente, contra os Partos, onde acabou por morrer, muito chorado pelos seus soldados. De entre os restantes “Severos”, devemos destacar Alexandre Severo (222-235), cujo reinado foi militarmente importante devido a uma nova ofensiva inimiga a leste (desde 223, protagonizada pelos Persas Sassânidas de Ardaschir) e também pela necessidade de repelir os Alamanos na Gália e de dominar insurreições nas duas Maurîtânias, na Ilíria, na Arménia e talvez na Isáuria. As campanhas de Alexandre Severo foram globalmente bem sucedidas, sendo de assinalar o recurso cada vez mais frequente a unidades de arqueiros e cavaleiros couraçados (os “catafractários”), assim como o recrutamento de numerosos soldados auxiliares no Oriente e na Maurîtânia, para fazer face às necessidades. Como comenta Le Bohec, “pouco a pouco, o exército romano ia mudando de rosto”¹²⁵.

Um pouco antes de meados do séc. III abateu-se sobre o Império Romano uma profunda crise, cujos efeitos marcariam para sempre os destinos da sua parte ocidental. Esta crise teve uma origem essencialmente militar, resultado da pressão conjugada dos Germanos (a norte) e dos Persas (a leste). A norte, os bárbaros que já estavam próximos do *limes* foram empurrados pelos povos recém-chegados, numa espécie de efeito de ‘bola de bilhar’ com origem na Ásia Central; a leste, uma revolução substituiu os Partas Arsácidas pelos Persas Sassânidas, que eram de uma grande intolerância religiosa e de um nacionalismo bastante agressivo. Ambas as circunstâncias provocaram uma desorganização generalizada, sensível a diversos níveis: político (com os *raids* bárbaros a desestabilizarem o poder e os soberanos, frequentemente gerais, a serem postos e depostos pelos soldados, com reinados breves e o Império convertido numa “monarquia absoluta temperada pelo assassinato”¹²⁶); económico (com a ruína do comércio, das cidades e dos campos); social (com o crescimento assustador do banditismo); e até moral (com a perturbação das consciências, a sensação de que os desastres traduziam a irritação dos deuses e as conseqüentes perseguições aos cristãos, que não adoravam Júpiter nem Marte...). Neste enquadramento, onde os aspectos psicológicos devem ser valorizados, a estratégia tornou-se (ainda) mais defensiva e, no plano tático, acentuou-se a tendência para o uso da cavalaria couraçada e dos arqueiros. Ao mesmo tempo, agravaram-se os problemas de recrutamento militar (o serviço era

cada vez mais perigoso e mal pago), para além do declínio da importante marinha (por falta de verbas). Entre 235 (morte de Alexandre Severo) e 260, sucederam-se as perdas territoriais em praticamente todas as frentes. Maximino-o-Trácio, os três Gordianos, Filipe, Décio e Valeriano, apesar da competência militar de alguns deles, mostraram-se impotentes perante a dimensão da crise. Para agravar o cenário, o próprio imperador Valeriano foi capturado durante uma ofensiva contra os Persas que haviam tomado Antioquia, sendo executado em 259 ou 260, no preciso momento em que Quados e Sármatas ameaçavam a Panónia Inferior e os Roxolanos surgiam nas fronteiras da Mésia Inferior. Invasões e usurpações do trono rebentaram então em simultâneo e a situação só não se tornou desastrosa porque, em 260, assumiu o trono um imperador decidido e com forte sentido reformador: Galieno (260-268), de quem a tradição senatorial (p. ex., Aurélio Victor) deixou um retrato pouco simpático, mas que a historiografia contemporânea tem vindo a reabilitar. Galieno recebeu uma herança pesadíssima, mas compreendeu depressa que não valia a pena lutar contra as forças centrífugas (que, apesar de tudo, combatiam por Roma, contra Persas e Germanos) e que era urgente reformar o exército. Coube-lhe tomar uma série de medidas de natureza militar, de que destacaremos:

- i) a criação de uma nova guarda do corpo (os *protectores*);
- ii) a modificação (em 262) do comando das legiões, interditando aos senadores a carreira militar (com o que foram suprimidos os legados e os tribunos *laticlauii* e promovidos os prefeitos do acampamento);
- iii) o enquadramento uniforme para todas as legiões (segundo o modelo das legiões egípcias e “párticas”);
- iv) a substituição dos governadores de província por *praesides* de nível equestre, com o consequente reforço do profissionalismo do corpo dos oficiais;
- v) o reforço do papel tático e estratégico dos cavaleiros legionários (cujo número subiu, como já sabemos, de 120 para 726 por legião);
- vi) a valorização dos destacamentos confiados a *praepositi* equestres;
- vii) a entrega de comandos mais vastos a duques;

viii) a criação de novas unidades montadas e o aumento das já existentes, conduzindo ao nascimento de uma reserva móvel (com cavaleiros dálmatas, mouros, etc.) estacionada atrás da fronteira.

Estas reformas de Galieno tiveram o apoio dos soldados, que ganharam, também eles, o direito a desfilar de branco. Um exército mais adaptado pôde então evitar o afundamento do Império, ao mesmo tempo que um certo renascimento cultural tinha lugar, com Plotino tentando restabelecer a unidade moral do mundo romano em torno do neoplatonismo e com a suspensão das perseguições aos cristãos. A morte em combate de Galieno, em 268, entregaria o poder a Cláudio II, dito “O Gótico”, vencedor dos Alamanos e dos Godos (Nish, 270) e incentivador do recrutamento em massa de bárbaros. Seguiu-se Aureliano (270-275), um imperador que tentou dinamizar a unidade do Império através do culto solar e que protagonizaria múltiplos combates, em especial no Reno (contra Francos e Alamanos) e no Danúbio (contra Marcomanos, Vândalos, Sármatas e Godos), para além de tentar dominar a rainha Zenóbia em Palmira (Síria), de evacuar a Dácia e de controlar algumas perturbações na Bretanha. O exército romano contava então com cerca de 35 legiões, distribuídas deste modo: 3 na Bretanha, 16 face aos Germanos (em especial contra os Alamanos e os Godos), 12 no Oriente (contra os Persas), 1 no Egipto, 1 em África, 1 na Hispânia e 1 na Península Itálica – o que mostra bem de onde vinha o perigo principal. A Aureliano sucederia Tácito e uma série de outros imperadores (na sua maioria naturais da Ilíria) com reinados muito curtos e muitos problemas para resolver, em especial na Gália, na Récia, na Trácia, na Ilíria, na Pérsia e no Egipto. O declínio da marinha romana também preocupava, pois não só os Francos deportados no Mar Negro se sentiam à vontade para reentrar (com barcos roubados) na Gália depois de atravessarem o Mediterrâneo e de passarem Gibraltar, como a pirataria grassava, sobretudo na Mancha e nas costas da Bretanha. A situação permanecia, portanto, grave e nenhum dos últimos imperadores deste período (Caro, Numeriano, Carino) conseguiu garantir que, em 284, Diocleciano recebesse uma herança melhor, nesta fase transição entre o Alto e o Baixo-Império Romanos.

Diocleciano (284-305) e Constantino I (312/24-337) dividem entre si, consoante os autores, o protagonismo das reformas militares operadas a partir de finais do séc. III. Mais importante do que isso, porém, é perceber que, nos últimos

anos, alguns dos melhores investigadores têm vindo a pôr em causa uma tese que fez história durante muitas décadas (desde, pelo menos, T. Mommsen-1889) e que estabelecia que aqueles dois imperadores teriam criado um novo sistema defensivo, com a divisão do exército romano em dois: uma reserva móvel atrás da fronteira, composta pelas melhores tropas; e as outras unidades no *limes*, compostas por medíocres soldados-camponeses. Ora, uma das grandes novidades da volumosa e muito recente síntese de Yann Le Bohec (que aqui seguiremos) sobre a evolução do exército romano durante o Baixo-Império¹²⁷ consiste em propor-nos algo de muito diverso:

“A estratégia de Roma no Baixo-Império não foi talvez aquilo que se pensou: o dispositivo militar adoptado não se organizava certamente segundo faixas paralelas à fronteira, com os *limitanei* à frente e o *comitatus* atrás. É verdade que os *limitanei* estão documentados, tal como os *comitatenses*, e aliás também os *palatini*, frequentemente esquecidos. Mas a divisão entre estes tipos de soldados não pertencia ao domínio da estratégia (linha da frente *versus* retaguarda); ela decorria antes da táctica e das honrarias (unidades ordinárias *versus* unidades de elite)”. Le Bohec, em contrapartida, sugere uma estratégia militar com um recorte no espaço totalmente distinto: “Três grandes exércitos foram postos no terreno, de forma perpendicular ao *limes* e em função dos inimigos: os exércitos das Gálias, da Ilíria e do Oriente, respectivamente face aos Alamanos, aos Godos e aos Persas”¹²⁸!

Mais do que nunca, o Império sentia-se agredido – e tinha razões para isso. Na maior parte dos casos jogou, portanto, à defesa, sem no entanto deixar de tomar a ofensiva sempre e enquanto as condições o permitiram. O objectivo estratégico principal passava pela segurança de Roma e da Península Itálica, o que implicou dificuldades cada vez maiores (e, por vezes, até inultrapassáveis) perante a agressividade e a qualidade guerreira dos inimigos germanos: os Alamanos (os mais temidos); e os Godos.

Na parte ocidental do Império, o imperador (que ocupava o centro do poder, sempre acompanhado pelas unidades palatinas e assessorado por um *consilium* de oficiais onde se destacavam os mestres das milícias criados por Constantino I) sabia bem que a segurança de Roma e da Península Itálica passava sobretudo pelo controlo da Gália e da Ilíria, as portas de acesso ao coração da península. O tempo, porém, jogava contra elas: durante o Baixo-Império, enquanto boa parte da Gália (sobretudo a norte) se afundou numa crise generalizada que resultava

sobretudo das guerras contra os vários povos germânicos, o Oriente conhecia um certo florescimento. Como resume Le Bohec, “Roma não estava mais em Roma, mas sim em Constantinopla”¹²⁹.

A nascente, os problemas eram outros. Uma parte substancial do exército romano dos finais do Alto-Império fora, como vimos, instalada a leste, por causa dos Persas (ainda que estes parecessem capazes de infligir algumas derrotas importantes aos Romanos mas não de os vencer, salvo se estes cometessem erros muito graves). No entanto, um tratado desastroso assinado após a morte de Juliano na Pérsia (em 363) alteraria consideravelmente os dados da questão. Doravante, a ameaça aproximar-se-ia muito de Antioquia e da Síria – uma região muito rica e estrategicamente nuclear, pois controlava a passagem entre a Anatólia e o Egito.

A sul, as perturbações sentidas na África e no Egito resultaram sobretudo da degradação da situação geral do Império, em especial do enfraquecimento do poder político. O Egito e a África, tal como a Península Ibérica, eram regiões ricas e helenizadas, ou romanizadas. Em circunstâncias normais, a calma imperava e o dispositivo militar podia ser aligeirado (três legiões apenas, neste vasto conjunto territorial, ao tempo de Aureliano). Curiosamente, enquanto o Egito permaneceu no Império Romano até muito tarde, as Hispânicas e, depois, a África seriam ocupadas pelos bárbaros.

Mas, para melhor perceber este quadro geral, recapitemos de forma sintetizada os principais acontecimentos militares que ocorreram nas duas centúrias finais do Império.

Ao assumir o poder em 284 (à morte de Carino), Diocleciano encontrou uma situação militar assaz complicada: a Grã-Bretanha ameaçada por montanhese (Escoceses, Pictos, Escotos) e por Saxões instruídos na navegação e na pirataria; atrás do Reno, os Francos e os Alamanos saqueando a Bretanha, a Gália (Alsácia), a Récia e a Helvécia; atrás, os Burgúndios e os Hérulos, criando entre eles e os Romanos, à boa maneira bárbara, um deserto propício ao banditismo; no Danúbio, os Germanos, mas também Alamanos, Quados, Carpos, Sármatas (um povo iranófono, não germânico) e Bastarnos, para além dos temíveis Godos, eles próprios ameaçados pelos Vândalos vindos do Norte da Europa; e, a leste, a ameaça persa e o perigo dos Sarracenos (nómadas e semi-nómadas de cultura árabe). Tranquilidade, só relativa e apenas na Península Ibérica e nas regiões mediterrânicas da Península Itálica e de África, embora mesmo aí surgissem frequentemente revoltas de cada vez que a presença militar romana se aligeirava.

Perante este quadro, Diocleciano tratou de reforçar o poder político e o poder militar e de aproximá-los, ambos, da fronteira. Fundou, com Maximiano (em 285-286), o regime político da “diarquia imperial” (dois *Augustos* dividindo entre si o comando do Império) e mais tarde (em 293) a “tetrarquia imperial” (que associava aos anteriores dois *Césares* de dignidade inferior, no caso Galério e Constâncio Cloro). Tratava-se de um sistema hierarquizado que criava quatro exércitos, cada qual defendendo uma parte do Império. Diocleciano (nascido na Dalmácia em 245, membro da ordem equestre e tribuno em 284) era um homem com gosto pela autoridade e pelo serviço do Estado, e todos os tetrarcas eram oficiais (amantes da ordem e da disciplina) e Ilírios, ou seja, tratava-se de homens convictos do valor da romanidade. Buscaram o apoio dos deuses e encetaram duras perseguições aos Cristãos (299 e 303-304), bem documentadas pela execução dos soldados cristãos da legião tebana (considerada ‘contaminada’), vindos do Egito e da Récia. Estrategicamente distribuídos, os tetrarcas intervieram militarmente um pouco por todo o Império, pois a situação nas fronteiras era agravada por contínuos golpes de Estado. A situação mais grave registava-se no Danúbio, o que obrigou a duas séries de campanhas: em 289-295 (com Diocleciano e Galério combatendo os Sármatas, os Godos e os Carpos, sabendo tirar bom partido das hostilidades entre Godos e Vândalos); e em 302-306, contra Germanos, Carpos e Sármatas, desta feita conseguindo alcançar uma paz que vigoraria nas fronteiras do Reno e do Danúbio até meados do séc. IV. A oriente, Diocleciano obteve também importantes sucessos: no Egito; contra os Sarracenos; e, sobretudo, contra os Persas, o que conduziria à Paz de Nisibe (298), garantida após a reconquista da Arménia e a chegada de um exército romano de c. 25 000 homens ao Sul da Mesopotâmia (até Ctesifonte). Esta paz, com resultados imediatos e efeitos a longo prazo, foi humilhante para os Persas, pois garantiu o controlo romano sobre a Arménia e a Ibéria (no Cáucaso) e a anexação de todo o Norte da Mesopotâmia, com a fronteira alargada até ao rio Khabur (antigo Chaboras) e ao rio Tigre. O sucesso seria celebrado através do Arco de Salonica e causaria um profundo desgosto e um mal escondido rancor entre os Persas.

Estabilizada a situação, Diocleciano investiu nas reformas militares. Entre as muitas que lhe costumam ser atribuídas, algumas delas sem fundamento (como, p. ex., a da arquitectura militar, com os supostos “acampamentos diocleciânicos”, que afinal são bem anteriores, ou a da distinção entre os já citados *limitanei* e os *comitatenses*, reflexo de uma oposição-fantasma entre tropas “móveis” e tropas

“sedentárias”), devemos destacar, tendo sempre presente que as circunstâncias da guerra implicavam (do ponto de vista da logística, do estilo de combate dos Germanos e do próprio conceito de “fronteira militar” que os Romanos possuíam) uma “defesa em profundidade”:

- i) uma transformação substancial das legiões, com a redução drástica dos efectivos em algumas delas (levando à criação de “micro-legiões”), de modo a poder-se dispor de, pelo menos, duas em cada província fronteiriça;
- ii) alterações no modelo de recrutamento, resultantes da crise do século III e que se traduziram no relaxamento do serviço militar obrigatório, no abandono da junta médica (*probatio*) e na criação de mecanismos de tipo parafiscal de mobilização de homens para a guerra (*vide supra*);
- iii) o aumento dos efectivos militares, de modo a que cada tetrarca pudesse dispor da sua própria guarda (João-o-Lídio fala em 389 704 homens no exército de terra e de 45 562 na marinha), confirmando assim uma tendência que já vinha de trás;
- iv) a construção de alguns acampamentos militares e da célebre *strata Diocletiana* (na Síria);
- v) a reconstrução da marinha, que fora muito abandonada durante a crise do século III.

O balanço da prestação militar de Diocleciano (que em 305 abdicaria do poder, juntamente com Maximiano e tal como estava previsto nos termos da tetrarquia imperial) é globalmente positivo, pois conseguiu vitórias importantes e garantiu uma certa segurança ao Império Romano. Não foi, todavia, autor de mudanças revolucionárias, mas mais de adaptações à conjuntura da época, parecendo ter sempre mais presente como modelo o exército tradicional romano do que uma putativa nova máquina militar a construir com vista ao futuro.

A abdicação de Diocleciano e de Maximiano abriu um novo período de lutas pelo poder que se arrastaria até 324, envolvendo sobretudo quatro candidatos: Maxêncio (filho de Maximiano, apoiado pela guarnição de Roma e pelo pai); Constantino (filho de Constâncio Cloro, o *César* que se tornou *Augusto* para logo falecer em 306), aclamado pelos soldados da Bretanha; Maximino Daia (que disputava o Oriente); e Licínio (que em 313 eliminou o anterior). Depois de

algumas tentativas de mediação fracassadas (como a Conferência de *Carnuntum*, em 308, em que participou o próprio Diocleciano), a guerra civil tornou-se inevitável e dela sairia vencedor Constantino. Entre 306 e 312, este ilírio, filho de pai militar e de mãe santa, criado e educado no séquito de Diocleciano e por isso grande conhecedor da arte da guerra, lutou contra Maxêncio, que batia, primeiro em Turim e, logo depois, em Ponte Mílvia (em Outubro de 312). Entre 313 e 324, Constantino ocupou-se de Licínio, tendo conseguido uma vitória decisiva no combate naval de Crisópolis, em Setembro de 324, que lhe abriu as portas do poder absoluto, derrotados e mortos que estavam os seus principais rivais. Constantino I empenhou-se então a tempo inteiro na guerra externa (até essa altura desenvolvera apenas algumas campanhas no Reno, contra os Francos e os Alamanos): os seus filhos obtiveram vários sucessos na região renana, contra os Alamanos, entre 328 e 332; o próprio imperador bateu os Godos no Danúbio, em 328 e em 332, impondo-lhes um tratado (*foedus*) com Roma que duraria até 375-376; e o seu filho (e *César*) Constâncio venceria os Persas em 334 ou 335. Em 337, no momento em que preparava uma grande ofensiva contra os Persas (que cercavam Nisibe), Constantino I faleceu.

Hoje é reconhecido que Constantino I fez uma verdadeira reforma do exército romano. Mas fê-la ao sabor das circunstâncias, e não seguindo um programa pré-estabelecido. De entre as diversas medidas militares que tomou, merecem destaque:

- i) a dissolução das unidades (coortes pretorianas e *equites singulares Augusti*) que tinham apoiado Maxêncio até Ponte Mílvia, o que implicou a criação de uma nova guarda imperial (as *scholae palatinae*, com cinco unidades de c. 500 cavaleiros cada qual);
- ii) a reforma do alto comando, com a substituição da estrutura bipartida do exército (fronteiras *versus* interior) por uma estrutura tripartida, resultante da criação de três grandes regiões militares: as Gálias (incluindo a Gália, as Germânicas, a Bretanha, a Hispânia e a Tingitânia); a Ilíria (África, Península Itálica e Ilíria); e o Oriente. Cada uma destas regiões foi entregue a um prefeito do pretório, que tinha, porém, um poder sobretudo logístico e judiciário, ficando o verdadeiro comando militar nas mãos dos “mestres das milícias” (dois por cada região: um da cavalaria e outro, seu subordinado, da infantaria);

- iii) a implementação de novos dispositivos táticos, tanto em batalha campal (*vide*, p. ex., a batalha de Turim, em 312, onde o exército romano formou em cunha, com uma reserva que avançou no desenvolvimento do combate imprimindo ao dispositivo a forma de uma meia-lua com três pontas: à direita, ao centro e à esquerda) como na guerra de cerco (cada vez mais importante);
- iv) a incorporação cada vez maior – para colmatar as lacunas de recrutamento – de soldados bárbaros (sobretudo Germanos e Francos), que eram aliás bastante acarinhados (alimentação, salários, esperança de boas reformas, etc.).

Assim, à morte de Constantino I (em Maio de 337), o Império tinha, de certo modo, um novo rosto: mais bárbaro (risco para o qual não se vislumbrava alternativa fácil, nas condições financeiras vigentes); com uma orientação estratégica original, que reforçava a defesa do Império repartindo melhor as tropas e revelando uma nova concepção do espaço (Gália-Ilíria-Oriente); e com novas soluções táticas.

A morte de Constantino I, mantida em segredo durante alguns meses, mergulhou o Império Romano em nova fase de convulsões internas, precipitada pelo massacre de grande parte da família imperial, não se sabe a mando de quem. Na entrevista de Viminácio (na Mésia Superior), os três filhos de Constantino I dividiram entre si o Império: Constâncio II (com uma autoridade superior, por ser a única fonte de lei) recebeu a Ásia e o Egito, instalando-se em Antioquia; Constantino II ficou com o Ocidente (com capital em Trêves); e Constante (que contava apenas 14 anos de idade) ficou “príncipe sem terra” (ou, segundo outros autores, terá recebido a África, a Península Itálica e a Ilíria¹³⁰), instalando-se em Sirmio. Era um retorno parcial ao modelo de Diocleciano, agora convertido em “triarquia imperial”, com os protagonistas bem unidos por estreitos laços de sangue. No entanto, não resultou, em grande parte devido às ambições de Constâncio II. A luta contra os inimigos externos (Constantino II contra os Francos, Constante contra os Sármatas e os Francos, Constâncio II contra Sármatas e Persas) foi prejudicada por tentativas de golpe de Estado (p. ex.: Nepociano em Roma, em 350; ou Magnêncio em Autun, na mesma data) e por combates fratricidas entre os “triarcas”. Constantino II foi morto em 340, enquanto Constâncio II (talvez com a ajuda dos Alamanos) se desembaraçou de Magnêncio (batalha de Mursa, em 351), para logo depois se centrar na guerra contra os Alamanos e os Persas.

Nesta época, os três grandes eixos estratégicos de Roma continuavam a ser a Gália, os Balcãs e o Oriente. O resto do Império não foi abandonado, mas recebeu guarnições militares menos importantes, confiadas a condes (exs.: Bretanha, Espanha, África, Egito). Os Persas configuravam o perigo principal, mas controlá-los pressupunha assegurar a estabilidade na retaguarda (na Judeia, na Cilícia, na Síria e mesmo no Reno e no Danúbio). Ora, bem mais agressivos do que os Francos, os Alamanos obrigaram Constâncio II a campanhas difíceis em 354 e 355, comprometidas pelo golpe de Estado de Silvano (em 355). Chegou então a hora de Juliano, sobrinho de Constâncio II e por este elevado à condição de *César* com a missão de defender a Gália. Em 356, Juliano (um bom general, mas um homem detestado pelos cristãos) assumiu funções e reorganizou o exército romano na região, depressa conseguindo os primeiros sucessos, consolidados pela importante vitória obtida na batalha de Estrasburgo, em 357, contra os Alamanos. Os êxitos do sobrinho permitiram a Constâncio II ocupar-se da crescente ameaça protagonizada pelos Persas, inconformados com a humilhante paz de Nisibe. Em 359, o líder persa Sapor atacou o Norte da Mesopotâmia, sitiando Amida (em 359), Singara (em 360) e Bezabde (em 360). Para este efeito, recorreu a uma notável variedade de procedimentos de cerco: assaltos directos, artilharia, aríetes, etc. As três praças capitularam e uma tentativa de Constâncio II para recuperar Bezabde fracassaria, com a artilharia de sítio romana a ser completamente destruída (à excepção de um aríete). Constâncio II solicitou então a Juliano que o ajudasse no Oriente, mas o exército romano das Gálias recusou-se a abandonar o 'seu' território e aclamou Juliano como imperador! Aproximava-se uma nova guerra civil, evitada apenas pela morte (ao que parece natural) de Constâncio II.

Com o grosso do exército romano sob a sua obediência, Juliano, tornado imperador, lança-se então numa grande aventura a oriente. As mesmas tropas que o haviam recusado fazer pouco antes, dispõem-se agora a acompanhá-lo. Marcelino (oficial do exército de Juliano) descreve a campanha persa de 363 como uma série de sucessos, versão confirmada por Eutrópio, mas não tanto por outros autores. Os meios envolvidos são poderosos (dezenas de milhar de soldados, 1000 navios de transporte de tropas, 50 navios de guerra, 50 navios-ponte, grandes abastecimentos, etc.) e os primeiros resultados são encorajadores, beneficiando da tímida reacção persa. Os Romanos atingem o ponto mais meridional do seu plano (o paralelo de Bagdade) e progridem para leste para alcançar o rio Tigre em Selêucia. Juliano acumula êxitos (p. ex., na batalha de Coche), mas o seu exército começa a acusar

graves dificuldades de abastecimento. A resistência moral afunda-se e Juliano acaba por morrer, ferido por um dardo num combate travado em Junho de 363. Fim inglório para uma campanha que fez estremecer profundamente o império dos Persas. Mais inglório ainda porque o imperador escolhido (pela guarda imperial) para suceder a Juliano, Joviano, decidiu de imediato evacuar muitos dos territórios conquistados pelos Romanos na Mesopotâmia, na Arménia e na Ibéria caucasiana, assentindo numa paz que parece ter surpreendido o próprio Sapor e que anulava a humilhação imposta por Diocleciano em Nisibe, cerca de 65 anos antes. Para agravar a situação, Joviano morreria logo em 364, levando os oficiais da guarda a escolher um cristão moderado, Valentiniano I (364-375), como seu sucessor, a quem pediram que nomeasse um assessor, que viria a ser o seu irmão Valente (364-378).

Amiano Marcelino escreve que, em 364, “todo o mundo romano escutava as trombetas que chamavam para a guerra”¹³¹. De facto, novos e velhos inimigos atacavam o Império Romano em várias frentes: os Burgúndios atingiam o Reno; os Hunos (surgidos em 360) empurravam os Godos; os Alamanos continuavam a ameaçar a Gália e a Récia; os Godos (tal como os Sármatas e os Quados) cobiçavam as riquezas da Panónia e a Trácia; e os Persas, não se contentando com a generosidade de Joviano, aspiravam a controlar toda a Arménia. Mesmo nas regiões tradicionalmente menos problemáticas, a agitação estava agora presente: a Bretanha era atacada por todos os lados; e a África sofria as revoltas dos Mouros, a ocidente, e o assalto dos *Austuriani*, na Tripolitânia. Única nota positiva: o relativo sossego dos Francos, acalmados talvez pelas terras e pelos postos no exército que os Romanos lhes haviam confiado...

No Verão de 364, Valentiniano I e Valente partilharam tudo entre si: territórios, capitais, comando de tropas e problemas militares. Valentiniano I assumiu a guarda do Ocidente e o seu irmão a do Oriente. Para aumentar o número de unidades militares, acelerou-se o referido processo da sua ‘miniaturização’. Mesmo assim, a situação depressa se complicou ainda mais, graças a revoltas como a de Procópio (um pagão, parente de Juliano, que conseguiu tomar Constantinopla e Niceia, onde Valente o sitiou em 365) e a outras tentativas de golpe contra Valente. Logo em 367, a doença de Valentiniano I levou-o a associar ao trono o seu jovem filho Graciano (367-383). Entre 364 e 375, Valentiniano I, ao que parece um militar competente, fez um grande esforço – em parte bem-sucedido – para dominar os Alamanos (que atacavam a Gália por não receberem o tributo a que consideravam

ter direito), os Quados (que se aliavam por vezes aos Sármatas) e os Saxões (que faziam grandes ataques à Gália, por terra e por mar). Também os ataques dos Pictos e dos Escotos (vindos da Escócia) à Bretanha romana, completados pelas investidas dos Saxões (através do Mar do Norte) e dos Irlandeses (mais a noroeste) preocupavam: em 367, os inimigos alcançaram a Muralha de Adriano e a Bretanha foi devastada, apesar dos esforços do bom general Teodósio-o-Velho. Em África, eclodia a insurreição de Firmo (em 370 e 373 ou em 373-375), suprimida por Teodósio-o-Velho. E, em 375, Valentiniano I morria de apoplexia durante uma audiência concedida a uma delegação de Quados, sendo a parte ocidental do Império dividida pelos seus dois filhos: Graciano e Valentiniano II.

Pelo seu lado, no Oriente, Valente não enfrentava menos perigos. Os Godos constituíam a principal ameaça, mas havia também os Persas e até o banditismo dos Isaurianos. Os Godos tinham durante muito tempo respeitado o tratado de 332 (firmado com Constantino I), mas depois mudaram de política e começaram a lançar *raids* para se instalarem no interior do Império Romano, atraídos pelas riquezas e como forma de protecção contra os Hunos e os outros bárbaros que iam chegando. Em 364, a fome incrementou as investidas godas sobre o território romano, multiplicando-se as operações de pilhagem na Trácia, ao que Valente ia respondendo como podia (trabalhos defensivos, massacres, acordos muito provisórios, etc.). Mais a leste, os Persas tinham invadido a Arménia e a Ibéria, instalando aí monarcas que lhes eram favoráveis. Em 375-376, esgotada a via diplomática, as hostilidades recomeçaram em força. Mau para Valente, no preciso momento em que os Hunos tinham obrigado os Alanos a tornar-se seus aliados, uns e outros ameaçando agora os Godos na margem esquerda do baixo Danúbio. Os Hunos venceram os Ostrogodos (*i.e.*, os Greutungos) e instalaram-se na Dácia de Constantino I, na margem direita do Danúbio. Acossados, os Godos quiseram então passar para sul do rio e, sob o comando de um dos seus reis, o visigodo (*i.e.*, o Tervingo) Fritigerno (um ariano), formaram uma ampla coligação, instalando-se na Trácia. Valente pouco podia fazer e parece ter contemporizado, ao mesmo tempo que fazia jogo duplo, preparando uma guerra contra os Godos. Estes, entretanto, iam sendo vítimas da hostilidade dos oficiais romanos, que lhes sonegavam abastecimentos, o que os incitou a lançar-se em pilhagens, não só através da Trácia mas também da Panónia, da Macedónia e da Tessália. Valente reagiu e reorganizou as suas forças, precipitando de forma temerária (sem aguardar o prometido socorro do seu sobrinho Graciano, vindo do Ocidente) uma grande batalha contra a coligação goda, reforçada por grupos de Hunos e

de Alanos, desertores do exército romano, e por escravos em fuga. O combate (provavelmente a mais importante batalha de todo o Baixo-Império) deu-se em Adrianopla, a 9 de Agosto de 378. Os Romanos (cansados por uma longa marcha, castigados pela fome e pela sede num dia de calor abrasador e prejudicados por um início intempestivo de combate, antes de a sua formação estar completamente disposta) foram massacrados. Dois terços do exército de Valente (entre mortos, feridos e prisioneiros) foi aniquilado e o próprio imperador encontrou a morte em Adrianopla. Mesmo que hoje em dia os historiadores retirem alguma carga dramática e efeito político-militar a esta batalha, é indiscutível que ela teve um impacto psicológico brutal. No fundo, talvez Edward Gibbon, na 2.^a metade do séc. XVIII, tivesse razão ao afirmar que as “grandes invasões bárbaras” só começaram verdadeiramente a partir de 378!

Durante o reinado de Teodósio I (379-395), que assume o poder a oriente na ressaca do desastre de Adrianopla, as revoltas e tentativas de golpe de Estado diminuíram, mas não desapareceram. As mais célebres são as de Magno Máximo, em 383 (só seria eliminado em 388, após tomar o caminho dos Alpes e da Península Itálica), e de Eugénio, em 392-394 (proclamado em Lyon, na sequência do suicídio ou assassinato de Valentiniano II, seria derrotado por Teodósio I na batalha do rio Frígido, em 394). Também príncipes africanos, como Firmo, aspiravam à autonomia, enquanto a situação se agravava paulatinamente na Bretanha e no Reno e o banditismo crescia entre os próprios Romanos. Só a frente oriental apresentava sinais animadores, com Teodósio a conseguir um bom acordo com os Persas (o que permitiu a Roma recuperar 1/5 da Arménia) e até uma aliança com eles contra os temíveis Hunos, que em 395 transpuseram o Cáucaso e devastaram a Capadócia, a Cilícia e o leste da Síria. No final do séc. IV, os Hunos assumiram, portanto, o lugar dos Persas em matéria de ameaça militar na frente leste. Mas havia também o problema godo, que se agravava significativamente após Adrianopla: a partir de então, já não se tratava de *raids* ou de invasões pontuais do Império Romano; eles simplesmente *migravam* para o interior do Império, sem que os Romanos pensassem sequer em expulsá-los (mesmo depois de os vencer, como sucedeu a Teodósio I na Trácia, em 382). Cristianizados, os Godos iam contando também com alguma protecção dos bispos. Assim sendo, as novas leis sobre a organização do exército e as novas unidades militares criadas por Teodósio reflectem já um dado adquirido por todos e que a derrota de Valente em Adrianopla tornara irreversível: a submersão do mundo romano por uma vasta gama de povos bárbaros, parte dos quais ia obtendo o

estatuto de “federados”, como aconteceu aos Ostrogodos que Graciano enfrentou na Panónia e que ocuparam depois a Trácia e a Macedónia. Outros, porém, evoluíam de forma diferente; p. ex., Godos, Hunos e Alanos tomaram a Panónia e devastaram a Ilíria, enquanto a Gália ficava quase em ruínas.

A morte de Teodósio I (em 395) formalizaria a divisão do Império em dois: o Ocidente para Honório (395-423) e o Oriente para o outro filho, Arcádio (395-408). No primeiro caso, porém, o verdadeiro poder ficava nas mãos de um Vândalo, de nome Estilício (395-408) enquanto, no caso de Arcádio, o poder evoluiu das mãos do eunuco Eutrópio (até 399) para as do godo Gaina (em 399-400) e, mais tarde, para as da imperatriz Eudóxia, mãe de Teodósio II (400-404). Entre 395 e 400, os combates chegam a todas as frentes. Destacaremos apenas, no Oriente, a marcha (fracassada) de Alarico (um Visigodo) sobre Constantinopla (em 395), seguida da devastação da Grécia, da Macedónia e da Tessália, que Estilício não conseguiu evitar. Em 397, um acordo permitiu aos Godos instalar-se no centro da Macedónia, enquanto Alarico recebia o título de mestre das milícias da região da Ilíria e Fravita, seu compatriota, idêntico cargo para o Oriente. Alguns Hunos foram integrados no exército imperial enquanto outros avançaram para os Balcãs, onde viriam a ser vencidos (em 409), desviando-se então para o Ocidente. O Império Romano do Oriente acabava de fazer uma escolha dramática: não podendo derrotar os seus inimigos, optou por os desviar para a parte ocidental do Império!

Esta decisão apressaria o naufrágio do Império Romano do Ocidente. Dois eventos maiores (em 406 e em 410) assinalam o início do fim desse processo:

- i) na noite de 31 de Dezembro de 406, uma coligação de Vândalos, Alanos e Suevos cruza a fronteira (gelada) do Reno, em direcção a Mogúncia; são dezenas de milhar e durante três anos põem o Norte da Gália a ferro e fogo; a situação torna-se gravíssima, pois a fronteira acabara de ser rompida para sempre, não sendo mais possível aos exércitos romanos rechazar o inimigo e devolvê-lo às suas posições originais;
- ii) em 400, a vanguarda dos Godos alcança a Península Itálica, cercando Aquileia e Milão; Estilício consegue repeli-los para a Ilíria (403), mas uma segunda vaga chegará entre 408 e 410, exigindo terras, títulos e dinheiro. Os 6000 homens do exército da Dalmácia (uma elite), enviados por Honório, são aniquilados por Alarico (de novo adversário dos Romanos); em 410, com o imperador escondido em Aquileia, Roma é tomada e saqueada pelos

Godos, durante três dias. O choque psicológico foi tremendo: como diz Le Bohec, o evento foi sentido como “o fim do mundo, ou pelo menos como o fim de um mundo”¹³²...

Após os fiascos de 406 e de 410, o exército romano do Ocidente estava vencido e já não poderia recompor-se, nem física nem animicamente. Aos poucos, Roma foi abandonando as províncias à sua sorte. O Ocidente não podia mais defender-se, com os exércitos da Península Itálica, da Espanha, de África e mesmo da Gália a atingir um nível formidável de incapacidade; só as unidades da Bretanha conservavam algum valor, mas eram impotentes contra tantos adversários. Politicamente, criaram-se Estados (com os seus exércitos) em paralelo com o Estado romano e o que restava das suas unidades; todavia, os soldados “romanos” já só o eram de nome. Durante quase sete décadas, sucede-se ainda um rol de imperadores menores, na sequência de usurpações já totalmente irrelevantes face aos males da época. Desse rol constam sobretudo Valentiniano III (425-455) e, claro, Rómulo Augústulo. Em 476, o rei ostrogodo, Odoacro, confisca os ornamentos imperiais que Rómulo detém e envia-os para Constantinopla. O Império Romano do Ocidente acabara, mesmo no plano das instituições¹³³. Exército e Estado romanos conheciam o mesmo destino: o Oriente romano torna-se o Oriente bizantino, enquanto o Ocidente romano cede o seu lugar ao Ocidente bárbaro. Razões económicas e, sobretudo, militares haviam tornado esta cisão inevitável.

Diversas causas se conjugaram para precipitar o fim do Império Romano do Ocidente e não vale muito a pena continuar a discutir se – como defendem alguns – o Império morreu ‘de morte natural’ (*i.e.*, na sequência de um progressivo e inevitável envelhecimento) ou se – como preferem outros – foi ‘assassinado’. A verdade reúne provavelmente aspectos destas duas teses. A força e a capacidade bélica dos povos bárbaros (em muito maior número e com muito melhor conhecimento da arte da guerra do que no Alto-Império), as guerras civis e a egoísta decisão dos políticos orientais de empurrarem para poente o seu grave problema militar combinaram-se de forma explosiva com a crise económica (porventura conjuntural), com o relaxamento da autoridade política, com o declínio do patriotismo romano (resultado também da evolução das mentalidades, mesmo a nível religioso) e com a inevitável necessidade de reorganizar o exército em função da nova realidade demográfica e étnica. Como resume Yann Le Bohec, se existiu, “o assassino golpeou um corpo que já estava doente”¹³⁴...

Contada em breves pinceladas uma história de vários séculos, um último balanço se impõe antes de apresentarmos Végécio e para destacar os protagonistas: Augusto (27 a.C. -14 d.C.), o fundador do exército imperial, o construtor do território; Trajano (98-117), um grande conquistador; Galieno (260-268), Septímio Severo (193-211) e Diocleciano (284-305), os principais reformadores de um exército em permanente evolução; Constantino I (312/324-337), talvez o mais completo de todos no plano militar (bom estratega, taticamente inovador, reformista); e, se nos permitem, no meio de tanta guerra, Adriano (117-138), o arquitecto da paz, o homem que – interessando-se como poucos pela boa condição do seu exército – soube imprimir ao expansionismo romano um fundo de interculturalidade e um sentido de convivência entre os povos mais precioso do que todas as conquistas.

II. Vegécio e a *Epitoma rei militaris*

1. O Autor

Quem foi Vegécio? Sobre este autor, tudo o que sabemos resume-se àquilo que se pode deduzir das suas obras. Sim, porque para além da *Epitoma rei militaris* a ele se deve muito provavelmente um outro trabalho: os *Digesta Artis Mulomedicinae*, um tratado veterinário sobre doenças de cavalos e de gado assinado por um tal “P. Vegeti Renati” que a generalidade dos estudiosos identifica com o compilador da *Epitoma*, dada a semelhança do nome do autor e os paralelos verbais e linguísticos já apontados em 1888 por C. Schöner. Segundo Peter Russell, a *Mulomedicina* (forma por que é habitualmente referenciado o tratado veterinário de Vegécio) foi também conhecida, estudada e traduzida na Idade Média, por vezes a par da *Epitoma rei militaris*, reforçando a convicção de ambos os trabalhos se deverem à pena do mesmo autor¹³⁵.

Não se sabe ao certo o nome do autor destas duas obras. A generalidade dos estudiosos supõe que o seu nome de nascença seria Publius Vegetius Renatus. Na verdade, o testemunho mais antigo da *Epitoma* (Ms. *Vaticanus Reginensis* 2077: um manuscrito-resumo do séc. VII) apresenta-o como “P. Vegati Renati” (no genitivo) e as fontes medievais, todas elas, como “Fl. Vegeti Renati” ou “Fl. Vegati Renati” (sempre no genitivo). Os manuscritos das *Institutiones grammaticae* de Prisciano (séc. VI) referem-no sempre como “Renatus”, precedido de um outro nome (alternadamente “Vegetius”, “Vegitius”, “Vegetus”, “Vegitus” ou “Vigitus”). Quanto a João-o-Lídio, autor da época do imperador Justiniano (527-565), cita-o apenas por “Renatus”.

Como explica M. D. Reeve, a forma “Vega-” não é de aceitar, pois não se acha documentada em mais lado nenhum, nem é fácil de relacionar com qualquer palavra ou nome latino, devendo ser o resultado de uma antecipação do “-ati”

de “Renati”. Quanto ao genitivo “Vegeti”, é ambíguo: o nominativo seria “Vegetus” ou “Vegetius”? A primeira hipótese, na opinião de Reeve, é de excluir, pois teria sido um *cognomen* e, de acordo com a transmissão manuscrita, o *nomen* só poderia então ter sido “Flavius” (P. Flavius Vegetus Renatus); neste caso, porém, a forma abreviada “P. Vegetus Renatus” seria difícil de compreender. Reeve supõe então que o *nomen* do nosso autor seria “Vegetius” (nome registado para diversos portadores). Em síntese, o nome completo seria P. Vegetius Renatus, com o honorífico “Flavius”, próprio de altos servidores imperiais, a ser adoptado ou atribuído em acrescento¹³⁶.

Com efeito, como adianta Philippe Richardot, o gentílico “Flavius” foi imposto por Constantino I após a sua vitória sobre Licínio em 324, sendo a partir de então utilizado pelos altos funcionários e oficiais do Império. Assim, “Flavius” tornou-se num prefixo honorífico, não devendo ser entendido como um nome, mas antes como um título¹³⁷. O investigador inglês N. P. Milner admite mesmo que Vegécio possa ter optado por utilizar o título dinástico de “Flávio” para que a *Epitoma rei militaris* tivesse mais impacto nos meios cortesãos; já a *Mulomedicina* era uma obra de entretenimento composta para os amigos, pelo que não se colocaria essa questão¹³⁸. Deve ter-se também presente que, na época de Vegécio, o velho sistema de nomenclatura romano dos *tria nomina* já estava morto e era invulgar ter um *praenomen*; só alguns senadores ocidentais e alguns *curiales* e conselheiros municipais (e respectivas famílias) o possuíam, nomeadamente na Península Itálica e em África¹³⁹.

Resta explicitar que o nome pessoal ou *cognomen* “Renatus” costuma ser indicativo de crença no Cristianismo. Como refere Richardot, “Renatus” (*i.e.*, “recém-nascido, o que nasce de novo”) remete para um antropónimo cristão¹⁴⁰. Esta interpretação é confirmada pela leitura da *Epitoma*, onde Vegécio dá conta da sua simpatia pela religião cristã (que um édito de 391, do imperador Teodósio, tornou a religião oficial do Império Romano): p. ex., logo no Prólogo do Livro I, onde Vegécio se refere a Deus e ao imperador; ou no Livro II, cap. V, onde se diz que os recrutas devem jurar por Deus, por Cristo e pelo Espírito Santo, e também pela majestade do imperador (que deve ser amado e adorado logo a seguir a Deus); ou no Livro II, cap. XVIII, onde o autor da *Epitoma* fala em vencer os bárbaros pela vontade divina e pelas sábias medidas do imperador; ou no Livro IV, cap. XXXV, onde Vegécio se refere à festa da navegação – o domingo de Páscoa; ou ainda no Livro IV, cap. XL, onde o autor disserta sobre os astros

e a vontade do criador. O facto de ser favorável à religião cristã terá favorecido em muito a divulgação da *Epitoma rei militaris* no mundo ocidental, ao longo de toda a Idade Média¹⁴¹.

Mas quem era afinal este Publius (Flavius) Vegetius Renuatus, funcionário imperial, simpatizante da religião cristã e autor de um compêndio da arte militar e de um tratado de veterinária? Peter Russel definiu-o como “um alto servidor civil do imperador” e M. D. Reeve como “um servidor altamente posicionado”¹⁴². Para uma tal definição contribuiu, não apenas a utilização do título de “Flávio”, mas também a circunstância de Vegécio se apresentar, logo na abertura da *Epitoma* e de acordo com a tradição manuscrita medieval, como “vir illustris” e “comes”; uma família de manuscritos até lhe chama, como veremos, “comes sacrum”, o que – na opinião de Reeve – só pode constituir uma corrupção de “sacri stabulí” ou de “sacrarum largitionum”¹⁴³.

De acordo com Richardot, “vir illustris” foi um título criado em 372 e reservado aos detentores de altos cargos: prefeitos do pretório, prefeitos urbanos, mestres das milícias, condes dos domésticos, condes das sagradas liberalidades ou grandes camareiros¹⁴⁴. Milner confirma, adiantando que o “vir inlustris” e o conde (de primeira classe) de que falam as assinaturas da *Epitoma* apontam para uma categoria reservada aos mais altos escalões da burocracia imperial ou aos chefes do Estado-Maior. Como o próprio Vegécio nega ter um conhecimento pessoal directo da realidade militar, “podemos dar por certo que ele era um burocrata”¹⁴⁵.

Tentaremos ir ainda um pouco mais longe. Como reconhece Milner, a crítica interna da principal obra de Vegécio não permite esclarecer se ele seria prefeito do pretório, ou conde das sagradas liberalidades (devendo neste ponto frisar-se que “sagrado”, no Baixo-Império, é um epíteto que remete para a corte e para as instituições imperiais), ou conde do tesouro do Estado – tudo hipóteses que o relacionariam com impostos e com dinheiro, temas por que o autor da *Epitoma* revela algum apreço – ou, em alternativa, mestre dos ofícios, prefeito da Cidade ou questor do sagrado palácio. Para Milner, a sugestão mais satisfatória será a que devemos a Walter Goffart (1977): Vegécio teria sido um “conde do sagrado estábulo” (personagem que, desde o séc. V, era frequentemente um “vir inlustris”). Um manuscrito lombardo do séc. X apresenta mesmo uma *subscriptio* segundo a qual ele seria um “comes sacrum”. Schöner interpretou isto como sendo uma abreviatura de “sacr(ar)um (largitionum)”, ou seja, conde das sagradas liberalidades, uma espécie de Ministro das Finanças do Império, alguém que acompanhava

o imperador na guerra e que conhecia de perto a hierarquia e a organização militares. No entanto, e como já vimos ser admitido por M. D. Reeve, poderá muito bem tratar-se de uma corrupção de “comes stabuli”: de acordo com Milner, um escriba medieval teria sido incapaz de compreender *comes stabuli*, dada a raridade do título, e a corrupção de *stabuli* para *sacrum* não é de todo impossível, gerando um resultado que, embora correspondendo a um falso título, poderá ter parecido mais satisfatório aos olhos de monges habituados a alusões a matérias mais sagradas; *sacrum* terá então sido interpretado – de forma incorrecta – como um genitivo neutro plural abreviado. Uma outra possibilidade é que o título tivesse sido inicialmente dado sob a forma de *comes sacri stabuli*, tendo o último elemento, por qualquer razão, saltado e, com isso, aberto caminho a uma mais fácil corrupção de *sacri* para *sacrum*¹⁴⁶.

Neste ponto, é irresistível recordar que o autor da *Epitoma* era – de acordo com o que podemos deduzir da obra *Mulomedicina* – um criador de cavalos, um homem muito viajado no Império Romano e muito informado acerca, p. ex., dos cavalos dos Hunos; neste seu tratado de veterinária, Vegécio revela mesmo um amplo conhecimento do mundo bárbaro ocidental¹⁴⁷. Esta relação do nosso autor com o mundo da criação de cavalos é útil não só à ponderação do problema anterior (conde das sagradas liberalidades? conde do sagrado estábulo?), mas também a uma aproximação ao tema da proveniência geográfica do escritor. Na verdade, a Península Ibérica e a Gália eram, nos sécs. IV e V, os principais centros de criação de cavalos do Império Romano¹⁴⁸. Ora, existem diversos exemplos do uso do *gentilicium* “Vegetius” documentados para os sécs. II e III e, embora a amostra seja limitada, salta à vista que vários dos detentores provêm do meio celta ou celtibero, pertencendo à pequena nobreza municipal da Germânia Superior e de uma região remota da Hispânia¹⁴⁹. Richardot adianta mesmo que “Vegetius” era um nome característico das regiões celtizadas do Império (Gália Transalpina, Gália Cisalpina, Nórlica, Hispânia) e afirma que 41,8% das ocorrências provêm da Hispânia¹⁵⁰. Combinando este facto com a possível proximidade de Vegécio relativamente ao imperador Teodósio I, um homem de origem hispânica, assim como com a admiração de Vegécio pela figura de Sertório (um senador e general romano exilado na Hispânia entre 82 e 72 a.C., na sequência da ditadura de Sula: Livro I, cap. VII), somos convidados a reconhecer, tal como Peter Russell, que temos boas razões para pensar que Vegécio pode ter nascido ou ter tido ligações muito estreitas à Hispânia romana¹⁵¹. Ou, pelo menos, devemos aceitar

a conclusão de Milner, segundo a qual é plausível que Vegécio “provisse de uma longa linha de pequena nobreza municipal, possuidora de terras na Gália ou na Hispânia provinciais, a qual tinha ascendido ao estatuto senatorial”¹⁵².

Para concluir este ponto, gostaríamos de lembrar mais alguns aspectos da figura deste ‘ocidental’. Como refere Christopher Allmand, não sendo um comandante militar, Vegécio era porém um funcionário culto e versátil, com experiência na alta finança, especialmente no recrutamento e aprovisionamento dos exércitos¹⁵³. Era, além disso, alguém provido de muito bom senso, de um modo de pensar analítico e com um vasto conhecimento dos textos militares e de histórias anteriores¹⁵⁴. Vegécio era também um admirador da poesia de Virgílio (que cita por diversas vezes) e um entusiasta das histórias e monografias históricas de Salústio. Segundo Milner, ele parece uma personagem bastante típica do mundo da aristocracia senatorial ortodoxa ocidental do séc. IV tardio, embebida nos clássicos latinos (como os dois acima citados), mas possivelmente ignorante da língua grega¹⁵⁵. Vegécio oferece também muitas explicações dos costumes militares que pressupõem um ponto de vista médico: metáforas médicas; preocupações com a salubridade dos acampamentos, com o exercício físico, com a ingestão de água pura, com os riscos da cólera, com o aprovisionamento em galinhas destinadas aos soldados doentes; etc.. Resta saber se teria tido algum treino médico ou se seria um autodidacta¹⁵⁶.

2. A obra

Compilámos até agora os dados disponíveis de maneira a formar uma ideia da figura de Flávio Vegécio Renato. A partir deste momento, ocupar-nos-emos da sua principal obra. A forma mais antiga por que ela aparece referenciada é “De Re Militari” (*vide* o Ms. *Vaticanus Reginensis* 2077, do séc. VII). E é também essa a forma mais utilizada na tradição manuscrita medieval, quer em latim, quer em tradução¹⁵⁷. A partir de 1494, a maioria das edições latinas adoptou também a forma “De Re Militari”¹⁵⁸. Não obstante tudo isso, optámos pela forma *Epitoma rei militaris* louvando-nos nas conclusões de Michael Reeve, o conceituado professor de Cambridge que dedicou sete anos da sua vida ao cotejo de todos os manuscritos latinos do compêndio de Vegécio possíveis de serem localizados em bibliotecas europeias e americanas. Segundo Reeve, não existe nada na obra em

apreço que possa ser interpretado como sendo o título do conjunto do compêndio. No entanto, os manuscritos mais autorizados chamam-lhe *Epitoma rei militaris* (ou *Epitoma institutorum rei militaris*), o que justifica a escolha de Reeve e, por arrastamento, a nossa também¹⁵⁹.

No que diz respeito à data da redacção da *Epitoma*, existe um largo consenso quanto à eleição dos respectivos *termini a quo* e *ante quem*: o tratado não pode ter sido produzido antes de 383, o ano em que ocorreu o assassinato, em Lyon, do imperador Graciano (referido por Vegécio no cap. XX do Livro I: “(...) usque ad tempus divi Gratiani”)¹⁶⁰. Mas também não pode ter sido elaborado depois de 450, altura em que uma cópia da obra foi corrigida, em Constantinopla, por um editor chamado Flávio Eutrópio, que assinou uma *subscriptio* com detalhes sobre o lugar e sobre a data consular que, afortunadamente, sobreviveria numa família de manuscritos: “Fl. Eutropius emendauit sine exemplario Constantinopolim consul. Valentiniano Augusto VII. et Auieno”¹⁶¹. Se os limites globais (383–450) suscitam ampla concordância¹⁶², já as tentativas para conseguir uma datação mais fina tornam-se mais problemáticas. Segundo Geoffrey Lester, o principal argumento, do ponto de vista da crítica interna do texto, a favor de uma datação precoce da *Epitoma* é o facto de Vegécio não aludir ao saque de Roma, em 410; em prol de uma datação mais tardia temos, entre outras, a circunstância de o tratadista mencionar por duas vezes os Hunos, uma tribo que se tornou mais conhecida dos Romanos após os ataques liderados por Átila entre 445 e 450¹⁶³. Reeve bem gostaria de ter resolvido o problema, caso fosse seguro que o “divus” Graciano a que se reporta o cap. XX do Livro I da *Epitoma* significasse “o recentemente falecido” (tal como parece ser o caso, por não haver registo da deificação de Graciano)¹⁶⁴. Isso apontaria para o reinado seguinte, o que encaixaria bem na situação político-militar criada no Império após a derrota sofrida em Adrianopla, tornando bastante lógica a decisão de Vegécio de empreender a compilação de um tratado destinado a propor ao imperador o regresso às gloriosas políticas militares do passado. Como remata Reeve, “por estas e outras razões, a maioria dos historiadores é favorável a uma data nos anos 380”¹⁶⁵. No estado actual dos conhecimentos, concordamos com esta preferência, frisando que ela adquirirá ainda mais sentido depois de analisarmos o destinatário provável da *Epitoma rei militaris*.

Esta questão tem sido muito debatida. Adiantamos desde já que nos parece que a hipótese mais sugestiva é a de o tratado ter sido dedicado ao imperador

Teodósio I, que assumiu o poder na parte oriental do Império no ano precisamente a seguir à humilhação sofrida na batalha de Adrianopla. Michael Reeve afirma mesmo que o único nome que surge nos manuscritos mais autorizados é o de Teodósio I, embora reconheça que o padrão irregular da sua distribuição sugira poder tratar-se de uma conjectura¹⁶⁶. Russell considerou também Teodósio I como o destinatário mais provável da *Epitoma*¹⁶⁷, uma hipótese assumida por Richardot¹⁶⁸, enquanto Josette Wisman se mostrou favorável a uma datação precoce, hesitando entre Valentiniano II e Teodósio I¹⁶⁹, e Allmand reduziu a escolha a Teodósio I ou Valentiniano III¹⁷⁰. Mais recentemente, Vincenzo Ortoleva defendeu a possibilidade de se tratar de Teodósio II e de o tratado de Vegécio ter sido escrito em Constantinopla, em 447-448¹⁷¹, mas foi Milner quem, até agora, analisou mais demoradamente o assunto, da forma que passamos a sintetizar¹⁷².

Milner começa por lembrar que as opiniões se dividem sobretudo entre Teodósio I (379-395) e Valentiniano III (425-455), embora Honório (393-423) também tenha sido recentemente proposto e apesar de antigamente se defender que seria Valentiniano II (375-392), devido a *subscriptiones* acrescentadas por um copista tardio. Milner recorda depois que E. Gibbon (em 1897) e W. Goffart (em 1977/1989), entre outros, preferiram Valentiniano III por considerarem que a alusão de Vegécio a Graciano¹⁷³ era demasiado ofensiva para constar de uma obra dirigida a Teodósio I (já que este era marido de Gala, meia-irmã de Graciano, desde 388, *i.e.*, cinco anos após a morte de Graciano). Goffart interpreta também a “longa paz” de que fala Vegécio (Livro I, cap. VII) como correspondendo ao reinado de Graciano no Ocidente (367-383) e fala com algum entusiasmo de uma hipotética recuperação militar ocorrida durante o reinado de Valentiniano III (no que contou com o apoio de E. Birley, que, em reforço da tese de um ‘renascimento militar romano’ com Valentiniano III, cita até alguns decretos imperiais). Porém, Milner pensa que o argumento cronológico da paz de “longa duração” é demasiado frágil e que não houve qualquer refundação militar durante o reinado de Valentiniano III, mas antes uma “litania da decadência”, com sucessos temporários devidos sobretudo à habilidade do *patricius* Écio para controlar os Hunos.

Em 1981, lembra Milner, C. Giuffrida defendeu a hipótese de Honório (um dos filhos de Teodósio) ser o destinatário da *Epitoma*, devido à política alegadamente pacifista e pró-bárbara levada a cabo por Teodósio I (e também por Estilício, um mestre das milícias de origem bárbara, até à sua queda em 408). Contrariamente ao pai, Honório teria desenvolvido uma política senatorial violentamente anti-bárbara,

entre 408 e o saque de Roma por Alarico, em 410. Neste quadro, Vegécio seria um “propagandista do interesse nacionalista senatorial” e um dos responsáveis pela intransigência fora de tempo relativamente aos povos bárbaros que ameaçavam o Império. No entanto, para Milner, tudo isto é rebatível e pouco consistente face ao volume de argumentos a favor de Teodósio I, um imperador que admirava os *duces* da época latina dos inícios e meados da República (509 a.C. – c. 100 a.C.). Os argumentos a favor da hipótese Teodósio I (379-395) como destinatário da *Epitoma* são, resumidamente, os seguintes:

- i) o período cronológico é o correcto, por diversas razões: a) Vegécio refere (indirectamente) a batalha de Adrianopla, ferida em 378 (Livro III, cap. XI¹⁷⁴), mas não o saque de Roma, em 410; b) Roma surge três vezes citada (Livro IV: Prólogo e caps. IX e XXVI) como exemplo de cidade inviolável, o que não faria sentido em data posterior a 410; c) os Vândalos, que invadiram a Gália com os Alanos e os Suevos na noite de 31 de Dezembro de 406, não são ainda nomeados por Vegécio; d) o tratadista chama aos Hunos e aos Alanos uma “nação” (Livro III, Epílogo), mas eles separaram-se em 406, quando os Alanos se juntaram aos Vândalos, tendo os Hunos permanecido na Panónia até 427; e) na altura em que Vegécio escreveu, tudo indica que não existia ainda guerra naval, mas dificilmente isso sucederia em data posterior a 419, momento em que os Vândalos adquiriram capacidade para a praticar;
- ii) no tempo de Teodósio I, ainda era normal proceder-se ao recrutamento de *coloni* (camponeses) para o exército (Livro I, cap. VII), mas essa prática foi banida em inícios do séc. V;
- iii) os jogos de gladiadores (Livro I, cap. XI) não suscitam a denúncia santimonial de Vegécio, mas é sabido que o imperador Honório encerrou essas escolas temporariamente, em 399, e que este divertimento estava moribundo desde 410, mesmo em Roma;
- iv) Ravena era a sede da velha frota oriental augustana (Livro IV, cap. XXXI), mas Vegécio não refere que esta cidade foi feita capital do Império Romano do Ocidente (a partir de 401-402);

- v) argumentos complementares: a) a alusão a Graciano é demasiado cáustica para ser dirigida ao seu meio-irmão, o imperador Valentiniano II, mas já é admissível no caso de Teodósio, que era um parente afastado e tardio de Graciano; b) a decisão sobre o cálculo da data de Páscoa a que se refere Vegécio (Livro IV, cap. XXXV) pode ser relacionada com a reforma teológica levada a cabo por Teodósio, em 387-388; c) Vegécio (Livro IV, Prólogo) admira o programa de fundação de cidades do imperador a quem dedica o tratado; ora, é sabido que Teodósio foi o responsável por muitas iniciativas deste género; d) Teodósio é o único imperador cujo interesse pela história da República romana está bem documentado e relativamente ao qual existe a convicção de que teria apreciado a leitura da *Epitoma rei militaris*.

Finalmente, sobre a questão de como conciliar um autor ocidental (Vegécio) com um imperador oriental (Teodósio), Milner recorda que Teodósio I foi *senior Augustus* a partir de 383 e até à data da sua morte, em 395; e lembra ainda que, após a sua vitória sobre Máximo (o assassino de Graciano), em 388, Teodósio esteve três anos em Milão, cidade onde Vegécio o poderá ter conhecido e onde lhe poderá ter dirigido o trabalho e até servido¹⁷⁵.

Em síntese, a questão está ainda longe de se poder considerar resolvida, mas parece que a hipótese de Teodósio I ser o imperador a quem Vegécio se dirige (e de quem espera as reformas militares tornadas urgentes após os últimos descalabros militares) parece ser a mais interessante e consensual de todas (pelo menos até às futuras revelações de Vincenzo Ortoleva).

Consideraremos agora as questões do objectivo genérico da *Epitoma rei militaris* e da sua estrutura interna. Para compreender o tratado é preciso ter em mente qual o significado que um trabalho destes poderia ter para um imperador romano do Baixo-Império. A *Epitoma* pretende oferecer “um remédio sistematizado para os alegados fracassos militares” desta época¹⁷⁶. Tem razão Christopher Allmand quando afirma que Vegécio olhou para o passado, para o tempo em que Roma dominara o mundo, o que deixara de acontecer em resultado da degradação do recrutamento e do exercício militar e do declínio da organização, da estratégia e do equipamento; e lembra ao imperador que a grandeza de Roma pode ser restaurada: Vegécio acreditava na doutrina militar básica que diz que as vitórias

resultam do treino e preparação adequados, assim como do aproveitamento das experiências marciais de outros povos¹⁷⁷. Isso é algo que está presente ao longo de todo o compêndio.

Vegécio não tem pretensões a uma reforma completa do exército romano. Ele insiste sobretudo nas matérias que considera de reforma prioritária. Decerto estimulado pelas derrotas contemporâneas, a *Epitoma rei militaris* é uma obra selectiva, que omite expressamente a guerra a cavalo e o patrulhamento de rios, por serem actividades comuns na época. Tal como foi notado por Milner, o programa de Vegécio aplica-se ao modelo do exército legionário, desvalorizando o uso de auxiliares bárbaros. O seu centro de interesse são os chamados ‘exércitos de campo’, pelo que é escusado procurar na *Epitoma* detalhes sobre a célebre distinção (hoje posta em causa, como vimos, por autores como Yann Le Bohec) entre *comitatenses* e *limitanei*, ou seja, entre um exército de retaguarda, mais tradicional e mobilizável em caso de necessidade, e um exército de fronteira, mais interventivo e fácil de manobrar, comandado pelos *duces limitis*¹⁷⁸.

O tratado de Vegécio deve ser entendido como uma obra selectiva, visando um equilíbrio que o autor ambiciona conseguir colmatando as lacunas do presente com as boas receitas e exemplos do passado militar romano. Neste sentido, Vegécio não é um autor que possamos ‘colar’ a uma determinada época, a sua obra atravessa os diversos períodos do Império Romano e as várias fases de desenvolvimento do seu extraordinário exército. Daí a dificuldade em compreender alguns dos capítulos da sua obra, onde ele conjuga – nem sempre de forma muito clara – elementos e preceitos de épocas muito distintas. Na *Epitoma*, está sempre presente o modelo inspirador do exército republicano e a luz gloriosa do exército do Alto-Império, mas também a sombra de um exército fragmentado e ‘barbarizado’, característico do tempo em que Vegécio escreve. Nesse sentido, Vegécio – que vive “no limiar da era bizantina” – configura “em certos aspectos, uma ponte entre as eras medieval e romano-clássica”¹⁷⁹. Por isso, ele é simultaneamente *passadista* (a sua nostalgia da organização militar do passado é por demais evidente), mas também, em certos aspectos, *perspicaz e premonitório* (dado que antecipa temas como a guerra naval, a importância das fortificações ou a guerra de desgaste, que serão nucleares nas estratégias militares medievais)¹⁸⁰.

Flávio Vegécio Renato construiu o seu tratado dividindo-o em quatro Partes ou Livros que, no total, perfazem 125 pequenos capítulos. É hoje aceite por todos os

investigadores que ele começou por compor um primeiro Livro, organizado em 28 capítulos e dedicado ao problema da selecção e do treino dos recrutas (ainda que incluía também alguns princípios gerais sobre a construção e a fortificação dos acampamentos). É o próprio Vegécio quem nos explica (no Prólogo do Livro II) que, tendo essa primeira parte sido bem acolhida na corte, foi o autor encorajado pelo imperador a completar o trabalho. Assim terão surgido os restantes três livros:

- o Livro II, que comporta 25 capítulos e que se ocupa da organização interna da legião antiga (diferença entre legião e tropas auxiliares, composição de uma legião, títulos e graus dos oficiais, cargos, promoções, insígnias e outros sinais de comunicação interna, ferramentas e máquinas, etc.);
- o Livro III, que tem um carácter mais ‘prático’ e que, por isso, ao longo dos seus 26 breves capítulos, se dedica à análise de temas como a marcha dos exércitos, a disposição dos acampamentos, os preparativos para a batalha, a ordenação da linha e suas variantes tácticas, a utilização de reservas, as retiradas, as perseguições, como enfrentar dispositivos especiais (ex.: quadrigas falcadas ou elefantes), cuidados a ter em caso de debandada, etc.. Este Livro, bastante mais ‘animado’, remata com um capítulo (o mais célebre de todo o tratado) intitulado “Regras gerais da guerra” e onde Vegécio sintetiza, em 32 máximas muito incisivas, os princípios estratégicos e tácticos essenciais a uma condução bem sucedida da guerra;
- o Livro IV, organizado em 46 capítulos e onde o tratadista aborda dois temas distintos: nos primeiros 30 capítulos, Vegécio trata da poliorcética, *i.e.*, do cerco de fortalezas e praças-fortes (incluindo algumas recomendações sobre a construção de muralhas e torres, conselhos sobre o abastecimento em vitualhas e em munições, e descrições de máquinas de cerco e de dispositivos utilizados pelos sitiados na respectiva neutralização); nos últimos 16 capítulos, o autor ocupa-se da guerra naval: preceitos do combate na água, títulos dos oficiais, tipos e construção de navios, indicações sobre os ventos e sobre as marés, género de armas usadas a bordo, e procedimentos a ter para armar ciladas e para travar combate aberto no mar.

Segundo Michael Reeve, o Livro I deve ter circulado num único rolo (ou *volumen*). Depois do acrescento dos Livros II, III e IV, o *codex* terá sido o suporte adequado ao conjunto da *Epitoma*. No entanto, nada no texto denuncia a forma que Vegécio teria em mente quando escreveu o tratado, e a nova configuração não parece ter provocado mudanças tais no teor das assinaturas para que se pense numa circulação em rolos separados¹⁸¹.

Não há dúvida de que tudo resultou do sucesso do Livro I, que Milner considera como um “*paper*” destinado à instrução do imperador¹⁸², visando melhorar o recrutamento e o treino dos cidadãos romanos (para Vegécio, ciente dos riscos da ‘barbarização’ do exército coevo, a fonte de um recrutamento de qualidade). Neste Livro I, são definidas as bases de tudo, pois é em especial nele que se guardam os segredos da formação de um exército bem sucedido: recrutamento cuidadoso e treino intensivo e regular, implicando sentido de responsabilidade para com a legião, para com o imperador e mesmo para com o conjunto da sociedade (cujo “bem” estava em causa proteger)¹⁸³. Vegécio vê o soldado comum como “um servidor do bem público e o receptor de dinheiros públicos, o qual não devia desempenhar outra função senão a de levar por diante as guerras do imperador”; por isso, Vegécio “criticava aqueles que trocavam o serviço público pelo privado”¹⁸⁴. Allmand destaca ainda os vários temas fecundos (numa perspectiva de longevidade das ideias da *Epitoma*) que se encontram neste Livro I: a ênfase colocada nos peões e nos arqueiros (que voltariam a ser proeminentes nos finais da Idade Média); as conotações sociais associadas ao soldado (protecção do território e da propriedade); a visão do exército como um instrumento público que defende e promove o bem comum; etc.¹⁸⁵.

Encorajado a prosseguir o trabalho, Vegécio optou por completar o seu quadro da legião antiga, arriscando entrar por terrenos mais áridos e já menos passíveis de serem adaptados às condições do seu tempo (pensamos na velha hierarquia legionária), para logo depois se deter na abordagem do lado mais atraente da guerra, com as citadas “*Regulae bellorum generales*” a sintetizar o essencial da tática que se pretendia reanimar: abastecimento adequado; aproveitamento das boas oportunidades; prioridade à ‘virtude’ militar (que resultava da obediência, da disciplina e do treino) relativamente à ‘quantidade’ dos efectivos; versatilidade dos soldados (no que os peões levavam a palma aos cavaleiros) e importância da sua permanente disponibilidade para responder aos desafios; enfim, entendimento da guerra como algo que não podia ser deixado ao sabor da Fortuna¹⁸⁶. Por fim, o

Livro IV isolaria duas tarefas distintas (a guerra de cerco e a guerra naval), numa mistura que suscitou alguma perplexidade. Por esse motivo, muitos manuscritos, sobretudo a partir do séc. XIII, apresentam a obra dividida em cinco Livros, em vez de quatro, provocando erros de edição que se prolongaram até meados do séc. XIX. Como explica Richardot, como o Livro IV mistura poliorcética e guerra no mar, após o séc. VII, alguns copistas acharam que, por uma questão de clareza e de honestidade intelectual, deviam separar os capítulos desses temas em dois livros distintos. Um exemplo curioso é fornecido por um manuscrito do séc. X, hoje no Palácio do Escorial, que apresenta uma dupla numeração do Livro IV da *Epitoma*: uma a tinta vermelha (abrangendo os 46 capítulos do Livro) e outra a tinta preta (abrangendo apenas, em paralelo com a numeração a vermelho, os capítulos 31 a 46, sob o título de “Liber belli naualis”)¹⁸⁷...

3. As fontes, o método de trabalho e os objectivos

Chegados aqui, torna-se conveniente identificar as fontes utilizadas por Vegécio na composição dos quatro Livros do seu tratado – afinal, uma compilação *sui generis* dos escritos dos mais importantes autores militares do passado.

O próprio Vegécio, no cap. VIII do Livro I, enuncia as fontes onde foi beber: Catão-o-Antigo (223-149 a.C.), Aulo Cornélio Celso (inícios do séc. I d.C.), Sexto Júlio Frontino (c. 35-103 d.C.), Públio Tarutieno Paterno (segunda metade do séc. II d.C.) e as constituições dos imperadores Octávio Augusto (27 a.C.-14 d.C.), Trajano (98-117 d.C.) e Adriano (117-138 d.C.). Não fosse o leitor pensar que, na transição do Livro I (concebido em separado) para os restantes o tratadista mudara significativamente de alimento, Vegécio repete no capítulo III do Livro II a referência a algumas dessas fontes (as mais importantes: Catão e Frontino, *inter alii complures*). Assim, “não há razão para pensar que se subentenda um conjunto diferente de fontes para os Livros II a IV, que surgiram depois de o Livro I ter sido composto e que, portanto, merecem uma notícia separada”¹⁸⁸.

Diversas teorias foram produzidas para ligar as Partes do compêndio de Vegécio às obras daqueles autores. Dankfrid Schenk, em 1930, elaborou uma grelha que relacionava Celso com o Livro I da *Epitoma*, Paterno com o Livro II e Frontino com os Livros II, III e IV, reconhecendo que este último autor teria bebido na obras de Varrão e de Higino¹⁸⁹. No entanto, este método de associar um ou dois

autores a cada um dos livros da *Epitoma* não se mostrou fiável. De entre todos os estudiosos recentes que se dedicaram a este ‘trabalho de detective’, foi N. P. Milner (que assinou, em 1993/1996, uma boa tradução inglesa da *Epitoma*) o mais bem sucedido¹⁹⁰.

Milner começou por contestar a ideia defendida por alguns autores muito antigos (como G. Stewechius: Leiden, 1585), segundo a qual Vegécio teria estado na origem da não sobrevivência de algumas das suas fontes (como Catão, Celso, Paterno ou Frontino). Na verdade, o próprio Vegécio trabalhou decerto com resumos dessas fontes, que não devem ter tido possibilidade de sobrevivência autónoma! Segundo Milner, a principal fonte de Vegécio foi Catão-o-Antigo (ou Catão-o-Censor), um combatente na guerra contra Aníbal Barca (Segunda Guerra Púnica: 218-201 a.C.) e no desfiladeiro das Termópilas (Guerra Síria, 191 a.C.), questor de Cipião Africano na Sicília, embaixador romano na Grécia e um grande defensor da cultura e da língua latinas. Vegécio refere-o por diversas vezes ao longo do seu tratado e Milner considera que existem “paralelos convincentes” entre partes do Livro III da *Epitoma* e fragmentos (preservados noutras obras) de um *De Re Militari* da autoria de Marco Pórcio Catão. Um sintoma disso pode reconhecer-se na descrição que Vegécio faz da ordem de batalha da “antiga legião” (Livro III, cap. XIV), onde conserva os termos técnicos (obsoletos no tempo de Vegécio, mas vulgares nos sécs. III e II a.C.) das categorias dos combatentes: *principes, hastati, triarii*, etc. Mas outros sinais de Catão podem ser encontrados no substrato dos relatos de Vegécio sobre recrutamento e treino militares que constam dos Livros I, II e III: passagens literárias paralelas; alusões expressivas a situações históricas do tipo da vida após a Segunda Guerra Púnica (Livros I e III); uso (anómalo) da segunda pessoa do singular e tratamento por “tu” (Livro III)¹⁹¹; provável relação de algumas situações tácticas descritas neste Livro III com combates da Segunda Guerra Púnica – p. ex., com as batalhas de Canas, em 216 a.C. (cap. XIV), de Ilipa, em 206 a.C. (cap. XX), ou de Zama, em 202 a.C. (cap. XXIV); etc..

Não se pense, no entanto, que Vegécio fez um uso directo do desaparecido tratado de Catão. Tal como explica Milner, a maioria dos autores antigos que cita o *De Re Militari* de Catão usa como fonte Vérrio Flaco, um gramático do tempo de Cícero (a grande excepção é Aulo Gélio, um gramático latino do séc. II d.C., autor das *Noites Áticas*). Vegécio nunca menciona Catão e só num caso (Livro III, cap. XX) se pode comparar as palavras originais, não ficando todavia

claro se Vegécio tinha consciência de que estava a citar Catão (até porque houve lugar a uma modernização linguística do texto original). O nosso tratadista não deve, pois, ter acedido ao *De Re Militari*. Se o tivesse feito, ter-se-ia visto obrigado a interpretar dúzias de arcaísmos, mas não nos dá qualquer sinal de ter sido o caso. Uma obra que “era provavelmente uma raridade até quatrocentos anos antes, e que ninguém pode provar ter sido vista após Aulo Gélio, no séc. II, não estava seguramente nas mãos de Vegécio”¹⁹².

O problema da mediação do texto de Catão para Vegécio conduz-nos à segunda fonte principal de Vegécio: o escritor Sexto Júlio Frontino, que foi pretor, cônsul e governador militar da Bretanha em meados dos anos 70 d.C., tendo escrito, após o seu regresso a Roma (em 78 d.C.), um tratado sobre arte militar intitulado também *De re militari* (infelizmente perdido) e uma célebre compilação de estratégias militares antigas intitulada *Strategemata*. Em 1930, com base na análise do Livro III da *Epitoma*, Schenk levantou a hipótese de Frontino ter absorvido Catão. Milner admite esta possibilidade, mas precisando ser admissível que, por sua vez, o tenha feito através de Cornélio Celso (que escreveu durante o principado de Tibério, *i.e.*, entre Catão e Frontino). Desconhecemos hoje se o plano da (largamente perdida) *Encyclopaedia* de Celso se inspira, ou não, nas obras de Catão-o-Antigo, mas parece provável que Celso tenha transmitido a Frontino o material de Catão sobre o exército. Mediações deste tipo eram frequentes e é complexo identificá-las devido à tendência generalizada para se suprimir os nomes das fontes mais imediatas, ou para copiar autores que não chegam a ser nomeados. Neste contexto, era normal citarem-se autoridades em segunda ou em terceira mão (p. ex., é sabido que Júlio César cita Eratóstenes através de Posidónio). Temos por isso, “de contar com a possibilidade de Vegécio ter utilizado de facto compilações até de Frontino e de Paterno”¹⁹³.

Um dos exemplos mais expressivos fornecido por Milner tem que ver com as semelhanças entre o tratado de Vegécio e um *excursus* de Flávio Josefo (um judeu preso no cerco de Jotapata, em 67 d.C., e que passou depois para o campo romano, tendo descrito a partir daí algumas operações militares da “Guerra Judaica”) alusivo ao exército romano (disciplina, treino, filosofia, equipamento, construção de acampamentos, etc.). Este *excursus* lembra diversas passagens dos Livros I e II da *Epitoma*. Porém, a fonte de Vegécio é mais concisa. Se Josefo se baseou em Celso, então o material de Vegécio pode resultar de um resumo de Celso constante das obras de Frontino ou de Paterno, ou até de uma compilação de um deles (ou de ambos)¹⁹⁴!

O facto de se ter perdido o *De Re Militari* de Frontino dificulta a fixação destas ligações. Ainda assim, é geralmente admitido que o *Strategemata* deve ter fornecido *exempla* para essa obra de natureza mais teórica. Schenk deu-se ao trabalho de comparar o *Strategemata* com os Livros III e IV de Vegécio e o confronto forneceu algumas pistas sugestivas¹⁹⁵. Segundo Milner, para além de Catão e de Celso, Frontino pode também ter sido influenciado pelo *Strategikos* de Onesandro, um filósofo grego que escreveu em Roma nos meados do séc. I d.C.; daí que as semelhanças passíveis de serem apontadas entre Onesandro e Vegécio possam ter sido mediadas por Frontino, até porque Vegécio não devia conhecer a língua grega. Milner considera que os Livros III e IV da *Epitoma* têm muito de grego (sobretudo táctica terrestre e guerra naval) e recorda que o *Strategemata* cobre a história militar não apenas romana, mas também grega¹⁹⁶...

Considerámos até agora os casos das duas principais fontes de Vegécio: Catão e Frontino¹⁹⁷. Aludimos também a Celso e até a Paterno, igualmente citados por Vegécio. Mas o tratadista alude ainda às constituições de Augusto, Trajano e Adriano. Neste ponto, Milner admite que o mediador tenha sido Paterno, escritor antonino e prefeito do pretório sob Marco Aurélio e Cómodo, na segunda metade do séc. II d.C.. Paterno cobriu com detalhe (em quatro livros) quer antiguidades do exército romano (p. ex., na época de Rómulo), quer regulamentos correntes no séc. II d.C.. E o escritor João-o-Lídio cita-o como um retórico militar romano. Parece, portanto, boa a interpretação avançada há muito por Schenk e retomada por Milner, pressupondo que Vegécio só deveria estar a par de regulamentos militares *ad hoc*¹⁹⁸.

Três últimas notas sobre a questão das fontes utilizadas por Vegécio: no Livro IV da *Epitoma*, na parte dedicada à guerra naval (em especial nos caps. XXXIV a XXXVII, sobre a construção de navios, e nos caps. XXXVIII a XLII, sobre a navegação) parece ser clara a influência dos livros náuticos compostos por Marco Terêncio Varrão, um autor polígrafo da 1.^a metade do séc. I a.C. a quem se deve uma importante obra náutica, hoje perdida. De acordo com Milner, essa influência (mediada ou não por Frontino) é confirmada por fragmentos da obra perdida de Varrão em trabalhos de Plínio, de S. Isidoro de Sevilha e de Sérvio Honorato de Fulda (um comentador de Virgílio da 2.^a metade do séc. IV d.C.)¹⁹⁹. Por outro lado, há também vestígios de influências menos antigas, designadamente semelhanças com graduações de serviço militar e civil próprias do Baixo-Império²⁰⁰. E há ainda ambiguidades e aspectos menos conseguidos de

reconstrução de terminologias obsoletas, de que são exemplo as referências a centúrias de 100 homens e a coortes de cinco centúrias, o que Milner interpreta como exprimindo a influência das divisões decimais das unidades romanas tardias²⁰¹.

Cabe agora perguntar: com as fontes que teve à sua disposição, que tipo de trabalho é que Vegécio produziu? Sabemos já que se trata de um trabalho de compilação (o próprio título da obra o indica: *Epitoma*), não só no que diz respeito ao Livro I (conforme se afirma no cap. VIII) mas também aos outros três livros²⁰². Vegécio produziu “um resumo, um compêndio dos tratados e ordenações dos autores e imperadores do passado”, uma síntese “fundamental, pois é a única obra completa das instituições romanas que transitou para a Idade Média”²⁰³. Mas esse resumo foi um mero trabalho de, diríamos hoje, *copy-paste*, ou um trabalho original? Responder a esta questão implica fazer algumas considerações acerca do método de Vegécio.

Peter Russell escreveu que a *Epitoma* não é uma obra original, mas sim “um trabalho de cola-e-tesoura”. Para ele, a obra “não descreve o exército romano tal qual ele era ao tempo de Vegécio (...), nem como ele era exactamente em qualquer época”. Apesar disso, Russell reconhece que Vegécio “interveio na sua obra de quando em quando, manipulando as suas fontes de modo a justificar os pontos de vista políticos que tinha em mente ou para introduzir opiniões próprias”²⁰⁴.

Pelo seu lado, Milner, o mais bem posicionado dos autores para comentar a metodologia de Vegécio, atendendo à profundidade com que estudou as fontes por ele utilizadas, considera que a *Epitoma* se inclui no género dos compêndios de tratados técnicos, tendo sido composto, não na modalidade de resumo fiel de outros trabalhos (preservando a sua ordem geral e arrumação próprias), mas sim num formato de mosaico do tipo “cortar e colar”, sendo “amplamente aumentado e interpretado pelo compilador”²⁰⁵. Milner analisa mesmo a forma como Vegécio “alargou grandemente o escasso material de que dispunha como fonte, a propósito do treino e organização da ‘antiga legião’” (Livros I e II): subdivisão dos temas; repetição de materiais; recurso a etimologias antigas, a glosas modernas, a adornos com alusões literárias e a *exempla* históricos; explicação médica de alguns fenómenos; referências a devoções e piedades cristãs; reconstrução de instituições antigas a partir de conjecturas inteligentes, por vezes baseadas, ao que parece, na prática do serviço militar coevo; ênfases de vários géneros; etc.. No Livro III

(p. ex., a propósito da obtenção e preservação dos mantimentos, ou da guerra de desgaste) e no Livro IV (no que toca, p. ex., à defesa de cidades e das linhas de abastecimento, ao armamento pesado ou às emboscadas na guerra naval), existem também alguns exemplos de recurso a uma metodologia semelhante²⁰⁶. Em síntese, o método de compilador utilizado por Vegécio foi razoavelmente cuidadoso, embora não tenha tido “exactidão académica”: ele distribuiu rapidamente o material no seu conjunto, de acordo com um esquema geral desenhado com inteligência; e o resultado aguenta uma comparação favorável com o de Eutrópio, o de Victor e o de outros autores de corte coevos, que “combinavam a escrita literária com a vida pública de atarefados homens de negócios”²⁰⁷.

Entendimento semelhante teve Allmand, que pergunta se a *Epitoma* é “um resumo ordenado das obras de outros autores, ou antes uma criação original do autor, ainda que eclética no uso que faz das suas fontes e ideias?”. Este investigador de Liverpool, que conhece muitos dos manuscritos da *Epitoma* e prepara um estudo original sobre Vegécio e a sua recepção na Idade Média, responde lembrando que a investigação recente aponta mais para a segunda hipótese²⁰⁸.

Havendo convergência relativamente à apreciação global do método utilizado por Vegécio, vale a pena passar agora a uma análise mais particularizada da composição da *Epitoma*. Neste ponto, é quase obrigatório começar por referir as “Regras gerais da guerra” (Livro III, cap. XXVI), a parte mais célebre do tratado. Reeve, não afastando completamente as dúvidas emitidas por Lang a respeito da sua inclusão na versão original da *Epitoma*, reconhece que elas podem ser entendidas como uma rara quebra de continuidade na sequência do compêndio. Elas surgem desligadas umas das outras e não são sequer introduzidas por qualquer preâmbulo, pelo que seriam quase extravagantes sem o título unificador de “Regulae bellorum generales”²⁰⁹. Milner, entretanto, sugere uma explicação para o mais apreciado capítulo da *Epitoma*: diz ele que as “Regras” que rematam o Livro III funcionam como um *aide-mémoire*, de acordo com a técnica da “recapitulação” tão apreciada pelos escritores didácticos da Antiguidade Tardia. Serão um caso especial de repetição de ideias e não devem ser comparadas com outras repetições que se podem detectar no tratado e que resultam mais das obrigações de redacção de Vegécio e da necessidade de completar os propósitos teóricos expostos no Livro II com a respectiva aplicação prática, assunto a que se dedica sobretudo o Livro III (*vide*, p. ex., a questão da colocação da legião em ordem de batalha)²¹⁰.

Mas há outros aspectos da composição e organização interna da *Epitoma* que podem ser discutidos. Em 1988, Lester tocou num ponto importante, que já tinha, perto de um século antes, preocupado Carl Lang: a questão dos sumários e dos índices e títulos dos capítulos. Para Lester, terá sido o editor de Constantinopla, Flávio Eutrópio, quem, em 450, “foi provavelmente responsável pelo acrescento dos sumários dos capítulos que hoje são encarados como uma parte inseparável do texto latino”; para Lester, a prova disso é a já citada declaração de Eutrópio, onde se pode ler que “Fl. Eutropius emendauit sine exemplario (...)”²¹¹. O assunto foi recentemente analisado por Michael Reeve²¹², que começa por defender que Vegécio deve ter escrito o brevíssimo sumário com que se inicia o tratado e também os títulos – que apresentam, ambos, os finais de frases habituais em Vegécio. O facto de o autor declarar (no Prólogo do Livro II) que ofereceu o Livro I ao imperador, tendo depois sido encorajado a escrever o resto, não deve ser posto em dúvida e ajuda até a explicar algumas características da obra: i) a ausência de um Prefácio ao conjunto do tratado; ii) a presença, em vez disso, de um curto sumário do conteúdo de cada Livro, logo a abrir a *Epitoma*; iii) a última frase desse sumário (“In omni autem proelio non tanto multitudo et virtus indocta quam ars et exercitium solent praestare victoriam”), um acrescento tão desadequado que Lang o suprimiu e todos os editores desde 1487 transpuseram para o início do cap. I do Livro I (solução que Önnersfors restabeleceu em 1995 e que Milner seguiu em 1993 e 1996)²¹³. Reeve recorda depois a opinião de Carl Lang, segundo a qual Vegécio não escreveu nenhum índice geral de cada parte da *Epitoma*, nem os títulos dos capítulos ao longo do texto: o que temos hoje seria o resultado de *marginalia* acrescentadas por um leitor qualquer e incorporadas na continuação da tradição manuscrita. Porém, alega Reeve, ninguém aceitou esta interpretação, ainda que se reconheça que falta esclarecer se Vegécio escreveu tanto os índices gerais de cada Livro como os títulos no corpo do texto (capítulo a capítulo), ou se apenas escreveu uma das coisas (e qual delas), tendo a transmissão feito o resto. Por isso, Reeve considera que é importante estudar as palavras de ligação (*sed/vero/autem/tamen, ergo/igitur, quoque/etiam/praeterea, enim*) e – acrescentamos nós – verificar se os títulos de cada capítulo correspondem exactamente ao respectivo conteúdo. Uma outra hipótese levantada por Michael Reeve é a de Vegécio poder ter fornecido os índices de capítulos numerados e depois, ao longo do texto, repetido apenas os números.

Trata-se de matérias complexas e de esclarecimento difícil. Mas não deixaremos de recordar uma observação de Peter Russell, num notável estudo que realizou em 1985 sobre a actividade dos tradutores da Península Ibérica entre 1400 e 1500. Escreveu Russell que uma das características dos prosadores latinos que mais desconcertava os tradutores tardo-medievais era a ausência (ou escassez) de um aparato analítico: índices detalhados, capítulos curtos subdividindo o tema, rubricas explicativas encabeçando cada capítulo, etc. Era a chamada *ordinatio*. Ora, “quando a tradição manuscrita medieval não tinha já ‘ordenado’ o texto clássico, os nossos tradutores peninsulares faziam-no por conta própria, ou então adoptavam os acrescentos deste tipo que se encontravam em versões italianas ou francesas”. O tradutor castelhano da *Ética* de Aristóteles, p. ex., optou por ‘capitular’ a sua versão para evitar o fastio e a prolixidade das conclusões: “o leitor medieval sentia-se despistado se não dispusesse de indicadores para o guiar passo a passo através dos argumentos”²¹⁴.

Estes comentários de Peter Russell – ainda que não alusivos a Vegécio – levantam também o problema das interpolações e acrescentos a que o texto original da *Epitoma* pode ter estado sujeito ao longo dos séculos, tanto mais que ele foi extremamente divulgado (*i.e.*, copiado, traduzido, comentado) por todo o Ocidente europeu ao longo da Idade Média. Segundo Michael Reeve, Lang e Gemoll pensavam que o texto original conheceu uma extensa interpolação, mas quase ninguém concordou com isso e o próprio Reeve discorda dessa interpretação (apesar das dúvidas acerca das “Regras gerais” não deverem ser descartadas). Para Reeve, tal como para Milner, as repetições de palavras e incongruências que se podem detectar na *Epitoma* resultam do próprio processo de compilação, e Vegécio (Livro II, cap. IV) até pede desculpa pela sua opacidade nos trechos mais confusos do tratado: os relativos à estrutura da legião e à formação da linha de batalha. Segundo Reeve, nas partículas de ligação também se podem encontrar provas do método compilatório do autor, ou pelo menos de rectificações e ajustamentos. No seu conjunto, porém, Reeve considera que “poucos textos antigos estão tão bem preservados” como a *Epitoma rei militaris*; e, “para alguns termos militares, os manuscritos da *Epitoma* fornecem a única atestação, a atestação mais antiga ou uma das poucas atestações”²¹⁵.

Uma última pergunta: merecia um trabalho destes um final diverso daquele que podemos ler hoje? Ou seja, um final mais forte e com uma alocução ao imperador que encomendou os Livros II a IV, do género da que remata o Livro III, ou da

que, no Livro IV (cap. XXXI), assinala a transição dos capítulos que se dedicam à guerra de cerco para os que abordam a guerra naval? A questão é pertinente e foi também colocada por M. D. Reeve, que no entanto recorda que os Livros I e II são mais pequenos do que o Livro IV e que a referência às *lusoriae*, na última frase do tratado, remata o tema das *classes*, tal como Vegécio o definira no cap. I do seu Livro II. Não há, portanto, razão para pensar que o final que conhecemos hoje tenha sido amputado no decurso da transmissão do texto. Aliás, conclui Reeve, a assinatura de Flávio Eutrópio nem sequer teria sobrevivido se, em 450, ele a tivesse anexado a uma versão da *Epitoma* que fosse além daquilo que chegou até nós²¹⁶...

Identificadas as fontes, discutido o método de trabalho e consideradas as principais questões de composição e organização interna do tratado, que comentário-balanço podemos fazer sobre a *Epitoma rei militaris*? Poderá ela ser considerada como uma verdadeira “arte da guerra”?

Em 1993 e 1996, Milner defendeu com veemência a ideia de que não pode acusar-se o autor da *Epitoma* de ter confundido as instituições dos diversos períodos do Império Romano: ele não era um *historiador*, mas mais um *político* que pretendia reformar as instituições e o pensamento estratégico. Vegécio queria era recheiar o modelo militar recolhido em Catão de uma forma útil ao exército do seu tempo; ele não tinha interesse numa abordagem histórica. A *Epitoma* não deve, pois, ser vista como uma “arte da guerra”, mas sim como um tratado político e estratégico, onde o exército de Catão é adaptado às circunstâncias do presente²¹⁷. Aliás, se a *Epitoma* cobre somente as áreas que Vegécio considerava carentes de reformas, ela “fornece apenas uma ideia incompleta das diversas secções da arte da guerra”²¹⁸. Allmand perfilhou esta interpretação, afirmando que a *Epitoma* não deve ser vista como uma “arte da guerra”, mas mais como “uma tentativa, por parte de um reformista, de imprimir uma melhoria ao exército do ano Quatrocentos”²¹⁹. Vegécio acreditava sobretudo na importância de conhecer as experiências do passado, através da cultura escrita: ele refere-se muito à *doctrina armorum*, expressão que um dos maiores tradutores de Vegécio (Jean de Meun, no séc. XIII) verteria para “l’usage et la science des armes”. Para Vegécio, o combate era algo que se podia ensinar e aprender, o que coloca a *Epitoma* “na categoria das obras didácticas destinadas a instruir”²²⁰. Talvez por esse motivo Richardot tenha considerado que a *Epitoma* – o projecto de um reformador, com

uma forte marca da cultura clássica – não é *apenas* um tratado de arte militar: ele toca a política e até a filosofia²²¹...

Não restam dúvidas sobre a força-motriz das reformas que todos reconhecem que Vegécio pretendia levar a cabo, num tratado que, não sendo uma “arte da guerra” no sentido exacto do termo, acabou talvez por ser bem mais do que isso. Como sintetiza Milner, em Vegécio ardia “o desejo de reduzir e desvalorizar o papel de todas as forças étnicas não romanas”²²². Ele quis purgar a preponderância bárbara no exército romano (tal como Sinésio em Constantinopla, em 399, e o prefeito Aureliano, levando ao abandono da Dácia e da Macedónia por Alarico, o Godo que fora mestre das milícias da Ilíria desde 397). Vegécio não estava sozinho neste propósito e são até conhecidos exemplos de purgas de bárbaros nesta época, como o massacre dos soldados godos que serviam no exército oriental (após o desastre romano em Adrianopla) ou o massacre de famílias de soldados godos ao serviço de Roma, em 408, a seguir à queda do *magister utriusque militiae* Estilício (o que acabaria por provocar a deserção de 30 000 soldados godos, que optaram por se juntar a Alarico, precipitando os cercos de Roma em 408 e 409 e o saque da cidade eterna em 410). Porém, as reformas que Vegécio desejava eram muito difíceis de implementar²²³. Os exércitos do tipo “horda” que Teodósio formou contra os usurpadores Máximo (em 388) e Eugénio (em 394) anunciavam uma nova era, com os governantes romanos a depender dos *condottieri* bárbaros para o recrutamento temporário de forças que eles próprios já não conseguiam manter. Os exércitos móveis que Vegécio tentou salvar desapareceriam no século seguinte do Império Romano do Ocidente, embora muitas das suas ‘cópias’ tenham sobrevivido na parte oriental do Império até ao séc. VI, ou mesmo para além dessa data²²⁴.

4. A saga da *Epitoma* ao longo dos séculos

Foi Christopher Allmand quem definiu de uma forma mais apelativa o sucesso que a *Epitoma rei militaris* conheceu até, pelo menos, 1500: disse ele que a *Epitoma* foi ... “um *best-seller* medieval”²²⁵. A sua popularidade ter-se-á ficado a dever ao facto de ser “uma obra simultaneamente informativa e didáctica, uma obra com a qual uma pessoa podia aprender lições úteis para a sua época”²²⁶.

A tradição manuscrita

Existem várias maneiras de avaliar a influência de uma obra composta na Antiguidade Tardia. Uma delas é verificar o rasto que deixou, em termos de manuscritos, ao longo da Idade Média. Como explica Michael Reeve²²⁷, devem-se a Friedrich Haase e a Willem du Rieu, entre 1835 e 1860, as primeiras tentativas sérias de estudo da tradição medieval da *Epitoma*. Haase publicou apenas um resumo dos seus resultados (Berlim 1847 e Breslau 1860), enquanto W. du Rieu ofereceu o seu material a Carl Lang, que em 1869 publicaria pela Teubner a sua primeira edição da *Epitoma*. Em 1885, surgiria a segunda edição, muito mais completa e onde Lang arrolava já bem mais de 100 manuscritos, atribuindo, tal como Haase, ao séc. X o mais antigo deles. Muito mais tarde, em 1979, C. R. Schrader, arrolou todos os manuscritos que encontrou (324 segundo Lester, situados entre os sécs. VII e XVII²²⁸), incluindo manuscritos latinos integrais, resumos latinos e traduções vernáculas. Em 2000, o próprio Reeve conseguiu acrescentar 22 manuscritos à lista de integrais latinos de Schrader²²⁹, para quatro anos volvidos, ao apresentar a sua edição crítica da *Epitoma*, juntar mais dois, de que teve conhecimento graças a Allmand²³⁰. Deste modo, incluindo as seis edições (independentes) aparecidas até 1488, elevam-se hoje a 226 os testemunhos integrais do texto latino referenciados com toda a segurança²³¹. Um dos mais recentes editores da obra, Alf Önnersfors (Teubner, 1995) fez recuar ao séc. IX os manuscritos latinos integrais mais antigos, mas Reeve admite que se poderá chegar ainda mais longe²³².

Se considerarmos o conjunto dos testemunhos, ou seja todos os manuscritos latinos (integrais ou não) e as traduções para língua vernácula, então o total ascende, como já prevenira Schrader, a mais de 320 manuscritos, com datas situadas entre os sécs. VII e XIX²³³. Algo de impressionante e que constitui “um indício claro do interesse que o mundo tinha pela obra de Vegécio”²³⁴. Até porque as traduções revelam a preocupação em disponibilizar o conteúdo da obra a um público muito mais vasto, e os *excerpta* constituíram uma forma muito popular do tratado.

Devemos a Philippe Richardot (1998) o estudo mais completo sobre a memória da *Epitoma rei militaris* ao longo dos séculos. Este investigador de Aix-en-Provence reuniu um conjunto de informação notável acerca dessa matéria e nós trataremos de aproveitar aqui os aspectos mais relevantes do seu trabalho. Em primeiro lugar, vale a pena explicitar que, do total de mais de 320 manuscritos sobreviventes

identificados (Richardot fala mesmo em 331), quase 75% são latinos, sendo de salientar que o total de manuscritos posteriores a 1500 constitui menos de 6% do total²³⁵. Quanto à origem geográfica dos manuscritos (não há traduções antes do séc. XIII), embora apenas em pouco mais de um quarto dos casos ela possa ser determinada com exactidão (em c. 44% das vezes não há qualquer indicação e as restantes suscitam simples conjecturas), é visível que se centra (muitíssimo) no Ocidente europeu²³⁶.

Mas deixemos os números e apreciemos alguns casos mais sedutores. Um deles (o Ms. latino 7231 da B. N., Paris) constitui uma preciosidade: trata-se de um manuscrito copiado no séc. XI, na abadia de Saint-Martial de Limoges, pelo monge e cronista Ademar de Chabannes. Mas há também um manuscrito francês do séc. XII (B. A. do Vaticano) que parece ter ido à Terra Santa no séc. XIII, tendo regressado à Península Itálica na centúria seguinte²³⁷. Situações deste género lembram que a *Epitoma* foi objecto de ofertas a instituições religiosas, motivo da ânsia de bibliófilos como Luís XI (rei de França, 1461-1483), mas também alvo de destruições, p. ex., durante o saque de Constantinopla pelos Cruzados, em 1204, ou no decurso das guerras do séc. XX²³⁸.

A notícia mais antiga da circulação da *Epitoma* vem de Constantinopla, em 450 (trata-se da já citada edição de Flávio Eutrópio), enquanto o testemunho material mais precoce (um resumo da *Epitoma*) data do séc. VII: é o também já mencionado Ms. *Vaticanus Regimensis* 2077. Entre 450 e o séc. VII não há qualquer vestígio da *Epitoma*, apesar de autores que viveram nesse intervalo de tempo, como S. Isidoro de Sevilha ou Beda-o-Venerável, terem conhecimento da obra. Desde 450 que também não se conhecem edições da *Epitoma* no mundo bizantino, de língua grega, pelo que Vegécio terá ficado confinado ao Ocidente medieval²³⁹.

O ponto mais baixo de frequência da *Epitoma* é o período compreendido entre 476 (data da deposição de Rómulo Augústulo por Odoacro) e os finais do séc. VII – uma situação comparável à de muitas outras obras clássicas, devido aos problemas de conservação. Com o Renascimento Carolíngio, houve lugar a uma revitalização da obra: conhecem-se quatro manuscritos do séc. IX, onze do séc. X e seis do séc. XI. Durante este período (Alta Idade Média), as principais redes de difusão do tratado de Vegécio encontram-se localizadas em França, na Itália e na Suíça. No séc. XII, verifica-se uma clara aceleração na divulgação da obra (14 manuscritos) e, sobretudo, dá-se o início da “tradição política” de Vegécio, em resultado da larga utilização que dele faz João de Salisbúria na célebre

obra *Policraticus* (1159). Nos dois séculos seguintes, a *Epitoma* e o *Policraticus* conhecem um sucesso paralelo. A conquista normanda da Inglaterra e o início da dinastia angevina reforçaram os contactos entre a França e a Inglaterra, com o anglo-normando a substituir o saxão entre as elites inglesas, pelo que não é de estranhar que nos sécs. XII e XIII se registre um claro predomínio franco-britânico na divulgação da *Epitoma* (21 manuscritos num total de 33, dos quais cinco correspondem a traduções). Surgem também cópias em Itália e dá-se um declínio da popularidade da obra tanto na Suíça como na Alemanha. Como conclui Richardot, a difusão da *Epitoma* acompanhava a deslocação dos centros do poder²⁴⁰.

Na segunda metade do séc. XIII, começou a era da tradução da *Epitoma*. Nesta centúria, há já seis traduções vernaculares (em anglo-normando, em francês e em italiano) para 17 manuscritos latinos. A primeira dessas traduções foi feita em anglo-normando, no terceiro quartel do séc. XIII. Entre finais do séc. XIII e o séc. XV, a principal língua de tradução da *Epitoma* é o francês (com 44 em 77 traduções). Porém, os manuscritos sobreviventes dão também conta de traduções de Vegécio noutras sete línguas: anglo-normando, italiano, inglês, castelhano, catalão, alemão e judaico-alemão. Embora não exista hoje nenhum testemunho material disso, é provável que a *Epitoma* tenha sido também traduzida para a língua portuguesa na primeira metade do séc. XV (*vide infra*). Podemos acrescentar que são muito escassas as traduções italianas da *Epitoma* (apenas dois manuscritos, em toda a Idade Média), enquanto em Inglaterra elas só aparecem no séc. XV, o que bem se compreende dado que o francês permaneceu até tarde como a língua dominante entre os nobres ingleses. Na Alemanha, as traduções também são tardias, embora deva ser ressaltado que os países de língua germânica têm, para toda a Idade Média, um número de manuscritos da *Epitoma* superior ao da Inglaterra e semelhante ao da França. Quanto à Espanha, Richardot referencia somente seis manuscritos latinos, o mais antigo dos quais datando do séc. XIII. No entanto, é bom não perder de vista que S. Isidoro de Sevilha foi o primeiro autor medieval a referir-se à *Epitoma*. Na tradição hispânica do tratado de Vegécio, existe um “abismo” entre os sécs. VII e XIII, relacionável com as aventuras da Reconquista. Em Espanha, Vegécio parece só regressar com o rei castelhano-leonês Afonso X (1252-1284), mas no séc. XV já existem diversos – sete, de acordo com Peter Russell²⁴¹ – manuscritos de uma tradução castelhana da *Epitoma*; também aqui, tal como na França e na Inglaterra de Quatrocentos,

a tradução levou a melhor sobre o latim. Um outro aspecto interessante é a raridade de manuscritos de Vegécio fora do Ocidente latino medieval: apenas um manuscrito originário de Praga (do séc. XV), dois manuscritos suecos (também do séc. XV, talvez aquisições modernas feitas no estrangeiro) e ainda uma cópia da *Epitoma* contendo apenas extractos da obra, feita em 1440 na ilha de Rodas (o bastião avançado da Cristandade latina)²⁴².

A popularidade de Vegécio pode também ser evidenciada através de uma comparação sugestiva. Richardot contabilizou o número de manuscritos da *Epitoma* com data anterior a 1300 (58 manuscritos) e comparou-o com o de vários grandes autores clássicos: até essa data (em que começa a inflação de manuscritos latinos²⁴³), Vegécio é o autor mais copiado de todos, a seguir a Cícero (600 manuscritos), Ovídio (305) e Virgílio (223). Supera Plínio-o-Antigo (52 manuscritos), César (41), Tito Lívio (41), Valério Máximo (41), Vitruvius (28), Frontino (9), Columela (7) e tantos outros! Vegécio é o autor *técnico* mais divulgado, à frente de Vitruvius (arquitectura) e de Columela (agricultura)²⁴⁴.

Convém também destacar a existência de muitos manuscritos “mistos”. O tratado de Vegécio aparece muitas vezes associado (por mero acaso ou de forma deliberada) a outros textos, que Richardot subdivide em quatro categorias: i) textos diversos (podendo a *Epitoma* surgir ao lado de trabalhos de Cícero, de Quintiliano, de Severiano ou de S. Agostinho, numa espécie de “recolha humanista” própria da Alta Idade Média); ii) associação de Vegécio com inventários, textos de lei ou enciclopédias medievais (como que exprimindo a intenção de conservar diversas amostras do passado); iii) inclusão da *Epitoma* em classificações temáticas, com intenção aparente de constituir “sumas” (p. ex., de imperadores romanos, emparceirando Vegécio com Aurélio Victor); iv) associação entre Vegécio e outros autores que escreveram sobre temas militares (como Frontino, Raimundo Lulo, Cristina de Pisano ou mesmo o Livro I dos *Macabeus*), compondo uma espécie de “antologia da guerra”²⁴⁵.

Não devemos perder de vista que muitos manuscritos da *Epitoma* apresentam apenas excertos ou resumos da obra, já que a muitos leitores só interessaria uma fracção daquilo que Vegécio escreveu. Por exemplo, para fins etimológicos (como sucede com S. Isidoro de Sevilha e até com Beda); ou para obter conhecimentos úteis para a arte militar coeva; ou ainda para recolha de informações com valor histórico. Indiscutível, nestas escolhas, é a atenção que foi dedicada às “Regras gerais da guerra”. Muitas traduções particulares dos sécs. XIV e XV incidem

sobre estas “Regras”. Entre os principais ‘abreviadores’ da *Epitoma* destacam-se Sedúlio Escoto (humanista irlandês) e Rábano Mauro (abade de Fulda), destacadas personagens da vida cultural europeia de meados do séc. IX. Também as traduções da *Epitoma* (em especial a que Jean de Meun preparou em França no séc. XIII) foram muito aproveitadas para resumos²⁴⁶.

Como seria de esperar, a impressão do tratado de Vegécio foi bastante precoce, devendo ter ocorrido por volta de 1473 ou 1474, primeiro em Utrecht, ao que parece, e, logo depois (por volta de 1475), em Colónia (edição muito corrompida), em Paris (parcialmente contaminada) e em Augsburg (edição de que sobrevivem apenas algumas folhas, a maioria impressas só de um lado, podendo nunca ter conhecido uma impressão integral). Em 1487, surgiria a primeira impressão italiana, em Roma, preparada por Giovanni Sulpizio da Veroli (que também publicou, no espaço de poucos meses, Frontino, Élio e o Pseudo-Modesto); no ano seguinte (1488), apareceria em Pescia uma outra edição da *Epitoma* (com duas versões). Segundo Michael Reeve, apesar dos seus muitos erros, todas as edições tardias anteriores às de Carl Lang (1869 e 1885) derivam da edição de Roma²⁴⁷. Para o séc. XV, Richardot contabilizou 11 a 14 edições ou reedições do tratado de Vegécio. A conclusão impõe-se por si: Vegécio foi o primeiro autor militar a ser traduzido e impresso! Graças à impressão (frequente nos países renanos), a Alemanha recuperou, aliás, o seu atraso na divulgação da *Epitoma*. Nos sécs. XV e XVI convivem ainda, no que a Vegécio diz respeito, tradição manuscrita e impressão. Em Inglaterra, curiosamente, as primeiras traduções da *Epitoma* não chegaram a ser impressas. Em Itália, houve lugar a muitas edições entre 1487 e 1505, notando-se que Vegécio principiava então a ser vendido em “recolhas de autores militares antigos”, para melhor escoamento dos invendidos: a evolução da arte militar começava a preferir o autor da *Epitoma*, que assim transitava para a categoria da “cultura clássica”, perdendo actualidade²⁴⁸.

Traduções e tradutores

Gostaríamos agora de examinar mais em detalhe a questão das traduções. Não tanto pela curiosidade que as informações que vamos apresentar possa ter em si mesma, mas porque isso nos ajudará a compreender melhor a recepção de Vegécio no Ocidente europeu.

A primeira tradução da *Epitoma rei militaris* para vernáculo foi feita, como vimos, em anglo-normando. Foi seu autor “Maître Richard” e o único manuscrito sobrevivente (que se supõe ser o original) encontra-se actualmente em Cambridge. Não há certezas quanto à data desta tradução, dedicada a “Lord Edward” (de Inglaterra). Se se tratar de Eduardo I (rei entre 1272 e 1307) e não de Eduardo II (1307-1327), esta tradução pode ter sido feita logo em 1254-1256, reinando ainda Henrique III. Porém, a maioria dos autores inclina-se para uma data um pouco posterior: 1271-1272, durante uma estada do jovem príncipe Eduardo na Terra Santa. Neste caso, a tradução teria sido composta num cenário bem adequado: em S. João de Acre, cidade de referência dos Cruzados, escassos 20 anos antes da sua queda às mãos dos Mamelucos. A tradução foi feita a pedido da esposa de Eduardo (Leonor de Castela) e o tradutor era o médico pessoal do futuro monarca²⁴⁹.

As traduções francesas (*i.e.*, em *langue d'oïl*) iniciaram-se pouco tempo depois. A primeira, e mais importante de todas, foi preparada por Jean de Meun, em 1284, ao que parece por encomenda de João de Brienne, conde de Eu (cujo pai, Afonso de Brienne, morrera ao lado de S. Luís em Tunes, durante a 7.^a Cruzada, e cujo avô João fora um dos líderes da 5.^a Cruzada na Terra Santa)²⁵⁰. Inaugurava-se assim uma série fecunda, que prosseguiria logo em 1286-1290 com uma tradução em verso, da autoria de Jean Priorat. Por volta de 1320, pela mão de um cavaleiro do Hospital, Jean de Vignay, surgiria uma terceira versão francesa da *Epitoma*, a que se somaria, ainda no séc. XIV (c. 1335), uma outra, bastante informal e parcelar e também em verso, da responsabilidade de Philippe de Vitry (secretário do rei Filipe-o-Belo). Mas, para além das quatro traduções citadas, outras houve, anónimas (como uma de inícios do séc. XIV, baseada na versão de Jean de Meun), ou em versão fortemente *abrégée*, o que levou Lester a escrever que Vegécio foi, logo a seguir a Boécio, “o autor clássico mais frequentemente traduzido para francês na época medieval”²⁵¹.

Em Inglaterra, leu-se a *Epitoma* em francês até muito tarde. Assim a conheceram personagens famosas como Sir John Fastolf (1378-1453) ou o duque de Gloucester, Humphrey (1391-1447). A primeira versão inglesa de Vegécio surge apenas em 1408, sob o título “The Book of Vegecye of Dedes of Knightode”. De acordo com o cólofon de alguns manuscritos, trata-se de uma encomenda do Lorde de Berkeley, provavelmente Thomas IV (n. 1352), um activo lencastriano e protagonista de uma impressionante carreira militar²⁵². Com 11 manuscritos sobreviventes, esta deve ter

sido a mais autorizada e popular de todas as traduções inglesas de Vegécio. Em três dos manuscritos desta tradução, que segue de perto o texto latino (embora, curiosamente, o número de capítulos não seja sempre igual), o nome do tradutor é dado sob a forma de um logogrifo ou pictograma, que foi por vezes interpretado como “Walton”. Segundo demonstrou Lester, o tradutor não pode ter sido (como muitos pensavam) John Trevisa, vigário de Berkeley entre c. 1390 e 1402, um homem de letras que beneficiou do patronato da família Berkeley, que gostava de livros e para quem Trevisa traduziu, entre outros, Higden e Gil de Roma. É que Trevisa faleceu em 1402 e a tradução informa que o trabalho ficou concluído a 30 de Outubro de 1408... Assim, a menos que tenha havido um erro do escriba no registo da data de 1408, há que procurar alternativas para identificação do autor, o que implica resolver o “criptograma suplicador” (G. Lester)²⁵³. Em 1458 (ou em 1459), surgiria em Inglaterra uma segunda versão da *Epitoma*, da autoria de Robert Parker, um padre que vivia em Calais. Intitulou-se “Knightode and Bataille”. Trata-se, neste caso, de uma mera paráfrase em verso, que não segue nenhum modelo e que apresenta apenas 3.028 linhas, tendo o tradutor encarado a *Epitoma* como um livro sobre a cavalaria. Esta segunda versão inglesa terá sido encomendada pelo visconde John de Beaumont e destinar-se-ia à educação militar de Henrique VI (assassinado na Torre de Londres em 1471). Tal como sucedeu com as versões francesas em verso (a de Jean Priorat e a de Philippe de Vitry), o trabalho de Robert Parker conheceria pouco sucesso, o que não deixa de ser sugestivo²⁵⁴. Em 1459, seria copiada em Rodes, por John Newton, a tradução inglesa de 1408. Finalmente, em 1494, apareceria ainda uma outra versão insular da *Epitoma*, em prosa escocesa, da autoria de Adam Loutfut. Trata-se de uma versão amputada, pois não inclui o Livro IV (e os Livros I a III são só resumidos)²⁵⁵.

As características das duas primeiras traduções inglesas, que foram estudadas por Lester e por Allmand, permitem um comentário suplementar. Segundo Lester, na tradução de 1408, nota-se um desejo por vezes obsessivo do autor em traduzir o texto latino de uma forma precisa e clara (estratégia bem mais difícil de cumprir nos prólogos e epílogos da obra). O tradutor recorre com frequência à expansão do seu texto, alcançando um total de 50 000 palavras, o que equivale a cerca do dobro do texto latino! Também devem ser realçadas algumas interpolações curiosas (p. ex., sobre Aníbal Barca ou sobre a bandeira romana com o Minotauro), assim como explicações de alguns termos latinos (como “dictatura”, “armatura” ou “annonna”). No entanto, Lester reconhece que

muito material poderia já estar acumulado no texto latino de origem, sob a forma de *marginalia* ou mesmo integrado no corpo do texto. Há também momentos em que o tradutor faz omissões e simplificações, por vezes para deixar de fora material complicado de traduzir (p. ex., as formações de batalha em “cunha”, em “serra” e em “tenaz” que surgem no Livro II, caps. XVIII e XIX), ou para evitar repetições, ou então por não saber converter termos técnicos (p. ex., no Livro II, cap. VII: nomes dos oficiais da legião). Habitualmente, a opção do tradutor é por evitar actualizações, optando por uma abordagem mais histórica do seu material (exs: *tessara*, *librarius*, *classicum*); mesmo quando o assunto é irrelevante na sua época, o tradutor retém-no, evitando suprimi-lo, e por vezes até o alarga (ex.: o uso de camelos e de elefantes, Livro III, caps. XXIII e XXIV)²⁵⁶. Christopher Allmand, pelo seu lado, salienta como o primeiro tradutor inglês se sentiu obrigado a compromissos, embora – vivendo numa época que se via como herdeira do passado romano – possa ter desejado produzir uma versão próxima do original. O “The Book of Vegecyce of Dedes of Knightode” reflecte, portanto, diversas concessões: algumas actualizações, omissões (por duvidosa importância prática), renúncias (por incompreensão do original), desenvolvimentos e aumentos – em síntese, o tradutor “fez o que podia” para transformar partes da *Epitoma* num “guia útil sobre como alcançar o sucesso na guerra”²⁵⁷. Allmand salienta também que, dos 11 manuscritos sobreviventes, seis estão associados a outras obras (geralmente o “Book of Governace”, de John Lydgate); e comenta as dificuldades do tradutor de 1408 em verter para vernáculo (para mais numa língua em rápido desenvolvimento) um trabalho técnico com mais de 1000 anos (exs.: *tiro*, *miles*, *eques*, *bellator*, *acies*, etc.)... Para esse efeito, o autor desconhecido usou com frequência dois ou mais termos para um só termo latino, não deixando porém de admitir “grete difficulte to Englisshe the names of officeris”, um problema que resolveu como uma criança da escola: omitindo alguns graus e títulos e camuflando outros. No caso particular do Livro IV, cap. XXII (“Sobre as balistas, os ónagros, os escorpões, as bestas, os fustíbalos e as fundas, engenhos com os quais a muralha é defendida”), o tradutor sentiu a desadequação entre o texto de Vegécio e as peças de artilharia coevas e decidiu actualizar o texto latino, aludindo às “grete gunnes that schete nowadays [stones] of so grete peys [weight] that no wall may withstonde hem, as hath bem wel schewed bothe in the north cuntrey and eke in the werres of Wales”²⁵⁸! Em 1458, o autor da paráfrase inglesa em verso da *Epitoma* não resistiria, pelo seu lado, a referir-se a “the canonys,

the bumbard & the gunne [which] bloweth out the voys and stonys grete”, e também a peças mais pequenas, como a serpentina, “covey, culverin, crappaud, and fowler”²⁵⁹. Este cap. XXII do Livro IV de Vegécio configura um dos exemplos mais evidentes das dificuldades enfrentadas por ambos os tradutores ingleses, “os quais, sem corar, introduziram exemplos de tecnologia *up-to-the-minute* no texto antigo”²⁶⁰. Tais *augmentations* sugerem que “a importância do texto reside não apenas no interesse que nele possam ter os filólogos (...), mas também no significado histórico de uma obra (já com mil anos de idade) sendo vertida em vernáculo pelo que tinha a oferecer a um leitor contemporâneo, um processo no qual o tradutor ia ajudando ao referir-se a desenvolvimentos técnicos e ao seu uso muito recente no norte de Inglaterra e na Escócia”; por outras palavras, “a tradução não consistia tanto no verter de um tratado ‘histórico’, ‘arqueológico’ ou ‘fossilizado’ quanto num trabalho que, pela omissão de certo material, pelo acrescento de exemplos actualizados e pela modernização do vocabulário podia revelar possuir algum valor prático contemporâneo”²⁶¹.

Na Península Itálica, a primeira tradução de Vegécio foi feita em dialecto toscano por Bono (Bruno) Giamboni, um Florentino. Terá sido executada c. 1286, pelo que é contemporânea da tradução francesa preparada por Jean de Meun, em que aliás se inspira²⁶². Segundo Russell, trata-se de “uma versão preparada para uso dos militares”²⁶³. Só em 1417, surgiria uma segunda tradução, devida a Venanzio da Bruschino, a qual ficou longe da popularidade alcançada pela anterior²⁶⁴.

Na Alemanha, a primeira tradução surgiu apenas c. 1470-1472, sob o título “Von der Ritterschaft” (“Da Cavalaria”). Foi seu autor um humanista de Ulm, Ludwig Hohenwang von Tal Elchingen (m. 1501), autor de uma obra variada. Esta tradução, de que sobreviveu apenas um manuscrito mas que seria impressa logo em 1475, apresenta *in fine* um léxico latim-alemão; assim se alargavam as portas do Renascimento²⁶⁵.

Finalmente, na Península Ibérica, a tradução de Vegécio surgiu primeiro em castelhano, nos derradeiros anos do séc. XIV ou no primeiro lustro de Quatrocentos, com o título “De la cavallería e del arte de las batallas”. O assunto foi estudado por Peter Russell, que começou por identificar o autor a partir da dedicatória que ele dirige ao rei “Enrique” (que Russell mostrou ser Henrique III: 1390-1406): trata-se de Frei Alonso de San Cristóbal, um dominicano, professor de Teologia em Salamanca (na altura a sede da mais prestigiada das Casas castelhanas da Ordem dos Frades Pregadores), que em 1396 terá sido transferido para a corte régia, onde

exerceu as funções de pregador²⁶⁶. Frei Alonso era um latinista razoavelmente competente e também um homem muito cultivado, designadamente em Filosofia e em História. A sua tradução, que sobrevive em sete manuscritos, apresenta uma característica única – possui um conjunto de glosas, subdivididas em dois grupos: i) “glosas espirituais”, denunciando o interesse do autor em interpretar em termos alegóricos cristãos cada um dos 125 capítulos da *Epitoma* (papel ao qual o tratado de Vegécio se prestava muito mal, pelo que Frei Alonso, ao cabo das primeiras sete “glosas espirituais”, praticamente desiste da tarefa); ii) simples “comentários” directos do texto da *Epitoma*, em género de exegese pessoal do autor, os quais funcionam muito melhor, embora comecem a ser omitidos a partir do final do Livro I (nos restantes três Livros aparecem apenas de forma irregular)²⁶⁷. Os comentários nas margens e os sublinhados registados em alguns manuscritos revelam bem que os leitores desta tradução estavam interessados era no texto de Vegécio e não nas glosas de Frei Alonso²⁶⁸... Este teve de trabalhar muito para compreender a terminologia militar latina e para encontrar correspondentes vernáculos, até porque os tradutores medievais não tinham frequentemente sinónimos para os termos militares do latim “terra a terra” de Vegécio: “os dicionários latinos correntes não mencionavam” esses termos, “forçando os tradutores a omitir passagens inteiras, a cair em paráfrases ou, simplesmente, a recorrer a conjecturas”²⁶⁹. Por esse motivo, um clérigo poderia ter vantagem na tradução da *Epitoma*, que não estava escrita no tipo de latim a que os tradutores medievais estavam habituados, devido à sua familiaridade com as descrições dos assuntos militares da *Vulgata*²⁷⁰. Quanto ao estilo do *De la cavallería e del arte de las batallas*, Russel acha que a tradução é “apagada, insípida e repetitiva”, sendo curioso verificar que nas glosas e nos comentários Frei Alonso se mostra um escritor muito melhor, mais relaxado, mais pessoal e de estilo mais popular (ou não fosse ele um pregador profissional e um escritor de sermões que tinha sido nomeado orador oficial da corte)²⁷¹. Para Russell, o trabalho realizado pelo dominicano sobre o texto latino de Vegécio foi um exercício académico imposto pelo rei de Castela. O que não impediu a sua popularidade entre os militares que desconheciam o latim: “Na verdade, um Vegécio simplificado (...) podia até ser-lhes útil de uma forma que uma tradução estrita não poderia ser”²⁷².

Nos inícios do séc. XV, foi também feita, agora para catalão, uma outra tradução peninsular. Deveu-se a En Jaume Castellà e apresentava como título “Vegeci del mester darmes e de la art de cavalleria”. Segundo alguns autores, seria baseada

na tradução francesa de Jean de Meun, mas Peter Russell fez notar que um exame superficial dos dois textos levanta dúvidas sobre essa possibilidade. Esta tradução catalã sobrevive num único manuscrito e não terá sido utilizada por Frei Alonso de San Cristóbal²⁷³.

Não parece ter havido *incunabula* de Vegécio, ou da tradução de Frei Alonso, na Castela do séc. XV. Não por desinteresse na obra, mas porque, com o desenvolvimento do Humanismo em Espanha, “talvez a tradução do frade tenha começado a ser vista como demasiado rude e defeituosa, tanto do ponto de vista textual como linguístico”²⁷⁴. Ou talvez os impressores tenham sido enganados pela dedicatória de Frei Alonso, julgando tratar-se de um Vegécio convertido num trabalho de doutrina cristã²⁷⁵. O facto é que não houve impressão de nenhuma tradução espanhola da *Epitoma* até 1764, altura em que a obra *Instituciones militares de Fl. Vegecio Renato*, em tradução recente devida a Jaime D. Viana, foi publicada em Madrid²⁷⁶.

Encerraremos esta viagem pelas traduções vernáculas medievais de Vegécio com alguns comentários de Russell sobre o ofício de tradutor na Península Ibérica ao longo do séc. XV que nos parecem oportunos. Segundo Russell, “por detrás da maioria das traduções vernáculas medievais de uma obra famosa do mundo antigo, o que normalmente nos chega é a versão vernácula de um testemunho latino escolhido mais ou menos aleatoriamente para servir como texto base do tradutor. Ao longo dos séculos, tal texto foi certamente corrompido pelos processos de transmissão ou contaminado por material apócrifo, como de facto aconteceu com a tradução castelhana de Vegécio”²⁷⁷. Russell insiste na ideia de que os tradutores medievais queriam era “produzir, tão rapidamente quanto possível, traduções vernáculas para serem lidas. (...) Crítica textual era o que menos preocupava um tradutor medieval”²⁷⁸. Igualmente interessante é perceber a dificuldade que sentiriam os tradutores medievais de Vegécio, “por partilharem da opinião de que as doutrinas contidas no *Epitome* milenar eram totalmente relevantes para a sua própria época”²⁷⁹: como explicar, p. ex., o recrutamento dos legionários (essa elite militar) entre a peonagem campesina? Voltaremos a este assunto, mas adiantaremos que por alguma razão os títulos vernáculos do tratado de Vegécio privilegiam a expressão “cavalaria”, constituindo “uma garantia de que o *Epitome* era um manual apropriado para a instrução de cavaleiros na época da cavalaria” e que “não obstante qualquer passo ocasional no livro que parecesse entrar em discrepância com o mundo social que conheciam, eles eram verdadeiramente (...) os descendentes directos dos cavaleiros da Grécia e de Roma”²⁸⁰.

Proprietários da Epitoma

São também reveladoras as listas de proprietários de manuscritos da *Epitoma*. Philippe Richardot detectou que, no período carolíngio, o episcopado franco – preocupado com as divisões políticas ocorridas após a morte de Carlos Magno (814) e com os novos invasores do Império (Sarracenos, Vikings, Húngaros, Eslavos) – estimulou os príncipes e os seus grandes vassalos a prestar atenção ao tratado de Vegécio. Cerca de 830, Fréculfe, bispo de Lisieux e autor de uma crónica universal das origens bíblicas até à morte de Gregório Magno, ofereceu um exemplar corrigido da *Epitoma* à imperatriz Judite, destinado à instrução do futuro rei Carlos-o-Calvo (neto de Carlos Magno)²⁸¹. Pelo seu lado, Rábano Mauro (780-856, abade de Fulda e, mais tarde, arcebispo de Mayence, cognominado “o preceptor da Germânia”) compôs ele mesmo para Lotário II um resumo da *Epitoma*²⁸². Também Évrard (ou Eberhard), conde de Frioul, um nobre franco originário da Bélgica, defensor da Península Itálica contra os Mouros e os Eslavos e que casara com Gisela (filha de Luís-o-Pio), possuía uma cópia da *Epitoma* que lhe tinha sido oferecida pelo bispo Hartgar de Liège (m. 854) acompanhada de um poema de Sedúlio Escoto²⁸³.

Para o período compreendido entre os finais do séc. IX e o séc. XII, apesar do hiato a que já fizemos referência, estão documentados manuscritos de Vegécio na posse, pelo menos, do bispo Dido de Laon (882-893), do mosteiro de Monte Cassino, do Conde de Anjou, Godofredo Plantageneta (c. 1150), e do mosteiro de Saint-Aubin de Angers (próximo da família condal angevina e que regista um exemplar no catálogo da sua biblioteca, datado de 1153)²⁸⁴.

Nos sécs. XIV e XV, os exemplos multiplicam-se: o aumento da informação permite que a *Epitoma* surja referenciada na posse de reis e rainhas (como, p. ex., Afonso V de Nápoles, m. em 1458, Ricardo III de Inglaterra, 1483-1485, ou Isabel-a-Católica, 1451-1504), de papas (o Ms. *Vaticanus latinus* 4497 foi adquirido em Avinhão, em 1317, para o papa João XXII, sendo citado nos inventários de Urbano V, em 1369, de Gregório XI, em 1375, e de Sisto IV, em 1471) e de príncipes da Igreja (como o arcebispo de Milão, Francesco Pizzolpasso, c. 1380-1440, ou o cardeal Bórgia, futuro Alexandre VI, 1431-1503). Mas também grandes senhores como Amadeu VI, conde de Sabóia (1334-1383), o duque João de Berry (1340-1416), os duques da Borgonha (favorecidos, como notou Allmand, pois possuíam duas cópias da tradução de Jean de Vignay, adquiridas antes de 1467²⁸⁵),

o Marquês de Santillana (Iñigo López de Mendonza, 1398-1458, um magnate ibérico que esteve na batalha de Olmedo, em 1445) ou diversos membros das célebres famílias italianas Visconti, Médici e Malatesta estão recenseados como possuidores de uma cópia da *Epitoma*²⁸⁶. Segundo Allmand, em Inglaterra o primeiro rei de armas da Ordem da Jarreteira (John Smert) tinha uma cópia da tradução inglesa da *Epitoma* (1408), o mesmo se passando com uma sucessão de reis de armas posteriores, com Sir John Astley, K.G., e com Sir John Paston²⁸⁷. Lester acrescenta que “provavelmente, todos os homens de guerra activos, como Fastolf e Thomas, ou Lord Berkeley, teriam possuído uma cópia de Vegécio, e poucas bibliotecas aristocráticas do século XV não teriam nenhuma”²⁸⁸. Mas, por esta altura, com a substituição do pergaminho pelo papel, já a classe média partia também em busca de um manuscrito de Vegécio: sucedeu com Petrarca (que possuía uma *Epitoma* em latim copiada em Itália entre 1329 e 1359 e parcialmente completada por ele), com o escritor político Coluccio Salutati (1331-1406), com Poggio Bracciolini (1380-1459), com Gaspar Volterrano (que em 1451 adquiriu um exemplar de Vegécio por conta do cardeal Besarion, um erudito e tradutor de Aristóteles e de Xenofonte, que possuiria uma segunda cópia da *Epitoma*), etc.²⁸⁹. Vegécio, escreve Richardot, “não representava mais uma cultura técnica activa, mas a súpula do conhecimento militar dos antigos Romanos”²⁹⁰. Também doutores em Direito e notários públicos (como Ihoannes Silvestri di Luxa, de Veneza), ou médicos (como o humanista Hartmann Schedel, de Nuremberga) recopiavam, em meados-finais do séc. XV, a *Epitoma*. E Cristina de Pisano lera Vegécio e Frontino na primeira metade do séc. XV, a par de vários outros autores, gregos e latinos – “a média nobreza participava do entusiasmo por Vegécio, mas procurava nele uma informação política e militar. (...) Esta categoria de leitor buscava com frequência as traduções” da *Epitoma*²⁹¹. Por isso, no pôr-do-sol da Idade Média, todas as grandes bibliotecas francesas incluíam traduções da *Epitoma*, muitas vezes em suplemento do texto latino: a dos duques da Borgonha, a dos duques de Bourbon, a dos duques de Berry, a dos duques de Sabóia, etc. Segundo Richardot, “a tradução respondia frequentemente a um interesse prático por Vegécio: ele era traduzido para ser lido, e não para ornamentar uma biblioteca”²⁹². Daí que homens de guerra tão activos quanto o *condottieri* Braccio di Fontebracci da Montone (1368-1424), entre outros líderes mercenários italianos, possuísem também o seu exemplar do tratado²⁹³.

Leitores e leituras – mil razões para conhecer Vegécio

Perante um manancial tão vasto de manuscritos latinos e de traduções nas mãos de um naipe tão variado de proprietários, poder-se-á perguntar: esses documentos seriam realmente objecto de uma leitura atenta? Allmand respondeu a esta questão de uma forma inequívoca: “Nem todos aqueles manuscritos permaneceram por ler e consultar, nas estantes das bibliotecas. A investigação revela que uma larga proporção deles, em especial os que contêm o texto latino, apresentam marcas de terem sido lidos e as respectivas lições anotadas: margens com dedos apontando para uma determinada passagem, um *Nota bene* ou outro sinal distintivo, tudo isso reflecte uma apreciação cuidadosa, muitas vezes crítica, daquilo que Vegécio tinha escrito”²⁹⁴.

Os sinais de aproveitamento prático da *Epitoma* começam cedo. Michael Reeve lembra uma velha observação de Schöner (1888) chamando a atenção para um possível eco precoce de Vegécio: dois éditos imperiais, um de 400 (em Milão) e outro de 458 (em Constantinopla)²⁹⁵. Entre os sécs. V e VI, os sinais da leitura da *Epitoma* vêm do Império Romano do Oriente, e quase todos de Constantinopla: para além da assinatura de Flávio Eutrópio (em 450), das citações em Prisciano e em João-o-Lídio (no séc. VI), temos também a tradução das “Regras gerais da guerra” no *Strategikon* (cap. 8.2.) do imperador bizantino Maurício (fins do séc. VI ou inícios do séc. VII)²⁹⁶. Quanto ao manuscrito mais antigo de Vegécio que possuímos (o Ms. *Vaticanus Reginensis* 2077, do séc. VII), constitui uma miscelânea que, entre outras coisas sem carácter militar, reúne páginas da obra *Verrinas*, de Cícero, e extractos da *Epitoma* alusivos a temas variados, tais como: o tempo bom para navegar (Livro IV, caps. XXXVIII-XL); a estrutura da legião (Livro II, cap. VI); as alternativas ‘estrangeiras’ à legião romana (Livro II, caps. I e II); etc.. Esta miscelânea foi atribuída por Troncarelli (1987, 1989 e 1998) ao mosteiro de Vivarium (fundado na Calábria, por Cassiodoro)²⁹⁷. Foi por isso dito que Cassiodoro leu a *Epitoma*, mas não é certo que tal tenha acontecido. Pensa-se também que S. Isidoro de Sevilha (c. 560-636) tenha ido beber em Vegécio as definições de alguns termos militares, o que também não é seguro, pois podem resultar do acaso ou de uma fonte comum. Certo é que no *De natura rerum* de Isidoro há, em alguns manuscritos, uma interpolação que provém da *Epitoma* (Livro I, cap. II: sobre a influência do sangue e do sol na aptidão dos guerreiros). Quanto a Beda-o-Venerável (672/3-735), sabemos que cita, em várias obras suas

e sem nunca nomear o autor, diversos trechos da *Epitoma*²⁹⁸. Nesta altura, mais do que significado militar, o tratado de Vegécio tem sobretudo um interesse etimológico ou retórico, ligado à cultura clerical²⁹⁹.

Durante o período carolíngio houve – como já referimos – um aumento do interesse pelo tratado de Vegécio. Alcuíno, numa carta preliminar que dirige a Carlos Magno (*Ep.* 257, de 802), cita, sem abonação, duas passagens do Prólogo do Livro I³⁰⁰. Bernard Bachrach, num belo artigo sobre a utilização da *Epitoma* pelos chefes militares da Alta Idade Média, salienta que, quando Rábano Mauro (um homem com grande sentido prático) produziu o seu resumo de Vegécio no *De procinctu Romanae militiae*, c. 855-856, o fez por incumbência de Lotário II e com o fito expresso de preservar apenas as partes do tratado que fossem úteis nos tempos modernos. Esta obra de Rábano Mauro associava um tratado sobre a alma a um manual de educação militar, definindo aquilo a que Richardot chamou “uma cultura militar de urgência” para o jovem monarca carolíngio, motivada pelas invasões normandas³⁰¹. Pouco antes, Fréculfe de Lisieux, no Prefácio da cópia revista da *Epitoma* que preparou para Carlos-o-Calvo, dizia também esperar que ela pudesse ser valiosa para o desenvolvimento das tácticas militares contra os Vikings; este trabalho, que deve ter sido valorizado pelos responsáveis militares, terá passado depois para o rei Odo (dos Francos Ocidentais, morto em 898)³⁰².

A partir do séc. IX, alguns princípios de Vegécio começaram a tornar-se verdadeiras máximas de comportamento militar. Vegécio fornecia agora ao clero a base de que este necessitava para poder falar da guerra e alimentava a leitura dos antigos que os nobres gostavam de fazer. A *Epitoma* tornava-se, à medida que penetramos na feudalidade, numa “espécie de canal por onde o ensinamento moral, religioso e cívico dos clérigos podia passar para a casta cavaleiresca”³⁰³. E os princípios vegecianos de apologia do esforço, da austeridade e da disciplina eram aproveitados pela Igreja, que os compilava em recolhas de *exempla* e nos sermões para nobres. Vegécio, autor cristão, começava a ser utilizado para propósitos de moralização dos guerreiros, na cruzada que conduziria à proclamação da Paz de Deus e das Tréguas de Deus³⁰⁴.

No início da Baixa Idade Média, a circulação da obra ganhou uma nova projecção. A partir dos sécs. XI-XII, Vegécio tornou-se parte integrante da cultura militar e política das cortes do Ocidente e da casta nobre. Também nesta altura, os clérigos tiveram um papel essencial na difusão da *Epitoma*: eles não apenas *oferciam* a obra aos governantes como os *incitavam a lê-la*, pois os príncipes

tinham a obrigação de conhecer a arte militar, de serem – como diria Salimbene de Parma cerca de 1260 – “docti ad proelium”³⁰⁵. A tática e a estratégia exigiam, afinal, muita cultura e reflexão. Como bem resumiu García Fitz, “como se entendia que as batalhas podiam chegar a ser tão determinantes para o curso da história, todo aquele que pretendesse transmitir aos poderosos, aos que tinham nas suas mãos a tomada de decisões, os ensinamentos precisos para o governo das terras e dos homens, tinha que deter-se a reflectir sobre a guerra em geral, mas de uma maneira muito especial sobre a forma como deveriam abordar-se os recontros campais. A literatura didáctica, desenvolvida por tratadistas que aspiravam a educar os príncipes ou os nobres, não podia deixar passar a ocasião de aconselhar os seus possíveis discípulos sobre aqueles factos”³⁰⁶.

Neste contexto, a *Epitoma* beneficiou, não só da laicização da cultura ocidental desde finais do séc. XII – o que, conduzindo à proliferação das línguas vulgares, permitia o acesso dos laicos a textos da sua preferência, com carácter histórico e militar (mais do que moral e filosófico) – mas também do arranque da tradição dos “espelhos de príncipes”, onde se tentava mostrar como é que os governantes podiam ter exércitos e líderes capazes. O caminho foi indicado por João de Salisbúria, bispo de Chartres, no seu *Policraticus*, o primeiro grande tratado político da Idade Média. Esta obra, composta em 1159 e dirigida a Thomas Beckett, arcebispo de Cantuária, constitui uma das mais célebres compilações da *Epitoma*, enraizando a popularidade do tratadista latino (largamente citado, em especial no sexto dos oito livros de que a obra se compõe) e estabelecendo um verdadeiro “cânone das referências a Vegécio”³⁰⁷. Logo depois, os “espelhos de príncipes” propriamente ditos consolidariam esse caminho. Hélinand (c. 1160-1230), um cisterciense de Froidmont en Beauvaisis, deu o exemplo com uma breve referência a Vegécio no seu *De Regimine Principum siue (bono) Regimine Principum*³⁰⁸. A seguir, Vincent de Beauvais, um dominicano que foi também leitor na abadia cisterciense de Royaumont, prepararia para Margarida da Provença, a esposa de S. Luís, c. 1250-1252, um tratado de educação dos filhos de reis ou de nobres; chamou-se *De Eruditione Filiorum Regalium* (ou *De Eruditione Filiorum Nobilium*) e compunha-se de 51 capítulos visando dar aos leitores um verniz de cultura clássica com fins moralistas, à custa de muitas citações, entre as quais uma de Vegécio³⁰⁹. Escassos anos volvidos, a obra *Eruditio Regum et Principum* (c. 1259), dedicada a S. Luís pelo franciscano Guibert de Tournai, citava também, por uma vez, a *Epitoma rei militaris*, convidando à sua leitura³¹⁰. O hábito de lembrar Vegécio

nos “espelhos de príncipes” enraizava-se e não é de estranhar que S. Tomás de Aquino, quando compôs o *De Regno ad Regem Cypri* para Hugo II de Lusignan, o jovem rei de Chipre (1253-1267), se tenha lembrado de recordar as palavras de Vegécio acerca da fundação de novas cidades (*Epitoma*, Livro IV, Prólogo) e da influência do clima sobre a combatividade dos homens (Livro I, cap. II)³¹¹. Mas a consagração de Vegécio chegaria com o mais célebre de todos os “espelhos”, o *De Regimine Principum* de Gil de Roma (ou Egídio Romano, ou Egídio Colonna, ou Gil Correado, nomes pelos quais também é conhecido), composto em 1277-1279 a pedido do rei de França, Filipe III, para o filho deste, o futuro Filipe-o-Belo, de quem Gil de Roma era preceptor. A terceira Parte do terceiro Livro do *opus magnum* deste discípulo de S. Tomás, composto por 23 capítulos, é inteiramente dedicada à arte da guerra e constitui uma paráfrase do tratado de Vegécio, que resume e simplifica mas a quem nada de inovador acrescenta, do ponto de vista tático, provando que Vegécio era uma *auctoritas* a nível militar³¹². Traduzido em francês a partir de 1282 (sempre por encomenda de Filipe III), e depois em italiano, em inglês, em alemão, em hebraico, em castelhano, em catalão e provavelmente também em português, o *De Regimine Principum* de Gil de Roma teria uma enorme repercussão na popularidade de Vegécio durante os séculos terminais da Idade Média³¹³. Já na viragem para o séc. XV, Cristina de Pisano (1364-1430), escritora de origem italiana que fez carreira em França (onde o seu pai, Tomás de Pisano, reputado médico e astrólogo, desempenhava funções junto da corte de Carlos V) comporia (c. 1408-1409) um *Livre des Faits d'Armes et de Chevalerie* onde se faz largo uso de Vegécio, em especial na sua primeira Parte, em que Cristina pretende explicar como é que os cavaleiros e príncipes se devem comportar nos feitos de guerra e nas batalhas e como é que os combatentes devem ser escolhidos, usando para o efeito os Livros I e III da *Epitoma*³¹⁴. É seguro que o sucesso das obras de Cristina de Pisano junto da nobreza rica de França e da Borgonha (alguns dos seus trabalhos foram dedicados ao duque de Berry e ao duque da Borgonha) constituiu também um poderoso factor de divulgação do tratado de Vegécio no crepúsculo da Idade Média³¹⁵.

A par dos “espelhos de príncipes”, também a tradição dos *Specula*, iniciada em meados do séc. XIII, contribuiu para a projecção da *Epitoma*. Trata-se de verdadeiras enciclopédias medievais, de uma nova maneira (erudita e escolástica) de ensinar Vegécio, através de longos excertos do seu manual nas entradas dedicadas à arte da guerra. O melhor exemplo é o *Speculum maius* (ou *Speculum*

triplex) de Vincent de Beauvais, uma “suma compilatória” em que se resume quase integralmente a *Epitoma*, com a preocupação de explicitar os termos latinos de entendimento mais difícil. A obra acha-se dividida em três partes: o *Speculum naturale*, o *Speculum doctrinale* e o *Speculum historiale* (vertido para francês na primeira metade do séc. XIV por Jean de Vignay, tradutor de Vegécio, no *Miroir historial*). Vegécio surge compilado no *Speculum doctrinale*, uma história universal desde as origens até 1244 (depois prolongada até 1253), uma “obra monumental de 17 livros e 2374 capítulos”³¹⁶. O exemplo seria seguido por Philippe Elephant, o *Anglicus*, provavelmente um escocês que ensinou em Toulouse c. 1355-1356: a sua *Ethica*, de concepção aristotélica, inclui 15 capítulos suplementares em que quatro são “um condensado fragmentário de Vegécio”, nomeadamente das ideias do tratadista romano acerca do treino, da tática e da estratégia militares expressas nos Livros III e IV da *Epitoma*³¹⁷.

Não pode, pois, haver dúvidas sobre a difusão dos preceitos práticos de Vegécio nos meios cultos ocidentais, nos sécs. XIII e XIV. Isso era, em grande medida, obra dos clérigos, que facilitavam a leitura da *Epitoma* resumindo-a ou integrando-a em tratados de educação política ou em enciclopédias. Mas, agora, os clérigos já não estavam sós na divulgação da *Epitoma*: junto dos cavaleiros, eles são completados pelos poetas, como Philippe de Vitry (c. 1290-1361) ou Philippe de Mézières (1327-1407), autor de uma impressionante carreira militar e política (na Terra Santa, em Chipre e não só) e que, no seu *Songe du Viel Pelerin*, escrito c. 1386-1389, recomenda a leitura de Vegécio a todos os homens de guerra³¹⁸. É que Vegécio, para além do seu manifesto interesse bélico (o que o levava a figurar também nos raros tratados militares anteriores ao séc. XV, como o de Pierre Diacre, falecido c. 1140, ou o *Pulcher Tractatus de materia belli*, um escrito anónimo produzido em Itália entre 1290 e 1310 e baseado em Aristóteles, Gil de Roma e Vegécio³¹⁹), ajudava a definir o conceito de “cavalaria”, que pressupunha também, como explica Allmand, “um sentido de responsabilidade da sociedade no seu todo, exercido por aqueles seleccionados pelo imperador em função da sua notória virtude militar, não do seu nascimento, para se prepararem a si próprios e se manterem a si mesmos prontos para actuar *pro reipublicae salute*”³²⁰. A *Epitoma* propunha aos cavaleiros um “contra-modelo da função militar”, colocando o serviço do Estado em alternativa à anarquia belicosa própria da feudalidade³²¹.

Por isso, os autores que cultivaram uma abordagem jurídica da cavalaria são também devedores de Vegécio. Afonso X (1252-1284) decreta nas suas *Siete*

Partidas os preceitos de Vegécio como regras da cavalaria. Em 1306, um tratado anônimo intitulado *Cérémonies des gages de bataille selon les constitutions du bon roi Philippe* [o Belo] aborda a arte militar (e também os duelos e os torneios) citando diversas vezes Vegécio. Cerca de 1360, o *De Bello, de Represaliis et de Duello*, de João de Legnano (canonista e vigário pontifical em Bolonha), a mais célebre obra jurídico-cavaleiresca, escrita em vésperas da cidade de Bolonha ser atacada por Barnabo Visconti, encara a organização de um exército com base no modelo romano descrito por Vegécio, tendo obtido um tremendo sucesso. Entre 1386 e 1390, Honoré Bouvet, um dominicano muito apreciado na Península Ibérica, escreve (em língua vulgar e destinado a leigos) um tratado de direito militar intitulado *L'Arbre des Batailles*, muito devedor de João de Legnano e que Cristina de Pisano completaria mais tarde, na obra a que já fizemos referência³²².

Entretanto, o facto de Vegécio ser um autor cristão continuava a favorecer a sua popularidade e a sua presença na cultura religiosa medieval, onde (tal como Valério Máximo) podia ser usado para fins de moralização, em sermões, em recolhas de *exempla* e até em obras teológicas, como provam as citações da *Epitoma* incluídas por S. Tomás de Aquino na sua *Summa Theologiae*, ou a presença de Vegécio na *Summa Collationum* de João de Gales (m. c. 1303) e em diversas obras espirituais do séc. XIV, incluindo a célebre *Summa Praedicatorum*, de John Bromyard, um dominicano inglês que, em 1348, compôs uma recolha de 1200 *exempla* que constituiria, durante dois séculos, a principal fonte de inspiração dos pregadores medievais³²³. Como resume Richardot, Vegécio era então “matéria de sermões” e a *Epitoma* servia, na prática, para “recordar aos nobres e às gentes de guerra os seus deveres militares, em função de uma Antiguidade ideal, sonhada ... pelo próprio Vegécio”³²⁴.

Embora só pareça estar documentada uma situação de leitura de Vegécio em plena campanha militar (dizendo respeito a Godofredo Plantageneta, conde de Anjou, durante o cerco da fortaleza de Montreuil-Bellay, no vale do Loire, entre 1147 e 1151³²⁵), é seguro que Vegécio “pertencia à cultura de comando dos príncipes e dos capitães ocidentais”, sendo referido por vezes, quer nos textos quer em iluminuras de manuscritos, como “filósofo”³²⁶. Claro que a Idade Média não o utilizava de forma sempre literal, antes adaptava os seus preceitos à época da cavalaria. O exército legionário que Vegécio pretendia ressuscitar assentava na infantaria pesada. Isso exigia conversões que pudessem tornar a leitura da *Epitoma* útil aos leitores medievais, mas também nisso os autores dos séculos

XII-XIV foram eficientes, como mostra a segunda das *Siete Partidas* de Afonso X, onde os segredos da arte da guerra e as actividades da “cavalaria” são examinadas de forma sugestiva para o público coevo, mas com ressonâncias muito fortes da *Epitoma rei militaris*³²⁷. Como afirmou Wisman, os tradutores e os autores dos melhores tratados políticos, enciclopédicos e militares “modernizaram” a obra de Vegécio, para a adaptar a finalidades práticas: “geralmente bem organizada, ela era um resumo de todos os tratados militares escritos antes do século V e os escritores medievais enriqueceram-no e perpetuaram-no através da sua análise dos ensinamentos de Vegécio”³²⁸.

Como diz Lester, havia muitos aspectos na *Epitoma* que apelavam ao gosto medieval: os prólogos e epílogos efusivos; o senso comum prático de muito material; as úteis explicações sobre manobras de campo; ou os preceitos militares que, debaixo do título genérico “Regulae bellorum generales”, rematam o Livro III sob a forma de máximas incisivas e extremamente sedutoras³²⁹. Tudo isso fazia com que, quase mil anos volvidos, Vegécio continuasse a ser lido como “algo mais do que uma curiosidade de antiquário”³³⁰.

Alcançado o extremo final da Idade Média, Vegécio era uma autoridade estabelecida da cultura medieval, continuando presente nas recolhas de *exempla* e nos tratados de ética do séc. XV, como o de Jean Jouvenel des Ursins (arcebispo de Reims, c. 1452). Como mostrou Richardot, as citações de Vegécio obedeciam a um cânone preciso, fiel ao uso herdado do séc. XIII, com destaque para os preceitos ligados à apologia da frugalidade, do esforço e do desprezo da morte, “qualidades que convinham ao monge e ao homem de guerra”³³¹. Vegécio era também um dos pilares da cultura militar, continuando a ser lido pelos homens de guerra e a par de outros autores (como Tito Lívio, César, Valério Máximo, Frontino ou Honoré Bouvet), das crónicas de guerras e dos livros de heráldica e de torneios. O seu interesse, como observou Richardot parafraseando as palavras do tratadista (Livro I, Prólogo), consistia em “teorizar e revelar aquilo que estava disperso e escondido entre os historiadores e os especialistas militares”³³². Vegécio pertencia à “bagagem intelectual dos chefes de guerra ocidentais”³³³, e um homem como Jean de Bueil (c. 1404-1477), autor de uma carreira militar que o levou a combater sob Carlos VI e Carlos VII e o guindou a almirante da França e depois a conselheiro de Luís XI, não podia ignorá-lo ao compor (entre 1461 e 1468) a célebre história semi-biográfica do *Jouvencel*, onde a aprendizagem do ofício das

armas, a arte militar e a função cavaleiresca ocupam um lugar de destaque³³⁴. Neste extremo final da Idade Média, o tratado de Vegécio como que acabou por ‘encaixar’ na própria tradição do romance de cavalaria: segundo Richardot, o livro *Le Morte Darthur*, de Sir Thomas Mallory of Newbold Revell and Winwick (m. 1471), escrito na prisão por crimes praticados durante a Guerra das Duas Rosas, articula o romance de cavalaria de inspiração arturiana com a obra de Vegécio, configurando como que um tratado militar escondido devedor do autor romano em muitos ensinamentos. O *Le Morte Darthur* seria impresso por William Caxton, em Inglaterra, logo a partir de 1485³³⁵.

Os preços convidativos dos manuscritos e a invenção da imprensa consolidariam a divulgação e a influência prática da *Epitoma*: em 1489, em Inglaterra, o rei Henrique VI encomendava a Caxton a tradução do *Livre des Faits d’Armes* de Cristina de Pisano, “afin que tout gentilhomme né pour les armes et que toute sorte d’hommes de guerre, capitaines, soldats, victuailers et tous les autres puissent avoir connaissance de comment se comporter dans les faits de guerre et de bataille”³³⁶. Vale a pena precisar os temas da *Epitoma* que Cristina escolheu para citar ou enfatizar na primeira Parte do seu livro: a escolha dos líderes militares (matéria em que mais importa a experiência do que a linhagem ou o sangue); a importância do treino regular; e a conveniência de os líderes garantirem sempre um abastecimento atempado e adequado. Esta primeira Parte do livro mais famoso de Cristina de Pisano, na tradução-edição de W. Caxton, termina até com uma útil “short recapytulacyon (...) inmanere of prouerbys” dos ensinamentos de Vegécio³³⁷. Como conclui Allmand, “usando diversos meios de acesso ao seu pensamento, as pessoas estavam ansiosas por citar Vegécio como a principal autoridade em matéria de pensamento militar na Inglaterra do século XV”³³⁸.

Um dos aspectos que mais justifica a recordação dos preceitos de Vegécio no extremo final da Idade Média tem que ver com a intenção de convencer os espíritos acerca dos malefícios do mercenariado. O tratadista latino fez reconhecidos esforços por dissuadir o imperador a prescindir dos serviços dos auxiliares godos e a História veio dar-lhe razão: o Império Romano acabou por ser desmantelado pelos mercenários bárbaros e a própria Idade Média conheceu esse flagelo em mais do que uma ocasião: foi a conquista normanda da Inglaterra; foi a saga dos irmãos Guiscard na Península Itálica; foram mais tarde os mercenários ao serviço de Henrique II Plantageneta e de Filipe Augusto; foram a seguir os *condottieri* italianos, os *routiers* e os *écorceurs* numa França

dilacerada pela Guerra dos Cem Anos. Na segunda metade do séc. XV, o fim triste de Carlos-o-Temerário, duque da Borgonha (neto do nosso D. João I), parecia adquirir um valor simbólico, surgindo como um sinal dos malefícios do mercenariado, em especial da sua infidelidade: o intrépido duque não caíra em Nancy, em 1477, abandonado traiçoeiramente à sua sorte pelo conde de Campo Basso?... Razão tinha o autor do *Rosier des guerres* quando, em 1481-82, escreveu, de forma bem vegeciana: “Plus profitable chose est apprendre les siens a usage des armes, que louer des estrangers pour soy servir en guerre”³³⁹. Os próprios humanistas de Itália, paraíso da *condotta*, tinham consciência do perigo e do bem fundado dos avisos de Vegécio: no seu tratado *De Militia*, composto c. 1421-1422, Leonardo Bruni (secretário pontifical e chanceler de Estado em Florença) critica a escassa fiabilidade dos mercenários e os preços exorbitantes dos seus serviços, e afirma que eles contribuem para o declínio do espírito militar dos Florentinos³⁴⁰. O Humanismo, aliás, de uma forma geral, contribuiu para a afirmação do princípio vegeciano de todos deverem participar na defesa da Pátria e da Coroa. Em Bruni, em *Salutati*, em *Palmieri* encontramos a apologia da generalização dos exercícios guerreiros a todas as categorias sociais e do retorno a um exército de cidadãos, baseado no treino militar da juventude. Como escreve Richardot, “as ideias vegecianas de selecção dos recrutas tinham conduzido a um ideal cívico que era já o do Renascimento”³⁴¹. A ideia de que o valor militar resultava do treino, não do nascimento, e a tese da generalização dos deveres militares, tomando como modelo a cidade antiga, eram indissociáveis dos princípios expressos, em finais do séc. IV, por Flávio Vegécio Renato.

No séc. XV, engenheiros militares como Valturio, Kyeser ou Tacola continuavam a desenhar máquinas de arremesso clássicas. Em Neuss (1474-75), por sugestão de um cavaleiro castelhano e de outros veteranos, Carlos-o-Temerário recorreria à utilização de um tolono que evoca o sugerido por Vegécio na *Epitoma* (Livro IV, cap. XXI)³⁴². Apesar da revolução técnica das armas de fogo condenar Vegécio, ele não deixa de ser utilizado (sem direito a citação) por Philippe de Clèves, conde de La Marche e chefe da artilharia da Flandres em 1489³⁴³.

É lógico que Vegécio, que dispunha de um universo muito alargado de leitores (guerreiros, filósofos, políticos, teólogos, poetas), tenha sido o primeiro autor militar a ser impresso (a partir da década de 1470). Carlos-o-Temerário pode muito bem ter conhecido a *Epitoma* através de manuscrito e de incunábulo, tal como notou Allmand³⁴⁴, que dedicou um trabalho a demonstrar precisamente a

forte influência de Vegécio sobre as ordenações militares borgonhesas preparadas por Carlos-o-Temerário entre 1468 e 1476³⁴⁵.

Mas a leitura de Vegécio não se circunscreveu à Antiguidade Tardia e à Idade Média. Como observou Milner, Nicolau Maquiavel, em *L'Arte della guerra* (Florença, 1521), fez “uma tentativa enérgica para aumentar, modernizar, ilustrar e complementar Vegécio à luz de todos os testemunhos da guerra clássica disponíveis para ele”, tendo feito também “um uso largo de Políbio, Frontino e Tito Lívio”³⁴⁶. No entanto, é evidente que nada seria como dantes. Depois da expansão das armas de fogo e do pique, a *Epitoma* continuava a ser citada (p. ex., por chefes de guerra como Béraud Stuart ou Robert de Balsac, pelo arquitecto Roberto Valturio, por políticos como Maquiavel, ou por militares como Philippe de Clèves) mas, como observou Richardot, não era mais o “como diz Vegécio” da Idade Média: a *Epitoma rei militaris* já não era a única autoridade, sofria a sorte dos compiladores³⁴⁷. Em 1500, a sua leitura não tinha já o carácter de “actualidade” que assumira décadas antes. Bachrach lembra que autores como F. L. Taylor (em 1921) ou M. E. Mallett (em 1974) estudaram a influência de Vegécio durante todo o Renascimento e concluíram que a *Epitoma* começava a suscitar um interesse académico: a aprendizagem da guerra era agora eminentemente prática, e não teórica³⁴⁸.

Ainda assim, a *Epitoma* continuou a ser editada após 1500 e até aos nossos dias: p. ex., em Colónia (em 1580), em Antuérpia (em 1585), em Leiden (em 1633) e em Nuremberga (em 1767), surgiram novas edições da *Epitoma*, todas elas derivadas – como já vimos – da edição de Roma de 1487. Na sua maioria, comenta Reeve, são miscelâneas militares, sendo inseguro utilizá-las³⁴⁹. Quanto às edições contemporâneas, foram fortemente marcadas pelas duas versões de C. Lang publicadas pela Teubner (em 1869 e 1885). Depois delas, merecem destaque, segundo Reeve, as edições de L. F. Stelten (Nova Iorque, 1880) e de Alf Önnersfors (Estugarda e Leipzig, Teubner 1995), sem esquecer duas teses de doutoramento apresentadas em 1981 na Universidade Complutense de Madrid, nas quais Maria Teresa Callejas Berdones e Maria Felisa del Barrio Vega se ocupam dos Livros I-II e III-IV, respectivamente, da *Epitoma*, usando como base de trabalho 29 manuscritos latinos do tratado de Vegécio³⁵⁰.

Isto significa que, embora irremediavelmente desactualizado a partir de 1500, nos seus pormenores técnicos e no próprio modelo global de exército que

propunha, o tratado de Vegécio nunca deixou de ser lido ao longo das Épocas Moderna e Contemporânea. Lester detectou até que, em 1944, a American Military Service Publishing publicou uma tradução da *Epitoma* sob a forma de livro-de-bolso! O mesmo autor contabilizou, só para a Alemanha dos sécs. XIX e XX, perto de 40 edições do tratado de Vegécio³⁵¹. Tinha razão Allmand quando escreveu que “Vegécio dispôs da oportunidade para expor não apenas o seu velho e eterno conselho, mas também as suas ideias mais filosóficas acerca da guerra, as quais tinham sido a fonte da sua reputação durante séculos e que assegurariam ainda a sua sobrevivência até pelo menos ao século XVII, ou mais”³⁵². Aliás, alguns dos preceitos vegecianos em matéria de estratégia e de política de defesa permanecem actuais. Por exemplo, o aforismo “qui desiderat pacem praeparet bellum” (Livro III, Prólogo; e Livro IV, cap. XXVI)³⁵³; ou a ideia de que ninguém ousa atacar uma potência superior (Livro III, Prólogo); ou a recomendação de que a batalha só deve ser encarada em caso de extrema necessidade, ou em condições muito favoráveis (Livro III, caps. IX, XI e XXVI); ou ainda a crença de que a obtenção da vitória pressupõe um treino diligente e um combate com regras, e não travado ao acaso (Livro III, Prólogo)³⁵⁴.

Foi, em síntese, grande a fortuna de Vegécio ao longo dos séculos, com o pico da sua audiência a centrar-se na França e na Inglaterra dos sécs. XII a XV. Ele era lido tanto pelos seus ensinamentos como pelo seu valor histórico. Como lembra Richardot, a guerra era a terceira matéria de estudo da cultura medieval, logo depois da religião e da retórica. Ora, Vegécio alimentava mais essa sabedoria do que os historiadores clássicos (como Tito Lívio) ou as biografias dos generais: a *Epitoma* condensava toda a ciência militar romana; e, para mais, fora produzida numa época que anunciava já a Alta Idade Média ocidental, repleta de alterações a nível militar³⁵⁵. Isso também ajuda a explicar que nenhum outro escritor militar tenha tido “uma influência tão profunda e tão duradoura como a exercida por Vegécio sobre a Idade Média ocidental”³⁵⁶. Talvez – como observa Russell – o facto de a Idade Média nunca ter produzido a sua própria arte da guerra tenha também que ver com o facto de “os Europeus da Idade Média não vislumbrarem nenhuma razão para abandonar Vegécio”³⁵⁷!

Vegécio foi já apelidado de “o mais popular de todos os escritores militares antigos” (Cockle, 1957); ou de “o expoente principal das tradições militares romanas do Ocidente” (Brand, 1968); ou também de “o filósofo – mestre-escola da cavalaria ocidental” (Goffart, 1977); ou ainda de “o *auctor*, a *auctoritas* por

excelência no domínio da guerra” (Contamine, 1980)³⁵⁸. Quanto à *Epitoma*, chamou-se-lhe “o tratado mais influente no mundo ocidental, desde a época romana até ao século XIX” (Philips, 1944); ou “a Bíblia da arte da guerra ao longo da Idade Média” (Goffart, 1977)³⁵⁹. Todos estes qualificativos assentam bem a Vegécio e ao seu compêndio da arte militar. Porque, como avisa o seu mais recente editor, a *Epitoma rei militaris* constituiu, de facto, “a abordagem mais sistemática que sobreviveu desde a Antiguidade de um tema que suscitou o interesse prático e educativo até muito depois da chegada do poder da pólvora ao Ocidente: a arte militar romana”³⁶⁰.

5. Vegécio em Portugal

Deixámos para o fim – contada que foi a história da *Epitoma rei militaris* e do seu autor e a saga de ambos ao longo dos séculos – a questão porventura mais complexa e mais apaixonante deste Estudo Introdutório: será que existiu uma tradução portuguesa quatrocentista do tratado de Vegécio, produzida pela mão instruída, ou sob a responsabilidade, do infante D. Pedro, duque de Coimbra e regente de Portugal entre 1439 e 1448?

Para conseguir responder a esta pergunta, convém traçar um rápido enquadramento ibérico do problema. Desde logo, importa perceber que, como lembrou García Fitz, encontrava-se em expansão, no poderoso e influente reino de Castela, entre 1250 e 1350, uma literatura de cunho militar que se compunha não de tratados militares, mas sim de obras heterogéneas, algumas com objectivos didácticos, outras com um carácter jurídico-legislativo. Nestas obras, o ensinamento da arte da guerra aparecia como um elemento mais da educação da pessoa (cavaleiro, príncipe, infante ou governante) e era analisado – como nos “espelhos de príncipes” – no contexto da sua formação política e intelectual³⁶¹. Os melhores exemplos dessa “didáctica militar”, e de como ela era devedora dos preceitos de Vegécio, são o sábio rei de Castela e Leão, Afonso X (1252-1284), o clérigo Frei Juan Gil de Zamora (último quartel do séc. XIII) e o magnate castelhano Don Juan Manuel (1282-1348).

Quanto a Afonso X, já sabemos que as suas *Siete Partidas*, e em especial a segunda Partida (Título XXI), configuram um autêntico tratado sobre a “cavalaria”. Na opinião de García Fitz, o Título XXIII da Segunda Partida, que se intitula

“De la guerra que deuen fazer todos de la tierra”, constitui mesmo uma obra de pura didáctica militar, ainda que possa ser observado que a forte presença que Vegécio nela tem assuma um carácter mais “testemunhal” (já que o exército medieval não era permanente e o seu núcleo central era composto por cavalaria)³⁶². Tal como observou José Mattoso, as *Siete Partidas* (assim como o *Fuero Real*, uma outra importante obra de Afonso X) “foram traduzidas para português, e largamente utilizadas entre nós”³⁶³.

Frei Juan Gil de Zamora foi o tratadista castelhano que mais de perto seguiu a *Epitoma*. A ele se deve a obra *De preconiis Hispanie*, escrita c. 1282 e consignada à educação do futuro D. Sancho IV. Como notou Peter Russell, quando discute a organização militar e as tácticas, esta obra é pouco mais do que uma antologia do tratado de Vegécio³⁶⁴. Por isso ela é citada na tradução castelhana da *Epitoma*, devida a Frei Alonso de San Cristóbal, na parte que corresponde aos comentários pessoais do tradutor. García Fitz examinou o trabalho de Frei Juan Gil de Zamora e notou como os Livros XI e XII do *De preconiis Hispanie* constituem um conjunto de máximas e conselhos breves retirados da *Epitoma*, com a particularidade de o Livro XI se intitular “De Regulis Bellorum Generalibus”³⁶⁵! Em síntese, o tratado de Gil de Zamora constitui uma cópia quase textual de partes isoladas dos Livros I e III do tratado de Vegécio (também este autor ignora o Livro II). Frei Juan Gil lembra, p. ex., ao infante castelhano a prudente norma vegeciana (Livro III, caps. IX, XI e XXVI) segundo a qual os bons chefes militares nunca devem dar batalha, a não ser que se vejam obrigados a isso pela ocasião ou pela necessidade³⁶⁶; do mesmo modo, procura ensinar-lhe que é melhor vencer o inimigo pela fome do que em batalha, porque nesta “amplius solet fortuna potestatis habere quam virtutis”³⁶⁷; sempre seguindo Vegécio (Livro III, cap. XXVI), o educador aconselha o seu régio pupilo a abster-se de conduzir os homens a um “certamen publicum” caso verifique que eles não estão convictos do sucesso³⁶⁸. Também no Livro XII da sua obra, Gil de Zamora deixou uma série de exemplos extraídos da história grega e romana, sob o título “De cautelis habendis in rebus bellicis”, os quais, de acordo com García Fitz, deveriam esclarecer o chefe militar sobre “diversos modos de actuar perante determinadas situações concretas e que, segundo o autor, procediam da obra de Vegécio, ainda que não nos tenha sido possível fixar a filiação real dos mesmos”³⁶⁹. Esta estratégia de recurso a casos concretos tomados das guerras da Antiguidade transparece igualmente no *De preconiis Hispanie* ao seleccionar-se uma série de princípios gerais extraídos da *Epitoma*

(p. ex., sobre a escolha do terreno ideal para combater, conforme se confie mais na infantaria ou na cavalaria), os quais surgem completados com exemplos da Antiguidade relacionados com a selecção do campo de batalha (p. ex., com as providências a tomar para evitar a luz solar e o vento contrário num combate que vai desenrolar-se em terreno arenoso)³⁷⁰.

Quanto ao infante Don Juan Manuel, pai de D. Constança Manuel, esposa daquele que viria a ser o rei D. Pedro I de Portugal (1357-1367), foi um homem que, para além da sua grande influência política na corte castelhana da primeira metade de Trezentos, teve uma riquíssima experiência militar como “adelantado-mayor de la frontera et del regno de Murcia”, o que lhe proporcionou um conhecimento detalhado das táticas de guerra dos Muçulmanos. Ora, apesar desta diferença de ‘interlocutor bélico’, foi já notado por García Fitz que toda a “arte da guerra” que perpassa nas obras de Juan Manuel assenta em princípios que são estruturantes em Vegécio: cautela, precaução, disciplina e organização³⁷¹. Não deve pois estranhar-se que, no *Libro del cavallero et del escudero* (de 1326), Juan Manuel recomende expressamente a leitura da *Epitoma*, colocando o seu “cavallero anciano” a dirigir as seguintes palavras ao “escudero” que o interroga: “si vos quisiéredes saber todo esto que me preguntastes de la cavallería conplidamente, leed un libro que fizo un sabio que dizen Vejeçio, et y lo fallaredes todo”³⁷². Mesmo que – como defende García Fitz – Vegécio possa ter configurado mais uma referência cultural do que uma influência real da guerra clássica sobre Juan Manuel, não devemos perder de vista este testemunho de conhecimento e de admiração pelo tratado de Vegécio, para mais sendo previsível que, tendo o matrimónio de Pedro e Constança Manuel ocorrido em 1336, as obras de Juan Manuel fossem conhecidas em Portugal em meados-finais do séc. XIV³⁷³.

Registada a presença em Castela, entre 1250-1350, de uma literatura militar de forte sentido didáctico bastante devedora do principal tratado de Vegécio e, pelo menos em parte, bem conhecida em Portugal nos finais do séc. XIV, consideraremos agora o contexto das traduções que se faziam na Península Ibérica nesta época. O assunto foi estudado há pouco mais de vinte anos por Peter Russell. Segundo ele, no período anterior a 1500, “sucedem-se as traduções de forma incessante, tanto em Castela como na coroa de Aragão”³⁷⁴. Esta circunstância tornou possível que, nos finais do séc. XV, o leitor peninsular que não dominasse senão a sua

língua vernácula tivesse já disponíveis, “traduzidas, numerosas obras de *auctoritates* da Antiguidade Clássica e também da Idade Média latina”³⁷⁵. Segundo Russell, este processo terá começado de forma sistemática na Catalunha do séc. XIV (em resultado dos contactos dos príncipes da Casa de Barcelona com a corte francesa) para, nos finais de Trezentos, contagiar o reino de Castela (*vide*, p. ex., o cronista e chanceler Pero López de Ayala); a Portugal, o processo chegaria com bastante atraso, mas evoluiu de uma forma impetuosa³⁷⁶. Segundo Russell, a força motriz das traduções quatrocentistas peninsulares é “nitidamente, de índole régia ou senhorial. Reis e nobres encomendam traduções à sua custa, para abastecer as bibliotecas que se vão formando”; em Portugal, a tradução parece ter sido “quase exclusivamente o resultado do mecenato da Casa Real”³⁷⁷. Quanto à divulgação das obras, Russell conclui que, clérigo ou não, o tradutor coevo tem consciência de que “o seu trabalho destina-se à leitura num ambiente laico e senhorial”³⁷⁸.

Quem eram, então, os destinatários preferenciais destas traduções? Segundo Russell, não se tratava de leitores totalmente incapazes de ler o original: “às vezes, as traduções faziam-se por encomenda de pessoas que dominavam, sim, até certo ponto, o idioma original, mas não confiavam na sua capacidade para alcançar todo o sentido de um autor latino, francês ou italiano sem ter à mão uma versão no seu próprio idioma vernáculo preparada por um conhecedor da língua original em questão”³⁷⁹. No caso específico das traduções do latim, o propósito dos tradutores consistia, pois, em colocar nas mãos daqueles que desconheciam esta língua (ou que a dominavam mal) os textos clássicos que formavam parte da herança medieval; não havia a preocupação de pôr os leitores em contacto directo com as ideias inovadoras que provinham de Itália; segundo Russell, haveria mesmo “uma recusa intencional das ideias humanistas”, predominando a simples intenção de “facilitar aos laicos o acesso ao classicismo medieval”³⁸⁰.

Um outro aspecto interessante que podemos perceber melhor depois do que foi dito atrás acerca da tradução castelhana da *Epitoma* é que os tradutores peninsulares “fazem todo o possível por ‘medievalizar’ as suas traduções e gabam-se disso. Mediante glosas, comentários e explicações de toda a índole, esforçam-se por colocar o texto traduzido inteiramente à luz das perspectivas consagradas do classicismo medieval”³⁸¹. Isto não significa que os tradutores não enfrentassem dificuldades sérias para dominar os textos latinos. Pelo contrário, Russell notou as queixas de muitos deles (p. ex., de Pero González de Mendonza, numa carta

que dirigiu a seu pai, o Marquês de Santillana) em relação à “brevidade do latim”; como lamentava Mendonza, “nos non auemos tan compendiosos uocablos para que en pocas palauras pudiessemos comprehender grandes sentencias”³⁸²! Estas dificuldades eram agravadas pelas limitações sentidas na hora de encontrar sinónimos para um termo em latim, em castelhano, em catalão ou em francês: tudo aquilo de que se dispunha até finais do séc. XV era de “elementos vocabulares compilados anonimamente para uso daqueles que trabalhavam em bibliotecas ou arquivos particulares, ou por estudiosos individuais para seu próprio uso pessoal”³⁸³. As traduções que resultavam de um trabalho desenvolvido nestas condições podiam não alcançar um patamar de qualidade muito elevado, mas isso não as inviabilizava: afinal, os tradutores trabalhavam sob os auspícios de mecenas que eram incapazes de avaliar a qualidade das suas traduções e também, na sua maioria, renitentes a qualquer tentativa de pôr em dúvida as perspectivas culturais medievais, o que conduzia à aceitação de versões de medíocre ou de baixa qualidade³⁸⁴.

Uma outra faceta interessante tem que ver com o grande número de traduções ‘intrapeninsulares’ que se faziam nos reinos de Castela, Aragão e Portugal nos finais da Idade Média. Ou seja, de versões de textos latinos, franceses ou italianos que se vertiam de um idioma peninsular para outro (p. ex., de aragonês para castelhano, o que era corrente). Segundo Russell, “a corte portuguesa, onde era notório um grau substancial de bilinguismo no séc. XV, propendia também a insistir por vezes em possuir traduções em português de textos clássicos latinos, apesar de eles serem já acessíveis em castelhano”³⁸⁵. Como explicar esta preferência? Ela teve que ver com o nacionalismo emergente, mas não só. Muitas dessas traduções eram para leitores profanos que estavam privados de dicionários, de glossários, de gramáticas e de outros instrumentos linguísticos que facilitassem a abordagem do texto em questão. Por isso, “uma obra escrita num idioma peninsular diferente do seu, resultava tão inacessível como uma obra escrita em italiano ou em francês”³⁸⁶. Também se detecta uma grande frequência de traduções de latim para francês precedendo o aparecimento de versões peninsulares da mesma obra; aliás, especialmente no caso catalão, essas versões derivam directamente daquelas³⁸⁷. Por isso se supôs que a tradução catalã de Vegécio assinada por En Jaume Castellà e apresentando como título *Vegeci del mester darmes e de la art de cavalleria* seria baseada na célebre tradução francesa de Jean de Meun (o que todavia não parece ser o caso).

Esboçado o quadro peninsular das traduções do séc. XV, vamos agora recordar os testemunhos de que dispomos acerca do conhecimento da *Epitoma* nos meios cortesãos portugueses. O tradista latino é citado por D. Duarte (1433-1438) no seu *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* (obra inacabada, composta em diversos momentos da vida do autor, mas em especial a partir de 1412³⁸⁸). Aqui se elogia “a husança das boas manhas do corpo” que os senhores e os grandes sempre prezaram e louvaram, “segundo se bem pode veer per o livro de Vegecio, [De] re m[il]itari” e também por alguns outros “livros de storias e ensynanças de feito de guerra”³⁸⁹. O mesmo monarca alude também à *Epitoma* no *Leal Conselheiro* (um guia moral com um sentido privado e prático, organizado entre 1435 e 1438³⁹⁰), quando diz que “prudencia he muyto necessaria aos pryncipes, segundo que diz Vegecio em no Livro da Cavallaria: antre todos nom he alguã a que mais perteeça saber mais e melhores cousas que ao pryncipe, por que sua doutrina deve aproveitar a todos seus sujeitos”³⁹¹.

Entretanto, não só os príncipes de Avis recomendavam Vegécio. Também os cronistas o conheciam e apreciavam. É o caso de Gomes Eanes de Zurara, que na *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes* (trabalho composto entre 1458 e 1464³⁹²) alude por várias vezes à obra do tratadista romano. A primeira quando, após a conquista da praça aos Muçulmanos, o Conselho de D. João I reúne e discute a manutenção (ou não) da cidade: dizem os optimistas que Ceuta poderá ser um magnífico centro para o “exercício das armas” pela “Cavallaria”, que precisa de fortalecer os seus membros e os seus corações, “como diz naquelle Livro, que compoz Vegecio d’Arte Militar”³⁹³; logo a seguir, Zurara acrescenta – com espírito vegeciano – que muitas vezes acontece, por os reinos estarem durante alguns anos “em assocego”, os bons perderem “o uzo, e disciplina da mais nobre cousa, que a seu Officio pertence, onde pera taes autos as mais das vezes he mais proveitosa a pratica, que a theorica”³⁹⁴. Mais adiante, encontramos a segunda grande referência, num episódio em que os veteranos Gonçalo Nunes Barreto e Álvaro Mendes Cerveira repreendem a bravura temerária do conde D. Pedro, o primeiro governador português de Ceuta: “ca diz Vegecio no Livro da Arte da Cavallaria: Que aos Principes, e Regedores da Oste pertence mais a prudencia, que a cada hum dos outros Cavalleiros (...); e quanto os feitos das pelêjas são mais duvidosos, tanto se devem tratar com maior resguardo e avisamento: e por isso dizem, que os Romanos nunca podiam ser vencidos (...)”³⁹⁵. Por fim, ao abrir o Livro II desta sua crónica, Zurara lembra, a propósito da selecção das

melhores profissões para o ofício das armas: “e bem diz Vegecio no seu Livro *de Re Militari*, que os Carniceiros, pelo uso, que ham de continuamente espalhar sangue, devem ser postos nos encontros primeiros das batalhas (...)”³⁹⁶.

Podemos também encontrar ressonâncias do tratado de Vegécio em fontes de natureza jurídica, em especial nas *Ordenações Afonsinas* (compilação aprovada cerca de 1447), p. ex., no seu Livro I (título LXIII), na parte que diz respeito à escolha dos melhores homens para serem cavaleiros. Aqui se inclui uma assaz vegeciana discriminação das respectivas profissões de origem (monteiros, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, carniceiros) e uma mais medieval referência às qualidades que eles deveriam possuir (p. ex.: “vergonça”; “linhagem”; “saber”; “bondade e costumes, e manhas”) ³⁹⁷.

Em síntese, três tipos de fontes de natureza diversa (literária, narrativa e jurídica) denunciam um bom conhecimento da *Epitoma rei militaris* no Portugal da primeira metade de Quatrocentos. Ao que se viu, os temas do tratado de Vegécio que despertavam mais a atenção eram: a selecção dos homens mais aptos para a guerra; o treino regular (que não podia ser descurado durante os longos períodos de paz); o risco das batalhas campais, sempre duvidosas por serem menos previsíveis; e as especiais responsabilidades do príncipe (ou do chefe militar), que por isso devia ser mais culto do que todos os restantes em matéria de arte militar, e também mais cauteloso no exercício da guerra.

Mas por que via seria conhecido em Portugal este “Vegecio” que tão sábias recomendações militares fazia: directamente, através de manuscritos da *Epitoma* copiados em latim? Por meio de alguma tradução vernácula, portuguesa (como a que Rui de Pina atribui ao infante D. Pedro, segundo veremos) ou não-portuguesa (como a do frade castelhano Alonso de San Cristóbal, composta antes de 1406)? Ou através da mediação de algum dos grandes divulgadores de Vegécio que o Ocidente medieval conheceu nos sécs. XII, XIII e XIV (pensamos, p. ex., em Frei Gil de Roma)? Esta última hipótese merece ser analisada.

Como observou Peter Russell, o *De Regimine Principum* de Gil de Roma foi traduzido em Castela entre 1340 e 1344³⁹⁸. O autor da tradução foi Frei Juan García de Castrojeriz, o confessor da rainha D. Maria (filha do nosso rei D. Afonso IV) e a obra destinava-se à educação do futuro monarca castelhano, D. Pedro I. Trata-se de uma versão que segue muito de perto o texto original, incluindo o seu Livro III (em cuja terceira Parte Gil de Roma utiliza abundantemente o tratado de Vegécio). A tradução de García de Castrojeriz conheceu uma grande popularidade

em Castela, tendo a sua impressão ocorrido logo em 1494, em Sevilha³⁹⁹. Como também notou Russell, o tradutor castelhano recomenda com frequência o estudo de “el libro que fizo Vegeçio de la cavallería”⁴⁰⁰. É praticamente certo que esta obra era conhecida em Portugal na primeira metade do séc. XV; Luís de Sousa Rebelo sugere mesmo que D. Duarte “teve presente a versão castelhana de Frei Juan García de Castrojeriz (...) quando redigiu as páginas sobre a virtude da prudência que se encontram no *Leal Conselheiro*”⁴⁰¹.

Ora, é impressionante o registo de informações de que dispomos, assinalando o bom conhecimento do tratado de Gil de Roma no Portugal de Quatrocentos. Antes de mais, deve dizer-se que – contrariamente ao que sucede com o livro de Vegécio – é absolutamente seguro que a obra consta do rol dos 84 livros da biblioteca de D. Duarte (20 em latim e 64 em vernáculo), e até figura em duplicado, pois na coluna dos livros em latim vem assinalado um “Regimento de príncipes picado d ouro nas taboas e as Cobertoiras vermelhas”, enquanto no “Titulo dos liuros de lingoajem” surge também um “Regimento de príncipes”⁴⁰². Porém, a presença em versão bilingue do manual de Gil de Roma – uma obra que, no dizer de Russell, de tal maneira continha o essencial de Vegécio que “a sua existência pode ter feito parecer desnecessária a um potencial tradutor levar a cabo a temível tarefa de traduzir integralmente o texto de Vegécio para castelhano”⁴⁰³ – não é apenas silenciosa. Desde logo pelo que escreve Zurara na *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*: ao discursar aos que, sob o comando de D. Pedro, ficariam em Ceuta para guardar a praça acabada de conquistar, D. João I terá explicado aos homens que era preciso haver sempre um comandante capaz de reger os outros, pois “d’outra guisa pereceriã todolos que se ajuntassem, como achareis no Regimento de Principes, que muitas vezes em minha Câmara ledes, e ouvis (...)”⁴⁰⁴! E, de facto, o manual de Gil de Roma é muito citado por D. Duarte, tanto no *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela* (numa passagem extraída de Vegécio e alusiva ao uso, pelos Romanos, de cavalos de madeira para treinar os legionários)⁴⁰⁵ como no *Leal Conselheiro* (em pelo menos nove ocasiões, não relacionadas com matérias militares)⁴⁰⁶ e até no *Livro dos Conselhos* (num trecho onde se refere que a justiça daquele que reina é mais proveitosa aos súbditos do que a abastança dos naturais)⁴⁰⁷. Também um dos irmãos de D. Duarte, justamente o infante D. Pedro, se refere ao *Regimento de Príncipes* em pelo menos duas passagens do *Livro da Virtuosa Benfeitoria* (cuja redacção deve ter tido lugar entre 1418 e 1425⁴⁰⁸), num dos casos para

recordar como “a scacesa toma senhorio sobre os velhos” e, no outro, para incitar aqueles que quiserem saber mais sobre os benefícios que devem ser atribuídos às pessoas de menor condição social a que “busquem (...) o liuro do rregimento dos príncipes, composto por frey gill de Roma” (para além da obra homónima de S. Tomás de Aquino, um dos mestres de Gil de Roma)⁴⁰⁹.

Também os cronistas de Quatrocentos mostraram conhecer a obra do preceptor de Filipe-o-Belo. Por exemplo, e tal como foi demonstrado por Sousa Rebelo, Fernão Lopes, no Prólogo da sua *Crónica de D. Pedro I*, utiliza largamente (embora sem o citar: a noção moderna de plágio ainda não existia) uma parte do livro de Gil de Roma em que este trata da questão da justiça, chegando mesmo a transcrevê-lo de uma forma quase literal⁴¹⁰. Zurara cita-a também na *Crónica da Tomada de Ceuta* (obra escrita em 1449⁴¹¹): primeiro, ao referir que “huña das propiedades dos homeês mancebos segumdo declara frey Gill de Roma per autoridade do phillosofo na terceyra parte do segumdo liuro do rregimento dos príncipes, e Paullo Virgerio na emsinamça dos moços fidallgos, he seerem trigosos e arreuatados em seus feitos”⁴¹²; e, depois, quando coloca na boca de Frei João Xira, na pregação que este fez logo após a conquista da praça muçulmana, uma referência ao “autor do rregimento dos príncipes, na primeira parte do seu primeiro liuro”⁴¹³.

Temos, portanto, um conjunto variado de alusões ao tratado de Gil de Roma, abrangendo a literatura dos príncipes de Avis e a cronística de meados de Quatrocentos. A obra era lida na corte régia e, contrariamente ao que sucedia com a *Epitoma*, deduzimos que as passagens que mais atraíam os leitores e ouvintes *não tinham directamente que ver com matérias militares*, mas sim com temas espirituais, sociais, educativos ou relacionados com a justiça (a única excepção são os cavalos de madeira dos Romanos, referidos no livro de gineta de D. Duarte).

Na *Crónica de D. Afonso V* – composta entre 1497 e 1504⁴¹⁴ –, Rui de Pina afirma, a propósito do infante D. Pedro: “Foy Pryncipe de grande conselho, prudente, e de viva memoria, e foy bem latinado, e assaz mistyco em ciencias e doutrinas de letras, e dado muyto ao estudo, elle tirou de latym em linguaagem o Regimento de Pryncepes, que Frey Gil Correado compos, e assy tirou o lyvro dos Offycios de Tullio, e *Vegecio de Re Militari*, e compos o livro que se diz da Virtuosa Bemfeytorya com huma confysam a qualquer Cristão muy proveytosa”⁴¹⁵.

Ou seja, no dizer de Pina, que escreve c. 50 anos após a morte do ex-Regente em Alfarrobeira, o Infante teria não só composto o *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, mas também traduzido do latim o *De Officiis* de Cícero, o *De Regimine Principum* de Gil de Roma e a *Epitoma rei militaris* de Vegécio.

Vários especialistas aceitam como boa a afirmação de Rui de Pina relativamente à tradução do *De Regimine Principum*, que, como observou Maria Helena da Rocha Pereira, estava escrito num latim extremamente acessível⁴¹⁶. Outros, porém, como Joseph-Marie Piel (na sua edição do *Livro dos Ofícios*) ou Aires A. Nascimento, opinam que deverá ter sido o célebre tradutor Vasco Fernandes de Lucena o autor do trabalho⁴¹⁷. A tradução nunca foi encontrada, mas a presença de um “Regimento de príncipes” entre os “liuros de lingoajem” da livraria de D. Duarte conforta-nos quanto à sua existência. A menos que se tratasse da versão castelhana devida a García de Castrojeriz, o que não parece muito provável, pois alguns dos livros em língua vernácula da biblioteca do *Eloquente* que não estavam em português foram anotados com uma indicação suplementar (p. ex., “em aragoes”, ou “per castelão”), o que não é o caso para o tratado de Gil de Roma, cuja tradução castelhana apresentava como título *Regimiẽto de Los Príncipes*⁴¹⁸.

E quanto à afirmação de Rui de Pina de que D. Pedro teria também traduzido a *Epitoma rei militaris*, devemos considerá-la fidedigna? Vamos recordar os restantes argumentos a favor desta possibilidade, seguindo a última reflexão de Russell (2001, *passim*) sobre esta matéria:

- i) das três traduções que Pina atribui a D. Pedro, para além do que já aceitámos como altamente provável em relação à de Gil de Roma, pelo menos a relativa ao *Livro dos Ofícios* é praticamente irrefutável. Não só consta expressamente da livraria de D. Duarte (“Marco tulio o qual tirou em lingoajem o Ifante dom Pedro”) como a tradução já foi encontrada, na Real Academia de História, de Madrid (códice anónimo n.º C/66)⁴¹⁹;
- ii) no séc. XVI, João de Barros, nos *Panegíricos*, comentando como os livros devidos à pena do Infante conferiam distinção à biblioteca real, escreveu: “E nisto cuido eu que o infante D. Pedro quis significar quan necessárias eram nos príncipes a filosofia e as armas, pois Túlio, *De Officiis*, e Vegécio, que destas duas cousas escreveram, traduziu em língua portuguesa”⁴²⁰;

- iii) no séc. XVIII, Diogo Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana*, III, 1752, p. 545), escrevendo antes do terramoto de 1755, acrescentou uma informação importante, que não extraiu nem de Pina nem de Barros: disse ele que as traduções que o Infante fez das obras de Cícero e de Vegécio continham cartas dedicatórias dirigidas a D. Duarte. Ora, isto já se provou para o primeiro caso. Barbosa tornou-se, assim, numa testemunha importante, devendo ter ainda visto a tradução no Paço Real, ou pelo menos recolhido informação em primeira mão sobre o assunto;
- iv) antes do início da carreira de escritor do infante D. Pedro, foi composta em Castela a tradução castelhana da *Epitoma* devida a Frei Alonso de San Cristóbal, circunstância que – tal como pode ter acontecido com o trabalho de García de Castrojeriz relativamente à tradução latim-português de Gil de Roma – poderá ter constituído um estímulo suplementar (no sentido de um factor de segurança acrescido), capaz de animar o Infante a meter mãos a uma tarefa indiscutivelmente complexa⁴²¹;
- v) na década de 20 de Quatrocentos, D. Pedro teve uma experiência de guerra na Europa de Leste (Hungria), numa altura em que Vegécio era já, de há muito, uma *auctoritas* em matéria militar. Durante a viagem que, entre 1425 e 1428, realizou pela Europa, o Infante visitou a Flandres (onde deve ter passado o Natal de 1425 e o Ano Novo de 1426) e poderá então ter conhecido a fabulosa livraria (876 códices!) do duque da Borgonha e conde de Flandres, Filipe-o-Bom (que casou com D. Isabel, irmã do próprio D. Pedro)⁴²².
- vi) como vimos, em cada uma das três referências que faz ao tratado de Vegécio na sua *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, Zurara cita a *Epitoma* por um nome diferente: “Arte Militar”, “Livro da Arte da Cavallaria” e “de Re Militari”. Isto foi entendido por Russell como podendo indicar que o cronista conhecia a *Epitoma* tanto em latim como em tradução vernácula⁴²³. Pelo seu lado, D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, chama-lhe “Livro da Cavallaria”, uma forma de título da *Epitoma* que sabemos ser comum nas traduções vernáculas. Ambos os factos parecem revelar familiaridade com versões não latinas da obra de Vegécio.

Alinhemos agora os argumentos contra a atribuição da tradução da *Epitoma* a D. Pedro:

- i) não é possível localizar a tradução nem explicar o que lhe sucedeu;
- ii) não há vestígios de manuscritos latinos de Vegécio em Portugal, contrariamente ao que sucede em Espanha (em cujas bibliotecas estão registados sete manuscritos latinos da *Epitoma*⁴²⁴) e um pouco por todo o Ocidente europeu;
- iii) o Infante não era um tradutor ‘profissional’ e reconhece as suas limitações para o exercício da função. Na dedicatória do *De Officiis* que dirige a D. Duarte (c. 1438), Pedro confessa as dificuldades que o texto ciceroniano lhe levantou: “E porem, Senhor, ainda que todo o livro seja mal tornado, este derradeiro entendo que he peor, em tanto que em alguũs logares, ainda que nom foram muitos, eu acerca screvia a aventura, nom entendendo o que no livro dezia”⁴²⁵. O Infante lamenta também o pouco tempo de que dispõe para estas tarefas, devido a “outros cuidados que a mym mais propriamente perteeçem que este, os quaaes occupam minha maginaçom e nom a leixam livre”⁴²⁶. O Infante encomendou, aliás, a Vasco Fernandes de Lucena, a tradução de uma outra obra de Cícero, o *De Senectute*. No Prólogo deste trabalho, o tradutor, depois de dizer que o Infante entende “o latim mui cumpridamente” e que as obras de Cícero lhe “são assim familiares”, não precisando por isso de traduzir “mudamente” nem de incluir “glosas” ou comentários de palavras, não deixa de acrescentar que a D. Pedro “praz de lerdes por livros de lingoagem”, deixando sugerido que ao Infante conviria possuir uma versão vernácula daquela obra de Cícero “porque seja mais commum” – ou, na interpetação deste passo por Peter Russell, “para facilitar a compreensão de passagens difíceis do original”⁴²⁷.

Façamos um comentário a estas objecções à verosimilhança da notícia de Rui de Pina. Em primeiro lugar, a circunstância de a tradução se encontrar perdida (segundo alguns em consequência do terramoto de 1755) não significa que ela não venha ainda a aparecer. Como refere Russell, “é bem conhecido que os exemplares

de manuscritos medievais portugueses habitualmente são recuperados, não forçosamente em Portugal, mesmo depois de terem sido julgado irremediavelmente perdidos”⁴²⁸. Foi o que sucedeu com a tradução do *De Officiis* e também com a tradução (por Robert Payne, cónego da Sé de Lisboa e membro de uma família que veio para Portugal com D. Filipa de Lencastre), de inglês para português, da obra *Confessio amantis*, de John Gower: até finais do séc. XX, só se conhecia a tradução quatrocentista castelhana, feita a partir da versão portuguesa (Biblioteca do Escorial), mas na década de 90 apareceu a tradução de Robert Payne na Real Biblioteca de Madrid (trata-se de uma cópia escrita em Ceuta, em 1430, a mando de D. Fernando de Castro, o *Moço*)⁴²⁹.

Em segundo lugar, o contraste entre a ausência de manuscritos latinos da *Epitoma* em Portugal e a presença de sete dessas cópias em Espanha pode ser enganador. Por um lado, e como Michael Reeve, após a sua longa análise de todos os manuscritos latinos de Vegécio espalhados pelo mundo, teve oportunidade de informar oralmente Peter Russell, “não há provas convincentes de que algum dos manuscritos encontrados em bibliotecas espanholas tenha sido mesmo escrito em Espanha”⁴³⁰. Por outro, essa ‘escassez portuguesa’ não deve ser entendida como sinal de falta de conhecimento ou de interesse por Vegécio, devendo ser atribuída à falta de conhecimento do latim pela generalidade dos leigos letrados coevos⁴³¹.

Em terceiro lugar, ao confessar as suas limitações como tradutor de latim, o Infante estava provavelmente a recorrer a um *topos* de modéstia que era comum entre os tradutores coevos. Russell considera-o “associado à retórica de *captatio benevolentiae*, usada particularmente nos prefácios e introduções por leigos ansiosos de evitar qualquer indício de que se consideravam aptos a competir com os latinistas profissionais do seu tempo, os clérigos”⁴³².

Em conclusão, pesados os prós e os contras, os argumentos a favor da aceitação da notícia de Rui de Pina parecem ser mais fortes do que os seus contrários. Cremos que não há razão para duvidar da afirmação do cronista, segundo a qual o infante D. Pedro assegurou a tradução da *Epitoma rei militaris* de Flávio Vegécio Renato. Vivia-se num enquadramento peninsular onde tinha pontificado uma literatura didáctica de cunho militar fortemente devedora de Vegécio, fosse ela da autoria de clérigos ou de laicos, assumisse ela uma configuração histórica, pedagógica ou jurídico-legislativa (Frei Juan Gil de Zamora, Don Juan Manuel,

Afonso X). Essa literatura mostra bem como a Idade Média ocidental, no seu crepúsculo, se revia no seu passado romano e se queria herdeira da sua melhor tradição, a começar por essa *sagesse* militar feita de organização, de disciplina, de prudência e de espírito de corpo que permitira a Roma dominar o mundo durante tantos séculos.

Ao mesmo tempo, o final da Idade Média na Península Ibérica coincidiu com uma forte laicização da cultura (traduzida num diferente acesso, por parte da nobreza, ao acto escrito) e com um significativo crescendo da prática da tradução de obras clássicas ou medievais latinas para língua vernácula, primeiro na Catalunha, depois em Castela, a seguir em Portugal. Este processo teve um impulso nitidamente régio ou senhorial e, em Portugal, foi o mecenato proporcionado pela Casa Real que assegurou a sua afirmação. Por vezes, traduzia-se de uma língua vernácula peninsular para outra, ou aproveitava-se a existência de versões francesas ou italianas de obras clássicas julgadas interessantes para as verter então para “lingoagem”. Outras vezes, esses textos em castelhano, em catalão, em italiano ou em *langue d’oïl* serviam de apoio pontual à tarefa dos tradutores peninsulares.

O infante D. Pedro era um homem culto e viajado, conhecia grande parte da Europa, tinha experiência militar, horizontes largos, amor pelos livros e aspirações políticas. Conhecia decerto a literatura dos “espelhos de príncipes” que, desde a segunda metade do séc. XII, se impusera na cultura do Ocidente europeu. A obra de Gil de Roma, composta em 1277-1279 e principal referência dessa tradição literária, era-lhe decerto familiar, como bem documentam a sua presença em duplicado no rol dos 84 códices que compunham a biblioteca do seu irmão D. Duarte e as numerosas citações que este príncipe lhe ia dedicando nos seus livros, gosto que o próprio D. Pedro, tal como os cronistas Fernão Lopes e Zurara, partilhavam. Por via de Gil de Roma, traduzido para castelhano entre 1340 e 1344, muitos laicos haviam entrado em contacto com as ideias de Vegécio, que era abundantemente transcrito na última parte do *De Regimine Principum*. Decerto que a sede de conhecer integralmente a obra daquele que era a maior autoridade em matéria de arte da guerra no Ocidente desde o desmoronamento do Império Romano animou muitos desses laicos. Ao nosso Infante, cuja veia literária o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* revela e cuja paixão pelo latim está bem documentada na tradução do *De Officiis* de Marco Túlio Cícero e, muito provavelmente, também na do manual de Gil de Roma, um tal projecto não poderia

deixar de parecer entusiasmante. É certo que a tarefa era árdua (bem mais do que as anteriores) e que as obrigações de D. Pedro não lhe deixavam demasiado tempo para a concretizar. Mas o Infante não estava só. Tal como sucedera para a composição final da *Virtuosa Benfeitoria* (em que beneficiou da colaboração do seu confessor, Frei João Verba) ou para a obtenção de uma versão vernácula do *De Senectute* de Cícero (que encomendou a Vasco Fernandes de Lucena), o duque de Coimbra sabia que o seu labor poderia ser amparado por quem tinha uma maior familiaridade com os textos do latim clássico. E, além disso, a circunstância de existir, desde os inícios do séc. XV, uma tradução castelhana (a de Frei Alonso de San Cristóbal) e uma outra catalã (devida a En Jaume Castellà) do tratado de Vegécio, já para não falar nas versões francesas (em especial a de Jean de Meun, a mais célebre de todas) que D. Pedro há-de ter conhecido nas suas viagens pela Europa (p. ex., na Flandres, cujo conde era seu cunhado e possuía uma biblioteca dez vezes superior à de D. Duarte), pode ter animado o Infante, tranquilizando-o quanto à exequibilidade da sua nova aventura literária⁴³³.

Como muitas outras, a tradução de Vegécio pelo mais completo dos príncipes de Avis ter-se-á perdido na voragem dos tempos. Oxalá a Fortuna nos permita ainda recuperá-la, tal como sucedeu, já em meados do séc. XX, com a tradução do *Livro dos Ofícios* e, ainda mais recentemente, com a *Confissão do Amante* de John Gower. Enquanto isso não acontece, sirva a tradução que agora se dá à estampa de homenagem à memória de um dos mais insignes representantes do espírito reformador e europeísta português.

(Página deixada propositadamente em branco)

III. Apresentação da edição

Antes de escutarmos Vegécio, gostaríamos ainda de completar este Estudo Introdutório com algumas palavras de apresentação da presente edição.

Em primeiro lugar, queremos explicar que este projecto editorial surgiu na sequência de um desafio que nos foi lançado em Oxford, no Verão de 2002, pelo nosso querido amigo e mestre de enorme reputação, Sir Peter Russell. É também a ele que devemos a oferta, na Páscoa de 2004, da edição crítica do principal tratado de Vegécio preparada pelo Professor Michael Reeve. Infelizmente, Peter Russell, apesar da sua vida longa de quase 93 anos, não viveu o suficiente para partilhar connosco esse momento de grande alegria que é sempre o da conclusão de um trabalho de vários anos. Mas a marca da sua amizade, da sua sabedoria e do seu apoio incondicional está bem impressa em cada página que aqui deixamos escrita, num livro que por todos os motivos a ele é inteiramente dedicado.

O desafio de Peter Russell, grande amigo de Portugal e da sua cultura, passava sobretudo por disponibilizar ao público português, na sua própria língua, o texto escrito em finais do séc. IV ou inícios do séc. V por Flávio Vegécio Renato. Como vimos, Russell acreditava convictamente que o infante D. Pedro promovera, em meados do séc. XV, a tradução portuguesa da *Epitoma rei militaris*. Mas também sabia que ela não está hoje acessível. Por isso, pensava que valia a pena produzir uma edição bilingue (Latim-Português) moderna da *Epitoma*, sentimento que a publicação, em 2004, da edição crítica latina do tratado de Vegécio por um conceituado professor da Universidade de Cambridge reforçou fortemente.

Na verdade, a edição de Michael Reeve, de quem Russell era colega e amigo, abriu uma oportunidade excepcional para a projectada versão bilingue portuguesa. O Professor Michael Reeve é decerto um dos investigadores mundiais que melhor conhece os manuscritos da *Epitoma rei militaris*. Durante sete anos, ele visitou, na Europa e na América, todos os manuscritos latinos de Vegécio

(e, como vimos, são mais de 220) possíveis de ser identificados em bibliotecas e outras instituições europeias e americanas. Por isso, estamos convictos de que a sua recente edição crítica constituirá, no futuro, uma grande referência no que ao texto latino de Vegécio diz respeito, ocupando o lugar que durante mais de um século pertenceu a Carl Lang. Todas estas circunstâncias convenceram-nos de que Peter Russell tinha razão: chegara de facto o momento de ensaiar a primeira tradução portuguesa moderna da *Epitoma*, em versão bilingue.

Começámos a trabalhar nesta tradução logo na Páscoa de 2004, ou seja, assim que a edição de Michael Reeve viu a luz do dia. O facto de o podermos fazer em equipa, juntando um historiador da Idade Média que se especializou em história militar e um professor e especialista em língua latina, levou-nos a acreditar que o projecto poderia ser bem sucedido. E nem o facto de, pelo caminho, ter surgido um ensaio de tradução portuguesa (assinado por Adriaan De Man) da mesma obra, nos demoveu da nossa intenção, pois desde o início que se tratava, para nós, de proceder a uma tradução rigorosa do texto latino (agora a partir de uma edição de 2004 e já não de 1869/1885), numa versão bilingue (onde, portanto, o leitor pode, a cada passo, controlar a fiabilidade da proposta de versão portuguesa que lhe é apresentada), e não de um exercício – interessante, sem dúvida, mas insuficiente – de divulgação aproximada das ideias de Vegécio.

Durante perto de quatro anos e meio trabalhámos, semana a semana, neste projecto, pensando sempre que um trabalho desta dimensão deveria ser precedido de um Estudo Introdutório que preparasse convenientemente o leitor para a abordagem do tratado de Vegécio (tanto no que diz respeito a um conhecimento razoável das características e da evolução do exército romano, como no que toca à apresentação da figura do tratadista latino e da sua obra mais importante). Em paralelo, entendemos que a leitura da *Epitoma* poderia sair beneficiada se as habituais “notas do tradutor” (justificando determinadas opções de tradução, procedendo a remissões internas para facilitar o acompanhamento do texto, localizando citações de autores clássicos, convertendo datas, pesos e medidas, etc.) fossem enriquecidas com comentários desenvolvidos sobre os temas-chave da história militar antiga e, em especial, romana: sobre as suas grandes figuras (de Alexandre Magno a Juliano, passando por Xantipo, Aníbal, Cipião Africano, Lúcio Emílio Paulo, Perseu, Cipião Emiliano, Metelo, Mário, Jugurta, Sertório, Pompeu, Mitridates, César e tantos outros); sobre os principais autores que nos alimentam com informações acerca desses generais e acerca das suas grandes

campanhas (Políbio, Flávio Josefo, Frontino, Amiano Marcelino e tantos mais); sobre os principais eventos particulares da história militar de Roma (as guerras contra o rei Pirro, as Guerras Púnicas, as Guerras Macedónicas, a Guerra Jugurtina, as guerras contra Mitridates do Ponto, a Guerra Servil contra Espártaco e os seus companheiros, a chamada Guerra Judaica, as guerras de César na Gália, etc., destacando algumas das grandes batalhas e cercos ocorridos no contexto dessas operações – de Canas, em 216 a.C., a Adrianopla, em 378 d.C.); e, por fim, também sobre os temas que mais directamente podem interessar aqueles que desejam estudar a história militar de Roma e/ou que melhor ajudam a contextualizar e a compreender o próprio texto de Vegécio, repleto de mensagens ao imperador: o recrutamento militar; os principais tipos de tropas; a hierarquia militar; o armamento individual e colectivo; a poliorcética; a evolução dos princípios tácticos; a logística; e mesmo o enquadramento religioso do fenómeno militar romano. Tudo isto o leitor encontrará nos Comentários e Notas que, com muito gosto, lhe oferecemos, esperando conseguir com isso valorizar esta edição, ao torná-la mais útil para os jovens estudantes da história da Roma antiga e, de uma forma geral, para os curiosos da história militar da Antiguidade.

Esperamos ter conseguido alcançar, pelo menos em parte, os nossos objectivos. A presença, no final da edição, de um Índice Temático (muito) desenvolvido e de uma Cronologia alargada correspondem também a esse esforço de apresentar ao público português não apenas um Vegécio convenientemente traduzido (ainda que as opções dos especialistas possam, aqui e acolá, divergir das que tomámos: a presença do texto latino original possibilita exactamente esse debate), mas também uma *Epitoma rei militaris* que seja pretexto de novas investigações e viagens por esse mundo maravilhoso (é um medievalista de coração quem o confessa) que é a história militar antiga.

Para terminar, um agradecimento muito sentido à Senhora Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, que muito nos honrou com o Prefácio deste livro, para além de nos ter privilegiado com a leitura minuciosa de grandes extensões do nosso trabalho e com numerosas sugestões de aperfeiçoamento, que acolhemos com a humildade de quem conhece bem a autoridade científica de quem as avançou. Queremos ainda exprimir ao Senhor Professor Doutor José d'Encarnação o nosso sincero reconhecimento pelas diversas ajudas que nos deu, desde a revisão cuidadosa e carinhosa de uma parte importante do Estudo Introdutório a sugestões de leitura, empréstimo de obras e indicação de contactos

que se revelaram importantíssimos na construção deste trabalho. O mesmo agradecimento é devido à nossa colega Doutora Raquel Vilaça, sempre atenta e disponível na renovação diária de uma amizade que já conta mais de 30 anos. Para o Dr. Henrique Modanez de Sant'anna vai um abraço de gratidão pela leitura atenta do *draft* de uma parte do nosso Estudo Introdutório, que para o efeito atravessou o Oceano Atlântico tendo regressado às nossas mãos enriquecida pelas observações pertinentes de quem conhece profundamente a história do exército romano do período republicano. À Imprensa da Universidade de Coimbra, nas pessoas do seu ilustre ex-Director, Professor Doutor José Francisco Faria Costa, da sua amabilíssima e tão competente Directora-Adjunta, Senhora Dra. Maria João Padez de Castro, do seu Director de imagem, o nosso velho e bom amigo António Barros, do seu excelente técnico Senhor António Resende e da sua dedicada bolsreira de estágio Dr.^a Daniela Posse, agradecemos a disponibilidade de primeira hora para publicar esta obra e o esmero com que se cuidou da execução deste trabalho. Cabe também referir aqui que esta publicação beneficiou da autorização da Oxford University Press (facilitada pela mediação gentil do nosso colega e amigo Professor Christopher Allmand e do próprio Professor Michael Reeve) para a reprodução da edição crítica por si publicada em 2004. Uma última palavra para agradecer, do fundo do coração, o apoio generoso do Ministério da Defesa Nacional (na pessoa do seu responsável máximo, Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira) e da Comissão Portuguesa de História Militar (sempre tão dignamente representada pelo seu Presidente, Senhor Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto), sem cujo patrocínio esta obra – pelo menos nos moldes em que a sonhámos e aqui apresentamos – não teria sido possível. Bem-hajam, todos, pela Vossa solidariedade e pela Vossa confiança.

IV. Notas do Estudo Introdutório

1 - Como introdução ao estudo do Império Romano, veja-se Kelly (2006, *passim*). Ao falar da longevidade da civilização romana, devemos também ter em conta o modo como os Romanos tratavam os “bárbaros”, segundo narram autores como Estrabão (*e.g.*, III, 2.15) ou Plutarco. Este último escritor, na sua *Vida* de Sertório (XIV. 3-4), paralela à de Euménio, explica que aquilo que verdadeiramente permitiu a Sertório conquistar os “bárbaros” foi a sua conduta para com as respectivas crianças: ele escolheu entre os diversos povos os filhos das famílias mais nobres e atribuiu-lhes mestres que os educaram nas letras gregas e romanas, educando-os para poderem mais tarde participar na administração e no governo; segundo Plutarco, “os pais experimentavam um prazer maravilhoso ao ver as suas crianças, vestidas de togas pretextas, frequentar a escola com grande aplicação e Sertório encarregar-se das despesas da sua instrução, fazer-lhes exames frequentes, distribuir recompensas àqueles que as mereciam e atribuir-lhes esses ornamentos de ouro a que os Romanos chamam *bullae*” (*vide* Sirinelli, 2001, p. 781). Recorde-se ainda que, em 212 d.C., um édito de Caracala concedeu a cidadania romana a todos os homens livres do Império.

2 - Segundo a estimativa de vários especialistas modernos, como, p. ex., Yann Le Bohec (2002:35-36).

3 - Tal é a indicação de João-o-Lídio (autor do séc. VI) quando se refere aos efectivos ao dispor da “tetrarquia imperial” fundada por Diocleciano (284-305): *vide* Le Bohec (2006:26).

4 - Os valores orçamentais são avançados por Le Bohec (2002:230), com base em diversas fontes.

5 - A fixação da queda do Império Romano do Ocidente no ano de 476 d.C. deve-se, segundo alguns autores, a intérpretes tardios que terão distorcido o que realmente se passou; o Império Romano passou a ser um Estado medieval quando Constantino IV (668-685) reconheceu o *Regnum Longobardorum* na Itália: *vide* Webster e Brown (1997:200); e Webster e Brown (1997a:17).

6 - *Vide* A. Goldsworthy (2007:15).

7 - As vantagens militares resultantes da maior flexibilidade táctica dos exércitos romanos são enfatizadas pela generalidade dos investigadores modernos, entre os quais Peter Connolly (1989:142), Michel Feugère (2002:38) e Adrian Goldsworthy (2007:153-154 e 219).

8 - Vale a pena recordar a síntese de Goldsworthy (2007:115-117) sobre as posições de partida dos dois exércitos na batalha de Pidna: “De um dos lados [o do rei Perseu da Macedónia], estava uma única linha de blocos de lanceiros, cada um deles com, pelo

menos, dezasseis linhas de homens. Por detrás destes blocos, não havia tropas de reserva e cada uma destas formações tinha muito escassa mobilidade e capacidade de manobra. Enfrentando-os, estava uma formação [romana] de manípulos, provavelmente com menos de metade das linhas de soldados, separados de ambos os lados por intervalos, com um comprimento praticamente equivalente ao formado pela frente de cada manípulo. Cobrindo estes vazios, estavam os manípulos de *principes* e mais atrás os *triarii*". As limitações macedónicas eram, portanto, evidentes: só podiam combater o adversário que tinham à sua frente; e, mesmo assim, dependiam da sua capacidade para manter compacta a formação, com uma linha contínua de pontas de sarissas (lanças muito compridas). Do lado oposto à falange macedónica, a flexibilidade romana augurava um combate favorável: cada manípulo era chefiado por um centurião (o comandante da centúria da direita assumindo o comando quando estavam presentes os dois centuriões do manípulo) e a formação em três linhas (*bastati*, *principes* e *triarii*) dava-lhe espaço para que funcionasse como uma unidade coesa. Mais adiante, teremos oportunidade de explicitar o funcionamento deste sistema e a sua evolução.

9 - Os filólogos reconstituem a etimologia de "exercitus" a partir de "arceo" (= guardar, repelir), precedido de "ex". Agradeço à Senhora Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira este esclarecimento.

10 - Um exemplo clássico desta situação é o facto de Tito Lívio ter entendido que, ao mencionar que os Macedónios baixavam as lanças para as pôr em posição de combate, Políbio teria querido significar que eles deixavam cair as lanças para combater com espadas (*vide* Goldsworthy, 2007: 21-22)!

11 - Citado por Le Bohec (2002:14).

12 - *Vide* Le Bohec (2002:14-15); e Feugère (2002:31-34).

13 - *Vide* Le Bohec (2002:14-15); e Feugère (2002:34-35).

14 - *Vide* Feugère (2002:29 e 33-34).

15 - *Vide* Feugère (2002:29-31 e 67-68).

16 - *Vide* Le Bohec (2002:10-13); e Feugère (2002:37).

17 - *Vide* Le Bohec (2002:14). Num tesouro, todas as moedas importam, mesmo que repetidas; no entanto, as mais importantes do ponto de vista histórico-documental são a mais recente e a mais antiga.

18 - *Vide* Feugère (2002:35).

19 - As obras de que dispomos (como a de Políbio) chegaram até nós bastante incompletas, o que torna difícil a formação de uma imagem de conjunto e o estabelecimento de cronologias muito precisas para a etapa anterior à Segunda Guerra Púnica.

20 - *Vide* Feugère (2002:16).

21 - *Vide* Goldsworthy (2007:23): *Iliada*, 12.318-321. No original inglês, Adrian Goldsworthy utilizou a tradução de R. Lattimore (University of Chicago Press, 1995); o tradutor português (Carlos Fabião) optou pela tradução portuguesa de Frederico Lourenço (Lisboa, Livros Cotovia, 2005).

22 - *Vide* Connoly (1989:136-137).

23 - *Vide* Feugère (2002:16).

24 - Sobre esta evolução, *vide* Connoly (1989:142) e Goldsworthy (2007:25).

25 - *Vide* Goldsworthy (2007:24).

26 - *Vide* Goldsworthy (2007:24-25).

27 - *Idem, ibidem* (p. 25).

- 28 - *Vide* Keppie (1984).
- 29 - *Vide* Goldsworthy (2007:25).
- 30 - *Idem, ibidem*.
- 31 - *Vide* Feugère (2002:16).
- 32 - *Vide* Goldsworthy (2007:25-26). Note-se que, no período clássico, o exército das cidades gregas não se reduzia aos hoplitas, existindo mesmo um destacamento aristocrático de cavalaria em Atenas. Em todo o caso, aquilo que emergiu como figura central nas táticas do mundo grego clássico foi realmente o choque das falanges.
- 33 - *Vide* Feugère (2002:13).
- 34 - O papel tacticamente inovador de Epaminondas é salientado de forma conveniente e muito didática no ainda muito útil livro de Franck Adcock (1962:14-29).
- 35 - *Vide* Goldsworthy (2007:26). Como é sabido, Alexandre atravessou o Helesponto logo em 334 a.C..
- 36 - *Vide* Goldsworthy (2007:27-28).
- 37 - *Vide* Feugère (2002:14).
- 38 - *Vide* Goldsworthy (2007:32). **Voltaremos a este assunto mais diante.**
- 39 - *Vide* Connoly (1989:142). Para conhecer melhor a evolução do guerreiro da Antiguidade Clássica (desde o hoplita até ao legionário romano) é muito útil consultar-se a síntese de Brizzi (2004:*passim*).
- 40 - *Vide* Goldsworthy (2007:26). Sobre a história militar da 1.ª Guerra Púnica, *vide* Lazenby (1996: *passim*).
- 41 - *Vide* Goldsworthy (2007:153); e Feugère (2002:16).
- 42 - *Vide* Feugère (2002:11 e 18).
- 43 - *Idem, ibidem* (p. 18).
- 44 - *Idem, ibidem*.
- 45 - *Vide* Le Bohec (2002:19).
- 46 - *Idem, ibidem* (pp. 19-20). **O trecho de Tácito é retirado dos *Anais* (IV, 4, 5; e 5).**
- 47 - Nesta apresentação seguiremos, salvo outra indicação, a síntese de Le Bohec (2002:20-30).
- 48 - *Idem, ibidem* (p. 22).
- 49 - *Idem, ibidem* (p. 24).
- 50 - *Idem, ibidem*.
- 51 - No Baixo-Império, em especial a partir de meados do séc. IV, esta tendência para a redução dos efectivos das legiões acentuar-se-ia de tal modo que Le Bohec (2006:189) fala mesmo na “miniaturização das unidades militares”, lembrando que isso conduziu à criação de unidades mais jovens (*iuniores*) a partir de soldados oriundos de unidades mais antigas (*seniores*).
- 52 - *Vide* Zienkiewicz (1994:5).
- 53 - *Vide* Goldsworthy (2007:153).
- 54 - *Vide* Le Bohec (2002:25).
- 55 - *Idem, ibidem* (p. 28).
- 56 - *Idem, ibidem* (p. 34).
- 57 - *Vide* Goldsworthy (2007:153).
- 58 - *Idem, ibidem* (pp. 33-34 e 153).
- 59 - *Vide* Le Bohec (2002:74-75).
- 60 - *Idem, ibidem* (pp. 73-77).

- 61 - *Vide* Le Bohec (2006:55-58 e 65-66). Cf. Vegécio (p. ex., Livro I, cap. XXVIII).
- 62 - *Vide* Zienkiewicz (1994:7); e Le Bohec (2002:67).
- 63 - *Vide* Zienkiewicz (1994:7); e Le Bohec (2002:229-236).
- 64 - *Vide* Goldsworthy (2007:33).
- 65 - *Vide* Le Bohec (2002:239-254).
- 66 - *Idem, ibidem* (pp. 239-240).
- 67 - *Idem, ibidem* (pp. 248-249).
- 68 - *Idem, ibidem* (pp. 251-254).
- 69 - *Idem, ibidem* (pp. 255-257).
- 70 - *Idem, ibidem* (p. 258).
- 71 - *Idem, ibidem*.
- 72 - *Idem, ibidem* (pp. 257-259).
- 73 - *Idem, ibidem* (pp. 257-272 e 268-269).
- 74 - *Idem, ibidem* (pp. 62-63).
- 75 - *Vide* Zienkiewicz (1994:17).
- 76 - *Vide* Vegécio, em especial o Livro I, caps. IX a XIX e XXVI-XXVII.
- 77 - *Vide* Frontino, *Strategemata* (IV, 2.1): num passo dedicado a ilustrar a importância da disciplina e do treino na prestação dos exércitos, o tratadista recorda como, durante a guerra civil, as tropas de Cássio (m. 53 a.C.) e de Bruto marchavam ambas através da Macedónia; a certa altura, o exército de Bruto alcançou um curso de água sobre o qual teria de ser improvisada uma ponte; todavia, foram as tropas de Cássio as primeiras a construir o dispositivo e a conseguir efectuar a passagem (Bennett, 1997:287). Também Vegécio se preocupou com a questão da travessia dos cursos de água (cf. Livro III, cap. VII).
- 78 - *Vide* Le Bohec (2002:116-118).
- 79 - *Idem, ibidem* (pp. 119-122).
- 80 - *Idem, ibidem* (p. 236).
- 81 - *Vide* Goldsworthy (2007:278).
- 82 - *Vide* Feugère (2002:185-193); Le Bohec (2002:128; e 2006:91 e 108); e Zienkiewicz (1994:11).
- 83 - *Vide* Feugère (2002:94-97); e Zienkiewicz (1994:9 e 20-21).
- 84 - Para o que se segue, sobre os diversos tipos de loriga, *vide*: Feugère (2002:74-75, 98-106 e 215); Mathieu (2006:40); e Zienkiewicz (1994:9).
- 85 - *Vide* Feugère (2002:76).
- 86 - *Vide* Zienkiewicz (1994:9).
- 87 - *Vide* Feugère (2002:76-77); Mathieu (2006:43). Cf. Vegécio (Livro II, cap. XVIII: sobre a gravação dos nomes e dos graus dos soldados na parte interior dos escudos).
- 88 - *Vide* Feugère (2002:108-109); e Zienkiewicz (1994:11).
- 89 - *Vide* Feugère (2002:125-128); e Zienkiewicz (1994:11).
- 90 - *Vide* Feugère (2002:80-83); Goldsworthy (2007:239); e Zienkiewicz (1994:11).
- 91 - *Vide* Feugère (2002:117-125, 190 e 212); e Le Bohec (2002:111).
- 92 - *Vide* Feugère (2002:131-132); e Mathieu (2006:41).
- 93 - *Vide* Zienkiewicz (1994:11). Cf. Vegécio (Livro II, cap. XXV). Chamamos a atenção para o comentário desenvolvido que dedicaremos à artilharia romana na nota 244 da tradução.
- 94 - *Vide* Goldsworthy (2007:31-32).
- 95 - Vegécio (Livro III, caps. XIV e XV) fala em três pés (um pouco menos de 0,90 m) de intervalo lateral entre cada combatente e em seis pés (c. 1,80m) de espaçamento entre

cada linha, em profundidade. Mas Políbio (18.29-30), p. ex., depois de várias contas complicadas, parece situar o intervalo lateral entre cada soldado numa mesma linha em seis pés (*vide* Walbank, 1979:511). Como observou Philip Sabin (2000:10), a verdade deverá estar algures entre essas duas referências. É também de sublinhar (acrescentamos nós) que a proximidade entre cada soldado (*i.e.*, o carácter mais ou menos cerrado de cada formação) não era igual em todos os combates (dependia das necessidades, dos recursos humanos, do inimigo, do terreno, etc.).

96 - Cf. Vegécio (Livro III, cap. XVII). *Vide* Goldsworthy (2007:153-154 e 335), Zienkiewicz (1994:19) e Sabin (2000:11).

97 - Cf. Vegécio (Livro II, cap. XVII e Livro III, cap. XVIII). *Vide* Le Bohec (2002:153-154; e 2006:139).

98 - Cf. Vegécio (Livro III, caps. XIV e XV). *Vide* Sabin (2000:8-9).

99 - Cf. Vegécio (Livro III, cap. XVII). *Vide* Zienkiewicz (1994:27) e Le Bohec (2006:139).

100 - *Vide* Vegécio (Livro III, caps. XX e XXVI).

101 - Cf. Vegécio (Livro III, cap. XIX). *Vide* Zienkiewicz (1994:19).

102 - Cf. Vegécio (Livro III, cap. XX). *Vide* Le Bohec, 2002 (153-154).

103 - *Vide* Goldsworthy (1996: esp. caps. 4-6; e 2007:484-485).

104 - O artigo de Philip Sabin que tomaremos aqui como referência foi publicado em 2000, intitulando-se, *et pour cause*, “The Face of Roman Battle”.

105 - *Vide* Sabin (2000:3-4).

106 - *Vide* Sabin (2000:4-8).

107 - *Idem, ibidem* (pp. 8-9).

108 - *Idem, ibidem* (pp. 10-11).

109 - *Vide* Goldsworthy (1996:199 e 222).

110 - *Vide* Sabin (2000:10-12).

111 - Daí que Victor D. Hanson (2000:161) tenha lembrado que os hoplitas podiam travar “batalhas sem lágrimas” (a expressão é usada por vezes por escritores gregos como Xenofonte ou Plutarco), devido à fuga dos opositores logo ao primeiro contacto ou mesmo antes disso. *Vide* também Sabin (2000:12-13).

112 - *Vide* Sabin (2000:13-15).

113 - *Vide* Sabin (2000:15). A descrição de Tito Lívio sobre a batalha de Zama pode abonar este modelo, mas também outros (como o do citado ‘jogo de empurrões’, à maneira hoplita), o que só denuncia a escassa fiabilidade destas fontes em matérias do género das que estamos a considerar.

114 - *Vide* Sabin (2000:15-16).

115 - *Vide* Le Bohec (2006:140).

116 - Na *Eneida* (VI, 851-53), ao falar ao cidadão romano acerca das outras nações, Virgílio recomenda: “Tu Romano, sê atento a governar os povos com o teu poder / – estas serão as tuas artes – a impor hábitos de paz, / a poupar os vencidos e derrubar os orgulhosos.” (tradução de Maria Helena da Rocha Pereira, 2005:164).

117 - *Vide* Le Bohec (2006:160).

118 - O posicionamento político-ideológico do autor valeu à obra de Luttwak uma série de críticas com pouco fundamento histórico, mas também algumas com um enquadramento científico competente (p. ex., a do israelita B. Isaac, em 1989). A principal limitação das teses de Luttwak decorre do mito das “grandes estratégias” pré-programadas de uma forma

muito racional e muito rígida (onde, p. ex., os pequenos *raids*, tão típicos das guerras dos exércitos imperiais romanos, quase passam despercebidos). No entanto, é justo dizer que Luttwak tentou resumir num quadro claro e original as descobertas da Arqueologia e as teses dos melhores académicos da sua época.

119 - Sobre as vias romanas, *vide* Chevallier (1972).

120 - *Vide* Le Bohec (2002:161).

121 - *Idem, ibidem* (p. 162).

122 - *Idem, ibidem* (p. 163). A citação de Cícero é retirada de *De lege agraria* (II, 73).

123 - Para o que se segue, acompanharemos de perto a excelente síntese de Yann Le Bohec (2002:198-223).

124 - Citado por Le Bohec (2002:209).

125 - *Idem, ibidem* (p. 212).

126 - A expressão é de Le Bohec (2006:19).

127 - *Vide* Le Bohec (2006:19-54 e 188-218).

128 - *Idem, ibidem* (p. 150).

129 - *Idem, ibidem* (p. 163).

130 - *Vide* Goldsworthy (2007:493).

131 - *Vide* Ammianus Marcellinus, *The Later Roman Empire (AD 354-378)*. Selected and Translated by Walter Hamilton, with an Introduction and Notes by Andrew Wallace-Hadrill. Penguin Books, 1986 (Livro 26, 4, p. 318). Tradução portuguesa da nossa responsabilidade.

132 - *Vide* Le Bohec (2006:206).

133 - *Vide supra*, nota 5.

134 - *Idem, ibidem* (p. 218).

135 - Sobre o tratado *Digesta Artis Mulomedicinae* e a sua atribuição a Vegécio, *vide* N. P. Milner (1996:XXXI-XXXII, com remissão para o estudo de C. Schöner, 1888:18); Peter Russell (1997:52); e M. D. Reeve (2004:VI-VIII). A edição de referência desse tratado deve-se a E. Lommatzch: *Vegétii Digesta artis mulomedicinae*, Leipzig, Teubner, 1903.

136 - *Vide* M. D. Reeve (2004:VI-VII). Sobre este assunto, *vide* também os comentários de Ortoleva (2006:48), que estudou em detalhe o tratado veterinário de Vegécio e que recorda a existência de muitos testemunhos epigráficos de “Vegetus” e de “Vegeta”.

137 - *Vide* Richardot (1998:7).

138 - *Vide* Milner (1996:XXXII).

139 - *Idem, ibidem*.

140 - *Vide* Richardot (1998:11); e também Milner (1996:XXXIII).

141 - Sobre esta matéria, veja-se, p. ex., Richardot (1998:11); ou Allmand (1998:38). Milner (1996:XXXVI), reconhecendo a obediência cristã de Vegécio a partir daquilo que se pode ler na *Épitoma*, sublinha entretanto que a análise do sucesso militar romano feita por Vegécio é realizada em termos seculares e muito pragmáticos, sem sinal de crença na intervenção divina (muito menos com o pensamento, tão ortodoxo, de que a piedade cristã era um auxiliar importante na luta contra os bárbaros).

142 - *Vide* Russell (1997:52); e Reeve (2004:V).

143 - *Vide* Reeve (2004:V e VII).

144 - *Vide* Richardot (1998:8).

145 - *Vide* Milner (1996:XXXV).

146 - *Vide* Milner (1996:XXXV-XXXVI). Sobre esta matéria, pode ver-se também Richardot (1998:8-10), que lembra que Vegécio não consta da lista (incompleta, é verdade) dos condes

das sagradas liberalidades nos anos 386-389 e admite, em alternativa, apoiando-se em R. Delmaire (1989), que o título *comes* pudesse corresponder antes a *comes domesticorum* (conde dos domésticos), *i.e.*, a chefe da guarda imperial, dada até a circunstância de Vegécio conhecer bem a gíria militar e os termos técnicos.

147 - *Vide* Milner (1996:XXXIII-XXXIV), que, uma vez mais, se apoia em W. Goffart (1989); e Richardot (1998:10), que explica que, na *Mulomedicina*, Vegécio declara ter viajado muito e conhecido territórios longínquos.

148 - *Vide* Milner (1996:XXXIV). Esta afirmação é apoiada pelo que se conhece acerca das tentativas de Símaco para recrutar, para membros da sua família, cavalos de raça destinados aos jogos que se realizavam em Roma.

149 - *Idem, ibidem* (pp. XXXII-XXXIII).

150 - *Vide* Richardot (1998:10-11).

151 - *Vide* Russell (1997:52).

152 - *Vide* Milner (1996:XXXIII).

153 - *Vide* Allmand (1998:32).

154 - *Vide* Allmand (2001:135).

155 - *Vide* Milner (1996:XXXVI).

156 - *Idem, ibidem* (p. XXXVII).

157 - *Vide* Richardot (1998:17-18).

158 - *Idem, ibidem* (p. 18).

159 - *Vide* Reeve (2004:V-VI).

160 - Como vimos, em 364 a morte do imperador Joviano levou à partilha do poder entre Valentiniano I e o seu irmão Valente (o primeiro dominando a Ocidente e o segundo a Oriente). Em 367, a doença de Valentiniano I levou-o a associar ao trono o seu filho Graciano (367-383). Em 375, Valentiniano I faleceu. O Império Romano (parte ocidental) foi então dividido pelos seus dois filhos: Graciano e Valentiniano II (375-392), ambos ainda muito novos e que acabaram por fazer a transição entre a dinastia valentiniana e a dinastia teodosiana, graças a uma política de uniões, já que a morte de Valente na batalha de Adrianopla (378) abriria caminho ao principado do imperador Teodósio I (379-395).

161 - *Vide* G. Lester (1988:9, com remissão para C. Lang, 1885). Sobre esta matéria, *vide* também Reeve (2004:V); e Milner (1996:XXXVII).

162 - Allmand (2001:135), p. ex., resume a ideia escrevendo que o principal tratado de Vegécio foi composto, provavelmente, nos últimos anos do séc. IV ou na primeira metade da centúria seguinte.

163 - *Vide* Lester (1988:10).

164 - À sua morte, o imperador podia adquirir o estatuto de *divus*, sob proposta de um senador ou de outra personalidade distinta.

165 - *Vide* Reeve (2004:IX-X).

166 - *Idem, ibidem* (pp. VIII-IX). Reeve explica que alguns dos manuscritos que não mencionam Teodósio têm descendentes que o fazem, pelo que pode tratar-se de simples conjectura (a mesma que levou, p. ex., alguns manuscritos tardios a falar em Juliano ou em Justiniano, o que é impossível por extravasarem as balizas cronológicas já solidamente estabelecidas: 383 a 450). Reeve afirma também que a identificação com Valentiniano (sem sequer indicar qual deles) sugerida por outros manuscritos tardios e derivados decorre de um lamentável mau entendimento da *subscriptio* feita por Flávio Eutrópio em 450.

167 - *Vide* Russell (1997:51).

168 - *Vide* Richardot (1998:11).

169 - *Vide* Wisman (1979:14-15).

170 - *Vide* Allmand (2001:135). Este autor remete para as teses de Milner (1996) e Goffart (1977) sobre a matéria, em que são defendidas, respectivamente, as ‘candidaturas’ de Teodósio I e de Valentiniano III.

171 - *Vide* Ortoleva (2006:49-50, onde este professor da Universidade de Catania promete justificar de forma mais detalhada a sua opção, em trabalho futuro).

172 - *Vide* Milner (1996:XXXVII-XLI).

173 - *Vide* Livro I, cap. XX: “(...) desde a fundação de Roma até à época do divino Graciano, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas mas também por capacetes. Mas porque, instaladas a incúria e a preguiça, o exercício no campo acabou, aquelas armas que os soldados raramente utilizavam começaram a parecer um fardo”.

174 - De facto, no terceiro parágrafo do cap. XI (Livro III), Vegécio alude ao risco enorme que consiste em conduzir homens esgotados por uma longa marcha à linha de batalha, referindo expressamente que “(...) no nosso tempo e no passado recente, uma vez que os generais romanos não o acautelaram, eles, por falta de perícia, e para nada mais dizer, desgraçaram os seus exércitos”. Ora, isto foi exactamente o que sucedeu em Adrianopla, no ano de 378 (*vide* nota 175 da tradução)!

175 - *Vide* Milner (1996:XLI). Neste ponto, convém notar que, como recorda Reeve (2004: X), entre 384 e 387 a Itália e os Balcãs foram governados por Valentiniano II, uma “nulidade de adolescente” (nas palavras de Milner) mas que foi reivindicado por C. Zuckerman (1994) como destinatário da *Epitoma*, com base também na análise dos povos mencionados e omitidos por Vegécio no Livro I do seu tratado.

176 - *Vide* Milner (1996:XVI).

177 - *Vide* Allmand (1998:31).

178 - *Vide* Milner (1996:XVI); e Le Bohec (2006:76-77).

179 - *Vide* Milner (1996:XXXI).

180 - *Idem, ibidem*.

181 - *Vide* Reeve (2004:XXXV).

182 - *Vide* Milner (1996:XXVIII).

183 - *Vide* Allmand (1998:40).

184 - *Idem, ibidem* (p. 41).

185 - *Idem, ibidem*.

186 - *Idem, ibidem* (p. XLII).

187 - *Vide* Richardot (1998:19).

188 - *Vide* Milner (1996:XVIII).

189 - D. Schenk, 1930, citado por Wisman (1979:16-17).

190 - *Vide* Milner (1996:XIII-XIV e XVII-XXV).

191 - Como se sabe, a segunda pessoa do singular constituiu durante muito tempo tratamento único em Latim; o *pluralis maiestatis* não apareceu antes do séc. III. Recorde-se a dedicatória de Eutrópio ao imperador Valente (364-378): *Res Romanas ex voluntate mansuetudinis tuae*; e a nota de Epifânio (Porto, 6.^a ed., 1887) a este respeito: “*mansuetudinis tuae, mansuetudo tua* (vossa mercê) e *tranquillitas tua* (vossa serenidade, vossa alteza sereníssima) eram tratamentos dados aos imperadores romanos”. Sobre esta matéria, *vide*, por todos, Blatt (1952:137). Cf. Vegécio, Prólogos aos diversos Livros da *Epitoma*.

192 - *Vide* Milner (1996:XIX).

- 193 - *Idem, ibidem*.
- 194 - *Idem, ibidem* (pp. XX-XXI).
- 195 - *Vide* detalhes em Milner (1996:XXI-XXII).
- 196 - *Idem, ibidem* (pp. XXII-XXIII).
- 197 - Allmand (1998:32), ao contrário de Milner, admite que o *Strategemata* de Frontino tenha tido mais influência na composição da *Epitoma* do que a obra perdida de Catão. Esta avaliação poderá resultar do papel de mediador privilegiado que, como vimos, Frontino parece ter desempenhado para Vegécio.
- 198 - *Vide* Milner (1996:XXIV-XXV).
- 199 - *Idem, ibidem* (pp. XXIII-XXIV).
- 200 - *Vide* exemplos em Milner (1996:XVIII).
- 201 - *Idem, ibidem*.
- 202 - *Vide* Reeve (2004:VI).
- 203 - *Vide* Wisman (1979:16-17).
- 204 - *Vide* Russell (1997:52).
- 205 - *Vide* Milner (1996:XVI-XVII).
- 206 - *Idem, ibidem* (p. XVII). Mais adiante (pp. XXVII-XXVIII), Milner insiste nesta ideia salientando que Vegécio, nos 16 capítulos finais do seu tratado (*i.e.*, no bloco dedicado à guerra naval) redesenhou e ornamentou para a audiência coeva (e em especial para aqueles que tinham responsabilidades governativas) o escasso material de que dispunha sobre a matéria.
- 207 - *Idem, ibidem* (pp. XXV-XXVI).
- 208 - *Vide* Allmand (1998:32).
- 209 - *Vide* Reeve (2004:XXXVIII).
- 210 - *Vide* Milner (1996:XXVI).
- 211 - *Vide* Lester (1988:9). A remissão para Lang respeita à 2.^a edição da Teubner, de 1885 (pp. VI e XVII).
- 212 - *Vide* Reeve (2004:XXXIV-XXXVIII e XLVII-XLIX).
- 213 - Já no artigo que publicou em 1995 (n. 29, pp. 495-496), Reeve expressara a opinião de que Vegécio poderá ter pretendido a seguinte sequência: Prólogo do Livro I > breve sumário (com a frase citada, para restaurar a coerência) > início do cap. I do Livro I.
- 214 - *Vide* Russell (1985:40-41).
- 215 - *Vide* Reeve (2004:XLVIII-XLIX).
- 216 - *Idem, ibidem* (p. XLVII).
- 217 - *Vide* Milner (1996:XXVIII).
- 218 - *Idem, ibidem* (p. XXIX).
- 219 - *Vide* Allmand (1998:31).
- 220 - *Idem, ibidem*.
- 221 - *Vide* Richardot (1998:12).
- 222 - *Vide* Milner (1996:XXIX).
- 223 - *Idem, ibidem* (pp. XXX-XXXI).
- 224 - *Idem, ibidem* (pp. XLIII).
- 225 - *Vide* Allmand (1998:32).
- 226 - *Idem, ibidem* (p. 30).
- 227 - *Vide* Reeve (2004:XIV-XVI).
- 228 - *Vide* Lester (1988:11-12).

229 - *Vide* Reeve (2000:251).

230 - *Idem, ibidem* (pp. XIV-XV).

231 - *Idem, ibidem* (p. XV).

232 - *Idem, ibidem*. Devemos neste ponto sublinhar que, como bem sabem os historiadores e os filólogos, existe sempre muito de casual na recuperação de códices antigos.

233 - *Vide* Allmand (1998:32); e Richardot (1998:19).

234 - *Vide* Allmand (2001:136).

235 - *Vide* Richardot (1998:19).

236 - *Idem, ibidem* (pp. 19-20).

237 - *Idem, ibidem* (p. 20).

238 - *Idem, ibidem* (pp. 20-21).

239 - *Idem, ibidem* (p. 22).

240 - *Idem, ibidem* (pp. 22-25).

241 - *Vide* Russell (1997:49-50).

242 - *Vide* Richardot (1998:25-27).

243 - Também no que diz respeito à *Épitoma*, os sécs. XIV e XV são o período que fornece maior número de manuscritos (mais de 250, *i.e.*, cerca de 78% do total identificado entre os sécs. VII e XIX).

244 - *Vide* Richardot (1998:27-28 e os quadros do Anexo I, pp. 191-193).

245 - *Idem, ibidem* (pp. 29-32).

246 - *Idem, ibidem* (pp. 32-37).

247 - *Vide* Reeve (2004:L-LI).

248 - *Vide* Richardot (1998:37-41).

249 - Sobre a primeira tradução da *Épitoma rei militaris*, *vide* Lester (1988:15-16); Allmand (1998:33-34); e Richardot (1998:26 e 49-50).

250 - O segundo comanditário de uma tradução francesa da *Épitoma* parece ter sido o conde João de Chalon-Aulnay, senhor do Franche-Comté (1259-1315). *Vide* Richardot (1998:50).

251 - Sobre as traduções francesas da *Épitoma*, *vide* Lester (1988:15-16) e Richardot (1998:59-63).

252 - Segundo Lester (1988:24-25), Thomas IV de Berkeley esteve activo nas guerras de França e de Castela desde 1374. Em 1385-86, acompanhou Ricardo II na campanha contra os Escoceses. E, em 1399, estava entre as testemunhas da deposição de Ricardo II, sendo um dos seis lordes que a anunciaram ao Parlamento. Sob Henrique IV, Lord Thomas Berkeley alcançou o pico da sua carreira política, ao servir (em 1404, durante um breve período) no Conselho Privado do Rei. Em 1403-1405, o rei ordenou-lhe que o acompanhasse nas expedições em Gales, contra Owen Glendower. Em 1404, foi nomeado guardião do Brecknock Castle e, mais tarde, almirante da frota ocidental e meridional, com 300 homens-de-armas, 600 arqueiros e 21 navios tripulados sob o seu comando. Nessa condição, enfrentou em Milford Haven a frota francesa que veio em auxílio de Owen Glendower, tendo conseguido incendiar 15 dos seus navios e capturado outros 14. Em 1405, Thomas Berkeley foi autorizado a recrutar tropas em Gloucester, Bristol e Somerset, para resistir aos Galeses e, em caso de necessidade, apoiar o rei no norte da Inglaterra. Em 1406, era ele o comandante geral e o engenheiro dos “trabalhos de madeira” usados no cerco de Lampadervar, em Gales, que estava na posse dos inimigos do rei. Após esta data, tornam-se esparsas as informações sobre a actividade militar de Lord Berkeley, mas sabemos que em 1415 ainda estava activo, acompanhando o seu genro, o conde de Warwick, contra os Galeses.

253 - Até hoje, foram propostos vários nomes, como p. ex., o de John Walton, cónego de Oseney e tradutor de Boécio (uma vez que a forma quase rectangular do logogrifo do manuscrito K poderá indiciar “a wall”), ou o de Johannes Bonjon (um vigário de Berkeley, enfeudado do solar de Walton em 1403). Todavia, estamos ainda longe de obter um consenso sobre esta matéria. *Vide* Lester (1988:26-28).

254 - Como observa Richardot (1998:67), o verso tinha uma certa reputação de inexactidão e “Vegécio, autor sério, prestava-se mal a ser versificado”.

255 - Sobre as traduções inglesas de Vegécio, *vide* Lester (1988:7, 10-11, 16 e 24-28); Richardot (1998:51-53 e 64-65); e Allmand (1998:35).

256 - *Vide* Lester (1988:29-36).

257 - *Vide* Allmand (1998:35).

258 - *Vide* Allmand (1998:42). Lester (1988:36) fornece outro exemplo de uma interpolação “momentosa” por parte do tradutor inglês de 1408: quando refere os engenhos de cerco de madeira, exactamente iguais aos chefiados por Lorde Berkeley em 1406, no cerco de Lampadervar, em Gales (*vide supra*, nota 252).

259 - *Vide* Allmand (1998:43).

260 - *Idem, ibidem*.

261 - *Vide* Allmand (1998:42-43). Este investigador salienta também o facto de os dois manuscritos da versão inglesa de 1458 apresentarem uma “tabil” de palavras raras, o que mostra como os tradutores iam longe no seu esforço para servir os leitores (*Idem, ibidem*, p. 37).

262 - *Vide* Richardot (1998:63-64).

263 - *Vide* Russell (1985:25).

264 - *Vide* Richardot (1998:63-64).

265 - *Idem, ibidem* (p. 66).

266 - *Vide* Russell (1997:57-58).

267 - *Idem, ibidem* (pp. 59-60).

268 - *Idem, ibidem* (p. 51). Esta observação de Peter Russell aplica-se em particular ao manuscrito II-569 da “Biblioteca de Palacio”, em Madrid (manuscrito oriundo da Biblioteca Gondomar).

269 - *Idem, ibidem* (pp. 54 e 61).

270 - *Idem, ibidem* (p. 54).

271 - *Idem, ibidem* (p. 61).

272 - *Idem, ibidem*.

273 - *Idem, ibidem* (p. 56).

274 - *Idem, ibidem* (p. 62).

275 - *Idem, ibidem* (pp. 62-63). Russell observa que, em meados do séc. XX, ainda Scudieri Ruggieri dizia que o objectivo de Frei Alonso tinha sido o de “oferecer uma versão de Vegécio *a lo divino*”.

276 - *Idem, ibidem* (p. 63).

277 - *Vide* Russell (2001:247-248). Mais adiante (p. 253), Russell lembra que a escolha do texto base latino pelo (sempre apressado) tradutor era muito ditada pelo “acesso”. E afirma que “inevitavelmente, a tradução conteria facilmente material novo e apócrifo acrescentado ao longo dos séculos, o que, desde que não se tratasse de Teologia e Direito, também não preocupava o tradutor” (*vide*, p. ex., o “falso prefácio” com que Frei Alonso inicia a sua versão castelhana da *Epitoma rei militaris*).

278 - *Idem, ibidem* (p. 248).

279 - *Idem, ibidem* (p. 252).

280 - *Idem, ibidem*.

281 - *Vide* Richardot (1998:44). O manuscrito perdeu-se, mas a epístola dedicatória sobreviveu.

282 - *Idem, ibidem*.

283 - *Idem, ibidem*. Richardot afirma que um testamento de 863 mostra que esta cópia da *Epitoma* passou para o filho mais velho de Évrard (chamado Unroch), juntamente com uma parte da sua biblioteca.

284 - *Idem, ibidem* (pp. 45-46).

285 - *Vide* Allmand (1998:136-137).

286 - *Vide* Richardot (1998:48 e 53).

287 - *Vide* Allmand (1998:44).

288 - *Vide* Lester (1988:17).

289 - *Vide* Richardot (1998:48).

290 - *Idem, ibidem* (p. 49).

291 - *Idem, ibidem*.

292 - *Idem, ibidem* (pp. 50-51).

293 - *Idem, ibidem* (pp. 53-54).

294 - *Vide* Allmand (1998:136). Seria interessantíssimo e muito inovador estudar estas *marginalia*. Esperamos que o Professor Allmand o faça, no novo estudo sobre Vegécio que tem em preparação.

295 - *Vide* Reeve (2004:X-XI).

296 - *Idem, ibidem* (p. XI).

297 - *Idem, ibidem* (pp. XI-XII).

298 - *Idem, ibidem* (pp. XII-XIV). Os trechos de Vegécio citados por Beda pertencem ao Livro I, cap. XXIV (sobre fortificação de acampamentos); ao Livro II, cap. XXV (sobre ferramentas e máquinas da legião); ao Livro IV, caps. XXXV-XXXVI (sobre os melhores meses para cortar a madeira para o fabrico de navios, de acordo com as observações astronómicas); e, talvez, ao Livro IV, cap. XLII (sobre marés). As obras em que Beda faz uso desses trechos são: a *Historia ecclesiastica gentis Anglorum* (I.5), a *Retractatio in Actus Apostolorum* (27.13-16) e o *De temporum ratione* (28).

299 - *Vide* Richardot (1998:188).

300 - *Vide* Reeve (2004:XIV).

301 - *Vide* Richardot (1998:77-78).

302 - *Vide* Bachrach (1985:241-242). O autor sublinha que, ao contrário do de Rábano Mauro, o trabalho do bispo Fréculfe de Lisieux não foi, tanto quanto se sabe, solicitado pelas autoridades seculares.

303 - *Vide* Richardot (1998:188).

304 - *Idem, ibidem* (p. 13).

305 - *Idem, ibidem* (p. 73).

306 - *Vide* García Fitz (2005:57).

307 - *Vide* Richardot (1998:78-79).

308 - *Idem, ibidem* (p. 79).

309 - *Idem, ibidem*.

310 - *Idem, ibidem* (pp. 79-80).

311 - *Idem, ibidem* (pp. 80-81).

312 - Wisman (1979:27-28) analisou a forma como Gil de Roma fez uso da *Epitoma*, mostrando que o preceptor do futuro Filipe IV não usou o Livro II de Vegécio (sobre a estrutura interna da antiga legião), o que é revelador, mas parafraseou largamente os Livros I (selecção e treino dos recrutas) e IV (guerra de cerco e guerra naval) e, menos abundantemente, o Livro III (táctica militar).

313 - *Vide* Richardot (1998:81-82).

314 - Wisman (1979:28-31) estudou a forma como Cristina de Pisano se serviu da *Epitoma* (que não sabe se teria lido em latim ou se conheceria através de tradução francesa, ou de Gil de Roma), tendo concluído que a tratadista recorre, quer a pequenas frases traduzidas, quer a traduções quase literais de capítulos inteiros. No seu Livro I, Cristina usa largamente os Livros I e III da *Epitoma* (o Livro II de Vegécio ficou de fora); no seu Livro II, Cristina serve-se do Livro IV de Vegécio. Wisman recorda também que Cristina escreveu em plena Guerra dos Cem Anos e que, no início do Livro II do *Livre des Faits d'Armes*, usa o *Strategemata* de Frontino (uma das principais fontes de Vegécio). *Vide* também Richardot (1998:82-83) e Monteiro (1998:202-203). Esclareça-se que a morte de Carlos V (em 1380) levou o pai de Cristina a cair em desgraça na corte de França, facto que, associado ao falecimento de Étienne Castel (secretário do monarca francês e com quem Cristina casara aos 15 anos), deixou a autora numa situação difícil, obrigando-a a aplicar-se a escrever, em verso e em prosa, para garantir o seu sustento e o dos filhos.

315 - Segundo Richardot (1998:83-84), a tradição dos “espelhos de príncipes” citando amiúde Vegécio prolongar-se-ia pelo séc. XV, como atestam os trabalhos do humanista de Forli, Favio Biondo (1392-1463), secretário laico dos papas Eugénio IV, Nicolau V, Calisto III e Pio II e autor da obra *Romae triumphantis libri decem* (c. 1460), um estudo sobre o governo, as leis, a religião, o exército e a administração dos Romanos; e ainda o *Le Rosier des guerres*, composto c. 1481-1482, possivelmente por Pierre Choisnet, médico e astrólogo de Luís XI, obra em que a *Epitoma* alimenta abundantemente o cap. IV, intitulado “Des chevaliers ordonnés pour la garde du bien commun et quelz gens on doit y eslire”.

316 - *Vide* Richardot (1998:84-85).

317 - *Idem, ibidem* (p. 85).

318 - *Idem, ibidem* (p. 75).

319 - *Idem, ibidem* (p. 86).

320 - *Vide* Allmand (1998:38-39).

321 - *Vide* Richardot (1998:188).

322 - *Vide* Richardot (1998:89-91); e Monteiro (1998:200-202).

323 - *Vide* Richardot (1998:93-97).

324 - *Vide* Richardot (1998:188).

325 - *Vide* Bachrach (1985:242-243). Sobre a influência de Vegécio na estratégia militar medieval, *vide* também o debate entre Rogers (2002), Morillo (2002) e Gillingham (2004).

326 - *Vide* Richardot (1998:185).

327 - Na *Segunda Partida* (título XXI, lei II), Afonso X refere a autoridade de “un sabio que habie nombre Vegecio que fabló de la orden de caballería”, mas viu-se obrigado a explicar quais as pessoas ideais para, na perspectiva da *Epitoma* (Livro I, cap. VII), serem legionários: Afonso X alegou então que, com o andar dos tempos, se percebeu que aos grupos mencionados por Vegécio faltava a “vergüenza” necessária para serem capazes de derrotar um inimigo poderoso... *Vide* Russell (1997:54-55).

- 328 - *Vide* Wisman (1979:31).
- 329 - *Vide* Lester (1988:13).
- 330 - R. F. Green (1980), citado por Lester (1988:12).
- 331 - *Vide* Richardot (1998:99).
- 332 - *Idem, ibidem* (p.77).
- 333 - *Idem, ibidem* (p. 87).
- 334 - *Idem, ibidem*.
- 335 - *Idem, ibidem* (pp. 91-92).
- 336 - *Idem, ibidem* (p. 56).
- 337 - *Vide* Allmand (1998:45).
- 338 - *Idem, ibidem*.
- 339 - Citado por Richardot (1998:138).
- 340 - *Idem, ibidem* (pp. 136-137). Richardot salienta a contradição de Bruni, admirador de Braccio da Montone e que servira Carlo Malatesta, o líder mercenário de Rimini, em 1409, tendo composto duas orações fúnebres para *condottieri* e felicitado Francesco Sforza pela sua vitória em Verona contra Niccolò Piccinino.
- 341 - *Idem, ibidem* (p. 121).
- 342 - *Idem, ibidem* (pp. 176-177).
- 343 - *Idem, ibidem* (pp. 92-93).
- 344 - *Vide* Allmand (1998 :136).
- 345 - *Vide* Allmand (2001:*passim*).
- 346 - *Vide* Milner (1996:XIV).
- 347 - *Vide* Richardot (1998:187).
- 348 - *Vide* Bachrach (1985:240, esp. n. 4).
- 349 - *Vide* Reeve (2004:L-LI).
- 350 - *Idem, ibidem* (pp. LII-LIV).
- 351 - *Vide* Lester (1988:12, n. 12).
- 352 - *Vide* Allmand (1998:45).
- 353 - “Quem desejar a paz, que prepare a guerra”. Como afirmou Milner (1996:63, n. 3), trata-se da “mais precoce expressão em Latim do célebre paradoxo clássico *si vis pacem, para bellum*”.
- 354 - *Vide* Richardot (1998:133).
- 355 - *Idem, ibidem* (p. 185).
- 356 - *Idem, ibidem* (p. 188).
- 357 - *Vide* Russell (1997:53).
- 358 - Todos citados por Lester (1988:12).
- 359 - *Idem, ibidem*.
- 360 - *Vide* Reeve (2004:V).
- 361 - *Vide* García Fitz (1989:271).
- 362 - *Idem, ibidem* (pp. 272-274).
- 363 - *Vide* Mattoso (1985, II:96).
- 364 - *Vide* Russell (1997:55).
- 365 - *Vide* García Fitz (1989:271-272).
- 366 - *Vide* García Fitz (1998:311). Cf. *De preconiis Hispanie* (ed. J. L. Martín e J. Costas, 1996), Livro XI, cap. 16 (p. 354).
- 367 - *Vide* García Fitz (1998:314). Cf. *De preconiis Hispanie*, Livro XI, cap. 14 (p. 354); e *Epitoma rei militaris*, Livro III, cap. XXVI.

368 - Vide García Fitz (1998:319). Cf. *De preconiis Hispanie*, Livro XI, cap. 15 (p. 354).

369 - Vide García Fitz (1998:321). Dos 31 títulos, dois reportam-se a problemas de fidelidade das tropas e a estratégias para semear a discórdia entre os adversários, matéria cara a Vegécio (Livro III, cap. X).

370 - Vide García Fitz (1998:367). Cf. *De preconiis Hispanie*, Livro XI, caps. 14 e 16 (pp. 353-355) e Livro XII, caps. 9 e 10 (pp. 364-365); e *Epitoma rei militaris*, Livro III, cap. XIII.

371 - Vide García Fitz (1998:323).

372 - *Idem* (1989:271-273); e Peter Russell (1997:55).

373 - Vide García Fitz (1989:273). As outras obras com alguma relevância militar assinadas por Don Juan Manuel são: o *El Libro de los Estados* (composto entre 1327 e 1332); e, subsidiariamente, o *Libro enfenido* (de 1342-44) e o *Libro de las armas* (de 1344). Ao contrário das anteriores, uma outra obra de Juan Manuel, o *El Conde Lucanor*, figura no rol dos livros que integravam a biblioteca de D. Duarte (1433-1438): vide J. J. Alves Dias, edição diplomática do *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*, 1982 (n.º 54, p. 207).

374 - Vide Russell (1985:6).

375 - *Idem, ibidem* (p. 42).

376 - *Idem, ibidem*.

377 - *Idem, ibidem* (pp. 42 e 58).

378 - *Idem, ibidem* (p. 58).

379 - *Idem, ibidem* (p. 17).

380 - *Idem, ibidem* (pp. 44 e 60). É interessante notar que, logo a partir de 1530-1540, os impressores deixaram de mostrar interesse pelas traduções peninsulares. O facto terá que ver com a divulgação, em Espanha, das ideias renascentistas sobre linguística. Surgiu então uma nova geração de tradutores, que se empenhou na tradução dos clássicos segundo o (novo) gosto do Renascimento (*ibidem*, p. 56).

381 - *Idem, ibidem* (p. 59).

382 - *Idem, ibidem* (p. 13).

383 - *Idem, ibidem* (p. 36).

384 - *Idem, ibidem* (p. 61).

385 - *Idem, ibidem* (p. 9).

386 - *Idem, ibidem*.

387 - *Idem, ibidem* (p. 19).

388 - Vide Monteiro (1988:96). Como aqui se diz, evocando António José Saraiva/Oscar Lopes, Rodrigues Lapa e Rogério Fernandes, o *Livro da Ensino*, “um manual de instrução militar, destinado à nobreza” e à sua “formação profissional”, é bem mais do que um tratado de equitação, pois tem um vasto propósito didáctico e até social, nele havendo lugar para uma “pedagogia do medo” e para uma “teoria da racionalização do perigo e da disciplina individual”.

389 - Vide Joseph M. Piel (ed. crítica), *Livro da Ensino de Bem Cavalgar Toda Sela que fez El-Rey Dom Eduarte*, 1986 (III.ª Parte, Quinta Parte, cap. XV.º, p. 119).

390 - Vide Simões (1993:222); e Monteiro (1988:96), onde se recordam as palavras de Joaquim de Carvalho (que via o *Leal Conselheiro* como “um regimento da vida matrimonial e familiar”), de Robert Ricard (que lhe chamou “uma espécie de *vade-mecum* do grande senhor e do soberano cristão”) e de outros autores sobre a obra mais importante de D. Duarte.

391 - Vide Joseph M. Piel (ed. crítica), *Leal Conselheiro*, 1942 (cap. LI, p. 215). Vide também Monteiro (1988:96).

392 - Vide Gomes (1993:687).

393 - Vide José Adriano de Freitas Carvalho, *Gomes Eanes de Zurara. Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, 1988 (Livro I, cap. IV, p. 24).

394 - *Idem, ibidem*.

395 - *Idem, ibidem* (Livro I, cap. XXIX, pp. 98-99).

396 - *Idem, ibidem* (Livro II, Prólogo, p. 280). Na *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes* há ainda uma passagem em que Zurara invoca o autor da *Épitoma*: “Como diz Vegécio, que os cavallos, que continuam as guerras se fazem mais ferozes, e por tempo tornaõ a ser bravos, e mãos de reger: assy as gentes, que ficáraõ em aquella Cidade, depois que uzárom aquellas pelêjas, anojavam-se muito quando estavaõ alguns dias, em que não podiaõ obrar em seu exercício” (Livro I, cap. XXXVII, p. 123). Ainda que Vegécio aluda à necessidade de treinar as montadas (Livro I, cap. X; e Livro II, cap. XIV), esta referência ao comportamento dos cavalos não nos parece extraída da *Épitoma*, podendo eventualmente ter sido inspirada nos *Digesta Artis Mulomedicinae*, o tratado de veterinária composto por Vegécio.

397 - Vide Mário Júlio de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes, *Ordenações Afonsinas*, 1984: Nota de Apresentação (pp. 6-7), para a datação da obra; e Livro I, título LXIII (“Dos cavaleiros, como, e per quem devem ser feitos, e desfeitos”), pp. 360-376, para a restante matéria. Parece-nos muito provável a influência das *Siete Partidas* de Afonso X sobre este passo das nossas *Ordenações Afonsinas*.

398 - Vide Russell (1997:55).

399 - Vide Monteiro (1998:196-197).

400 - Vide Russell (1997:55).

401 - Vide Rebelo (1983:96, n. 23).

402 - Vide J. J. Alves Dias, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (n.º 54, pp. 206-207).

Deste rol (porventura não exaustivo, pois pode não ter incluído os livros usuais que estivessem à época nas mãos de outros membros da corte, conforme observou Aires Nascimento, 1993:273) consta também, entre os livros em vernáculo, um “Liuro da guerra”. Alguns autores (como Teresa Amado, 1991:48, n. 12) afirmam que este livro corresponde à tradução da *Épitoma rei militaris* feita – segundo Rui de Pina – pelo infante D. Pedro. É uma possibilidade, mas que está longe de se encontrar provada: pode tratar-se do “Libro de la guerra”, um manual castelhano sobre assuntos militares que, em 2001, Reeve confirmou ser um compêndio baseado na tradução da *Épitoma* por Frei Alonso de San Cristóbal, sendo seu possível autor Henrique de Villena (m. 1434) – já que o trabalho aparece encadernado com uma cópia de *Los Doze trabajos de Hércules* (Russell, 2001:253); mas pode também corresponder à obra do fidalgo Martim Afonso de Melo a que Zurara alude na *Crónica da Tomada de Ceuta*, quando refere que “compôs huñ liuro per seu emgenho e saber, que sse chama da guerra, no quall sse comtem mujtas e boñas emsinamças e auisamentos (...)”: vide Francisco Maria Esteves Pereira, *Gomes Eanes de Zurara. Crónica da Tomada de Ceuta*, 1915 (cap. C, pp. 262-263); Monteiro, 1998:195 (n. 21); Russell, 2001:252-253.

403 - Vide Russell (1997:55-56).

404 - Vide J. A. Freitas Carvalho, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes* (Livro I, cap. VIII, p. 34).

405 - Vide Joseph M. Piel, *Livro da Ensinança* (III.^a Parte, Quinta Parte, cap. XIV.^o, pp. 116-117).

406 - Vide Joseph M. Piel, *Leal Conselheiro* (caps. XXXI, XXXII, XXXVI, L, LI, LII, LIII, LXXXI e CIII). Estes capítulos tratam de temas explorados por Gil de Roma no seu Livro I (que aborda as questões da natureza do homem, dos seus hábitos e da sua educação, com especial incidência na problemática das virtudes e das paixões) e no seu Livro II (que se ocupa das relações familiares e da economia doméstica, com grande atenção à educação literária dos filhos dos nobres). Como já vimos, foi na terceira Parte do Livro III do seu *De Regimine Principum* que Gil de Roma se centrou, em exclusivo, na arte da guerra (as duas primeiras Partes tratam dos problemas do governo e do Estado).

407 - Vide J. J. Alves Dias, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (n.^o 13, p. 83). Na apresentação da edição (p. VII), Alves Dias situa a data de redacção desta obra (uma espécie de “livro de apontamentos”, que reúne anotações orais e religiosas, material relacionado com a administração do reino ou local, apontamentos financeiros, aspectos políticos e militares, referências culturais, conselhos práticos incluindo de saúde, indicações sobre a vida quotidiana, etc.) entre 1423 e 1438.

408 - Vide Gomes (1993:681). Vide também Monteiro (1988:96-97) onde, lembrando Paulo Merêa, se apresenta o *Livro da Virtuosa Bemfeitoria* (cuja versão final contou com a preciosa colaboração de um clérigo da corte: Frei João Verba, confessor do Infante) como uma obra ética e normalizadora, que se ocupa da educação dos príncipes e da sua acção político-social concreta, p. ex., dos benefícios e privilégios que devem ser concedidos pelos governantes e os grandes homens aos seus inferiores. O vol. LXIX (1993) da prestigiada revista *Biblos*, que corresponde às Actas do “Congresso Comemorativo do 6.^o Centenário do Infante D. Pedro” (Novembro de 1992), inclui diversos textos (da autoria de João Abel da Fonseca, Pedro Calafate, Nair de Castro Soares, Luís de Sousa Rebelo, Francisco da Gama Caeiro e Amândio Coxito) sobre o *Livro da Virtuosa Bemfeitoria* e o pensamento do Infante.

409 - Vide J. Costa, *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, 1946 (respectivamente cap. XIII, pp. 96-97, e cap. XXVI, p. 150).

410 - Vide Damião Peres, *Crónica de D. Pedro I*, 1977; e Rebelo (1983:30-31, esp. n. 24). Esta crónica deve ter sido composta durante a década de 1440 (vide Amado, 1993:182).

411 - Vide Gomes (1993:687).

412 - Vide F. M. Esteves Pereira, *Crónica da Tomada de Ceuta* (cap. XXI, pp. 67-68).

413 - *Idem, ibidem* (cap. XCVI, p. 254).

414 - Vide Gomes (1993:597).

415 - Vide Manuel Lopes de Almeida, *Rui de Pina. Crónicas*, 1977 (“Crónica de D. Afonso V”, cap. CXXV, p. 754).

416 - Vide Rocha Pereira (1981:315, n. 4). Também Amado (1991:48, n. 13) e Pinho (1993:143-144) aceitam a afirmação de Rui de Pina de que terá sido D. Pedro o tradutor do manual de Gil de Roma.

417 - Vide J. M. Piel, *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, duque de Coimbra*, ed. crítica, 1948 (p. XVIII); e Nascimento (1993:278).

418 - Claro que esta popular versão castelhana da obra de Gil de Roma, tendo sido feita entre 1340 e 1344 pelo confessor de uma rainha de Castela com nacionalidade

portuguesa, seria decerto conhecida entre nós, e poderá ter sido útil ao tradutor português do *De Regimine Principum*. Não necessariamente para traduzir a partir daí, como vimos ser frequente na Península de Quatrocentos, mas para melhor se orientar ou para resolver dificuldades pontuais. A possibilidade de D. Pedro ter feito a tradução a partir de García de Castrojeriz foi admitida por alguns autores (como Joaquim de Carvalho ou Dias Dinis) mas, como bem observou Maria Helena da Rocha Pereira (1981:315-317, n. 4), o facto não se encontra provado.

419 - Vide J. M. Piel, *Livro dos Ofícios* (pp. V-VIII). O códice madrileno é anónimo, mas a dedicatória a D. Duarte e o estilo do tradutor (para além da notícia de Pina e da presença no rol dos livros de D. Duarte) decidem a questão (apesar das dúvidas de Inocêncio da Silva e de José Joaquim Nunes). De acordo com a dedicatória do livro, D. Pedro recebeu o manuscrito latino das mãos do seu irmão D. Fernando. Nas Actas do “Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro” (*Biblos*, vol. LXIX, 1993), podem ver-se estudos de Jorge A. Osório e de M. Cadafaz de Matos acerca do *Livro dos Ofícios*.

420 - Vide M. Rodrigues Lapa, *João de Barros. Panegíricos*, 1943 (p. 193).

421 - Como refere Russell (2001:249), o Infante dizia por vezes que as suas traduções eram feitas directamente a partir do latim. No entanto, trabalhar com base num texto latino não quer dizer que ele (e, eventualmente, aqueles que o acompanhariam nesta tarefa) “se abstivessem de consultar o trabalho de Fray Alonso para ver como ele teria resolvido os problemas técnicos”.

422 - Vide Monteiro (1998:203); e Nascimento (1993:269).

423 - Vide Russell (2001:251 e n. 13).

424 - *Idem, ibidem* (pp. 253-254).

425 - Vide J. M. Piel, *Livro dos Ofícios* (p. 4).

426 - Vide J. M. Piel, *Livro dos Ofícios* (p. 3); e Russell (2001:255). Noutro trabalho, Russell (1985:37-38) observa que o trabalho de tradução de uma obra latina era então bastante lento e dá o exemplo de Henrique de Villena, lembrando também que Pero López de Ayala e outros tradutores deixaram obras por completar.

427 - Vide J. M. Piel, *Livro dos Ofícios* (p. XLV); e Russell (1985:39).

428 - Vide Russell (2001:254).

429 - *Idem, ibidem* (pp. 254-255).

430 - *Idem, ibidem* (pp. 253-254).

431 - *Idem, ibidem* (p. 254).

432 - *Idem, ibidem* (p. 250). Vide também Russell (1985:5-6, 18-19 e 42-44).

433 - Neste ponto, convém recordar que, na sua edição da tradução portuguesa do *Livro dos Ofícios*, Joseph M. Piel (1984:XII-XVII) analisa a questão de uma eventual conexão entre a tradução daquela obra de Cícero empreendida por Alfonso de Cartagena (tarefa curiosamente concluída em Montemor-o-Novo, em 10 de Janeiro de 1422) e a tradução portuguesa da autoria do Infante D. Pedro. Apesar da proximidade no tempo e da muito provável convivência entre o futuro bispo de Burgos (que esteve na corte portuguesa entre finais de 1421 e inícios de 1423, a chefiar uma embaixada que haveria de estabelecer as pazes entre Portugal e Castela) e o nosso Infante D. Pedro, o cotejo entre as duas traduções revela que elas foram concebidas de forma independente uma da outra, não constituindo “a redacção portuguesa um trabalho de vulgarização de nível científico e literário inferior ao da castelhana” (p. XVII). Vide também Calado (1995).

COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR

DE FLÁVIO VEGÉCIO RENATO

(VERSÃO BILINGUE)

**FLAVII VEGETI RENATI
VIRI ILLUSTRIS COMITIS
EPITOMA REI MILITARIS
LIBRI NUMERO QUATTUOR
INCIPIUNT FELICITER**

Primus liber electionem edocet iuniorum, ex quibus locis vel quales milites probandi sint aut quibus armorum exercitiis imbuendi.

Secundus liber veteris militiae continet morem, ad quem pedestris institui possit exercitus.

Tertius liber omnia artium genera quae terrestri proelio necessaria videntur exponit.

Quartus liber universas machinas quibus vel oppugnantur civitates vel defenduntur enumerat; navalis quoque belli praecepta subnectit.

In omni autem proelio non tam multitudo et virtus indocta quam ars et exercitium solent praestare victoriam.

**O COMPÊNDIO DA ARTE MILITAR DE
FLÁVIO VEGÉCIO RENATO,
VARÃO ILUSTRE E CONDE,
EM NÚMERO DE QUATRO LIVROS,
COMEÇA EM HORA FELIZ**

O primeiro livro ensina a selecção dos jovens, de que lugares ou que tipo de soldados devem ser aprovados, ou por meio de que exercícios devem ser treinados.

O segundo livro contém a tradição do antigo exército, segundo a qual um exército pedestre pode ser constituído.

O terceiro livro expõe todos os tipos de artes que parecem necessárias ao combate terrestre.

O quarto livro enumera todas as máquinas com as quais as cidades ou são atacadas ou são defendidas; e ainda acrescenta os preceitos da guerra naval.

Na verdade, em todo o tipo de combate, não é tanto a multidão e a coragem sem instrução que costumam dar a vitória, mas a arte e o treino.

INCIPIUNT CAPITULA LIBRI PRIMI

- I. Romanos omnes gentes sola armorum exercitatione vicisse
- II. Ex quibus regionibus tirones legendi sint
- III. Utrum ex agris an ex urbibus utiliores sint tirones
- IIII. Cuius aetatis tirones probandi sint
- V. Qua statura iuniores probandi sint
- VI. Ex vultu et positione corporis agnoscere in eligendo qui meliores possint esse tirones
- VII. Cuius artis tirones vel eligendi sint vel respuendi
- VIII. Quando tirones signandi sint
- VIIII. Ad gradum militare et cursum et saltum exercendos tirones
- X. Ad usum natandi exercendos tirones
- XI. Quemadmodum ad scuta viminea vel ad palos antiqui exercebant tirones
- XII. Non caesim sed punctim ferire docendos tirones
- XIII. Armaturam docendos tirones
- XIIII. Tirones exercendos ad missilia iacienda
- XV. Sagittis diligenter tirones imbuendos
- XVI. Ad iactandos lapides fundis exercendos tirones
- XVII. De exercitio plumbatarum
- XVIII. Quemadmodum ad ascendendos equos tirones exercendi sint
- XVIIII. Ad portandum pondus exercendos tirones
- XX. Quo armorum genere usi sint antiqui
- XXI. De munitione castrorum
- XXII. In qualibus locis constituenda sint castra
- XXIII. Quali specie castra delinienda sint
- XXIIII. Quo genere munienda sint castra
- XXV. Quemadmodum munienda sint castra cum hostis immineat

COMEÇAM OS CAPÍTULOS DO LIVRO PRIMEIRO

- I. Os Romanos venceram todos os povos pelo simples exercício das armas.
- II. De que zonas os recrutas devem ser escolhidos.
- III. Se são mais úteis os recrutas dos campos ou das cidades.
- IV. Com que idade os recrutas devem ser aprovados.
- V. Com que estatura os jovens devem ser aprovados.
- VI. Como reconhecer na selecção que recrutas podem ser melhores a partir da sua figura e da postura física.
- VII. De que profissão os recrutas devem ser escolhidos ou rejeitados.
- VIII. Quando é que os recrutas devem ser marcados.
- IX. Como exercitar os recrutas na marcha militar, na corrida e no salto.
- X. Como exercitar os recrutas no hábito de nadar.
- XI. De que modo os antigos exercitavam os recrutas com escudos de vime e nos postes.
- XII. Os recrutas devem ser ensinados a ferir de ponta e não de talho.
- XIII. Os recrutas devem ser ensinados a fazer a *armatura*.
- XIV. Como exercitar os recrutas no arremesso dos mísseis.
- XV. Como instruir diligentemente os recrutas no arremesso de setas.
- XVI. Como exercitar os recrutas no lançamento de pedras com fundas.
- XVII. Sobre o treino com dardos revestidos de chumbo.
- XVIII. De que modo os recrutas devem ser treinados a montar os cavalos.
- XIX. Como exercitar os recrutas a transportar pesos.
- XX. Que tipo de armas usavam os antigos.
- XXI. Sobre a construção de acampamentos.
- XXII. Em que locais devem ser construídos os acampamentos.
- XXIII. De que forma os acampamentos devem ser delineados.
- XXIV. De que forma devem ser fortificados os acampamentos.
- XXV. De que maneira devem ser fortificados os acampamentos quando o inimigo está por perto.

XXVI. Quemadmodum exerceantur tirones ut in acie ordines et intervalla custodiant

XXVII. Quantum spatium ire vel redire debeant vel quotiens in mense exerceri cum educuntur milites ambulatum

XXVIII. De adhortatione rei militaris Romanaeque virtutis

Antiquis temporibus mos fuit bonarum artium studia mandare litteris atque in libros redacta offerre principibus, quia neque recte aliquid inchoatur nisi post Deum faverit imperator neque quemquam magis decet vel meliora scire vel plura quam principem, cuius doctrina omnibus potest prodesse subiectis. Quod Octavianum Augustum ac bonos dehinc principes libenter habuisse frequentibus declaratur exemplis. Sic regnantium testimoniis crebuit eloquentia dum non culpatur audacia.

Hac ego imitatione compulsus dum considero clementiam vestram ausibus litterarum magis ignoscere posse quam ceteros, tanto inferiorem me antiquis scriptoribus esse vix sensi, licet in hoc opusculo nec verborum concinnitas sit necessaria nec acumen ingenii sed labor diligens ac fidelis, ut quae apud diversos historicos vel armorum disciplinam docentes dispersa et involuta celantur pro utilitate Romana proferantur in medium.

De dilectu igitur atque exercitatione tironum per quosdam gradus et titulos antiquam consuetudinem conamur ostendere, non quo tibi, imperator invicte, ista videantur incognita, sed ut quae sponte pro rei publicae salute disponis agnoscas olim custodisse Romani imperii conditores et in hoc parvo libello quicquid de maximis rebus semperque necessariis requirendum credis invenias.

I. Romanos omnes gentes sola armorum exercitatione vicisse:

Nulla enim alia re videmus populum Romanum orbem subegisse terrarum nisi armorum exercitio, disciplina castrorum usuque militiae.

XXVI. De que modo devem ser treinados os recrutas de forma a preservar os alinhamentos e os espaçamentos na formação de batalha.

XXVII. Que distância devem percorrer, na ida e na volta, e quantas vezes por mês devem ser treinados os soldados quando são levados para marchar.

XXVIII. Sobre a exortação da arte militar e da coragem romanas.

Nos tempos antigos, existiu o costume de mandar oferecer aos imperadores as obras das artes liberais compostas sob a forma de livros. Porque nada é empreendido correctamente a não ser que, depois de Deus, também o imperador o tenha favorecido, e porque nem é muito conveniente que alguém saiba mais ou melhor do que o imperador, cuja sabedoria pode ser útil a todos os súbditos. Que Octávio Augusto e os bons imperadores depois dele a tiveram de bom grado, isso é mostrado por inúmeros exemplos. Assim, a eloquência propagou-se por meio dos testemunhos dos que governavam, ao mesmo tempo que a audácia não era censurada.

Compelido por este exemplo, enquanto penso que Vossa Clemência é capaz de perdoar mais do que outros as ousadias das letras e que a custo percebi que sou em muito inferior aos antigos escritores, é lícito que nesta obrzinha não sejam necessárias, nem a harmonia das palavras, nem a subtileza do espírito, mas sim um trabalho diligente e fiel, para que aquelas matérias que estão encerradas, dispersas e escondidas junto de diversos autores históricos e junto daqueles que ensinam a disciplina das armas sejam apresentadas em público, em benefício dos Romanos.

Por conseguinte, tentamos mostrar por partes e capítulos qual o costume antigo sobre a escolha e o treino dos recrutas. Não que para ti, Imperador Invicto, estes assuntos pareçam desconhecidos, mas para que tu reconheças aquelas matérias que outrora os fundadores do Império Romano conservaram e que tu tens à tua disposição de livre vontade, em prol do bem-estar da República, e para que encontres neste pequeno livrinho o que quer que seja que tu acreditas que deve ser procurado sobre os temas mais importantes e sempre necessários.

I. Os Romanos venceram todos os povos pelo simples exercício das armas:

Na verdade, nós vemos que o povo romano submeteu todo o Mundo por meio de nenhuma outra razão a não ser pelo treino das armas, pela disciplina dos

quid enim adversus Gallorum multitudinem paucitas Romana valuisset? Quid adversus Germanorum proceritatem brevitatis potuisset audere? Hispanos quidem non tantum numero sed et viribus corporum nostris praestitisse manifestum est; Afrorum dolis atque divitiis semper impares fuimus; Graecorum artibus prudentiaque nos vinci nemo dubitavit. Sed adversus omnia profuit tironem sollerter eligere, ius, ut ita dixerim, armorum docere, cotidiano exercitio roborare, quaecumque evenire in acie atque in proeliis possunt omnia in campestri meditatione praenosceri, severe in desides vindicare. Scientia enim rei bellicae dimicandi nutrit audaciam: nemo facere metuit quod se bene didicisse confidit. Etenim in certamine bellorum exercitata paucitas ad victoriam promptior est, rudis et indocta multitudo exposita semper ad caedem.

II. Ex quibus regionibus tirones legendi sint:

Rerum ordo deposcit ut ex quibus provinciis vel nationibus tirones legendi sint prima parte tractetur.

Constat quidem in omnibus locis et ignavos et strenuos nasci, sed tamen et gens gentem praecedit in bello et plaga caeli ad robur non tantum corporum sed etiam animorum plurimum valet; quo loco ea quae a doctissimis hominibus comprobata sunt non omittam. Omnes nationes quae vicinae sunt soli, nimio calore siccitas, amplius quidem sapere sed minus habere sanguinis dicunt ac propterea constantiam ac fiduciam comminus non habere pugnandi, quia metuunt vulnera qui exiguum sanguinem se habere noverunt. Contra septentrionales populi, remoti a solis ardoribus, inconsultiores quidem sed tamen largo sanguine redundantes, sunt ad bella promptissimi. Tirones igitur de temperatioribus legendi sunt plagis, quibus et copia sanguinis suppetat ad vulnerum mortisque contemptum et non possit deesse prudentia, quae et modestiam servat in castris et non parum prodest in dimicatione consiliis.

acampamentos e pela experiência do exército. Na verdade, o que é que teria valido a escassez romana contra a multidão dos Gauleses? O que é que teria podido ousar a baixa estatura romana face à elevada estatura dos Germanos? É manifesto que os Hispanos foram superiores aos nossos, não só pelo número, mas também pelas forças dos corpos; nós sempre fomos inferiores às manhas e às riquezas dos Africanos. Ninguém duvidou de que nós fomos vencidos pelas artes e pelo engenho dos Gregos. Mas contra tudo isto foi útil escolher habilmente o recruta, foi útil ensinar as regras, para me exprimir assim, das armas, foi útil fortificar pelo exercício diário, foi útil antecipar em trabalho de campo tudo o que pode acontecer na linha de batalha e nos combates e foi útil castigar severamente a negligência. Com efeito, o conhecimento da arte da guerra alimenta a audácia de lutar: ninguém receia fazer aquilo que acredita ter aprendido bem. E, na verdade, nas disputas bélicas, um reduzido número de homens exercitados está mais apto para a vitória, enquanto a multidão rude e inculta está sempre exposta ao massacre.

II. De que zonas os recrutas devem ser escolhidos:

A ordem dos assuntos exige que se trate, na primeira parte, de que províncias ou nações devem ser escolhidos os recrutas.

Na verdade, ainda que se reconheça que, em todos os lugares, nascem quer homens cobardes, quer corajosos, contudo não só uma nação é superior a outra na guerra, mas também a zona terrestre influencia a robustez, não apenas dos corpos, como também dos espíritos; eu não omitirei, neste passo, aqueles aspectos que foram reconhecidos por homens cultíssimos. Dizem que todas as nações que são vizinhas do sol, ressequidas pelo calor excessivo, têm, na verdade, mais inteligência, mas têm menos sangue e, por causa disso, não têm a firmeza e a confiança de lutar corpo-a-corpo porque receiam as feridas, uma vez que sabem que têm pouco sangue. Pelo contrário, os povos setentrionais, afastados dos ardores do sol e, na verdade, irreflectidos, tendo contudo sangue em abundância, estão prontíssimos para a guerra. Portanto, devem ser escolhidos nas regiões temperadas os recrutas cuja abundância de sangue basta para desprezar os ferimentos e a morte, mas também aos quais não falte a prudência, que não só conserva a disciplina no acampamento mas que também não é de menos utilidade às decisões no combate.

III. Utrum ex agris an ex urbibus utiliores sint tirones:

Sequitur ut utrum de agris an de urbibus utilior tiro sit requiramus.

De qua parte numquam credo potuisse dubitari aptiorem armis rusticam plebem, quae sub divo et in labore nutritur, solis patiens, umbrae neglegens, balnearum nescia, deliciarum ignara, simplicis animi, parvo contenta, duratis ad omnem laborum tolerantiam membris, cui gestare ferrum, fossam ducere, onus ferre, consuetudo de rure est.

Interdum tamen necessitas exigit etiam urbanos ad arma compelli; qui ubi nomen dedere militiae primum laborare, decurrere, portare pondus et solem pulveremque ferre condiscant, parvo victu utantur et rustico, interdum sub divo interdum sub papilionibus commorentur. Tunc demum ad usum erudiantur armorum, et si longior expeditio emergit in agrariis plurimum detinendi sunt proculque habendi a civitatis inlecebris, ut eo modo et corporibus eorum robur accedat et animis.

Nec inficiandum est post urbem conditam Romanos ex civitate profectos semper ad bellum, sed tunc nullis voluptatibus, nullis deliciis frangebantur; sudorem cursu et campestri exercitio collectum natans iuventus abluebat in Tiberi; idem bellator, idem agricola, genera tantum mutabat armorum; quod usque adeo verum est ut aranti Quintio Cincinnato dictaturam constet oblatam.

Ex agris ergo supplendum robur praecipue videtur exercitus. Nescioquomodo enim minus mortem timet qui minus deliciarum novit in vita.

IV. Cuius aetatis tirones probandi sint:

Nunc qua aetate milites legi conveniat exploremus. Et quidem, si antiqua consuetudo servanda est, incipientem pubertatem ad dilectum cogendam nullus ignorat; non enim tantum celerius sed etiam perfectius imbibuntur quae discuntur a pueris. Deinde militaris alacritas, saltus et cursus ante temptandus est quam corpus aetate pigrescat; velocitas enim est quae percepto exercitio strenuum efficit bellatorem. Adulescentes

III. Se são mais úteis os recrutas dos campos ou das cidades:

Em seguida, devemos investigar se é mais útil um recruta do campo ou da cidade.

Sobre este ponto, creio que nunca pôde duvidar-se de que o povo dos campos era mais apto para as armas¹, povo que se cria ao ar livre e no trabalho, suportando o sol e desprezando a sombra, desconhecedor dos banhos e ignorante dos prazeres, de espírito simples e satisfeito com pouco, com os membros endurecidos e capazes de tolerar todo o tipo de trabalho e para quem manejar o ferro, abrir um fosso ou carregar um fardo são hábitos da vida no campo.

Contudo, a necessidade por vezes exige que também habitantes das cidades sejam recrutados; estes, assim que tenham dado o nome para o serviço militar, devem aprender bem a trabalhar, a manobrar, a carregar pesos e a suportar o sol e o pó, devem adoptar uma alimentação parca e simples e devem acampar ora ao ar livre, ora em tendas. Só então, devem ser treinados no uso das armas e, se surgir uma campanha mais longa, devem ser destacados o mais tempo possível em postos avançados nos campos e devem ser mantidos longe das seduções da cidade, para que, deste modo, a robustez impregne não só os seus corpos mas também os seus espíritos.

Nem se deve negar que, depois da fundação da sua cidade², os Romanos dela sempre partiram para a guerra. Mas, nesse tempo, não estavam enfraquecidos por nenhuns prazeres, por nenhuns luxos; a juventude lavava o suor acumulado na corrida e nos exercícios de campo nadando no Tibre; ao mesmo tempo guerreira e agricultora, trocava somente de tipo de armas; de tal forma isto é verdade que se sabe que a ditadura foi oferecida a Quíncio Cincinato enquanto este lavrava³.

Por conseguinte, parece que a solidez do exército deve provir essencialmente dos campos. Na verdade, sem eu saber bem porquê, teme menos a morte aquele que conhece menos prazeres ao longo da vida.

IV. Com que idade os recrutas devem ser aprovados:

Examinemos agora com que idade convém que os soldados sejam escolhidos. Com efeito, se é de conservar o costume antigo, então ninguém ignora que a juventude, no início da puberdade, deve ser compelida ao recrutamento⁴. Na verdade, o que é aprendido pelos rapazes é assimilado não só mais rapidamente mas sobretudo mais perfeitamente. Depois, o ardor militar, o salto e a corrida, devem ser experimentados antes que o corpo amoleça com a idade; com

legendi sunt, sicut ait Sallustius; nam 'simul ac iuventus belli patiens erat in castris per laborem usum militiae discebant'. Melius enim est ut exercitatus iuvenis causetur aetatem nondum advenisse pugnandi quam doleat praeterisse. Habeat etiam spatium universa discendi; neque enim parva aut levis ars videtur armorum, sive equitem sive peditem sagittarium velis imbuere sive scutatum, armaturae numeros omnes omnesque gestus docere, ne locum deserat, ne ordines turbet, ut missile et destinato ictu et magnis viribus iaciat, ut fossam ducere, sudes scienter figere noverit, tractare scutum et obliquis ictibus venientia tela deflectere, plagam prudenter vitare, audacter inferre. Huic taliter instituto tironi pugnare adversus quoslibet hostes in acie formido non erit sed voluptas.

V. Qua statura iuniores probandi sint:

Proceritatem tironum ad incomam scio semper exactam, ita ut senos pedes vel certe quinos et denas uncias inter alares equites vel in primis legionum cohortibus probarentur. Sed tunc erat amplior multitudo, et plures militiam sequebantur armatam; necdum enim civilis pars florentiorem abduxerat iuventutem. Si ergo necessitas exigit, non tam staturae rationem convenit habere quam virium. Et ipso Homero teste non fallimur, qui Tydeum minorem quidem corpore sed fortiorem armis fuisse significat.

VI. Ex vultu et positione corporis agnosci in eligendo qui meliores possint esse tirones:

Sed qui dilectum acturus est vehementer intendat ut ex vultu, ex oculis, ex omni conformatione membrorum, eos eligat qui implere valeant bellatores. Namque non tantum in hominibus sed etiam in equis et canibus virtus multis declaratur indicibus, sicut doctissimorum hominum disciplina comprehendit; quod etiam in apibus Mantuanus auctor dicit esse servandum:

efeito, a velocidade é que, adquirido o treino, torna o guerreiro intrépido. Os adolescentes devem ser escolhidos tal como diz Salústio: “logo que os jovens eram capazes de suportar a guerra, eles aprendiam no acampamento, pelo seu trabalho, a prática militar”⁵. Na verdade, é melhor que o jovem adolescente alegue que a idade de combater ainda não chegou do que lamente que ela já passou. Ele deve ter também tempo para aprender tudo; com efeito, a arte da guerra parece não ser pequena nem ligeira se se quiser instruir um cavaleiro, ou um arqueiro-peão, ou um soldado de infantaria com escudo e ensinar todos os trâmites e movimentos da *armatura*⁶, para que ele não abandone o lugar, nem perturbe as linhas, para que lance o míssil não só com pontaria, mas também com grande força, para que saiba cavar um fosso e espetar habilmente estacas, para que saiba manejar o escudo, desviar com gestos oblíquos os projecteis que chegam, evitar prudentemente um golpe e atacar com audácia. Para este recruta assim treinado, lutar contra qualquer tipo de inimigo em formação de batalha será não um terror, mas um prazer.

V. Com que estatura os jovens devem ser aprovados:

Eu sei que a altura dos recrutas foi sempre aferida pela altura-padrão, de tal forma que eles fossem admitidos com seis pés ou pelo menos com cinco pés e dez polegadas entre os cavaleiros das alas ou nas primeiras coortes das legiões⁷. Mas então o número de jovens era maior e muitos seguiam a carreira militar; na verdade, a vida civil ainda não tinha desviado dela a juventude mais promissora. Portanto, se a necessidade o exige, convém ter em consideração não tanto o critério da estatura, mas sim o da força. E nós não estamos errados, pois assim o testemunha o próprio Homero, ao declarar que Tideu⁸, embora fosse mais pequeno de corpo, era contudo mais forte nas armas.

VI. Como reconhecer na selecção que recrutas podem ser melhores a partir da sua figura e da postura física:

Mas aquele que tenciona fazer um recrutamento deve estar muito atento para escolher, a partir do rosto, dos olhos e da configuração dos membros, aqueles que valha a pena ocupar como soldados. O facto é que, não só nos homens mas também nos cavalos e nos cães, a qualidade é denunciada por muitos indícios, tal como a doutrina de homens muito instruídos ensina; e o autor mantuano⁹ diz que até nas abelhas isso se deve observar:

Nam duo sunt genera: hic melior, insignis et ore
et rutilus clarus squamis, ille horridus alter
desidia latamque trahens inglorius alvum.

Sit ergo adulescens Martio operi deputandus vigilantibus oculis, erecta cervice, lato pectore, umeris musculosis, valentibus brachiis, digitis longioribus, ventre modicus, exilior clunibus, suris et pedibus non superflua carne distentis sed nervorum duritia collectis. Cum haec in tirone signa deprenderis, proceritatem non magnopere desideres. Utilius est enim fortes milites esse quam grandes.

VII. Cuius artis tirones vel eligendi sint vel respuendi:

Sequitur ut cuius artis vel eligendi vel penitus repudiandi sint milites indagemus.

Piscatores aucupes dulciarios linteones omnesque qui aliquid tractasse videbuntur ad gynaecea pertinens longe arbitror pellendos a castris; fabros ferrarios carpentarios macellarios et cervorum aprorumque venatores convenit sociare militiae. Et hoc est in quo totius rei publicae salus vertitur, ut tirones non tantum corporibus sed etiam animis praestantissimi deligantur. Vires regni et Romani nominis fundamentum in prima dilectus examinatione consistunt.

Nec leve hoc putetur officium aut passim quibuscumque mandandum; quod apud veteres inter tam varia genera virtutum in Sertorio praecipue constat esse laudatum. Iuventus enim cui defensio provinciarum, cui bellorum est committenda fortuna, et genere, si copia suppetat, et moribus debet excellere. Honestas enim idoneum militem reddit, verecundia, dum prohibet fugere, facit esse victorem. Quid enim prodest si exerceatur ignavus, si pluribus stipendiis moretur in castris? Numquam exercitus proficit tempore cuius in probandis tironibus claudicarit electio. Et quantum usu experimentisque cognovimus, hinc tot ubique ab hostibus inlatae sunt clades, dum longa pax militem incuriosius legit, dum honestiores quique civilia sectantur officia, dum indicti possessoribus tirones per gratiam aut dissimulationem probantium tales sociantur

“Pois, existem duas espécies: uma, mais nobre, de aspecto magnífico
E resplandecente com rutilantes malhas; outra, sombria
A arrastar sem glória e com preguiça o enorme ventre”.

Portanto, o adolescente que deve ser destinado ao trabalho de Marte deve ter olhos vigilantes, cabeça erguida, peito largo, ombros musculados, braços fortes, dedos bem longos, estômago pequeno, ancas bastante estreitas, pernas e pés despojados de gorduras e fortalecidos pela dureza dos músculos. Quando se reconhecerem estes sinais num recruta, não se deve procurar muito uma elevada estatura. Com efeito, é mais útil que os soldados sejam fortes do que altos.

VII. De que profissão os recrutas devem ser escolhidos ou rejeitados:

Em seguida, devemos investigar de que profissão os soldados devem ser escolhidos ou completamente rejeitados.

Pescadores, passarinheiros, pasteleiros, tecelões e todos aqueles que parecerem trabalhar em alguma actividade feminina julgo, sem dúvida alguma, que devem ser afastados dos acampamentos; ferreiros, carpinteiros, carnicheiros e caçadores de veados e de javalis, esses convém juntar ao exército. E é nisto que reside a segurança de toda a república: que sejam escolhidos recrutas excelentíssimos não só pelos seus corpos, mas também pelos seus espíritos. A força da autoridade e o fundamento do povo romano baseiam-se numa primeira avaliação no momento do recrutamento.

E não se julgue esta uma tarefa fácil ou que deva ser confiada indiferentemente a qualquer um; tarefa que, entre os antigos, se reconhece ter sido louvada antes de mais em Sertório¹⁰, entre um tão variado tipo de virtudes. Na verdade, a juventude, a quem a defesa das províncias e a quem a sorte das guerras devem ser confiadas, deve ser excelente não só pelo nascimento, se a abundância o permitir, mas também pelos costumes. Com efeito, a dignidade gera um soldado excelente, e o sentimento de vergonha, na medida em que o proíbe de fugir, faz dele um vencedor. O que é que na verdade se aproveita em treinar um cobarde, quando ele permanece no acampamento à custa de muitos soldos? Nunca o exército tem proveito quando o respectivo recrutamento falha na selecção dos mancebos. E tal como sabemos pela prática e pela experiência, é a partir dessa causa que tantas derrotas foram causadas pelos nossos inimigos em toda a parte, quando

armis quales domini habere fastidiunt. A magnis ergo viris magnaque diligentia idoneos eligi convenit iuniores.

VIII. Quando tirones signandi sint:

Sed non statim punctis signorum inscribendus est tiro delectus verum ante exercitio pertemptandus, ut utrum vere tanto operi aptus sit possit agnosci. Et velocitas in illo requirenda videtur et robur, et utrum armorum disciplinam ediscere valeat, utrum habeat confidentiam militarem. Plerique enim, quamvis non improbables videantur in specie, tamen experimentis comprobantur indigni. Repudiandi ergo minus utiles et in locum eorum strenuissimi subrogandi sunt. In omni enim conflictu non tam prodest multitudo quam virtus.

Signatis itaque tironibus per cotidiana exercitia armorum est demonstranda doctrina. Sed huius rei usum dissimulatio longae securitatis abolevit. Quem invenias qui docere possit quod ipse non didicit? De historiis ergo vel libris nobis antiqua consuetudo repetenda est. Sed illi res gestas et eventus tantum scripsere bellorum, ista quae nunc quaerimus tamquam nota linquentes. Lacedaemonii quidem et Athenienses aliique Graecorum in libros rettulere complura quae tactica vocant, sed nos disciplinam militarem populi Romani debemus inquirere, qui ex parvissimis finibus imperium suum paene solis regionibus et mundi ipsius fine distendit. Haec necessitas compulit evolutis auctoribus ea me in hoc opusculo fidelissime dicere quae Cato ille Censorius de disciplina militari scripsit, quae Cornelius Celsus, quae Frontinus perstringenda duxerunt, quae Paternus, diligentissimus iuris militaris assertor, in libros redegit, quae Augusti et Traiani Adrianique constitutionibus cauta sunt. Nihil enim mihi auctoritatis assumo sed horum quos supra rettuli quae dispersa sunt velut in ordinem epitomata conscribo.

uma longa paz deu azo a uma escolha mais negligente dos soldados, quando os jovens mais ilustres seguiam os cargos civis e quando os mancebos que, indicados pelos proprietários por meio de favor ou desleixo dos recrutadores, se juntavam ao exército eram de tal espécie que até os seus senhores tinham repugnância em tê-los¹¹. Em conclusão, convém que sejam escolhidos por grandes homens e com grande cuidado os jovens mais capazes.

VIII. Quando é que os recrutas devem ser marcados:

O recruta escolhido não deve ser imediatamente marcado com as picadas distintivas¹², mas deve ser testado primeiro no treino militar, para que se possa perceber se, na verdade, está apto para tamanha função. Parece que devem ser requeridas nele não só a velocidade, mas também a robustez e, ainda, se vale a pena aprender a arte das armas, se ele tem confiança para ser militar. Com efeito, embora pelo seu aspecto a maior parte pareça susceptível de ser aprovada, a experiência do treino revela-a contudo como inadequada. Portanto, devem ser rejeitados os menos úteis e devem ser escolhidos para o lugar deles os mais capazes. Na verdade, em todo o tipo de conflitos, não aproveita tanto a quantidade quanto a coragem.

Assim, deve mostrar-se aos recrutas já marcados a ciência das armas por meio de exercícios diários. Mas a negligência provocada por um longo período de segurança aboliu o uso desta prática. Conhece-se alguém que possa ensinar aquilo que ele próprio não aprendeu? Portanto, devemos recuperar o antigo costume, a partir dos livros de História ou de outros. Mas estes narram somente as façanhas e as peripécias das guerras, deixando de lado como conhecidos estes assuntos que nós agora investigamos. Na verdade, os Lacedemónios¹³, os Atenienses e outros Gregos expuseram muitas matérias em livros a que dão o nome de *tactica*, mas nós devemos pesquisar o sistema militar do povo romano, que alargou o seu império a partir de territórios pequeníssimos quase até às regiões do sol e aos confins do próprio Mundo. Esta necessidade obrigou-me, consultados os autores, a dizer o mais fielmente possível neste opúsculo aquelas coisas que o célebre Catão-o-Censor escreveu sobre o sistema militar, aquilo que Cornélio Celso e Frontino pensaram que devia ser exposto, aquilo que Paterno, um defensor zelosíssimo do direito militar, redigiu em livros, aquilo que foi estabelecido pelas constituições de Augusto, de Trajano e de Adriano¹⁴. Com efeito, eu não me arrogo nenhuma autoridade, apenas organizo sob a forma de resumos as matérias daqueles que acima referi e que se encontram dispersas.

VIII. Ad gradum militarem et cursum et saltum exercendos tirones:

Primis ergo meditationum auspiciis tirones militarem edocendi sunt gradum. Nihil enim magis in itinere vel in acie custodiendum est quam ut omnes milites incedendi ordinem servent, quod aliter non potest fieri nisi assiduo exercitio ambulare celeriter et aequaliter discant. Periculum enim ab hostibus semper gravissimum sustinet divisus et inordinatus exercitus. Militari ergo gradu viginti milia passuum horis quinque dumtaxat aestivis conficienda sunt. Pleno autem gradu, qui citatior est, totidem horis viginti quattuor milia peragenda sunt. Quicquid addideris iam cursus est, cuius spatium non potest definiri.

Sed et cursu praecipue adsuefaciendi sunt iuniores, ut maiore impetu in hostem procurrant, ut loca oportuna celeriter cum usus advenerit occupent vel adversariis idem facere volentibus praeoccupent, ut ad explorandum alacriter pergant, alacrius redeant, ut fugientium facilius terga comprehendant.

Ad saltum etiam, quo vel fossae transiliuntur vel impediens aliqua altitudo superatur, exercendus est miles, ut cum eiusmodi difficultates evenerint possint sine labore transire.

Praeterea in ipso conflictu ac dimicatione telorum bellator cum cursu saltuque veniens adversarii praestringit oculos mentemque deterret priusque plagam infligit quam ille ad cavendum vel ad resistendum certe se praeparet. De exercitio Gnaei Pompei Magni Sallustius memorat 'cum alacribus saltu, cum velocibus cursu, cum validis vecte certabat'. Neque enim ille aliter potuisset par esse Sertorio nisi seque et milites frequentibus exercitiis praeparasset ad proelia.

X. Ad usum natandi exercendos tirones:

Natandi usum aestivis mensibus omnis aequaliter debet tiro condiscere. Non enim semper pontibus flumina transeuntur, sed et cedens et insequens natare cogitur frequenter exercitus. Saepe repentinis imbribus vel nivibus solent exundare torrentes, et ignorantia non solum ab hoste sed etiam ab ipsis aquis discrimen incurrit. Ideoque Romani veteres,

IX. Como exercitar os recrutas na marcha militar, na corrida e no salto:

Assim, os recrutas devem aprender a marcha militar no princípio da sua formação. Pois nada deve ser mais acautelado na coluna de marcha ou na linha de batalha do que todos os soldados manterem a ordem de progressão, o que só pode acontecer se aprenderem por meio de um treino regular a caminhar rápida e uniformemente. Na verdade, um exército dividido e desordenado corre sempre um perigo gravíssimo perante os inimigos. Portanto, em marcha militar, devem ser percorridos vinte mil passos¹⁵ em cinco horas, pelo menos de Verão. Mas, em marcha com passo acelerado, que é mais rápida, nas mesmas horas devem ser percorridos vinte e quatro mil passos¹⁶. O que quer que seja que se acrescente a isto já é passo de corrida, cujo alcance não pode ser pré-determinado.

Mas os jovens devem ser habituados principalmente à corrida, para que avancem contra o inimigo com um ímpeto maior, para que, quando a necessidade surgir, ocupem rapidamente as posições convenientes, ou para que se antecipem aos adversários desejosos de fazer o mesmo, para que realizem velozmente os trabalhos de exploração e para que deles regressem ainda mais rapidamente, para que apanhem mais facilmente os inimigos em fuga.

O soldado deve ainda ser treinado no salto, por meio do qual os fossos são ultrapassados ou algum obstáculo impeditivo é superado, para que, quando dificuldades deste tipo surgirem, eles as possam ultrapassar sem esforço.

Para além disso, nos próprios embates e batalhas, o guerreiro que utiliza armas de arremesso, ao avançar em corrida e em salto, confunde o olhar e aterroriza a mente do adversário, e atinge-o antes que o inimigo esteja minimamente preparado para o evitar ou para lhe resistir. Salústio lembra, sobre a prática de Gneu Pompeu Magno, que “ele rivalizava com os ágeis no salto, com os velozes na corrida, com os fortes na luta”¹⁷. Com efeito, nem ele poderia ter estado à altura de Sertório¹⁸ se ele próprio e os seus soldados não se tivessem preparado, por meio de exercícios frequentes, para os combates.

X. Como exercitar os recrutas no hábito de nadar:

Todo o recruta deve aprender igualmente, durante os meses do Verão, o hábito de nadar. Na verdade, nem sempre os rios são atravessados por pontes, pelo que o exército, ao avançar e ao retirar, é frequentemente obrigado a nadar. Muitas vezes, os rios transbordam por causa de chuvas ou de neves repentinas, e a ignorância da arte de nadar origina um grave perigo, que sobrevém não só do inimigo como

quos tot bella et continuata pericula ad omnem rei militaris erudiverant artem, campum Martium vicinum Tiberi delegerunt in quo iuventus post exercitium armorum sudorem pulveremque dilueret ac lassitudinem cursus natandi labore deponeret. Non solum autem pedites sed et equites ipsosque equos vel lixas, quos galliarios vocant, ad natandum exercere percommodum est, ne quid imperitis cum necessitas incumbit eveniat.

XI. Quemadmodum ad scuta viminea vel ad palos antiqui exercebant tirones:

Antiqui, sicut invenitur in libris, hoc genere exercere tirones: scuta de vimine in modum cratium corrotundata texebant ita ut duplum pondus cratis haberet quam scutum publicum habere consuevit, itemque clavas ligneas duplicis aequae ponderis pro gladiis tironibus dabant, eoque modo non tantum mane sed etiam post meridiem exercebantur ad palos. Palorum enim usus non solum militibus sed etiam gladiatoribus plurimum prodest, nec umquam aut harena aut campus invictum armis virum probavit nisi qui diligenter exercitatus docebatur ad palum. A singulis autem tironibus singuli pali defigebantur in terram ita ut nutare non possent et sex pedibus eminent; contra illum palum tamquam contra adversarium tiro cum crate illa et clava velut cum gladio se exercebat et scuto, ut nunc quasi caput aut faciem peteret, nunc a lateribus minaretur, interdum contenderet poplites et crura succidere, recederet adsultaret insiliret, quasi praesentem adversarium, sic palum omni impetu, omni bellandi arte temptaret. In qua meditatione servabatur illa cautela ut ita tiro ad inferendum vulnus insurgeret ne qua parte ipse pateret ad plagam.

XII. Non caesim sed punctim ferire docendos tirones:

Praeterea non caesim sed punctim ferire discebant. Nam caesim pugnantes non solum facile vicere sed etiam derisere Romani. Caesa

das próprias águas. Por este motivo, os antigos Romanos, educados por tantas guerras e perigos continuados em todo o tipo de conhecimento da arte militar, escolheram o Campo de Marte, vizinho do rio Tibre, no qual a juventude, após o treino das armas, poderia lavar o suor e o pó e poderia aliviar o cansaço da corrida pela prática da natação. Mas é conveniente exercitar na natação não só os peões mas também os cavaleiros e os próprios cavalos e ainda os serventes, a que chamam *galliaros*, para que não aconteça nada aos inexperientes, quando a necessidade surgir¹⁹.

XI. De que modo os antigos exercitavam os recrutas com escudos de vime e nos postes:

De acordo com o que se lê nos livros, os antigos treinavam os recrutas desta forma: teciam escudos de vime arredondados à maneira de grades, de forma a que cada um tivesse de peso duas vezes mais do que costuma ter o escudo comum²⁰ e davam também aos recrutas, em vez de gládios²¹, maças de madeira igualmente com o dobro do peso; e, deste modo, treinavam contra os postes, não apenas pela manhã mas também depois do meio-dia²². Com efeito, o treino contra os postes é extremamente útil não só aos soldados como também aos gladiadores: nunca a arena ou o campo de batalha revelam um homem invencível nas armas, salvo aquele que, cuidadosamente exercitado, foi instruído no poste. Cada um dos postes era espetado no chão por cada um dos recrutas, de tal modo que não pudesse abanar e se elevasse seis pés²³ acima do solo. Contra este poste, da mesma maneira que contra um adversário, o recruta exercitava-se com aquele escudo de vime e com a maça, como se treinasse com o gládio e com o escudo comum, ora para procurar atingir o poste como a uma cabeça ou a um rosto, ora para o ameaçar pelos flancos, para por vezes tentar golpear os joelhos e as pernas, para recuar, para avançar, para saltar contra este poste como se de um adversário real se tratasse, para deste modo atacar o poste com todo o ardor e com toda a arte de combater. Neste treino, usava-se de uma tal cautela, de modo a que quando o recruta atacasse para infligir um golpe, não se expusesse ele próprio a um ferimento em alguma parte do seu corpo.

XII. Os recrutas devem ser ensinados a ferir de ponta e não de talho:

Além disso, os recrutas aprendiam a ferir não de talho, mas com a ponta. Na verdade, os Romanos não só venceram facilmente como até se riram dos que

enim, quovis impetu veniat, non frequenter interficit, cum et armis vitalia defendantur et ossibus; at contra puncta duas uncias adacta mortalis est; necesse est enim ut vitalia penetret quicquid immergitur. Deinde, dum caesa infertur, brachium dextrum latusque nudatur; puncta autem tecto corpore infertur et adversarium sauciat antequam videat. Ideoque ad dimicandum hoc praecipue genere usos constat esse Romanos.

Dupli autem ponderis illa cratis et clava ideo dabantur ut cum vera et leviora tiro arma sumpsisset velut graviore pondere liberatus securior alacriorque pugnaret.

XIII. Armaturam docendos tirones:

Praeterea illo exercitii genere quod armaturam vocant et campidoctoribus traditur imbuendus est tiro; qui usus vel ex parte servatur. Constat enim etiam nunc in omnibus proeliis armaturas melius pugnare quam ceteros. Ex quo intellegi debet quantum exercitatus miles inexercitato sit melior, cum armatura utcumque eruditi reliquos contubernales suos bellandi arte praecedant.

Ita autem severe apud maiores exercitii disciplina servata est ut et doctores armorum duplis remunerarentur annonis et milites qui parum in illa prolusione profecerant pro frumento hordeum cogerentur accipere nec ante eis in tritico redderetur annona quam sub praesentia praefecti legionis tribunorum vel principiorum experimentis datis ostendissent se omnia quae erant in militari arte complere.

Nihil enim neque firmitus neque laudabilius neque felicitus est re publica in qua abundant milites eruditi. Non enim vestium nitor vel auri argenti gemmarumque copiae hostes aut ad reverentiam nostram aut ad gratiam inclinant, sed solo terrore subiguntur armorum. Deinde in aliis rebus, sicut ait Cato, si quid erratum est, potest postmodum corrigi: proeliorum delicta emendationem non recipiunt, cum poena statim sequatur errorem;

golpeavam de talho. Com efeito, o corte com o gume, venha com que força vier, raramente mata, uma vez que os órgãos vitais são protegidos quer pelas armas defensivas quer pelos ossos; mas, pelo contrário, uma estocada que penetre duas polegadas²⁴ é fatal; na verdade, o que quer que seja que se enterre no corpo tem como consequência necessária atingir os órgãos vitais. Por outro lado, enquanto o golpe de talho é desferido, o braço e o flanco direitos ficam desguarnecidos; porém, a estocada é desferida com o corpo protegido e fere o adversário antes de ele se aperceber disso. Por estes motivos, é sabido que os Romanos usaram principalmente este modo para lutar.

Eram dados, por isso, ao recruta aquele escudo de vime e aquela maça com o peso a dobrar, para que, ao pegar nas armas verdadeiras e mais leves, ele lutasse mais seguro e mais ágil, como que liberto da carga mais pesada.

XIII. Os recrutas devem ser ensinados a fazer a *armatura*:

Além disso, o recruta deve ser acostumado naquele género de exercício a que chamam *armatura*, o qual é transmitido pelos *campidoctores*²⁵; trata-se de um costume que, em parte, ainda se conserva. Na verdade, é sabido que, mesmo agora, os soldados instruídos na *armatura* lutam melhor do que os restantes em todos os combates. O que permite perceber como é melhor o soldado treinado do que o não treinado, visto que, por pouco instruídos que sejam na prática da *armatura*, são superiores aos seus restantes camaradas na arte de combater.

Além disso, a disciplina do treino militar foi conservada entre os nossos antepassados tão severamente que não só os mestres de armas²⁶ eram remunerados com o dobro da anona²⁷, como também os soldados que tinham progredido pouco nesta aprendizagem eram obrigados a aceitar cevada em vez de trigo, e nem a anona lhes era restabelecida em trigo antes que tivessem mostrado, na presença do prefeito da legião, dos tribunos ou dos oficiais superiores, por meio de provas concretas, que eles preenchiam todos os requisitos exigidos pela arte militar.

Na verdade, nada é nem mais sólido, nem mais louvável, nem mais salutar do que um Estado em que abundam os soldados instruídos. Com efeito, a magnificência das vestes ou as riquezas em ouro, em prata e em jóias, não levam os inimigos nem ao respeito nem à amizade para conosco; eles são submetidos apenas pelo terror das armas. E, em outras matérias, tal como diz Catão, se se cometeu algum erro, isso pode ser corrigido mais tarde; já os erros em combate não admitem emenda, visto que o castigo se segue imediatamente ao erro; pois aqueles que

nam aut confestim pereunt qui ignave imperiteque pugnaverint aut in fugam versi victoribus ultra pares esse non audent.

XIII. Tirones exercendos ad missibilia iacienda:

Sed ad inceptum revertor. Tiro qui cum clava exercetur ad palum hastilia quoque ponderis gravioris quam vera futura sunt iacula adversum illum palum tamquam adversus hominem iactare compellitur. In qua re armorum doctor attendit ut magnis viribus hastile contorqueat, ut destinato ictu vel in palum vel iuxta dirigat missile. Eo enim exercitio et lacertis robur ad crescit et iaculandi peritia atque usus adquiritur.

XV. Sagittis diligenter tirones imbuendos:

Sed prope tertia vel quarta pars iuniorum, quae aptior potuerit repperiri, arcubus ligneis sagittisque lusoriis illos ipsos exercenda est semper ad palos. Et doctores ad hanc rem artifices eligendi et maior adhibenda sollertia ut arcum scienter teneant, ut fortiter impleant, ut sinistra fixa sit, ut dextra cum ratione ducatur, ut ad illud quod ferendum est oculus pariter animusque consentiat, ut sive in equo sive in terra rectum sagittare doceantur. Quam artem et disci opus est diligenter et cotidiano usu exercitioque servari.

Quantum autem utilitatis boni sagittarii in proeliis habeant et Cato in libris de disciplina militari evidenter ostendit et Claudius pluribus iaculatoribus institutis atque perdoctis hostem cui prius impar fuerat superavit. Africanus quidem Scipio, cum adversus Numantinos, qui exercitus populi Romani sub iugum miserant, esset acie certaturus, aliter se superiorem futurum esse non credidit nisi in omnibus centuriis lectos sagittarios miscuisset.

XVI. Ad iactandos lapides fundis exercendos tirones:

Ad lapides vero vel manibus vel fundis iaciendos exerceri diligenter convenit iuniores. Fundarum usum primi Balearium insularum habitatores

lutaram cobarde e desastradamente, ou morrem de imediato ou, postos em fuga, não ousam voltar a enfrentar os rivais que os venceram.

XIV. Como exercitar os recrutas no arremesso dos mísseis:

Mas regresso ao assunto. O recruta que é treinado com a maça deve também ser obrigado a lançar contra o poste, tal como se fosse contra um homem, hastes com um peso maior do que aquele que os verdadeiros dardos terão. Neste exercício, o mestre de armas está atento a que o recruta lance a haste com grande força e a que ele arremesse o míssil com pontaria contra o poste, ou muito perto dele. Com efeito, por meio deste exercício, não só aumenta a robustez dos braços, como também se adquire a perícia e a experiência de lançar.

XV. Como instruir diligentemente os recrutas no arremesso de setas:

Mas aproximadamente a terça ou a quarta parte dos jovens que conseguir revelar-se mais apta deve ser regularmente treinada com arcos de madeira e com réplicas de setas contra aqueles postes. Para este exercício, devem ser escolhidos instrutores especializados e deve ser empregue uma grande destreza para que os recrutas segurem o arco²⁸ com sabedoria, para que o armem energicamente, para que a mão esquerda permaneça firme e para que a direita seja conduzida adequadamente, para que a vista e o espírito convirjam em relação àquilo que deve ser atingido, para que sejam ensinados a atirar setas com desembaraço, quer a cavalo quer a pé. É necessário que esta arte não só seja aprendida cuidadosamente, mas também que seja conservada pela prática e pelo exercício quotidianos.

Não só Catão, nos seus livros sobre a arte militar²⁹, como também Cláudio quando, instituídos e ensinados muitos lançadores de dardos, venceu um inimigo em relação ao qual tinha anteriormente sido inferior, mostraram com clareza quanta utilidade têm os bons arqueiros nos combates³⁰. Na verdade, Cipião Africano, quando se preparava para enfrentar os Numantinos em batalha, os quais tinham submetido os exércitos do povo romano, não acreditou que seria possível superiorizar-se-lhes a não ser que misturasse arqueiros seleccionados em todas as centúrias³¹.

XVI. Como exercitar os recrutas no lançamento de pedras com fundas:

Convém treinar diligentemente os jovens a lançar pedras, quer com as mãos quer com fundas. Diz-se que os habitantes das ilhas Baleares não só descobriram

et invenisse et ita perite exercuisse dicuntur ut matres parvos filios nullum cibum contingere sinerent nisi quem ex funda destinato lapide percussissent. Saepe enim adversum bellatores cassidibus catafractis loricisque munitos teretes lapides de funda vel fustibalo destinati sagittis sunt omnibus graviores, cum membris integris letale tamen vulnus importent et sine invidia sanguinis hostis lapide ictus intereat. In omnibus autem veterum proeliis funditores militasse nullus ignorat. Quae res ideo ab universis tironibus frequenti exercitio discenda est quia fundam portare nullus est labor. Et interdum evenit ut in lapidosis locis conflictus habeatur, ut mons sit aliquis defendendus aut collis; et ab oppugnatione castellorum sive civitatum lapidibus barbari fundisque pellendi sunt.

XVII. De exercitio plumbatarum:

Plumbatarum quoque exercitatio, quos mattiobarbulos vocant, est tradenda iunioribus. Nam in Illyrico dudum duae legiones fuerunt quae sena milia militum habuerunt quae quod his telis scienter utebantur et fortiter Mattiobarbuli vocabantur. Per hos longo tempore strenuissime constat omnia bella confecta, usque eo ut Diocletianus et Maximianus, cum ad imperium pervenissent, pro merito virtutis hos Mattiobarbulos lovianos atque Herculianos censuerint appellandos eosque cunctis legionibus praetulisse doceantur. Quinos autem mattiobarbulos insertos scutis portare consuerunt, quos si oportune milites iactent prope sagittariorum scutati imitari videntur officium. Nam hostes equosque consauciant priusquam non modo ad manum sed ad ictum missibilibus potuerit perveniri.

XVIII. Quemadmodum ad ascendendos equos tirones exercendi sint:

Non tantum autem a tironibus sed etiam ab stipendiosis militibus salitio equorum districte est semper exacta, quem usum usque ad hanc

em primeiro lugar o uso das fundas como também as utilizaram com tal perícia que as mães não permitiam aos filhos mais pequenos que tocassem em qualquer alimento a não ser naquele que tivessem atingido com uma pedra projectada por uma funda. Com efeito, muitas vezes, contra guerreiros protegidos com capacetes³², com catafractas e com lorigas³³, pedras polidas arremessadas por uma funda ou por um fustíbalo³⁴ são mais prejudiciais do que qualquer tipo de setas, uma vez que, deixando os membros intactos, provocam contudo um ferimento mortal no inimigo, que morre sem derramamento de sangue, só com a pancada da pedra. Também ninguém ignora que os fundibulários tomaram parte em todos os combates dos antigos. Esta prática deve, por isso, ser aprendida por todos os recrutas por meio de um treino frequente, porque transportar a funda não dá trabalho nenhum. E acontece, por vezes, que o combate se trava em locais rochosos, que um monte qualquer ou uma colina têm de ser defendidos, ou que os bárbaros têm de ser afastados do ataque a fortes e a cidades por meio de pedras e de fundas³⁵.

XVII. Sobre o treino com dardos revestidos de chumbo:

Também o treino com os dardos de chumbo³⁶, a que dão o nome de *mattiobarbuli*³⁷, deve ser ministrado aos jovens. De facto, na Ilíria, existiram outrora duas legiões de seis mil soldados e que eram chamadas *Mattiobarbuli*, porque utilizavam hábil e energicamente estes projecteis. Consta que, durante muito tempo, todas as guerras foram resolvidas de uma forma muito decidida por elas, ao ponto de Diocleciano e Maximiano, ao chegar ao poder³⁸, decretarem que estes *Mattiobarbuli*, devido ao seu valor, fossem chamados *Ioviani* e *Herculiani*, de tal maneira que se julgou que eles as preferiam a todas as outras legiões. Além disso, costumavam transportar cinco *mattiobarbuli* metidos dentro dos escudos, os quais, sendo arremessados pelos soldados no tempo devido, fazem com que os escudeiros de infantaria quase pareçam imitar o ofício dos arqueiros. Na verdade, ferem gravemente os inimigos e os cavalos antes que eles não só possam chegar ao corpo-a-corpo, mas também antes de eles estarem ao alcance dos restantes mísseis.

XVIII. De que modo os recrutas devem ser treinados a montar os cavalos:

Saber montar um cavalo deve ser sempre exigido com rigor, não só aos recrutas mas também aos que já são soldados experientes, costume esse que

aetatem, licet iam cum dissimulatione, pervenisse manifestum est. Equi lignei hieme sub tecto, aestate ponebantur in campo; supra hos iuniores primo inermes, dum consuetudo proficeret, deinde armati cogebantur ascendere. Tantaque cura erat ut non solum a dextris sed etiam a sinistris partibus et insilire et desilire condiscerent, evaginosos etiam gladios vel contos tenentes. Hoc idem assidua meditatione faciebant, scilicet ut in tumultu proelii sine mora ascenderent qui tam studiose exercebantur in pace.

XVIII. Ad portandum pondus exercendos tirones:

Pondus quoque baiulare usque ad sexaginta libras et iter facere gradu militari frequentissime cogendi sunt iuniores, quibus in arduis expeditionibus necessitas imminet annonam pariter et arma portandi. Nec hoc credatur esse difficile si usus accesserit; nihil enim est quod non assidua meditatio facillimum reddat. Quam rem antiquos milites factitavisse Vergilio ipso teste cognoscimus, qui ait

non secus ac patriis acer Romanus in armis
iniusto sub fasce viam cum carpit et hosti
ante expectatum positus stat in agmine castris.

XX. Quo armorum genere usi sint antiqui:

Locus exigit ut quo armorum genere vel instruendi vel muniendi sint tirones referre temptemus. Sed in hac parte antiqua penitus consuetudo deleta est; nam licet, exemplo Gothorum et Alanorum Hunnorumque, equitum arma profecerint, pedites constat esse nudatos. Ab urbe enim condita usque ad tempus divi Gratiani et catafractis et galeis muniebatur pedestris exercitus. Sed cum campestris exercitatio interveniente negligentia desidiaque cessaret, gravia videri arma coeperunt quae raro milites induebant; itaque ab imperatore postulant primo catafractas, deinde cassides se refundere. Sic detectis pectoribus et capitibus congressi contra Gothos milites nostri multitudine sagittariorum saepe deleti sunt; nec post tot clades, quae usque ad tantarum urbium excidia

manifestamente chegou até à nossa época, ainda que negligenciado. Costumavam colocar-se cavalos de madeira debaixo de um tecto, no Inverno, ou no campo de treino, durante o Verão; os jovens eram obrigados a subir para cima deles, em primeiro lugar sem armas, até que se habituassem, e depois armados. E tanto era o cuidado que aprendiam não só a montar como a desmontar, quer do lado direito quer do lado esquerdo, empunhando ainda gládios desembainhados ou varas. Eles praticavam isto por meio de um exercício regular, sem dúvida para que os que eram treinados com tanta aplicação em tempo de paz montassem sem demora na agitação do combate³⁹.

XIX. Como exercitar os recrutas a transportar pesos:

Os jovens também devem ser muito frequentemente obrigados a carregar um peso até 60 libras⁴⁰ e a fazer um percurso em marcha militar, pois em expedições difíceis surge a necessidade de eles carregarem ao mesmo tempo a anona e as armas⁴¹. E nem se julgue que isto é difícil, se o hábito se instalar; com efeito, nada existe que um treino constante não torne fácil. Que os antigos soldados costumavam fazer isto, nós sabemos-lo, tendo como testemunha o próprio Virgílio, que diz:

“Tal como quando o fogoso Romano, com as armas pátrias,
Debaixo de uma dura carga se põe em marcha e, instalado o acampamento,
Se perfila diante do inimigo na linha de batalha, sem ele o esperar”⁴².

XX. Que tipo de armas usavam os antigos:

O contexto exige agora que tentemos mencionar com que tipo de armas os recrutas devem ser equipados e protegidos. A este respeito, o costume antigo foi completamente apagado; pois ainda que, a exemplo dos Godos, dos Alanos e dos Hunos, as armas dos cavaleiros tenham melhorado, sabemos contudo que os peões ficaram desguarnecidos. Na verdade, desde a fundação de Roma até à época do divino Graciano⁴³, o exército de infantaria era protegido não só por catafractas mas também por capacetes⁴⁴. Mas porque, instaladas a incúria e a preguiça, o exercício no campo acabou, aquelas armas que os soldados raramente utilizavam começaram a parecer um fardo; e assim, pedem ao imperador para devolverem em primeiro lugar as catafractas e, depois, os capacetes. Deste modo, desguarnecidos os peitos e as cabeças, os nossos soldados, enviados contra os Godos, foram muitas

pervenerunt, cuiquam curae fuit vel catafractas vel galeas pedestribus reddere. Ita fit ut non de pugna sed de fuga cogitent qui in acie nudi exponuntur ad vulnera. Quid enim pedes sagittarius sine catafracta, sine galea, qui cum arcu scutum tenere non potest, faciat? Quid ipsi draconarii atque signiferi, qui sinistra manu hastas gubernant, in proelio facient, quorum et capita nuda constat et pectora? Sed gravis pediti lorica videtur et galea fortasse raro meditati, fortasse raro arma tractanti; ceterum cotidianus usus non laborat, etiam si onerosa gestaverit. Sed illi qui laborem in portandis veteribus munimentis armorum ferre non possunt detectis corporibus et vulnera sustinere coguntur et mortes et, quod est gravius, aut capi aut certe fuga rem publicam prodere. Sic, dum exercitia laboremque declinant, cum maximo dedecore trucidantur ut pecudes.

Unde enim apud antiquos murus dicebatur pedestris exercitus nisi quod pilatae legiones praeter scuta etiam catafractis galeisque fulgebant, usque eo ut sagittarii sinistra brachia manicis munirentur, pedites autem scutati praeter catafractas et galeas etiam ferreas ocreas in dextris cruribus cogentur accipere? Sic erant muniti illi qui in prima acie pugnantes principes, in secunda hastati, in tertia triarii vocabantur. Sed triarii genibus positos solebant intra scuta subsidere, ne stantes vulnerarentur venientibus telis et cum necessitas postulasset tamquam requieti vehementius invaderent hostes; a quibus constat saepe factam esse victoriam, cum hastati illi et qui priores steterant interissent.

Erant tamen apud veteres inter pedites qui dicebantur levis armatura, funditores et ferentarii, qui praecipue in cornibus locabantur et a quibus pugnandi sumebatur exordium; sed hi et velocissimi et exercitatissimi legebantur, nec erant admodum multi, qui cedentes, si proelii necessitas

vezes aniquilados pelo grande número de arqueiros; e mesmo depois de tantas derrotas, que resultaram na destruição de tantas cidades, não foi sequer motivo de preocupação para ninguém devolver as catafractas e os capacetes aos soldados de infantaria. Isso faz com que aqueles que, desguarnecidos, estão expostos às feridas na linha de combate, pensem mais em fugir do que em lutar. O que é que, com efeito, poderá fazer o arqueiro a pé sem catafracta nem capacete, ele que não pode segurar o escudo ao mesmo tempo que o arco? E o que farão no combate os próprios *draconarii*⁴⁵ e os *signiferi*⁴⁶, que conduzem os estandartes com a mão esquerda, sabendo-se que não só as suas cabeças como também os seus peitos estão desprotegidos? A loriga e o capacete parecem talvez pesados a um peão que se exercite raramente e que também raramente se adestre com as armas; mas a prática quotidiana previne a sobrecarga, ainda que se use um equipamento pesado. Porém, aqueles que não conseguem aguentar o esforço de transportar as antigas armas de defesa, desguarnecidos os corpos ficam destinados não só a serem feridos como a serem mortos, ou, o que é mais grave, a serem capturados ou a traírem o Estado através da fuga. Assim, ao mesmo tempo que recusam os treinos e o trabalho, são liquidados como gado com a máxima desonra.

Por que motivo, com efeito, entre os antigos, o exército de infantaria era chamado de “muro”, a não ser porque as legiões em formação compacta resplandeciam por causa não só dos escudos mas também das catafractas e dos capacetes, a ponto de os arqueiros protegerem os braços esquerdos com braçais e de os peões munidos de escudos serem obrigados a utilizar grevas⁴⁷ de ferro nas pernas direitas, para além das catafractas e dos capacetes? Assim estavam protegidos aqueles que, lutando na primeira linha, eram chamados *principes*, na segunda linha *bastati* e na terceira linha *triarii*⁴⁸. Mas os *triarii* costumavam estar de joelho no chão atrás dos escudos, para não correrem o risco de, permanecendo de pé, serem feridos pelos projecteis que sobrevinham, e também para que, chegado o momento e achando-se repousados, atacassem mais fortemente os inimigos; é sabido que a vitória foi muitas vezes alcançada por eles, após os *bastati* e os que tinham estado na linha da frente terem tombado.

Entre os antigos existiam contudo, no seio da infantaria, os que eram chamados de infantaria ligeira, *funditores* e *ferentarii*, os quais eram colocados principalmente nas alas e pelos quais o início do combate era desencadeado. Estes eram escolhidos entre os mais velozes e mais treinados, e nem sequer eram muitos; caso a necessidade do combate os obrigasse a isso, recuavam e

compulisset, inter principia legionum recipi solebant, ita ut acies immota consisteret.

Usque ad praesentem prope aetatem consuetudo permansit ut omnes milites pilleis, quos Pannonicos vocant, ex pellibus uterentur; quod propterea servabatur ne gravis galea videretur in proelio homini qui gestabat aliquid semper in capite.

Missilibus autem quibus utebatur pedestris exercitus pila vocabantur, ferro subtili trigono praefixa unciarum novem sive pedali, quod in scuto fixum non possit abscidi et lorica scienter ac fortiter directum facile perrumpit. Cuius generis apud nos iam rara sunt tela; barbari autem scutati pedites his praecipue utuntur, quas bebras vocant, et binas etiam ac ternas in proeliis portant.

Sciendum praeterea, cum missilibus agitur, sinistros pedes in ante milites habere debere; ita enim vibrandis spiculis vehementior ictus est. Sed cum ad pilam, ut appellant, venit et manu ad manum gladii pugnatur, tunc dextros pedes in ante milites habere debent, ut et latera eorum subducantur ab hostibus, ne possint vulnus accipere, et proximior dextra sit, quae plagam possit inferre.

Instruendos igitur ac protegendos omni antiquo armorum genere constat esse tirones. Necesse est enim ut dimicandi acriorem sumat audaciam qui munito capite vel pectore non timet vulnus.

XXI. De munitione castrorum:

Castrorum quoque munitionem debet tiro condiscere. Nihil enim neque tam salutare neque tam necessarium invenitur in bello; quippe, si recte constituta sunt castra, ita intra vallum securi milites dies noctesque peragunt, etiam si hostis obsideat, quasi muratam civitatem videantur secum ubique portare. Sed huius rei scientia prorsus intercidit; nemo enim iam diu ductis fossis praefixisque sudibus castra constituit. Sic diurno vel nocturno superventu equitum barbarorum multos exercitus scimus frequenter afflictos. Non solum autem considentes sine castris ista patiuntur, sed cum in acie casu aliquo coeperint cedere munimenta castrorum quo se recipiant non habent et more animalium inulti

costumavam ser recebidos entre as linhas da frente das legiões, de tal forma que a formação de batalha permanecesse firme.

Quase até à presente época, permaneceu o costume de todos os soldados usarem barretes de pele, a que chamam “panónicos”; costume esse que se manteve para que, em combate, o capacete não parecesse pesado ao homem habituado a usar sempre alguma coisa na cabeça.

Além disso, a infantaria usava dardos que eram chamados de *pila*⁴⁹, providos de um fino triângulo de ferro de nove polegadas ou um pé⁵⁰, o qual, espetado num escudo, não podia ser arrancado e que, arremessado com perícia e com força, facilmente penetrava uma loriga. Entre nós, armas de arremesso deste tipo são já raras; mas os peões bárbaros munidos de escudo preferem-nas, chamando-lhes *bebrae*⁵¹, e levam duas ou três para os combates.

Além disso, é sabido que, quando se luta com armas de arremesso, os soldados devem ter o pé esquerdo à frente; com efeito, desta maneira, o impacto dos dardos arremessados é mais forte. Mas quando se chega à fase a que chamam *ad pilam* e se luta corpo-a-corpo com gládios, então os soldados devem ter o pé direito adiantado, para esconder do inimigo os flancos, de modo a não serem feridos, e para que a mão direita, a que cabe infligir o golpe, esteja mais próxima do adversário.

Portanto, é reconhecido que os recrutas devem ser equipados e protegidos por todo o tipo de armas antigas. Na verdade, é forçoso que aquele que, com a cabeça e o peito protegidos, não receia ser ferido, sinta uma coragem redobrada no combate.

XXI. Sobre a construção de acampamentos⁵²:

O recruta também deve aprender bem a construir os acampamentos. Na verdade, nada é considerado tão útil nem tão necessário na guerra; com efeito, se o acampamento foi bem construído, então os soldados passam os dias e as noites tão seguros dentro da paliçada que, ainda que o inimigo os cerque, parecem transportar para toda a parte consigo uma cidade amuralhada. No entanto, o conhecimento desta arte extinguiu-se por completo, pois há já muito tempo que ninguém constrói um acampamento rasgando fossos e cravando estacas. Nós sabemos, por isso, que muitos exércitos foram frequentemente atormentados pela súbita chegada, de dia ou de noite, de cavaleiros bárbaros. Mas eles não sofrem só estes reveses instalando-se sem acampamento fortificado; também quando,

cadunt, nec prius moriundi finis fit quam hostibus voluntas defuerit persequendi.

XXII. In qualibus locis constituenda sint castra:

Castra autem, praesertim hoste vicino, tuto semper facienda sunt loco, ut lignorum et pabuli et aquae suppetat copia, et si diutius commorandum sit loci salubritas eligatur. Cavendum etiam ne mons sit vicinus aut altior locus qui ab adversariis captus possit officere. Considerandum ne torrentibus inundari consueverit campus et hoc casu vim patiatur exercitus.

Pro numero autem militum vel impedimentorum munienda sunt castra, ne maior multitudo constipetur in parvis neve paucitas in latioribus ultra quam oportet cogatur extendi.

XXIII. Quali specie castra delinienda sint:

Interdum autem quadrata, interdum trigona, interdum semirotonda, prout loci qualitas aut necessitas postulaverit, castra facienda sunt. Porta autem quae appellatur praetoria aut orientem spectare debet aut illum locum qui ad hostes respicit, aut si iter agitur illam partem debet attendere ad quam est profecturus exercitus; intra quam primae centuriae, hoc est cohortes, papiliones tendunt et dracones et signa constituunt. Decumana autem porta quae appellatur post praetorium est, per quam delinquentes milites educuntur ad poenam.

XXIII. Quo genere munienda sint castra:

Castrorum autem diversa triplexque munitio est. Nam si nimia necessitas non premit, caespites circumciduntur e terra et ex his velut murus instruitur, altus tribus pedibus supra terram, ita ut in ante sit fossa de qua levati sunt caespites; deinde tumultuaria fossa fit lata pedes novem, alta pedes septem. Sed ubi vis acrior imminet hostium, tunc legitima fossa ambitum convenit munire castrorum, ita ut duodecim

por um motivo qualquer, começam a recuar da linha de batalha sem terem a protecção de um acampamento fortificado para onde possam retirar, eles caem como animais, sem possibilidade de desforra, e o fim da matança só acontece quando falta aos inimigos a vontade para continuar a perseguir-los.

XXII. Em que locais devem ser construídos os acampamentos:

Ora, os acampamentos devem ser sempre montados num local seguro, especialmente quando o inimigo está por perto, e de modo a que haja sempre lenha, pastos e água à disposição; se tiver de se permanecer durante mais tempo, deve escolher-se um local salubre. Deve ainda evitar-se que haja um monte por perto, ou um local mais alto que, capturado pelos adversários, possa ser prejudicial. Deve acautelar-se que o terreno não seja inundado por torrentes e, se for esse o caso, que o exército não sofra com essa circunstância.

Mas os acampamentos devem ser construídos na proporção do número de soldados e de bagagens para que uma grande multidão não se acumule num pequeno espaço ou para que um pequeno número de soldados não seja obrigado a espalhar-se mais do que convém ao ocupar um grande espaço.

XXIII. De que forma os acampamentos devem ser delineados:

Entretanto, os acampamentos devem fazer-se, ora quadrados, ora triangulares, ora semi-circulares, conforme a natureza ou as exigências do lugar determinarem. Mas a porta que é chamada *praetoria* deve estar voltada para oriente ou para aquele lugar onde se encontram os inimigos; ou ainda, se se está em marcha, deve estar voltada na direcção à qual o exército há-de avançar; do lado de dentro desta porta, as primeiras centúrias, isto é as coortes, montam as tendas e colocam os dragões e as insígnias. E a porta que é chamada *decumana* e pela qual os soldados faltosos são levados para o castigo fica atrás do pretório.

XXIV. De que forma devem ser fortificados os acampamentos:

Além disso, a fortificação dos acampamentos comporta três formas diferentes. Na verdade, se não existe um risco premente, são arrancados torrões da terra e com eles é erguido como que um muro com a altura de três pés⁵³ acima do solo, de modo a que, à sua frente, fique o fosso do qual foi extraída a terra; em seguida, dá-se à vala improvisada uma largura de nove pés e uma profundidade de sete pés⁵⁴. Mas quando uma força mais aguerrida dos inimigos se aproxima,

pedes lata sit et alta sub linea, sicut appellant, pedes novem; supra autem saepibus hinc inde factis quae de fossa egesta fuerit terra congeritur et crescit in altum quattuor pedes. Sic fit ut sit tredecim pedibus alta et duodecim lata; supra quam sudes de lignis fortissimis, quas milites portare consueverant, praefiguntur. Ad quod opus ligones rastra qualos aliaque utensilium genera habere convenit semper in promptu.

XXV. Quemadmodum munienda sint castra cum hostis immineat:

Sed facile est absentibus adversariis castra munire, verum si hostis incumbat tunc omnes equites et media pars peditum ad propulsandum impetum ordinantur in acie, reliqui post ipsos ductis fossis muniunt castra, et per praeconem indicatur quae centuria prima, quae secunda, quae tertia, opus omne compleverit. Post hoc a centurionibus fossa inspicitur ac mensuratur et vindicatur in eos qui negligentius fuerint operati. Ad hunc ergo usum instituendus est tiro, ut cum necessitas postulaverit sine perturbatione et celeriter et caute possit castra munire.

XXVI. Quemadmodum exerceantur tirones ut in acie ordines et intervalla custodiant:

Nihil magis prodesse constat in pugna quam ut assiduo exercitio milites in acie dispositos ordines servent, necubi contra quam expedit aut conglobent agmen aut laxent. Nam ut constipati perdunt spatia pugnandi et sibi invicem impedimento sunt, ita rariores atque interlucentes aditum perrumpendi hostibus praestant; necesse est autem statim metu universa confundi si intercisa acie ad dimicantium terga hostis accesserit. Producendi ergo tirones sunt semper ad campum et secundum matriculae ordinem in aciem dirigendi, ita ut primo simplex extensa sit acies, ne quos sinus, ne quas habeat curvaturas, ut aequali legitimoque spatio miles distet a milite. Tunc praeciendum ut subito duplicent aciem, ita ut in ipso impetu is ad quem respondere solent ordo servetur. Tertio

então convém fortificar o perímetro do acampamento com um verdadeiro fosso, de modo a que tenha uma largura de doze pés e uma profundidade de nove pés “abaixo da linha”, tal como dizem⁵⁵; mas, em cima, a terra extraída do fosso é amontoada de um lado e do outro, formando uma parede com mais quatro pés de altura. Daqui resulta que o fosso fique com uma altura total de treze pés e uma largura de doze⁵⁶; ao cimo, são cravadas estacas de madeira muito fortes que os soldados costumam transportar. Para esta obra, convém ter sempre a postos enxadas, ancinhos, cestos e outros géneros de utensílios.

XXV. De que maneira devem ser fortificados os acampamentos quando o inimigo está por perto:

É fácil fortificar acampamentos na ausência dos adversários; contudo, se o inimigo ameaça, então todos os cavaleiros e metade dos peões são dispostos em linha de batalha para repelir o ataque, e os restantes, atrás daqueles, fortificam o acampamento por meio da escavação de fossos. E é anunciado por um arauto que centúria terminou todo o trabalho em primeiro lugar, em segundo e em terceiro. Depois disto, o fosso é inspeccionado e medido pelos centuriões e são castigados aqueles que tiverem trabalhado de uma forma mais negligente. Portanto, o recruta deve ser instruído nesta prática para que, quando a necessidade o exigir, possa fortificar o acampamento sem perturbação, não só rápida mas também prudentemente.

XXVI. De que modo devem ser treinados os recrutas de forma a preservar os alinhamentos e os espaçamentos na formação de batalha:

É sabido que nada é mais útil em combate do que os soldados conservarem, por meio de um treino regular, as suas fileiras na formação de batalha para que em nenhuma parte se amontoem ou se dispersem, contrariamente aquilo que é vantajoso. Pois estando apertados, eles ficam sem espaço para combater e são um estorvo uns para os outros; e, quando mais espaçados e intervalados, oferecem aos inimigos a possibilidade de abrir uma brecha; ora, é forçoso que tudo se deixe perturbar imediatamente pelo medo se, rompida a formação, o inimigo se aproximar das costas dos combatentes. Portanto, os recrutas devem ser regularmente levados para o campo de treinos e devem ser dispostos em formação de batalha segundo a ordem de incorporação de modo a que, em primeiro lugar, a linha seja única e alongada e a que não tenha nenhuma saliências nem

praeciendum ut quadratam aciem repente constituent, quo facto in trigonum, quem cuneum vocant, acies ipsa mutanda est; quae ordinatio plurimum prodesse consuevit in bello. Iubetur etiam ut instruant orbis, quo genere, cum vis hostium interruperit aciem, resisti ab exercitatis militibus consuevit, ne omnis multitudo fundatur in fugam et grave discrimen immineat. Haec si iuniores assidua meditatione perceperint facilius in ipsa dimicatione servabunt.

XXVII. Quantum spatium ire vel redire debeant vel quotiens in mense exerceri cum educuntur milites ambulatum:

Praeterea et vetus consuetudo permansit et divi Augusti atque Adriani constitutionibus praecavetur ut ter in mense tam equites quam pedites educantur ambulatum; hoc enim verbo hoc exercitii genus nominant. Decem milia passuum armati instructique omnibus telis pedites militari gradu ire ac redire iuebantur in castra, ita ut aliquam itineris partem cursu alacriore conficerent. Equites quoque divisi per turmas armatique similiter tantum itineris peragebant, ita ut ad equestrem meditationem interdum sequantur, interdum cedant et recursu quodam impetus reparent. Non solum autem in campis sed etiam in clivosis et arduis locis et descendere et ascendere utraque acies cogebatur, ut nulla res vel casu prorsus pugnantibus posset accidere quam non ante boni milites assidua exercitatione didicissent.

XXVIII. De adhortatione rei militaris romanaeque virtutis:

Haec fidei ac devotionis intuitu, imperator invicte, de universis auctoribus qui rei militaris disciplinam litteris mandaverunt in hunc libellum enucleata connessi, ut in dilectu atque exercitatione tironum si quis diligens velit existere ad antiquae virtutis imitationem facile corroborare possit exercitum. Neque enim degeneravit in hominibus Martius calor nec effetae sunt terrae quae Lacedaemonios, quae

curvas para que assim um soldado diste de outro um espaço idêntico e regular. Depois disso, ordena-se subitamente que eles dobrem a linha, de tal modo que a ordem que costumam assegurar seja mantida no combate real. Em terceiro lugar, ordena-se que constituam repentinamente uma formação em rectângulo⁵⁷, posto o que a linha deve ser transformada num triângulo, a que chamam “cunha”⁵⁸; esta formação costuma ser muito útil na guerra. Ordena-se ainda que formem círculos, por meio dos quais, quando a força dos inimigos rompe a formação, os soldados experientes costumam resistir, evitando que o grosso do exército se ponha em fuga e incorra num grave perigo. Se os recrutas aprenderem estes movimentos por meio de um exercício regular, aplicá-los-ão mais facilmente no combate real.

XXVII. Que distância devem percorrer, na ida e na volta, e quantas vezes por mês devem ser treinados os soldados quando são levados para marchar:

Além disso, não só permaneceu o antigo costume como é determinado pelas constituições do divino Augusto e de Adriano que, três vezes por mês, quer cavaleiros quer peões sejam levados para marchar; na verdade, designam este tipo de exercício pela palavra “ambulatium”. Ordena-se que os soldados de infantaria, armados e equipados com todo o tipo de armas, marchem dez mil passos⁵⁹ e que, depois, regressem ao acampamento de tal forma que façam uma parte do percurso em passo de corrida, mais vivo. Também os cavaleiros, divididos em turmas e armados, percorriam a mesma distância, de maneira a, num exercício equestre, ora avançarem ora recuarem e a, numa manobra inversa, retomarem a carga. Contudo, ambas as formações eram obrigadas a avançar e a recuar, tanto em terrenos planos como em lugares íngremes e difíceis, para que nem por obra do acaso os combatentes tivessem de enfrentar uma situação que, por meio de um treino frequente, os bons soldados não tivessem aprendido antes.

XXVIII. Sobre a exortação da arte militar e da coragem romanas:

Eu compilei a sùmula disto tudo neste livrinho com fidelidade e dedicação, ó Imperador Invicto, a partir de todos os autores que reduziram a escrito a ciência da arte militar para que, se alguém quiser mostrar-se diligente na selecção e no treino dos recrutas, possa facilmente reforçar o exército pela imitação das antigas virtudes. Na verdade, nem o ardor de Marte arrefeceu nos homens, nem as terras que geraram Lacedemónios, Atenienses, Mársios, Samnitas, Pelignos e até os

Athenienses, quae Marsos, quae Samnites, quae Paelignos, quae ipsos progenuere Romanos. Nonne Epiri armis plurimum aliquando valuerunt? Nonne Macedones ac Thessali superatis Persis usque ad Indiam bellando penetrarunt? Dacos autem et Moesos et Thracas in tantum bellicosos semper fuisse manifestum est ut ipsum Martem fabulae apud eos natum esse confirmet. Longum est si universarum provinciarum vires enumerare contendam, cum omnes in Romani imperii ditione consistant. Sed longae securitas pacis homines partim ad delectationem otii, partim ad civilia transduxit officia. Ita cura exercitii militaris primo negligentius agi, postea dissimulari, ad postremum olim in oblivionem perducta cognoscitur. Nec aliquis hoc superiore aetate accidisse miretur, cum post primum Punicum bellum viginti et quod excurrit annorum pax ita Romanos illos ubique victores otio et armorum desuetudine enervaverit ut secundo Punico bello Hannibali pares esse non possent. Tot itaque consulibus, tot ducibus, tot exercitibus amissis, tunc demum ad victoriam pervenerunt cum usum exercitiumque militare condiscere potuerunt. Semper ergo legendi et exercendi sunt iuniores. Vilius enim constat erudire armis suos quam alienos mercede conducere.

próprios Romanos se esgotaram. Então os Epirotas não valeram outrora muito pelas armas? Então os Macedónios e os Tessálios, vencidos os Persas, não avançaram até à Índia combatendo? É manifesto que Dácios, Mésios e Trácios sempre foram altamente belicosos de tal forma que as lendas afirmam que o próprio Marte nasceu entre eles. Seria fastidioso eu pretender enumerar as capacidades militares de todas as províncias, uma vez que todas elas se acham reunidas sob o domínio do Império Romano. Mas a segurança proporcionada por um longo período de paz conduziu os homens, em parte, ao prazer do ócio e, em parte, às carreiras civis. Assim, o cuidado com o treino militar foi, em primeiro lugar, encarado de uma forma mais negligente, depois abandonado, e, por último, há muito tempo que caiu no esquecimento, conforme se sabe. E que ninguém se admire que isto tenha acontecido na época precedente, sabendo-se que, depois da Primeira Guerra Púnica, se seguiu uma paz de mais de vinte anos, que adormeceu pelo ócio e pela desabitução das armas os Romanos que tinham vencido em toda a parte, de tal forma que, durante a Segunda Guerra Púnica, eles não puderam estar à altura de Aníbal⁶⁰. E assim, depois de tantos cônsules, de tantos generais e de tantos exércitos perdidos, só alcançaram de novo a vitória quando conseguiram aprender a prática e o treino militares. Por isso, os recrutas devem ser sempre seleccionados e treinados. Na verdade, sabe-se que é mais barato treinar os seus soldados nas armas do que contratar estrangeiros a soldo.

INCIPIUNT CAPITULA LIBRI SECUNDI

- I. In quot genera dividatur res militaris
- II. Quid inter legiones et auxilia intersit
- III. Quae causa exhauriri fecerit legiones
- IIII. Quotenas legiones antiqui ad bellum duxerint
- V. Quemadmodum legio constituatur
- VI. Quot cohortes in una sint legione, item quot milites in una cohorte sint
- VII. Nomina et gradus principiorum legionis
- VIII. Nomina eorum qui antiquos ordines duxerunt
- VIIII. De officio praefecti legionis
- X. De officio praefecti castrorum
- XI. De officio praefecti fabrorum
- XII. De officio tribuni militum
- XIII. De centuriis atque vexillis peditum
- XIIII. De turmis equitum legionariorum
- XV. Quemadmodum legionum acies instruuntur
- XVI. Quemadmodum triarii vel centuriones armentur
- XVII. Commissa pugna gravem armaturam stare pro muro

- XVIII. Nomina militum et gradus in scutis eorum aversis scribenda

- XVIIII. Praeter corporis robur notarum vel computandi artem in tironibus eligendam
- XX. Donativi partem dimidiam debent apud signa milites sequestrare servandam
- XXI. In legione ita fieri promotiones ut per omnes cohortes transeant qui promoventur
- XXII. Quid inter tubicines et cornicines et classicum intersit
- XXIII. De exercitatione militum

COMEÇAM OS CAPÍTULOS DO LIVROS SEGUNDO

- I. Em quantos ramos se divide a arte militar.
- II. Qual a diferença entre legiões e tropas auxiliares.
- III. Qual a causa da decadência das legiões.
- IV. Quantas legiões é que os antigos levavam para a guerra.
- V. Como é constituída uma legião.
- VI. Quantas coortes há numa legião e quantos soldados há numa coorte.
- VII. Títulos e graus dos oficiais de uma legião.
- VIII. Títulos daqueles que comandavam as antigas centúrias.
- IX. Sobre o cargo do prefeito da legião.
- X. Sobre o cargo do prefeito do acampamento.
- XI. Sobre o cargo do prefeito dos engenheiros.
- XII. Sobre o cargo do tribuno dos soldados.
- XIII. Sobre as centúrias e as insígnias da infantaria.
- XIV. Sobre as turmas de cavaleiros das legiões.
- XV. Como se dispõe a legião em linha de batalha.
- XVI. Como são armados os *triarii* e os centuriões.
- XVII. Iniciado o combate, a infantaria pesada apresenta-se como se fosse um muro.
- XVIII. Os nomes e os graus dos soldados devem ser escritos na parte interior dos escudos.
- XIX. Além da robustez física, deve ter-se em conta, na escolha dos recrutas, a aptidão para contar e para fazer anotações por escrito.
- XX. Os soldados devem depositar junto das insígnias metade do seu soldo como poupança.
- XXI. Na legião, as promoções são feitas de forma a que os que são promovidos transitem por todas as coortes.
- XXII. Qual é a diferença entre tocadores de *tuba*, de *cornu* e de *classicum*.
- XXIII. Sobre o treino dos soldados.

XXIII. Exempla adhortationum exercitii militaris de aliis artibus tracta
XXV. Enumeratio ferramentorum vel machinarum legionis

Instituta maiorum partis armatae plenissime clementiam vestram peritissimeque retinere continuis declaratur victoriis ac triumphis, siquidem indubitata adprobatio artis sit rerum semper effectus. Verum tranquillitas tua, imperator invicte, altiore consilio quam mens poterat terrena concipere ex libris antiqua desiderat, cum ipsam antiquitatem factis recentibus antecedit. Igitur cum haec litteris breviter comprehendere maiestati vestrae non tam discenda quam recognoscenda praeciperer, certavit saepius devotio cum pudore. Quid enim audacius quam domino ac principi generis humani, domitori omnium gentium barbararum, aliquid de usu ac disciplina insinuare bellorum, nisi forte quod ipse iussisset fieri, quod ipse gessisset? Et rursus tanti imperatoris non oboedire praeceptis plenum sacrilegii videbatur atque periculi. Miro itaque more in parendo audax factus sum dum metuo videri audacior si negassem. Ad quam temeritatem praecedens me indulgentiae vestrae perennitas animavit. Nam libellum de dilectu atque exercitio tironum dudum tamquam famulus optuli, non tamen culpatus abscessi; nec formido iussum adgredi opus cum spontaneum cessit inpune.

I. In quot genera dividatur res militaris:

Res igitur militaris, sicut Latinorum egregius auctor carminis sui testatur exordio, armis constat et viris. Haec in tres dividitur partes, equites pedites classem. Equitum alae dicuntur ab eo quod ad similitudinem alarum ab utraque parte protegant acies; quae nunc vexillationes vocantur a velo, quia velis, hoc est flammulis, utuntur. Est et aliud genus equitum qui legionarii vocantur propterea quod conexi sunt legioni; ad quorum exemplum ocreati sunt equites instituti. Classis item duo genera sunt, unum liburnarum, aliud lusoriarum. Equitibus campi, classibus maria

XXIV. Exemplos de incentivo ao exercício militar retirados de outras artes.

XXV. Enumeração de ferramentas e máquinas da legião.

Revelou-se por sucessivas vitórias e triunfos que Vossa Clemência conserva de uma forma muito completa e muito hábil os ensinamentos dos antepassados sobre a arte militar, se é que, na verdade, o resultado dos acontecimentos é sempre uma comprovação irrefutável da sabedoria. Na verdade, Vossa Serenidade, ó Imperador Invicto, deseja ensinamentos antigos dos livros com uma vontade mais forte do que uma mente terrena pode conceber, uma vez que ela ultrapassa a própria antiguidade por feitos recentes. Portanto, como me fosse ordenado resumir o mais possível por escrito, para Vossa Majestade, certos assuntos, não tanto para os ensinar como para os lembrar, a dedicação entrou muitas vezes em conflito com a timidez. Na verdade, o que é que há de mais audacioso do que fazer saber ao Senhor e Príncipe da raça humana, vencedor de todas as nações dos bárbaros, algo acerca da prática e da matéria das guerras, a não ser porque ele próprio tivesse ordenado que se fizesse aquilo que ele mesmo já tinha feito? E, por outro lado, parecia cheio de sacrilégio e de perigo não obedecer às ordens de tão grande imperador. E assim, de uma forma surpreendente, eu tornei-me audaz ao obedecer, receando parecer ainda mais audaz ao recusar. A esta temeridade moveu-me a precedente constância da Vossa indulgência. Pois eu, como um modesto servidor, apresentei recentemente um livrinho acerca do recrutamento e do treino dos mancebos, e, apesar disso, escapei sem censura; não receio, por isso, cumprir a ordem de empreender uma obra que, quando era espontânea, surgiu sem punição.

I. Em quantos ramos se divide a arte militar:

A arte militar, tal como afirma o notável escritor latino no início do seu poema⁶¹, consiste em armas e em homens. Ela está dividida em três partes: cavalaria, infantaria e marinha. As alas dos cavaleiros são assim chamadas porque, à semelhança de asas, protegem as linhas de batalha de um e do outro lado; chama-se-lhes agora *vexillationes* a partir de *velum* porque usam estandartes⁶², isto é, flâmulas. Existe ainda um outro gênero de cavaleiros, chamados legionários porque estão associados à legião, a exemplo dos quais foram instituídos os cavaleiros guarnecidos de grevas⁶³. Há igualmente dois tipos de marinha: uma,

vel flumina, peditibus colles, urbes, plana et abrupta servantur. Ex quo intellegitur magis rei publicae necessarios pedites, qui possunt ubique prodesse; et maior numerus militum sumptu et expensa minore nutritur.

Exercitus ex re ipsa atque opere exercitii nomen accepit, ut ei numquam liceret oblivisci quod vocabatur.

Verum ipsi pedites in duas divisi sunt partes, hoc est in auxilia et legiones. Sed auxilia a sociis vel foederatis gentibus mittebantur; Romana autem virtus praecipue in legionum ordinatione praepollet. Legio autem ab eligendo appellata est, quod vocabulum eorum desiderat fidem atque diligentiam qui milites probant. In auxiliis minor, in legionibus longe amplior consuevit militum numerus adscribi.

II. Quid inter legiones et auxilia intersit:

Denique Macedones Graeci Dardani phalanges habuerunt, ut in una phalange armatorum octo milia censerentur. Galli atque Celtiberi pluresque barbarae nationes catervis utebantur in proelio, in quibus erant sena milia armatorum. Romani legiones habent, in quibus singulis sena milia, interdum amplius, militare consuerunt.

Quid autem inter legiones et auxilia interesse videatur expediam. Auxiliares cum ducuntur ad proelium, ex diversis locis, ex diversis numeris venientes nec disciplina inter se nec notitia nec affectione consentiunt; alia instituta, alius inter eos est usus armorum. Necesse est autem tardius ad victoriam pervenire qui discrepant antequam dimicent. Denique, cum in expeditionibus plurimum prosit omnes milites unius praecepti significatione converti, non possunt aequaliter iussa complere qui ante pariter non fuerunt. Tamen haec ipsa si sollemnibus diversisque exercitiis prope cotidie roborentur non mediocriter iuvant. Nam legionibus semper auxilia tamquam levis armatura in acie iungebantur, ut in his proeliandi magis adminiculum esset quam principale subsidium. Legio autem propriis cohortibus plena cum gravem armaturam, hoc est principes hastatos triarios antesignanans, item levem armaturam, hoc est

de liburnas⁶⁴, a outra, de navios ligeiros⁶⁵. As planícies são guardadas pelos cavaleiros, os mares e os rios pelas frotas, os montes, as cidades e os locais planos e escarpados pelos peões. De onde se depreende que os mais necessários ao Estado são os peões, que podem ser úteis em todo o lado; e, com efeito, um maior número deste tipo de soldados é sustentado por um encargo e uma despesa menores.

O exército recebeu o seu nome da própria palavra e do acto do “exercício” para que nunca lhe fosse permitido esquecer porque se chamava assim.

Os próprios peões foram divididos em duas partes, isto é em tropas auxiliares e legiões. As tropas auxiliares eram supridas pelos aliados e pelos povos federados; contudo, na organização das legiões, predomina a força romana. A legião é assim chamada a partir da palavra “eleger”, porque esta designação exige a boa fé e o zelo daqueles que aprovam os soldados. Costumava atribuir-se um número menor de soldados às tropas auxiliares e um outro, bem maior, às legiões.

II. Qual a diferença entre legiões e tropas auxiliares:

Os Macedónios, os Gregos e também os Dárdanos⁶⁶ tiveram falanges, de modo que numa falange se contavam oito mil homens armados. Os Gauleses e os Celtiberos e numerosas nações bárbaras utilizavam hordas em combate, nas quais havia seis mil homens armados. Os Romanos têm legiões, em cada uma das quais costumam combater seis mil homens, por vezes mais.

Vou explicar o que diferencia as legiões das tropas auxiliares. Quando são conduzidas para o combate, as tropas auxiliares, vindas de diversos lugares e de diversas unidades, não partilham entre si nem a disciplina, nem o conhecimento pessoal, nem a maneira de ser; entre elas, os hábitos e o uso das armas são diferentes. Ora, forçoso é que alcancem mais tarde a vitória aqueles que não estão de acordo antes de combater. Em suma, uma vez que é muito útil nas campanhas que todos os soldados se movimentem segundo indicação de um só comando, não podem cumprir ordens uniformemente aqueles que anteriormente não estiveram juntos. Contudo, estas mesmas tropas podem ser uma boa ajuda se se fortalecerem quase todos os dias por meio dos habituais e diversificados exercícios. Com efeito, as tropas auxiliares eram sempre associadas às legiões na linha de batalha, como uma infantaria ligeira, de tal forma que, junto daquelas, eram mais um apoio ao combate do que as principais tropas de reserva. Mas quando a legião se

ferentarios sagittarios funditores ballistarios, cum proprios et sibi insitos equites legionarios hisdem matriculis teneat, cum uno animo parique consensu castra muniat, aciem instruat, proelium gerat, ex omni parte perfecta, nullo extrinsecus indigens adiumento, quantamlibet hostium multitudinem superare consuevit. Documentum est magnitudo Romana, quae semper cum legionibus dimicans tantum hostium vicit quantum vel ipsa voluit vel rerum natura permisit.

III. Quae causa exhauriri fecerit legiones:

Legionum nomen in exercitu permanet hodieque, sed per negligentiam superiorum temporum robur infractum est, cum virtutis praemia occuparet ambitio et per gratiam promoverentur milites, qui promoveri consueverant per laborem. Deinde contubernalibus completis stipendiis per testimoniales ex more dimissis non sunt alii substituti. Praeterea necesse est aliquantos morbo debilitari atque dimitti, aliquantos deserere vel diversis casibus interire, ut nisi annis singulis, immo singulis paene mensibus, in recedentium locum iuniorum turba succedat, quamvis copiosus exhauriatur exercitus. Est et alia causa cur attenuatae sint legiones: magnus in illis labor est militandi, graviora arma, plura munera, severior disciplina. Quod vitantes plerique in auxiliis festinant militiae sacramenta percipere, ubi et minor sudor et maturiora sunt praemia.

Cato ille Maior, cum et armis invictus esset et consul exercitus saepe duxisset, plus rei publicae credidit profuturum si disciplinam militarem conferret in litteras; nam unius aetatis sunt quae fortiter fiunt, quae vero pro utilitate rei publicae scribuntur aeterna sunt. Idem fecerunt alii complures, sed praecipue Frontinus, divo Traiano ab eiusmodi comprobatus industria. Horum instituta, horum praecepta, in quantum valeo, strictim fideliterque signabo. Nam cum easdem expensas faciat et diligenter et neglegenter exercitus ordinatus, non solum praesentibus

encontra preenchida com as suas próprias coortes, com infantaria pesada (isto é os *principes*, os *hastati*, os *triarii* e os *antesignani*) e com infantaria ligeira (isto é os *ferentarii*, os *sagittarii*, os *funditores* e os *ballistarii*)⁶⁷, e, por fim, quando tem também cavaleiros legionários próprios integrados nos mesmos arrolamentos, se fortificar o acampamento com um só espírito e de comum acordo, se dispuser o exército em linha de batalha e se travar combate, sendo perfeita em todos os aspectos e não tendo necessidade de nenhuma ajuda de fora, a legião costuma vencer qualquer número de inimigos. A prova disto é a grandeza do Estado romano, o qual, combatendo sempre com legiões, venceu tantos inimigos quantos quis, ou quantos a natureza das situações o permitiu.

III. Qual a causa da decadência das legiões:

O nome de “legião” subsiste no exército ainda hoje, mas a solidez dos tempos passados foi minada pela negligência, visto que a ambição ocupou o lugar da recompensa do mérito e foram promovidos pelo favor os soldados que costumavam ser promovidos pelo esforço. Por outro lado, completado o serviço militar pelos soldados e licenciados estes por meio de certificados, segundo era costume, não foram substituídos por outros⁶⁸. Além disso, forçoso é que alguns se encontrem debilitados pela doença e sejam desmobilizados, que alguns desertem ou morram de diversos males, de tal forma que o exército, ainda que numeroso, definha, a não ser que uma grande quantidade de recrutas entre para o lugar dos que foram saindo todos os anos e até quase todos os meses⁶⁹. Existe ainda uma outra causa para o enfraquecimento das legiões: nelas, o esforço do serviço militar é grande, as armas são mais pesadas, as tarefas são em maior número e a disciplina é mais severa. Para evitar isto, muitos acorrem a prestar o juramento nas tropas auxiliares, onde não só o suor é menor mas onde também as recompensas chegam mais depressa.

O grande Catão-o-Antigo, que não era apenas invicto pelas armas mas que tinha também chefiado muitas vezes os exércitos como cônsul, acreditou que seria mais útil ao Estado se ele resumisse por escrito a arte militar; na verdade, pertencem a uma única época as acções que são praticadas corajosamente, mas aquilo que é escrito em proveito do Estado torna-se eterno. O mesmo fizeram muitos outros, mas principalmente Frontino, reconhecido pelo divino Trajano pelo seu labor nesta matéria⁷⁰. Apresentarei sucinta e fielmente, na medida que me for possível, os ensinamentos e preceitos deles. Pois uma vez que um exército organizado,

sed etiam futuris saeculis proficit si provisione maiestatis tuae, imperator Auguste, et fortissima dispositio reparetur armorum et emendetur dissimulatio praecedentum.

III. Quotenas legiones antiqui ad bellum duxerint:

In omnibus auctoribus invenitur singulos consules adversum hostes copiosissimos non amplius quam binas duxisse legiones additis auxiliis sociorum; tanta in illis erat exercitatio, tanta fiducia, ut cuivis bello duae legiones crederentur posse sufficere. Quapropter ordinationem legionis antiquae secundum normam militaris iuris exponam. Quae descriptio si obscurior aut impolitior videbitur, non mihi sed difficultati ipsius rei convenit imputari. Attento itaque animo saepius relegenda sunt, ut memoria intellegentiaque valeant comprehendi. Necesse est enim invictam esse rem publicam cuius imperator militari arte percepta quantos voluerit facit exercitus bellicosos.

V. Quemadmodum legio constituatur:

Diligenter igitur lectis iunioribus animis corporibusque praestantibus, additis etiam exercitiis cotidianis quattuor vel eo amplius mensum, iussu auspiciisque invictissimi principis legio formatur. Nam victuris incute punctis milites scripti, cum matriculis inseruntur, iurare solent, et ideo militiae sacramenta dicuntur. Iurant autem per Deum et Christum et Sanctum Spiritum et per maiestatem imperatoris, quae secundum Deum generi humano diligenda est et colenda. Nam imperator cum Augusti nomen accepit, tamquam praesenti et corporali Deo fidelis est praestanda devotio et impendendus pervigil famulatus; Deo enim vel privatus vel militans servit cum fideliter eum diligit qui Deo regnat auctore. Iurant autem milites omnia se strenue facturos quae praeceperit imperator, numquam deserturos militiam nec mortem recusaturos pro Romana re publica.

seja cuidadosa seja negligentemente, tem as mesmas despesas, é útil não só para os tempos presentes como para os tempos futuros se, por providência de Vossa Majestade, ó Imperador Augusto, não apenas uma organização bem sólida das armas for restaurada, mas também se se corrigir o desleixo dos antecessores.

IV. Quantas legiões é que os antigos levavam para a guerra:

Em todos os autores se lê que cada um dos cônsules conduzia contra inimigos numerosíssimos não mais do que duas legiões mais as tropas auxiliares dos aliados; tão grande era o treino entre eles, tal era a confiança, que se acreditava que duas legiões podiam ser suficientes para qualquer guerra⁷¹. Assim, apresentarei a organização da legião antiga segundo as normas do direito militar. Se esta descrição parecer bastante obscura ou grosseira, convém que isso seja atribuído, não a mim, mas à dificuldade do próprio tema. E, assim, estes assuntos devem ser relidos várias vezes com o espírito atento para que possam ser assimilados por meio da memória e da inteligência. Forçoso é, na verdade, que o Estado cujo imperador, conhecedor da arte militar, faz quantos exércitos aguerridos quiser, permaneça invencível.

V. Como é constituída uma legião:

Portanto, escolhidos cuidadosamente recrutas superiores em espírito e em corpo, e acrescentados ainda exercícios diários por quatro ou até mais meses, a legião é constituída por ordem e sob os auspícios do príncipe muito invicto. Com efeito, os soldados, marcados na pele com picadas de forma duradoura, quando são inseridos nos registos, costumam prestar juramentos que, por esse motivo, são chamados “sacramentos” do serviço militar⁷². Também juram por Deus, por Cristo e pelo Espírito Santo e pela majestade do imperador, a qual, a seguir a Deus, deve ser estimada e honrada pelo género humano. Pois como o imperador recebeu o nome de “Augusto”, deve ser-lhe prestada uma devoção fiel e deve ser-lhe consagrada uma submissão sem limites, tal qual a Deus, presente e corpóreo; com efeito, quer o particular, quer o militar servem a Deus quando estimam fielmente aquele que reina com a autoridade de Deus⁷³. Os soldados também juram que farão esforçadamente tudo o que o imperador ordenar, que nunca desertarão do exército, e que não recusarão a morte em benefício do Estado romano.

VI. Quot cohortes in una sint legione, item quot milites in una cohorte sint:

Sciendum autem est in una legione decem cohortes esse debere. Sed prima cohors reliquas et numero militum et dignitate praecedit. Nam genere atque institutione litterarum viros electissimos quaerit. Haec enim suscipit aquilam, quod praecipuum signum in Romano est semper exercitu et totius legionis insigne; haec imagines imperatorum, hoc est divina et praesentia signa, veneratur. Habet pedites mille centum quinque, equites loricanos centum triginta duos, et appellatur cohors miliaria. Haec caput est legionis; ab hac, cum pugnandum est, prima acies incipit ordinari. Secunda cohors habet pedites quingentos quinquaginta quinque, equites sexaginta sex, et appellatur cohors quingentaria. Tertia cohors similiter habet pedites quingentos quinquaginta quinque, equites sexaginta sex, sed in hac cohorte tertia validiores probari moris est, quia in media acie consistit. Cohors quarta habet pedites quingentos quinquaginta quinque, equites sexaginta sex. Cohors quinta habet pedites quingentos quinquaginta quinque, equites sexaginta sex; sed et quinta cohors strenuos desiderat milites, quia sicut prima in dextro ita quinta in sinistro ponitur cornu. Hae quinque cohortes in prima acie ordinantur. Sexta cohors habet pedites quingentos quinquaginta quinque, equites sexaginta sex; in ipsa quoque enucleati ascribendi sunt iuniores, quia in secunda acie post aquilam et imagines cohors sexta consistit. Cohors septima habet pedites quingentos quinquaginta quinque, equites sexaginta sex. Cohors octava habet pedites quingentos quinquaginta quinque, equites sexaginta sex; sed et ipsa animosos desiderat viros, quia in secunda acie consistit in medio. Cohors nona habet pedites quingentos quinquaginta quinque, equites sexaginta sex. Cohors decima habet pedites quingentos quinquaginta quinque, equites sexaginta sex; et ipsa bonos consuevit accipere bellatores, quia in secunda acie sinistrum possidet cornum.

His decem cohortibus legio plena fundatur, quae habet pedites sex milia centum, equites septingentos triginta. Minor itaque numerus armatorum in una legione esse non debet; maior autem interdum esse consuevit si non tantum unam cohortem sed etiam alias miliarias fuerit iussa suscipere.

VI. Quantas coortes há numa legião e quantos soldados há numa coorte:

É sabido que numa legião devem existir dez coortes. Mas a primeira coorte precede, quer em número de soldados quer em prestígio, as restantes. Na verdade, ela procura os homens mais excelentes quanto ao nascimento e quanto à instrução literária. Com efeito, esta primeira coorte toma a seu cargo a águia, que é sempre a principal e mais importante insígnia no exército romano e em toda a legião; esta coorte venera as imagens dos imperadores, isto é, as insígnias divinas e favoráveis⁷⁴. Ela tem 1105 soldados de infantaria, 132 cavaleiros couraçados e chama-se coorte *miliaria*. Esta é a cabeça da legião; é a partir dela, quando chega o momento de combater, que a primeira linha começa a ser organizada. A segunda coorte tem 555 soldados de infantaria e 66 cavaleiros, e chama-se coorte *quingentaria*. A terceira coorte tem igualmente 555 soldados de infantaria e 66 cavaleiros, mas nesta terceira coorte é costume admitir os mais fortes, porque ela toma posição no meio da linha. A quarta coorte tem 555 soldados de infantaria e 66 cavaleiros. A quinta coorte tem 555 soldados de infantaria e 66 cavaleiros, mas também ela requer soldados corajosos, porque, tal como a primeira coorte, é colocada na ala direita, assim a quinta coorte o é na ala esquerda. Estas cinco coortes são ordenadas na primeira linha. A sexta coorte tem 555 soldados de infantaria e 66 cavaleiros; também nela devem ser integrados recrutas capazes, porque esta sexta coorte toma posição na segunda linha, atrás da águia e das imagens. A sétima coorte tem 555 soldados de infantaria e 66 cavaleiros. A oitava coorte tem 555 soldados de infantaria e 66 cavaleiros e também ela requer homens corajosos, porque toma posição no centro da segunda linha. A nona coorte tem 555 soldados de infantaria e 66 cavaleiros. A décima coorte tem 555 soldados de infantaria e 66 cavaleiros e também ela costuma receber bons guerreiros porque ocupa a ala esquerda da segunda linha.

A legião completa é constituída por estas dez coortes, tendo 6100 soldados de infantaria e 730 cavaleiros⁷⁵. E, assim, o número de soldados numa legião não deve ser inferior a este; mas, por vezes, acontece ser maior, se for ordenado que a legião receba não apenas uma coorte *miliaria*, mas mais⁷⁶.

VII. Nomina et gradus principiorum legionis:

Antiqua ordinatione legionis exposita principalium militum et ut proprio verbo utar principiorum nomina ac dignitates secundum praesentes matriculas indicabo.

Tribunus maior per epistolam sacram imperatoris iudicio destinatur; minor tribunus pervenit ex labore. Tribunus autem vocatur ex tribu, quia praest militibus, quos ex tribu primus Romulus legit.

Ordinarii dicuntur qui in proelio quia primi sunt ordines ducunt. Augustales appellantur qui ab Augusto ordinariis iuncti sunt. Flaviales item, tamquam secundi Augustales, a divo Vespasiano sunt legionibus additi.

Aquiliferi qui aquilam portant.

Imaginarii vel imaginiferi qui imperatoris imagines ferunt.

Optiones ab adoptando appellati, quod antecedentibus aegritudine praepeditis hi tamquam adoptati eorum atque vicarii solent universa curare.

Signiferi qui signa portant, quos nunc draconarios vocant.

Tesserarii qui tesseram per contubernia militum nuntiant; tessera autem dicitur praeceptum ducis quo vel ad aliquod opus vel ad bellum movetur exercitus.

Campigenii, hoc est antesignani, ideo sic nominati quia eorum opera atque virtute exercitui genius crescit in campo.

Metatores qui praecedentes locum eligunt castris.

Beneficarii ab eo appellati quod promoventur beneficio tribunorum.

Librarii ab eo quod in libros referant rationes ad milites pertinentes.

Tubicines cornicines et bucinatores qui tuba vel aere curvo vel bucina committere proelium solent.

VII. Títulos e graus dos oficiais de uma legião:

Exposta a antiga disposição da legião, indicarei os nomes e as categorias dos *principales milites*, ou, para utilizar a palavra correcta, dos *principes*, de acordo com os registos actuais.

O tribuno maior é nomeado por decisão do imperador, através de uma carta sagrada; o tribuno menor ascende pelo seu esforço. Chama-se tribuno a partir da palavra “tribo”, porque comanda os soldados que Rómulo foi o primeiro a escolher de entre as tribos⁷⁷.

Chamam-se *ordinarii* aqueles que comandam as centúrias ou *ordines* no combate, porque são os primeiros. Chamam-se *augustales* aqueles que foram acrescentados aos *ordinarii* por Augusto. E, do mesmo modo, chamam-se *flaviales* aqueles que foram acrescentados às legiões pelo divino Vespasiano⁷⁸, tal como se fossem segundos *augustales*.

Chamam-se *aquiliferi* aqueles que transportam a águia.

Chamam-se *imaginarii* ou *imaginiferi* aqueles que trazem as imagens do imperador.

Os *optiones* são chamados assim a partir de *adoptare*, porque, estando os anteriores impedidos por doença, estes costumam ocupar-se de tudo, como se fossem substitutos adoptados por eles.

Chamam-se *signiferi* aqueles que transportam os estandartes, a que chamam agora *draconarii*.

Chamam-se *tesserarii* aqueles que anunciam a senha a cada grupo de dez soldados⁷⁹; chama-se *tessera* (senha) à ordem do general que mobiliza o exército para qualquer trabalho ou para a guerra⁸⁰.

Campigenii, isto é *antesignani*, são chamados assim porque é pelo seu trabalho e pelo seu mérito que o engenho no seio do exército aumenta no campo de treinos.

Chamam-se *metatores* aqueles que precedem os outros e escolhem o local do acampamento.

Os *beneficiarii* são chamados assim porque são promovidos por benefício dos tribunos.

Os *librarii* são chamados desta maneira porque transcrevem nos livros os assuntos que dizem respeito aos soldados.

Tubicines, *cornicines* e *bucinatores* são aqueles que com *tuba* ou *aere curvo* ou *bucina* costumam desencadear o combate⁸¹.

Armaturae duplares qui binas consequuntur annonas, simplares qui singulas.

Mensores qui in castris ad podismum demetiuntur loca in quibus tentoria milites figant vel hospitia in civitatibus praestant.

Torquati duplares, torquati simplares: torquis aureus solidus virtutis praemium fuit, quem qui meruisset praeter laudem interdum duplas consequebatur annonas.

Duplares, sesquiplares: duplares duas, sesquiplares unam semis consequabantur annonam.

Candidati duplares, candidati simplares.

Hi sunt milites principales, qui privilegiis muniuntur. Reliqui munifices appellantur, quia munera facere coguntur.

VIII. Nomina eorum qui antiquos ordines ducebant:

Vetus tamen consuetudo tenuit ut ex primo principe legionis promoveretur centurio primi pili, qui non solum aquilae praeerat verum etiam quattuor centurias, hoc est quadringentos milites, in prima acie gubernabat. Hic tamquam caput totius legionis merita consequebatur et commoda. Item primus hastatus duas centurias, id est ducentos homines, ducebat in acie secunda, quem nunc ducenarium vocant. Princeps autem primae cohortis centuriam semis, hoc est centum quinquaginta homines, gubernabat; ad quem in legione prope omnia quae ordinanda sunt pertinent. Item secundus hastatus centuriam semis, id est centum quinquaginta homines, regebat. Triarius prior centum homines gubernabat. Sic decem centuriae cohortis primae a quinque ordinariis regebantur; quibus magnae utilitates et magnus honor est a veteribus constitutus, ut ceteri milites ex tota legione omni labore ac devotione contenderent ad tanta praemia pervenire. Erant etiam centuriones qui singulas centurias curabant, qui nunc centenarii nominantur. Erant decani, denis militibus praepositi, qui nunc caput contubernii vocantur. Secunda cohors habebat centuriones quinque; similiter tertia, quarta, usque ad decimam cohortem. In tota autem legione erant centuriones quinquaginta quinque.

Armaturae duplares são aqueles que recebem duas anonas; *simples* são os que recebem apenas uma.

Mensores são aqueles que medem em pés quadrados os lugares no acampamento em que os soldados montam as tendas ou que fornecem um lugar de repouso nas cidades.

Torquati duplares e *torquati simplices*: um colar de ouro maciço era uma recompensa do mérito e aquele que o tinha merecido, para além do louvor, recebia por vezes uma dupla anona.

Duplares, sesquiplares: os *duplares* recebiam duas anonas, os *sesquiplares* recebiam uma anona e meia⁸².

*Candidati duplares, candidati simplices*⁸³.

Estes são os soldados *principales*, que são beneficiados por privilégios. Os restantes chamam-se *munifices*, porque são obrigados a desempenhar trabalhos serviços⁸⁴.

VIII. Títulos daqueles que comandavam as antigas centúrias:

O antigo costume obrigava a que o centurião *primus pilus* fosse promovido a partir do primeiro centurião dos *principes* da legião⁸⁵, que não só conduzia a águia mas também comandava na primeira linha quatro centúrias, isto é quatrocentos soldados. Como cabeça de toda a legião, este centurião recebia direitos e recompensas. Da mesma forma, o primeiro centurião dos *bastati*, a quem agora chamam *ducenarius*, chefiava, na segunda linha, duas centúrias, isto é duzentos homens. Mas o centurião *princeps* da primeira coorte comandava uma centúria e meia, ou seja cento e cinquenta homens; a ele compete quase tudo o que deve ser organizado na legião. Também o segundo centurião dos *bastati* chefiava uma centúria e meia, isto é cento e cinquenta homens. O *triarius prior* comandava cem homens. Assim, as dez centúrias da primeira coorte eram comandadas por cinco centuriões, para os quais os antigos instituíram grandes proveitos e uma grande honra, de modo a que os restantes soldados da legião se esforçassem por alcançar tamanhas recompensas por meio de todo o tipo de esforço e dedicação. Havia também centuriões que se ocupavam de uma só centúria, os quais são agora chamados *centenarii*. Havia os *decani* colocados à frente de dez soldados, que agora se chamam *caput contubernii*. A segunda coorte tinha cinco centuriões; e igualmente a terceira e a quarta, até à décima coorte. Em toda a legião havia cinquenta e cinco centuriões⁸⁶.

VIII. De officio praefecti legionis:

Sed legati imperatoris ex consulibus ad exercitus mittebantur, quibus legiones et auxilia universa obtemperabant in ordinatione pacis vel necessitate bellorum; in quorum locum nunc illustres viros constat magistros militum substitutos, a quibus non tantum binae legiones sed etiam plures numeri gubernantur.

Proprius autem iudex erat praefectus legionis, habens comitivae primi ordinis dignitatem, qui absente legato tamquam vicarius ipsius potestatem maximam retinebat. Tribuni vel centuriones ceterique milites eius praecepta servabant; vigiliarum sive profectionis tessera ab eodem petebatur; si miles crimen aliquod admisisset, auctoritate praefecti legionis a tribuno deputabatur ad poenam; arma omnium militum, item equi vestes annona, ad curam ipsius pertinebant; disciplinae severitas, exercitatio non solum peditum sed etiam equitum legionariorum praecepto eius cotidie curabatur. Ipse autem iustus diligens sobrius legionem sibi creditam assiduis operibus ad omnem devotionem, ad omnem formabat industriam, sciens ad praefecti laudem subiectorum redundare virtutem.

X. De officio praefecti castrorum:

Erat etiam castrorum praefectus, licet inferior dignitate, occupatus tamen non mediocribus causis, ad quem castrorum positio, valli et fossae aestimatio pertinebat. Tabernacula vel casae militum cum impedimentis omnibus nutu ipsius curabantur. Praeterea aegri contubernales et medici a quibus curabantur, expensae etiam, ad eius industriam pertinebant. Vehicula sagmarum nec non etiam ferramenta quibus materies secatur vel caeditur quibusque aperiuntur fossae, contextitur vallum, aquae ductus, item ligna vel stramina, arietes onagri ballistae ceteraque genera tormentorum ne deessent aliquando procurabat. Is post longam probatamque militiam peritissimus omnium legebatur ut recte doceret alios quod ipse cum laude fecisset.

IX. Sobre o cargo do prefeito da legião:

Eram enviados antigos cônsules ao exército como legados do imperador, aos quais todas as legiões e tropas auxiliares obedeciam, na administração da paz ou no aperto das guerras; é sabido haver agora, em substituição destes, homens ilustres como mestres das milícias⁸⁷, pelos quais são comandadas não só duas legiões, mas também um número maior.

Mas o verdadeiro chefe era o prefeito da legião, que tinha a dignidade de um conde de primeira classe e que, na ausência do legado, chamava a si, como seu representante, o poder supremo. Os tribunos, os centuriões e os restantes soldados cumpriam as suas ordens; a senha para as guardas nocturnas ou para a marcha era requerida a ele; se um soldado tivesse cometido um crime qualquer, era enviado para o castigo por um tribuno, por autoridade do prefeito da legião; as armas de todos os soldados, da mesma forma que os cavalos, os vestuários e as anonas estavam a seu cargo; o rigor da disciplina e o treino tanto dos soldados de infantaria como dos cavaleiros legionários eram administrados quotidianamente por ordem dele. E justo, diligente, sóbrio, ele mesmo modelava, por meio de trabalhos constantes, a legião a si atribuída com vista a todo o tipo de devoção e a todo o tipo de actividade, sabendo que o mérito dos seus subordinados resulta no louvor do prefeito.

X. Sobre o cargo do prefeito do acampamento:

Existia também o prefeito do acampamento, o qual, embora de dignidade inferior, se ocupava todavia de assuntos não despiciendos e a quem competia a escolha do lugar do acampamento e a orientação das paliçadas e dos fossos. As tendas ou barracas dos soldados, com todas as bagagens, eram administradas sob o seu comando. Além disso, estavam sob a sua responsabilidade os companheiros doentes e os médicos pelos quais estes eram tratados, assim como os pagamentos. Ele velava para que nunca faltassem carroças e animais de carga, nem sequer ferramentas com as quais a madeira é serrada ou cortada, com as quais os fossos são escavados e a paliçada e os aquedutos são construídos, e ainda para que não faltassem nem madeira nem palha, nem aríetes, ónagros, balistas e outros tipos de engenhos. Ele era escolhido após um longo e excelente serviço militar, como o mais experimentado de todos, para ensinar correctamente aos outros aquilo que ele mesmo tinha feito com louvor⁸⁸.

XI. De officio praefecti fabrorum:

Habebat praeterea legio fabros tignarios structores carpentarios ferrarios pictores reliquosque artifices ad hibernorum aedificia fabricanda, ad machinas turres ligneas ceteraque quibus vel expugnantur adversariorum civitates vel defenduntur propriae praeparatos, qui arma vehicula ceteraque genera tormentorum vel nova facerent vel quassata repararent. Habebat etiam fabricas scutarias loricarias arcuarias, in quibus sagittae missibilia cassides omniaque armorum genera formabantur. Haec enim erat cura praecipua, ut quicquid exercitui necessarium videbatur numquam deesset in castris, usque eo ut etiam cunicularios haberent qui ad morem Bessorum ducto sub terris cuniculo murisque intra fundamenta perfossis inprovisi emergerent ad urbes hostium capiendas. Horum iudex proprius erat praefectus fabrorum.

XII. De officio tribuni militum:

Decem cohortes habere diximus legionem, sed prima erat miliaria, in qua censu genere litteris forma virtute pollentes milites mittebantur. Huic tribunus praeerat armorum scientia, virtute corporis, morum honestate praecipuus. Reliquae cohortes prout principi placuisset a tribunis vel a praepositis regebantur. Tanta autem servabatur exercendi militis cura ut non solum tribuni vel praepositi contubernales sibi creditos sub oculis suis iuberent cotidie meditari sed etiam ipsi armorum arte perfecti ceteros ad imitationem proprio hortarentur exemplo. Tribuni autem sollicitudo, tribuni laudatur industria, cum miles veste nitidus, armis bene munitus ac fulgens, exercitii usu et disciplina eruditus incedit.

XIII. De centuriis atque vexillis peditum:

Primum signum totius legionis est aquila, quam aquilifer portat. Dracones etiam per singulas cohortes a draconariis feruntur ad proelium. Sed antiqui, quia sciebant in acie commisso bello celeriter ordines aciesque turbari atque confundi, ne hoc posset accidere, cohortes in centurias diviserunt et singulis centuriis singula vexilla constituerunt,

XI. Sobre o cargo do prefeito dos engenheiros:

Além disso, a legião tinha carpinteiros, pedreiros, construtores de carruagens, ferreiros, pintores e outros artesãos preparados para construir instalações de Inverno, máquinas de cerco, torres de madeira e outros engenhos com os quais se atacam as cidades dos inimigos ou se defendem as próprias, e que ou fazem novas armas, carroças e outros tipos de engenhos ou reparam o material danificado. A legião tinha também oficinas de escudos, de lorigas e de arcos, nas quais se produziam setas, dardos, capacetes e todo o tipo de armas⁸⁹. Com efeito, esta era a sua preocupação principal, de modo a que tudo aquilo que era necessário ao exército nunca parecesse faltar no acampamento, a tal ponto que também tinham sapadores que, segundo o costume dos Bessos⁹⁰, escavada uma mina debaixo da terra e atravessados os muros por baixo dos alicerces, emergiam inesperadamente para conquistar as cidades dos inimigos. O chefe específico deles era o prefeito dos engenheiros.

XII. Sobre o cargo do tribuno dos soldados:

Dissemos que a legião tinha dez coortes, mas a primeira era *miliaria*, para a qual eram enviados soldados superiores em riqueza e em nascimento, em instrução literária, em físico e em coragem. A esta coorte presidia um tribuno notável no conhecimento das armas, no vigor físico e na honestidade dos costumes. As restantes coortes eram comandadas por tribunos ou por oficiais, conforme aprazia ao *princeps*. Além disso, preservava-se de tal forma o cuidado em exercitar os soldados que não só os tribunos ou os oficiais ordenavam que os homens a si confiados treinassem todos os dias sob os seus olhos, mas também eles próprios, versados na arte das armas, encorajavam os restantes pelo seu próprio exemplo a imitarem-nos. O cuidado e o trabalho do tribuno são elogiados quando o soldado marcha de uniforme resplandecente, bem protegido por armas reluzentes, instruído nos conhecimentos e na prática do exercício.

XIII. Sobre as centúrias e as insígnias da infantaria:

O principal estandarte da legião inteira é a águia que o porta-estandarte com o nome de *aquilifer* leva. Já os dragões são levados para o combate por draconários, um por cada uma das coortes⁹¹. Mas os antigos, porque sabiam que na linha de batalha, iniciado o combate, rapidamente as fileiras e as linhas se desordenavam e perturbavam, para que isso não pudesse acontecer, dividiram as coortes em

ita ut ex qua cohorte vel quota esset centuria in illo vexillo litteris esset adscriptum, quod intuentes vel legentes milites in quantovis tumultu a contubernalibus suis aberrare non possent. Centuriones insuper, qui nunc centenarii vocantur, transversis cassidum cristis, ut facilius noscerentur, singulas iusserunt gubernare centurias, quatenus nullus error existeret cum centeni milites sequerentur non solum vexillum suum sed etiam centurionem, qui signum habebat in galea. Rursus ipsae centuriae in contubernia divisae sunt, ut decem militibus sub uno papilione degentibus unus quasi praeesset decanus, qui caput contubernii nominatur. Contubernium autem manipulus vocabatur ab eo quod coniunctis manibus pariter dimicabant.

XIII. De turmis equitum legionariorum:

Quemadmodum inter pedites centuria vel manipulus appellatur, ita inter equites turma dicitur; et habet una turma equites triginta duos. Huic qui praeest decurio nominatur. Centum enim decem pedites ab uno centurione sub uno vexillo gubernantur; similiter triginta duo equites ab uno decurione sub uno vexillo reguntur.

Praeterea sicut centurio eligendus est magnis viribus, procera statura, qui hastas vel missibilia perite iaculetur et fortiter, qui dimicare gladio et scutum rotare doctissime noverit, qui omnem artem didicerit armaturae, vigilans sobrius agilis, magis ad facienda quae ei imperantur quam ad loquendum paratus, contubernales suos ad disciplinam retineat, ad armorum exercitium cogat, ut bene vestiti et calciati sint, ut arma omnium defricentur ac splendeant, similiter eligendus est decurio qui turmae equitum praeponatur imprimis habili corpore, ut loricatus et armis circumdatus omnibus cum summa admiratione equum possit ascendere, equitare fortissime, conto scienter uti, sagittas doctissime mittere, turmales suos, id est sub cura sua equites positos, erudire ad omnia quae equestris pugna deposcit, eosdemque cogere loricis suas vel catafractas, contos et cassides frequenter tergere et curare. Plurimum enim terroris hostibus armorum splendor importat. Quis credat militem bellicosum cuius dissimulatione situ ac rubigine arma foedantur? Non

centúrias e criaram uma insígnia própria para cada uma das centúrias, de tal forma que nela estivesse assinalado por meio de letras a coorte e o número respeitantes a cada centúria; ao ver ou ler isso, os soldados não podiam afastar-se dos seus camaradas, qualquer que fosse a desordem. Além disso, os antigos determinaram que os centuriões, que agora se chamam *centenarii*, com penachos transversais nos capacetes para que fossem mais facilmente reconhecidos, comandassem cada uma das centúrias, já que nenhum erro existiria quando os soldados de uma centúria seguiam não só a sua insígnia, mas também o seu centurião, que tinha um sinal distintivo no capacete. Por outro lado, as próprias centúrias foram divididas em *contubernia*, de tal forma que, aos dez soldados que viviam debaixo da mesma tenda, presidisse um como decano, que se chama *caput contubernii*. O *contubernium* era chamado “manípulo”⁹² porque os soldados lutavam juntos, em grupos unidos como os dedos de uma mão.

XIV. Sobre as turmas de cavaleiros das legiões⁹³:

Tal como entre os peões se fala de centúria ou de manípulo, assim entre os cavaleiros se fala de turmas. Uma turma tem trinta e dois cavaleiros e aquele que a comanda é chamado decurião. Na verdade, cento e dez peões são comandados por um centurião debaixo de uma insígnia; paralelamente, trinta e dois cavaleiros são dirigidos por um decurião debaixo de uma insígnia.

Além disso, o centurião deve ser escolhido pela sua grande força e elevada estatura, ele que arremessa as lanças⁹⁴ e os dardos com perícia e com vigor, que sabe combater com o gládio e rodar habilmente o escudo, que aprendeu toda a arte da *armatura*, que é atento, prudente e ágil, mais preparado para fazer aquilo que lhe ordenaram do que para falar, que compele os seus homens à disciplina e que os obriga ao treino das armas, para que estejam bem vestidos e calçados e para que as armas de todos sejam limpas e reluzam. Do mesmo modo, deve ser escolhido como decurião e colocado à frente de uma turma de cavalaria aquele que é especialmente bem constituído de corpo para que possa subir para o cavalo vestido com a loriga e guarnecido de todas as armas, suscitando a admiração de todos, para que possa cavalgar energicamente, usar habilmente a lança, atirar flechas com destreza, ensinar tudo o que o combate equestre exige aos seus *turmales*, isto é, aos cavaleiros colocados sob o seu comando e obrigá-los a limpar frequentemente e a tratar das lorigas ou catafractas, das lanças e dos capacetes. Com efeito, o brilho das armas provoca um grande terror entre

solum autem equites sed etiam ipsos equos assiduo labore convenit edomari. Itaque ad decurionem et sanitatis et exercitationis tam hominum quam equorum pertinet cura.

XV. Quemadmodum legionum acies instruuntur:

Nunc qualiter instruenda sit acies si pugna immineat declaretur unius legionis exemplo, quod si usus exegerit transferri possit ad plures.

Equites locantur in cornibus.

Acies peditum a prima cohorte incipit ordinari in cornu dextro; huic cohors secunda coniungitur; tertia cohors in media acie collocatur; huic adnectitur quarta; quinta vero cohors sinistrum suscipit cornum. Sed ante signa et circa signa nec non etiam in prima acie dimicantes principes vocabantur, hoc est ordinarii ceterique principales. Haec erat gravis armatura, quia habebant cassides catafractas ocreas scuta gladios maiores, quos spathas vocant, et alios minores, quos semispathia nominant, plumbatas quinas positas in scutis, quas primo impetu iaciunt, item bina missibilia, unum maius ferro triangulo unciarum novem, hastili pedum quinque semis, quod pilum vocabant, nunc spiculum dicitur, ad cuius ictum exercebantur praecipue milites, quod arte et virtute directum et scutatos pedites et loricatos equites saepe transverberat, aliud minus ferro unciarum quinque, hastili pedum trium semis, quod tunc verriculum, nunc verrutum dicitur.

Secunda acies similiter armabatur, in qua consistentes milites hastati vocabantur. Sed in secunda acie dextro cornu cohors sexta ponebatur, cui iungebatur septima; octava cohors mediam aciem tenebat nona comitante; decima cohors in secunda acie sinistrum semper obtinet cornum.

Post hos erant ferentarii et levis armatura, quos nunc exculcatores et armaturas dicimus, scutati, plumbatis gladiis et missilibus accincti, sicut nunc prope omnes milites videntur armati. Erant item sagittarii

os inimigos. Quem é que acreditará ser aguerrido um soldado cujas armas estão deterioradas pelo desleixo e pela ferrugem, por causa do seu descuido? É, pois, conveniente treinar não só os cavaleiros mas também os próprios cavalos, por meio de um trabalho constante. E, assim, a responsabilidade pela saúde e pelo treino quer de homens quer de cavalos pertence ao decurião.

XV. Como se dispõe a legião em linha de batalha⁹⁵:

Em seguida, explica-se como deve ser disposta a linha de batalha, caso esteja iminente um combate, a partir do exemplo de uma só legião, o que poderá ser adaptado a várias se a necessidade o exigir.

Os cavaleiros são colocados nos flancos.

A linha dos peões começa a ser organizada a partir da primeira coorte, no flanco direito; a esta junta-se a segunda coorte; a terceira coorte é colocada no centro da linha; a esta associa-se a quarta; por fim, a quinta coorte encarrega-se do flanco esquerdo. Os combatentes à frente e à volta dos estandartes e na restante primeira linha chamam-se *principes*⁹⁶ (isto é *ordinarii* ou centuriões e restantes *principales*). Esta era a infantaria pesada, porque tinha capacetes, catafractas, grevas, escudos, espadas maiores às quais chamam *spathae*⁹⁷ e outras mais pequenas a que dão o nome de *semispathiae*⁹⁸, cinco dardos de chumbo metidos nos escudos⁹⁹, que arremessam no primeiro assalto, do mesmo modo que outros dois dardos, um dos quais maior, com um ferro triangular medindo nove polegadas¹⁰⁰ e com um cabo de cinco pés e meio¹⁰¹, a que chamavam *pilum*¹⁰² e que é agora chamado *spiculum*. Os soldados eram especialmente treinados no arremesso deste dardo porque, atirado com perícia e com vigor, trespassava muitas vezes quer os peões munidos de escudos, quer os cavaleiros protegidos com lorigas. E o outro dardo, mais pequeno, tinha um ferro de cinco polegadas¹⁰³ e uma haste de três pés e meio¹⁰⁴, chamava-se-lhe então *verriculum* e, agora, *verrutum*¹⁰⁵.

A segunda linha estava armada do mesmo modo e os soldados que a formavam eram chamados *hastati*. No flanco direito da segunda linha, era colocada a sexta coorte, à qual se unia a sétima; a oitava coorte ocupava o meio da linha, acompanhada pela nona; a décima coorte ocupava sempre o flanco esquerdo da segunda linha.

A seguir a estes estavam os *ferentarii*, a infantaria ligeira (a que agora chamamos *exculcatores* e *armaturae*) e os *scutati*, equipados com dardos de chumbo, gládios e outros dardos, tal como agora se vê andarem armados todos os soldados. Havia

cum cassidibus catafractis et gladiis sagittis et arcubus; erant funditores, qui ad fundas vel fustibalos lapides iaciebant; erant tragularii, qui ad manuballistas vel arcuballistas dirigebant sagittas.

XVI. Quemadmodum triarii vel centuriones armentur:

Post omnes autem acies triarii cum scutis catafractis et galeis ocreati cum gladiis semispathiis plumbatis et binis missilibus locabantur, qui genu posito subsidebant ut si primae acies vincerentur ab his quasi de integro reparata pugna posset sperari victoria.

Omnes antesignani vel signiferi, quamvis pedites, loricas minores accipiebant et galeas ad terrorem hostium ursinis pellibus tectas. Centuriones vero habebant catafractas et scuta et galeas ferreas, sed transversis et argentatis cristis, ut celerius agnoscerentur a suis.

XVII. Commissa pugna gravem armaturam stare pro muro:

Illud autem sciendum est et modis omnibus retinendum: commisso bello prima ac secunda acies stabat immota, triarii quoque residebant; ferentarii autem armaturae exculcatores sagittarii funditores, hoc est levis armatura, adversarios provocabant ante aciem praecedentes. Si hostes fugare potuerant, sequebantur; si eorum virtute aut multitudine premebantur, revertebantur ad suos et post eos stabant. Excipiebat autem proelium gravis armatura et tamquam murus ut ita dicam ferreus stabat, et non solum missilibus sed etiam gladiis comminus dimicabant. Et si hostes fugassent, non sequebatur gravis armatura, ne aciem suam ordinationemque turbaret et ad dispersos recurrentes hostes incompósitos opprimerent, sed levis armatura cum funditoribus sagittariis et equitibus fugientes sequebatur inimicos. Hac dispositione atque cautela sine periculo legio vincebat aut superata servabatur incolumis, quia legionis ius est facile nec fugere nec sequi.

ainda arqueiros com capacetes e catafractas e com espadas, flechas e arcos; havia fundibulários que lançavam pedras com fundas ou fustíbalos; e havia *tragularii*¹⁰⁶ que atiravam setas com *manuballistae* ou com *arcuballistae*¹⁰⁷.

XVI. Como são armados os *triarri* e os centuriões:

Depois de todas as linhas, eram colocados os *triarri*, com escudos, catafractas, capacetes e grevas de couro e com gládios, *semispathiae*, dardos chumbados e outros dois dardos, os quais se agachavam, de joelho no chão; assim, se as primeiras linhas fossem vencidas, reiniciado o combate por eles como se desde o início, era ainda possível esperar a vitória.

Todos os *antesignani*¹⁰⁸ e porta-estandartes, ainda que sendo peões, vestiam lorigas mais curtas e capacetes cobertos com peles de urso para aterrorizar os inimigos. E os centuriões tinham catafractas, escudos e capacetes de ferro, mas com cimeiras transversais e prateadas, para serem reconhecidos mais rapidamente pelos seus homens.

XVII. Iniciado o combate, a infantaria pesada apresenta-se como se fosse um muro:

Deve saber-se e preservar-se por todos os meios o seguinte: iniciado o combate, a primeira e a segunda linhas permaneciam imóveis e os triários também ficavam parados; mas os *ferentarii*, *armaturae*, batedores, arqueiros e fundibulários, isto é, a infantaria ligeira, provocavam os adversários avançando para diante das linhas. Se conseguiram pôr os inimigos em fuga, perseguiram-nos; se eram travados pela coragem ou pelo grande número deles, regressavam para junto dos seus e colocavam-se atrás deles. Então a infantaria pesada prosseguia o combate e permanecia como um muro de ferro, por assim dizer, e combatiam não só com dardos mas também com gládios, corpo-a-corpo. E se pusessem em fuga os adversários, a infantaria pesada não os perseguia para não perturbar a sua linha e ordenação e para que os inimigos, ao voltarem para trás, não os surpreendessem dispersos e em desordem; mas a infantaria ligeira com fundibulários e arqueiros, acompanhada por cavaleiros, perseguia os inimigos em fuga. Com esta disposição e com esta cautela, a legião vencida sem correr perigos, ou, sendo vencida, conservava-se incólume porque a lei da legião é nem fugir nem perseguir com facilidade.

XVIII. Nomina militum et gradus in scutis eorum aversis scribenda:

Sed ne milites aliquando in tumultu proelii a suis contubernalibus aberrarent, diversis cohortibus diversa in scutis signa pingebant, ut ipsi nominant, digmata, sicut etiam nunc moris est fieri. Praeterea in averso scuto uniuscuiusque militis litteris erat nomen adscriptum, addito ex qua esset cohorte quave centuria.

Ex his igitur apparet legionem bene institutam quasi munitissimam esse civitatem, quae omnia proelio necessaria secum ubique portaret nec metueret repentinum hostium superventum, quae etiam in mediis campis subito fossa se valloque muniret, quae omne genus militum, omne genus contineret armorum. Si quis igitur pugna publica superari barbaros cupit, ut Divinitatis nutu, dispositione imperatoris invicti reparentur ex tironibus legiones votis omnibus petat. Intra breve autem spatium temporis iuniores diligenter electi et exercitati cotidie non solum mane sed etiam post meridiem omni armorum disciplina vel arte bellandi veteres illos milites qui orbem terrarum integrum subegerunt facile coaequabunt.

Nec moveat quod olim est consuetudo mutata quae vixit; sed huius felicitatis ac provisionis est perennitas tua ut pro salute rei publicae et nova excogitet et antiqua restituat. Omne opus difficile videtur antequam temptes; ceterum si exercitati et prudentes viri dilectui praeponantur, celeriter manus bellis apta poterit adgregari et diligenter institui. Quidvis enim efficit sollertia si competentes non denegentur expensae.

XVIII. Praeter corporis robur notarum vel computandi artem in tironibus eligendam:

Sed quoniam in legionibus plures scholae sunt quae litteratos milites quaerunt, ab his qui tirones probant in omnibus quidem staturae magnitudinem, corporis robur, alacritatem animi convenit explorari, sed in quibusdam notarum peritia, calculandi computandique usus eligitur.

XVIII. Os nomes e os graus dos soldados devem ser escritos na parte interior dos escudos:

Mas para que os soldados nunca se perdessem dos seus companheiros no tumulto do combate, eles pintavam nos escudos, para as distintas coortes, sinais diferentes, chamados *digmata*, tal como ainda hoje é costume fazer. Para além disso, na parte interior do escudo estava inscrito com letras o nome de cada soldado, acrescentado da indicação da coorte ou da centúria a que pertencia.

Portanto, tudo o que foi dito torna manifesto que uma legião bem treinada é como uma cidade altamente fortificada, que traz consigo por todo o lado tudo o que é necessário para o combate, que não receia a chegada repentina do inimigo, que mesmo no meio dos campos se fortifica rapidamente com fossos e paliçadas e que inclui todo o tipo de soldados e de armas. Portanto, se alguém deseja vencer os bárbaros em batalha campal, que peça por meio de todas as suas orações, com o assentimento de Deus e com a vontade do Imperador Invicto, que as legiões sejam restauradas com novos recrutas. E, em pouco tempo, recrutas cuidadosamente escolhidos e treinados diariamente, não só de manhã mas também à tarde, em todo o tipo de conhecimento de armas e da arte da guerra, igualarão facilmente aqueles velhos soldados que submeteram o universo inteiro.

E não se argumente que esse costume que vigorou está mudado há muito tempo¹⁰⁹; Vossa Eternidade é de uma tal fortuna e providência que, pelo bem do Estado, não só imaginará medidas novas como também restaurará as antigas. Todo o trabalho parece difícil antes de se começar; além disso, se forem propostos homens treinados e prudentes para fazer o recrutamento, rapidamente um corpo de tropas apto para as guerras poderá ser criado e treinado cuidadosamente. Com efeito, o engenho consegue o que quer que seja se não se negarem as despesas adequadas.

XIX. Além da robustez física, deve ter-se em conta, na escolha dos recrutas, a aptidão para contar e para fazer anotações por escrito:

Mas uma vez que existem na legião várias secções que requerem soldados instruídos, convém que a grandeza de estatura, a robustez física e a vivacidade de espírito de todos os soldados sejam asseguradas por aqueles que seleccionam os recrutas; mas em alguns valoriza-se o conhecimento dos caracteres e a

Totius enim legionis ratio, sive obsequiorum sive militarium munerum sive pecuniae, cotidie adscribitur actis maiore prope diligentia quam res annonaria vel civilis polyptychis adnotatur. Cotidianas etiam in pace vigiliis, item excubitu sive agrarias, de omnibus centuriis et contuberniis vicissim milites faciunt, et ne quis contra iustitiam praegravetur aut alicui praestetur immunitas, nomina eorum qui vices suas fecerunt brevibus inseruntur. Quando quis commeatum acceperit vel quot dierum adnotatur in brevibus. Tunc enim difficile commeatus dabatur nisi causis iustissimis adprobatis, nec aliquibus milites instituti deputabantur obsequiis nec privata eisdem negotia mandabantur, siquidem incongruum videretur imperatoris militem qui veste et annona publica pascebatur utilitatibus vacare privatis. Ad obsequia tamen iudicum vel tribunorum nec non etiam principalium deputabantur milites qui vocabantur accensi, hoc est postea additi quam fuisset legio completa, quos nunc supernumerarios vocant. Fasciculariam tamen, id est lignum foenum aquam stramen, etiam legitimi milites in castra portabant; munifices enim ab eo appellantur quod haec munera faciunt.

XX. Donativi partem dimidiam debent apud signa milites sequestrare servandam:

Illud vero ab antiquis divinitus institutum est, ut ex donativo quod milites consequuntur dimidia pars sequestraretur apud signa et ibidem ipsis militibus servaretur, ne per luxum aut inanium rerum comparisonem ab ipsis contubernalibus posset absumi; plerique enim homines et praecipue pauperes tantum erogant quantum habere potuerint. Seditio autem ista pecuniae primum ipsis contubernalibus docetur accommoda; nam cum publica sustententur annona, ex omnibus donativis augetur eorum pro medietate castrense peculium. Miles deinde qui sumptus suos scit apud signa depositos de deserendo nil cogitat, magis diligit signa, pro illis in acie fortius dimicat, more humani ingenii, ut pro illis habeat maximam curam in quibus suam videt positam esse substantiam. Denique decem folles, hoc est decem sacci, per cohortes singulas ponebantur

experiência de calcular e contar. Na verdade, a contabilidade da legião inteira, quer dos serviços especiais¹¹⁰, quer dos serviços militares¹¹¹, quer do dinheiro, é inscrita diariamente em actas, quase com mais zelo do que o usado nos registos oficiais dos impostos militares e civis¹¹². Os soldados de todas as centúrias e *contubernia*¹¹³ fazem alternadamente guardas nocturnas diárias, mesmo em tempo de paz, assim como serviços de sentinela e em postos militares no campo; e os nomes daqueles que fizeram os seus turnos são registados em listas para que ninguém seja sobrecarregado injustamente e para que não seja concedida dispensa a ninguém. Quando alguém tiver recebido uma licença militar, anota-se nas listas o nome e por quantos dias. Na verdade, nos tempos antigos dificilmente se concedia uma licença, a não ser por motivos muito justos e aprovados, e os soldados regulares não eram destacados para nenhuns serviços especiais, nem lhes eram confiados assuntos privados, visto que pareceria inconveniente que um soldado do imperador, que era vestido e sustentado pelo erário público, se dedicasse a serviços privados. Para serviços especiais dos comandantes, de tribunos e ainda de oficiais, eram destacados soldados que se chamavam *accensi*¹¹⁴, isto é incorporados depois de a legião ter sido completada; chamam-lhes agora “supranumerários”. Contudo, também os soldados regulares transportavam para o acampamento fardos, isto é madeira, feno, água e palha; na verdade, chamavam-se *munifices* porque faziam estas tarefas¹¹⁵.

XX. Os soldados devem depositar junto das insígnias metade do seu soldo como poupança¹¹⁶:

Na verdade, foi decidido pelos antigos, por inspiração divina, que metade do soldo que os soldados recebem fosse depositado junto das insígnias e aí fosse guardado pelos próprios soldados para que não pudesse ser gasto por eles em luxos ou na compra de bens fúteis; com efeito, a maior parte dos homens, especialmente os pobres, gasta tanto quanto puder ter. E este depósito pecuniário é considerado em primeiro lugar pelos próprios soldados como útil; pois, uma vez que são sustentados pela anona pública, o património pessoal aumenta com o depósito desta metade de todos os soldos¹¹⁷. E depois, o soldado que sabe que o seu dinheiro foi depositado junto das insígnias não pensa em desertar, estima mais as insígnias e luta mais corajosamente por elas na linha de batalha, de tal forma que, de acordo com a natureza do espírito humano, tem o maior cuidado com aquilo em que ele considera assentar a sua fortuna. Em seguida, dez bolsas,

in quibus haec ratio condebatur. Addebatur etiam saccus undecimus in quem tota legio particulam aliquam conferebat, sepulturae scilicet causa, ut si quis ex contubernibus defecisset de illo undecimo sacco ad sepulturam ipsius promeretur expensa. Haec ratio apud signiferos, ut nunc dicunt, in cophino servabatur; et ideo signiferi non solum fideles sed etiam litterati homines eligebantur, qui et servare deposita et rationem scirent singulis reddere.

XXI. In legione ita fieri promotiones ut per omnes cohortes transeant qui promoventur:

Non tantum humano consilio sed etiam Divinitatis instinctu legiones a Romanis arbitror constitutas, in quibus decem cohortes ita sunt ordinatae ut omnium unum corpus, una videatur esse coniunctio. Nam quasi in orbem quandam per diversas cohortes et diversas scholas milites promoventur, ita ut ex prima cohorte ad gradum quempiam promotus vadat ad decimam cohortem et rursus ab ea crescentibus stipendiis cum maiore gradu per alias recurat ad primam. Ideo primi pili centurio, postquam in orbem omnes cohortes per diversas administraverit scholas, in prima cohorte ad hanc pervenit palmam in qua ex omni legione infinita commoda consequatur, sicut primiscrinus in officio praefectorum praetorio ad honestum quaestuosumque militiae pervenit finem. Ita legionarii equites cohortes suas contubernii affectione venerantur, cum naturaliter equites a peditibus soleant discrepare. Per hanc ergo contextionem in legionibus et omnium cohortium et equitum peditumque servatur una concordia.

XXII. Quid inter tubicines et cornicines et classicum intersit:

Habet praeterea legio tubicines cornicines bucinatores. Tubicen ad bellum vocat milites et rursus receptui canit. Cornicines quotiens canunt, non milites sed signa ad eorum obtemperant nutum. Ergo, quotiens ad aliquod opus exituri sunt soli milites, tubicines canunt; quotiens movenda sunt signa, cornicines canunt; quotiens autem pugnatur, et tubicines et cornicines pariter canunt. Classicum item appellatur quod

isto é dez sacos, eram distribuídos, um por cada coorte, nos quais era posta esta quantia. Acrescentava-se ainda um décimo primeiro saco, para o qual a legião inteira dava uma pequena quantia, por causa das despesas funerárias, a saber, para que se algum dos soldados morresse fosse retirado daquele décimo primeiro saco dinheiro para os gastos com o seu funeral. Esta quantia era guardada num cesto junto dos *signiferi*, como agora lhes chamam; e, por isso, os *signiferi* eram escolhidos, não só entre homens fiéis mas também instruídos, que sabiam guardar bem os depósitos e devolver a cada um a respectiva quantia.

XXI. Na legião, as promoções são feitas de forma a que os que são promovidos transitem por todas as coortes:

Penso que as legiões foram instituídas pelos Romanos não só por desígnio humano mas também por inspiração de Deus, nas quais as dez coortes estão de tal forma organizadas que parecem ser um único corpo, uma única unidade. Pois, como que num círculo, os soldados são promovidos através das diferentes coortes e das diferentes secções, de tal forma que o soldado promovido da primeira coorte para um qualquer grau vá até à última coorte e inversamente regresse daquela através das outras até à primeira, com uma graduação mais elevada e com um tempo de serviço maior. Por isso, depois de ter dirigido todas as coortes em círculo através das diferentes secções, um centurião alcança na primeira coorte a honra de *primi pili*¹¹⁸, recebendo de toda a legião grandes privilégios, tal como um primeiro secretário do serviço do pretório dos prefeitos chega também a um fim honroso e lucrativo do serviço militar. Assim, os cavaleiros legionários respeitam as suas coortes com um afecto próprio do *contubernium*¹¹⁹, ainda que, por natureza, os cavaleiros costumem discordar dos peões. Portanto, com base neste ambiente de união, a concórdia é preservada nas legiões, quer entre todas as coortes, quer entre os cavaleiros e os peões.

XXII. Qual é a diferença entre tocadores de *tuba*, de *cornu* e de *classicum*:

Além disso, a legião tem *tubicines*, *cornicines* e *bucinatores*. O tocador de *tuba* (*tubicen*)¹²⁰ chama os soldados para a guerra e toca de novo para a retirada. Quando os tocadores de *cornu* (*cornicines*)¹²¹ tocam, não são os soldados mas os estandartes que obedecem ao sinal deles. Portanto, sempre que soldados isolados estão para sair para um trabalho qualquer, os *tubicines* tocam; sempre que os estandartes têm de ser movidos, os *cornicines* tocam; mas quando é altura de

bucinatores per cornum dicunt. Hoc insigne videtur imperii, quia classicum canitur imperatore praesente vel cum in militem capitaliter animadvertitur, quia hoc ex imperatoris legibus fieri necesse est. Sive ergo ad vigilias vel ad agrarias faciendas sive ad opus aliquod vel ad decursionem campi exeunt milites, tubicine vocante operantur et rursus tubicine admonente cessant. Cum autem moventur signa aut iam mota figenda sunt, cornicines canunt. Quod ideo in omnibus exercitiis et processionibus custoditur ut in ipsa pugna facilius obtemperent milites, sive eos pugnare sive stare sive sequi vel redire praeceperint duces, siquidem ratio manifesta sit semper in otio debere fieri quod necessario faciendum videtur in proelio.

XXIII. De exercitatione militum:

Legionis ordinatione digesta ad exercitium revertimur, unde, sicut iam dictum est, exercitus nomen accepit.

Iuniores quidem et novi milites mane ac post meridiem ad omne genus exercebantur armorum, veteres autem et eruditi sine intermissione semel in die exercebantur armis; neque enim longitudo aetatis aut annorum numerus artem bellicam tradit, sed post quanta volueris stipendia inexercitatus miles semper est tiro.

Armaturam quae festis diebus exhibetur in circo non tantum armaturae qui sub campidoctore sunt sed omnes aequaliter contubernales cotidiana meditatione discebant. Nam et velocitas usu ipso acquiritur corporis et scientia feriendi hostem seque protegendi, praesertim si gladiis comminus dimicetur; illud vero maius est, quod servare ordines discunt et vexillum suum in tantis permixtionibus in ipsa prolusione comitantur nec inter doctos aliquis error existit, cum multitudinis sit tanta confusio.

combater, tocam igualmente quer *tubicines* quer *cornicines*. O assim chamado *classicum* é aquilo que os *bucinatores* fazem soar por meio de um corno¹²². Isto é considerado como um sinal da autoridade imperial, porque o *classicum* é tocado quando o imperador está presente ou quando é aplicada a pena capital a um soldado, pois isto tem de ser feito segundo as leis do imperador¹²³. Portanto, quando os soldados saem para fazer vigilâncias nocturnas ou missões no campo ou para um serviço qualquer ou para manobras de campo, eles começam a trabalhar ao sinal do tocador de *tuba* e depois param também ao sinal do *tubicen*. Mas quando os estandartes são postos em movimento, ou quando já postos em movimento têm de ser espetados, tocam os *cornicines*. Assim, isto é mantido em todos os exercícios e marchas para que os soldados obedeçam mais facilmente no combate real, se os comandantes ordenarem que eles lutem, ou que se mantenham firmes no seu lugar, ou que persigam, ou que recuem; na verdade, é evidente o interesse em fazer sempre em tempo de paz aquilo que parece necessário fazer-se em tempo de guerra.

XXIII. Sobre o treino dos soldados:

Resumida a organização da legião, voltamos aos exercícios, palavra da qual, como já foi dito, o exército recebeu o nome.

Com efeito, os recrutas e os novos soldados eram exercitados em todo o tipo de armas, de manhã e de tarde, mas os veteranos e os já instruídos exercitavam-se com as armas uma vez por dia, sem falta; na verdade, nem a duração do tempo de serviço nem o número de anos ensinam a arte da guerra, pois, seja qual for o número de anos de serviço militar, o soldado destreinado é sempre um recruta.

Não só os *armaturae* que estão sob a direcção de um *campidoctor*, mas também todos os outros soldados aprendiam em treinos diários a *armatura*¹²⁴, que se exhibia em dias festivos no circo. Pois adquire-se pelo próprio uso do corpo, quer a velocidade, quer a arte de ferir o inimigo protegendo-se a si mesmo, especialmente se se combater com gládios, corpo-a-corpo; e isso é na verdade muito importante, porque eles aprendem a manter as fileiras e seguem o seu estandarte no meio de situações tão caóticas, mesmo no combate simulado; e nenhum erro surge entre soldados treinados, ainda que seja grande a confusão da multidão de combatentes.

Ad palum quoque vel sudibus exerceri percommodum est, cum latera vel pedes aut caput petere punctim caesimque condiscant.

Saltus quoque et ictus facere pariter adsuescant, insurgere tripudiantes in clipeum rursusque subsidere, nunc gestiendo provolare cum saltu, nunc cedentes in terga resilire.

Missilibus etiam palos ipsos procul ferire meditentur, ut et ars dirigendi et dexterarum virtus possit ad crescere. Sagittarii vero vel funditores scopas, hoc est fruticum vel straminum fascies, pro signo ponebant, ita ut sexcentis pedibus removerentur a signo, ut sagittis vel certe lapidibus ex fustibulo destinatis signum saepius tangerent. Propterea sine trepidatione in acie faciebant quod ludentes in campo fecerant semper. Adsuescendum est etiam ut semel tantum funda circa caput rotetur cum ex ea mittitur saxum. Sed et manu sola omnes milites meditabantur libralia saxa iactare, qui usus paratior creditur, quia non desiderat fundam.

Missibilia quoque vel plumbatas iugi perpetuoque exercitio dirigere cogebantur, usque adeo ut tempore hiemis de tegulis vel scindulis, quae si deessent certe de cannis ulva vel culmo, et porticus tegerentur ad equites et quaedam velut basilicae ad pedites, in quibus tempestate vel ventis aere turbato sub tecto armis erudiebatur exercitus. Ceteris autem etiam hibernis diebus, si nives tantum pluviaeque cessarent, exerceri cogebantur in campo, ne intermissa consuetudo et animos militum debilitaret et corpora.

Silvam caedere, portare onera, transilire fossas, natare in mari sive fluminibus, gradu pleno ambulare vel currere etiam armatos cum sarcinis suis frequentissime convenit, ut cotidiani laboris usus in pace difficilis non videatur in bello.

Sive ergo legio sive auxilia fuerint, exercentur assidue; nam quemadmodum bene exercitatus miles proelium cupit, ita formidat indoctus. Postremo sciendum est in pugna usum amplius prodesse quam vires; nam si doctrina cesset armorum, nihil paganus distat a milite.

É muito vantajoso que eles também se treinem contra o poste com varas¹²⁵, uma vez que aprendem a atacar os flancos, os pés e a cabeça, de ponta e de talho¹²⁶.

Devem habituar-se igualmente a dar saltos e golpes, a avançar aos saltos contra o escudo e, inversamente, a abaixar-se, ora avançando energicamente com um salto, ora saltando para trás, em recuo.

Devem também exercitar-se a atingir de longe os mesmos postes com dardos para que não só a perícia em visar mas também a força da mão direita possam aumentar. Os arqueiros e também os fundibulários colocavam como alvo *scopae*, isto é feixes de ramos ou de palha, e, a uma distância de seiscentos pés¹²⁷, tentavam atingi-los bastantes vezes com setas ou com pedras lançadas pelos fustíbalos. Por isso, faziam em combate, sem se perturbarem, aquilo que sempre tinham simulado no campo de treinos. Devem ainda habituar-se a que a funda seja rodada uma só vez por cima da cabeça quando se lança uma pedra. Mas todos os soldados eram treinados a lançar pedras com o peso de uma libra¹²⁸ só com uma mão, prática que se julga mais fácil porque não requer uma funda.

Também eram obrigados a arremessar dardos normais e dardos chumbados por meio de um treino contínuo e constante; e assim, no Inverno, até construíam galerias cobertas para os cavaleiros e como que umas basílicas para os peões, com coberturas feitas de telha ou de ripas, ou, caso estas faltassem, de canas, de ulva ou de colmo, nas quais o exército era treinado em armas debaixo de um tecto, estando o tempo perturbado por tempestades ou por ventos. Mas nos restantes dias, mesmo nos de Inverno, se a neve e a chuva parassem, eram obrigados a treinar-se no campo para que a interrupção do hábito não enfraquecesse nem o espírito nem o corpo dos soldados¹²⁹.

É conveniente que, com muita frequência, cortem árvores, carreguem pesos, saltem valas, nadem no mar ou em rios, que marchem em passo acelerado ou até que corram armados com as suas bagagens¹³⁰ para que o hábito do trabalho diário em tempo de paz não pareça difícil em tempo de guerra.

Portanto, quer se trate da legião quer das tropas auxiliares, devem treinar-se assiduamente; de facto, assim como o soldado bem treinado deseja o combate, assim o destreinado o receia. Por fim, é sabido que, no combate, conta mais o treino do que a força; pois, se um uso sábio das armas for negligenciado, o civil em nada se distingue do soldado.

XXIII. Exempla adhortationum exercitii militaris de aliis artibus tracta:

Athleta venator auriga propter exiguam mercedem vel certe plebis favorem cotidiana meditatione artes suas aut servare aut augere consuevit: militem, cuius est manibus servanda res publica, studiosius oportet scientiam dimicandi usumque rei bellicae iugibus exercitiis custodire, cui contingit non tantum gloriosa victoria sed etiam amplior praeda, quem ad opes ac dignitates ordo militiae et imperatoris iudicium consuevit evehere. Artifices scaenici ab exercitiis non recedunt pro laude vulgi: miles sacramento lectus ab exercitio armorum vel novellus vel iam vetustus cessare non debet, cui pugnandum est pro salute propria et libertate communi, praesertim cum antiqua sit prudensque sententia omnes artes in meditatione consistere.

XXV. Enumeratio ferramentorum vel machinarum legionis:

Legio autem non tantum militum numero sed etiam genere ferramentorum vincere consuevit.

Primum omnium instruitur iaculis quae nullae loricae, nulla possunt scuta sufferre. Nam per singulas centurias singulas carroballistas habere consuevit, quibus muli ad trahendum et singula contubernia ad armandum vel dirigendum, hoc est undecim homines, deputantur. Hae quanto maiores fuerint, tanto longius ac fortius tela iaculantur. Non solum autem castra defendunt verum etiam in campo post aciem gravis armaturae ponuntur; ante quarum impetum nec equites loricati nec pedites scutati possunt hostium stare. In una autem legione quinquaginta quinque carroballistae esse solent.

Item decem onagri, hoc est singuli per singulas cohortes, in carpentis bubus portantur armati, ut si forte hostes ad oppugnandum venerint vallum sagittis et saxis possint castra defendi.

Scafes quoque de singulis trabibus excavatas cum longissimis funibus et interdum etiam ferreis catenis secum legio portat, quatenus contextis hisdem, sicut dicunt, monoxylis, superiectis etiam tabulatis, flumina sine pontibus quae vadari nequeunt tam a peditibus quam ab equitatu sine periculo transeantur.

XXIV. Exemplos de incentivo ao exercício militar retirados de outras artes:

O atleta, o caçador e o cocheiro costumam manter ou aumentar o seu engenho através de um treino diário por causa de uma pequena recompensa ou dos favores da plebe; assim, convém que o soldado, em cujas mãos repousa a defesa do Estado, mantenha ainda mais esforçadamente, por exercícios constantes, a ciência do combate e a experiência da arte militar; a ele cabe não só uma vitória gloriosa mas também um despojo ainda maior, pois a hierarquia do exército e a vontade do imperador costumam levá-lo à riqueza e às honrarias. Os artistas do palco não recuam perante os exercícios para obterem o louvor do povo; também o soldado, escolhido e ajuramentado, quer seja novo quer seja já um veterano, não deve renunciar ao exercício das armas; ele deve lutar pelo seu próprio bem-estar e pela liberdade comum, especialmente quando a antiga e sábia opinião diz que todas as artes assentam no treino.

XXV. Enumeração de ferramentas e máquinas da legião:

Mas a legião costuma vencer não só devido ao número de soldados, mas também ao tipo de ferramentas.

Antes de mais, a legião é provida com projecteis a que nenhuma loriga ou escudos podem resistir. Na verdade, cada centúria costuma ter a sua *carroballista*¹³¹, a que são atribuídas mulas para as puxar e um só *contubernium*, isto é onze homens, para as armar e direccionar. Quanto maiores forem estas balistas, tanto mais longe e com mais força os projecteis são lançados. Elas não apenas defendem o acampamento como também são colocadas no campo de batalha, atrás da linha da infantaria pesada; perante a força do seu impacto, nem os cavaleiros protegidos com loriga nem os peões com escudo inimigos conseguem manter as suas posições. Numa legião costuma haver cinquenta e cinco balistas montadas em carros.

De igual modo, são transportados dez ónagros, isto é, um por coorte, já armados em carros de bois, para que, se por acaso os inimigos vierem atacar a paliçada, o acampamento possa ser defendido com setas e com pedras.

A legião leva também consigo canoas escavadas a partir de um só tronco e cordas muito compridas e, por vezes, também correntes de ferro, já que ao ligar estes *monoxylis*, tal como lhes chamam, revestidos com pranchas, os rios sem pontes que não podem ser passados a vau poderão ser atravessados sem perigo tanto pelos peões como pela cavalaria.

Habet ferreos arpagones, quos lupos vocant, et falces ferreas confixas longissimis contis, item ad fossarum opera facienda bidentes ligones palas rastra alveos cophinos quibus terra portetur. Habet quoque dolabras secures ascias serras, quibus materies ac pali dedolantur atque serrantur. Habet praeterea artifices cum omnibus ferramentis, qui ad oppugnandas hostium civitates testudines musculos arietes vineas, ut appellant, turres etiam ambulatorias faciunt.

Verum ne singula enumerando plura dicantur, universa quae in quocumque belli genere necessaria esse creduntur secum legio debet ubique portare, ut in quovis loco fixerit castra armatam faciat civitatem.

A legião tem arpéus de ferro, a que chamam “lobos”, e foices de ferro presas a hastes muito longas, e igualmente, para fazer as obras dos fossos, forquilhas, enxadas, pás, ancinhos, tinas e cestos, com os quais a terra era transportada. Tem também picaretas, machados, enxós e serras, com as quais a madeira e as estacas são desbastadas e serradas. Para além disso, a legião tem artesãos com todo o tipo de ferramentas, que fazem coberturas de madeira, manteletes, aríetes, *vineae*, tal como lhes chamam, e ainda torres móveis para atacar as cidades dos inimigos¹³².

Mas, para não ter de mencionar mais coisas enumerando-as uma a uma, direi que a legião deve levar consigo para toda a parte todo o material que se julga ser necessário em qualquer tipo de guerra para que, em qualquer lugar em que montar o acampamento, o transforme numa cidade armada.

INCIPIUNT CAPITULA LIBRI TERTII

- I. Qui modus esse debeat exercitus
- II. Quemadmodum sanitas gubernetur exercitus
- III. Quanta cura providenda sint atque servanda pabula vel frumenta
- III. Quemadmodum oporteat providere ne seditionem milites faciant
- V. Signorum militarium quanta sint genera
- VI. Quanta sit servanda cautela cum vicinis hostibus movetur exercitus
- VII. Quemadmodum flumina quae maiora sunt transeantur
- VIII. Quemadmodum castra debeant ordinari
- VIII. Quae et quanta consideranda sint ut intellegatur utrum super-ventibus et insidiis an publico debeat Marte configi
- X. Quid oporteat fieri si quis desuetum a pugna exercitum habeat vel tironem
- XI. Quae ipso die procuranda sint quo publica committitur pugna
- XII. Investigandum quid sentiant milites pugnaturi
- XIII. Quemadmodum idoneus locus eligatur ad pugnam
- XIII. Quemadmodum acies debeat ordinari ut in conflictu reddatur invicta
- XV. Ratio podismi, quantum spatium in acie inter singulos homines in longum vel inter singulos ordines in latum debeat custodiri
- XVI. De equitibus ordinandis
- XVII. De subsidiis quae post aciem collocantur

- XVIII. In quo loco primus dux stare debeat, in quo secundus, in quo tertius
- XVIII. Quibus remediis virtuti vel dolis hostium resistatur in acie

COMEÇAM OS CAPÍTULOS DO LIVROS TERCEIRO

- I. Que tamanho deve ter o exército.
- II. Como deve ser controlada a saúde do exército.
- III. Com que cuidado devem ser provisionados e conservados as forragens e os cereais.
- IV. Que cautelas se deve ter para que os soldados não se amotinem.
- V. Quantos tipos há de sinais militares.
- VI. Que cuidados se deve ter quando o exército se movimenta com o inimigo por perto.
- VII. Como devem ser atravessados os maiores rios.
- VIII. Como deve ser disposto o acampamento.
- IX. O que se deve avaliar para decidir se se deve combater por meio de ataques imprevistos e de emboscadas ou por meio de uma batalha campal.
- X. O que é que convém fazer se alguém tiver um exército desabituaado do combate ou composto por recrutas.
- XI. O que é que deve ser feito no próprio dia em que se trava uma batalha campal.
- XII. Deve averiguar-se aquilo que sentem os soldados que vão combater.
- XIII. Como se escolhe um local adequado para o combate.
- XIV. Como ordenar a linha de batalha para que saia vencedora.
- XV. Cálculo em pés da distância que deve observar-se entre cada homem na linha de batalha ou entre uma linha e outra.
- XVI. Sobre a disposição dos cavaleiros.
- XVII. Sobre as tropas de reserva que são colocadas atrás das linhas de batalha.
- XVIII. Em que lugar deve estar o primeiro comandante, e o segundo, e o terceiro.
- XIX. Com que recursos se pode opor resistência, na linha de batalha, à força e aos estratagemas dos inimigos.

XX. Quot generibus pugna publica committatur et quomodo etiam qui inferior numero et viribus est valeat optinere

XXI. Viam abscedendi hostibus dandam ut deleantur facilius fugientes

XXII. Quemadmodum ab hostibus recedatur si consilium displicet pugnae

XXIII. De camelis et catafractis equitibus

XXIII. Quomodo quadrigis falcatis vel elephantis in acie possit obsisti

XXV. Quid fieri debeat si vel pars fugerit vel totus exercitus

XXVI. Regulae bellorum generales

Athenienses et Lacedaemonios ante Macedonas rerum potitos prisci loquuntur annales. Verum apud Athenienses non solum rei bellicae sed etiam diversarum artium viguit industria, Lacedaemoniis autem praecipua fuit cura bellorum. Primi denique experimenta pugnarum de eventibus colligentes artem proeliorum scripsisse firmantur, usque eo ut rem militarem, quae virtute sola vel certe felicitate creditur contineri, ad disciplinam peritiaeque studia revocarint ac magistros armorum, quos tacticos appellaverunt, iuventutem suam usum varietatemque pugnandi praeceperint edocere. O viros summa admiratione laudandos, qui eam praecipue artem ediscere voluerunt sine qua aliae artes esse non possunt!

Horum sequentes instituta Romani Martii operis praecepta et usu retinuerunt et litteris prodiderunt, quae per diversos auctores librosque dispersa, imperator invicte, mediocritatem meam adbreuiare iussisti, ne vel fastidium nasceretur ex plurimis vel plenitudo fidei deesset in parvis.

Quantum autem in proeliis Lacedaemoniorum disciplina profuerit, ut omittam cetera, Xanthippi declaratur exemplo, qui Atilium Regulum Romanumque exercitum saepe victorem, cum Carthaginiensibus non virtute sed arte solus ferret auxilium, prostratis exercitibus cepit ac domuit unoque congressu triumphans bellum omne confecit. Nec minus

XX. De quantos modos se trava uma batalha campal e como pode ainda ter êxito aquele que é inferior em número e em força.

XXI. Deve dar-se aos inimigos um caminho para escapar de modo a que sejam destruídos mais facilmente durante a fuga.

XXII. Como bater em retirada se a ideia de combater não agrada.

XXIII. Sobre os camelos e os cavaleiros com catafractas.

XXIV. Como é que pode fazer-se frente, na linha de batalha, a quadrigas falcadas ou a elefantes.

XXV. O que deve fazer-se se todo o exército, ou uma parte dele, se puser em fuga.

XXVI. Regras gerais da guerra.

Os anais antigos dizem que os Atenienses e os Lacedemónios¹³³ dominaram antes dos Macedónios. Na verdade, entre os Atenienses floresceu o cultivo não só da arte militar mas também das outras artes; mas, para os Lacedemónios, a preocupação principal foi a guerra. Dizem, em suma, que eles, recolhendo as experiências sobre os acontecimentos militares, foram os primeiros a escrever uma arte da guerra, de tal forma que dirigiram a actividade militar, que se julgava depender apenas da coragem ou pelo menos da sorte, para a educação e a aprendizagem da perícia e instruíram mestres de armas, a que chamaram *tactici*, para ensinar à sua juventude a prática e as várias formas de combater. Ó homens dignos de ser louvados com a maior das admirações que quiseram aprender principalmente esta arte sem a qual as outras não podem existir!

Os Romanos, seguindo os ensinamentos deles, não só conservaram pelo uso os preceitos da obra de Marte como também os transmitiram por escrito, preceitos que, dispersos por diferentes autores e livros, tu, Imperador Invicto, ordenaste à minha mediocridade que compilasse de tal forma que nem o tédio surgisse devido ao grande número de pormenores, nem, por outro lado, um escasso número de detalhes provocasse uma menor fidelidade ao assunto.

Na verdade, o quanto a ciência militar foi útil aos Lacedemónios nos seus combates, e para omitir outros, é confirmado pelo exemplo de Xantipo, que, com exércitos já anteriormente derrotados, capturou e venceu Atílio Régulo e o exército romano muitas vezes vencedor: ao levar auxílio aos Cartagineses, não só pela coragem mas também pela perícia, triunfou num único encontro e terminou toda

Hannibal petiturus Italiam Lacedaemonium doctorem quaesivit armorum, cuius monitis tot consules tantasque legiones inferior numero ac viribus interemit.

Igitur qui desiderat pacem praeparet bellum; qui victoriam cupit milites imbuat diligenter; qui secundos optat eventus dimicet arte, non casu. Nemo provocare, nemo audet offendere, quem intellegit superiorem esse si pugnet.

I. Qui modus esse debeat exercitus:

Primus liber tironum dilectum exercitiumque deprompsit. Sequens legionis institutionem disciplinamque edocuit militarem. Hic tertius classicum sonat. Ideo enim illa praemissa sunt ut haec, in quibus peritia certaminum et victoriae summa consistit, disciplinae ordine custodito et intellegentur celerius et amplius adiuvent.

Exercitus dicitur tam legionum quam etiam auxiliorum nec non etiam equitum ad gerendum bellum multitudo collecta. Huius modus a magistris quaeritur armorum. Nam cum Xersis et Darii vel Mitridatis ceterorumque regum qui innumerabiles armaverant populos exempla releguntur, evidentem apparet nimium copiosos exercitus magis propria multitudine quam hostium virtute depressos. Nam pluribus casibus subiacet amplior multitudo. In itineribus pro mole sua semper est tardior; in longiore autem agmine etiam a paucis superventum adsolet pati; in locis autem asperis vel fluminibus transeundis propter impedimentorum moras saepe decipitur; praeterea ingenti labore numerosis animalibus equisque pabula colliguntur. Rei quoque frumentariae difficultas, quae in omni expeditione vitanda est, cito maiores fatigat exercitus. Nam quantolibet studio praeparetur annona, tanto maturius deficit quanto pluribus erogatur. Aqua denique ipsa nimiae multitudini aliquando vix sufficit. Quod si casu acies verterint tergum, necesse est multos cadere de multis et illos qui effugerint ut semel territos postea formidare conflictum.

a guerra¹³⁴. E também Aníbal, com a intenção de se dirigir para Itália, procurou um mestre de armas lacedemônio, com os conselhos do qual destruiu tantos cônsules e legiões, sendo inferior em número e em forças¹³⁵.

Portanto, quem desejar a paz, que prepare a guerra¹³⁶; quem ambicionar a vitória, que treine diligentemente os soldados; quem pretender desenlaces favoráveis, que lute com arte, não ao acaso. Ninguém ousa provocar, ninguém ousa agredir aquele que se percebe ser-lhe superior em caso de combate.

I. Que tamanho deve ter o exército:

O primeiro livro destacou a escolha e o treino dos recrutas. O seguinte ensinou a organização da legião e a instrução militar. Este terceiro livro faz soar o *classicum*¹³⁷. Com efeito, aqueles assuntos foram tratados antes para que agora estes, nos quais assenta a experiência dos combates e a essência da vitória, sejam compreendidos mais rapidamente e sejam mais úteis, uma vez preservada a sequência da matéria.

Diz-se que o exército é a multidão reunida, quer de legiões quer ainda de tropas auxiliares e também de cavaleiros, para fazer a guerra. A dimensão do exército é analisada por especialistas de armas. Com efeito, quando são relidos os exemplos de Xerxes e de Dario ou de Mitridates¹³⁸ e de outros reis que armaram incontáveis multidões, torna-se evidente que exércitos demasiado grandes foram vencidos mais pelo seu próprio número exagerado do que pela coragem dos inimigos. Pois uma multidão maior está sujeita a um maior número de desgraças. Nas marchas, é sempre mais vagarosa por causa da sua grande dimensão; numa coluna mais longa, costuma sofrer ataques de surpresa, mesmo por parte de poucos inimigos; em lugares acidentados ou na travessia de rios, o exército é muitas vezes surpreendido por causa do estorvo provocado pelas bagagens; para além disso, as forragens para os numerosos animais e cavalos são recolhidas com um imenso esforço. Também a dificuldade no abastecimento dos cereais, que deve ser evitada em todas as campanhas, fatiga rapidamente os exércitos maiores. Com efeito, por maior que seja o cuidado com que se preparam as provisões, tanto mais cedo elas se esgotam quanto maior for o número de pessoas a quem se distribuem. Por fim, a própria água, por vezes, mal é suficiente para uma tal multidão. E se, por acaso, as linhas de batalha tiverem de bater em retirada, forçoso é que muitos caíam mortos de entre muitos, e que, aqueles que escaparem, uma vez aterrorizados, receiem mais tarde o combate.

Veteres autem qui remedia difficultatum experimentis didicerant non tam numerosos quam eruditos armis exercitus habere voluerunt. Itaque in levioribus bellis unam legionem mixtis auxiliis, hoc est decem milia peditum et duo milia equitum, crediderunt posse sufficere, quam manum praetores vel minores duces ad expeditionem saepe ducebant. Quod si magnae hostium copiae dicerentur, consularis potestas cum viginti milibus peditum et quattuor milibus equitum tamquam comes maior mittebatur. Quod si infinita multitudo ex gentibus ferocissimis rebellasset, tunc nimia necessitate cogente duo duces et duo mittebantur exercitus cum eiusmodi praecepto: ‘provideant ne quid res publica detrimenti capiat consules ambo alterve’ vel ‘alter ambove’. Denique, cum in diversis regionibus contra diversos hostes a populo Romano annis prope omnibus pugnaretur, ideo sufficiebant militum copiae quia utilius iudicabant non tam grandes exercitus habere quam plures, illa tamen ratione servata ne umquam amplior multitudo socialium auxiliarium esset in castris quam civium Romanorum.

II. Quemadmodum sanitas gubernetur exercitus:

Nunc, quod vel maxime providendum est, quemadmodum sanitas custodiatur exercitus admonebo, hoc est locis aquis tempore medicina exercitio.

Locis, ne in pestilenti regione iuxta morbosas paludes, ne aridis et sine opacitate arborum campis aut collibus, ne sine tentoriis aestate milites commorentur, ne egressi tardius et calore solis et fatigatione itineris contrahant morbum sed potius in aestu ante lucem coepto itinere ad destinata perveniant, ne saeva hieme iter per nives ac pruinas noctibus faciant aut lignorum patientur inopiam aut minor illis vestium suppetat copia; nec sanitati enim nec expeditioni idoneus miles est qui algere compellitur.

Nec perniciosus vel palustribus aquis utatur exercitus; nam malae aquae potus, veneno similis, pestilentiam bibentibus generat.

Mas os antigos, que aprenderam as soluções para as dificuldades por meio da experiência, preferiram ter, não tanto exércitos volumosos, mas instruídos nas armas. E, assim, eles acreditaram que, nas guerras mais ligeiras, uma só legião com tropas auxiliares misturadas, isto é, dez mil peões e dois mil cavaleiros, podia ser suficiente, força essa que pretores ou generais de categoria inferior conduziam frequentemente em campanha. Mas se constasse que as tropas dos inimigos eram numerosas, era enviada uma autoridade consular, como um conde de primeira ordem¹³⁹, com vinte mil peões e quatro mil cavaleiros. Porém, se uma incontável multidão de gentes muito ferozes se revoltasse, então, em caso de extrema necessidade, eram enviados dois generais e dois exércitos com uma ordem deste tipo: “que os cônsules, em conjunto ou separadamente, providenciem para que a república não sofra nenhum dano”. Por fim, como o povo romano combatia quase todos os anos em diversas regiões contra diferentes inimigos, tornavam-se suficientes as quantidades de soldados existentes porque se considerava mais útil dispor de vários exércitos do que ter exércitos tão grandes¹⁴⁰, ainda que se conservasse aquele princípio de nunca haver no acampamento um número de aliados auxiliares superior ao de cidadãos romanos.

II. Como deve ser controlada a saúde do exército:

Agora, aconselharei como a saúde do exército, matéria que deve ser acautelada ao máximo, é protegida, isto é, o que diz respeito aos lugares, à água, ao tempo, à medicina e ao treino.

Quanto aos lugares, os soldados não devem acampar em região pestilenta próxima de pântanos insalubres, nem em campos ou montes áridos e sem sombra de árvores, nem sem tendas durante o Verão; eles devem evitar contrair uma doença, quer devido ao calor do sol quer ao cansaço da marcha, ao partir tarde de mais do acampamento; mas devem chegar ao seu destino no momento de maior calor, começando a marcha, de preferência, antes do nascer do sol; não devem fazer uma marcha noturna no pino do Inverno através da neve e da geada ou incorrer em falta de lenha ou de vestuário; com efeito, não pode ser saudável nem capaz de uma campanha o soldado que é constrangido pelo frio.

E o exército não deve consumir águas perniciosas ou pantanosas, pois o beber água de má qualidade, semelhante a um veneno, provoca a doença àqueles que a ingerem.

Iam vero ut casu aegri contubernales oportunis cibis reficiantur ac medicorum arte curentur principiorum tribunorumque et ipsius comitis qui maiorem sustinet potestatem iugis quaeritur diligentia; male enim cum his agitur quibus necessitas et belli incumbit et morbi.

Sed rei militaris periti plus cotidiana armorum exercitia ad sanitatem militum putaverunt prodesse quam medicos. Itaque pedites sine intermissione imbribus vel nivibus sub tecto, reliquis diebus exerceri in campo voluerunt; similiter equites non solum in planis sed etiam in abruptis et fossarum hiatu difficillimis semitis seque et equos suos assidue exercere iusserunt, ut nihil his in necessitate proelii accidere posset incognitum. Ex quo intellegitur quanto studiosius armorum arte docendus sit semper exercitus, cum ei laboris consuetudo et in castris sanitatem et in conflictu possit praestare victoriam.

Si autumnali aestivoque tempore diutius in hisdem locis militum multitudo consistat, ex contagione aquarum et odoris ipsius foeditate vitiatibus haustibus et aere corrupto perniciosissimus nascitur morbus, qui prohiberi non potest aliter nisi frequenti mutatione castrorum.

III. Quanta cura providenda sint atque servanda pabula vel frumenta:

Ordo postulat ut de comreatu pabulo frumentisque dicatur. Saepius enim penuria quam pugna consumit exercitum, et ferro saevior fames est. Deinde reliquis casibus potest in tempore subveniri, pabulatio et annona in necessitate remedium non habent nisi ante condantur. In omni expeditione unum est et maximum telum ut tibi sufficiat victus, hostes frangat inopia.

Ante igitur quam inchoetur bellum, de copiis expensisque sollers debet esse tractatus, ut pabula frumentum ceteraeque annonariae species quas a provincialibus consuetudo deposcit maturius exigantur et in opportunis

Com efeito, para que nestas circunstâncias os camaradas¹⁴¹ doentes se recomponham com alimentos adequados e sejam tratados pela arte dos médicos, requer-se uma preocupação constante dos oficiais, dos tribunos e até do próprio conde que detém o maior poder; com efeito, tudo corre mal àqueles sobre os quais se abate a obrigação não só de fazer a guerra mas também a de enfrentar a doença.

Mas os peritos da arte militar achavam que o exercício diário das armas era mais útil para a saúde dos soldados do que os médicos. E, assim, eles quiseram que os peões fossem treinados sem interrupção, em tempo de chuva ou de neve sob a protecção de um tecto e, nos restantes dias, no campo de treinos¹⁴²; da mesma maneira, ordenaram que os cavaleiros e as suas montadas treinassem assiduamente não só em locais planos mas também em locais escarpados e em veredas muito difíceis devido à abertura de valas para que nada de imprevisto lhes pudesse suceder em caso de combate. De onde se depreende o quanto o exército deve ser sempre cuidadosamente instruído na arte das armas, uma vez que o hábito do trabalho pode garantir-lhe não só a saúde no acampamento mas também a vitória na batalha.

Se, no Outono e no Verão, uma grande quantidade de soldados permanecer muito tempo nos mesmos lugares, então surge uma doença muito perniciosa por causa da ingestão de águas viciadas e do ar corrupto, devido quer à contaminação das águas, quer ao carácter repugnante do próprio cheiro; doença essa que não pode ser evitada de outra forma a não ser pela mudança frequente de acampamento.

III. Com que cuidado devem ser aprovisionados e conservados as forragens e os cereais:

A sequência exige que se fale acerca do aprovisionamento de forragens e de cereais. Com efeito, muitas vezes a penúria de alimentos destrói mais o exército do que o combate: a fome é mais cruel do que o ferro. Em segundo lugar, outras situações podem ser remediadas a tempo mas o aprovisionamento de forragens e de mantimentos não tem solução em caso de necessidade a não ser que seja feito com antecedência¹⁴³. Em toda a campanha, a arma, por si só, mais importante é que os víveres sejam suficientes mas que a carência deles aniquile os inimigos.

Portanto, antes de se começar uma guerra, deve deliberar-se cuidadosamente acerca das provisões e das despesas para que forragens, trigo e outros tipos de provisões, que o costume exige aos habitantes das províncias, sejam reclamados

ad rem gerendam ac munitissimis locis amplior semper modus quam sufficit adgregetur. Quod si tributa deficiunt, prorogato auro comparanda sunt omnia; neque enim divitiarum segura possessio est nisi armorum defensione servetur. Frequenter autem necessitas geminatur et obsidio saepe fit longior quam putaris, cum adversarii etiam ipsi esurientes circumsidere non desinant quos fame sperant esse vincendos.

Praeterea quicquid in pecore vel quacumque fruge vinoque hostis inferens bellum ad victum suum poterit occupare non solum admonitis per edicta possessoribus sed etiam coactis per electos executores ad castella idonea et armatorum firmata praesidiis vel ad tutissimas conferendum est civitates, urgendique provinciales ut ante irruptionem seque et sua moenibus condant. Reparatio etiam murorum tormentorumque omnium ante curanda est. Nam si semel hostes praevenierint occupatos, metu universa turbantur, et quae ex aliis urbibus petenda sunt interclusis itineribus denegantur.

Sed fidelis horreorum custodia et erogatio moderata consuevit sufficere pro copia, maxime si ab initio procuretur. Ceterum sera parsimonia est tunc servare cum deficit. In expeditionibus arduis per capita magis militum quam per dignitates ab antiquis praebebantur annonae, ita ut post necessitatem eisdem a re publica redderentur.

Hieme lignorum et pabuli, aestate aquarum vitanda est difficultas, frumenti vero et aceti vel vini nec non etiam salis omni tempore necessitas declinanda, ita ut urbes atque castella ab his militibus qui minus prompti inveniuntur in acie armis sagittis fustibalis fundis etiam et saxis onagris ballistisque defendantur.

Praecipueque vitetur ne adversariorum dolo atque periuriis decipiatur provincialium incauta simplicitas; frequentius enim commerciorum pacisque simulatio credulis quam arma nocuerunt.

o mais cedo possível e para que uma quantidade maior do que aquela que é suficiente seja sempre armazenada em lugares convenientes para o efeito e muito bem protegidos. Mas, se as contribuições faltam, tudo deve ser adquirido com ouro adiantado; com efeito, a posse de riquezas não é segura a não ser que seja garantida pela força das armas. Mas, frequentemente, a necessidade duplica e um cerco torna-se muitas vezes mais longo do que se pensa, uma vez que os adversários, ainda que passando eles próprios fome, não deixam de cercar aqueles que eles julgam que também poderão ser vencidos pela fome.

Além disso, tudo o que seja gado, qualquer tipo de cereais ou vinho, a que um inimigo portador da guerra possa deitar a mão para sua alimentação, deve ser levado para fortalezas seguras e defendidas por guarnições de soldados armados ou para cidades bem protegidas, não só advertidos os proprietários por meio de éditos mas também a isso obrigados por oficiais escolhidos; e os habitantes das províncias devem ser exortados a esconderem-se a si próprios e aos seus bens atrás das muralhas antes do ataque. Também a reparação das muralhas e de todos os engenhos de guerra deve ser acautelada antes. Pois se os inimigos repararem alguma vez que se está desprevenido, então tudo é perturbado pelo medo e aquelas coisas que têm de ser pedidas a outras cidades são recusadas, estando as estradas cortadas.

Uma vigilância segura dos celeiros e uma distribuição moderada costumam garantir a abundância, especialmente se isso for assegurado desde o início. Mas quando as provisões são escassas, então é tarde demais para as conseguir poupar. Em campanhas difíceis, as provisões eram distribuídas pelos antigos mais de acordo com o número dos soldados do que em função do seu estatuto, de tal forma que, ultrapassada a situação de emergência, elas eram repostas pelo Estado nos moldes habituais¹⁴⁴.

Deve evitar-se a carência de lenha e de forragens no Inverno e de água no Verão; também se deve evitar a escassez de trigo, de vinagre e de vinho e também de sal, em qualquer altura do ano, de tal forma que as cidades e as fortalezas sejam defendidas com armas, com setas, com fustíbalos, com fundas e com pedras, com ónagros e com balistas¹⁴⁵ por aqueles soldados que são considerados como menos aptos no campo de batalha.

Deve evitar-se especialmente que a simplicidade ingênua dos habitantes das províncias seja enganada pela manha e pelas mentiras dos adversários; com

Qua ratione famem collecti patiuntur hostes, dispersi vero crebris superventibus facile vincuntur.

III. Quemadmodum oporteat provideri ne seditionem milites faciant:

Interdum movet tumultum ex diversis locis collectus exercitus et cum pugnare nolit irasci se simulat cur non ducatur ad bellum; quod hi praecipue faciunt qui in sedibus otiose delicateque vixerunt. Nam asperitate insoliti laboris offensi quem in expeditione necesse est sustinere, praeterea metuentes proelium qui armorum exercitia declinarant, ad eiusmodi praecipitantur audaciam.

Cui vulnere multiplex medicina consuevit opponi. Dum adhuc separati sunt et in sedibus suis, tribunorum vel vicariorum nec non etiam principiorum ad omnem disciplinam artissima severitate teneantur nihilque aliud nisi devotionem moderationemque custodiant, campicursionem, ut ipsi appellant, inspectionemque armorum assidue faciant, nullis com meatibus vacent, ad nomen, ad signa observare non desinant. Ad sagittas iaciendas, ad missibilia dirigenda, ad iactandos lapides vel funda vel manu, ad armaturae gestum, ad vectes pro similitudine gladiatorum punctim caesimque feriendo multo die usque ad sudorem sunt frequentissime detinendi, cursu etiam et saltu ad transmittendas fossas nihilo minus imbuendi. Seu mare sive fluvius vicinus est sedibus, aestivo tempore ad natandum cogendi sunt omnes, praeterea silvam caedere, iter per dumos et abrupta facere, materiem dedolare, aperire fossam, occupare aliquem locum et ne a contubernalibus detrudantur scutis invicem obviantibus niti. Ita exercitati et eruditi in sedibus milites, sive illi legionarii sive auxiliares sive equites fuerint, cum ad expeditionem ex diversis convenerint numeris, aemulatione virtutis proelium magis necesse habent optare quam otium. Nemo cogitat de tumultu qui fiduciam de arte vel viribus gerit.

efeito, a simulação de actos de comércio e de paz prejudicou muito mais vezes os crédulos do que o fizeram as armas.

Deste modo, os inimigos, quando estão juntos, padecem de fome, enquanto dispersos são facilmente vencidos por meio de emboscadas frequentes.

IV. Que cautelas se deve ter para que os soldados não se amotinem:

De tempos a tempos, o exército reunido a partir de diferentes lugares provoca a desordem e, quando não quer combater, finge irritar-se porque não é conduzido para a guerra; isto é feito especialmente por aqueles que viveram ociosa e luxuosamente nos seus aquartelamentos. Com efeito, ultrajados pela aspereza de um trabalho a que não estão acostumados e que é necessário assegurar em campanha, temendo, além disso, o combate, aqueles que descuraram o exercício das armas lançam-se numa aventura deste tipo.

A esta chaga é costume responder-se com soluções variadas. Enquanto ainda estão separados e nos seus aquartelamentos, os soldados devem submeter-se a todo o género de disciplina graças a um controlo muito severo dos tribunos ou dos vicários ou ainda dos oficiais. E não devem cultivar mais nada para além da dedicação e da obediência; devem fazer assiduamente *campicursio*¹⁴⁶, tal como eles lhe chamam, e revistas de armas; devem ficar sem licenças de saída e não devem deixar de responder à chamada e de acompanhar os seus estandartes. Devem ser muito frequentemente ocupados no lançamento de setas e de dardos, no arremesso de pedras (quer com fundas quer à mão), na manobra da *armatura* e no uso de paus à maneira de gládios, golpeando quer de ponta quer de talho durante a maior parte do dia até suarem¹⁴⁷. E ainda devem ser treinados a ultrapassar valas em corrida ou em salto. Se houver um mar ou um rio próximo do aquartelamento, todos devem ser obrigados a nadar durante o Verão e, além disso, a cortar árvores, a marchar por silvados e lugares íngremes, a desbastar madeira, a abrir um fosso e a ocupar um qualquer lugar, esforçando-se por não ser desalojados pelos seus próprios camaradas, opondo os seus escudos aos deles. Assim, treinados e instruídos nos aquartelamentos, os soldados, sejam eles legionários, tropas auxiliares ou cavaleiros, quando se reunirem para uma campanha, vindos de diversas unidades, têm necessariamente de preferir o combate ao ócio para competirem entre si em valor. Ninguém, que tenha confiança na sua perícia e nas suas forças, pensa em desordens.

Dux autem esse debet attentus ut in omnibus legionibus sive auxiliis vel vexillationibus a tribunis vicariis principiisque, si qui turbulenti vel seditiosi sunt milites, non pro invidia suggerentum sed pro rerum veritate cognoscat eosque prudentiore consilio segregatos a castris ad agendum aliquid quod ipsis prope videatur optabile aut ad castella urbesque deputet muniendas atque servandas, tanta subtilitate ut cum abiciuntur videantur electi. Numquam enim ad contumaciam pari consensu multitudo prorumpit sed incitatur a paucis, qui vitiorum scelerumque impunitatem sperant peccare cum plurimis.

Quod si ferri medicinam necessitas extrema persuaserit, rectius est more maiorum in auctores criminum vindicari, ut ad omnes metus, ad paucos poena perveniat. Laudabiliores tamen duces sunt quorum exercitum ad modestiam labor et usus instituit quam illi quorum milites ad oboedientiam suppliciorum formido compellit.

V. Signorum militarium quanta sint genera:

Multa quidem sunt discenda atque observanda pugnantibus, siquidem nulla sit negligentiae venia ubi de salute certatur; sed inter reliqua nihil magis ad victoriam proficit quam monitis obtemperare signorum. Nam cum voce sola inter proeliorum tumultus regi multitudo non possit et cum pro necessitate rerum plura ex tempore iubenda atque facienda sint, antiquus omnium gentium usus invenit quomodo quod solus dux utile iudicasset per signa totus agnosceret et sequeretur exercitus.

Tria itaque genera constat esse signorum, vocalia semivocalia muta; quorum vocalia et semivocalia percipiuntur auribus, muta vero referuntur ad oculos.

Vocalia dicuntur quae voce humana pronuntiantur, sicut in vigiliis vel in proelio pro signo dicitur ut puta 'victoria' 'palma' 'virtus' 'Deus nobiscum' 'triumphus imperatoris' et alia quaecumque voluerit dare is qui in exercitu habet maximam potestatem. Sciendum tamen est ista vocabula cotidie debere variari, ne ex usu signum hostes agnoscant et explorantes inter nostros versentur impune.

Mas o general deve estar atento de forma a conhecer, pelos tribunos, pelos seus vicários e pelos oficiais, em todas as legiões, tropas auxiliares e *vexillationes*¹⁴⁸, se existem alguns soldados desordeiros ou sediciosos, não por inveja dos informadores mas pela verdade dos factos. E por meio de uma decisão muito prudente, o general deve encarregar aqueles que assim foram afastados do acampamento de fazer algo que a eles próprios se afigure preferível ou de fortificar e guardar castelos e cidades, de tal forma que a eles pareça terem sido escolhidos quando na verdade foram afastados. Com efeito, nunca uma multidão se lança com unanimidade numa rebelião mas a ela é incitada por uns poucos que esperam a impunidade de vícios e de crimes ao prevaricar a coberto de muitos.

Mas, se uma necessidade extrema justificar a medicina do ferro, é mais justo castigar os promotores dos crimes segundo os costumes dos antepassados para que o medo atinja todos e o castigo, poucos. Contudo, são mais dignos de louvor os generais cujos exércitos foram educados para a disciplina pelo trabalho e pela experiência do que aqueles cujos soldados são forçados à obediência pelo terror dos castigos.

V. Quantos tipos há de sinais militares:

Há muitos sinais que devem ser aprendidos e respeitados pelos combatentes pois nenhuma concessão deve ser feita à negligência quando se combate pela própria vida; mas, entre tudo, nada é mais útil para a vitória do que obedecer aos avisos dos sinais militares. Com efeito, quando, no meio dos tumultos dos combates, a multidão não pode ser comandada somente pela voz e quando, devido à gravidade da situação, muitas acções devem ser ordenadas e feitas de imediato, então o antigo costume de todos os povos descobriu de que modo todo o exército podia conhecer aquilo que só o general tinha considerado como útil.

E assim, é sabido que há três espécies de sinais: vocais, semi-vocais e mudos; entre eles, os vocais e semi-vocais são apreendidos pelos ouvidos, enquanto os mudos são direccionados para a vista.

Chamam-se “vocais” os que são pronunciados pela voz humana, tal como em vigilâncias nocturnas ou em combate se diz, por exemplo, a título de senha, “vitória”, “palma”, “coragem”, “Deus connosco”, “triumfo do imperador” e outros quaisquer sinais que aquele, que tem a máxima autoridade no exército, quiser dar. Porém, deve saber-se que estas palavras devem ser mudadas todos os dias para que os inimigos não conheçam o sinal devido ao seu uso repetido e para que espíões não subsistam impunemente entre os nossos.

Semivocalia sunt quae per tubam aut cornum aut bucinam dantur. Tuba quae directa est appellatur, bucina quae in semet aereo circulo flectitur, cornu quod ex uris agrestibus, argento nexum, temperato arte spiritu quem canentis flatus emittit auditur. Nam indubitatis per haec sonis agnoscit exercitus utrum stare vel progredi an certe regredi oporteat, utrum longe persequi fugientes an receptui canere.

Muta signa sunt aquilae dracones vexilla flammulae tufae pinnae; quocumque enim haec ferri iusserit ductor, eo necesse est signum suum comitantes milites pergant. Sunt et alia muta signa quae dux belli in equis aut indumentis et in ipsis armis, ut dinoscatur hostis, praecipit custodiri. Praeterea manu aliquid vel flagello more barbarico vel certe mota qua utitur veste significat.

Quae omnia in sedibus, in itineribus, in omni exercitatione castrensi, universi milites et sequi et intellegere consuescant. Continuus enim usus necessarius videtur in pace eius rei quae in proelii confusione servanda sit.

Item mutum et commune signum est quotiens proficiscente turba excitatus pulvis ad similitudinem nubium surgit hostiumque prodit adventum. Similiter, si divisae sint copiae, per noctem flammis, per diem fumo significant sociis quod aliter non potest nuntiari. Aliquanti in castellorum aut urbium turribus appendunt trabes, quibus aliquando erectis aliquando depositis indicant quae geruntur.

VI. Quanta sit servanda cautela cum vicinis hostibus movetur exercitus:

Qui rem militarem studiosius didicerunt asserunt plura in itineribus quam in ipsa acie pericula solere contingere. Nam in conflictu armati sunt omnes et hostem cominus vident et ad pugnandum animo veniunt praeparati; in itinere minus armatus minusque attentus est miles et superventus impetu vel fraude subsessae repente turbatur. Ideo omni cura omnique diligentia providere dux debet ne proficiscens patiatur incursum vel facile ac sine damno repellat inlatum.

Os “semi-vocais” são aqueles que são dados por meio de uma *tuba*, de um *cornu* ou de uma *bucina*¹⁴⁹. Chama-se *tuba* àquele instrumento que é direito, *bucina* àquele que é curvado em si mesmo num círculo de bronze, e *cornu* àquele que, feito de cornos de bois selvagens revestidos de prata, emite o som de um vento que canta quando é modulado com um sopro artístico. Pois o exército sabe por meio de todos estes sons inconfundíveis se convém estar parado ou avançar ou ainda recuar e se convém perseguir os fugitivos até longe ou tocar para a retirada.

Os sinais “mudos” são as águias, os dragões, os *vexilla*¹⁵⁰, as flâmulas¹⁵¹, as *tufae*¹⁵² e as *pinnae*¹⁵³; com efeito, é necessário que os soldados, que seguem um sinal, o acompanhem para onde quer que o general ordene que ele seja levado. Também existem outros sinais mudos que o general manda colocar nos cavalos, no vestuário e nas próprias armas para que se distingam dos inimigos. Além disso, o general dá indicações com a mão ou com o chicote, segundo o costume bárbaro e, por vezes, por meio de um movimento do vestuário que enverga.

Todos os soldados devem acostumar-se quer a seguir, quer a perceber isto tudo nos aquartelamentos, nas marchas e em todo o tipo de exercício militar. Na verdade, parece ser necessário uma prática contínua em tempo de paz daquilo que deve ser preservado na confusão do combate.

Do mesmo modo, configura-se como um sinal mudo e comum a poeira provocada pela multidão em marcha que surge à semelhança de nuvens e que denuncia a chegada dos inimigos. Igualmente, se as tropas estiverem divididas, elas dão a conhecer aos companheiros, por meio de chamadas de noite e de sinais de fumo de dia, aquilo que não pode ser anunciado de outra maneira. Alguns suspendem archotes nas torres de fortalezas ou de cidades, com os quais anunciam o que se passa, ora levantando-os, ora rebaixando-os¹⁵⁴.

VI. Que cuidados se deve ter quando o exército se movimenta com o inimigo por perto:

Aqueles que estudaram mais aplicadamente a arte militar asseguram que é habitual que os perigos surjam em maior número durante a marcha do que no próprio combate. Pois, no combate, todos estão armados e vêem o inimigo face a face e vêem mentalizados para lutar; na marcha, o soldado está menos armado e menos atento e é perturbado repentinamente pela violência de um ataque inesperado ou pela perfídia de uma emboscada. Por isso, o general deve providenciar com todo o cuidado e com todo o zelo que, tendo-se posto em

Primum itineraria omnium regionum in quibus bellum geritur plenissime debet habere perscripta, ita ut locorum intervalla non solum passuum numero sed etiam viarum qualitate perdiscat, compendia deverticula montes flumina ad fidem descripta consideret, usque eo ut sollertiores duces itineraria provinciarum in quibus necessitas gerebatur non tantum adnotata sed etiam picta habuisse firmentur, ut non solum consilio mentis verum aspectu oculorum viam profecturus eligeret. Ad hoc a prudentioribus et honoratis ac locorum gnaris separatim debet universa perquirere et veritatem colligere de pluribus, praeterea sub periculo eligentium viarum duces idoneos scientesque percipere eosque custodiae mancipare addita poenae ostentatione vel praemii; erunt enim utiles cum intellegant nec fugiendi sibi copiam superesse et fidei praemium ac perfidiae parata supplicia. Providendum quoque ut sapientes exercitatusque quaerantur, ne duorum aut trium error discrimen pariat universis; interdum autem imperita rusticitas plura promittit et credit se scire quae nescit.

Sed cautelae caput est ut ad quae loca vel quibus itineribus sit profecturus exercitus ignoretur; tutissimum namque in expeditionibus creditur facienda nesciri. Ob hoc veteres Minotauri signum in legionibus habuerunt, ut quemadmodum ille in intimo et secretissimo labyrintho abditus perhibetur, ita ducis consilium semper esset occultum. Securum iter agitur quod agendum hostes minime suspicantur. Verum, quia exploratores altrinsecus missi profectionem suspicionibus vel oculis deprehendunt et interdum transfugae proditoresque non desunt, quemadmodum occurri ingruentibus debeat intimeretur.

Dux cum agmine exercitus profecturus fidelissimos argutissimosque cum equis probatissimis mittat qui loca per quae iter faciendum est in

marcha, não sofra um ataque e, também, que afaste facilmente e sem dano uma investida.

Em primeiro lugar, o general deve ter escritos, com muito detalhe, os itinerários de todas as regiões nas quais se desenvolve a guerra para que conheça bem as distâncias entre os lugares, não só quanto ao número de passos mas também no que diz respeito à qualidade das estradas, e para que avalie atalhos, desvios, montes e rios descritos com fidelidade, ao ponto de os generais mais experientes terem, como é sabido, não apenas anotados mas também desenhados, itinerários das províncias nas quais surgia uma situação crítica. Deste modo, na hora da partida, podiam escolher um percurso não só em resultado de uma avaliação mental mas também em função do aspecto visual. Para este efeito, o general deve, separadamente, informar-se bem de tudo junto das pessoas mais experientes e ilustres e junto das pessoas conhecedoras dos locais e deve apurar a verdade junto de muita gente. Além disso, ele deve recrutar, por conta e risco daqueles que os escolherem, guias competentes e conhecedores das estradas e colocá-los sob vigilância, com a promessa de um castigo ou de uma recompensa. Com efeito, estes guias serão úteis quando perceberem que não há, para eles, possibilidade de fuga, mas que existe um prémio pela fidelidade ou, então, castigos destinados a actos de perfídia. Também é de providenciar que se busquem homens sábios e treinados para que o erro de dois ou três não cause um perigo grave para todos; é que, algumas vezes, a ignorância dos homens do campo promete muito e acredita conhecer aquilo que, na verdade, desconhece.

Mas a cautela mais importante consiste em o exército ignorar para que lugares ou por que caminhos vai avançar; acredita-se que o mais seguro de tudo é desconhecer o que tem de ser feito nas campanhas. Por isso é que os antigos tinham o estandarte do Minotauro nas legiões, pois do mesmo modo que se conta que aquele permanecia escondido num labirinto recôndito e secretíssimo, também a intenção do general devia permanecer sempre oculta. Uma marcha segura é aquela que os inimigos menos suspeitam que seja empreendida. Mas uma vez que os batedores enviados de um e do outro lado podem detectar o avanço do adversário por meio de indícios ou da observação directa e porque, às vezes, existem trãsfugas e traidores, convém expor como é que deve fazer-se frente aos atacantes.

O general, quando o exército está prestes a pôr-se em ordem de marcha, deve enviar homens de muita confiança e muito inteligentes em óptimos cavalos

progressu et a tergo, dextra laevaue perlustrent, ne aliquas adversarii moliantur insidias. Tutius autem operantur exploratores noctibus quam diebus; nam quodammodo ipse sui proditor invenitur cuius speculator fuerit ab adversariis comprehensus.

Primi ergo equites iter arripiant, deinde pedites; impedimenta sagmarii calones vehiculaque in medio collocentur, ita ut expedita pars peditum et equitum subsequatur. Nam ambulatibus interdum quidem a fronte sed frequentius a tergo superventus infertur. A lateribus quoque pari armatorum manu impedimenta claudenda sunt; nam insidiatores transversos frequenter incursant. Illud tamen praecipue servandum est, ut ea pars ad quam hostis venturus creditur oppositis lectissimis equitibus et levi armatura nec non etiam peditibus sagittariis muniatur. Quod si undique circumfunduntur inimici, undique debent praeparata esse subsidia. Ne vero repentinus tumultus amplius noceat, ante commonendi sunt milites ut parati sint animo, ut arma in manibus habeant: in necessitate subita conterrent, provisiva non solent esse formidini. Antiqui diligentissime praecavebant ne a calonibus interdum vulneratis interdum timentibus et sagmariis clamore pavefactis pugnantibus milites turbarentur, ne dispersi longius aut conglobati amplius quam expedit impedirent suis hostibusque prodessent. Et ideo ad exemplum militum etiam impedimenta sub quibusdam signis ordinanda duxerunt. Denique ex ipsis calonibus, quos galiarios vocant, idoneos ac peritos usu legebant quos non amplius quam ducentis sagmariis puerisque praeficerent, hisque vexilla dabant, ut scirent ad quae signa deberent impedimenta colligere. Sed propugnatores ab impedimentis laxamento aliquo dividuntur, ne constipati laedantur in proelio.

Ambulante exercitu, ut locorum varietas evenerit, ita defensionis ratio variatur. Nam in campis patentibus equites magis solent impugnare quam pedites; at vero in locis silvestribus vel montuosis sive palustribus pedestres magis formidandae sunt copiae.

para explorarem, à direita e à esquerda, à frente e atrás, os lugares pelos quais o caminho tem de ser feito de modo a que os adversários não armem algumas emboscadas. Mas é mais seguro os batedores actuarem de noite que de dia, pois, de certa maneira, revela-se como traidor a si próprio o general cujo batedor for aprisionado pelos adversários.

Por isso, os cavaleiros devem ser os primeiros a iniciar a marcha, depois, os peões; as bagagens, as bestas de carga, os serventes e as carroças devem ser colocadas no meio, de forma a que as tropas ligeiras de peões e de cavaleiros venham a seguir¹⁵⁵. Com efeito, o ataque de surpresa é lançado por vezes de frente mas, mais frequentemente, pela retaguarda. As bagagens também devem ser ladeadas por uma força semelhante de homens armados; é que os atacantes lançam-se frequentemente sobre os flancos. E deve observar-se especialmente isto: aquele lado, em direcção ao qual se julga que o inimigo há-de vir, deve ser protegido com uma barreira de cavaleiros bem escolhidos, secundados por infantaria ligeira e ainda por arqueiros a pé. Se os inimigos cercarem por todos os lados, então devem também estar preparados reforços em todas essas partes. E para que uma perturbação imprevista não cause ainda mais dano, os soldados devem ser previamente avisados para estarem preparados em espírito e para terem as armas à mão: numa emergência, as acções súbitas aterrorizam, enquanto as previstas não costumam ser motivo de medo. Os antigos precaviam-se muito diligentemente para que os soldados em combate não fossem perturbados pelos serventes, ora feridos ora amedrontados, nem pelas bestas de carga aterrorizadas pelo ruído e para que eles não estorvassem os seus companheiros ou dessem vantagem ao inimigo, estando muito dispersos ou mais agrupados do que é vantajoso. Por este motivo, a exemplo dos soldados, também as bagagens deviam ser dispostas sob algumas bandeiras. E assim, os antigos escolheram de entre os próprios serventes aqueles a que chamam *galiarii*, aptos e experimentados, a quem entregavam não mais do que duzentas bestas de carga e moços e atribuíam-lhes estandartes para que soubessem sob que bandeiras deviam juntar as bagagens. Mas para que não fossem feridos no combate, estando todos amontoados, os combatentes estavam separados das bagagens por um certo espaço.

Com o exército em marcha, tal como surge uma grande variedade de lugares, assim deve variar a forma de defesa. Pois em campo aberto, os cavaleiros costumam atacar mais vezes do que os peões; mas, pelo contrário, em lugares arborizados ou montanhosos ou pantanosos, os peões são uma força mais temível.

Illudque vitandum, ne per negligentiam aliis festinantibus aliis tardius incedentibus interrumpatur acies aut certe tenuetur; continuo enim hostes interpolata pervadunt. Praeponendi ergo sunt exercitatissimi campidoctores vicarii vel tribuni, qui alacriores retardent et pigrius incedentes accelerare compellant. Nam qui multum praecesserint superventu facto non tam redire quam effugere cupiunt, qui vero extremi sunt deserti a suis vi hostium et propria desperatione superantur.

Sciendum etiam quod adversarii in his locis quae sibi oportuna intellegunt subsessas occultius collocant vel aperto Marte impetum faciunt. Sed ne secreta noceant ducis praestat industria, quem omnia prius convenit explorare. Deprehensa vero subsessa, si circumveniatur utiliter, plus periculi sustinet quam parabat inferre. Aperta autem vis si praeparetur in montibus, altiora loca praemissis sunt praesidiis occupanda, ut hostis, cum advenerit, repperiatur inferior nec audeat obviare, cum tam a fronte quam supra caput suum cernat armatos. Quod si angustae sunt viae sed tamen tutae, melius est praecedere cum securibus ac dolatoriis milites et cum labore vias aperire quam in optimo itinere periculum sustinere.

Praeterea nosse debemus hostium consuetudinem, utrum nocte an incipiente die an hora reficiendi lassissimis supervenire consueverint, et id vitare quod illos facturos putamus ex more. Iam vero utrum peditibus an equitibus, utrum contatis an sagittariis amplius valeant, utrum numero hominum an armorum munitione praecellant, scire nos convenit et ordinare quod nobis utile, illis docetur adversum, tractare quoque, per diem an per noctem iter expediat inchoari, quanta locorum intervalla sint ad quae cupimus properare, ne aestate aquae penuria obsit euntibus, ne hieme difficiles aut inviae occurrant paludes maioresque torrentes et impedito itinere circumveniatur exercitus priusquam ad destinata perveniat.

Deve evitar-se que, por negligência, com uns a avançarem rapidamente e outros a marcharem mais devagar, a coluna seja interrompida ou sequer adelgada; com efeito, imediatamente os inimigos penetram pelos intervalos. Por isso, devem ser nomeados *campidoctores*¹⁵⁶ muito experientes, vicários e tribunos que retardem os mais enérgicos e que obriguem os que marcham mais vagorosamente a acelerar. Com efeito, aqueles que forem muito à frente, ao surgir um ataque de surpresa, têm mais vontade de fugir do que de voltar para trás, enquanto que aqueles que estão na retaguarda, abandonados pelos seus, são vencidos pela força dos inimigos e pelo seu desamparo.

Também deve saber-se que os adversários preparam emboscadas bem dissimuladas ou atacam de uma forma aberta naqueles lugares que julgam ser-lhes mais favoráveis. Mas o zelo do general, a quem convém explorar tudo antecipadamente, faz com que as surpresas não provoquem danos. Na verdade, descoberta uma emboscada, se ela for bem rodeada, causa mais prejuízo a quem a arma do que aquele que ela própria se preparava para infligir. E caso se prepare um ataque aberto nos montes, os locais mais elevados devem ser ocupados por forças enviadas antecipadamente para que o inimigo, quando chegar, se encontre em posição inferior e não ouse atacar quando vir homens armados tanto à sua frente como acima da sua cabeça. Mas, se os caminhos são apertados mas seguros, é preferível que os soldados avancem com machados e picaretas e que desbravem as passagens com o seu próprio trabalho do que correr riscos num caminho melhor¹⁵⁷.

Além disso, devemos conhecer os costumes dos inimigos: se eles têm por hábito atacar de noite, ou ao nascer do dia, ou à hora do descanso e evitar aquilo que nós pensamos que eles irão fazer por rotina. E devemos saber se eles são mais fortes em peões ou em cavaleiros, em lanceiros ou em arqueiros, se são superiores em número de homens ou em qualidade de armas; convém-nos saber tudo isso para ordenarmos aquilo que nos é útil e que é sabido ser-lhes adverso. Devemos avaliar ainda se convém começar o caminho de dia ou de noite e que distâncias existem entre os lugares para os quais desejamos avançar, para que, no Verão, a falta de água não prejudique os que partem e para que, no Inverno, não surjam pântanos difíceis e intransitáveis e grandes correntes de água; e, estando impedido o caminho, devemos avaliar se o exército pode ser cercado antes de chegar ao seu destino.

Ut nostra commoditas est sapienter ista vitare, ita, si adversariorum imperitia vel dissimulatio occasionem nobis dederit, non oportet amitti, sed explorare sollicite, proditores ac transfugas invitare, ut quid hostis moliatur in praesenti vel in futurum possimus agnoscere, paratisque equitibus ac levi armatura ambulantes eosdem vel pabula victumque quaerentes inproviso terrore decipere.

VII. Quemadmodum flumina quae maiora sunt transeantur:

In transitu fluviorum gravis molestia negligentibus frequenter emergit. Nam si aqua violentior fuerit aut alveus latior, impedimenta pueros et ipsos interdum ignaviores solet mergere bellatores.

Ergo explorato vado duae acies equitum cum electis animalibus ordinantur intervallis competentibus separatae, ut per medium pedites et impedimenta transeant. Nam acies superior aquarum impetum frangit, inferior qui rapti subversique fuerint colligit atque transponit. At cum altior fluctus nec peditem nec equitem patitur, si per plana decurrat, ductis multifariam spargitur fossis divisusque facile transitur. Navigeri vero amnes stilis fixis ac superpositis tabulatis pervii fiunt vel certe tumultuario opere colligatis inanibus cupis additisque trabibus transitum praebent. Expediti vero equites fascas de cannis aridis vel ulva facere consuerunt, super quos loricas et arma, ne udentur, imponunt; ipsi equique natando transeunt colligatosque secum fascas pertrahunt socis. Sed commodius repertum est ut monoxylas, hoc est paulo latiores scafulas ex singulis trabibus excavatas, pro genere ligni et subtilitate levissimas, carpentis secum portet exercitus, tabulatis pariter et clavis ferreis praeparatis. Ita absque mora constructus pons et funibus, qui propterea habendi sunt, vinctus lapidei arcus soliditatem praestat in tempore.

Festinanter adversarii ad transitus fluminum insidias vel superventus facere consuerunt. Ob quam necessitatem in utraque ripa collocantur

Tal como a nossa vantagem consiste em evitar tudo isto com sabedoria, assim também, se a falta de perícia ou a negligência dos adversários nos der oportunidade, não convém desperdiçá-la. Devemos, sim, explorar tudo cuidadosamente e aliciar traidores e trãsfugas para que possamos conhecer aquilo que o inimigo planeia no momento presente e para o futuro. E, com cavaleiros preparados e infantaria ligeira, devemos então surpreendê-lo com um terror inesperado enquanto marcha ou procura forragens e alimentos.

VII. Como devem ser atravessados os maiores rios:

Na travessia dos rios sucede com frequência uma grave contrariedade aos descuidados. Com efeito, se a corrente for mais forte ou o leito do rio mais largo, isso poderá muito bem submergir as bagagens, os moços e até os próprios combatentes mais fracos.

Portanto, inspeccionado o vau, devem ser ordenadas duas linhas de cavaleiros em montadas bem escolhidas separadas por intervalos adequados de modo a que os peões e as bagagens passem pelo meio. Na verdade, a linha a montante quebra o ímpeto das águas, enquanto a linha a jusante recolhe e transporta aqueles que forem arrastados e derrubados. Mas quando a profundidade da água não permite a travessia por parte de peões e cavaleiros, e se ela corre por lugares planos, então a água é separada em vários sítios por meio da escavação de fossos e, assim dividida, atravessa-se facilmente. Os rios navegáveis tornam-se transitáveis por meio de pranchas suportadas pela fixação de estacas ou, ainda, através de um trabalho improvisado, oferecem passagem por meio de pipas vazias interligadas e cobertas por traves. Os cavaleiros, desembaraçados do equipamento pesado, estão também habituados a fazer feixes de canas secas ou de ulva, sobre os quais colocam as lorigas e as armas para que não se molhem; e eles e os seus cavalos atravessam a nadar e puxam os feixes amarrados a si por meio de cordas. Mas descobriu-se que era mais cómodo o exército levar consigo, em carroças, *monoxyli*, isto é canoas um pouco mais largas, escavadas de um só tronco e muito leves devido ao tipo de madeira e à sua delgadeza, tendo ainda a postos pranchas e pregos de ferro. E a ponte, assim construída sem demora e ligada por cordas que, por esse motivo, se devem ter à mão, apresenta, em tempo útil, a solidez de um arco de pedra.

Os adversários costumam fazer emboscadas ou ataques de surpresa na altura das travessias dos rios. Devido a este perigo, são colocados guardas armados em

armata praesidia, ne alveo interveniente divisi opprimantur ab hostibus. Cautius tamen est sudes ex utraque parte praefigere ac sine detrimento, si qua vis inlata fuerit, sustinere. Quod si pons non tantum ad transitum sed etiam ad recursum et commeatus necessarius fuerit, tunc in utroque capite percussis latioribus fossis aggereque constructo defensores milites debet accipere a quibus tamdiu teneatur quamdiu locorum necessitas postulat.

VIII. Quemadmodum castra debeant ordinari:

Consequens videtur itineris observatione descripta ad castrorum in quibus manendum est venire rationem. Non enim belli tempore ad stativam vel mansionem civitas murata semper occurrit, et incautum est plenumque discriminis exercitum passim sine aliqua munitione considerare, cum militibus ad capiendum cibum occupatis, ad munera facienda dispersis facile nectantur insidiae; postremo noctis obscuritas, necessitas somni, pascentium equorum dispersio occasionem superventibus praestat.

In metandis castris non sufficit locum bonum legere nisi talis sit ut alter eo non possit melior inveniri, ne utilior praetermissus a nobis et ab adversariis occupatus adportet incommodum. Cavendum quoque ne per aestatem aut morbosa in proximo aut salubris aqua sit longius, hieme ne pabulatio desit aut lignum, ne subitis tempestatibus campus in quo manendum est soleat inundari, ne sit in abruptis ac deviis et circumsedentibus adversariis difficilis praestetur egressus, ne ex superioribus locis missa ab hostibus in eum tela perveniant.

Quibus caute studioseque provisus pro necessitate loci vel quadrata vel rotunda vel trigona vel oblonga castra constitues, nec utilitati praeiudicat forma; tamen pulchriora creduntur quibus ultra latitudinis spatium tertia pars longitudinis additur. Ita autem ab agrimensuribus podismum mensurae colligi oportet ut ad quantitatem concludatur exercitus; nam propugnatores angusta constipant et ultra quam convenit latiora diffundunt.

ambas as margens para evitar que, divididos pelo leito do rio, sejam atacados pelos inimigos. Todavia, é mais cauteloso fixar estacas de ambos os lados e aguentar sem baixas, caso algum ataque seja lançado. Mas se a ponte for necessária não só para a travessia mas também para o regresso e para o abastecimento, então deve ser guarnecida por soldados que, depois de abertos fossos bastante largos e construídas trincheiras de terra, a defendam em ambas as extremidades e a mantenham tanto tempo quanto as características do lugar o exigirem¹⁵⁸.

VIII. Como deve ser disposto o acampamento¹⁵⁹:

Parece lógico, descrito o procedimento de uma marcha, considerar agora a questão do acampamento no qual se deve permanecer. Com efeito, nem sempre, em tempo de guerra, uma cidade fortificada oferece um aquartelamento fixo ou um simples alojamento e é imprudente e altamente perigoso instalar o exército aqui e acolá sem nenhuma protecção, quando se urdem facilmente emboscadas com os soldados ocupados em comer ou dispersos no cumprimento das suas obrigações; por último, a escuridão da noite, a necessidade de dormir, a dispersão dos cavalos que pastam, tudo isso proporciona uma oportunidade aos atacantes.

Ao inspecionar o terreno para um acampamento, não basta escolher um bom lugar, a não ser que não possa ser encontrado outro ainda melhor. Isto para que, posto de lado pelos nossos um lugar mais vantajoso e ocupado este pelos adversários, não advenha daí nenhum inconveniente. Também se deve evitar, na altura do Verão, estar próximo de águas insalubres ou longe de águas potáveis. E, no Inverno, convém que não faltem a forragem e a lenha e que o campo, em que se deve permanecer, não costume ser inundado por tempestades repentinas. Também é conveniente que não esteja em lugares escarpados e isolados, os quais, quando cercados pelos adversários, oferecem uma retirada difícil, e ainda que, até ele, não cheguem os dardos arremessados pelos inimigos a partir de pontos mais altos.

Analisado tudo isto cuidadosa e atentamente, poderá ser montado o acampamento, ora quadrado, ora circular, ora triangular, ora oblongo, consoante as necessidades do lugar e sem que a forma prejudique a função; todavia, aquele acampamento em que o comprimento é uma terça parte maior do que a largura é considerado como o mais perfeito. E, assim, convém que a dimensão da área do acampamento seja calculada por agrimensores de tal forma que consiga conter o exército no seu todo; pois lugares apertados congestionam os combatentes e os lugares mais largos dispersam-nos mais do que é conveniente.

Tres autem modos definiunt fossae. Primum in unius noctis transitum et itineris occupationem leviolem, cum sublati caespites ordinantur et aggerem faciunt, supra quem valli, hoc est sudes vel tribuli lignei, per ordinem digeruntur. Caespes autem circumciditur ferramentis, qui herbarum radicibus continet terram; fit altus semissem, latus pedem, longus pedem semis. Quod si terra solutior fuerit, ut ad similitudinem lateris caespes non possit abscidi, tunc opere tumultuario fossa percutitur, lata pedes quinque, alta tres, cui intrinsecus agger excrescit, ut sine metu securus requiescat exercitus. Stativa autem castra aestate vel hieme, hoste vicino, maiore cura ac labore firmantur. Nam singulae centuriae, dividendibus campidoctoribus et principiis, accipiunt pedaturas et scutis vel sarcinis suis in orbem circa propria signa dispositis cincti gladio fossam aperiunt latam aut novem aut undecim aut tredecim pedibus vel, si maior adversariorum vis metuitur, pedibus decem et septem (imparem enim numerum observari moris est); tum saepibus ductis vel interpositis stipitibus ramisque arborum, ne terra facile dilabatur, agger erigitur, supra quem ad similitudinem muri et pinnae et propugnacula componuntur. Opus vero centuriones decempedis metiuntur, ne minus foderit aut erraverit alicuius ignavia, et tribuni circumeunt nec ante discedunt qui strenui sunt quam fuerint universa perfecta. Ne tamen aliquis superventus laborantibus fiat, omnes equites et pars peditum quae non operatur privilegio dignitatis ante fossam in procinctu armata consistit et ingruentes repellit inimicos.

Prima igitur signa locis suis intra castra ponuntur, quia nihil est venerabilius eorum maiestate militibus, duci praetorium eiusque comitibus praeparatur, tribunis tabernacula collocantur, quibus per contubernales deputatos ad munera aqua lignum et pabula ministrantur. Tunc pro gradu legionibus et auxiliis, equitibus et peditibus loca in quibus papiliones tendant deputantur in castris, ac de singulis centuriis quaterni equites et quaterni pedites excubium noctibus faciunt. Et quia impossibile videbatur in speculis vigilantes singulos permanere,

Ora, existem três maneiras de fortificar um acampamento. Em primeiro lugar, para a passagem de uma única noite e para uma ocupação breve durante uma marcha, dispõem-se em linha montões de terra escavados que formam uma trincheira, sobre a qual se distribuem ordenadamente estacas, isto é, varas ou postes de madeira. Cada torrão de terra é arrancado do solo com ferramentas e contém terra com raízes de ervas; tem meio pé de altura, um pé de largura e um pé e meio de comprimento¹⁶⁰. Mas se a terra for mais solta e se não puder ser cortado um torrão de terra à semelhança de um tijolo, então completa-se um fosso, fruto de um trabalho improvisado, com a largura de cinco pés e com a altura de três¹⁶¹, sobre a qual se ergue uma trincheira pelo lado de dentro para que o exército descansa em segurança e sem medo. Mas um acampamento fixo, tanto de Verão como de Inverno, estando o inimigo nas proximidades, é montado com mais cuidado e trabalho. Com efeito, a cada uma das centúrias é atribuída pelos *campidoctores* e oficiais uma área em pés; e os combatentes, com os escudos e as suas bagagens dispostas em círculo ao redor dos seus estandartes, armados com uma espada, abrem um fosso largo, ou de nove, ou de onze ou de treze pés¹⁶², ou ainda, se se recear uma força maior de adversários, de dezassete pés¹⁶³ (na verdade, é costume respeitar um número ímpar); então, levantadas cercas e intercalados troncos e ramos de árvores de modo a que a terra não se espalhe facilmente, é erguida uma trincheira, por cima da qual são instaladas ameias e outras obras de defesa, à maneira de uma muralha. E os centuriões medem a obra com uma vara de dez pés¹⁶⁴, de maneira a que, por preguiça de alguém, não se cave de menos ou se cometam erros; e os tribunos que são diligentes circulam e não se vão embora antes de tudo estar concluído. Contudo, para que nenhum ataque se faça contra os que trabalham, todos os cavaleiros e a parte dos peões que não trabalham por privilégio do seu estatuto¹⁶⁵ colocam-se armados, em equipamento de combate, diante da fortificação e repelem os adversários que atacam.

Portanto, em primeiro lugar, colocam-se os estandartes nos seus lugares dentro do acampamento porque nada é mais digno de veneração para os soldados do que a sua majestade; prepara-se a tenda principal para o general e o seu séquito; são armados os pavilhões para os tribunos, aos quais água, lenha e mantimentos são servidos por camaradas designados para essa função. Depois, distribuem-se os lugares no acampamento, nos quais as legiões, as tropas auxiliares, os cavaleiros e os peões montam as tendas de acordo com a sua graduação; e, por cada centúria, quatro cavaleiros e quatro peões fazem sentinela durante a noite. E porque

ideo in quattuor partes ad clepsydrum sunt divisae vigiliae, ut non amplius quam tribus horis nocturnis necesse sit vigilare. A tubicine omnes vigiliae committuntur et finitis horis a cornicine revocantur. Idoneos tamen tribuni et probatissimos eligunt qui circumeant vigiliam et renuntiant si qua emerit culpa, quos circumitores appellabant; nunc militiae factus est gradus et circitores vocantur. Sciendum tamen est equites extra vallum nocturnas excubias facere debere; per diem autem castris positos alii mane alii post meridiem propter fatigationem hominum equorumque agrarias faciunt.

Inter praecipua convenit ducem providere, sive in castris sive in civitate consistat, ut animalium pascua, subvectio frumenti ceterarumque specierum, aquatio lignatio pabulatio secunda ab hostium reddatur incursu. Quod aliter non potest evenire nisi per loca idonea, qua nostrorum ambulat commeatu, praesidia disponantur, sive illae civitates sint sive castella murata. Quod si non reperitur antiqua munitio, oportunitis locis circumdata maioribus fossis tumultuaria castella firmantur (nam a castris diminutivo vocabulo sunt nuncupata castella), intra quae in agrariis aliquanti pedites equitesque degentes tutum iter commeatibus praestant. Difficile enim hostis ad ea loca audet accedere in quibus a fronte et a tergo novit adversarios commorari.

VIII. Quae et quanta consideranda sint ut intellegatur utrum superventibus et insidiis an publico debeat Marte conflagri:

Quisquis hos artis bellicae commentarios ex probatissimis auctoribus breviter legere dignabitur, quam primum rationem proelii depugnandique cupit audire praecepta. Sed conflictus publicus duarum aut trium horarum certamine definitur, post quem partis eius quae superata fuerit spes omnes intercidunt. Ideo omnia ante cogitanda, ante temptanda, ante facienda sunt quam ad ultimum veniatur abruptum. Boni enim duces non aperto proelio, in quo est commune periculum, sed ex occulto semper

parecia impossível que cada um dos vigias permanecesse de atalaia toda a noite, então, os períodos de vigilância foram divididos em quatro partes, medidos pela clepsidra para que não fosse preciso estar de vigia nocturna mais de três horas. Todos são convocados para a vigia pelo sinal do *tubicen* e, acabado o turno, são desmobilizados pelo *cornicen*¹⁶⁶. Mas os tribunos escolhem homens idóneos e muito experientes, a que chamavam *circumitores*, os quais inspeccionam o serviço de vigilância e dão sinal caso surja alguma falha; agora atribuiu-se-lhes uma graduação no exército e são chamados *circitores*. Também é sabido que a cavalaria deve fazer vigias nocturnas do lado de fora da paliçada; além disso, durante o dia, instalado o acampamento, organizam sentinelas no campo, umas de manhã e outras de tarde por causa do grande cansaço dos homens e dos cavalos.

De entre o que é mais importante, convém que o general providencie, quer esteja num acampamento quer numa cidade, para que a pastagem dos animais, o transporte de trigo e de outros géneros e o abastecimento de água, de lenha e de forragem se façam a salvo de um ataque dos inimigos. O que não pode verificar-se de outra forma, a não ser que se coloquem fortificações, quer estas sejam cidades ou fortalezas amuralhadas, em locais apropriados e pelos quais circula a nossa cadeia de abastecimento. E se não se encontrar uma fortificação antiga, erguem-se acampamentos fortificados improvisados em locais adequados e rodeados de amplos fossos (com efeito, *castella* deriva, por meio de um diminutivo, do vocábulo *castra*), dentro dos quais alguns peões e cavaleiros que servem nas zonas rurais garantem a segurança das vias para o transporte dos víveres. Na realidade, dificilmente o inimigo ousa aproximar-se daqueles lugares em que sabe que os adversários estão instalados, quer de um lado quer do outro.

IX. O que se deve avaliar para decidir se se deve combater por meio de ataques imprevistos e de emboscadas ou por meio de uma batalha campal:

Quem se dignar ler estes comentários sobre a arte da guerra, resumidos a partir dos mais conceituados autores, deseja conhecer primeiro que tudo a natureza do combate e os preceitos da luta. Um confronto aberto é definido como um combate de duas ou três horas, após o qual todas as esperanças daquela parte que for vencida se desvanecem. Assim, tudo deve ser pensado, experimentado e feito antes que se chegue a este final repentino. Na verdade, os bons generais tentam sempre surpreender o inimigo e não enfrentá-lo num combate aberto,

attemptant, ut integris suis, quantum possunt, hostes interimant vel certe terreant; in qua parte quae necessaria admodum sunt ab antiquis reperta perscribam.

Praecipua ars et utilitas ducis est ut adhibitis ex universo exercitu scientibus belli et sapientibus viris de suis et hostium copiis saepius tractet omni, quae plurimum nocet, adulatione summtota, utrum maiorem numerum pugnatorum ipse an hostes habeant, utrum ipsius an adversariorum homines magis armati sint et muniti, qui magis exercitati, qui sint in necessitatibus fortiores. Quaerendum etiam utra pars equites, utra pedites habeat meliores, sciendumque in peditibus vel maxime consistere robur exercitus; et inter ipsos equites quis contatis, quis sagittariis antecedit, quis plures loricas induat, quis utiliores equos adduxerit; postremo loca ipsa in quibus pugnandum est utrum inimicis an nobis videantur accommoda — nam si equitatu gaudemus, campos debemus optare, si pedite, loca eligere angusta, fossis paludibus vel arboribus impedita, et aliquotiens montuosa —; cui magis victus abundet aut desit — nam fames, ut dicitur, intrinsecus pugnat et vincit saepius sine ferro.

Vel maxime autem tractandum est utrum expediat necessitatem protrahi an celerius dimicari. Interdum enim sperat adversarius expeditionem cito posse finiri et si dilatus fuerit in longum aut penuria maceratur aut desiderio suorum revocatur ad propria aut nihil magnum faciens per desperationem abire compellitur. Tum fracti labore ac taedio plurimi deserunt, aliquanti produnt, aliquanti se tradunt, quia adversis rebus rarior fides est et nudari incipit qui copiosus advenerat.

Ad rem pertinet qualis ipse adversarius vel eius comites optimatesque sint nosse, utrum temerarii an cauti, audaces an timidi, scientes artem bellicam vel ex usu an temere pugnantes; quae gentes cum his fortes, quae ignavae sint; nostra auxilia cuius fidei quarumque sint virium; quos animos illius copiae, quos habeat noster exercitus; quae pars sibi magis

no qual existe um perigo para ambas as partes, de forma a que, conservando os seus incólumes tanto quanto possível, matem os inimigos ou pelo menos os aterrorizem; nesta parte, descreverei aquilo que os antigos julgaram necessário nesta matéria.

Um procedimento importante e útil para o general é que ele chame a si homens de todo o exército conhecedores da guerra e sábios para analisar as suas próprias forças e as do inimigo, e, afastada toda a adulação, que é muito prejudicial, para saber se são eles ou os inimigos que têm o maior número de combatentes, se são os seus homens ou os do adversário que estão melhor armados e protegidos, quais os que estão melhor treinados e quais os mais fortes em caso de necessidade. Deve ainda averiguar-se qual dos lados dispõe de melhores cavaleiros ou de melhores peões e ter-se presente que a força de um exército se encontra muito particularmente na infantaria; e, de entre os próprios cavaleiros, deve averiguar-se quem é superior em lanças e em arcos, quem dispõe de maior número de lorigas e quem é que trouxe os melhores cavalos; por fim, convém saber se os próprios lugares nos quais se deve combater parecem mais favoráveis a nós ou ao inimigo: pois, se estamos em superioridade em cavalaria, devemos escolher planícies; se temos vantagem em peões, devemos escolher locais apertados, obstruídos por valas, pântanos ou árvores e, por vezes, até montanhosos; deve também averiguar-se a quem abunda ou escasseia mais a comida: com efeito, a fome, como se costuma dizer, luta a partir de dentro e vence muitas vezes sem o ferro.

Mas o general deve decidir sobretudo se é preferível prolongar o estado de guerra ou resolvê-lo o mais rapidamente possível. Com efeito, às vezes, o adversário espera que a campanha possa terminar rapidamente e, se for dilatada no tempo, ou é castigado pela fome ou é mandado regressar por desejo dos seus compatriotas, ou, nada conseguindo de assinalável, é obrigado a ir-se embora sem esperança de vitória. E é então que muitos desertam, cansados pelo esforço e pela saturação, que alguns traem e que outros se entregam, pois, em situações adversas, a lealdade rareia e aquele que chegou pomposamente começa a ficar desguarnecido.

Diz, também, respeito a este assunto saber como é a natureza do próprio inimigo, dos seus condes e dos seus oficiais, se são temerários ou cautelosos, audazes ou tímidos, se conhecem a arte da guerra ou se lutam com base na experiência ou no acaso; e, também, quais os povos que estão com ele e se são corajosos ou cobardes; importa ainda saber qual o nível de confiança e de força

victoriam repromittat. Eiusmodi enim cogitationibus virtus augetur aut frangitur. Desperantibus autem crescit audacia adhortatione ducis, et si nihil ipse timere videatur crescit animus, si ex insidiis vel occasione aliquid fortiter feceris, si hostibus adversae res coeperint evenire, si vel infirmiores aut minus armatos ex inimicis potueris superare. Cavendum enim est ne dubitantem formidantemque exercitum ad publicam pugnam aliquando producas.

Interest utrum tirones an veteres milites habeas, et utrum ante breve tempus in expeditionibus fuerint an annis aliquot in pace durarint; nam pro tironibus accipiendi sunt qui pugnare longo tempore desierunt. Sed cum legiones auxilia vel equites ex diversis advenerint locis, dux optimus et separatim singulos numeros per tribunos electos quorum scitur industria ad omnia genera exercere debet armorum et post in unum collectos quasi depugnatuos conflictu publico exercebit ipse saepius temptabitque quid artis possint habere, quid virium, quemadmodum sibi ipsi consentiant, utrum ad tubarum monita, ad signorum indicia, ad praecepta vel nutum suum diligenter obtemperent. Si errant in aliquibus, exercentur atque doceantur quamdiu possint esse perfecti. Si vero in campicursione, in sagittando, in iaculando, in ordinanda acie ad plenum fuerint eruditi, ne sic quidem temere sed occasione capta ad publicam ducendi sunt pugnam; sed ante minoribus proeliis imbuendi.

Dux itaque vigilans sobrius prudens, tamquam de civili causa inter partes iudicaturus, adhibito consilio de suis et adversarii copiis iudicet. Et si multis rebus superior invenitur, oportunum sibi non differat inire conflictum. Si vero adversarium intellegit potioem, certamen publicum vitet; nam pauciores numero et inferiores viribus superventus et insidias facientes sub bonis ducibus reportaverunt saepe victoriam.

das nossas tropas auxiliares, que moral têm as tropas do adversário e o nosso exército e que lado promete mais a vitória a si mesmo. É com considerações desta natureza que a coragem aumenta ou diminui. Com efeito, para aqueles que estão desesperados, a coragem cresce por exortação do general e, se parecer que ele mesmo não tem medo de nada, também aumenta o ânimo, o mesmo sucedendo se, por meio de uma emboscada ou num momento fortuito, ele fizer algo digno de registo, se começarem a acontecer adversidades aos inimigos, ou se o general puder vencer os adversários mais incapazes ou menos bem armados. Na verdade, deve-se ter cuidado para nunca levar para uma batalha campal um exército hesitante e aterrorizado.

É de todo o interesse verificar se se tem recrutas ou soldados veteranos e se eles estiveram em campanha pouco tempo antes ou se, durante alguns anos, permaneceram em paz; pois são de acolher como recrutas aqueles que deixaram de combater há muito tempo¹⁶⁷. Mas uma vez que as legiões, as tropas auxiliares e os cavaleiros chegam de locais diferentes, um bom general deve não só treiná-los separadamente por meio de tribunos escolhidos cuja perícia em todo o tipo de armas é reconhecida, mas também os exercitará depois, reunidos num só corpo, como se estivessem prestes a combater numa batalha em campo aberto; e ele próprio testará várias vezes as suas aptidões, as suas forças e como se dão uns com os outros, se obedecem diligentemente aos avisos dados pelas *tubae*, às indicações dos estandartes, às suas ordens e à sua vontade. Se falham em algum aspecto, devem ser treinados e ensinados até serem perfeitos. Se, na verdade, forem completamente instruídos no *campicursio*¹⁶⁸, no arremesso de setas e de dardos e na formação da linha de combate, mesmo assim não devem ser conduzidos a uma batalha campal de uma forma temerária mas antes num momento bem planeado e não sem previamente ganharem experiência em confrontos menores.

E assim, convocado o conselho, o general, vigilante, sóbrio e prudente, ajuizará, tal como se estivesse a ponto de julgar num pleito civil entre os interesses das partes, sobre as suas próprias forças e as do adversário. E se se achar ele próprio superior em muitos aspectos, não deve adiar o início de um combate vantajoso para si. Mas se, pelo contrário, ele perceber que o inimigo é mais forte, deve evitar um combate em campo aberto; com efeito, exércitos menos numerosos e menos fortes, fazendo ataques imprevistos e emboscadas sob as ordens de bons generais, conseguiram alcançar muitas vezes a vitória.

X. Quid oporteat fieri si quis desuetum a pugna exercitum habeat vel tironem:

Omnes artes omniaque opera cotidiano usu et iugi exercitatione proficiunt. Quod si in parvis verum est, quanto magis decet in maximis custodiri! Quis autem dubitet artem bellicam rebus omnibus esse potioem, per quam libertas retinetur et dignitas, propagantur provinciae, conservatur imperium? Hanc quondam relictis doctrinis omnibus Lacedaemonii et postea coluere Romani; hanc solam hodieque barbari putant esse servandam, cetera omnia aut in hac arte consistere aut per hanc assequi se posse confidunt; haec dimicaturis est necessaria per quam vitam retineant et victoriam consequantur.

Dux ergo cui tantae potestatis insignia tribuuntur, cuius fidei atque virtuti possessorum fortunae, tutela urbium, salus militum, rei publicae creditur gloria, non tantum pro universo exercitu sed etiam pro singulis contubernalibus debet esse sollicitus. Si quid enim illis eveniat in bello, et ipsius culpa et publica videtur injuria.

Ergo, si tironem vel diu armis desuetum exercitum ducit, singularum legionum sive auxiliorum nec non etiam vexillationum vires animos consuetudinem diligenter exploret. Sciat etiam si potest fieri nominatim quis comes, quis tribunus, quis domesticus, quis contubernalis quantum possit in bello; auctoritatem severitatemque maximam sumat; omnes culpas militares legibus vindicet; nulli errantium credatur ignoscere; in diversis locis, in diversis occasionibus omnium experimenta percipiat.

His ut oportet curatis, cum dispersi ad praedandum securi oberrant hostes, tunc probatos equites sive pedites cum tironibus aut inferioribus mittat, ut ex occasione fuis inimicis et illis peritia et reliquis crescat audacia. Ad transitus fluviorum, ad praecipitia montium, ad silvarum angustias, ad paludum aut viarum difficultatem superventus nullo sciente disponat atque ita iter suum temperet ut cibum capientes aut dormientes aut vacantes certe, securos inermes disculcios, destratis

X. O que é que convém fazer se alguém tiver um exército desabitado do combate ou composto por recrutas:

Todas as artes e todos os trabalhos progridem pela prática quotidiana e pelo exercício constante. E se isto é verdadeiro para as matérias menos importantes, tanto mais conveniente é que seja observado nas mais relevantes! Mas quem duvidará de que a arte da guerra, por meio da qual se conserva a liberdade e a dignidade, se engrandecem as províncias e se mantém o império, é superior a todas as outras? Outrora, os Lacedemónios, cultivaram esta arte, abandonadas todas as outras e, depois, os Romanos também; e, hoje, os bárbaros pensam que somente esta arte deve ser conservada e acreditam que todas as restantes ou dependem dela ou podem ser alcançadas por seu intermédio; esta arte da guerra é necessária para os que vão combater pois é por meio dela que conservam a vida e alcançam a vitória.

Por conseguinte, o general, a quem se atribuem as insígnias de um tão grande poder e a cuja lealdade e coragem se confiam as fortunas dos proprietários, a segurança das cidades, a vida dos soldados e a glória do Estado, deve ser zeloso não só em relação ao conjunto do exército mas também em relação a cada um dos seus camaradas. Com efeito, se algo lhes acontece na guerra, a culpa é-lhe atribuída e o prejuízo é da comunidade.

Portanto, se ele comandar um exército de recrutas ou há muito tempo afastado das armas¹⁶⁹, deve averiguar cuidadosamente o ânimo e os hábitos de cada uma das legiões ou das tropas auxiliares e ainda dos destacamentos de cavalaria. Deve também conhecer, caso seja possível, pelo próprio nome, cada conde, cada tribuno, cada *domesticus*¹⁷⁰, cada soldado e aquilo de que eles são capazes em combate; deve usar da maior autoridade e severidade; deve castigar todas as faltas militares de acordo com as leis; ninguém deve pensar que ele perdoa a alguém que erra; deve avaliar as experiências de todos, quer em diversos lugares quer em diversas situações.

Convém que, acautelado isto, o general, quando os inimigos vagueiam, espalhando-se descuidadamente para pilharem, envie, então, cavaleiros ou peões experientes acompanhados por recrutas ou por soldados de qualidade inferior para que, num momento favorável, postos em debandada os inimigos, a perícia cresça entre aqueles e a coragem entre os restantes. O general deve tirar partido da travessia de rios, dos montes escarpados, dos apertos dos bosques, da existência de pântanos e dos maus caminhos para montar emboscadas sem

equis, nihil suspicantes, ipse paratus invadat, quatenus in huiusmodi certaminibus sui fiduciam colligant. Nam qui ante longum tempus aut omnino numquam viderunt homines vulnerari vel occidi, cum primum aspexerint, perhorrescunt et pavore confusi de fuga magis quam de conflictu incipiunt cogitare. Praeterea, si excurrant adversarii, longo itinere fatigatos adgrediatur et ultimos vel certe insperatos superveniat; eos etiam qui longe a suis aut pabuli aut praedae gratia commorantur subito occupet cum delectis. Illa enim ante temptanda sunt quae si male cesserint minus noceant, si bene plurimum prosint.

Inter hostes discordiarum serere causas sapientis est ducis. Nulla enim quamvis minima natio potest ab adversariis perdeleri nisi propriis simultatibus se ipsa consumpserit; nam civile odium ad inimicorum perniciem praeceps est, ad utilitatem suae defensionis incautum.

Unum illud est in hoc opere praedicendum, ut nemo desperet fieri posse quae facta sunt. Dicat aliquis 'multi anni sunt quibus nullus fossa aggere valloque mansurum circumdat exercitum'. Respondebitur 'si fuisset ista cautela, nihil nocturni aut diurni superventus hostium nocere potuissent'. Persae imitantes Romanos ductis fossis castra constituunt, et quia harenosa sunt prope omnia saccos, quos inanes portaverant, ex pulverulenta quae effoditur terra complent eorumque cumulo aggerem faciunt. Omnes barbari carris suis in orbem conexis ad similitudinem castrorum securas a superventibus exigunt noctes. Veremur ne discere nequeamus quae a nobis alii didicerunt? Haec ex usu librisque antea servabantur, sed omissa diu nemo quaesivit, quia vigentibus pacis officiis procul aberat necessitas belli. Sed ne impossibile videatur reparari disciplinam cuius usus intercidit doceamur exemplis. Apud veteres ars militaris in oblivionem saepius venit, sed prius a libris repetita est, postea ducum auctoritate firmata. Scipio Africanus sub aliis imperatoribus Hispanienses exercitus frequenter victos accepit; hos

ninguém o saber; e deve, também, regular o seu andamento de forma a que, estando ele próprio bem preparado, ataque os inimigos enquanto comem, ou quando dormem, ou, pelo menos, durante o descanso, estando eles descuidados, desarmados, descalços, com os cavalos por arrear e de nada suspeitando. É que os seus soldados adquirem confiança em si próprios em combates desta natureza. Com efeito, aqueles que há já muito tempo ou mesmo nunca viram homens a serem feridos ou mortos, quando tal virem pela primeira vez, enchem-se de terror e, perturbados pelo medo, começam a pensar mais na fuga do que na batalha. Além disso, se os adversários manobram por perto, o general deve atacá-los quando estiverem cansados por uma longa marcha e investir contra os da retaguarda sem eles contarem de forma alguma com isso; deve ainda atacar subitamente e com homens escolhidos aqueles que se afastam dos seus por causa das forragens ou dos saques. Na verdade, devem ser ensaiadas aquelas acções que, se correrem mal, provocam menos dano e que, se correrem bem, são de maior proveito.

É próprio de um general sábio semear motivos de discórdia entre os inimigos. Na verdade, nenhuma nação, por pequena que seja, pode ser completamente aniquilada pelos adversários, a não ser que se destrua a si própria por rivalidades intestinas; com efeito, o ódio entre cidadãos é propício ao aniquilamento dos adversários políticos mas desfavorável aos interesses da sua própria defesa.

Nesta obra, uma única coisa deve ser registada: que ninguém perca a esperança de que é possível fazer hoje aquilo que era feito no passado. Poderá alguém dizer: “há muito tempo que ninguém ordena que um acampamento militar seja rodeado por fosso, por trincheira ou por paliçada que seja”. A isto deve responder-se: “se tivesse havido essa preocupação, os ataques dos inimigos nenhum dano teriam podido fazer, tanto de dia como de noite”¹⁷¹. Os Persas, à imitação dos Romanos, constroem um acampamento com fossos escavados à volta e, uma vez que os terrenos são quase todos arenosos, enchem os sacos que tinham trazido vazios com a terra poeirenta que é escavada e fazem uma trincheira, empilhando esses sacos. Todos os bárbaros passam as noites nas suas carroças unidas em círculo, a salvo de ataques, tal como num acampamento. Recearemos nós não conseguir aprender aquilo que os outros aprenderam connosco? Antigamente, tudo isto era preservado, quer no uso comum quer por meio de livros, mas, tendo sido esquecido durante muito tempo, ninguém se interessou por isso, porque, vigorando os deveres próprios do tempo de paz, as necessidades da guerra ficavam relegadas para segundo plano. Mas, para que não pareça impossível restaurar a

disciplinae regula custodita omni opere fossisque faciendis ita diligenter exercuit ut diceret fodientes luto inquinari debere qui madere hostium sanguine nolissent; cum ipsis denique Numantinos capta civitate sic concremavit ut nullus evaderet. Metellus in Africa Albino imperante subiugatum accepit exercitum, quem ita emendavit veteribus institutis ut postea eos a quibus sub iugum missi fuerant superarent. Cimbri Caepionis et Mallii legiones intra Gallias deleverunt; quarum reliquias cum Gaius Marius suscepisset, ita erudivit scientia et arte pugnandi ut innumerabilem multitudinem non solum Cimbrorum sed etiam Teutonum et Ambronum publico Marte deleret. Facilius autem est ad virtutem novos imbuere quam revocare perterritos.

XI. Quae ipso die procuranda sint quo publica committitur pugna:

Praemissis levioribus artibus belli ad publici conflictus incertum et ad fatalem diem nationibus ac populis ratio disciplinae militaris invitat. Nam in eventu aperti Martis victoriae plenitudo consistit. Hoc ergo tempus est quo tanto magis duces debent esse solliciti quanto maior speratur diligentibus gloria et maius periculum comitatur ignavos, in quo momento peritiae usus, pugnandi doctrina consiliumque dominatur.

Veteribus saeculis mos fuit parco cibo curatos milites ad certamen educere, ut audaciores sumpta esca redderet et longiore conflictu non fatigarentur inedia. Praeterea observandum est praesentibus hostibus, sive ex castris sive ex civitate producas ad proelium, ne dum per angusta portarum particulatim procedit exercitus a collectis et paratis debilitetur inimicis. Ideoque providendum est ut ante omnes milites egrediantur portas et aciem construant quam hostis adveniat. Quod si

disciplina cuja prática desapareceu, aprendamo-la através de exemplos. Entre os antigos, a arte militar caiu muitas vezes no esquecimento mas foi recuperada, em primeiro lugar, a partir de livros e, posteriormente, foi reafirmada pela autoridade dos generais. Cipião Africano aceitou frequentemente exércitos da Hispânia que tinham sido vencidos sob o comando de outros generais; mas, guardada a regra da disciplina, Cipião treinou esses exércitos tão aturadamente na feitura de todos os trabalhos e escavação de fossos que costumava dizer que aqueles que não tinham querido molhar-se com o sangue dos inimigos deviam, ao escavar, sujar-se de lama; com esses mesmos homens tomou por fim a cidade dos Numantinos e mandou-os queimar, de forma que nenhum conseguiu escapar¹⁷². Metelo recebeu, em África, um exército derrotado sob o comando de Albino, o qual reformou de tal forma de acordo com os ensinamentos antigos que este exército depois venceu aqueles que o tinham derrotado¹⁷³. Os Cimbros destruíram as legiões de Cepião e de Málio no interior das Gálias; tendo Gaio Mário recebido o que sobrou delas, instruiu-as de tal forma na ciência e na arte do combate que aniquilou em campo aberto uma incontável quantidade não só de Cimbros mas também de Teutões e de Ambrões¹⁷⁴. Em todo o caso, é mais fácil encher os novos de coragem do que recuperar aqueles que a perderam.

XI. O que é que deve ser feito no próprio dia em que se trava uma batalha campal:

Expostos os preceitos menos importantes, a doutrina da arte militar leva-nos agora a esse dia incerto da batalha em campo aberto, dia esse fatal para algumas nações e povos. Com efeito, uma vitória completa assenta no resultado de uma batalha campal. Portanto, esta é a altura em que os generais devem ser tanto mais cuidadosos quanto maior é a glória que se espera por parte dos mais esforçados e quanto maior é o perigo que acompanha os cobardes. Esta é a ocasião em que predominam o uso da perícia, a ciência do combate e a sabedoria.

Em tempos passados, era costume levar os soldados para o combate parcamente alimentados para que a ração consumida os tornasse mais corajosos e para que, devido à fome, não se cansassem num combate mais prolongado. Para além disso, deve ter-se cuidado quando, na presença dos adversários, se conduz um exército para o combate, seja a partir do acampamento, seja a partir de uma cidade. É que não convém que, ao atravessar pouco a pouco uma porta estreita, o exército seja vulnerável aos inimigos agrupados e prontos para combater. Por este motivo, é

intra civitatem manentibus paratus advenerit, aut differatur egressus aut certe dissimuletur, ut cum adversarii insultare coeperint his quos non putant exituros, cum ad praedam aut ad redeundum converterint animum, cum ordines solverint, tunc illis stupentibus lectissimi quique prorumpant et conferti adgrediantur ignaros.

Observatur autem ne longo spatio fatigatum militem neve lassos post cursum equos ad publicum proelium cogas. Multum virium labore itineris pugnaturus amittit; quid faciet qui ad aciem anhelus adventat? Haec et veteres declinarunt et superiore vel nostra aetate cum Romani duces per imperitiam non cavissent, ne quid amplius dicam, exercitus perdidit. Impar enim condicio est lassum cum requieto, sudantem cum alacri, currentem cum eo qui steterit subire conflictum.

XII. Investigandum quid sentiant milites pugnaturi:

Ipsa die qua certaturi sunt milites quid sentiant diligenter explora. Nam fiducia vel formido ex vultu verbis incessu motibus cernitur. Nec confidas satis si tiro proelium cupit — inexpertis enim dulcis est pugna — et noveris te oportere differre si exercitati bellatores metuunt dimicare. Monitis tamen et adhortatione ducis exercitui virtus adcrevit et animus, praecipue si futuri certaminis talem acceperint rationem qua sperent se ad victoriam perventuros. Tunc inimicorum ignavia vel error ostendendus est vel si ante a nobis superati sunt commemorandum. Dicenda etiam quibus militum mentes in odium adversariorum ira et indignatione moveantur.

Animis paene omnium hominum hoc naturaliter evenit, ut trepident cum ad conflictum hostium venerint. Sine dubio autem infirmiores sunt quorum mentes ipse confundit aspectus; sed hoc remedio formido

prudente que todos os soldados tenham transposto as portas e formado a linha de batalha antes de o adversário aparecer. Mas se o inimigo chegar preparado para combater, estando o exército ainda dentro da cidade, a saída deve ser adiada ou pelo menos ocultada. Deste modo, quando os adversários começarem a insultar aqueles que pensam não estar de saída, quando eles voltarem a atenção para o saque ou para a retirada e desmobilizarem, então sim, alguns soldados escolhidos a dedo devem atacá-los desprevenidos e avançar em força contra os incautos.

Deve também observar-se que não se deve obrigar um soldado fatigado por uma longa marcha, nem os cavalos cansados após uma corrida, a travar uma batalha campal. Aquele que vai combater perdeu muito das suas capacidades físicas com o esforço da marcha; o que fará aquele que já chega cansado à linha de batalha? Os antigos evitaram isto, mas, no nosso tempo e no passado recente, uma vez que os generais romanos não o acautelaram, eles, por falta de perícia, e para nada mais dizer, desgraçaram os seus exércitos¹⁷⁵. Com efeito, existe uma situação desigual quando entra em combate aquele que está cansado contra o que está folgado, o que transpira contra o que está fresco, o que veio a correr contra o que aguardou parado.

XII. Deve averiguar-se aquilo que sentem os soldados que vão combater:

Averigua cuidadosamente o que sentem os soldados no próprio dia em que vão combater. Com efeito, a confiança ou o medo distinguem-se a partir da expressão do rosto, das palavras, da forma de andar e dos gestos. Não confies em demasia num recruta que deseja o combate – na verdade, doce é a batalha para os inexperientes – e, por outro lado, perceberás que convém adiar a batalha, caso guerreiros experientes receiem combater. A coragem e o ânimo aumentam no seio do exército graças aos conselhos e ao encorajamento do general, especialmente se os soldados receberem uma explicação acerca do combate que se avizinha, na sequência da qual eles acalentem a esperança de chegar à vitória. Então, deve mostrar-se a cobardia e os erros dos inimigos e, caso eles tenham sido anteriormente derrotados por nós, deve recordar-se isso. Refira-se também aquilo que possa acender nas mentes dos soldados o ódio, a ira e a indignação para com os adversários.

Acontece naturalmente no espírito de quase todos os homens perturbarem-se quando chegam ao combate com o inimigo. Mas o espírito daqueles a quem a simples aparição do adversário perturba é, sem dúvida, o mais fraco; no entanto,

lenitur, si antequam dimices frequenter exercitum tuum locis tutioribus ordines, unde et videre hostem et agnoscere consuescant. Interdum audeant aliquid ex occasione: aut fugent aut interimant inimicos; mores adversariorum, arma, equos recognoscant. Nam quae ex usu nota sunt non timentur.

XIII. Quemadmodum idoneus locus eligatur ad pugnam:

Bonum ducem convenit nosse magnam partem victoriae ipsum locum in quo dimicandum est possidere. Elabora ergo ut conserturus manum primum auxilium captes ex loco, qui tanto utilior iudicatur quanto superior fuerit occupatus. In subiectos enim vehementius tela descendunt, et maiore impetu obnitentes pars altior pellit. Qui adverso nititur clivo duplex subit cum loco et hoste certamen. Sed illa distantia est, quod, si de peditibus tuis victoriam speras contra equites hostium, loca aspera inaequalia montuosa debes eligere, si vero de equitibus tuis contra adversarii pedites victoriam quaeris, sequi debes paulo quidem editiora loca sed plana atque patentia, neque silvis neque paludibus impedita.

XIII. Quemadmodum acies debeat ordinari ut in conflictu reddatur invicta:

Ordinaturus aciem tria debet ante prospicere, solem pulverem ventum. Nam sol ante faciem eripit visum; ventus contrarius tua inflectit ac deprimit, hostium adiuvat tela; pulvis a fronte congestus oculos implet et claudit. Haec momento eo quo acies ordinantur etiam imperiti vitare solent, sed duci provido cavendum est in futurum ne post paululum accedente die noceat solis mutata conversio, ne ventus adversus hora solita eo pugnante nascatur. Ita ergo constituentur ordines ut haec post occipitium nostrum sint et si potest fieri adversariorum impetant faciem.

Acies dicitur exercitus instructi frons quae adversum hostem spectat. Haec in pugna publica si sapienter disponitur, plurimum iuvat, si imperite, quamvis optimi bellatores sint mala ordinatione franguntur.

pode reduzir-se o medo por meio deste remédio: se antes de se combater, tu dispuseres frequentemente o teu exército em lugares mais seguros, de onde os soldados se possam habituar a ver e a conhecer o inimigo. De vez em quando, que se atrevam a algo, de acordo com as oportunidades: que afugentem ou que matem os inimigos; que reconheçam os hábitos dos adversários, as suas armas, os seus cavalos. Com efeito, aquilo que nos é familiar pela prática não é temido.

XIII. Como se escolhe um local adequado para o combate:

Convém que o bom general saiba que grande parte da vitória tem a ver com o próprio local em que se deve combater. Portanto, na iminência da batalha, esforça-te por conseguir uma primeira ajuda a partir do lugar, que é considerado tanto mais útil quanto mais elevado for o terreno ocupado. Na verdade, os projecteis caem com mais força sobre os que estão mais em baixo e quem está na parte mais elevada opõe-se aos atacantes com maior vigor¹⁷⁶. Aquele que avança por um declive acima enfrenta um duplo desafio: o lugar e o inimigo. Mas há uma diferença. Se confias numa vitória dos teus peões sobre os cavaleiros inimigos, deves escolher lugares íngremes, acidentados e montanhosos; mas se procuras, com os teus cavaleiros, a vitória sobre os peões adversários, então deves ocupar posições algo elevadas mas planas e abertas, sem estorvo de bosques ou de pântanos.

XIV. Como ordenar a linha de batalha para que saia vencedora:

Antes de formar a linha de batalha, o general deve ter em atenção três aspectos: o sol, o pó e o vento. Com efeito, o sol no rosto tira-nos a visão; o vento contrário desvia ou trava os teus projecteis, mas ajuda os dos inimigos; o pó lançado à cara invade os olhos e obriga-os a cerrar. Ainda que inexperientes, os generais costumam evitar isto no momento em que se ordenam as linhas de batalha mas o general previdente deve ter em conta que, à medida que o dia avança, a rotação do sol pode ser prejudicial e um vento adverso pode aparecer à hora habitual, estando ele prestes a combater. E assim, devem dispor-se as linhas de tal forma que aqueles obstáculos estejam atrás das nossas cabeças e, caso seja possível, que atinjam de frente os adversários¹⁷⁷.

Ao exército preparado para o combate chama-se “az” ou “linha de batalha”; a “frente” é a parte que olha em direcção ao adversário. Esta, se for convenientemente disposta numa batalha campal, é uma ajuda inestimável, mas se for disposta

Instructionis lex est ut in primo exercitati et veteres milites collocentur, quos antea principes vocabant, in secundo ordine circumdati catafractis sagittarii et optimi milites cum spiculis vel lanceis ordinentur, quos prius hastatos vocabant. Singuli autem armati in directum ternos pedes inter se occupare consuerunt, hoc est, in mille passibus mille sexcenti sexaginta sex pedites ordinantur in longum, ut nec acies interluceat et spatium sit arma tractandi. Inter ordinem autem et ordinem a tergo in latum sex pedes distare voluerunt, ut haberent pugnantibus spatium accedendi atque recedendi; vehementius enim cum saltu cursuque tela mittuntur. In his duobus ordinibus et aetate maturi et usu confidentes et muniti etiam gravioribus armis collocantur; hi enim ad vicem muri nec cedere nec sequi aliquando cogendi sunt, ne ordines turbent, sed venientes adversarios excipere et stando pugnandoque repellere vel fugare. Tertius ordo disponitur de armaturis velocissimis, de sagittariis iuvenibus, de bonis iaculatoribus, quos antea ferentarios nominabant. Quartus item ordo construitur de scutatis expeditissimis, de sagittariis iunioribus, de his qui alacriter verrutis vel mattiobarbulis, quas plumbatas nominant, dimicant, qui dicebantur levis armatura.

Sciendum ergo est stantibus duobus primis ordinibus tertium et quartum ordinem ad provocandum cum missilibus et sagittis primo loco semper exire. Qui si hostes in fugam vertere potuerint, ipsi cum equitibus persequuntur; sin vero ab hostibus pulsati fuerint, redeunt ad primam ac secundam aciem et inter ipsos recipiunt se ad loca sua. Prima autem et secunda acies, cum ad spathas et ad pilam, ut dicitur, ventum fuerit, totum sustinet bellum.

In quinta acie ponebantur interdum carballistae manuballistarii fundibulatores funditores. Fundibulatores sunt qui fustibalis lapides iaciunt. Fustibalus fustis est longus pedibus quattuor cui per medium ligatur funda de corio, et utraque manu impulsus prope ad instar onagri

desastradamente, ainda que os combatentes sejam excelentes, estes vêem-se debilitados por uma má organização. A regra da disposição é que, na primeira linha, sejam colocados soldados adestrados e experientes, a que antes chamavam *principes*; na segunda linha, devem ser colocados arqueiros protegidos por catafractas e soldados excelentes munidos de dardos ou lanças, a que antigamente chamavam *bastati*¹⁷⁸. E cada um dos soldados por si costuma ocupar, em linha recta, três pés¹⁷⁹, isto é, em mil passos são dispostos, ao comprimento, 1666 soldados de infantaria para que a linha não deixe passar nem um raio de sol mas haja espaço para manejar as armas. Mas entre as costas de uma linha e a frente da linha seguinte quiseram que houvesse uma distância, em profundidade, de seis pés¹⁸⁰, de modo a que os combatentes tivessem espaço para avançar e para recuar; com efeito, em salto e em corrida, os projecteis são arremessados com mais força. Nestas duas primeiras filas, são dispostos os mais maduros em idade, os mais experientes e resolutos, protegidos com o equipamento mais pesado; na verdade, estes são obrigados, à maneira de um muro, a nunca recuar nem avançar para não perturbarem as fileiras, mas devem receber os adversários que surgem e, mantendo-se firmes e combatendo, devem repeli-los ou pô-los em fuga. A terceira linha é composta de soldados rapidíssimos, de arqueiros jovens e de bons lançadores de dardos, a que antigamente se chamava *ferentarii*¹⁸¹. E a quarta linha é formada por soldados muito ligeiros munidos de escudos, por arqueiros jovens e por aqueles que lutam energicamente com dardos leves¹⁸² ou com dardos de chumbo a que se chama *plumbatae*¹⁸³; a todos estes dava-se o nome de “infantaria ligeira”.

Portanto, é sabido que, conservando as duas primeiras linhas as suas posições, a terceira e a quarta avançam sempre para provocar o adversário com mísseis e com setas na frente do combate. Se estes conseguirem pôr os inimigos em fuga, devem persegui-los eles próprios com a ajuda da cavalaria; mas se, pelo contrário, forem repelidos pelos inimigos, recuam para a primeira ou para a segunda linhas e recolhem através destas às suas próprias posições. A primeira e a segunda linhas suportam todo o combate quando se chega ao momento a que se chama “das espadas e do tudo a monte”.

Por vezes, na quinta linha eram dispostas *carroballistae*¹⁸⁴, *manuballistarii*¹⁸⁵, *fundibulatores* e *funditores*. Os *fundibulatores* são aqueles que lançam pedras por meio de fundas. O *fustibalus*¹⁸⁶ é um pau com quatro pés de comprimento¹⁸⁷, ao meio do qual está ligada uma funda de couro e que, impulsionado por uma

dirigit saxa. Funditores sunt qui fundis lino vel setis factis — has enim dicunt esse meliores — contorto circa caput brachio dirigunt saxa. Quibus scuta deerant, sive lapidibus manu iactis sive missilibus in hoc ordine dimicabant, quos accensos tamquam iuniores et postea additos nominabant.

Sextus ordo post omnes a firmissimis et scutatis et omni genere armorum munitis bellatoribus tenebatur, quos antiqui triarios appellabant. Hi, ut requieti et integri acrius invaderent hostes, post ultimas acies sedere consueverant. Si quid enim primis ordinibus accidisset, de horum viribus reparationis spes tota pendeat.

XV. Ratio podismi quantum spatium in acie inter singulos homines in longum vel inter singulos ordines in latum debeat custodiri:

Explanato qualiter debeant acies instrui, nunc podismum mensuramque ipsius ordinationis exponam.

In mille passibus campi una acies mille sexcentos sexaginta sex suscipit pedites, propterea quia singuli pugnatore ternos occupant pedes. Quod si sex acies in mille passibus campi volueris ordinare, novem milia nongenti nonaginta sex pedites sunt necessarii. Si autem in terno hunc numerum volueris tendere, duo milia passuum comprehendit; sed melius est plures acies facere quam militem spargere. Senos pedes a tergo inter singulas acies in latum diximus interpatere debere, et ipsi bellatores stantes singulos obtinent pedes; ideoque, si sex acies ordinaveris, quadraginta duo pedes in latum et mille passus in longum decem milium hominum tenebit exercitus. Si autem in terno volueris aciem tenuare, viginti unum pedes in latum et duo milia passuum in longum decem milium tenebit exercitus. Ad hanc rationem, sive viginti milia sive triginta milia peditum fuerint, iuxta mensurae podismum sine aliqua difficultate poterunt ordinari, nec dux fallitur, cum sciat qui locus quantos capere possit armatos. Dicunt, si angustior locus sit vel multitudo sufficiat, etiam in deno vel amplius acies ordinari. Magis enim expedit ut conferti pugnent quam longius separati; nam si nimium fuerit acies tenuata, cito ab adversariis facta impressione perrumpitur et nullum postea potest esse remedium.

das mãos, atira pedras quase à semelhança de um ónagro¹⁸⁸. Os *funditores* são os que, feitas as fundas com linho ou com cabelos – na verdade, diz-se que estas últimas são melhores – atiram pedras fazendo girar o braço em volta da cabeça. Nesta quinta linha, combatiam aqueles que não tinham escudos, arremessando com a mão quer pedras quer mísseis; a estes chamavam *accensi*, por serem recrutas e incorporados mais tarde¹⁸⁹.

A sexta e última linha, atrás de todas as outras, era constituída por combatentes fortíssimos munidos de escudos e equipados com todo o tipo de armas, a quem os antigos chamavam *triarii*. Estes costumavam ter lugar atrás das últimas linhas para, frescos e intactos, atacarem os inimigos mais vigorosamente. Com efeito, se acontecesse algo às primeiras filas, toda a esperança de recuperação residia na força destes homens.

XV. Cálculo em pés da distância que deve observar-se entre cada homem na linha de batalha ou entre uma linha e outra:

Explicado de que forma devem ser dispostas as linhas de batalha, apresentarei agora a medida em pés e a dimensão da própria formação.

Em mil passos¹⁹⁰ de terreno, uma linha ou az acolhe 1666 peões porque cada combatente ocupa três pés¹⁹¹. Assim, se quiseres dispor seis azes em mil passos de terreno, são necessários 9996 peões. Mas se quiseres distribuir este número por três azes, isso ocupa 2000 passos¹⁹²; mas é melhor fazer mais azes do que espalhar os soldados. Nós já dissemos¹⁹³ que entre cada uma das linhas devem distar, em profundidade, seis pés¹⁹⁴, e cada um dos combatentes em si, na sua posição, ocupa um pé¹⁹⁵; e assim, se ordenares seis linhas, o exército terá 10 000 homens em 42 pés¹⁹⁶ de profundidade e em 1000 passos de largura. Mas se quiseres reduzir para três linhas, o exército terá 10 000 homens em 21 pés¹⁹⁷ de profundidade e em 2000 passos de largo. Segundo este cálculo, se houver 20 000 ou 30 000 peões, eles poderão ser dispostos sem nenhuma dificuldade, de acordo com estas medidas em pés, e o general nunca falha quando sabe quantos soldados poderá acolher num dado lugar. Dizem que, se o lugar for mais apertado ou se a quantidade de homens for suficiente, também se pode dispor a formação em dez azes ou mais. Com efeito, é mais vantajoso que eles lutem mais próximos uns dos outros do que muito afastados; na verdade, se a linha for demasiado aberta, imediatamente é rompida pelos adversários na sequência de um ataque e nenhum remédio existe para isso.

Qui autem numeri in dextro cornu, qui in sinistro, qui in medio debeant ordinari, vel iuxta dignitates eorum servatur ex more vel certe pro qualitate hostium commutatur.

XVI. De equitibus ordinandis:

Constructa acie peditum equites ponuntur in cornibus, ita ut loricati omnes et contati iuncti sint peditibus, sagittarii autem vel qui loricas non habent longius evagentur. A fortioribus namque equitibus peditum protegenda sunt latera et a velocioribus atque expeditis hostium cornua superfundenda atque turbanda. Scire dux debet contra quos drungos, hoc est globos, hostium quos equites oporteat poni; nam nescioqua occulta ratione, immo paene divina, alii contra alios dimicant melius, et qui fortiores vicerant ab inferioribus saepe vincuntur. Quod si equites impares fuerint, more veterum velocissimi cum scutis levibus pedites ad hoc ipsum exercitati hisdem miscendi sunt, quos velites nominabant; quo facto, quamvis fortissimi equites hostium fuerint, tamen adversum mixtum agmen pares esse non possunt. Unum hoc remedium omnes duces veteres invenerunt, ut adsuefacerent iuvenes currentes egregie et inter binos equites singulos ex his pedites collocarent cum levioribus scutis gladiis atque missilibus.

XVII. De subsidiis quae post aciem collocantur:

Sed optima ratio est et ad victoriam plurimum confert ut lectissimos de peditibus et equitibus cum vicariis comitibus tribunisque vacantibus habeat dux post aciem praeparatos, alios circa cornua alios circa medium, ut sicubi hostis vehementer insistit, ne rumpatur acies, provolent subito et suppleant loca additaque virtute inimicorum audaciam frangant. Hoc primi Lacones invenerunt, imitati sunt Carthaginienses, Romani postea ubique servarunt. Hac dispositione nulla melior invenitur; nam directa acies hoc solum agere debet et potest, ut hostem repellat aut fundat. Si cuneus sit agendus aut forfix, superfluos habere debebis post aciem de quibus cuneum vel forficem facias. Si ducenda sit serra, item ex abundantibus ducitur; nam si de loco suo ordinatum militem transferre coeperis, universa turbabis. Si globus hostium separatus aut

E que número de soldados deve ser disposto no lado direito, no lado esquerdo ou no meio, isso ou é feito de acordo com a categoria deles, segundo o costume, ou é alterado de acordo com a qualidade dos inimigos.

XVI. Sobre a disposição dos cavaleiros:

Disposta a az dos peões, os cavaleiros são colocados nas alas, de tal forma que todos os lorigados e os lanceiros estejam junto dos peões, enquanto os arqueiros e aqueles que não trazem lorigas se espalham mais ao longe pelo terreno. Na verdade, os flancos da infantaria são protegidos pelos cavaleiros pesados e as alas dos inimigos devem ser envolvidas e desorganizadas pelos cavaleiros mais velozes e ligeiros. O general deve saber que cavaleiros deve dispor contra os *drungi*, isto é, grupos de inimigos; com efeito, não sei por que desconhecida razão, diria até divina, uns combatem melhor contra outros e aqueles que venceram os mais fortes são frequentemente vencidos pelos mais fracos. Mas se os cavaleiros forem em número inferior, devem ser, segundo o costume dos antigos, misturados com peões muito velozes munidos de escudos leves e treinados para isso mesmo, aos quais chamavam *velites*¹⁹⁸; feito isto, por muito forte que seja a cavalaria dos inimigos, ela não poderá todavia fazer frente a uma tal formação mista. Todos os generais antigos descobriram esta única solução: treinar jovens que corresse bem e colocar cada um destes peões entre dois cavaleiros, munidos de escudos ligeiros, de gládios e de mísseis.

XVII. Sobre as tropas de reserva que são colocadas atrás das linhas de batalha:

Mas uma ótima regra e que conduz em muito à vitória consiste em que o general tenha disponíveis os melhores de entre os peões e cavaleiros bem como os vicários, os condes e os tribunos, preparados atrás da linha de combate, uns perto dos flancos, outros perto do centro. Assim, se o inimigo, em algum momento, atacar impetuosamente, eles, para que a linha não seja rompida, devem acorrer rapidamente e preencher as lacunas e, com este reforço, devem quebrar o ímpeto dos inimigos. Isto foi descoberto em primeiro lugar pelos Espartanos, os Cartagineses imitaram-nos e, depois, os Romanos conservaram-no em toda a parte. Nenhuma disposição existe melhor do que esta; com efeito, a linha de batalha normal só pode e deve repelir ou derrotar o inimigo. Se se tem de formar uma cunha ou uma tenaz, tu deverás ter reservas atrás da linha de batalha, com as quais possas constituí-las. E se se tiver de fazer uma serra, também ela é formada

alam tuam aut partem aliquam urgere coeperit, nisi superfluos habeas quos contra globum possis opponere, sive equites sive pedites de acie tuleris, dum alia vis defendere, alia periculosius denudabis. Quod si bellatorum tibi copia non abundat, melius est aciem habere breviorum, dummodo in subsidiis colles plurimos. Nam circa medias partes campi ex peditibus bene armatis debes habere lectissimos de quibus cuneum facias et statim aciem hostium rumpas; circa cornua autem de contatis loricatisque equitibus ad hoc reservatis et levi armatura peditum alas hostium circumvenire te convenit.

XVIII. In quo loco primus dux stare debeat in quo secundus in quo tertius:

Dux qui praecipuam sustinet potestatem inter equites et pedites in parte dextra stare consuevit. Hic enim locus est in quo tota acies gubernatur, ex quo rectus est liberque prokursus. Ideo autem inter utrosque consistit ut et consilio regere et auctoritate tam equites quam pedites ad pugnam possit hortari. Hic de equitibus supernumerariis mixtis peditibus expeditis adversariorum sinistrum cornum, qui contra ipsum stat, circumire debet et a tergo semper urgere.

Secundus dux in media acie ponitur peditum qui eam sustentet et firmet. Hic fortissimos pedites et bene armatos de illis superfluis secum habere debet ex quibus aut ipse cuneum faciat et aciem hostium rumpat aut si adversarii cuneum fecerint ipse forcicem faciat, ut cuneo illi possit occurrere.

In sinistra parte exercitus tertius esse dux debet, satis bellicosus et providus, quia sinistra pars difficilior est et velut manca in acie consistit. Hic circa se bonos equites supernumerarios et velocissimos pedites habere debet de quibus sinistrum cornum semper extendat, ne circumveniatur ab hostibus.

Clamor autem quem barritum vocant prius non debet attolli quam acies utraque se iunxerit; imperitorum enim vel ignavorum est vociferari de longe, cum hostes magis terreantur si cum telorum ictu clamoris horror accesserit.

a partir das reservas; pois, se começares a mudar de posição o soldado já formado, perturbarás tudo. Se um grupo separado de inimigos começar a pressionar um dos teus flancos ou outra parte qualquer e a não ser que disponhas de reservas com que possas enfrentá-lo, ao retirares da az seja cavaleiros, seja peões, então, ao mesmo tempo que quiseses defender uma parte desprotegerás perigosamente uma outra. Se não te for suficiente a quantidade de combatentes, o melhor é ter uma linha de combate mais curta, desde que coloques muitos homens de reserva. Com efeito, debes ter em redor das partes centrais do campo os melhores dos peões armados, com os quais faças uma cunha e imediatamente rompas a az dos inimigos; mas, nos flancos, convém-te cercar as alas dos inimigos com cavaleiros munidos de lanças e de lorigas, reservados para este efeito, e com infantaria ligeira¹⁹⁹.

XVIII. Em que lugar deve estar o primeiro comandante, e o segundo, e o terceiro:

O comandante que detém o poder principal costuma ficar entre os cavaleiros e os peões no lado direito. Na verdade, esta é a posição a partir da qual toda a az é governada e a partir da qual a progressão é a direito e desimpedida. E, assim, ele coloca-se entre uns e outros para que possa comandar com o seu conselho e exortar com a sua autoridade tanto os cavaleiros como os peões. Ele deve rodear com cavaleiros de reserva misturados com peões ligeiros o flanco esquerdo dos adversários, que está diante dele, e pressionar sempre pela retaguarda.

O segundo comandante é colocado no meio da linha de peões para a apoiar e manter firme. Ele deve ter consigo peões muito fortes e bem armados, retirados de entre as reservas, com os quais ele próprio deve fazer uma cunha e romper a linha dos inimigos ou, se os adversários formarem uma cunha, ele próprio deve fazer uma tenaz para poder opor-se àquela cunha.

No lado esquerdo do exército, deve ficar o terceiro comandante, suficientemente aguerrido e engenhoso, porque o lado esquerdo é o mais problemático e apresenta-se como que coxo. Ele deve rodear-se de bons cavaleiros das reservas e de peões velocíssimos, com os quais alongue sempre o flanco esquerdo de forma a não ser envolvido pelos inimigos.

E o grito a que chamam *barritus*²⁰⁰ não deve ser lançado antes que ambas as formações tenham chegado ao contacto uma com a outra; com efeito, é próprio dos inexperientes ou dos cobardes gritar de longe, uma vez que os inimigos se aterrorizam mais se o impacto das armas for acompanhado pelo grito de guerra.

Semper autem studere debes ut prior instruas aciem, quia ex arbitrio tuo potes facere quod tibi utile iudicas cum nullus obsistit; deinde et tuis auges confidentiam et adversariis fiduciam minuis, quia fortiores videntur qui provocare non dubitant, inimici autem incipiunt formidare qui vident contra se acies ordinari. Hinc additur maximum commodum, quia tu instructus paratusque ordinantem et trepidum adversarium praeoccupas. Pars enim victoriae est inimicum turbare antequam dimices.

XVIII. Quibus remediis virtuti vel dolis hostium resistatur in acie:

Exceptis superventibus vel incursionibus repentinis ex occasione, quam numquam dux exercitatus amittit — nam in itineribus iam fatigatis, in fluminum transgressione divisus, in paludibus occupatis, in iugis montium laborantibus, in campis sparsis atque securis, in mansione dormientibus, oportunum proelium semper infertur, cum aliis negotiis occupati hostes prius interimantur quam praeparare se possint; quod si cauti sint adversarii et insidiarum nulla sit copia, tunc adversus praesentes scientes videntes aequa condicione pugnatur. Tamen ars belli non minus in hoc aperto conflictu quam in occultis fraudibus adjuvat eruditos.

Cavendum vel maxime ne ab ala cornuque sinistro, quod saepius evenit, aut certe dextro, quod licet raro contingit, circumveniantur tui a multitudine hostium aut a vagantibus globis, quos dicunt drungos. Quod si acciderit, unum remedium est ut alam cornuque replices et rotundes, quatenus conversi tui sociorum terga defendant; sed in angulo ipsius extremitatis fortissimi collocentur, quia ibi impetus amplior fieri consuevit.

Item adversus cuneum hostium certis resistitur modis. Cuneus dicitur multitudo peditum quae iuncta cum acie primo angustior deinde latior procedit et adversariorum ordines rumpit, quia a pluribus in unum locum tela mittuntur; quam rem milites nominant caput porcinum. Contra quod ordinatio ponitur quam forcicem vocant; nam ex lectissimis militibus in

Mas tu deves esforçar-te sempre por formar a linha de batalha antes do inimigo, pois podes fazer livremente aquilo que te parecer vantajoso sem ninguém to impedir. Em segundo lugar, aumentas a confiança dos teus e diminuis a convicção dos adversários, porque parecem mais fortes os que não hesitam em provocar e os inimigos começam a recear quando vêem que a linha está a ser ordenada contra eles. A partir desta situação, acresce uma grande vantagem, porque tu, já com o exército disposto e preparado, enervas um inimigo que ainda está a ordenar-se e em movimento. Na verdade, parte da vitória consiste em perturbares o adversário antes de o combater.

XIX. Com que recursos se pode opor resistência, na linha de batalha, à força e aos estratagemas dos inimigos:

Podem fazer-se ataques de surpresa e incursões súbitas em momentos favoráveis que um general experiente nunca desperdiça: estando os inimigos já cansados pelas marchas, divididos no momento da travessia de rios, atarefados nos pântanos, esforçando-se nos passos montanhosos, espalhados e descontraídos nas planícies ou dormindo nos alojamentos – em todas estas situações surge sempre a oportunidade de um combate vantajoso, uma vez que os inimigos, ocupados em outras actividades, são mortos antes que se possam preparar. Mas se os adversários são cautelosos e não há ocasião para emboscadas, então combate-se em igualdade de circunstâncias contra um inimigo prevenido da nossa presença e à vista dele. Seja como for, a arte da guerra ajuda tanto os especialistas neste tipo de combate aberto como nos estratagemas dissimulados.

Mas deve evitar-se especialmente que os teus sejam cercados por uma multidão de inimigos, ou por grupos móveis a que chamam *drungi*, pela ala ou flanco esquerdo, o que acontece muitas vezes, ou pelo flanco direito, o que sucede raramente. Se tal acontecer, uma solução consiste em recurvar a ala ou flanco e dar-lhe uma forma arredondada até que os teus, rodando para trás, protejam as costas dos companheiros; mas deve colocar-se os mais fortes no próprio vértice da extremidade porque aí o combate costuma ser mais intenso.

Da mesma forma, pode enfrentar-se de uma determinada maneira a cunha dos inimigos. Chama-se “cunha” a uma quantidade de peões que, acrescentada à linha de batalha, avança mais estreita na frente e mais larga na base e que rompe as linhas dos adversários porque os projecteis são arremessados por muitos contra um mesmo lugar; a isto, chamam os soldados “cabeça de porco”. Contra

V litteram ordo componitur et illum cuneum excipit atque ex utraque parte concludit, quo facto aciem non potest rumpere.

Item serra dicitur quae ab strenuis directa ante frontem opponitur hostibus ut turbata acies reparetur.

Globus autem dicitur qui a sua acie separatus vago superventu incursat inimicos, contra quem alter populosior vel fortior immittitur globus.

Observandum quoque ne sub tempore quo iam committitur pugna velis ordines commutare aut de locis suis aliquos numeros ad alia transferre. Statim enim nascitur tumultus atque confusio, et in imparatos conturbatosque facilius hostis incumbit.

XX. Quot generibus pugna publica committatur et quomodo etiam qui inferior numero et viribus est valeat obtinere:

Depugnationum septem sunt genera vel modi cum infesta ex utraque parte signa confligunt.

Una depugnatio est fronte longa quadro exercitu, sicut etiam nunc et prope semper solet proelium fieri. Sed hoc genus depugnationis periti armorum non optimum iudicant, quia in prolixo spatio cum tenditur acies non aequalis semper campus occurrit et hiatus aliquid in medio vel sinus aut curvatura fit et in eo loco acies frequenter inrumpitur. Praeterea, si multitudine adversarius antecedit, a lateribus aut dextram aut sinistram alam circumvenit, in quo periculum magnum est nisi supernumerarios habeas qui procurrant hostemque sustineant. Hoc genere solus debet confligere qui et plures et fortes habuerit bellatores, ut ex utroque cornu hostem circumveniat et quasi in sinum sui concludat exercitus.

Secunda depugnatio est obliqua, plurimis melior; in qua si paucos strenuos loco idoneo ordinaveris, etiam si multitudine hostium et virtute turberis, tamen poteris reportare victoriam. Huius talis est modus. Cum instructae acies ad congressum veniunt, tunc tu sinistram alam tuam a

ela, é composta uma formação a que chamam “tenaz”; com efeito, esta formação é constituída por soldados bastante bem seleccionados e tem a forma da letra V, recebendo aquela cunha e fechando-a de ambos os lados; feito isso, a cunha não consegue romper a linha.

Do mesmo modo, chama-se “serra” à formação, composta por homens fortíssimos, que se coloca directamente em face do inimigo para que uma linha desordenada possa ser recomposta.

E chama-se *globus* àquele grupo que se separa da sua az e que avança sobre os inimigos num ataque móvel, contra o qual é enviado um outro destacamento mais numeroso e mais forte.

Deve também ter-se em conta que não debes decidir alterar as linhas ou transferir alguns corpos de tropas de umas posições para outras quando o combate já começou. Na verdade, surge imediatamente a agitação e a confusão e o inimigo cai mais facilmente sobre soldados desorganizados e perturbados.

XX. De quantos modos se trava uma batalha campal e como pode ainda ter êxito aquele que é inferior em número e em força:

Existem sete tipos ou modos de combates decisivos quando os estandartes inimigos se precipitam de ambos os lados.

O primeiro tipo de combate tem lugar com o exército disposto em rectângulo e com a frente alargada, tal como ainda hoje e quase sempre é costume lutar. Mas os especialistas da arte militar não consideram este género de combate como o melhor porque, quando a az é disposta ao longo de um espaço muito amplo, nem sempre encontra um terreno uniforme: pode surgir uma brecha algures no centro, ou uma dobra, ou uma curvatura e a linha é muitas vezes rompida nesse ponto. Além disso, se o adversário é superior em número, ele envolve pelos flancos a nossa ala direita ou a esquerda, o que constitui um grande perigo a não ser que tenhas reservas que enfrentem e sustentem o inimigo. Só deve adoptar este modo de combate aquele que tiver muitos e fortes soldados de maneira a cercar o adversário em ambos os flancos e como que a abraçá-lo no seio do seu exército.

O segundo tipo de combate é com a az oblíqua, o que é melhor em muitos aspectos; nele, se dispuseres poucos e fortes soldados num lugar adequado, mesmo que sejas perturbado pela quantidade e pela força dos inimigos, ainda assim poderás alcançar a vitória. Tal sucede como a seguir se descreve. Quando as

dextra adversarii longius separabis, ne vel missibilia ad eam vel sagittae perveniant; dextram autem alam tuam sinistrae alae illius iunges, et ibi primum inchoa proelium, ita ut cum equitibus optimis et probatissimis peditibus sinistram partem illius, ad quam te iunxeris, adgrediaris atque circumeas et detrudendo atque supercurrendo ad hostium terga pervenias. Quod si semel adversarios exinde pellere coeperis, accedentibus tuis indubitata victoriam consequeris et pars exercitus tui quam ab hoste submoveris segura durabit. Ad similitudinem autem A litterae vel libellae fabrilis acies in hoc dimicandi genere componuntur. Quod si tibi prior adversarius fecerit, illos quos post aciem supernumerarios diximus debere poni, tam equites quam pedites, ad sinistrum tuum colliges cornum, et sic adversario resistes magnis viribus, ne arte pellaris.

Tertia depugnatio est similis secundae, sed in hoc deterior, quod a sinistro cornu tuo cum illius incipis dextro conflagere; nam quasi mancus impetus est eorum et aperte cum difficultate adgrediuntur hostes qui in sinistro dimicant cornu. Quod apertius explanabo. Si quando alam sinistram longe habueris meliorem, tunc ei fortissimos equites peditesque coniunge et in congressu ipsam primam applica ad alam hostium dextram, et quantum potes adversarii dextram partem pellere et circumire festina; tuam autem aliam exercitus partem, in qua deteriores bellatores habere te nosti, a sinistra illius longissime separa, ne vel gladiis invadatur vel ad eam tela perveniant. In hoc genere cavendum est ne inimicorum cuneis transversa tua acies elidatur. Hoc autem modo uno casu utiliter pugnabitur, si adversarius infirmiozem dextrum cornum habuerit et tu longe fortiorem sinistrum.

Quarta depugnatio talis est. Cum ordinaveris aciem, ante quadringentos vel quingentos passus quam ad hostem pervenias non sperante eo subito ambas alas tuas incitare te convenit, ut ex utroque cornu improvisos hostes vertas in fugam et celerius victoriam consequaris. Sed hoc genus certaminis, licet cito superet si exercitatos fortissimosque produxerit, tamen periculosum est, quia mediam aciem suam qui sic dimicat nudare compellitur et in duas partes exercitum separare; et si primo impetu

azes organizadas chegarem ao contacto, então tu afastarás para mais longe a tua ala esquerda da ala direita do adversário para que nem os mísseis nem as setas a alcancem; mas juntarás a tua ala direita à ala esquerda deles e começarás aí o combate de forma a que avances e cerques com os teus melhores cavaleiros e com peões muito experientes o flanco esquerdo do adversário, de que te acercaste; e assim, desalojando-os e ultrapassando-os, alcançarás a retaguarda dos inimigos. É que, se começares a expulsar a partir daí, por uma vez que seja, os adversários, conseguirás, com o avanço dos teus, uma vitória indiscutível e a parte do teu exército que afastaste do inimigo permanecerá em segurança. Neste género de combate, as azes são dispostas à maneira da letra A ou do nível de prumo de um artesão. Se o adversário o fizer antes de ti, juntarás aquelas reservas tanto de cavaleiros como de peões, que nós dissemos que deviam ser colocadas atrás da az, ao teu flanco esquerdo e, assim, resistirás ao adversário com grande força, de modo a não seres derrotado no plano da táctica militar.

O terceiro tipo de combate é semelhante ao segundo mas pior pelo facto de começares a combater com o teu lado esquerdo contra a ala direita do inimigo; com efeito, o teu ataque é como que coxo e aqueles que lutam no lado esquerdo avançam com clara dificuldade contra o inimigo. O que explicarei de uma forma mais pormenorizada: se por acaso tiveres uma ala esquerda bem melhor, então junta-lhe cavaleiros e peões muito fortes e usa-a em primeiro lugar num ataque à ala direita dos inimigos e apressa-te, quanto puderes, a controlar e cercar a ala direita do adversário; mas afasta para o mais longe possível do flanco esquerdo do inimigo a outra parte do teu exército, na qual sabes que tens os combatentes mais fracos para que não seja atacada com gládios nem cheguem até ela os projecteis. Neste tipo de combate, deve evitar-se que a tua linha oblíqua seja esmagada pelas cunhas dos inimigos. Todavia, este tipo de combate só será útil num único caso: se o adversário tiver um flanco direito mais fraco e tu uma ala esquerda bem mais forte.

O quarto tipo de combate é da seguinte natureza: quando dispuseres a az, antes de chegares ao contacto com o inimigo e a uns 400 ou 500 passos²⁰¹, convém-te lançar as tuas duas alas subitamente, sem ele o esperar, de maneira a que ponhas em fuga os flancos dos inimigos desprevenidos e consigas mais rapidamente uma vitória. Mas este género de combate, ainda que conduza depressa à vitória, é, contudo, perigoso se se travar com soldados bem treinados e muito fortes porque aquele que assim luta é obrigado a desguarnecer o centro da formação e a

victus non fuerit inimicus, habet occasionem qua invadat et divisa cornua et mediam aciem destitutam.

Quinta depugnatio est quartae similis, sed hoc unum amplius habet, quod levem armaturam et sagittarios ante primam aciem ponit, ut illis resistentibus non possit inrumpi. Nam sic de dextro cornu suo illius sinistrum et de sinistro cornu suo illius dextrum adgreditur. Quod si fugare potuerit, statim vincit; sin minus, media acies ipsius non laborat, quia a levi armatura sagittariisque defenditur.

Sexta depugnatio optima est, prope similis secundae, qua utuntur qui de numero suorum et de virtute desperant; et si bene ordinaverint, quamvis cum paucioribus semper victoriam consequuntur. Nam cum instructa acies ad hostes accedit, dextram alam tuam sinistrae alae hostium iunge et ibi per equites probatissimos et velocissimos pedites incipe proelium, reliquam autem partem exercitus tui longissime ab adversariorum acie remove et in directum porrige quasi verum; nam cum sinistram partem illius et a lateribus et a tergo coeperis caedere, sine dubio vertis in fugam. Adversarius autem nec de dextra parte sua nec de media acie potest suis laborantibus subvenire, quia acies tua extenditur et tota se porrigit ad similitudinem I litterae longissimeque recedit ab hostibus. Quo genere in itineribus saepe confligitur.

Septima depugnatio est quae loci beneficio adiuvat dimicantem. In hac quoque et cum paucioribus et cum minus fortibus poteris adversarium sustinere. Hoc est, si montem aut mare aut flumen aut lacum aut civitatem aut paludes aut abrupta in una parte habeas, ex qua hostis non possit accedere, reliquum exercitum tuum directa acie ordines, sed in illa ala quae munitionem non habet omnes equites et ferentarios ponas. Tunc securus pro tuo arbitrio cum hoste confligis, quia ab una parte loci natura te munit, ab alia duplex prope ponitur equitatus.

Illud tamen observandum est, quo nihil melius invenitur, ut, sive de dextro cornu solo pugnare volueris, ibi fortissimos ponas, sive de sinistro, ibi strenuissimos colloques, sive in medio cuneos facere

separar o exército em duas partes; e se o inimigo não for vencido numa primeira investida, ele tem uma oportunidade para atacar não só os flancos divididos mas também o centro desprotegido da formação²⁰².

O quinto tipo de combate é semelhante ao quarto, mas tem algo a mais. É que coloca, diante da primeira linha, infantaria ligeira e arqueiros para que ela não possa ser rompida, com estes a defendê-la. Com efeito, ataca-se assim, a partir do lado direito, a esquerda do inimigo, e, a partir do flanco esquerdo, a direita dele. Então, se o general conseguir pôr em fuga o adversário, alcança imediatamente a vitória; se não conseguir, pelo menos o centro da sua formação não corre perigo porque é defendido pela infantaria ligeira e pelos arqueiros.

O sexto tipo de combate, quase igual ao segundo, é o melhor de todos e é usado por aqueles que não confiam na quantidade e no valor dos seus; e se se dispuserem bem, ainda que com poucos alcançam sempre a vitória. Com efeito, quando a az ordenada se aproxima do inimigo, junta a tua ala direita à ala esquerda do adversário e começa aí o combate por meio de cavaleiros muito experientes e de peões muito velozes; mas afasta a parte restante do teu exército para muito longe da az dos adversários e alonga-a em linha recta, como se fosse um espeto; na verdade, quando o flanco esquerdo deles começar a ser desbaratado tanto pelos lados, como pela retaguarda, sem dúvida que o porás em fuga. Mas o inimigo não pode socorrer os seus homens em perigo nem a partir do lado direito, nem a partir do meio da sua az porque a tua linha está estendida e se projecta toda à maneira da letra “I” e se encontra muito recuada relativamente aos inimigos. Combate-se muitas vezes deste modo durante as marchas.

O sétimo tipo de combate é aquele em que a vantagem do terreno ajuda aquele que luta. Neste tipo, tu poderás também sustentar o adversário com soldados, não só em menor número mas também menos fortes. Isto é, se tiveres, de um dos lados, um monte, um mar, um rio, um lago, uma cidade, um pântano ou uma escarpa, através dos quais o inimigo não possa avançar, ordenarás a restante parte do teu exército numa az em linha recta mas, naquele flanco que não tem protecção, colocarás todos os cavaleiros e a infantaria ligeira²⁰³. Então, em segurança, combaterás o inimigo à tua vontade porque, de um dos lados, a natureza do lugar protege-te e, do outro, está colocada como que uma força dupla de cavalaria.

Contudo, nada se pode encontrar melhor do que isto: se só quiseres combater a partir do lado direito, põe aí os mais fortes; mas se quiseres combater a partir do lado esquerdo, coloca aí os mais decididos; e se quiseres organizar cunhas

volueris per quos acies hostium rumpas, in cuneo exercitatissimos ordines bellatores. Victoria enim per paucos fieri consuevit. Tantum est ut electi a duce sapientissimo in his locis in quibus ratio et utilitas postulat ordinentur.

XXI. Viam abscedendi hostibus dandam ut deleantur facilius fugientes:

Plerique rei militaris ignari plenioram victoriam credunt si adversarios aut locorum angustiis aut armatorum multitudine circumdederint ut aditum non invenient abscedendi. Sed clausis ex desperatione crescit audacia, et cum spei nihil est sumit arma formido. Libenter cupit commori qui sine dubio scit se esse moriturum. Ideoque Scipionis laudata sententia est, qui dixit viam hostibus qua fugerent muniendam. Nam cum abscedendi aditu patefacto mentes omnium ad praebenda terga consenserint, inulti more pecudum trucidantur, nec insequentium ullum periculum est, cum victi quibus defendi potuerant arma converterint. Hoc genere, quanto maior fuerit, tanto facilius multitudo prosternitur; neque enim ibi requirendus est numerus ubi animus semel territus non tam tela hostium cupit declinare quam vultum. Ceterum clausi, licet exigui numero et infirmi viribus, hoc ipso tamen sunt hostibus pares, quia desperantes sciunt aliud sibi licere non posse.

XXII. Quemadmodum ab hostibus recedatur si consilium displicet pugnae:

Digestis omnibus quae ratio militaris experimentis et arte servavit, unum superest edocere, quemadmodum recedatur ab hostibus. Nam disciplinae bellicae et exemplorum periti nusquam maius periculum imminere testantur; qui enim ante congressum recedit ex acie, et suis fiduciam minuit et inimicis addit audaciam. Verum quia hoc saepius necesse est evenire, quibus modis tuto possit fieri declarandum est,

no meio da az, com as quais rompas as linhas do inimigo, disporás em cunha os combatentes mais bem treinados. Com efeito, a vitória costuma alcançar-se por intermédio de poucos. É muito importante que os soldados escolhidos por um general muito sabedor sejam colocados naqueles lugares que a razão e a utilidade exigem.

XXI. Deve dar-se aos inimigos um caminho para escapar de modo a que sejam destruídos mais facilmente durante a fuga:

A maioria das pessoas, ignorante da arte militar, acredita que a vitória é mais completa se se cercar os adversários por meio da estreiteza dos lugares ou pela quantidade de soldados de tal forma que não consigam encontrar um caminho para fugir. Mas, entre os que estão cercados, a audácia cresce com o desespero e, quando não há esperança, o medo toma as armas em mãos. Aceita de bom grado morrer acompanhado aquele que está certo de que vai morrer. E, assim, é louvada a sentença de Cipião que disse dever ser facultado aos inimigos um caminho de fuga. Na verdade, quando, aberto um caminho de fuga, o espírito de todos concorda em voltar as costas, então são trucidados sem possibilidade de serem vingados, à maneira de gado; e nem sequer há perigo algum para aqueles que perseguem quando os vencidos viram as costas e não usam as armas com as quais se podiam defender. Neste tipo de combate, quanto maior for a multidão dos adversários, tanto mais facilmente ela é abatida; e, com efeito, nem aqui é exigível um grande número de soldados, quando o espírito do inimigo, aterrorizado uma primeira vez, deseja evitar não tanto os projecteis dos adversários quanto o rosto deles. Ao passo que, cercados, e ainda que em pequeno número e fracos em forças, eles são contudo iguais ao inimigo por isto mesmo: porque, em desespero, sabem que nenhuma outra coisa os pode ajudar²⁰⁴.

XXII. Como bater em retirada se a ideia de combater não agrada:

Sistematizado tudo aquilo que a doutrina militar reteve da experiência e da arte da guerra, resta explicitar um só aspecto: de que modo se deve retirar na presença do inimigo. Com efeito, os melhores conhecedores da disciplina da guerra e da história militar declaram que, em nenhuma outra ocasião, a ameaça de perigo é maior; na verdade, aquele que retira da formação de batalha antes do combate não só reduz a confiança dos seus, como também aumenta a audácia

primum ut tui nesciant ideo te recedere quia declinas inire conflictum, sed credant arte aliqua se ideo revocari ut ad oportuniorem locum invitetur hostis ac facilius superetur aut certe insequentibus adversariis secretiores collocentur insidiae; nam ad fugam parati sunt qui ducem suum sentiunt desperare.

Illud quoque vitandum est, ne hostes te recedere sentiant et statim inruant. Propterea plerique ante pedites suos equites posuerunt, ut discurrentes adversarios videre non sinerent quemadmodum pedites abscedebant. Item particulatim incipientes a primis singulas acies subducebant retroque revocabant, in gradu suo manentibus reliquis, quos sensim postea cessimque ad illos iungebant quos subduxerant primum. Aliquantum exploratis itineribus nocte cum exercitu recedebant, ut hostes die orta cum intellexissent non possent comprehendere praecedentes. Praeterea levis armatura praemittebatur ad colles ad quos subito totus revocaretur exercitus, et si hostes insequi voluissent, a levi armatura, quae ante occupaverat locum, additis equitibus fundebantur. Nihil enim periculosius existimant quam si inconsulte insequentibus ab his qui in subsessa fuerint vel qui ante se paraverint obvietur. Hoc tempus est quo oportune collocantur insidiae, quia adversus fugientes maior audacia et minor cura est. Necessario autem amplior securitas gravius solet habere discrimen. Imparatis, cibum capientibus, in itinere lassis, equos suos pascentibus ac nihil tale suspicantibus, superventus adsolent fieri, quod et nobis vitandum est et hosti in eiusmodi occasionibus pernicies inferenda. Hoc enim casu oppressis nec virtus potest nec multitudo prodesse. Qui in acie publica vincitur pugna, licet et ibi ars plurimum prosit, tamen ad defensionem suam potest accusare fortunam; qui vero superventum insidias subsessas passus est, culpam suam non potest excusare, quia haec evitare potuit et per speculatores idoneos ante cognoscere.

dos inimigos. Mas realmente, como isto acontece com frequência, é necessário mostrar de que modo isso pode ser feito em segurança.

Em primeiro lugar, convém que os teus não saibam, com efeito, que recuas porque não queres combater e que acreditem que são mandados retroceder por um outro motivo qualquer para que o inimigo seja atraído a um lugar mais propício e para que seja vencido mais facilmente ou, pelo menos, para que se façam emboscadas ainda mais imprevisíveis aos inimigos que os seguem; na verdade, estão inclinados à fuga aqueles que sentem que o seu general está desesperado.

Também se deve evitar que os inimigos percebam que tu recuas e que ataquem de rompante imediatamente. Por isso, a maior parte dos generais colocou a sua cavalaria à frente da infantaria para que aqueles não permitissem que os adversários em movimento vissem de que modo é que os peões se retiravam. Da mesma maneira, removiam e mandavam recuar, em primeiro lugar, cada uma das linhas, começando pelas da frente, permanecendo as restantes nas suas posições, as quais, gradualmente, se juntavam àquelas que tinham retirado primeiro. Alguns retiravam com o exército durante a noite, depois de reconhecidos os percursos para que os inimigos, ao nascer do dia, quando o percebessem, não pudessem já apanhar os que tinham partido à frente. Além disso, a infantaria ligeira era enviada adiante para os montes em direcção aos quais todo o exército, subitamente, iria recuar; e se os inimigos quisessem persegui-los, eram derrotados pela infantaria ligeira que já havia ocupado o lugar, com a ajuda da cavalaria. Com efeito, nada é considerado mais perigoso para aqueles que perseguem descuidadamente do que ser atacados por aqueles que estiverem de emboscada ou que estiverem preparados de antemão. Esse é o momento em que se montam com vantagem emboscadas porque, contra aqueles que fogem, maior é a audácia do que a cautela. Mas, necessariamente, uma maior segurança costuma esconder um perigo maior. Os ataques de surpresa costumam acontecer aos que estão desprevenidos, aos que estão a alimentar-se, aos que marcham cansados, aos que apascentam os seus cavalos ou aos que não suspeitam de nada; isto tem de ser evitado por nós mas é um flagelo que deve ser infligido ao inimigo em ocasiões deste tipo. Com efeito, neste caso, nem a coragem nem a quantidade podem ser úteis aos que são atacados. Aquele que é vencido em batalha campal, ainda que possa usar de uma grande dose de perícia, pode contudo invocar em sua defesa a sua má fortuna; mas aquele que sofreu um ataque de surpresa, emboscadas ou outros

Cum receditur, talis fraus fieri consuevit. Recto itinere pauci equites insequuntur, valida manus occulte per alia mittitur loca; ubi ad agmen inimicorum pervenerint equites, temptant leviter atque discedunt; ille credit quicquid insidiarum fuerat praeterisse et sine cura resolvitur ad negligentiam; tunc illa manus quae secreto itinere destinata fuerat superveniens opprimit ignorantes.

Multi, cum ab hoste discedunt, si per silvas ituri sunt, praemittunt qui angusta vel abrupta occupent loca, ne ibidem patiantur insidias; et rursus post se praecisis arboribus vias claudunt, quas concaedes vocant, ut adversariis facultatem adimant persequendi.

Et paene utrique parti in itinere ad subsessas communis occasio est. Nam qui praecedit oportunis vallibus vel silvosis montibus post se relinquit insidias, in quas cum inciderit inimicus, recurrit ipse et adiuvat suos; qui vero sequitur aversis semitis longe ante destinatur expeditos et praecedentem adversarium arcet a transitu deceptumque a fronte et a tergo concludit. Dormientibus noctu adversariis et qui praecessit potest regredi et qui sequitur, quantumvis intersit, potest supervenire per fraudem. In transfretatione fluviorum qui praecedit illam partem temptat opprimere quae prima transierit dum reliqui alveo separantur; qui autem sequitur festinato itinere illos qui nondum potuerunt transire conturbat.

XXIII. De camelis et catafractis equitibus:

Camelos aliquantae nationes apud veteres in acie produxerunt et Urcilliani intra Africam vel ceteri Mazices hodieque producant; sed genus animalium harenis et tolerandae siti aptum confusas etiam in pulvere vento vias absque errore dirigere memoratur, ceterum praeter novitatem, si ab insolitis videatur, inefficax bello est.

imprevistos não pode alijar a sua culpa porque podia ter evitado e reconhecido tudo isto por meio de batedores experientes.

Quando se recua, costuma ocorrer a seguinte armadilha. Um pequeno grupo de cavaleiros persegue pelo caminho mais directo, enquanto um forte corpo de tropas é enviado em segredo por outros lugares; logo que os cavaleiros alcançam o exército dos inimigos, atacam ligeiramente e retiram; o general julga então ter escapado a toda e qualquer emboscada e, despreocupado, desleixa-se até à incúria; nessa altura, aquele corpo de tropas que fora enviado por um caminho secreto irrompe e aniquila-o de surpresa.

Muitos generais, quando retiram na presença do inimigo, se tencionam marchar através de florestas, enviam previamente soldados para ocupar os lugares estreitos ou escarpados de modo a que não sofram aí emboscadas; e, por outro lado, cortam os caminhos atrás de si por meio de árvores derrubadas, a que chamam *concaedes*, para retirarem aos adversários a possibilidade de os perseguir.

Durante a marcha, a oportunidade para armar emboscadas é quase a mesma para as duas partes. Na verdade, o general que vai à frente deixa emboscadas atrás de si em vales propícios ou em montes arborizados e, quando o inimigo cai nelas, ele próprio regressa rapidamente para ajudar os seus; pelo seu lado, aquele que persegue envia muito tempo antes tropas ligeiras por atalhos e impede a passagem ao adversário que o precede; então, apanhado este de surpresa, bloqueia-o pela frente e pela retaguarda²⁰⁵. Dormindo o adversário durante a noite, não só aquele que vai à frente pode voltar para trás como também aquele que persegue pode atacar de surpresa ainda que haja uma certa distância entre eles. Na travessia de rios, aquele que vai à frente tenta atacar aquela parte do exército perseguidor que atravessou em primeiro lugar, enquanto os restantes estão separados pelo leito do rio; e aquele que persegue, em marcha forçada, ameaça aqueles que ainda não puderam atravessar.

XXIII. Sobre os camelos e os cavaleiros com catafractas:

Algumas nações, nos tempos antigos, levaram camelos para a batalha, e os Urcilianos e também os Mázaces ainda hoje o fazem em África; esta espécie de animais, adaptada às areias e capaz de tolerar a sede, é célebre por se orientar sem qualquer erro, mesmo nas vias obscurecidas pela poeira levantada pelo vento; e, contudo, para além da novidade (se for vista por pessoas não acostumadas), é ineficaz em batalha.

Catafracti equites, propter munimina quae gerunt a vulneribus tuti sed propter impedimentum et pondus armorum capi faciles et laqueis frequenter obnoxii, contra dispersos pedites quam contra equites in certamine meliores, tamen aut ante legiones positi aut cum legionariis mixti, quando comminus, hoc est manu ad manum, pugnatur, acies hostium saepe perrumpunt.

XXIII. Quomodo quadrigis falcatis vel elephantis in acie possit obsisti:

Quadrigas falcatas in bello rex Antiochus et Mitridates habuerunt. Quae ut primo magnum intulere terrorem, ita postmodum fuere derisui. Nam difficile currus falcatus planum semper invenit campum et levi impedimento retinetur unoque afflicto aut vulnerato equo decipitur. Sed maxime hac Romanorum militum arte perierunt: ubi ad pugnam ventum est, repente toto campo Romani tribulos abiecerunt, in quos currentes quadrigae cum incidissent deletae sunt. Tribulus autem est ex quattuor palis confixum propugnaculum quod quoquo modo abieceris tribus radiis stat et erecto quarto infestum est.

Elephanti in proeliis magnitudine corporum, barritus horrore, formae ipsius novitate homines equosque conturbant. Hos contra Romanum exercitum primus in Lucania rex Pyrrus eduxit; postea Hannibal in Africa, rex Antiochus in Oriente, Iugurtha in Numidia copiosos habuerunt. Adversus quos diversa resistendi excogitata sunt genera. Nam et centurio in Lucania gladio manum, quam promuscidem vocant, unius abscidit, et bini catafracti equi iungebantur ad currum, quibus insidentes clibanarii sarisas, hoc est longissimos contos, in elephantos dirigebant; nam muniti ferro nec a sagittariis quos vehebant beluae laedebantur et earum impetum equorum celeritate vitabant. Alii contra elephantos catafractos milites immiserunt, ita ut in brachiis eorum et in cassidibus vel umeris aculei ingentes ponerentur e ferro, ne manu sua elephas bellatorem contra se venientem posset apprehendere. Praecipue tamen velites antiqui adversus elephantos ordinaverunt. Velites autem erant iuvenes levi armatura, corpore alacri, qui ex equis optime missibilia

Os cavaleiros com catafractas estão protegidos de ferimentos devido às defesas que utilizam mas são fáceis de capturar por causa do incômodo e do peso das armas e estão frequentemente sujeitos a serem apanhados por laços; melhores em combate contra peões dispersos do que contra cavaleiros, ao serem, porém, colocados diante das legiões ou misturados com legionários rompem muitas vezes as linhas dos inimigos sempre que se chega ao combate corpo a corpo, isto é, mano a mano²⁰⁶.

XXIV. Como é que pode fazer-se frente, na linha de batalha, a quadrigas falcadas ou a elefantes:

O rei Antíoco²⁰⁷ e Mitridates²⁰⁸ usaram na guerra quadrigas falcadas²⁰⁹ que, no início, provocaram um grande terror mas que, em seguida, foram motivo de troça. Com efeito, um carro falcado dificilmente encontra sempre um terreno plano e é travado por qualquer obstáculo ligeiro, sendo capturado se for ferido ou morto um dos cavalos. Mas foram especialmente neutralizados por esta astúcia dos soldados romanos: quando se chegava ao combate, os Romanos lançavam subitamente trêbulos por todo o campo; ao chocarem com eles, as quadrigas em movimento eram destruídas. O trêbulo é um meio de defesa com quatro espigões cravados e que, como quer que seja lançado, fica espetado no chão em três das pontas, com uma quarta levantada e pronta para causar dano.

Os elefantes perturbam os homens e os cavalos em combate pela dimensão do seu corpo, pelo terror provocado pelos seus barritos e pelo insólito do seu próprio aspecto. O rei Pirro foi o primeiro a utilizá-los contra o exército romano na Lucânia; depois disso, Aníbal, em África, o rei Antíoco, no Oriente, Jugurta, na Numídia usaram-nos amplamente²¹⁰. Foram imaginados, contra eles, diversos métodos de defesa. Na verdade, na Lucânia, um centurião cortou com uma espada a mão de um desses elefantes, a que chamam tromba. Por outro lado, pares de cavalos protegidos por catafractas eram atrelados a carros de combate, e, montados neles, os *clibanarii*²¹¹ arremessavam sarissas²¹², isto é, lanças muito compridas, contra os elefantes; deste modo, protegidos pelo ferro, não eram feridos pelos arqueiros que vinham nas bestas e escapavam ao ataque delas graças à rapidez dos cavalos. Outros enviaram, contra os elefantes, soldados equipados com catafractas, colocando nos seus braços, nos seus capacetes e nas suas espáduas grandes agulhões de ferro de tal maneira que o elefante não pudesse agarrar com a sua tromba o combatente que vinha contra si. Mas, acima de tudo, os antigos

dirigebant. Hi equis praetercurrentibus ad latiores lanceas vel maiora spicula beluas occidebant. Sed crescente audacia postea collecti plures milites pariter pila, hoc est missibilia, in elephantos congerebant eosque vulneribus elidebant. Illud additum est, ut funditores cum fustibalis et fundis rotundis lapidibus destinatis Indos per quos regebantur elephanti cum ipsis turribus affligerent atque mactarent, quo nihil tutius invenitur. Praeterea venientibus beluis, quasi inrupissent aciem, spatium milites dabant; quae cum in agmen medium pervenissent circumfusus undique armatorum globis cum magistris absque vulneribus capiebantur inlaesae. Carroballistas aliquanto maiores — hae enim longius et vehementius spicula dirigunt — superpositas curriculis cum binis equis vel mulis post aciem convenit ordinari, et cum sub ictu teli accesserint bestiae sagittis ballistariis transfiguntur. Latius tamen contra eas et firmiter praefigitur ferrum, ut in magnis corporibus maiora sint vulnera. Adversum elephantos plura exempla et machinamenta rettulimus, ut si quando necessitas postulaverit sciatur quae sint tam immanibus beluis opponenda.

XXV. Quid fieri debeat si vel pars fugerit vel totus exercitus:

Sciendum vero est, si pars exercitus vicerit et pars fugerit, minime desperandum, cum in eiusmodi necessitate ducis constantia totam sibi possit vindicare victoriam. Innumerabilibus hoc accidit bellis, et pro superioribus sunt habiti qui minime desperarunt; nam in simili condicione fortior creditur quem adversa non frangunt. Prior ergo de caesis hostibus spolia capiat, quod ipsi dicunt, colligat campum, prior clamore ac bucinis exultare videatur. Hac fiducia ita perterrebit inimicos, ita suis fiduciam geminabit, quasi victor ex omni parte discesserit.

recorreram a *velites* contra os elefantes. Os *velites*²¹³ eram jovens levemente armados e ágeis de corpo que arremessavam optimamente mísseis a partir dos seus cavalos. À medida que os cavalos passavam junto dos elefantes, eles matavam as bestas com lanças muito largas ou com dardos maiores. Mas depois, aumentando a audácia, muitos soldados agrupados cobriam, em conjunto, os elefantes de *pila*, isto é de dardos, e feriam-nos mortalmente. A isto acrescentou-se que fundibulários com fustíbalos e fundas derrubavam, com pedras redondas bem dirigidas, os Indianos²¹⁴ pelos quais eram conduzidos os elefantes, com as próprias torres, e matavam-nos; e não se encontra nada mais seguro do que isto. Além disso, os soldados abriam espaço para os animais que avançavam como se estes tivessem rompido as linhas²¹⁵; os elefantes, ao chegarem ao meio da formação, eram capturados sem feridas e ilesos, com os seus condutores, por grupos de homens armados que os cercavam de todos os lados. Convém colocar atrás das linhas balistas um bocado maiores – com efeito, estas atiram dardos mais longe e com mais força – instaladas em carros com dois cavalos ou mulas²¹⁶; e quando os animais ficam ao alcance dos projecteis, são trespassados pelos dardos das balistas. Contra eles, também é fixada uma ponta de ferro mais larga e mais forte, de modo a provocar ferimentos maiores em corpos grandes. Referimos diversos exemplos e expedientes contra os elefantes para que, quando a necessidade o exigir, se saiba como se deve combater tão monstruosos animais.

XXV. O que deve fazer-se se todo o exército, ou uma parte dele, se puser em fuga:

Deve saber-se que, se uma parte do exército tiver vencido e outra parte tiver fugido, não se deve perder a esperança de nenhuma maneira, uma vez que, numa situação complicada deste tipo, a serenidade do general pode reivindicar para si a vitória completa. Isto acontece em inúmeros combates e foram tidos como vencedores aqueles que nunca perderam a esperança; com efeito, em condições semelhantes, acredita-se que é mais forte aquele a quem a adversidade não quebra. Portanto, que seja ele o primeiro a tomar os despojos dos inimigos mortos, como os próprios dizem “que colha o campo”, que seja o primeiro a ser visto a celebrar com clamores e com trombetas. Com toda esta confiança, aterrorizará os inimigos e duplicará a confiança dos seus como se regressasse vencedor em toda a parte.

Quod si aliquo casu omnis in acie fundatur exercitus, pernicioosa clades; tamen reparationis multis fortuna non defuit, et medicina quaerenda est. Dux ergo providus sub ea cautela publico debet Marte confligere ut si quid pro varietate bellorum vel condicionis humanae secus acciderit absque gravi detrimento liberet victos. Nam si vicini colles fuerint, si post terga munitio, si ceteris abscedentibus fortissimi quique restiterint, se suosque servabunt. Frequenter iam fusa acies dispersos ac passim sequentes reparatis viribus interemit. Numquam exultantibus maius solet evenire discrimen quam cum ex subita ferocia in formidinem commutantur. Sed quocumque eventu colligendi sunt superstites bello, erigendi adhortationibus congruis et armorum instauratione refovendi. Tune novi dilectus, nova quaeruntur auxilia, et, quod amplius prodest, captatis occasionibus in ipsos victores per occultas insidias impetus faciendus ac sic audacia reparanda. Nec oportunitas deficit, cum pro felicitate superbius et incautius mentes efferantur humanae. Si quis hunc casum ultimum putat, cogitet eventus omnium proeliorum inter initia contra illos magis fuisse quibus victoria debebatur.

XXVI. Regulae bellorum generales:

In omnibus proeliis expeditionis condicio talis est ut quod tibi prodest adversario noceat, quod illum adiuvat tibi semper officiat. Numquam ergo ad illius arbitrium aliquid facere vel dissimulare debemus, sed id solum agere quod nobis utile iudicamus; contra te enim esse incipit si imiteris quod fecit ille pro se, et rursum quicquid pro tua parte temptaveris contra illum erit si voluerit imitari.

In bello qui plus in agrariis vigilaverit, plus in exercendo milite laboraverit, minus periculum sustinebit.

Numquam miles in acie producendus est cuius antea experimenta non ceperis.

Mas se, por algum motivo, todo o exército soçobrar em combate, o resultado será funesto; contudo, não faltou a muitos a oportunidade de se redimirem e deve procurar-se uma saída. Na verdade, um general providente deve entrar numa batalha campal com esta cautela: se algo acontecer devido à volubilidade dos combates ou da condição humana, ele deve salvar os vencidos de um mal maior. Com efeito, se houver uns montes por perto, ou uma fortificação na retaguarda, se, fugindo os restantes, permanecerem os mais corajosos, então estes salvar-se-ão a si próprios e aos seus companheiros. Frequentemente, um exército já derrotado, recuperadas as suas forças, liquida os inimigos dispersos que o perseguem desordenadamente. Nunca costuma surgir um perigo maior para aqueles que festejam do que quando a sua coragem se converte subitamente em medo. Mas, em qualquer eventualidade, os sobreviventes devem ser reunidos para o combate, devem ser animados por exortações apropriadas e devem ser reequipados com armas. Em seguida, procuram-se novos recrutas e novas tropas auxiliares e, prática que é mais proveitosa, reunidas as condições, deve atacar-se os próprios vencedores por meio de emboscadas e, desta forma, restabelecer a confiança. E nem faltam oportunidades para isso, uma vez que os espíritos humanos são possuídos pelo sucesso de uma forma particularmente soberba e incauta. Se alguém pensa que esta é a sua última oportunidade, que medite como, em todos os combates, os inícios da guerra foram adversos àqueles a quem a vitória estava destinada²¹⁷.

XXVI. Regras gerais da guerra²¹⁸:

Em todos os combates, a condição de uma campanha é de tal natureza que aquilo que te é proveitoso é prejudicial ao inimigo e aquilo que o auxilia é-te sempre prejudicial. Portanto, nunca devemos fazer, ou deixar de fazer, alguma coisa que possa estar de acordo com a vontade dele, mas sim fazer somente aquilo que pensamos que é útil para nós; na verdade, começa por ser contrário aos teus interesses imitares aquilo que ele faz em seu benefício e, inversamente, aquilo que tentares fazer em teu proveito será contra ele se ele quiser imitar-te.

Na guerra, aquele que mais vigilância fizer nos postos avançados nos campos, aquele que mais se aplicar no treino dos soldados correrá um perigo menor.

Nunca um soldado deverá ser integrado na formação de combate sem que antes o tenhas posto à prova.

Aut inopia aut superventibus aut terrore melius est hostem domare quam proelio, in quo amplius solet fortuna potestatis habere quam virtus.

Nulla consilia meliora sunt nisi illa quae ignoraverit adversarius antequam facias.

Occasio in bello amplius solet iuvare quam virtus.

In sollicitandis suscipiendisque hostibus, si cum fide veniant, magna fiducia est, quia adversarium amplius frangunt transfugae quam perempti.

Melius est post aciem plura servare praesidia quam latius militem spargere.

Difficile vincitur qui vere potest de suis et de adversarii copiis iudicare.

Amplius iuvat virtus quam multitudo.

Amplius prodest locus saepe quam virtus.

Paucos viros fortes natura procreat, bona institutione plures reddit industria.

Exercitus labore proficit, otio consenescit.

Numquam ad certamen publicum produxeris militem nisi cum eum videris sperare victoriam.

Subita conterrent hostes, usitata vilescent.

Qui dispersis suis inconsulte sequitur quam ipse acceperat adversario vult dare victoriam.

Qui frumentum necessariaeque non praeparat vincitur sine ferro.

Qui multitudine et virtute praecedat quadrata dimicet fronte, qui primus est modus.

Qui impari se iudicat dextro cornu suo sinistrum comum pellat inimici, qui secundus est modus.

Qui sinistram alam fortissimam habere se novit dextram alam hostis invadat, qui est tertius modus.

Qui habet exercitatissimos milites in utroque cornu pariter proelium debet incipere, qui quartus est modus.

Qui levem armaturam optimam regit utramque alam hostis invadat ferentariis ante aciem constitutis, qui quintus est modus.

É melhor dominar o inimigo pela fome, por ataques de surpresa ou pelo terror do que pelo combate, no qual a sorte costuma ter mais peso do que a coragem.

Nenhumas decisões são melhores do que aquelas que o adversário ignorar antes que as execute.

Na guerra, o sentido de oportunidade ajuda mais do que a coragem.

Ao aliciar e acolher soldados inimigos, se estes vierem de boa fé, a confiança é grande porque os desertores debilitam mais o adversário dos que as suas baixas.

É melhor guardar muitas reservas atrás das linhas do que espalhar muito os soldados.

Difícilmente se vence aquele que pode avaliar com rigor as suas forças e as do adversário.

A coragem ajuda mais do que o número.

O terreno é frequentemente mais útil do que a coragem.

A natureza gera um número reduzido de homens corajosos, mas uma boa instrução e o trabalho produzem muitos.

O trabalho aperfeiçoa o exército, o ócio enfraquece-o.

Nunca conduzas um soldado a uma batalha a não ser quando vires que ele espera alcançar a vitória.

O imprevisto apavora os inimigos, o trivial suscita a sua indiferença.

Aquele que persegue imprudentemente com os seus homens dispersos deseja oferecer ao adversário a vitória que ele próprio alcançara.

Aquele que não acautela o aprovisionamento em cereais e em tudo o mais que é necessário é derrotado sem sequer combater.

Aquele que é superior em efectivos e em coragem deve combater com a sua frente em rectângulo, que é o primeiro dos dispositivos.

Aquele que se considera inferior deve atacar o flanco esquerdo do inimigo com a sua ala direita, o que constitui o segundo dispositivo.

Aquele que sabe ter um flanco esquerdo muito forte deve atacar a ala direita do adversário, o que configura o terceiro dispositivo.

Aquele que tiver soldados muito experientes deve começar o combate simultaneamente em ambos os flancos, o que constitui o quarto dispositivo.

Aquele que dirigir infantaria ligeira de grande qualidade deve atacar ambas as alas do adversário tendo colocado os *ferentarii*²¹⁹ à frente da linha de batalha, o que corresponde ao quinto dispositivo.

Qui nec numero militum nec virtute confidit, si depugnaturus est, de dextra sua sinistram alam hostium pulset reliquis suis porrectis in similitudinem veri, qui sextus est modus.

Qui pauciores infirmioresque habere se novit septimo modo ex uno latere aut montem aut civitatem aut mare aut fluvium aut aliquod debet habere subsidium.

Qui confidit equitatu aptiora loca quaerat equitibus et rem magis per equites gerat.

Qui confidit pedestribus copiis aptiora loca peditibus quaerat et rem magis per pedites gerat.

Cum explorator hostium latenter oberrat in castris, omnes ad tentoria sua per diem redire iubeantur, et statim deprehenditur explorator.

Quo genere depugnaturus sis nesciant hostes, ne aliquibus remediis obsistere moliantur.

Cum consilium tuum cognoveris adversariis proditum, dispositionem mutare te convenit.

Quid fieri debeat tractato cum multis, quid vero facturus sis cum paucissimis ac fidelissimis vel potius ipse tecum.

Milites timor et poena in sedibus corrigit, in expeditione spes ac praemia faciunt meliores.

Boni duces publico certamine numquam nisi ex occasione aut nimia necessitate confligunt.

Magna dispositio est hostem fame magis urgere quam ferro.

De equitatu sunt multa praecepta; sed cum haec pars militiae usu exercitii, armorum genere, equorum nobilitate profecerit, ex libris nihil arbitror colligendum, cum praesens doctrina sufficiat.

Digesta sunt, imperator invicte, quae nobilissimi auctores diversis probata temporibus per experimentorum fidem memoriae prodiderunt, ut ad peritiam sagittandi, quam in serenitate tua Persa miratur, ad

Aquele que não confiar nem no número dos soldados nem na sua coragem, se tiver de travar combate, deve repelir a ala esquerda dos adversários com o seu flanco direito, tendo disposto os restantes homens numa linha recta, à maneira de um espeto, o que constitui o sexto dispositivo.

Aquele que sabe dispor de soldados em menor número e de qualidade inferior, de acordo com o sétimo dispositivo, deve ter, num dos flancos, ou um monte, ou uma cidade, ou o mar, ou um rio, ou qualquer outra protecção.

Aquele que confiar na cavalaria deve procurar locais mais adequados para os cavaleiros e, de preferência, travar combate com eles.

Aquele que confiar nas tropas de infantaria deve procurar locais mais adequados para os peões e, de preferência, travar combate com eles.

Quando um espião inimigo rondar às escondidas o acampamento, deve ordenar-se que todos os soldados entrem nas suas tendas durante o dia; assim, o espião é imediatamente apanhado.

Os inimigos devem desconhecer de que forma tencionas combater para que não te possam resistir por meio de algum dispositivo.

Quando souberes que a tua decisão foi denunciada aos adversários, convém-te mudar de planos.

Aquilo que tem de ser feito deve ser discutido com muitos, mas aquilo que na verdade tencionas fazer só deve ser discutido com muito poucos e com os mais fiéis, ou até somente contigo próprio.

O medo dos castigos disciplina os soldados nos aquartelamentos; e, em campanha, a esperança de recompensa torna-os melhores.

Os bons generais nunca combatem em campo aberto, a não ser em ocasiões oportunas ou por extrema necessidade.

Um óptimo plano consiste em vergar o inimigo pela fome mais do que pelo ferro.

Sobre a cavalaria, há muitos ensinamentos; mas, como esta valência do exército tem evoluído pela prática do exercício, pelo seu tipo de equipamento e pela excelência dos cavalos, penso que nada há a compilar a partir de outros livros, uma vez que os conhecimentos actuais são suficientes²²⁰.

Expusemos, ó Imperador Invicto, aquilo que, comprovado nas mais diversas épocas pelo testemunho da experiência, os autores mais notáveis transmitiram até ao nosso tempo, de modo a que à tua perícia como arqueiro (que os Persas

equitandi scientiam vel decorem, quae Hunnorum Alanorumque natio velit imitari si possit, ad currendi velocitatem, quam Saracenus Indusque non aequat, ad armaturae exercitationem, cuius campidoctores vel pro parte exempla intellexisse se gaudent, regula proeliandi, immo vincendi artificium iungeretur, quatenus virtute pariter ac dispositione mirabilis rei publicae tuae et imperatoris officium exhiberes et militis.

admiram na tua Alteza Sereníssima), à tua mestria e elegância como cavaleiro (que as nações dos Hunos e dos Alanos gostariam de conseguir imitar), à tua velocidade na corrida (que os Sarracenos e os Indianos não conseguem igualar), à tua destreza na *armatura*²²¹ (cujos moldes os próprios *campidoctores*²²² já se contentam em entender somente em parte), se acrescente, agora, um manual de combate, e até uma “arte de vencer”, para que, pelo valor e pela organização do teu admirável Estado, possas ostentar simultaneamente o teu ofício de imperador e de soldado.

INCIPIUNT CAPITULA LIBRI QUARTI

- I. Civitates aut natura aut opere debere muniri
- II. Non directos sed angulosos muros faciendos
- III. Quemadmodum muris e terra iungatur adgestus
- IIII. De cataractis et portis, ne noceantur ab ignibus
- V. De fossis faciendis
- VI. Ne sagittis hostium homines laedantur in muro

- VII. Quibus modis providendum sit ne famem patiantur obsessi

- VIII. Quae species praeparandae sint pro defensione murorum
- VIIII. Quid faciendum sit si nervorum defuerit copia
- X. Quid faciendum ne aquae inopiam patiantur obsessi
- XI. Si sales defuerint
- XII. Quid faciendum cum primo impetu venit ad muros
- XIII. Enumeratio machinarum quibus muri oppugnantur
- XIIII. De ariete falce testudine
- XV. De vineis, de pluteis, de aggere
- XVI. De musculis
- XVI. De turribus ambulatoriis
- XVIII. Quemadmodum ambulatoria turris possit incendi
- XVIIII. Quemadmodum altitudo muris addatur
- XX. Quo pacto suffodiatur terra ut machina nocere nil possit

- XXI. De scalis sambuca exoetra et tollenone
- XXII. De ballistis onagris scorpionibus arcuballistis fustibalis fundis, per quae tormenta defenditur murus
- XXIII. Adversum arietes prosunt culcitae laquei lupi columnae graviores

COMEÇAM OS CAPÍTULOS DO LIVRO QUARTO

- I. As cidades devem ser protegidas ou pela natureza ou pela mão humana.
- II. Os muros devem ser construídos em ângulo e não a direito.
- III. Como ligar um terraplano à muralha, a partir do nível do solo.
- IV. Sobre as grades e as portas, para que não sejam danificadas pelo fogo.
- V. Sobre a escavação de fossos.
- VI. Para que os homens não sejam atingidos na muralha pelas setas dos inimigos.
- VII. Que providências se devem tomar para que os sitiados não passem fome.
- VIII. Que tipo de materiais se devem preparar para a defesa dos muros.
- IX. O que se deve fazer se não houver abundância de tendões.
- X. O que se deve fazer para que os sitiados não sofram com a falta de água.
- XI. Se faltar o sal.
- XII. O que se deve fazer quando se der o primeiro ataque às muralhas.
- XIII. Enumeração das máquinas com as quais as muralhas são atacadas.
- XIV. Sobre o aríete, o gancho e a tartaruga.
- XV. Sobre as *vineae*, as mantas e os taludes.
- XVI. Sobre os manteletes.
- XVII. Sobre as torres móveis.
- XVIII. Como incendiar uma torre móvel.
- XIX. Como aumentar a altura dos muros.
- XX. Como escavar o terreno de modo a que a máquina não possa causar dano.
- XXI. Sobre as escadas, a ponte sambuca, a *exostra* e o toleno.
- XXII. Sobre as balistas, os ónagros, os escorpiões, as bestas²²³, os fustíbalos e as fundas, engenhos com os quais a muralha é defendida.
- XXIII. Contra os aríetes, são úteis os colchões, os laços, os lobos e as colunas bastante pesadas.

XXIII. De cuniculis, per quos aut murus deponitur aut civitas penetratur

XXV. Quid facere debeant oppidani si hostes inruperint civitatem

XXVI. Quae sit adhibenda cautela ne hostes furtim occupent murum

XXVII. Quando oppidanis inferantur insidiae

XXVIII. Quid faciant obsidentes ne ab oppidanis patiantur insidias

XXVIII. Quo genere tormentorum civitas defendatur

XXX. Quemadmodum mensura colligatur ad scalas vel machinas faciendas

XXXI. Praecepta belli navalis

XXXII. Nomina iudicum qui praeerant classi

XXXIII. Unde appellentur liburnae

XXXIII. Qua diligentia fabricentur liburnae

XXXV. Qua observatione sit caedenda materies

XXXVI. Quo mense caedendae sint trabes

XXXVII. De modo liburnarum

XXXVIII. Nomina ventorum et numerus

XXXVIII. Quibus mensibus tutius navigetur

XL. Quemadmodum tempestatum observanda sint signa

XLI. De prognosticis

XLII. De aestuariis, hoc est de reumate

XLIII. De locorum notitia sive remigibus

XLIII. De telis tormentisque muralibus

XLV. Quemadmodum navali bello collocentur insidiae

XLVI. Quid fiat cum aperto Marte bellum navale committitur

Agrestem incultamque hominum in initio saeculi vitam a communione mutorum animalium vel ferarum urbium constitutio prima discrevit. In his nomen rei publicae peperit communis utilitas. Ideo potentissimae nationes ac principes consecrati nullam maiorem gloriam putaverunt quam aut fundare novas civitates aut ab aliis conditas in nomen suum sub quadam amplificatione transferre. In quo opere clementia serenitatis

XXIV. Sobre as cavas pelas quais a muralha é minada ou a cidade é penetrada.

XXV. O que devem fazer os sitiados, caso os inimigos penetrem na cidade.

XXVI. Que precauções devem ser tomadas para que os inimigos não ocupem furtivamente a muralha.

XXVII. Quando os sitiados são alvo de ciladas.

XXVIII. O que devem fazer os sitiadores para não sofrerem ciladas dos sitiados.

XXIX. Com que tipo de engenhos se defende uma cidade.

XXX. Como calcular as medidas para fabricar escadas e máquinas.

XXXI. Preceitos do combate naval.

XXXII. Títulos dos oficiais que comandam a frota.

XXXIII. De onde vem o nome “liburna”.

XXXIV. Com que cuidados se devem fabricar as liburnas.

XXXV. De acordo com que observações se deve cortar a madeira.

XXXVI. Em que mês se devem cortar os troncos.

XXXVII. Sobre a dimensão das liburnas.

XXXVIII. Os nomes dos ventos e o seu número.

XXXIX. Em que meses se navega em maior segurança.

XL. Como se devem observar os indícios das tempestades.

XLI. Sobre os prognósticos.

XLII. Sobre estuários, isto é, sobre as marés.

XLIII. Sobre o conhecimento dos lugares e sobre os remadores.

XLIV. Sobre as armas e os engenhos usados a bordo.

XLV. Como são armadas ciladas na guerra naval.

XLVI. O que deve ser feito quando se trava uma batalha naval em combate aberto.

No início dos tempos, a fundação de cidades separou, em primeiro lugar, a vida selvagem e inculta dos homens da comunhão com os animais brutos e as feras. Nestas cidades, o bem comum gerou a ideia de Estado. E assim, as mais fortes nações e os príncipes consagrados consideraram que não havia uma glória maior do que ou fundar novas cidades, ou transferir para o seu próprio nome, expandindo-as, as cidades fundadas por outros. E nesta obra, a clemência

tuae optinet palmam. Ab illis enim vel paucae vel singulae, a pietate tua innumerabiles urbes ita iugi labore perfectae sunt ut non tam humana manu conditae quam divino nutu videantur enatae. Cunctos imperatores felicitate moderatione castimonia, exemplis indulgentiae, studiorum amore praecedis. Regni animique tui bona cernimus et tenemus, quae anticipare et superior optavit aetas et extendi in perpetuum ventura desiderat. Quibus rebus tantum universo orbi praestitum gratulamur quantum vel humana mens petere vel gratia potuit divina conferre. Sed dispositionibus vestrae clementiae quantum profecerit murorum elaborata constructio Roma documentum est, quae salutem civium Capitolinae arcis defensione servavit ut gloriosius postea totius orbis possideret imperium.

Ad complementum igitur operis maiestatis vestrae praeceptione suscepti rationes quibus vel nostrae civitates defendendae sint vel hostium subruendae ex diversis auctoribus in ordinem digeram, nec laboris pigebit, cum omnibus profutura condantur.

I. Civitates aut natura aut opere debere muniri:

Urbes atque castella aut natura muniuntur aut manu aut utroque, quod firmius ducitur: natura aut locorum edito vel abrupto aut circumfuso mari sive paludibus vel fluminibus, manu fossis ac muro. In illo naturali beneficio tutissimo eligentis consilium, in plano quaeritur fundantis industria. Videmus antiquissimas civitates ita in campis patentibus constitutas ut deficiente auxilio locorum arte tamen et opere redderentur invictae.

II. Non directos sed angulosos muros faciendos:

Ambitum muri directum veteres ducere noluerunt, ne ad ictus arietum esset expositus, sed sinuosis anfractibus iactis fundamentis clausere urbes, crebrioresque turres in ipsis angulis reddiderunt propterea quia

da tua serenidade obtém a palma. Com efeito, as poucas ou raras cidades que foram concluídas por outros e as inumeráveis cidades que foram acabadas pela tua piedade por meio de um trabalho tão contínuo parecem fundadas não tanto por mão humana como nascidas da vontade divina. Tu és superior a todos os imperadores em felicidade, em moderação, em moralidade, em manifestações de indulgência e em amor pelos estudos. Nós vemos e possuímos tudo o que o teu reino e o teu espírito têm de bom, que épocas anteriores desejaram antecipar e que as épocas vindouras desejam estender para sempre. Por estes motivos, nós congratulamo-nos com o muito que foi dado a todo o Mundo, tanto quanto a mente humana pôde desejar ou a graça divina conceder. Mas o quanto são úteis as decisões de Vossa Clemência no que diz respeito à construção cuidadosa de muralhas comprova-se pelo exemplo passado de Roma, que salvou a vida dos cidadãos por meio da defesa da cidadela do Capitólio²²⁴ para que possuísse depois, de uma forma mais gloriosa, o império de todo o Mundo.

Portanto, como complemento da obra empreendida por ordem de Vossa Majestade, eu resumirei ordenadamente, a partir dos mais diversos autores, os conhecimentos por meio dos quais as nossas cidades devem ser defendidas ou as dos inimigos destruídas. E nem o trabalho me enfasiará, uma vez que se trata de matérias que, no futuro, serão úteis a todos.

I. As cidades devem ser protegidas ou pela natureza ou pela mão humana:

As cidades e as fortalezas devem ser protegidas pela natureza ou pela mão humana, ou por ambas, o que se considera ser o mais seguro: pela natureza dos lugares, entenda-se por via de um local elevado ou íngreme, ou rodeado de mar, de pântanos ou de rios; pela mão humana, através de fossos e de muralhas. Nesses lugares muito seguros devido às vantagens naturais, requer-se a sabedoria de uma boa escolha; nos lugares planos, exige-se esforço ao fundador. Vemos cidades antiquíssimas construídas em planícies abertas de uma tal maneira que, apesar da falta de uma protecção natural, foram tornadas invencíveis graças ao engenho e ao trabalho.

II. Os muros devem ser construídos em ângulo, e não a direito:

Os antigos não quiseram desenhar o traçado dos muros a direito para que eles não estivessem expostos aos golpes dos aríetes, mas fecharam as cidades com os alicerces inscritos em curvaturas sinuosas e dispuseram um maior número

si quis ad murum tali ordinatione constructum vel scalas vel machinas voluerit admovere non solum a fronte sed etiam a lateribus et prope a tergo velut in sinu circumclusus opprimitur.

III. Quemadmodum muris e terra iungatur adgestus:

Murus autem ut numquam possit elidi hac ratione perficitur. Intervallo vicenum pedum interposito duo intrinsecus parietes fabricantur. Deinde terra quae de fossis fuerit egesta inter illos mittitur vectibusque densatur, ita ut a muro primus paries pro rata inferior, secundus longe minor ducatur, ut de plano civitatis ad similitudinem graduum quasi clivo molli usque ad propugnacula possit ascendi, quia nec murus ullis potest arietibus rumpi quem terra confirmat et quovis casu destructis lapidibus ea quae inter parietes densata fuerat ad muri vicem ingruentibus moles obsistit.

III. De cataractis et portis ne noceantur ab ignibus:

Cavetur praeterea ne portae subiectis ignibus exurantur. Propter quod sunt coriis ac ferro tegendae; sed amplius prodest, quod invenit antiquitas, ut ante portam addatur propugnaculum in cuius ingressu ponitur cataracta, quae anulis ferreis ac funibus pendet, ut si hostes intraverint demissa eadem extinguantur inclusi. Ita tamen supra portam murus est ordinandus ut accipiat foramina per quae de superiore parte effusa aqua subiectum restinguat incendium.

V. De fossis faciendis:

Fossae autem ante urbes latissimae altissimaeque faciendae sunt, ut nec facile possint coaequari replerique ab obsidentibus et cum aquis coeperint redundare ab adversario cuniculum continuari minime patiantur. Nam duplici modo opus subterraneum peragi, earum altitudine et inundatione, prohibetur.

de torres nos próprios ângulos porque se alguém quiser aproximar escadas, ou máquinas, de uma muralha com uma tal configuração, não só é apertado pela frente mas também dos lados e até pelas costas, sendo como que esmagado num abraço.

III. Como ligar um terrapleno à muralha, a partir do nível do solo:

Mas uma muralha, para que nunca possa ser destruída, é completada da seguinte forma. Constroem-se duas paredes do lado de dentro, com um intervalo entre elas de vinte pés²²⁵. Depois, a terra que tiver sido retirada das valas é lançada entre aquelas paredes e é batida com maços de tal forma que a primeira parede a partir da muralha seja erguida a uma cota mais baixa e a segunda ainda bem mais baixa para que se possa subir do nível da cidade para as ameias, à semelhança de degraus, por um declive ligeiro. É que nenhuma muralha que é reforçada com terra pode ser rompida por aríetes e, em qualquer caso, destruído o forro de pedra, aquela massa de terra que foi compactada entre as paredes resiste aos atacantes como se fosse um muro.

IV. Sobre as grades e as portas, para que não sejam danificadas pelo fogo:

Para além disso, deve acautelar-se que as portas não sejam queimadas pelos fogos que lhes são lançados. Por essa razão, devem ser revestidas de couro e de ferro; todavia, revela-se melhor o que a Antiguidade inventou: acrescentar uma barbacã diante da porta, em cuja entrada se deve instalar uma grade suspensa por correntes de ferro e por cordas de maneira a que, se os inimigos penetrarem, ela seja rebaixada, permitindo aniquilar os que ficaram encerrados lá dentro. E o muro por cima da porta é preparado de modo a receber aberturas, através das quais a água lançada a partir do alto extingue o incêndio.

V. Sobre a escavação de fossos:

Também devem ser escavados fossos muito largos e muito fundos em frente das cidades de maneira a que não possam ser facilmente nivelados e atulhados pelos sitiadores e a que, quando começarem a encher-se com água, não permitam minimamente que o adversário construa uma cava. Assim, existem duas maneiras de impedir os trabalhos de sapa de serem concluídos: pela profundidade e pela inundação dos fossos.

VI. Ne sagittis hostium homines laedantur in muro:

Formidatur ne multitudo sagittariorum de propugnaculis exterritis defensoribus appositisque scalis occupet murum. Adversum quod catafractas vel scuta in civitatibus debent habere quam plurimi. Deinde per propugnacula duplicia saga ciliciaque tenduntur impetumque excipiunt sagittarum; neque enim facile transeunt spicula quod cedit ac fluctuat. Inventum quoque remedium est ut de ligno crates facerent, quas metallas vocaverunt, lapidibusque complerent, ea arte inter bina propugnacula constitutas ut si per scalas ascendisset hostis et partem aliquam ipsius contigisset supra caput suum vergeret saxa.

VII. Quibus modis providendum sit ne famem patiantur obsessi:

Multa defensionum oppugnationumque sunt genera, quae locis competentibus inseremus. Nunc sciendum est obsidendi duas species esse, unam cum adversarius oportunis locis praesidiis ordinatis vel aqua prohibet inclusos vel deditionem sperat a fame, quando omnes prohibuerit commeatus; hoc enim consilio ipse otiosus ac tutus fatigat inimicum.

Ad quos casus possessores quamvis levi suspitione pulsati omnem alimoniam victus intra muros debent studiosissime collocare, ut ipsis exuberet substantia, adversarios inopia cogat abscedere. Non solum autem porcinum sed et omne animalium genus quod inclusum servari non potest deputari oportet ad laridum, ut adminiculo carnis frumenta sufficiant. Aves autem cohortales et sine impensa in civitatibus nutriuntur et propter aegrotantes sunt necessariae. Pabula equis praecipue congerenda et quae adportari nequiverint exurenda, vini aceti ceterarumque frugum vel pomorum congerendae sunt copiae nihilque quod esui proficiat hostibus relinquendum. Nam ut hortorum cura in viridiariis domorum vel areis exerceatur utilitatis ac voluptatis ratio persuadet. Parum autem proficit plurimum collegisse nisi ab exordio dimensione salubri per idoneos erogatio temperetur; numquam periclitati sunt fame qui frugalitatem inter copias servare coeperunt. Inbellis quoque aetas ac sexus propter

VI. Para que os homens não sejam atingidos na muralha pelas setas dos inimigos:

É de recear que um grande número de arqueiros venha a ocupar a muralha, depois de afastados, pelo medo, os defensores das ameias e de encostadas escadas aos muros. Contra isto, deve haver nas cidades o maior número possível de catafractas e de escudos. E também devem ser penduradas, pelas ameias, mantas e tapetes duplamente grossos para amortecer a força das setas; com efeito, os dardos não atravessam facilmente aquilo que cede e que balança no ar. Também se descobriu uma outra solução, que consiste em fazer caixas de madeira, chamadas *metallae*, cheias de pedras e dispostas de tal forma entre duas ameias que, caso o inimigo subisse pelas escadas e tocasse em alguma delas, entornaria as pedras por cima da sua própria cabeça.

VII. Que providências se devem tomar para que os sitiados não passem fome:

Existem muitos tipos de defesa e de ataque, os quais apresentaremos nos locais adequados. Por agora, é sabido existirem duas maneiras de cerco, uma das quais quando o adversário instala um posto num lugar propício e, ou corta a água aos sitiados, ou – impedida a circulação de todas as provisões – espera a sua rendição pela fome; na verdade, com este procedimento, conserva-se ele próprio tranquilo e seguro, e desgasta o inimigo²²⁶.

Nestes casos, os proprietários – impelidos pela mais leve suspeita – devem colocar com a maior das precauções todo o tipo de meios de subsistência no interior das muralhas de maneira a que eles próprios abundem em vitualhas e a que a carência force os adversários a irem embora. Convém mandar salgar não só os porcos mas também todo o tipo de animais que não podem ser mantidos fechados de forma a que os cereais sejam suficientes, acrescidos de um suplemento de carne. No entanto, as aves de capoeira não só são alimentadas sem despesa nas cidades como também são necessárias por causa dos doentes. A forragem para os cavalos deve ser armazenada de uma forma especial e aquilo que não puder ser transportado deve ser queimado. Devem ser armazenadas grandes quantidades de vinho, de vinagre, de outros cereais e de frutos e nada que possa aproveitar aos inimigos como alimento deve ser deixado para trás. Com efeito, razões de utilidade e de moralidade levam a que o cultivo dos hortos se faça no jardim das casas e nas praças públicas. Mas é pouco proveitoso ter recolhido uma grande quantidade de provisões a não ser que a distribuição delas seja moderada desde

necessitatem victus portis frequenter exclusa est, ne penuria opprimeret armatos a quibus moenia servabantur.

VIII. Quae species praeparandae sint pro defensione murorum:

Bitumen sulphur picem liquidam oleum quod incendiarium vocant ad exurendas hostium machinas convenit praeparari.

Ad arma facienda ferrum utriusque temperaturae et carbones servantur in conditis. Ligna quoque hastilibus sagittisque necessaria reponuntur.

Saxa rotunda de fluviis, quia pro soliditate graviora sunt et aptiora mittentibus, diligentissime colliguntur, ex quibus muri replentur et tures, minima ad fundas sive fustibalos vel manibus iacienda; maiora per onagros diriguntur, maxima vero pondere formaque volubili in propugnaculis digeruntur ut demissa per praeceps non solum hostes obruant subeuntes sed etiam machinamenta confringant.

Rotae quoque de lignis viridibus ingentissimae fabricantur, vel intercisi ex validissimis arboribus cylindri, quas taleas vocant, ut sint volubiles levigantur, quae per pronum labentia subito impetu bellatores solent equosque deterere.

Trabes quoque et tabulata vel diversae magnitudinis clavos ferreos esse oportet in promptu. Nam oppugnantium machinis per alias machinas consuevit obsisti, praecipue cum subitis operibus addenda sit muris vel propugnaculis altitudo, ne adversariorum mobiles tures superemineant et capiant civitatem.

VIII. Quid faciendum sit si nervorum defuerit copia:

Nervorum quoque copiam summo studio expedit colligi, quia onagri vel ballistae ceteraque tormenta nisi funibus nervinis intenta nil prosunt. Equorum tamen setae de caudis ac iubis ad ballistas utiles asseruntur. Indubitatum vero est crines feminarum in eiusmodi tormentis non

o início por pessoas idóneas, numa proporção equilibrada: nunca correram perigo por causa da fome aqueles que começaram a praticar a frugalidade em tempo de abundância. Também aqueles que, devido à sua idade ou sexo, são inaptos para combater, são frequentemente deixados fora de portas por causa das necessidades de alimentação para que a escassez não aflija os homens armados por meio dos quais as muralhas são defendidas.

VIII. Que tipos de materiais se devem preparar para a defesa dos muros:

É conveniente aprovisionar betume, enxofre, pez e um óleo líquido a que chamam de “incendiário” para deitar fogo às máquinas dos inimigos.

Para fazer armas, guarda-se, em armazéns, ferro de ambas as têmperas e carvão. Também se reservam madeiras necessárias para hastes e para setas.

Recolhem-se muito cuidadosamente dos rios pedras redondas porque são mais pesadas devido à sua densidade e mais adequadas para arremessar, com as quais se abastecem fartamente as muralhas e as torres; as mais pequenas de todas são para atirar com fundas ou com fustíbalos ou para lançar à mão; as maiores são atiradas por ónagros e as maiores de todas, devido ao seu peso e à sua forma, que lhes permite rolar, são distribuídas pelas ameias para que, empurradas para baixo, não só aniquilem os inimigos que atacam, como também destruam as suas máquinas.

Também se fabricam enormíssimas rodas de madeira verde ou se aplanam cilindros cortados de árvores muito robustas, a que chamam *talae*, de forma a que possam rolar e que, ao deslizar para diante, costumam, de uma forma repentina, esmagar soldados e cavalos.

Convém igualmente ter à mão vigas, pranchas e pregos de ferro de diversos tamanhos. Com efeito, é costume fazer frente às máquinas dos atacantes por meio de outras máquinas, especialmente quando tem de se acrescentar altura às muralhas ou às ameias por via de trabalhos improvisados para que as torres móveis dos adversários não sejam superiores em altura e conquistem a cidade.

IX. O que se deve fazer se não houver abundância de tendões:

Também é útil juntar, com o máximo cuidado, uma grande quantidade de tendões porque os ónagros, as balistas e outros engenhos de torção²²⁷ de nada valem a menos que retesados por cordas feitas de tendões. No entanto, os pêlos das crinas e das caudas dos cavalos também são considerados úteis para as

minorem habere virtutem Romanae necessitatis experimento. Nam in obsidione Capitolii corruptis iugi ac longa fatigatione tormentis, cum nervorum copia defecisset, matronae abscisos crines viris suis optulere pugnantibus, reparatisque machinis adversariorum impetum reppulerunt. Maluerunt enim pudicissimae feminae deformato ad tempus capite liberae vivere cum maritis quam hostibus integro decore servire.

Cornua quoque vel cruda coria proficit colligi ad cataractas tegendas aliaque machinamenta sive munimina.

X. Quid faciendum ne aquae inopiam patiantur obsessi:

Magna urbis utilitas est cum perennes fontes murus includit. Quod si natura non praestat, cuiuslibet altitudinis effodiendi sunt putei aquarumque haustus funibus extrahendi. Sed interdum sicciora sunt loca quae montibus sunt saxisque munita; in quibus superposita castella extra murum inferiores repperiunt fontium venas ac de propugnaculis vel turribus destinatis protegunt telis, ut aquatoribus liber praestetur accessus. Quod si ultra ictum teli, in clivo tamen civitatis subiecta sit vena, castellum parvulum, quem burgum vocant, inter civitatem et fontem convenit fabricari ibique ballistas sagittariosque constitui, ut aqua defendatur ab hostibus.

Praeterea in omnibus publicis aedificiis multisque privatis cisternae sunt diligentissime substruendae, ut receptacula aquis pluvialibus quae de tectis effluunt praestent. Difficile enim eos sitis vicit qui quamvis exigua aqua ad potum tamen tantum in obsidione sunt usi.

XI. Si sales defuerint:

Si maritima sit civitas et sales defuerint, liquor ex mari sumptus per alveos aliaque patula vasa diffunditur, qui calore solis duratur in salem. Quod si hostis ab unda prohibeat (nam hoc accidit), harenas quas excitatum vento mare superfuderat aliquando colligunt et dulci aqua eluunt, quae sole siccata nihilo minus mutatur in sales.

balistas. E é, sem dúvida, verdade que o cabelo das mulheres não tem uma utilidade menor para esse género de engenhos, tal como se comprova em momentos difíceis da história de Roma: com efeito, no cerco do Capitólio, danificados os engenhos de torção por um serviço contínuo e longo, tendo acabado a provisão de tendões, as matronas cortaram os cabelos para os entregarem aos seus homens que combatiam, posto o que, reparadas as máquinas, estes repeliram o ataque dos adversários²²⁸. Na verdade, aquelas virtuosíssimas mulheres preferiram viver em liberdade com os seus maridos e com as cabeças temporariamente rapadas a servirem os inimigos na perfeição da sua formosura.

Também é proveitoso juntar chifres e couros crus para revestimento das grades de porta e das outras máquinas ou meios de defesa.

X. O que se deve fazer para que os sitiados não sofram com a falta de água:

É muito útil para a cidade quando a muralha abriga fontes perenes. E se a natureza não as fornece, devem ser escavados poços de uma profundidade adequada e deve ser extraída água com o auxílio de cordas. Mas, por vezes, são demasiado secos os locais que se encontram protegidos por montes e rochedos; as fortalezas ali construídas encontram veios de água situados em lugares mais baixos e exteriores à muralha e protegem-nos com mísseis atirados a partir das ameias e das torres de modo a que seja facultado aos aguadeiros um acesso livre. Mas se o veio de água ficar na encosta, próximo da cidade mas fora do alcance de um projectil, convém construir, entre a cidade e a fonte, uma pequena fortificação, a que chamam *burgus*, e aí colocar balistas e arqueiros para proteger a água dos inimigos.

Para além disso, por baixo de todos os edifícios públicos e de muitos privados, devem construir-se muito diligentemente cisternas para que sirvam como reservatórios das águas pluviais que escorrem a partir dos telhados. Na verdade, dificilmente a sede venceu aqueles que, ainda que a água fosse pouca, a usaram somente para beber durante um cerco.

XI. Se faltar o sal:

Se a cidade for marítima e faltar o sal, espalha-se, em tinhas e noutros vasos largos, a água recolhida do mar que o calor do sol transforma em sal. E se o inimigo impedir o acesso ao mar (o que na verdade pode acontecer), recolhem-se por vezes as areias que o mar – batido pelo vento – derramou e lavam-nas com água doce, a qual, secada ao sol, também se transforma em sal.

XII. Quid faciendum cum primo impetu venit ad muros:

Violenta autem impugnatio quando castellis vel civitatibus praeparatur, mutuo utrimque periculo sed maiore oppugnantium sanguine exercentur luctuosa certamina. Illi enim qui muros invadere cupiunt terrifico apparatu expositis copiis in spem deditiois formidinem geminant tubarum strepitu hominumque permixto; tunc, quia timor magis frangit insuetos, primo impetu stupentibus oppidanis, si discriminum experimenta non norunt, admotis scalis invaditur civitas. Quod si a fidentibus sive militaribus viris repellatur prima congressio, statim clausis crescit audacia, et iam non terrore sed viribus et arte confligitur.

XIII. Enumeratio machinarum quibus muri oppugnantur:

Admoventur enim testudines arietes falces vineae plutei musculi turre; de quibus singulis qualiter fabricentur, quo etiam pacto proelientur vel repellantur, edisseram.

XIII. De ariete falce testudine:

De materia ac tabulatis testudo contextitur, quae ne exuratur incendio coriis vel ciliciis centonibusque vestitur. Haec intrinsecus accipit trabem, quae aut adunco praefigitur ferro et falx vocatur ab eo quod incurva est, ut de muro extrahat lapides, aut certe caput ipsius vestitur e ferro et appellatur aries, vel quod habet durissimam frontem quae subruit muros, vel quod more arietum retrocedit ut cum impetu vehementius feriat. Testudo autem a similitudine verae testudinis vocabulum sumpsit, quia, sicut illa modo reducit modo proserit caput, ita machinamentum interdum reducit trabem interdum exerit ut fortius caedat.

XV. De vineis de pluteis de aggere:

Vineas dixerunt veteres quas nunc militari barbaricoque usu caucias vocant. E lignis levioribus machina colligatur, lata pedibus octo, alta pedibus septem, longa pedibus sedecim. Huius tectum munitione duplici tabulatis cratibusque contextitur; latera quoque vimine saepiuntur ne

XII. O que se deve fazer quando se der o primeiro ataque às muralhas:

Mas quando um violento ataque é lançado contra fortalezas ou cidades, travam-se combates mortais com perigo para ambos os lados, mas com maior derramamento de sangue entre os atacantes. Com efeito, aqueles que desejam invadir as muralhas redobram o terror na esperança de uma rendição, expondo as suas forças com terrível aparato, aliado ao estrépito de trombetas e de homens; então, uma vez que o temor desmoraliza mais os que não estão habituados, ficando os habitantes – se não conhecem ainda a experiência do perigo – estupefactos com o primeiro ataque, a cidade é invadida por meio de escadas encostadas aos muros. Porém, se o primeiro ataque é repellido por homens confiantes ou por soldados, imediatamente a audácia cresce entre os sitiados e, a partir de então, combate-se não por meio do terror, mas pela força e pelo engenho.

XIII. Enumeração das máquinas com as quais as muralhas são atacadas:

Na verdade, aproximam-se das muralhas tartarugas, aríetes, ganchos, *vineae*, mantas, manteletes e torres; sobre cada uma delas exporei como é que se fabricam e de que forma são usadas no ataque ou na defesa.

XIV. Sobre o aríete, o gancho e a tartaruga:

A tartaruga é feita de madeira e de tabuões e, para não ser destruída pelo fogo, é revestida de couros ou de peles de cabra e de centões. Do lado de dentro, a tartaruga apresenta uma viga, que é fixada por meio de um ferro adunco a que se chama *falx*²²⁹ porque é curvo para arrancar as pedras da muralha ou, por vezes, a cabeça da própria viga é revestida de ferro e chama-se *aries*²³⁰, seja porque tem uma frente duríssima que rompe muralhas, seja porque, à maneira dos carneiros, retrocede para investir com um ataque ainda mais violento. A “tartaruga” retirou o seu nome da semelhança com a tartaruga verdadeira porque, tal como esta, ora retrai a cabeça, ora a faz avançar e, assim, esta máquina ora recolhe a viga, ora a impele para bater mais fortemente²³¹.

XV. Sobre as *vineae*, as mantas e os taludes:

Os antigos chamaram *vineae* àquilo a que agora os costumes militares e bárbaros chamam *cauciae*. Esta máquina é feita de madeiras muito leves, tendo oito pés de largura, sete de altura e dezasseis de comprimento²³². O seu telhado é formado por uma dupla protecção de pranchas e de caniços; do mesmo modo,

saxorum telorumque impetu penetrentur; extrinsecus autem, ne immisso concremetur incendio, crudis ac recentibus coriis vel centonibus operitur. Istae, cum plures factae fuerint, iunguntur in ordinem, sub quibus obsidentes tuti ad subruenda murorum penetrant fundamenta.

Plutei dicuntur qui ad similitudinem absidis contexuntur e vimine et ciliciis vel coriis proteguntur ternisque rotulis, quarum una in medio, duae in capitibus apponuntur, in quamcumque partem volueris admoventur more carpenti; quos obsidentes applicant muris, eorumque munitione protecti sagittis sive fundis vel missibilibus defensores omnes de propugnaculis civitatis exturbant, ut scalis ascendendi facilius praestetur occasio.

Agger autem ex terra lignisque extollitur contra murum, de quo tela iactantur.

XVI. De musculis:

Musculos dicunt minores machinas quibus protecti bellatores sudatum auferunt civitatis, fossatum etiam adportatis lapidibus lignis ac terra non solum complent sed etiam solidant, ut turres ambulatoriae sine impedimento iungantur ad muros. Vocantur autem a marinis beluis musculi; nam quemadmodum illi, cum minores sint, tamen ballenis auxilium adminiculumque iugiter exhibent, ita istae machinae breviores velut deputatae turribus magnis adventui illarum parant viam itineraque praemuniunt.

XVII. De turribus ambulatoriis:

Turres autem dicuntur machinamenta ad aedificiorum speciem ex trabibus tabulatisque compacta et ne tantum opus hostili concremetur incendio diligentissime ex crudis coriis vel centonibus communita, quibus pro modo altitudinis additur latitudo. Nam interdum tricenos pedes per quadrum interdum quadragenos vel quinquagenos latae sunt. Proceritas autem ipsarum tanta fit ut non solum muros sed etiam turres lapideas altitudine superent. His plures rotae mechanica arte subduntur, quarum lapsu volubili magnitudo tam ampla moveatur.

as partes laterais são revestidas de vimes para não serem penetradas pelo impacto das pedras e dos projecteis; mas a parte de fora é coberta com couros crus ou verdes ou com centões para não ser queimada por um fogo ateadado pelos sitiados. Depois de se fabricarem muitas destas máquinas, articulam-nas em linha; a coberto delas, os sitiadores avançam em segurança para minar os alicerces dos muros.

Chamam “mantas” àquelas máquinas que se constroem à semelhança de uma abóbada com vime e que são protegidas por peles de cabra e por couros. Com três rodas, uma das quais é colocada no meio e duas nas pontas, elas são deslocadas para onde se quiser, à maneira de uma carroça; os sitiadores encostam-nas aos muros e, protegidos por elas, expulsam todos os defensores das ameias das cidades com setas, fundas ou mísseis para que seja mais fácil subir aos muros por meio de escadas.

E é erguido um talude contra a muralha com terra e madeiras a partir do qual se lançam projecteis.

XVI. Sobre os manteletes:

Chamam manteletes a máquinas mais pequenas sob a protecção das quais os combatentes removem as defesas da cidade e não só atulham como consolidam o fosso com pedras, madeiras e terra de modo a que as torres móveis possam ser colocadas junto aos muros sem impedimento. E chamam-se *musculi* a partir dos animais marinhos; pois tal como estes, apesar de serem mais pequenos, representam contudo, constantemente, um auxílio e ajuda para as baleias, também estas máquinas mais pequenas, como que associadas às grandes torres, preparam o avanço destas e protegem o seu caminho e percurso.

XVII. Sobre as torres móveis:

Além disso, chamam torres às máquinas construídas com vigas e com pranchas, à maneira de edifícios; e para que esta fortificação não seja queimada pelo fogo do inimigo, ela é muito cuidadosamente revestida com couros crus e com centões. A sua largura é regulada pela medida da sua altura. Com efeito, elas têm por vezes trinta pés²³³ quadrados e outras vezes quarenta ou cinquenta²³⁴. E a altura delas deve ser tal que supere não só a das muralhas como também a das torres de pedra. Debaixo das torres são colocadas, de acordo com os conhecimentos da arte mecânica, muitas rodas, de tal forma que um volume tão grande possa ser deslocado por meio de um deslize fácil.

Praesens autem periculum civitatis est si ad murum fuerit turris admota. Plures enim accipit scalas et diverso genere conatur inrumpere. Nam in inferioribus habet arietem, cuius impetu destruit muros; circa mediam vero partem accipit pontem, factum de duabus trabibus saeptumque de vimine, quem subito prolatum inter turrem murumque constituunt et per eum egredientes de machina bellatores in civitatem transeunt et occupant muros; in superioribus autem turris illius partibus contati et sagittarii collocantur qui defensores urbis ex alto contis missibilibus saxisque prosternant. Quo facto civitas capitur sine mora. Quid enim auxilii superest cum hi qui de murorum altitudine sperabant repente supra se aspiciant altiolem hostium murum?

XVIII. Quemadmodum ambulatoria turris possit incendi:

Huic tam manifesto discrimini multis occurritur modis.

Primum, si confidentia vel virtus est militaris, eruptione facta globus egreditur armatorum et vi hostibus pulsus machinamentum illud ingens direptis coriis de lignis exurit.

Quod si oppidani exire non audeant, ad maiores ballistas malleolos vel falaricas cum incendio destinant, ut perruptis coriis vel centonibus intrinsecus flamma condatur. Malleoli velut sagittae sunt et ubi adhaeserint, quia ardentes veniunt, universa conflagrant. Falarica autem ad modum hastae valido praefigitur ferro; inter tubum etiam et hastile sulphure resina bitumine stuppisque convolvitur infusa oleo quod incendiarium vocant; quae ballistae impetu destinata perrupto munimine ardens figitur ligno turritamque machinam frequenter incendit.

Depositi quoque homines funibus cum hostes dormiunt in lanternis portant lucernas et incensis machinis rursus levantur in murum.

XVIII. Quemadmodum altitudo muris addatur:

Praeterea partem muri ad quam machina conatur accedere cemento atque lapidibus vel luto sive lateribus, postremo tabulatis extruendo faciunt altiolem, ne defensores moenium desuper urbi ventura possit

Mas a cidade fica em perigo iminente se a torre se aproximar da muralha. Na verdade, ela possui muitas escadas e procura abrir caminho de diversas maneiras. Com efeito, a torre possui um aríete no seu patamar inferior, cujo impacto destrói os muros; aproximadamente na parte do meio, ela tem uma ponte feita de duas traves e com um tapume de vime que é subitamente estendida e colocada entre a torre e a muralha e pela qual os guerreiros, que saem da máquina, acedem à cidade e ocupam as muralhas; além disso, no patamar superior da torre, são colocados lanceiros e arqueiros, que derrubam os defensores da cidade a partir de cima com lanças, mísseis e pedras. Feito isto, a cidade capitula sem demora. Na verdade, que tipo de auxílio pode haver quando aqueles que contavam com a altura dos muros avistam de repente, acima de si próprios, uma muralha inimiga ainda mais alta?

XVIII. Como incendiar uma torre móvel:

A um tão evidente perigo, responde-se de diversas maneiras.

Em primeiro lugar, se existir audácia e força militares, faz-se uma surtida e um grupo de homens armados sai: expulsos os inimigos pela força, incendiam essa enorme máquina depois de arrancados os couros das madeiras.

Mas se os sitiados não ousarem sair, disparam, com as balistas maiores, *malleoli* ou faláricas incendiárias de modo a que, trespassados os couros e os centões, a chama seja ateadada do lado de dentro. Os *malleoli* são como setas, e onde quer que se fixem incendiam tudo uma vez que vêm a arder²³⁵. Já a falárica, à maneira de uma lança, é guarnecida com um ferro bem forte; mas, entre a haste e a ponta, ela é envolvida por enxofre, resina, betume e estopas e ensopada com um óleo a que chamam de “incendiário”; esta falárica, arremessada pelo impulso da balista e destruída a protecção da torre móvel, fixa-se a arder na madeira da torre e muitas vezes incendeia-a.

Outras vezes, quando os inimigos dormem, homens descidos por cordas transportam lume dentro das lanternas e, incendiadas as máquinas, são de novo içados para as muralhas.

XIX. Como aumentar a altura dos muros:

Para além disso, os sitiados tornam mais alta a parte da muralha à qual a máquina tenta encostar-se por meio de argamassa, de pedras, de barro, de tijolos e, finalmente, de tábuas de modo a que a torre que há-de surgir mais alta do que

opprimere. Constat autem inefficax machinamentum reddi si inveniatur inferius.

Verum obsidentes eiusmodi dolum adhibere consuerunt. Primo talem extruunt turrem quae propugnaculis civitatis videatur inferior; deinde secreto aliam de tabulatis intrinsecus turriculam faciunt, et cum muris fuerit machina sociata subito funibus trocleisque de medio turracula illa producit, de qua egredientes armati, quia altior invenitur, statim capiunt civitatem.

XX. Quo pacto suffodiatur terra ut machina nocere nil possit:

Interdum longissimas ferratasque trabes opponunt machinae venienti eamque a muri vicinitate propellunt.

Sed cum Rodiorum civitas oppugnaretur ab hostibus et turris ambulatoria supra murorum altitudinem ac turrium omnium pararetur, mechanici ingenio inventum est tale remedium. Per noctem sub fundamenta muri cuniculum fodit et illum locum ad quem die postero turris fuerat promovenda nullo hostium sentiente egesta terra cavavit intrinsecus, et cum rotis suis moles fuisset impulsa atque ad locum qui subter cavatus fuerat pervenisset tanto ponderi solo cedente subsedit nec iungi muris aut moveri ulterius potuit. Ita et civitas liberata est et machina derelicta.

XXI. De scalis sambuca exostra et tollenone:

Admotis turribus funditores lapidibus, sagittarii iaculis, manuballistarii vel arcuballistarii sagittis, iaculatores plumbatis ac missilibus e muris submovent homines. Hoc facto scalis appositis occupant civitatem. Sed qui scalis nituntur frequenter periculum sustinent, exemplo Capanei, a quo primum scalarum oppugnatio perhibetur inventa; qui tanta vi occisus est a Thebanis ut extinctus fulmine diceretur. Et ideo sambuca exostra et tollenone obsidentes in murum hostium penetrant.

Sambuca dicitur a similitudine citharae; nam quemadmodum in cithara cordae sunt, ita in trabe quae iuxta turrem ponitur funes sunt

a cidade não possa aniquilar os defensores das muralhas. Com efeito, é sabido que a torre móvel se torna ineficaz se ficar mais baixa do que a muralha.

Mas os sitiadores costumam usar um estratagema deste tipo: em primeiro lugar, constroem uma torre de tal natureza que pareça mais baixa do que as ameias da cidade; depois, em segredo, com tábuas, fazem uma outra mais pequena do lado de dentro e, quando a máquina estiver encostada às muralhas, aquela pequena torre é subitamente erguida lá do meio por cordas e roldanas; e, então, homens armados saindo de dentro dela rapidamente conquistam a cidade, porque a torre se encontra mais alta.

XX. Como escavar o terreno de modo a que a máquina não possa causar dano:

Por vezes, os sitiados opõem à máquina que se aproxima traves muito compridas e revestidas de ferro e repelem-na da vizinhança dos muros.

Mas quando a cidade dos Ródios foi cercada pelos inimigos e se preparou uma torre móvel capaz de ultrapassar a altura de todos os muros e torres, o seguinte remédio foi inventado pelo génio de um engenheiro. Durante a noite, escavou-se um túnel por debaixo dos alicerces da muralha e, naquele lugar para o qual a torre seria empurrada no dia seguinte, removeu-se – sem que nenhum inimigo desse conta – a terra por dentro. E quando aquela massa foi empurrada em cima das suas rodas e alcançou o local que fora previamente escavado, o terreno cedeu com tanto peso e ela afundou-se e já não pôde ser encostada às muralhas nem ser movida mais para diante. Desta maneira, a cidade foi salva e a máquina foi abandonada²³⁶.

XXI. Sobre as escadas, a ponte sambuca, a *exostra* e o toleno:

Aproximadas as torres móveis, os fundibulários (por meio de pedras), os arqueiros (por meio de dardos), os *manuballistarii* e *arcuballistarii* (por meio de setas)²³⁷ e os lançadores (por meio de dardos de chumbo e de outros mísseis) expulsam das muralhas os defensores. Feito isto, e colocadas as escadas, invadem a cidade. Mas aqueles que sobem pelas escadas correm muitas vezes perigo, como por exemplo Capaneu, de quem se diz ser o inventor do método da escalada. Ele foi morto pelos Tebanos com uma tal violência que se dizia fulminado por um relâmpago²³⁸. E, assim, os sitiadores penetram na muralha dos inimigos por meio da sambuca, da *exostra* e do toleno.

A “sambuca” tem este nome devido à sua semelhança com a cítara; com efeito, tal como há cordas na cítara, também existem cordas numa viga que é colocada

qui pontem de superiore parte trocleis laxant ut descendat ad murum, statimque de turri exeunt bellatores et per eum transeuntes moenia urbis invadunt.

Exostra dicitur pons quem superius exposuimus, quia de turri in murum repente protruditur.

Tolleno dicitur quotiens una trabes in terram praealta defigitur, cui in summo vertice alia transversa trabes longior dimensa medietate conecitur eo libramento ut si unum caput depresseris aliud erigatur. In uno ergo capite cratibus sive tabulatis contextitur machina in qua pauci collocantur armati; tunc per funes attracto depressoque alio capite elevati imponuntur in murum.

XXII. De ballistis onagris scorpionibus arcuballistis fustibalis fundis per quae tormenta defenditur murus:

Adversum haec obsessos defendere consueverunt ballistae onagri scorpiones arcuballistae fustibali sagittarii fundae.

Ballista funibus nervinis tenditur, quae quanto prolixiora brachiola habuerit, hoc est quanto maior fuerit, tanto spicula longius mittit; quae si iuxta artem mechanicam temperetur et ab exercitatis hominibus qui mensuram eius ante collegerint dirigatur, penetrat quaecumque percusserit. Onager autem dirigit lapides, sed pro nervorum crassitudine et magnitudine saxorum pondera iaculatur; nam quanto amplior fuerit, tanto maiora saxa fulminis more contorquet. His duobus generibus nulla tormentorum species vehementior invenitur.

Scorpiones dicebant quas nunc manuballistas vocant, ideo sic nuncupati quod parvis subtilibusque spiculis inferant mortem. Fustibalos arcuballistas et fundas describere superfluum puto, quae praesens usus agnoscit.

Saxis tamen gravioribus per onagram destinatis non solum equi eliduntur et homines sed etiam hostium machinamenta franguntur.

XXIII. Adversum arietes prosunt culcitae laquei lupi columnae graviores:

Adversum arietes etiam vel falces sunt plura remedia.

Aliquanti centones et culcitas funibus calant et illis opponunt locis quae caedit aries, ut impetus machinae materia molliore fractus non destruat murum.

junto à torre, as quais, por meio de roldanas, baixam uma ponte vinda de cima de forma a que ela assente na muralha. E imediatamente saem combatentes de dentro da torre, que, passando através dela, invadem as muralhas da cidade²³⁹.

Chama-se *exostra* a uma ponte a que já anteriormente nos referimos²⁴⁰ porque é lançada repentinamente da torre para a muralha.

Fala-se em “toleno” quando se fixa uma trave bem alta em terra, no vértice superior da qual se prende, atravessada, uma outra trave de maior dimensão, equilibrada a meio de modo a que se uma das extremidades for rebaixada, a outra sobe. E num dos lados é preparado um dispositivo com grades ou tábuas no qual se colocam alguns soldados; então, quando a outra extremidade é rebaixada por meio de cordas puxadas com força, eles são içados e pousados na muralha²⁴¹.

XXII. Sobre as balistas, os ónagros, os escorpiões, as bestas²⁴², os fustíbalos e as fundas, engenhos com os quais a muralha é defendida:

Contra tudo isto, os sitiados costumam defender-se usando balistas, ónagros, escorpiões, bestas, fustíbalos, arqueiros e fundas.

A balista é armada por meio de cordas de tendões e, quanto mais longos forem os seus braços, isto é, quanto maior for, tanto mais longe arremessa os dardos; e se ela for regulada de acordo com a arte mecânica e for manobrada por homens treinados que tenham ensaiado previamente o seu alcance, ela penetra onde quer que acerte. Já o ónagro atira pedras, arremessando-as conforme a espessura dos tendões e o tamanho das pedras; com efeito, quanto maior ele for, tanto maior são as pedras que arremessa como se fosse um relâmpago. Não se encontra nenhum tipo de engenho de torção mais poderoso do que estes dois.

Chamavam escorpiões àquelas armas a que agora chamam *manuballistae*²⁴³, assim designadas porque levam a morte por meio de dardos pequenos e finos. Considero supérfluo descrever fustíbalos, bestas e fundas, uma vez que são de uso actual.

Mas as pedras arremessadas pelo ónagro não só eliminam cavalos e homens como também desfazem as máquinas dos inimigos²⁴⁴.

XXIII. Contra os aríetes, são úteis os colchões, os laços, os lobos e as colunas bastante pesadas:

Contra os aríetes e os ganchos, existem diversos remédios.

Alguns suspendem, por meio de cordas, centões e colchões e colocam-nos à frente daqueles pontos do muro que o aríete ataca, de modo a que o impacto da máquina, amortecido por uma matéria mais mole, não destrua a muralha.

Alii laqueis captos arietes per multitudinem hominum de muro in obliquum trahunt et cum ipsis testudinibus evertunt.

Plures in modum forcicis dentatum funibus inligant ferrum, quem lupum vocant, apprehensumque arietem aut evertunt aut ita suspendunt ut impetum non habeat feriendi.

Interdum bases columnaeque marmoreae vibrato impetu iaciuntur e muris arietesque confringunt.

Quod si tanta vis fuerit ut murus arietibus perforetur et quod saepe accidit decidat, salutis una spes superest ut destructis domibus alius intrinsecus murus addatur hostesque intra binos parietes, si penetrare temptaverint, perimantur.

XXIII. De cuniculis per quos aut murus deponitur aut civitas penetratur:

Aliud genus oppugnationum est subterraneum atque secretum, quod cuniculum vocant a leporibus, qui cavernas sub terris fodiunt ibique conduntur. Adhibita ergo multitudine ad speciem metallorum, in quibus auri argentique venas Bessorum rimatur industria, magno labore terra defoditur cavatoque specu in exitium civitatis inferna quaeritur via.

Quae fraus duplicibus operatur insidiis. Aut enim penetrant urbem et noctu non sentientibus oppidanis egrediuntur per cuniculum reseratisque portis suorum agmen inducunt hostesque in ipsis domibus perimunt ignorantes, aut certe cum ad murorum fundamenta pervenerint suffodiunt eorum maximam partem apposis siccioribus lignis ruinamque muri tumultuario opere suspendunt, sarmenta insuper iungunt aliaque fomenta flammaram; tunc praeparatis bellatoribus operi ignis immittitur combustisque columnis ligneis atque tabulatis muro subito corridente inruptioni aditus reseratur.

XXV. Quid facere debeant oppidani si hostes intruperint civitatem:

Innumerabilibus declaratur exemplis saepe caesos ad internicionem hostes qui pervaserant civitatem. Quod sine dubio evenit si oppidani muros ac turres retinuerint vel altiora occupaverint loca; tunc enim de fenestris ac tectis omnis aetas ac sexus inrumpentes obruit saxis aliisque

Outros arrastam obliquamente os aríetes capturados com laços por uma multidão de homens no alto da muralha e voltam-nos ao contrário, com as próprias tartarugas²⁴⁵.

Muitos amarram a cordas um ferro dentado à maneira de uma tenaz, a que chamam “lobo”, e prendem ou reviram o aríete, ou então suspendem-no, de modo a que não tenha poder de choque.

Por vezes, são lançados pedestais e colunas de mármore a partir dos muros com ímpeto fulgurante, os quais destroem os aríetes.

E se a força for tal que a muralha seja perfurada pelo aríete e, o que acontece muitas vezes, ela caia, a única esperança de salvação que resta consiste em, destruídas as casas, acrescentar um outro muro do lado de dentro e aniquilar os inimigos entre duas paredes caso estes tentem entrar.

XXIV. Sobre as cavas pelas quais a muralha é minada ou a cidade é penetrada:

Um outro tipo de ataque é subterrâneo e secreto, a que chamam *cuniculum* por causa das lebres, as quais escavam cavernas por baixo da terra e aí se escondem. Portanto, reunido um grande número de homens, a terra é escavada com grande esforço, como nas minas nas quais o trabalho dos Bessos explora veios de ouro e de prata²⁴⁶, e, escavada uma caverna, procura-se um caminho subterrâneo para a destruição da cidade.

Este estrategema concretiza-se de duas maneiras. Com efeito, ou penetram na cidade e, durante a noite, saem da cava sem os sitiados o pressentirem, posto o que, abertas as portas, introduzem um destacamento dos seus e matam os inimigos desprevenidos nas suas próprias casas. Ou então, quando tiverem chegado aos alicerces da muralha, escavam a maior parte deles e, colocando lenha seca, retardam a derrocada do muro com um trabalho improvisado, acrescentando ainda feixes de sarmento e outros materiais inflamáveis; então, com os soldados a postos, lança-se fogo à obra e, queimadas as vigas de madeira e as tábuas, o súbito desabamento da muralha abre um caminho para a invasão.

XXV. O que devem fazer os sitiados, caso os inimigos penetrem na cidade:

Sabe-se por incontáveis exemplos que, muitas vezes, os inimigos que invadiram uma cidade foram mortos até ao último homem. Isto acontece sem dúvida nenhuma se os sitiados continuarem a manter nas suas mãos as muralhas e as torres ou se ocuparem os lugares mais altos; então, na verdade, a partir das

generibus telorum. Quod ne sustineant obsidentes portas civitatis aperire consuerunt, ut resistere desinant fugiendi potestate concessa; necessitas enim quaedam virtutis est desperatio. In hoc casu unum oppidanis auxilium est, sive per diem sive per noctem hostis intraverit, ut muros turresque teneant ac loca superiora conscendant hostesque per vicos et plateas undique obruant dimicantes.

XXVI. Quae sit adhibenda cautela ne hostes furtim occupent murum:

Frequenter dolum excogitant obsidentes ac simulata desperatione longius abeunt; sed ubi post metum murorum vigiliis derelictis requieverit incauta securitas, tenebrarum ac noctis occasione captata cum scalis clanculo veniunt murosque conscendunt.

Propter quod maior est adhibenda custodia cum hostis abscesserit et in ipsis muris ac turribus tuguriola collocanda in quibus vigiles hibernis mensibus ab imbri vel frigore, aestivis defendantur a sole.

Illud quoque usus invenit, ut acerrimos ac sagacissimos canes in turribus nutriant qui adventum hostium odore praesentiant latratuque testentur.

Anseres quoque non minore sollertia nocturnos superventus clamoribus indicant. Nam ingressi Capitolinam arcem Galli Romanum nomen eruerant nisi clamore anserum excitatus Mallius restitisset. Mira diligentia sive fortuna viros qui universum orbem erant missuri sub iugum avis una servavit.

XXVII. Quando oppidanis inferantur insidiae:

Non solum in obsidionibus sed in universo genere bellorum supra omnia ducitur hostium consuetudinem explorare diligenter ac nosse. Oportunitas enim insidiarum aliter non potest inveniri nisi scias quibus horis adversarius a laboris intentione discedat, quibus reddatur incautior,

janelas e dos telhados, gente de qualquer idade e sexo derruba os assaltantes com pedras e com outros tipos de projecteis. Para não passarem por isto, os sitiadores costumam abrir as portas da cidade para que os adversários desistam de resistir, oferecido um caminho de fuga; com efeito, a necessidade dá origem a uma forma desesperada de coragem²⁴⁷. Neste caso, aos sitiados resta um único recurso (quer o inimigo penetre durante o dia, quer durante a noite): manter as muralhas e as torres, subir aos lugares mais altos e aniquilar os adversários de todos os lados, combatendo-os nas ruas e nas praças.

XXVI. Que precauções devem ser tomadas para que os inimigos não ocupem furtivamente a muralha:

Os sitiadores põem muitas vezes em prática uma artimanha: deslocam-se para mais longe, simulando estar desesperados; mas quando, passado o medo dos sitiados e abandonada por estes a vigilância das muralhas, se instala uma segurança relaxada, então eles – aproveitando a ocasião proporcionada pela escuridão e pela noite – regressam em segredo, munidos de escadas e sobem as muralhas.

Por causa disto, maior deve ser a vigilância quando o inimigo se afastar e devem ser montados abrigos nas próprias muralhas e nas torres, nos quais as sentinelas se protejam do frio e da chuva nos meses de Inverno e do sol nos meses de Verão.

A experiência ensinou também que os cães muito vivos e de olfacto apuradíssimo, alimentados nas torres, pressentem pelo cheiro a chegada dos inimigos e dão conta disso ladrando.

Também os gansos denunciam por meio de gritos, com não menor sagacidade, os ataques nocturnos. Com efeito, os Gauleses, entrados na cidadela do Capitólio, teriam arrasado o nome de Roma se Málio, prevenido pelo alarido dos gansos, não lhes tivesse feito frente²⁴⁸. Foi uma providência espantosa uma só ave ter salvo os homens que mais tarde haveriam de colocar o Mundo inteiro sob o seu jugo.

XXVII. Quando os sitiados são alvo de ciladas:

Considera-se que, não apenas nos cercos mas em todo o tipo de combates, se deve investigar cuidadosamente e conhecer acima de tudo os hábitos dos inimigos. Na verdade, não se pode encontrar uma oportunidade para emboscadas de outra forma a não ser que se saiba a que horas o adversário parte para o trabalho, a

interdum medio die, interdum ad vesperum, saepe nocte, aliquando eo tempore quo sumitur cibus, cum utriusque partis milites ad requiem aut ad curanda corpora disperguntur.

Quod in civitate cum coeperit fieri, obsidentes astu se a proelio subtrahunt et adversariorum negligentiae licentiam tribuunt. Quae ipsa in punitate cum creverit, repente admotis machinis vel apposis scalis occupant civitatem.

Et ideo in muris saxa ceteraque tormenta ponuntur in promptu ut cognitis insidiis accurrentes ad manum habeant quod supra caput hostium evolvant atque iaculentur.

XXVIII. Quid faciant obsidentes ne ab oppidanis patiantur insidias:

Cum negligentia intervenerit, paribus insidiis subiacent obsidentes. Nam sive cibo sive somno fuerint occupati sive otio aut aliqua necessitate dispersi, tunc oppidani repente prorumpunt, ignorantes perimunt, arietes machinas ipsosque aggeres ignibus concremant omniaque in perniciem suam fabricata opera subvertunt.

Propter quod obsidentes ultra ictum teli fossam faciunt eamque non solum vallo et sudibus sed etiam turrulis instruunt ut erumpentibus ex civitate possint obsistere, quod opus lorculam vocant. Saepe, cum obsidio describitur, invenitur in historiis lorcula urbem esse circumdatam.

XXVIII. Quo genere tormentorum civitas defendatur:

Sed ex alto destinata missibilia sive plumbatae vel lanceae, verruta vel spicula in subiectos vehementius cadunt. Sagittae quoque arcibus missae et saxa manibus fundis sive fustibalis directa, quanto de excelsiore loco exeunt, tanto longius penetrant. Ballistae vero et onagri, si a peritis diligentissime temperentur, universa praecedunt, a quibus nec virtus ulla nec munimina possunt defendere bellatores. Nam more fulminis quicquid percusserint aut dissolvere aut inrumpere consueverunt.

que horas se encontra mais desprevenido, umas vezes ao meio-dia, outras vezes ao final da tarde, muitas vezes à noite, por vezes na altura em que se alimenta ou quando os soldados de ambos os lados se dispersam para descansar ou para cuidar dos seus corpos.

Quando isto começa a acontecer na cidade, os sitiadores evitam astuciosamente o combate e permitem que se instale a negligência entre os adversários. Quando esta cresce, em resultado da impunidade, aproximam-se as máquinas e encostam-se as escadas, ocupando-se subitamente a cidade.

Por esse motivo, são colocados a postos nos muros pedras e outros projecteis, de modo a que – descoberta a cilada – os sitiados que acorrem possam ter à mão com que fazer rolar e lançar sobre a cabeça dos inimigos.

XXVIII. O que devem fazer os sitiadores para não sofrerem ciladas dos sitiados:

Quando a negligência se instala, os sitiadores expõem-se a ciladas semelhantes. Com efeito, se estiverem ocupados seja com a comida seja com o sono, ou se estiverem dispersos devido ao ócio ou a qualquer outra necessidade, então os sitiados irrompem subitamente, liquidam-nos desprevenidos, lançam fogo aos aríetes, às máquinas e aos próprios taludes e arruinam todos os artificios fabricados com vista à sua destruição.

Por causa disso, os sitiadores escavam um fosso para além do alcance dos projecteis inimigos e fortificam-no não só com uma paliçada e com estacaria, mas também com pequenas torres de modo a poderem opor-se aos que, saídos da cidade, atacam subitamente. A esta fortificação chamam *loricula*. Muitas vezes, quando se descreve um cerco, lê-se nesses relatos que uma cidade foi rodeada de uma *loricula*.

XXIX. Com que tipo de engenhos se defende uma cidade:

Mas os mísseis, os dardos de chumbo²⁴⁹, as lanças, os *verruta*²⁵⁰ e os *spicula*²⁵¹ arremessados a partir de cima caem com mais violência sobre os que estão em baixo. Também as setas atiradas pelos arcos e as pedras arremessadas com as mãos, com as fundas ou com os fustíbalos, quanto mais alto for o local de onde forem lançadas tanto maior é o seu impacto. Mas, na verdade, as balistas e os ónagros superam todos os outros desde que calibrados de forma muito cuidadosa por especialistas; deles, coragem ou protecção alguma conseguem defender os combatentes. Com efeito, costumam desfazer ou penetrar tudo aquilo que atingirem, à maneira de raios²⁵².

XXX. Quemadmodum mensura colligitur ad scalas vel machinas faciendas:

Ad capiendos muros scalae vel machinae plurimum valent si ea magnitudine compactae fuerint ut altitudinem exsuperent civitatis. Mensura autem colligitur duplici modo: aut enim linum tenue et expeditum uno capite nectitur in sagitta, quae cum ad muri fastigia directa pervenerit, ex mensura lini murorum altitudo deprenditur; aut certe, cum sol obliquus umbram turrium murorumque iaculatur in terram, tunc ignorantibus adversariis umbrae illius spatium mensuratur, itemque decempeda figitur et umbra ipsius similiter mensuratur, quo collecto nemo dubitat ex umbra decempedae inveniri altitudinem civitatis, cum sciatur quanta altitudo quantum umbrae mittat in longum.

Quae ad oppugnandas vel defendendas urbes auctores bellicarum artium prodiderunt vel quae recentium necessitatum usus invenit pro publica ut arbitror utilitate digessi, illud iterum iterumque commonens, ut sollertissime caveatur ne quando aut potus inopia emergat aut cibi, quibus malis nulla arte succurritur; ideoque intra muros tanto plura condenda sunt quanto scitur clausurae tempus in obsidentum potestate consistere.

XXXI. Praecepta belli navalis:

Praecepto maiestatis tuae, imperator invicte, terrestris proelii rationibus absolutis navalis belli residua, ut opinor, est portio; de cuius artibus ideo pauciora dicenda sunt quia iam dudum pacato mari cum barbaris nationibus agitur terrestre certamen.

Romanus autem populus pro decore et utilitate magnitudinis suae non propter necessitatem tumultus alicuius classem parabat ex tempore sed ne quando necessitatem sustineret semper habuit praeparatam. Nemo enim bello lacescere aut facere audet iniuriam ei regno vel populo quem expeditum et promptum ad resistendum vindicandumque cognoscit. Apud Misenum igitur et Ravennam singulae legiones cum classibus stabant ne longius a tutela urbis abscederent et cum ratio postulasset sine mora, sine circuitu ad omnes mundi partes navigio pervenirent. Nam Misenatum

XXX. Como calcular as medidas para fabricar escadas e máquinas:

Para conquistar muralhas, as escadas e as máquinas são da máxima utilidade se forem feitas com uma tal dimensão que ultrapassem a altura da cidade. A medida calcula-se de uma dupla maneira: com efeito, ou se prende um cordel fino e leve, por uma das pontas, a uma seta que, ao atingir directamente o cimo da muralha, fornece a altura dela a partir do comprimento do cordel; ou então, quando a inclinação do sol projectar sobre a terra a sombra das torres e dos muros, mede-se – sem os adversários se aperceberem disso – o tamanho dessa sombra; paralelamente, crava-se uma vara de 10 pés²⁵³ no solo e mede-se também a respectiva sombra. Obtido isto, ninguém tem dúvida de que a altura da cidade se calcula a partir da sombra da vara, pois sabe-se que altura é precisa para projectar uma determinada sombra na terra.

Eu resumi, julgo eu, em nome do bem público, aquelas matérias que os autores das artes da guerra ensinaram sobre o ataque e a defesa de cidades, ou aquelas que a experiência de situações recentes revelou. E adverti várias vezes para que se tenha um cuidado muito especial em que nunca surja uma falta de água ou de comida, males para os quais nenhuma arte tem solução; por esse motivo, devem armazenar-se dentro das muralhas tantas vitualhas quantas as que são necessárias para o tempo de assédio que estiver ao alcance dos sitiadores²⁵⁴.

XXXI. Preceitos do combate naval:

Por ordem da tua majestade, ó Imperador Invicto, terminada a exposição dos conhecimentos sobre os combates terrestres, chegou – penso eu – a altura de falar sobre a guerra naval; acerca das artes deste tipo de guerra pouco deve ser dito, pois, já há muito tempo pacificado o mar²⁵⁵, é um combate terrestre aquele que se trava com os povos bárbaros.

Com efeito, o povo romano, em nome da glória e do interesse da sua grandeza, não aparelhava subitamente uma frota por causa de um tumulto qualquer, mas, para não passar por apuros, teve sempre uma a postos. Na verdade, ninguém ousa provocar a guerra ou causar prejuízo àquele reino ou povo que reconhece como disposto e pronto a resistir e a vingar-se²⁵⁶. Portanto, legiões isoladas estavam com as suas frotas tanto em Miseno, como em Ravena; não se afastavam demasiado da guarda da cidade de Roma e, se a situação o exigisse, chegavam navegando sem demora e sem desvio a todas as partes do Mundo²⁵⁷. Com efeito, a frota de

classis Galliam Hispanias Mauritaniam Africam Aegyptum Sardiniam atque Siciliam habebat in proximo, classis autem Ravennatum Epiros Macedoniam Achaïam Propontidem Pontum Orientem Cretam Cyprum petere directa navigatione consueverat, quia in rebus bellicis celeritas amplius solet prodesse quam virtus.

XXXII. Nomina iudicum qui praeerant classi:

Liburnis autem quae in Campania stabant praefectus classis Misenatum praeerat, eas vero quae Ionio mari locatae fuerant praefectus classis Ravennatum retinebat; sub quibus erant deni tribuni per cohortes singulas constituti. Singulae autem liburnae singulos navarchos, id est quasi navicularios, habebant, qui excepti ceteris nautarum officiis gubernatoribus atque remigibus et militibus exercendis cotidianam curam et iugem exhibebant industriam.

XXXIII. Unde appellentur liburnae:

Diversae autem provinciae quibusdam temporibus mari plurimum potuerunt, et ideo diversa genera navium fuerunt. Sed Augusto dimicante Actiaco proelio, cum Liburnorum auxiliis praecipue victus fuisset Antonius, experimento tanti certaminis patuit Liburnorum naves ceteris aptiores. Ergo similitudine et nomine usurpato ad earundem instar classem Romani principes texuerunt. Liburnia namque Dalmatiae pars est Diadertinae subiacens civitati, cuius exemplo nunc naves bellicae fabricantur et appellantur liburnae.

XXXIII. Qua diligentia fabricentur liburnae:

Sed cum in domibus substruendis harenae vel lapidum qualitas requiratur, tanto magis in fabricandis navibus diligenter cuncta quaerenda sunt, quia maius periculum est navem vitiosam esse quam domum. Ex cupresso igitur et pinu domestica sive silvestri et abiete praecipue liburna contexitur, utilius aereis clavis quam ferreis configenda; quamlibet enim gravior aliquanto videatur expensa, tamen, quia amplius durat, lucrum probatur afferre; nam ferreos clavos tempore et humore celeriter

Miseno estava próxima da Gália, das Hispânicas, da Mauritània, da África, do Egipto, da Sardenha e da Sicília; por outro lado, a frota de Ravena costumava navegar directamente para o Epiro, para a Macedónia, para Acaia, para a Propôntida, para o Ponto, para o Oriente, para Creta e para Chipre. É que, nas coisas da guerra, a rapidez costuma ser mais útil do que a coragem ²⁵⁸.

XXXII. Títulos dos oficiais que comandam a frota:

Ora, o prefeito da frota de Miseno dirigia as liburnas que estavam na Campânia, enquanto o prefeito da frota de Ravena tutelava aquelas que estavam localizadas no Mar Iónio; sob a autoridade de cada um deles estavam dez tribunos, nomeados por cada uma das coortes da legião. Além disso, cada liburna dispunha de um único *navarchus*, isto é, como que um *navicularius*, o qual – isento de certos deveres náuticos – tinha um cuidado quotidiano e um zelo incessante no treino dos pilotos, dos remadores e dos soldados²⁵⁹.

XXXIII. De onde vem o nome “liburna”:

Diversas províncias, em épocas distintas, tiveram um grande poder naval e, por isso, existiram diversos tipos de navios. Mas, travando Augusto o combate de Áccio²⁶⁰ e tendo Marco António sido derrotado, principalmente devido aos auxiliares da Libúrnica, tornou-se manifesto através da experiência de uma batalha tão difícil que os navios da Libúrnica eram melhores do que os outros. Portanto, os imperadores romanos construíram a sua frota à semelhança da deles, apropriando-se da sua morfologia e do seu nome. O facto é que a Libúrnica é uma parte da Dalmácia situada abaixo da cidade de Diadertina²⁶¹; hoje em dia, os navios de guerra são fabricados segundo o seu modelo e chamam-se “liburnas”²⁶².

XXXIV. Com que cuidados se devem fabricar as liburnas:

Mas se a qualidade da areia e das pedras é requerida para a construção das fundações das casas, tanto mais exigente se deve ser com tudo o que é usado na fabricação cuidadosa dos navios, pois um navio defeituoso constitui um perigo maior do que uma casa. Portanto, a liburna é feita principalmente de madeira de cipreste, de pinheiro (tanto manso como bravo) e de abeto, sendo mais útil fixá-la com pregos de bronze do que com pregos de ferro; com efeito, por muito que a despesa pareça um pouco maior, está todavia provado que aquilo que dura mais

rubigo consumit, aerei autem etiam in fluctibus propriam substantiam servant.

XXXV. Qua observatione sit caedenda materies:

Observandum praecipue ut a quinta decima luna usque ad vicesimam secundam arbores praecidantur ex quibus liburnae contexendae sunt. His enim tantum octo diebus caesa materies immunis servatur a carie, reliquis autem diebus praecisa etiam eodem anno interna vermium labe exesa in pulverem vertitur, quod ars ipsa et omnium architectorum cotidianus usus edocuit et contemplatione ipsius religionis agnoscimus quam pro aeternitate his tantum diebus placuit celebrari.

XXXVI. Quo mense caedendae sint traves:

Caeduntur autem traves utiliter post solstitium aestivum, id est per mensem Iulium et Augustum, et per autumnale aequinoctium, id est usque in Kalendas Ianuarias. His namque mensibus arescente humore sicciora et ideo fortiora sunt ligna.

Illud etiam cavendum, ne continuo ut deiectae fuerint traves secentur vel statim ut sectae fuerint mittantur in navem, siquidem et adhuc solidae arbores et iam divisae per tabulas duplices ad maiorem siccitatem mereantur inducias. Nam quae virides compinguntur, cum nativum humorem exsudaverint, contrahuntur et rimas faciunt latiores, quo nihil est periculosius navigantibus quam hiare tabulata.

XXXVII. De modo liburnarum:

Quod ad magnitudinem pertinet, minimae liburnae remorum habent singulos ordines, paulo maiores binos, idoneae mensurae ternos vel quaternos, interdum quinos, sortiuntur remigum gradus. Nec hoc cuiquam enorme videatur, cum in Actiaco proelio longe maiora referantur concurrisse navigia, ut seniorum etiam vel ultra ordinum fuerint.

tempo gera lucro; na verdade, a usura do tempo e da humidade corroem mais depressa de ferrugem os pregos de ferro, enquanto os de bronze conservam a sua própria essência, mesmo em meios líquidos.

XXXV. De acordo com que observações se deve cortar a madeira:

Preste-se sobretudo atenção para que as árvores com as quais as liburnas são fabricadas sejam cortadas entre a décima quinta lua e a vigésima segunda. Com efeito, somente a madeira cortada nestes oito dias se mostra imune à podridão, enquanto a cortada nos outros dias se transforma em pó ainda no decurso do mesmo ano, com o interior enfraquecido e minado pelos vermes, tal como ensinam quer a própria ciência quer a experiência diária de todos os construtores e tal como o reconhecemos na própria observância religiosa, que se decidiu celebrar pela eternidade somente nesses dias²⁶³.

XXXVI. Em que mês se devem cortar os troncos:

Além disso, é mais vantajoso os troncos serem cortados depois do solstício de Verão, ou seja ao longo dos meses de Julho e Agosto, e durante o equinócio de Outono, isto é até às calendas de Janeiro²⁶⁴. O facto é que, nestes meses, desaparecendo a humidade, as madeiras são mais secas e, por isso, são mais resistentes.

E deve evitar-se que os troncos sejam segmentados logo no momento em que tiverem sido abatidos, ou que sejam enviados de imediato para os navios quando forem cortados, uma vez que quer as árvores ainda inteiras quer as árvores já divididas em duas tábuas merecem algum repouso para secarem melhor. Com efeito, aquelas tábuas que são reunidas ainda verdes, quando tiverem destilado a sua humidade natural contraem-se e abrem umas fendas mais largas, e nada existe de mais perigoso para os marinheiros do que a estrutura de madeira abrir fissuras.

XXXVII. Sobre a dimensão das liburnas:

No que diz respeito ao tamanho, as liburnas mais pequenas dispõem de uma só fileira de remos, as liburnas um pouco maiores têm duas e as de maiores dimensões podem ter três ou quatro, e por vezes até cinco, fiadas de remadores. Nada disto deve ser considerado como desmesurado, pois diz-se que na batalha de Áccio²⁶⁵ combateram navios bem maiores, pelo que estes teriam seis fileiras de remos ou até mais.

Scafae tamen maioribus liburnis exploratoriae sociantur, quae vicenos prope remiges in singulis partibus habent, quas Brittanni picatos vocant. Per has et superventus fieri et commeatus adversariorum navium aliquando intercipi assolet et speculandi studio adventus earum vel consilium deprehendi. Ne tamen exploratoriae naves candore prodantur, colore veneto, qui marinis est fluctibus similis, vela tinguntur et funes, cera etiam qua unguere solent naves inficitur; nautaeque vel milites venetam vestem induunt, ut non solum per noctem sed etiam per diem facilius lateant explorantes.

XXXVIII. Nomina ventorum et numerus:

Qui cum exercitu armatis classibus vehitur turbinum signa debet ante praenosceri; procellis namque et fluctibus liburnae gravius quam vi hostium saepe perierunt. In qua parte naturalis philosophiae tota est adhibenda sollertia, quia ventorum tempestatumque caelesti ratione natura colligitur, et pro acerbitate pelagi, sicut providos cautela tutatur, ita negligentem extinguit incuria.

Igitur ventorum numerum atque vocabula ars navigandi primum debet inspicere. Veteres autem iuxta positionem cardinum tantum quattuor ventos principales a singulis caeli partibus flare credebant, sed experimentum posterioris aetatis duodecim comprehendit. Horum vocabula ad summovendam dubitationem non solum Graeca sed etiam Latina protulimus, ita ut ventis principalibus declaratis eos qui ipsis dextra laevaue coniuncti sunt indicemus.

A verno itaque solstitio, id est ab orientali cardine, sumemus exordium, ex quo ventus oritur Apheliotes, id est Subsolanus; huic a dextra iungitur Caecias sive Euroborus, a sinistra Eurus sive Vulturnus. Meridianum autem cardinem possidet Notus, id est Auster; huic a dextra iungitur Leuconotus, hoc est Albus Notus, a sinistra Libonotus, id est Corus. Occidentalem vero cardinem tenet Zephyrus, id est Subvespertinus; huic a dextra iungitur Lips sive Africus, a sinistra Iapyx sive Favonius. Septentrionalem vero

E botes para exploração²⁶⁶ eram associados às liburnas maiores, com cerca de vinte remadores em cada um dos lados, aos quais os Bretões chamam *picati*. Por meio destes botes, costuma fazer-se ataques e, às vezes, interceptar-se o comboio de mantimentos dos navios adversários e detectar, por uma simples actividade de vigilância, a chegada deles ou os seus planos. Contudo, para que estes botes de exploração não sejam traídos pela brancura, as velas e o cordame são tingidos de azul-veneza, que é uma cor semelhante à das ondas do mar; a cera com que se costuma untar os navios também é tingida; e os marinheiros e os soldados usam vestuário azul-veneza, de forma a que não só de noite como também de dia se escondam mais facilmente enquanto exploram²⁶⁷.

XXXVIII. Os nomes dos ventos e o seu número:

Aquele que é transportado com o seu exército em navios de guerra deve conhecer previamente os indícios de tempestade; com efeito, as liburnas²⁶⁸ foram mais vezes danificadas com gravidade por meio de tempestades e das ondas do mar do que pela força dos inimigos. Nesta matéria, deve ter-se presente toda a sabedoria da filosofia natural porque a natureza dos ventos e das tempestades é deduzida a partir do conhecimento dos céus e, no que diz respeito à dureza do mar, tal como a cautela dá segurança às pessoas previdentes, assim a incúria aniquila os negligentes.

Portanto, a arte de navegar deve em primeiro lugar considerar o número de ventos e os seus nomes. Já os antigos acreditavam que, de acordo com a posição dos pontos cardeais, sopravam somente quatro ventos principais de cada uma das partes do céu, mas a experiência de épocas posteriores considera doze ventos. Apresentamos os seus nomes, não só gregos como também latinos, para afastar qualquer dúvida, de forma a que indiquemos, depois de apresentados os ventos principais, também aqueles que lhes estão associados, quer à direita quer à esquerda.

Assim, começemos pelo solstício²⁶⁹ da Primavera, isto é pelo ponto cardeal oriental, de onde nasce o vento Apeliota, ou seja, o Subsolano; à direita deste junta-se-lhe o vento Cécias ou Euróboro, e à esquerda o Euro ou Vulturno. E o vento Noto, isto é, o Austro, ocupa o ponto cardeal meridional; à sua direita fica o vento Leucónoto, ou seja, o Alvo Noto, e à esquerda o Libónoto, isto é, o Coro. O vento Zéfiro, ou seja, Subvespertino, ocupa o ponto cardeal ocidental; à direita deste está o vento Libe ou Áfrico, e à esquerda o Iapégio ou Favónio. E o ponto

cardinem sortitus est Aparcias sive Septentrio; cui adhaeret a dextra Thrascias sive Circius, a sinistra Boreas, id est Aquilo.

Hi saepe singuli, interdum duo, magnis autem tempestatibus et tres pariter flare consuerunt; horum impetu maria, quae sua sponte tranquilla sunt et quieta, undis exaestuantibus saeviunt; horum flatu pro natura temporum vel locorum ex procellis serenitas redditur et rursus in procellas serena mutantur.

Nam secundo spiramine optatos classis invenit portus, adverso stare vel regredi aut discrimen sustinere compellitur; et ideo difficile naufragium pertulit qui ventorum rationem diligenter inspexit.

XXXVIII. Quibus mensibus tutius navigetur:

Sequitur mensum dierumque tractatus. Neque enim integro anno vis atque acerbitas maris patitur navigantes, sed quidam menses aptissimi, quidam dubii, reliqui classibus intractabiles sunt lege naturae.

†Pachnitaē† decurso, id est post ortum Pleiadum, a die .vi. Kal. Iun. usque in Arcturi ortum, id est in diem .xviii. Kal. Oct., segura navigatio creditur, quia aestatis beneficio ventorum acerbitas mitigatur.

Post hoc tempus usque in .iii. Id. Nov. incerta navigatio est et discrimini propior propterea quia post Id. Sept. oritur Arcturus, vehementissimum sidus, et .viii. Kal. Oct. aequinoctialis evenit acerba tempestas, circa Non. vero Oct. Aedi pluviales, .v. Id. easdem Taurus.

Novembri autem mense crebris tempestatibus navigia conturbat Vergiliarum hiemalis occasus. Ex die igitur .iii. Id. Nov. usque in diem .vi. Id. Mart. maria clauduntur; nam lux minima noxque prolixa, nubium densitas, aeris obscuritas, ventorum imbri vel nivibus geminata saevitia non solum classes a pelago sed etiam commeantes a terrestri itinere deturbat.

cardenal setentrional cabe em sorte ao vento Apárcias ou Setentrião; à direita dele, vem o vento Tráscias ou Círcio e, à esquerda, o Bóreas, isto é, o Aquilão.

Estes ventos costumam soprar muitas vezes separadamente, algumas vezes aos pares mas, durante as grandes tempestades, sopram três deles simultaneamente; sob o seu impulso, os mares – que por vontade própria são calmos e quietos – encrespam-se com ondas revoltosas; sob o seu sopro, a bonança é repostada após a borrasca, de acordo com a natureza das estações e dos lugares e, de novo, a calma é transformada em tempestade.

Na verdade, com vento favorável, a frota alcança os portos desejados; com vento adverso, é obrigada a parar ou a retroceder, ou a enfrentar um perigo grave; e, por isso, quem estudou cuidadosamente a doutrina dos ventos dificilmente sofreu um naufrágio.

XXXIX. Em que meses se navega em maior segurança:

Segue-se o tratamento dos meses e dos dias. Com efeito, a força e a violência do mar não permitem a navegação durante o ano inteiro, mas certos meses são os mais apropriados, alguns são incertos e os restantes são impossíveis para as frotas, de acordo com a lei da natureza.

Decorrido o *Pachnita*²⁷⁰, isto é, após o nascimento das Plêiades²⁷¹, a partir do sexto dia antes das calendas de Junho²⁷² até ao nascimento de Arcturo, ou seja, até ao décimo oitavo dia antes das calendas de Outubro²⁷³, a navegação é considerada segura porque a violência dos ventos é mitigada por efeito do Verão.

Depois desta época, até ao terceiro dia antes dos idos de Novembro²⁷⁴, a navegação é arriscada e mais próxima do desastre porque, depois dos idos de Setembro²⁷⁵, nasce Arcturo, uma estrela violentíssima e, oito dias antes das calendas de Outubro²⁷⁶, acontecem fortes tempestades equinociais e, por volta das nonas de Outubro²⁷⁷, nascem as Cabrinhas pluviosas e, cinco dias antes dos idos do mesmo mês²⁷⁸, nasce Touro.

E no mês de Novembro, o ocaso invernal das Virgílias dificulta a navegação com tempestades constantes. Portanto, desde três dias antes dos idos de Novembro²⁷⁹ até seis dias antes dos idos de Março²⁸⁰, os mares estão encerrados; com efeito, a luz escassa e a noite comprida, a espessura das nuvens, a escuridão do ar, o furor dos ventos, reforçado pela chuva e pela neve, não apenas afastam as frotas do mar alto como também os viajantes do caminho terrestre.

Post natalem vero, ut ita dicam, navigationis, qui sollemni certamine publicoque spectaculo multarum urbium celebratur, plurimorum siderum ipsiusque temporis ratione usque in Id. Mai. periculose maria temptantur, non quo negotiatorum cesset industria sed quia maior adhibenda cautela est quando exercitus navigat cum liburnis quam cum privatarum mercium festinat audacia.

XL. Quemadmodum tempestatum observanda sint signa:

Praeterea aliorum ortus occasusque siderum tempestates vehementissimas commovent; in quibus licet certi dies auctorum attestazione signentur, tamen, quia diversis casibus aliquanta mutantur et, quod confitendum est, caelestes causas humana condicio ad plenum nosse prohibetur, ideo nauticae observationis curam trifariam dividunt. Aut enim circa diem statutum aut ante vel postea tempestates fieri compertum est; unde praecedentes prochimazon, nascentes die sollemni chimazon, subsequentes metachimazon Graeco vocabulo nuncuparunt. Sed omnia enumerare nominatim aut ineptum videtur aut longum, cum auctores plurimi non solum mensum sed etiam dierum rationem diligenter expresserint.

Transitus quoque siderum quos planetas vocant, cum praescripto cursu Dei arbitrio creatoris suscipiunt signa vel deserunt, frequenter assolent serena turbare.

Interluniorum autem dies tempestatibus plenos et navigantibus quam maxime metuendos non solum peritiae ratio sed etiam vulgi usus intellegit.

XLI. De prognosticis:

Multis quoque signis et de tranquillo procellae et de tempestatibus tranquilla produntur quae velut in speculo lunae orbis ostendit. Rubicundus color ventos, caeruleus indicat pluvias, ex utroque commixtus nimbos et furentes procellas. Laetus orbis ac lucidus serenitatem navigiis repromittit quam gestat in vultu, praecipue si quarto ortu neque obtusis cornibus mutila neque infuso fuerit humore fuscata.

E desde o aniversário da navegação²⁸¹, por assim dizer, o qual é celebrado por meio de um jogo anual e de um espectáculo público em muitas cidades, até aos idos de Maio²⁸², é perigoso arriscar-se nos mares, por causa de muitas estrelas e da própria estação do ano; não porque cesse a actividade dos negociantes, mas porque deve usar-se de uma maior cautela quando um exército navega com as suas liburnas do que quando se é estimulado pela expectativa dos lucros pessoais.

XL. Como se devem observar os indícios das tempestades:

Além disso, o nascimento e o ocaso de outras estrelas provocam tempestades violentíssimas; embora o testemunho dos autores assinale dias determinados para elas, ainda assim eles dividem em três partes o trabalho das observações náuticas porque em diferentes circunstâncias há algo que muda e também porque se deve reconhecer que a condição humana impede o conhecimento pleno das causas celestes. E, com efeito, descobriu-se que as tempestades acontecem ou à volta do dia estabelecido, ou antes, ou depois; a partir disto, chamou-se – usando palavras gregas – *prochimazon* às tempestades que precedem o dia previsto, *chimazon* às que surgem no dia esperado e *metachimazon* às que ocorrem nos dias seguintes. Mas enumerar todas elas uma a uma pode parecer inútil e enfadonho uma vez que a maior parte dos autores indica cuidadosamente a lista, não só dos meses mas também dos dias.

Também o trânsito dos astros a que chamam planetas, quando eles entram ou saem dos signos zodiacais de acordo com o curso prescrito pelo arbítrio do Deus criador, costuma perturbar frequentemente a tranquilidade da natureza.

Quer o conhecimento da ciência quer a experiência do povo sabe que os dias dos interlúnios²⁸³, cheios de tempestades, devem ser temidos ao máximo pelos navegadores.

XLI. Sobre os prognósticos:

Do mesmo modo, não só se revelam as tempestades a partir da calmaria como a calmaria a partir de tempestades por meio de muitos sinais que o disco lunar revela como um espelho. Uma cor vermelha indica vento, uma cor azul sugere chuva e as duas misturadas anunciam aguaceiros e tempestades violentas. Um disco aprazível e brilhante promete à navegação a serenidade correspondente à sua fisionomia, principalmente se, durante o quarto crescente, não estiver mutilado, com as pontas embotadas, nem obscurecido por uma névoa generalizada.

Sol quoque exoriens vel diem condens interest utrum aequalibus gaudeat radiis an obiecta nube varietur, utrum solito splendore fulgidus an ventis urgentibus igneus, nive pallidus vel pluvia sit impendente maculosus.

Aer vero et mare ipsum nubiumque magnitudo vel species sollicitos instruit nautas.

Aliquanta ab avibus, aliquanta significantur a piscibus, quae Vergilius in Georgicis divino paene comprehendit ingenio et Varro in libris navalibus diligenter excoluit.

Haec gubernatores se scire profitentur, sed eatenus quatenus eos peritiae usus instituit, non altior doctrina formavit.

XLII. De aestuariis hoc est de reumate:

Elementum pelagi tertia pars mundi est, quae praeter ventorum flatum suo quoque spiramine motuque vegetatur. Nam certis horis, diebus pariter ac noctibus, aestu quodam, quod reuma vocant, ultro citroque percurrit et more torrentium fluminum nunc exundat in terras nunc refluit in altitudinem suam. Haec reciprocantis meatus ambiguitas cursum navium secunda adiuvat, retardat adversa. Quae dimicaturum magna sunt cautione vitanda. Neque enim auxilio remorum reumatis impetus vincitur, cui interdum cedit et ventus; et quoniam in diversis regionibus, diverso lunae crescentis minuentisque statu, certis horis ista variantur, ideo proelium navale gesturus consuetudinem pelagi vel loci ante congressum debet agnoscere.

XLIII. De locorum notitia sive remigibus:

Nauticorum gubernatorumque sollertia est loca in quibus navigatur portusque cognoscere, ut infesta prominentibus vel latentibus scopulis, vadosa ac sicca vitentur; tanto enim securitas maior est quanto mare altius fuerit. In navarchis diligentia, in gubernatoribus peritia, in remigibus virtus eligitur propterea quia navalis pugna tranquillo committitur mari liburnarumque moles non ventorum flatibus sed remorum pulsu

Da mesma maneira, o aspecto do sol ao iniciar ou ao acabar o dia tem importância, consoante se compraza em raios de luz uniformes ou seja matizado por uma nuvem colocada diante dele, ou consoante esteja refulgente com o seu brilho habitual ou inflamado por ventos perseguidores que o acoçam, e nem esteja pálido nem manchado por uma chuva iminente.

Na verdade, o ar e o próprio mar, assim como o volume e o aspecto das nuvens educam os marinheiros atentos.

Muito se pode saber a partir das aves, muito se pode saber com base nos peixes, assuntos que Virgílio tratou nas *Geórgicas*²⁸⁴ com um génio quase divino e que Varrão abordou cuidadosamente nos seus livros náuticos²⁸⁵.

Os pilotos reconhecem colher bons resultados do conhecimento desta matéria, mas até este ponto foi a prática que os formou nessa arte e não o domínio de uma doutrina mais elaborada.

XLII. Sobre estuários, isto é, sobre as marés:

O elemento do mar constitui uma terceira parte do Mundo que é animada pelo sopro dos ventos e também pela sua própria respiração e movimento. Com efeito, em determinadas horas, tanto de dia como de noite, o mar corre num sentido e noutro devido a uma certa agitação a que chamam “maré” e, à semelhança das torrentes dos rios, ora alaga as terras ora recua para as suas profundezas. Esta incerteza da água que corre ora para cima, ora para baixo, sendo favorável, ajuda o curso dos navios, sendo adversa, retarda-o. Estas situações devem ser evitadas com grande precaução por aquele que vai combater. Na verdade, a força da maré não é sequer vencida com o auxílio dos remos, a ela cedendo por vezes o próprio vento; e, porque em regiões diversas tudo isto varia a determinadas horas consoante o diferente estado da lua crescente e minguante, então aquele que vai travar um combate naval deve conhecer os costumes do mar e do local antes do confronto.

XLIII. Sobre o conhecimento dos lugares e sobre os remadores:

Constitui sabedoria dos marinheiros e dos pilotos conhecer os locais em que devem navegar e os portos de modo a evitarem as águas perigosas, com rochedos salientes ou encobertos, e os lugares secos e pouco profundos; na verdade, a segurança é tanto maior quanto mais profundo for o mar. Aos navarcos²⁸⁶, requer-se um extremo zelo, aos pilotos, perícia e aos remadores força porque um combate naval é travado num mar sereno e a massa de liburnas rasga os adversários com

adversarios percutit rostris eorumque rursus impetus vitat, in quo opere lacerti remigum et ars clavum regentis magistri victoriam praestat.

XLIII. De telis tormentisque muralibus:

Multa quidem armorum genera proelium terrestre desiderat, sed navale certamen non solum plures armorum species verum etiam machinas et tormenta flagitat, tamquam in muris dimicetur et turribus. Quid enim crudelius congressione navali, ubi et aquis homines perimuntur et flammis?

Praecipua ergo esse debet tegminum cura, ut catafracti vel loricati, galeati etiam et ocreis muniti sint milites; de onere namque armorum nemo potest conqueri qui stans pugnat in navibus. Scuta quoque validiora propter ictus lapidum et ampliora sumuntur.

Praeter falces et arpagones aliaque navalia genera telorum sagittis missilibus fundis fustibalis plumbatis onagris ballistis scorpionibus iacula invicem diriguntur et saxa, et, quod est gravius, qui de virtute praesumunt admotis liburnis iniectisque pontibus in adversariorum transeunt naves ibique gladiis manu ad manum, ut dicitur, cominus dimicant. In maioribus etiam liburnis propugnacula turresque constituunt, ut tamquam de muro ita de excelsioribus tabulatis facilius vulnerent vel perimant inimicos. Oleo incendiario stuppa sulphure bitumine obvolutae et ardentes sagittae per ballistas in hosticarum navium alveos infiguntur unctasque cera et pice et resina tabulas, tot fomentis ignium, repente succendunt. Alii ferro interimuntur et saxo, alii ardere coguntur in fluctibus; inter tanta tamen mortium genera qui acerrimus casus est, absumenda piscibus insepulta sunt corpora.

XLV. Quemadmodum navali bello collocentur insidiae:

Ad instar autem terrestris proelii superventus fiunt ignorantibus nauticis vel circa oportunas insularum angustias collocantur insidiae, idque agitur ut imparati facilius deleantur. Si longo remigio fatigati sunt hostium nautae, si vento urgentur adverso, si pro nostris est reuma, si

os seus esporões não por causa da força dos ventos mas por impulso dos remos, ao mesmo tempo que evita o ataque deles; e, nesta manobra, os músculos dos remadores e a perícia do mestre que governa os lemes oferecem a vitória.

XLIV. Sobre as armas e os engenhos usados a bordo:

Um combate terrestre requer muitos tipos de armas mas uma batalha naval exige não apenas muitos tipos de armas mas também de máquinas e engenhos de torção, tal como se se combatesse em muralhas e torres. Com efeito, o que é mais cruel do que um embate naval em que os homens são mortos pelas águas e pelas chamas?

Portanto, deve existir um cuidado especial com as protecções de modo a que os soldados estejam defendidos por catafractas ou por lorigas, por capacetes e ainda por grevas; com efeito, acerca do peso das armas, ninguém que combate de pé em navios deve reclamar²⁸⁷. E também se usam escudos mais robustos e maiores por causa dos golpes das pedras.

Para além de ganchos e arpões e de outros tipos de projecteis navais, lançam-se, de um lado e de outro, dardos e pedras por meio de setas, de mísseis, de fundas, de fustíbalos, de dardos de chumbo, de ónagros, de balistas e de escorpiões²⁸⁸; e, o que ainda é pior, aqueles que têm confiança na sua própria coragem, depois de aproximar as liburnas e de lançar as pontes, passam para os navios dos adversários e aí combatem com gládios mano a mano ou, como se diz, “corpo a corpo”²⁸⁹. Também se constroem fortificações e torres nas liburnas maiores, de maneira a poder ferir ou aniquilar mais facilmente os inimigos a partir de patamares superiores, como se do alto de uma muralha. Setas a arder e embebidas em óleo incendiário, estopa, enxofre e betume são cravadas por meio de balistas no bojo dos navios inimigos e incendeiam repentinamente as tábuas untadas com cera, pez e resina – tudo materiais combustíveis²⁹⁰. Uns são aniquilados pelo ferro e pela pedra, outros são forçados a arder nas ondas do mar; contudo, entre tantos tipos de morte, a desventura mais cruel é que os corpos ficam por sepultar, sendo devorados pelos peixes.

XLV. Como são armadas ciladas na guerra naval:

Além disso, à semelhança do combate terrestre, fazem-se ataques de surpresa contra marinheiros desprevenidos, ou preparam-se emboscadas em estreitos convenientes nas imediações das ilhas e, assim, se procede de modo a aniquilar mais facilmente os incautos. Se os marinheiros adversários estão fatigados por

nihil suspicantes dormiunt inimici, si statio quam tenent exitum non habet, si dimicandi optata evenit occasio, fortunae beneficiis iungendae sunt manus et ex oportunitate proelium conserendum.

Quod si cautela hostium evitatis insidiis publico Marte conflagat, tunc liburnarum instruendae sunt acies non directae ut in campis sed incurvae ad similitudinem lunae, ita ut productis cornibus acies media sinuetur, ut si adversarii perrumpere temptaverint ipsa ordinatione circumdati deprimantur. In cornibus autem praecipuum robur et liburnarum collocatur et militum.

XLVI. Quid fiat cum aperto Marte bellum navale committitur:

Praeterea utile est ut alto et libero mari tua semper classis utatur, inimicorum vero pellatur ad litus, quia pugnandi impetum perdunt qui detruduntur in terras. In eiusmodi certamine tria armamentorum genera plurimum ad victoriam prodesse compertum est, asseres falces bipinnes.

Asser dicitur cum trabes subtilis ac longa ad similitudinem antennae pendet in malo utroque capite ferrato. Hunc, sive a dextra sive a sinistra parte adversariorum se iunxerint naves, pro vice arietis vi impellunt; qui bellatores hostium sive nautas sine dubio prosternit ac perimit ipsamque navem saepius perforat.

Falx autem dicitur acutissimum ferrum curvatum ad similitudinem falcis, quod contis longioribus inditum calatorios funes quibus antenna suspenditur repente praecidit collapsisque velis liburnam pigriorem et inutilem reddit.

Bipinnis est securis habens ex utraque parte latissimum et acutissimum ferrum. Per has in medio ardore pugnandi peritissimi nautae vel milites cum minoribus scafulis secreto incidunt funes quibus adversariorum ligata sunt gubernacula, quo facto statim capitur tamquam inermis et debilis navis; quid enim salutis superest ei quae amiserit clavum?

muito tempo de remo, se estão atormentados por um vento adverso, se a corrente está a nosso favor, se os inimigos dormem sem suspeitar de nada, se a enseada em que se encontram não tem outra saída, se surge uma ocasião propícia para atacar, então devem tomar-se em mãos os favores da Fortuna e precipitar o combate numa tal oportunidade²⁹¹.

Mas se a precaução dos inimigos inviabilizar uma cilada e se se combater em campo aberto, então as linhas das liburnas²⁹² devem ser dispostas não a direito, como em terra, mas em curva, à semelhança da lua, de maneira a que – avançadas as pontas – a linha se curve no meio, para que, se os adversários tentarem romper, sejam cercados e afundados pela própria formação. Portanto, a força principal tanto das liburnas como dos combatentes é colocada nas pontas.

XLVI. O que deve ser feito quando se trava uma batalha naval em combate aberto:

Além disso, é útil que a tua frota seja sempre utilizada no mar alto e aberto e que a dos inimigos seja impelida para o litoral porque perdem a posição de ataque ideal aqueles que são empurrados para terra. Num combate desta natureza, descobriu-se que são muito úteis à vitória três tipos de armas: *asseres*²⁹³, *falces*²⁹⁴ e *bipinnes*²⁹⁵.

Chama-se *asser* quando uma estaca fina e comprida, à maneira de antena ou verga de um navio, pende de um mastro, com uma cabeça de ferro de ambos os lados. Quando os navios se encostam, quer à direita quer à esquerda dos inimigos, eles impelem a estaca com força, como se fosse um aríete²⁹⁶; ela, sem dúvida, derruba e aniquila os soldados e os marinheiros dos inimigos e perfura muitas vezes o próprio navio²⁹⁷.

Por outro lado, chama-se *falx* a um ferro muito afiado e curvo, à semelhança de um podão, o qual é aplicado em hastes bastante compridas; ele corta subitamente as cordas que suspendem a antena e, caídas as velas, torna a liburna mais lenta e inútil.

O *bipinnis* é um machado que tem de ambos os lados um ferro muito largo e muito afiado. Com ele, no meio do ardor do combate, marinheiros experimentadíssimos ou soldados em barcos bem pequenos cortam em segredo as cordas às quais estão ligados os lemes dos inimigos. Feito isto, imediatamente é capturado o navio, indefeso e impotente; com efeito, que salvação resta para aquele que perdeu o leme?

De lusoriis, quae in Danubio agrarias cotidianis tutantur excubiis, reticendum puto, quia artis amplius in his frequentior usus invenit quam vetus doctrina monstraverat.

Sobre os navios de patrulha²⁹⁸ que vigiam, em missões diárias, os postos avançados no Danúbio, penso dever calar-me²⁹⁹ porque o seu uso mais frequente nos tempos actuais conduziu a uma maior sabedoria do que aquilo que a doutrina antiga tinha revelado³⁰⁰.

(Página deixada propositadamente em branco)

Notas da tradução

Livro I

1 - Neste passo, N. P. Milner (1996:4, n. 1) recorda, com sentido de oportunidade, um passo de uma obra de Catão (*De Agricultura*, Prefácio, 4) em que Vegécio se deve ter inspirado e onde se pode ler que tanto os homens mais robustos como os soldados mais decididos descendem de agricultores: *at ex agricolis et viri fortissimi et milites strenuissimi gignuntur*. Sobre Marco Pórcio Catão-o-Censor ou Catão-o-Antigo, *vide infra*: Livro I, cap. XV, nota 29.

2 - A data tradicionalmente apontada para a fundação da cidade de Roma é, como se sabe, a de 753 a.C..

3 - Segundo Milner (1996:5, n. 1), que se apoia em Tito Lívio, este episódio é tradicionalmente situado no ano de 458 a.C.. Adriaan De Man (2006:32, n. 1), pelo seu lado, explicita que Cincinato foi cônsul em 460 a.C. e ditador por duas vezes, sendo considerado “um exemplo da virtude e simplicidade da antiga Roma”.

4 - Segundo Yann Le Bohec (2002:76), durante o Alto-Império os recrutas eram selecionados com idades compreendidas entre os 18 e os 21 anos, podendo-se ir, excepcionalmente, até aos 30 anos.

5 - Salústio, *De Coniuratione Catilinae*, 7.4. (Milner, 1996:5, n. 5). De Man (2006:32, n. 2) recorda ainda o acrescento do trecho original: “... e [a juventude] apaixonava-se antes pelas belas armas e cavalos de batalha do que pelas raparigas e pelos festins”.

6 - A *armatura* era uma forma tradicional de treino dos legionários romanos, sendo composta por um conjunto diversificado de exercícios de carácter desportivo. *Vide* também *infra*, Livro I, cap. XIII (e nota 25).

7 - Fazendo equivaler, como é habitual, o pé romano a 295,7 mm, obtemos um resultado de cerca de 1,77 m para o primeiro caso e de 1,72 m a 1,73 m para o segundo. Deve frisar-se, no entanto, a variabilidade das medidas antigas (diversos autores consideram que, no séc. III d.C., o pé romano já equivaleria apenas a 294,2 mm).

8 - De Man (2006:33, n. 3) recorda Tideu como pai do herói Diomedes, tendo morrido durante uma tentativa de conquista de Tebas, numa altura em que sete exércitos procuravam colocar Polinices no trono da cidade que era governada por Édipo, pai de Polinices. Tanto De Man como Milner (1996:6, n. 7) remetem para o verso de Homero (*Iliada*, 5.801) em que o poeta apresenta Tideu como sendo “pequeno”, mas “lutador”.

9 - Virgílio (*Geórgicas*, 4. 92-94).

10 - Quinto Sertório (c. 125-72 a.C.), senador e general romano, era um “homem novo” oriundo da aristocracia local da cidade sabina de Nussa. Durante a “Guerra Social” (91-88 a.C. – a última grande rebelião dos aliados itálicos de Roma: os *socii*), tendo já sido eleito

questor, Sertório desempenhou um importante papel ao nível do recrutamento, do treino e do comando das tropas, o que deve estar na origem da referência de Vegécio. Distinguiu-se durante a guerra civil despoletada pela marcha do seu opositor Sula sobre Roma (em 88 a.C.) como talentoso comandante de forças irregulares que praticavam uma guerra de guerrilha contra exércitos romanos convencionais. Plutarco (que lhe dedica uma biografia, *paralela* à de Euménio: Sirinelli, 2001:772-790) considera-o genial no comando desse tipo de acções, baseadas no segredo, no imprevisto e em ataques de mão fulgurantes; e Frontino recorda muitos dos estratagemas por ele utilizados. Exilado de Roma durante a ditadura de Sula, foi na Hispânia (onde iniciara a sua carreira militar como tribuno e onde voltaria mais tarde, na sequência de um apelo de uma delegação de Lusitanos oprimidos pelo governador romano, para viver os últimos anos da sua vida) que obteve os seus maiores sucessos, em especial contra o célebre Gneu Pompeu Magno (nomeado pelo Senado para o governo da Hispânia Citerior em 77 a.C.) e o seu aliado Quinto Cecílio Metelo Pio (procônsul da Hispânia Ulterior). Já em grandes dificuldades para prosseguir a luta contra Pompeu, Sertório acabaria por ser assassinado, com os seus guarda-costas celtiberos, numa festa promovida em 72 a.C. pelo seu principal colaborador militar, Marco Perperna Vento, outro derrotado da guerra civil que encontrou refúgio na Hispânia. Adrian Goldsworthy considera Sertório “uma figura mais trágica do que romântica, que teve o infortúnio de se empenhar no lado perdedor da guerra civil” e que “deveria ter tido, em circunstâncias normais, uma carreira muito bem sucedida”, uma vez que “os seus dons, como líder, administrador e comandante eram do mais alto nível”. *Vide* Goldsworthy (2007:173-190).

11 - Vegécio refere-se, com evidente desdém, ao processo de recrutamento militar que se impôs no Baixo-Império (sécs. IV e V d.C.), em detrimento dos velhos procedimentos de escolha cuidadosa dos melhores recrutas pelo *dilectus*, ao abrigo do princípio do serviço militar obrigatório (*vide infra*, Livro II, cap. V, e nota 72). Na verdade, como explica Le Bohec (2006:55-56), com as guerras do séc. III d.C. e a má reputação do serviço das armas (cada vez mais perigoso e mal pago), o recrutamento para o exército tornou-se num problema de difícil resolução. Se o voluntariado podia parecer a melhor solução, a verdade é que não garantia recrutas suficientes. Daí as modificações legais que foram introduzidas. Assim, e de uma forma geral, podemos distinguir dois modos de recrutamento militar no Baixo-Império: a) o recrutamento directo (a que os juristas italianos chamam *incondizionato*), nos termos do qual os recrutas eram escolhidos por um representante do Estado (uma autoridade militar, um governador, etc.); neste ponto, deve diferenciar-se o recrutamento de tipo hereditário (com os filhos dos militares a serem constringidos a ocupar a profissão dos pais, embora se pudessem fazer substituir por um voluntário: o *vicarius*) da requisição pura e simples de desempregados e de vagabundos (*vacantes* e *vagi*); b) o recrutamento indirecto (ou *condizionato*), o qual tinha um carácter fiscal ou parafiscal, constituindo como que um imposto sobre a classe média; na base deste sistema estava a obrigação de cada proprietário fundiário fornecer um ou mais recrutas (da mesma maneira que dava trigo para a anona ou dinheiro ao fisco); os textos diferenciam duas modalidades: a “protostasia”, que constituía a principal fonte de recrutamento e na qual o contribuinte se comportava como perante um imposto pessoal, devendo apresentar às autoridades um homem destinado a ser soldado (embora pudesse substituí-lo por um pagamento em dinheiro líquido: a *adaeratio*); e a “prototipia”, uma modalidade aparentada com a anterior, mas onde o fornecimento do soldado era feito sob a responsabilidade de um outro proprietário, promovido a responsável por uma colectividade (note-se que cada unidade fiscal, ou *capitulum*, estava colocada sob

a autoridade de um *temonarius*). Claro que este sistema abria caminho à corrupção e não promovia o recrutamento de bons soldados, pois a generalidade dos proprietários optava por não indicar os seus melhores homens (tal como Vegécio deixa entender na passagem em apreço). Complementarmente, existiram ainda no Baixo-Império três outras formas de recrutamento: o mercenariado; a incorporação de povos vencidos e a quem era dado a escolher entre a morte, a escravatura e o serviço militar; e os tratados que ligavam alguns povos federados a Roma e que os obrigava a fornecer um certo número de soldados. Como sintetiza Le Bohec (2006:57): “Já não se mobilizava os melhores, mas aqueles que estavam disponíveis. O Estado chamava os veteranos, constringia ao serviço os filhos dos militares, os camponeses, os mineiros, os bárbaros”. A crítica moderna tem discutido a cronologia desta evolução, designadamente a partir da interpretação de um texto legal de 375. Para alguns autores (como C. Zuckerman), só a partir dessa data se alterou o modelo de recrutamento; mas, para outros (como J.-M. Carrié), o sistema completo começou a funcionar ainda na época de Diocleciano (284-305), pelo menos a Oriente. Certo é que Constantino I, na primeira metade do séc. IV e no contexto das suas guerras contra Maxêncio e Licínio (c. 310-324), incentivou as mudanças, estimulando a economia monetária e permitindo mesmo aos proprietários substituir o fornecimento dos soldados por um pagamento em ouro (o célebre *aurum tironicum*, ou “ouro dos recrutas”). Na época do seu filho e sucessor, Constâncio II, tal como revelam os arquivos de *Abinneus* (um dossiê papiroológico oriundo do Egito e datado desta época), o recrutamento estava organizado com base no modelo do imposto por cabeça, a capitação: “Vários proprietários fundiários deviam agrupar-se para formarem um *capitulum*, colocado sob a autoridade de um *capitularius*, e deviam pagar essas somas e esses encargos” (Le Bohec, 2006:58). Mais tarde (c. 370), os irmãos Valentiniano I e Valente interditarão o recurso a desempregados e a vagabundos, assim como ao *vicarius*. Por fim, refira-se que, sobre o procedimento concreto de recrutamento (*probatio*, juramento, tatuagem, etc.) dispomos de escassa informação, por comparação com os mecanismos em vigor no Alto-Império. Mas é seguro que a entrada de “bárbaros” no exército romano foi cada vez mais vulgar, sendo possível, por paradoxal que pareça, que os soldados de origem romana fossem mais numerosos nas fronteiras (onde a tradição até era pela escolha dos “locais”). É também provável, de acordo com o que nos dizem os textos jurídicos, que os soldados “romanos” que continuavam a ser recrutados fossem oriundos de meios sociais mais desfavorecidos do que fora hábito durante o Alto-Império. Sobre estas matérias, veja-se, por todos, Le Bohec (2006:55-58).

12 - Milner (1996:9): *tatuados*. Le Bohec (2002:77), aludindo ao Alto-Império, faz referência ao *signaculum*: um pedaço de metal suspenso por uma corda à volta do pescoço do recruta recém-aprovado, simbolizando a sua pertença ao exército; depois disto, o soldado dizia-se *signatus*, marcado. Mas, no Baixo-Império, depois da *probatio* (i.e., a junta médica: *vide infra*, Livro II, cap. V e nota 72), tinha lugar um juramento e, seguidamente, já não a imposição de um colar ou de outro objecto, mas sim a aplicação de uma tatuagem que não se conseguia mais apagar. Esta prática da tatuagem (e cremos que é a isso que Vegécio se reporta no presente capítulo, o que legitima a opção de Milner), fez a sua aparição no Baixo-Império (tanto para os soldados como para os operários das manufacturas) e deve ser relacionada com a desconfiança das autoridades, que pretendiam marcar de forma perene todos os que pertenciam ao exército, de modo a mais tarde, sendo necessário, identificar os desertores sem dificuldade. Claro que o contexto para essa desconfiança radica numa visível quebra da disciplina militar, que se começa a detectar no período posterior ao termo

do principado de Constantino I (337). O *Código Teodosiano*, por exemplo, no seu Livro VII, inclui nada menos do que 19 textos sobre a deserção, a maioria deles concentrados nos anos 379-383 (em decorrência directa da derrota romana em Adrianopla, em 378, e da presença dos Godos na Trácia: *vide infra*, Livro III, cap. XI, nota 175). Sobre esta evolução, *vide* Le Bohec (2006:58 e 94).

13 - Os Espartanos.

14 - Sobre Catão-o-Censor, *vide infra*, Livro I, cap. XV (e nota 29). Aulo Cornélio Celso foi um ilustre escritor da poderosa família dos Cornélios, tendo vivido no tempo dos imperadores Augusto e Tibério (inícios do séc. I d.C.); parece ter sido um grande amador de Medicina e autor do tratado *De re medica*, que terá influenciado significativamente alguns autores renascentistas. Sobre Frontino, *vide infra*, Livro II, cap. III (e nota 70). Quanto a Públio Tarutieno Paterno, serviu como prefeito do pretório sob os imperadores Marco Aurélio e Cómodo, na segunda metade do séc. II d.C., tendo composto um tratado jurídico sobre o exército romano, de que sobreviveram alguns fragmentos (*vide* Milner, 1996:10, n. 2). Augusto governou Roma entre 27 a.C. e 14 d.C., enquanto os principados de Trajano e de Adriano se sucederam, entre 98 e 138 d.C..

15 - O equivalente a cerca de 30 km, considerando que o passo (duplo) romano valia quase cinco pés, *i.e.*, um pouco menos de 1,50 m.

16 - Entre 35 e 36 km.

17 - Salústio, *Historiae*, frag. 2.19 (Milner 1996:11, n. 4). Sobre Gneu Pompeu Magno (c. 106-48 a.C.), uma das personagens mais carismáticas do período final da República romana (formou o Primeiro Triunvirato, juntamente com Júlio César e Crasso, vindo a ser derrotado por César na célebre batalha de Farsália, em 48 a.C., e mais tarde assassinado no Egito, por ordem dos cortesãos de Ptolomeu), *vide infra*: Livro III, cap. I, nota 138 e cap. XXII, nota 205 (guerra contra Mitridates, rei do Ponto); e Livro IV, cap. XXXI, nota 255 (guerra contra os piratas). Pode ler-se um bom resumo da carreira de Pompeu, um dos maiores generais romanos de todos os tempos, em Goldsworthy (2007:191-226).

18 - Sobre a guerra na Hispânia, entre Pompeu e Sertório, recorde-se o que dissemos mais atrás: Livro I, cap. VII, nota 10. Milner (1996:11, n. 5) sugere que a manifesta simpatia de Vegécio por Sertório pode apontar no sentido da origem hispânica do tratadista.

19 - Conhecem-se muitas situações em que os soldados romanos tiveram de fazer uso da sua capacidade para nadar, de modo a conseguirem concretizar os seus objectivos militares. Um dos episódios mais interessantes, em nossa opinião, ocorreu durante a campanha de Juliano contra as comunidades de Alamanos estabelecidas na margem ocidental do rio Reno, pouco antes da batalha de Estrasburgo (357 d.C.). De acordo com o relato de Amiano Marcelino (que escreve no séc. IV d.C. e que foi, ele próprio, oficial do exército de Juliano), perante a ofensiva romana, os bárbaros refugiaram-se, em grande número, numas ilhas existentes no meio do rio. Então, sem ter conseguido obter do seu *magister peditum*, Barbácio, com quem mantinha uma relação tensa, o conjunto de sete barcasas fluviais que lhe solicitara, com vista à construção de uma ponte de barcas, Juliano optou por outra solução: enviou o seu tribuno Bainobaudes concretizar, com um regimento de tropas auxiliares conhecido como “Cornudos” (porventura devido aos adereços existentes nos seus escudos ou nos seus capacetes), um ataque de surpresa. Esta infantaria ligeira passou o rio Reno nos vaus menos profundos e, nas outras partes, atravessou a nadar, usando os escudos como flutuadores! Deste modo, alcançaram as ilhas sem os Alamanos se aperceberem e, claro, chacinaram-nos (*vide* Goldsworthy, 2007:438-440). Uma boa ilustração

da capacidade técnica romana para construir pontes em curtos espaços de tempo é-nos dada pelas campanhas de Pompeu contra os piratas, no séc. I a.C. (*vide infra*, Livro IV, cap. XXXI, nota 255): segundo Goldsworthy (2007:222), quando marchou para as costas do Mar Negro, perante os numerosos obstáculos naturais (montanhas Meschianas e cursos de água), o exército romano viu-se obrigado a construir nada menos do que 120 pontes para atravessar o rio que corria pelo vale, o que revela bem como “uma das mais marcadas diferenças entre as legiões profissionais dos finais da República e as suas predecessoras, resultantes do velho sistema miliciano, era uma muito maior competência técnica e aptidão em engenharia”.

20 - Como explica Michel Feugère (2002:76-77 e 217), um dos mais destacados estudiosos do armamento militar romano, ao longo da Idade do Bronze (1300/1200 a.C.-900/800 a.C.) e durante o período Arcaico na Grécia, os escudos tinham uma forma circular (*vide* os hoplitas: a infantaria grega), sendo habitualmente equipados ao centro com um *umbo*, *i.e.*, com uma bossa saliente, geralmente com uma face interior côncava para poder acolher uma pega (*manipula*) e que permitia também a utilização do escudo como arma ofensiva (tal como é ainda descrito por Amiano Marcelino, no terceiro quartel do séc. IV d.C.: Le Bohec, 2002:37). No Ocidente, o escudo era muitas vezes fabricado em bronze, mas, na versão grega arcaica, apenas o *umbo* ou bossa era metálica. No séc. VIII a.C., na Península Itálica, em resultado da evolução das formas de combate, o escudo tendeu a ganhar uma configuração mais adequada ao corpo humano, primeiro em forma de folha, depois oval. Entretanto, a versão circular cedo acolheu uma aresta ou nervura vertical de reforço (*spina*), conduzindo a novas configurações do *umbo*, primeiro em forma de concha, depois de ómega. Na transição da Primeira Idade do Ferro (sécs. IX-VIII a.C. a séc. V a.C.) para a Segunda Idade do Ferro (ou período La Tène, ou Céltico: em além-Pirenéus, desde c. 450 a.C. ao séc. II-meados do séc. I a.C.), o escudo oval espraiou-se da Península Itálica até à Europa Celta: não há muito tempo, encontrou-se em Vix uma das mais antigas representações gaulesas do escudo oval, em duas estátuas da primeira metade do séc. V a.C.. Os Celtas assegurariam decerto, a partir dessa data, uma ampla difusão desse modelo de escudo oval entre os nativos europeus. Segundo Feugère, a presença dos Celtas na Península Itálica (*vide* as estelas de Pádua ou de Bolonha) acabaria por se mesclar com as tradições antigas e por conduzir à adopção do escudo oval munido de aresta, com ou sem a presença de uma bossa metálica cobrindo o núcleo central desse reforço. Na Gália, tais escudos perdurariam até ao abandono definitivo desta peça do equipamento defensivo dos guerreiros (a mais importante de todas, a par do capacete e da *lorica*). Franck Mathieu (2006:40-41), pelo seu lado, atribuiu recentemente ao escudo gaulês do séc. III a.C., que prefere descrever como possuindo uma forma oblonga e plana, munido de aresta central ou *spina* e de pega horizontal, um peso entre 3 e (no máximo) 4 kg., com a curiosidade de a respectiva prancha se adelgaçar do centro (1 cm de espessura) para a periferia (menos de 3 mm nos bordos). Esta relativa fragilidade terá levado a reforçar, na mesma época, o escudo gaulês com peças metálicas (as quais tinham estado presentes no séc. V a.C., mas teriam depois, estranhamente, desaparecido durante toda a centúria seguinte): a prancha oblonga foi reforçada através de uma cobertura de couro fino ou de tecido colado; a *spina* foi guarnecida com uma bossa (*umbo*) central, *i.e.*, uma concha munida de asinhas que serviam para a sua fixação na prancha do escudo por meio de cravos dobrados nas costas; e o contorno do escudo (ou uma parte dele) foi reforçado por uma goteira metálica – a orla (Mathieu, 2006:40-41). É igualmente interessante notar que, segundo o mesmo

autor, endireitando e retirando os pregos recurvados, era possível desmontar facilmente as peças metálicas (*umbo*, pega e orla) e aplicá-las num escudo novo! Tratava-se de uma operação que demorava poucos minutos, o que permite dizer que o escudo gaulês era uma peça “consumível” (*ibidem*). Claro que a leveza do escudo e os seus reforços metálicos faziam dele uma arma que podia ser também utilizada para bater no adversário quando o combate permitia tal coisa; neste caso, o escudo tornava-se numa arma ofensiva: “Na maioria das vezes, este emprego do escudo serve para desestabilizar o adversário e obriga a criar uma abertura para poder golpear com a espada. Com efeito, o comprimento da lança impede um tal emprego do escudo, pois está-se demasiado longe do adversário” (Mathieu, 2006:41). A forma plana do escudo gaulês, manejado com o braço esquerdo, tinha também as suas implicações táticas: se, no decurso de um combate mais cerrado, o escudo se visse ‘travado’ contra o flanco esquerdo, seria impossível sacar uma espada colocada desse mesmo lado (ao contrário do que sucedia com a infantaria que combatia em falange, cujos escudos tinham geralmente um formato arqueado). Por isso, os Gauleses suspendiam a espada do lado direito e usavam um modelo tático que privilegiava o espaço e a mobilidade, em que cada um dos combatentes podia bater-se independentemente dos outros (Mathieu 2006:43).

Tendo em conta toda esta evolução, Feugère considera natural que as primeiras legiões romanas tenham sido equipadas com um escudo oval (*scutum*) munido de *spina*, combinando deste modo o modelo estabelecido na Península Itálica pré-romana com o do seu tradicional inimigo. Isso é confirmado não só pelas importantes descrições de Políbio (um grande historiador de origem grega que viveu entre c. 203 e c. 120 a.C. e que, depois de ter servido contra Roma durante a Terceira Guerra Macedónica, foi tomado como refém pelos Romanos e acabou por se tornar num colaborador próximo de Cipião Emiliano, vindo a escrever a melhor história da guerra romana para o período 264-146 a.C.), mas também por alguns achados arqueológicos relevantes. Tal é o caso do escudo de infantaria proveniente das areias secas de Fayûm (no Egipto), muito bem conservado e que apresenta 120 x 64 cm de superfície, sendo composto por três finas camadas de ripas coladas umas às outras, o que lhe imprimia uma forma algo curva. Esta peça de Kasr-el-Harit, apenas ligeiramente distorcida pela dessecação, tinha sido coberta por uma fina camada de feltro, cuidadosamente cosida a toda a volta e que hoje não revela já a sua cor e decoração originais. Como reforço, tem uma nervura sólida, em três secções, tendo a parte interior do *umbo* central sido escavada para incrustação de uma pega horizontal, o que permitia que o escudo fosse movimentado em todas as direcções. Nesta peça (que não pôde ainda ser rigorosamente datada), nada é metálico, excepto os pregos usados para fixação da aresta ou *spina*. Segundo Feugère, “é provável que este tipo de escudo fosse utilizado ao longo de toda a época republicana, até à introdução (no tempo de Augusto?) de um modelo rectangular, que era ele próprio apenas uma versão encurtada daquele outro modelo” (2002:77). Entretanto, a descoberta, na margem ocidental do Reno e também na parte não ocupada da Alemanha, de *umbones* ovais fabricados em ferro, que poderiam remeter para versões republicanas tardias deste tipo de escudo, colocou a questão da proveniência de tais bossas metálicas. Atendendo a que a história desse género de reforço aponta, como vimos, para os Gauleses do séc. V a.C. (Champagne e Europa Central), Feugère é de opinião de que não deve descartar-se a possibilidade de a sua adopção tardia pelos Romanos ter sido o resultado de uma imitação dos modelos celtas ou germanos.

Analisando a evolução dos escudos no período imperial, Feugère (2002:87-93) começa por sublinhar a relativa fragilidade destas peças, com as suas coberturas de tecido e a sua decoração pintada. Mesmo durante as deslocações, os escudos eram facilmente danificados. Após as reformas de Mário (c. 100 a.C.), se não mesmo antes, os escudos começaram a ser guardados em capas de couro, munidas de uma abertura para a saliência própria do *umbo*. Nos seus *Comentários* sobre a guerra das Gálias, Júlio César refere-se a tais estojos, de que foram também encontrados exemplos em muitos sítios militares do Alto-Império, como em Vindonissa (Windisch, actual Suíça) e em Valkenburg (Germânia). Não se deve, contudo, imaginar que, no início do Principado, o equipamento do soldado romano já estivesse todo ele ‘romanizado’: p. ex., os corpos de tropas auxiliares (soldados não cidadãos, recrutados entre os povos submetidos, embora desde o séc. II d.C. os cidadãos romanos e os indígenas romanizados tenham acabado por encher as fileiras destes corpos, atraídos pelos salários relativamente elevados) preservaram durante muito tempo o seu equipamento tradicional. O padrão de *umbo* republicano era munido de asinhas e espalhou-se pelo Ocidente ao longo dos séculos finais da Idade do Ferro. O tipo germânico de *umbo*, pelo seu lado, era redondo, a ele se referindo também Júlio César, tendo sido encontrados diversos exemplos nas trincheiras de Alésia (cidade gaulesa no monte Aulnois, hoje Alise-Sainte-Reine, região da Côte-d’Or). É difícil ser muito preciso na reconstituição destas evoluções, pois não dispomos de informação escrita sobre os escudos nas fontes literárias dos inícios do Principado, e também não foi ainda encontrado nenhum exemplar de escudo romano no Ocidente, sendo sobretudo os respectivos estojos (e outros elementos, como, p. ex., as peças de reforço dos cantos) que nos dão informação sobre as suas formas e dimensões.

Ainda assim, parece possível datar do início do Império (reinado de Augusto: 27 a.C.-14 d.C.) a adopção pelo exército romano de novos tipos de escudo (apesar das modificações introduzidas no modelo republicano). Segundo Feugère, “o típico escudo do legionário romano, tal como ele aparece representado em monumentos como a Coluna de Trajano, era o *scutum* rectangular, que recorda um escudo republicano encurtado no topo e na base; a sua pronunciada curvatura assegurava uma melhor protecção, mas a verdadeira razão para este desenvolvimento foi a introdução no exército de novas técnicas de combate, como por exemplo a tartaruga” (2002:88). Data do ano 10 a.C. a mais antiga representação deste tipo de escudo (túmulo de Munácio Planco em Gaeta, Itália, um pouco a norte de Nápoles). Mas isto não significa necessariamente que este ‘escudo curvo’ fosse o equipamento-padrão das legiões do séc. I d.C., apesar de as cenas esculpidas na Coluna de Trajano (cujo friso em espiral, elevando-se a quase 30 m de altura, constitui uma verdadeira narrativa visual da conquista da Dácia por aquele imperador, em inícios do séc. II d.C.) permitirem relacionar os escudos rectangulares com os soldados legionários e os escudos ovais com as tropas auxiliares. É que são raras as representações desse escudo curvo (que é tentador relacionar com o equipamento dos gladiadores) em outros memoriais legionários; e, além disso, outros memoriais existem (p. ex., em Aquincum-Budapeste) que mostram legionários munidos de escudos ovais, ou mesmo com os cantos redondos.

A questão é, por isso, complexa, e a raridade dos achados arqueológicos não ajuda a resolvê-la. O único sítio que produziu um exemplo bem definido do escudo rectangular curvo representado na Coluna de Trajano é o acampamento legionário de Vindonissa (na margem esquerda do Reno, que c. 16-17 d.C. acolheu a *Legio XIII Gemina* e que permaneceria activo até meados do séc. II d.C.), onde os arqueólogos encontraram, num depósito de lixo localizado no exterior do muro norte, uma incrível quantidade de equipamento militar,

incluindo peças e adereços em matéria orgânica, como madeira, couro, etc.. Talvez esse tipo fosse apenas utilizado no decurso de determinadas manobras, como a famosa *testudo* (a 'tartaruga', muito utilizada na aproximação às muralhas, em que os soldados legionários da primeira fila e os dos lados alinhavam os seus escudos diante deles e sobre os flancos, de maneira a fazer um muro, ao mesmo tempo que os do meio os colocavam por cima da cabeça, de modo a criar um telhado: Le Bohec, 2002:44), o que explicaria o seu serviço por um número reduzido de combatentes. Diversas fontes apontam para a raridade deste modelo no séc. II d.C., e os especialistas têm mesmo alguma dificuldade em explicar o aparecimento de um modelo luxuosamente decorado em Dura-Europos (na Síria) em meados do séc. III d.C. (seria talvez destinado à parada militar). Como sugere Feugère, é possível que o escudo rectangular curvo tenha sido utilizado ao longo de todo o Império, mas apenas por certos corpos de tropas, não tendo nunca sido objecto de uma distribuição generalizada. A verdade é que mesmo outras legiões (p. ex., na Bretanha ou na Germânia: Doncaster e Valkenburg) utilizavam, no mesmo período, escudos ovais ou sub-rectangulares, de manejo mais fácil. Deste modo, “devemos abandonar a ideia de uma padronização estrita dos tipos de escudos durante o séc. I a.C.. Apesar da sua representação na Coluna de Trajano, o modelo rectangular não pode ter sido utilizado por todas as legiões, mas apenas por tropas seleccionadas no cumprimento de uma operação especial” (Feugère, 2002:90). Aliás, é por isso mesmo que existem outras representações das conquistas de Trajano na Dácia (na actual Roménia) em que vemos legionários a transportar escudos sub-rectangulares...

Como quer que seja, os escudos dos inícios do Principado possuíam já um número elevado de reforços metálicos, tantos nos bordos como no centro, para protecção do *umbo*. Nos modelos rectangulares, esta parte central era semisférica, sendo talvez fixada a uma folha de metal que acompanhava a concavidade do escudo. Veja-se um belo exemplo disto, actualmente à guarda do British Museum e proveniente do Nordeste de Inglaterra: possui o emblema (um touro) e o nome da *Legio VII Augusta* (que serviu na Bretanha ao tempo de Adriano: 117-138 d.C.), assim como o nome do seu titular (o soldado *Junius Dubitatus*, da centúria de Júlio Magno)! O encurvamento típico dos escudos dos legionários permite-nos distingui-los do padrão utilizado pelos soldados auxiliares; mas os *umbones* usados por estes também podiam ser bastante elaborados e decorados, p. ex., com temas militares ou com representações do deus Marte sentado. Num caso e noutro, a utilização das capas ou estojos era essencial para garantir a durabilidade dos escudos. Mesmo assim, Díon Cássio dá conta das dificuldades sentidas pela tropa de Varo (inícios do séc. I d.C.), fustigadas pela chuva forte e que não conseguiam, por isso, retirar os escudos dos estojos, inchados pela água e com as próprias peças ensopadas e empenadas, tornando difícil a sua utilização. Os *Comentários* de César permitem também saber que os escudos, independentemente do seu formato, podiam incorporar elementos decorativos, inscrições e outros símbolos, sem prejuízo da sua eficácia. Como veremos mais adiante (Livro II, cap. XVIII), Vegécio refere inclusive que, em época anterior, era habitual que fosse inscrito em cada escudo o nome do utilizador e o número da coorte e da centúria a que este pertencia. Há, também, pelo menos um caso (oriundo de Londres) em que uma estampilha permite conhecer o nome do fabricante da peça.

Em conclusão: “Em termos gerais, podemos agora dizer que o escudo [rectangular] curvo era utilizado apenas pelos legionários, e que eles podem também ter usado outras formas, mais próximas do oval; o método de construção, as folhas coladas, recuando ao período republicano, podem ser específicas do escudo legionário. Pelo seu lado, os

auxiliares transportavam escudos planos de construção mais simples, talvez camadas de pranchas, à maneira do escudo gaulês. As formas variam entre o oval e o hexagonal, sem que sejamos capazes de dizer se alguma dessas formas era exclusiva da cavalaria ou da infantaria auxiliares” (Feugère, 2002:93).

Quanto à evolução dos escudos no extremo final do Império Romano (sécs. IV e V), sabemos infelizmente muito pouco, e as ilustrações da *Notitia Dignitatum* (um texto administrativo, anônimo, dos finais do séc. IV d.C. ou dos primeiros anos da centúria seguinte, onde se acumulam, em camadas diversas que se foram sobrepondo umas às outras, como forma de actualização, listas dos grandes comandos do exército romano coevo e das unidades então ao dispor de cada oficial) não merecem suficiente credibilidade para poderem ser utilizadas para determinar a evolução dos escudos ao longo desse período. No entanto, a impressão geral é a de que o escudo do séc. IV d.C., mesmo o utilizado pela infantaria, era maior do que os modelos que o precederam e apresentava uma forma oval ou mesmo circular (Feugère, 2002:190).

21 - *Gladius*: espada curta (embora não tão curta quanto se tem pensado), de origem hispânica. Trata-se de uma das armas ofensivas mais emblemáticas da infantaria romana da época republicana e do Principado (pelo menos até ao séc. III d.C.). Como explica Feugère (2002:108-109 e 215), o *gladius* era uma arma especialmente letal, sendo utilizada sobretudo como uma arma de estoque, ou seja, destinada a ser espetada e enterrada no corpo do adversário (veja-se, a este respeito, o teor do capítulo seguinte de Vegécio); no entanto, também podia ser utilizada como arma de talho, cortando lateralmente, pois possuía gumes cortantes, paralelos ou ligeiramente côncavos. De acordo com Feugère, “no início do Principado, [o *gladius* romano] pouco diferia em aparência do *gladius hispaniensis* dos séculos precedentes e era uma espada bastante longa – o exame dos exemplos bem conservados revelando um comprimento de mais de 60 cm (24 polegadas), incluindo o punho, mas tendeu a tornar-se mais curto, a partir dos inícios do Império” (p. 108).

Segundo o mesmo autor, cita-se muitas vezes uma passagem dos *Anais* de Tácito como indicadora de uma distinção entre o equipamento ofensivo básico do soldado legionário (*gladius* e *pilum*, ou dardo) e o do soldado auxiliar (*spatha*, ou espada longa, e lança). Porém, este trecho não nos diz se tal distinção se aplicava ao conjunto do exército romano. Com efeito, alguns relevos, especialmente da região do Reno, mostram soldados auxiliares armados com *gladius* e com um punhal, tal como os seus companheiros legionários; por outro lado, se todos os auxiliares transportam lanças, apenas os legionários usam o *pilum*. Quanto à cavalaria auxiliar desta época, utilizava uma espada mais longa do que a infantaria: a *spatha*.

Feugère (p. 109) lembra ainda que, com base em gládios encontrados em Pompeia e noutros sítios, ao longo da fronteira reno-danubiana, G. Ulbert (1968) pôde demonstrar a existência de dois modelos sucessivos de *gladius*: primeiro, terá existido o “Tipo de Mainz”, bem documentado para o período de Augusto e em toda a primeira metade do séc. I d.C., com ponta alongada e cuja lâmina, só por si, poderia atingir os 60 cm de comprimento; e, logo depois, o “Tipo de Pompeia”, que substituiu o anterior, provavelmente durante o principado de Cláudio (41-54 d.C.), possuindo ponta curta. Considerando os contextos históricos, o primeiro tipo parece ter sido muito mais divulgado no Ocidente do que o seu sucessor.

Curiosamente, por razões operacionais (maior facilidade em sacar) ou culturais, o *gladius* era utilizado do lado direito, sendo a respectiva bainha suspensa por meio de

quatro anéis fixados em duas presilhas transversais, um sistema herdado dos Iberos. Assim, o *cingulum* que transportava o *gladius* cruzava no abdómen do guerreiro com o cinturão que transportava o punhal, usado do lado esquerdo (sobre os punhais, *vide infra*, Livro II, cap. XV, e nota 98). Aliás, Feugère (2002:107-108) recorda como P. Couissin (1926) mostrou, há muito, que este hábito de trazer a espada curta do lado direito remonta aos Iberos e, antes deles, aos Celtas. Tal é a posição geralmente observável nas estátuas, ainda que uma passagem de Flávio Josefo (n. c. 37 d.C.) e algumas estátuas e relevos de Palmira (do séc. I d.C.) possam ser invocadas como exceções a esta regra. Pelo menos no Ocidente, e durante o Alto-Império, a regra parece ter sido a de que todos os soldados que transportassem um escudo deveriam usar a espada curta do lado direito, com exceção dos centuriões (menos envolvidos no combate directo e que usavam a espada curta à esquerda e o punhal à direita) e, por razões que se percebem pior, de alguns porta-estandartes. Mas, no período dos Severos (finais do séc. II e primeira metade do séc. III d.C.), esta prática alterou-se com a generalização da *spatha* ou espada longa, que era colocada no lado esquerdo (sobre a *spatha*, *vide infra*, Livro II, cap. XV, e nota 97).

Quanto ao fabrico do *gladius*, Feugère (2002:113) reconhece que sabemos ainda demasiado pouco sobre a manufactura das armas do Alto-Império, mas Goldsworthy (2007:497) assegura que o *gladius* era fabricado com aço de uma elevada qualidade. Certo é que o gládio romano configura um excelente exemplo da capacidade dos exércitos legionários para adoptar, com sucesso, armas originárias de outras geografias e próprias da cultura militar de outros povos (neste caso, o *gladius hispaniensis*).

Finalmente, sublinhe-se que quase tudo o que foi dito assenta no conhecimento directo de espadas do período imperial, e não do período republicano. Como confessa Feugère (2002:79), é extremamente irritante constatar que, à abundância de espólio deste tipo para a fase do Principado corresponde uma quase total ausência de material da época da República! Por exemplo, em Alésia, palco dos famosos combates entre Júlio César e os Gauleses rebeldes, comandados por Vercingetorige (52 a.C.), as escavações arqueológicas não permitiram recuperar uma única espada romana! O próprio Feugère chegou a convencer-se de que este tipo de arma não existia no exército romano anterior a Augusto (27 a.C.-14 d.C.). No entanto, em 1986, encontrou-se finalmente em Delos (Mar Egeu, Grécia) uma espada (queimada juntamente com a sua bainha) datável do ano 69 a.C.. Apresenta 76 cm de comprimento e é um exemplar notável, pela sua longa ponta afiada e pelos seus gumes cortantes paralelos. Segundo Feugère, esta espada apresenta todas as características do *gladius hispaniensis* (incluindo o sistema de suspensão por quatro anéis) descrito um século antes por Políbio e que evoluiria depois no sentido do modelo legionário clássico que descrevemos mais acima. Achados mais recentes vieram confirmar esta circunstância, nomeadamente a espada encontrada em Mouriès (França), datável dos últimos anos do séc. II a.C. ou dos primeiros anos da centúria seguinte. Esta outra 'espada republicana' tem também 76 cm de comprimento e um sistema de suspensão transversal, e a sua ponta, tal como a de Delos, recorda a forma da espada romana clássica. É de esperar que, no futuro, novos achados venham ajudar a reconstituir o quadro evolutivo deste tipo de arma ofensiva na época anterior ao Principado.

22 - Milner (1996:12, n. 6) sublinha que a ênfase de Vegécio na continuação do treino após a hora do almoço sugere que o exército de Catão (que funciona, neste ponto, um pouco como modelo do tratadista: *vide* o Estudo Introdutório e também *infra*: Livro I, cap. XV, nota 29) não observaria a sesta, um costume romano já documentado para o séc. I a.C., sob a designação de *meridiatio*.

23 - Um pouco menos de 1,80 m.

24 - Cerca de 5 cm. Sobre a utilização do *gladius hispaniensis* como arma de estoque, veja-se o que dissemos no capítulo anterior (nota 21).

25 - Durante o Alto-Império, o treino militar dos Romanos tinha lugar num terreno próprio, confiado a um graduado que ostentava o título de *campidoctor* e que contava com a colaboração de um subordinado, o *doctor cohortis*. Como refere Le Bohec (2002:119), “a raiz *doct-* revela bem que este personagem recebeu um ensinamento, aprendeu uma ciência na qual é versado; trata-se de um homem instruído, que deve transmitir o seu saber. As suas responsabilidades permitem-lhe dispor de um adjunto, que o secunda e que lhe sucederá, o *optio campi*”. Entretanto, segundo Milner (1996:14, n. 3), a presença de *campidoctores* encontra-se documentada pela primeira vez para a época de Septímio Severo (193-211), no seio da Guarda Pretoriana (o corpo de guarda do imperador). De acordo com Le Bohec (2002:53 e 119), no terreno de exercício, os cavaleiros eram treinados por um *magister campi* e por um *exercitator*, e os praticantes de esgrima por um *doctor armorum* ou *armatura*, sendo curioso registar que se conhece mesmo um *discens armaturarum*, isto é, uma espécie de “formador de formadores”, o que denuncia bem a importância da aprendizagem da esgrima no contexto do treino militar dos recrutas romanos. Milner (1996:13, n. 2), pelo seu lado, refere que a *armatura* corresponde a um “treino especial”, atestado como tal apenas nas fontes romanas tardias, embora, com base em autores como Tito Lívio, possam ser estabelecidas analogias sugestivas com manobras praticadas pela juventude romana desde 169 a.C.. Durante o Baixo-Império (sécs. IV e V d.C.), é praticamente certo que a prática do exercício militar se degradou bastante, o que justifica, aliás, a preocupação de Vegécio em recordar a sua importância. Segundo Le Bohec (2006:114-115), continuamos a encontrar alguns títulos ligados ao treino militar, como os de *discens equitum* (que não remeterá apenas para aprender a andar a cavalo, visto que na época toda a gente o saberia fazer), de *campidoctor* ou de *armatura*, mas é possível que estes dois últimos tenham mudado de significado ao longo do século IV. Nos relatos de Amiano Marcelino, achamos ainda algumas referências à prática do exercício no *campus* militar e à importância que ela tinha na superioridade marcial dos Romanos face aos seus inimigos (bárbaros ou Persas); em diversas fontes literárias, há elogios aos imperadores Juliano (que inclusive se adestraria na esgrima militar, com espada e escudo), Valente e Teodósio II, e até a bárbaros que se tornaram generais famosos do exército romano (como Fravita), por zelarem pela prática regular do exercício pelos seus soldados; e há mesmo uma alusão de Teodoreto de Ciro a um ginásio militar em Antioquia. No entanto, ainda assim, não parece haver dúvidas acerca dos efeitos nefastos que a crise do século III terá tido sobre uma prática intensiva e quotidiana, que fora sem dúvida um dos principais segredos da superioridade militar romana durante o Principado (Le Bohec, 2006:115). *Vide* também *infra*, Livro II, cap. XXIII.

26 - *Doctores armorum*. *Vide* a nota anterior.

27 - *Annonis*. Trata-se objectivamente do soldo (ou de uma parte dele), pago sob a forma de géneros alimentares (colheita de trigo, objecto de um imposto militar cujo mecanismo era supervisionado pelo “prefeito da anona”, coadjuvado por outros oficiais). Segundo Le Bohec (2002:236-237), o aprovisionamento dos acampamentos militares era feito inicialmente por via de um embrião de sistema de intendência, e seguidamente pelo sistema da “anona militar”, sobre o funcionamento exacto do qual subsistiram durante muito tempo algumas dúvidas: “Teria sido inventado desde Trajano [98-117 d.C.], segundo J. Guey

[1938]: a partir de então, uma parte dos salários teria sido substituída por fornecimentos em género. Segundo D. Van Berchem [1937], a instituição dever-se-ia a Septímio Severo [193-211 d.C.], que teria criado um novo imposto, tendo sido aperfeiçoada por Caracala [211-217 d.C.] e sistematizada na época de Gordiano III [c. 238 d.C.]. Pode ainda considerar-se uma outra teoria: não se trata de um levantamento suplementar, mas de uma parte da antiga anona, que teria sido desviada em benefício do exército [Corbier, 1977; e Carrié, 1978]". Segundo o estudo mais recente de Le Bohec (2006:118), centrado no exército romano do Baixo-Império (sécs. IV e V d.C.), a importante obra publicada (em 2001) por F. Mitthof, baseada essencialmente na papirologia, veio ajudar bastante a esclarecer a logística das tropas, pelo menos na região do Egípto. Podemos agora dizer que a anona militar existiu *bel et bien* e que as questões levantadas por Van Berchem são puramente retóricas. A anona militar "designava um imposto em géneros que ganhou uma importância crescente no decurso do séc. IV, porque ao poder político faltava, cada vez mais, liquidez. Distingua-se entre duas anonas, a anona cívica, inicialmente destinada à plebe de Roma, depois também à de Constantinopla, e a anona militar, destinada, como o nome indica, aos soldados. Pode discutir-se a data do nascimento desta última (Augusto? Septímio Severo?); o que é seguro é que ela já existia na época de Diocleciano [284-305 d.C.]". A anona cobria 400 000 soldados, e os papiros mostram que o Estado acabou por estabelecer uma diferença entre os *limitanei* (os soldados ordinários, na interpretação, discutível mas fundamentada, de Le Bohec) e os *comitatenses* (segundo o mesmo autor: os que serviam na corte, ou assimilados). Os produtos envolvidos (menos do que no Alto-Império) seriam: trigo (sob formas diversas, mas sobretudo pão); carne; vinho; azeite (daí o achado de muitas ânforas de vinho e de azeite perto dos acampamentos); água potável (especialmente nas zonas de deserto); sal; e vestuário (que também entrava na anona, sob a forma de um imposto cobrado aos civis). Os cavalos eram também fornecidos a título de imposto, seja ordinariamente, seja excepcionalmente, em caso de necessidade. Ou seja, os civis eram "tributáveis à discricção" (Le Bohec, 2006:118). Refira-se ainda que os legionários transformavam, eles próprios, em farinha, a ração de cereal que lhes era distribuída, mediante a utilização de um moinho manual. Segundo Goldsworthy (2007:426), Caracala seria um apreciador desta tarefa, gostando de transportar consigo o seu moinho particular.

28 - O arco é uma arma que foi utilizada desde o Mesolítico e, como salienta Feugère (2002:161), os Romanos não constituíram excepção, servindo-se essencialmente do arco de origem oriental usado por Citas, Partos e outros povos dessa geografia do Mundo. É verdade que outros povos bárbaros também utilizavam o arco, mas faziam-no sobretudo para caçar, e não tanto para combater.

Segundo Feugère (*ibidem*), a adopção do arco como arma de guerra pelos Romanos surgiu como resposta à pressão inimiga. Veja-se, p. ex., a decisão de Cipião Africano de incorporar *sagittarii* em todas as centúrias do seu exército, quando combatia na Hispânia. Embora Tito Lívio diga que os Romanos recorreram a arqueiros desde 207 a.C., a verdade é que a integração destes homens nos exércitos romanos parece ter sido lenta. São conhecidos, p. ex., os esforços de César na Gália, quando teve de providenciar a inclusão de soldados com arco nas fileiras do seu exército, que se preparava para enfrentar as forças de Vercingetorige, surpreendentemente repletas deste tipo de arma. Durante o Principado, os arqueiros foram sobretudo utilizados como *alas* e *coortes*, mas no Baixo-Império as unidades por eles compostas adquiriram uma relevância muito especial, sobretudo nas províncias orientais do Império (Feugère, 2002:162).

Como explica Feugère (2002:162), o arco romano, com a sua origem oriental, era uma peça de construção compósita, com diversos materiais ligados entre si por meio de colas e de ataduras. A parte central do arco era fabricada em madeira resistente mas flexível, sendo aplicados reforços de chifre de veado nas pontas, para aumentar o seu poder. Foram encontrados muitos exemplos em diversos sítios militares romanos, em especial do séc. I d.C.. Quando em repouso, eram retiradas as cordas, de maneira a preservar o melhor possível a curvatura natural dos arcos (que, no momento da utilização, ficavam sujeitos a uma enorme pressão). Algumas representações preciosas (como, p. ex., diversas de origem cita) permitem-nos perceber que o arqueiro encordoava o seu arco encurvando-o por debaixo da perna.

No que diz respeito às pontas de setas dos arcos romanos da República, sabemos que apresentavam secção triangular transversal (*vide* os achados de Numância, Espanha), o que as tornava mais precisas e letais. Os materiais de fabrico destas pontas de seta começaram por ser em bronze e evoluíram depois para o ferro, embora também se conheçam mais de 200 exemplares em osso, oriundos da Dácia, na actual Roménia (Feugère, *ibidem*).

A análise da distribuição das pontas de setas e das pontas de arco com reforços de chifre pelo *limes* permite, segundo Feugère (2002:163), retirar algumas conclusões interessantes, em particular a grande importância que os arcos tiveram durante o período do Principado, especialmente na Bretanha e na fronteira reno-danubiana. Incrições diversas com referências a *sagittarii* confirmam achados arqueológicos ao longo do Danúbio, nas províncias romanas da Panónia, da Dácia e da Mésia (nas regiões das actuais Hungria, Roménia e Bósnia-Sérvia-Bulgária), mas também a Oriente (ex.: nas províncias da Síria e da Capadócia, na actual Turquia). No Norte de África, embora haja fontes escritas que referem a existência de nove corpos de *sagittarii*, ainda não há testemunhos arqueológicos de arqueiros na Mauritânia, na Numídia ou na chamada África Proconsular (actual Tunísia).

Existem, de qualquer modo, suficientes achados para que se possa ter a certeza de que existiram outros tipos de pontas de seta. Por exemplo, o acampamento do tempo de Tibério (14-37 d.C.) em Aulnay-de-Saintonge (França) documenta setas de arco com cabeça oca. Segundo Feugère (*ibidem*), trata-se de uma tradição nativa, num contexto de caça, recuperada pelas tropas auxiliares romanas talvez de uma forma meramente esporádica.

Um outro tipo de setas, referidas pelos textos antigos (em especial por Amiano Marcelino, em 363 d.C.), são as setas incendiárias, também já documentadas por alguns achados arqueológicos. Apresentam um núcleo central afiado suportando uma espécie de pequena gaiola contendo material incendiário. São achados raros de cabeças de setas que podem ter estado associadas quer a arcos (*vide* exemplos de Wroxeter, Bar Hill e Nauportus), quer a dardos de catapultas (*vide* o exemplo oriundo de Dura-Europos, na Síria). Já outros projecteis incendiários de que temos conhecimento, possivelmente fabricados integralmente em matéria orgânica, eram decerto arremessados à mão (Feugère, *ibidem*). *Vide* também *infra*, Livro IV, cap. XVIII, nota 235 (os *malleoli*, ou setas incendiárias, segundo Amiano Marcelino).

29 - *De Re Militari* de Marco Pórcio Catão-o-Censor ou Catão-o-Antigo, obra escrita em meados do séc. II a.C. e que não chegou até nós, com excepção de alguns fragmentos. Segundo Milner (1996:15, n. 3), “não há razão para supor que Vegécio tenha tido acesso ao texto original”. Catão viveu entre 232 e 149 a.C.. Muito jovem ainda, combateu contra Aníbal Barca, tendo-se distinguido também na batalha do desfiladeiro das Termópilas, em 191 a.C. (*vide infra*, Livro III, cap. XVII, nota 199), onde chefiou uma das colunas que flanqueou o

exército selêucida que invadia a Grécia. O seu filho foi um dos heróis da batalha de Pidna, travada em 168 a.C. e que praticamente pôs fim às Guerras Macedónicas (*vide infra*, Livro III, cap. XXIV, nota 210), conduzindo mesmo à divisão do reino da Macedónia em quatro regiões autónomas. Catão foi tribuno e, mais tarde, questor de Cipião Africano na Sicília, em 205 a.C., na época da Segunda Guerra Púnica. Grande defensor da cultura e da língua latinas, Catão (a quem Plutarco dedicou uma biografia, *paralela* à de Aristides: Sirinelli, 2001:489) serviu também como embaixador na Grécia, onde fazia questão de, apesar de dominar a língua grega, utilizar exclusivamente o latim. Troçou largamente dos aristocratas do seu tempo que imitavam servilmente os nobres gregos, tendo contribuído para a expulsão de Carnéades e de outros filósofos gregos. Defensor acérrimo das simples mas virtuosas tradições romanas, Catão distinguiu-se pela sua vida frugal, mesmo austera, muito ligada ao ambiente rústico. Escreveria um vasto conjunto de obras (p. ex.: *De Agricultura*), além de outras que traduziu para latim, devendo-se-lhe a primeira História em língua latina. Como “homem novo” que era, tratou de construir e de consolidar uma sólida reputação, que fez dele um notável representante da velha guarda romana num mundo muito marcado pela poderosa influência da cultura grega. *Vide* também Goldsworthy (2007:121-122).

30 - Tal como observa Milner (2006:15, n. 3), neste passo, Vegécio parece estar a pensar, simultaneamente, em arqueiros (*sagittarii*) e em lançadores de dardos (*iaculatores*). A referência a Cláudio remeterá, segundo o mesmo autor, para Ápio Cláudio Pulcro, aqui creditado como o inventor dos *velites* ou atiradores levemente equipados que actuaram no cerco de Cápuia, em 211 a.C., muito embora seja um seu colega procônsul, Quinto Fúlvio Flaco, quem é habitualmente destacado na tradição literária militar romana (p. ex., Valério Máximo). Já De Man (2006:40, n. 1) remete para o imperador, de origem bárbara, Cláudio II, o *Gótico* (268-270 d.C.).

31 - O cerco e destruição de Numância (na Hispânia) por Públio Cornélio Cipião Emiliano Africano Numantino (185/4-129 a.C.) – neto adoptivo de Públio Cornélio Cipião Africano (c. 236-184 a.C.), o vencedor da Segunda Guerra Púnica – teve lugar em 133 a.C., na sequência de uma prolongada guerra. Sobre Cipião Emiliano e as respectivas campanhas militares, *vide infra*: Livro III, cap. 10, nota 172.

32 - Optámos por traduzir *cassidibus* por *capacetes* devido à muito maior inteligibilidade que este termo tem para o leitor de língua portuguesa, ainda que tenhamos consciência de que, em bom rigor, o termo *capacete* remeta para um tipo de protecção de cabeça de formato ogival e pequena aba direita característico da Península Ibérica nos séculos XVI e XVII – o *cabacete* (Bandeira 1993:55). No entanto, as outras possibilidades que considerámos também não estavam isentas de inconvenientes: por exemplo, *cascos* (termo que se reporta mais à protecção do crânio, ainda que podendo ser articulada com nasais ou com viseiras); ou *elmos* (o que remete sobretudo para protecções completamente fechadas, características da Idade Média): Mário Jorge Barroca/João Gouveia Monteiro/Isabel Cristina Fernandes (2000: *passim*).

Segundo Feugère (2002:16 e 70-73), que aqui seguimos de perto, no exército romano, tal como mandava a tradição herdada de épocas muito recuadas, o capacete era considerado uma das peças mais importantes (se não mesmo a mais importante) do equipamento do guerreiro. Com origem na Idade do Bronze (1300-1200 a.C.-900/800 a.C.), onde eram ainda bastante raros, eventuais capacetes (ou protecções de cabeça) de desenho oriental difundiram-se pela Europa (recorde-se a sua representação em vasos gregos do séc. VIII a.C.: *vide* Snodgrass, 1967:14-47, onde se descrevem todos os tipos de capacete grego,

desde o elmo micénico de presas de javali), tendo a Península Itálica sido um dos primeiros territórios a adoptá-los. A partir do séc. VI a.C., os capacetes de bronze, embora ainda pouco numerosos, tiveram uma maior aceitação. Entre essa data e o séc. IV a.C. é, por isso, possível identificar a primeira série bem estabelecida de peças deste tipo: os capacetes de bronze de Negau, com origem etrusca mas cujas variantes se disseminaram pela Itália, Alpes centrais e Eslovénia; trata-se de simples protecções do crânio em bronze, munidas de uma nervura ou aresta central correndo da frente para trás e com uma depressão lateral na sua base; descendendo de uma tradição indígena longamente consolidada, não dispunham de guarda-bochechas e eram colocadas em posição por meio de uma simples correia aplicada debaixo do queixo. Entre os Celtas, conhecem-se raros exemplos de capacetes de fabrico local para o período anterior ao séc. V a.C.. As peças desse período (capacete de Berru) eram concebidas sobretudo para ostentação, como símbolos de estatuto social (*vide*, p. ex., os capacetes de Anfreville e de Canosa). Na região Cisalpina, os capacetes de ferro surgem no séc. IV a.C., o que talvez indicie um uso mais democrático desta peça entre as tropas celtas. Nesta fase, o capacete de estilo celta – uma protecção de crânio encimada por um botão ou por um porta-plumas – estava a ser fabricado, em bronze, pelos Etruscos. Este é o género de capacete (por vezes designado por “tipo Montefortino”) que equipou as primeiras legiões republicanas. Mau grado o seu desaparecimento do mundo celta, as simples protecções de crânio com botão no topo foram produzidas intensivamente na Península Itálica, ao longo dos sécs. IV e, sobretudo, III a.C.. A superfície dos capacetes era então polida e decorada de uma forma bastante simples; alguns possuíam uma pluma no topo, o que talvez servisse para distinguir mais facilmente os oficiais durante o combate (César, p. ex., nos seus *Comentários*, faz diversas referências a *insignia* deste género). Os capacetes dos oficiais dessas primeiras legiões seguiam os modelos gregos (áticos e italo-coríntios), enquanto os utilizados pelos subordinados correspondiam a tipos produzidos em massa, com formato cónico e um botão no topo. Após as reformas de Mário (c. 100 a.C.) e, sobretudo, de Júlio César (c. 50 a.C.), os capacetes do exército romano começaram a ser produzidos em fábricas (privadas? estatais?) especificamente destinadas a assegurar o equipamento militar. Nos inícios do séc. I a.C., os oficiais ainda utilizavam um capacete cónico com um botão no topo, mas este tipo de defesa de cabeça depressa seria substituído por uma versão mais lisa. Este modelo – sem *paragnathide* ou *buccula* (uma peça de protecção das bochechas, rígida ou articulável, para defesa dos dois lados da cara), substituída nos exemplos de Mainz e de Vieille Toulouse por um par de largos anéis ovais apertados pelo meio – é conhecido segundo duas versões: uma mais aperfeiçoada, pesando mais de 1 kg. – o “Tipo de Mannheim” (na região de Mainz, Alemanha); e a outra mais leve (com 500 a 800 g), mas de qualidade claramente inferior – o “Tipo de Coolus” (na zona do Marne, em França). Foram encontrados exemplares de ambos os tipos (que os arqueólogos alemães designam, de uma forma mais genérica, por “tipo de Mannheim”) num poço em Vieille Toulouse, sendo difícil explicitar se se trata de depósitos com data diferente ou de exemplares de diferentes origens, podendo dar-se o caso de corresponderem a séries distintas, uma para legionários e a outra para auxiliares. O capacete cónico do tipo “Montefortino” pode ter sido menos frequente em meados do séc. I a.C. do que até então, mas conduziu ao aparecimento de um modelo mais simples, com um botão oco, geralmente conhecido por “Tipo de Buggenum” (Holanda). Escassos em número, estes capacetes aparecem sobretudo nas embocaduras do Reno e do Mosela e têm sido associados ao ataque aos Germanos levado a cabo nessas áreas, em 12 a.C. (campanhas de Druso na

Germânia: 12-9 a.C.). Mas, a partir de outras evidências documentais (designadamente uma inscrição proveniente da Croácia), também se pode admitir que estes capacetes do “tipo Buggenum” possam já ter equipado as tropas legionárias de César.

Sempre segundo Feugère (2002:94-97 e 217), as reformas militares de Augusto (27 a.C.-14 d.C.) permitiram o aparecimento de novos tipos de capacetes. Primeiro, surgiu um capacete de bronze que é um descendente directo do modelo cesariano. Mas há também um segundo tipo que, de forma surpreendente, parece ter-se desenvolvido a partir de originais gauleses coevos. O género de capacete classificado como “Tipo de Weisenau” (nos arrabaldes de Mainz, Alemanha), derivado de um capacete de ferro celta do final do período La Tène, ou 2.^a Idade do Ferro (com uma protecção de nuca bem desenvolvida, geralmente inclinada, aberturas para as orelhas e um reforço frontal) deve ter sido fabricado em oficinas muito próximas das anteriores seguindo, sem dúvida, a mesma tradição artesanal; os 40 exemplos que se conhecem têm datas compreendidas entre os finais do principado de Augusto e as primeiras décadas do séc. II. Quanto à evolução dos capacetes de bronze itálicos, ela está, nas suas linhas gerais, bem estabelecida. O citado modelo “tipo Buggenum”, com um botão na parte superior e uma guarda sobre o pescoço, protegendo a nuca, superou as peças de tipo Mannheim-Coolus, dominantes em meados do séc. I a.C.. Esse modelo de Buggenum será talvez o último a poder ser considerado como descendendo da linha de peças etrusco-itálicas, e os seus sucessores beneficiariam de uma série de acrescentos. Dois capacetes descobertos no acampamento romano de Haltern (Vestfália, Alemanha, inícios do séc. I d.C.), datados do período 9 a.C.-9 d.C. (*i.e.*, entre a morte de Druso, sobrinho de Augusto, e o célebre desastre de Varo em Teutoburgwald), um, em bronze, e o outro, em ferro, permitem seguir a evolução das peças de protecção da cabeça, designadamente do capacete itálico: maior desenvolvimento da guarda da nuca, formando um ângulo recto (ou quase) com a calote de protecção do crânio; botão cónico no cimo; reforço frontal, para maior protecção contra golpes desferidos a partir de cima; tubos laterais para aplicação de plumas verticais; alargamento das protecções das bochechas, com recorte semi-circular no bordo da frente (um ao nível dos olhos, outro ao nível da boca); entalhes para reforço da protecção do crânio; etc. Outros exemplos (capacetes de Mainz-Weisenau e de Besançon) evidenciam decorações muito cuidadas, tirando partido das diferentes cores dos materiais (ferro, cobre, latão, prata, e mesmo esmalte ou coral). Vulgar era também os capacetes possuírem um forro (de couro, de tecido ou de feltro), circunstância que os orifícios detectados nas peças que subsistiram (em especial nas mais tardias) claramente evidencia; Feugère recorda que Amiano Marcelino faz, no contexto do cerco de Amida (359 d.C.: invasão da Mesopotâmia pelos Persas), referência ao *pileus*, um género de ‘gorro’ que as tropas podiam, em alternativa ao forro, utilizar debaixo do capacete.

Entretanto, quando alcançamos a segunda metade do séc. III d.C., constatamos que o estudo dos capacetes fica prejudicado, tanto pela raridade do material arqueológico como, sobretudo, pelas representações escultóricas sobreviventes. Foi dito, de forma precipitada, que, nessa época, o exército romano abandonou o uso de capacetes. Mas a investigação científica tem desmentido essa afirmação. Não é verdade que os capacetes tenham desaparecido em meados do séc. III, para reaparecer mais tarde, no início da centúria seguinte, sob uma forma, compósita, inteiramente nova, por influência da cultura militar dos Partos. Tais capacetes, munidos de arestas ou nervuras (o chamado *Spangenhelm*) foram usados no Ocidente desde a viragem do séc. I para o séc. II d.C.. Em Roma, na Coluna de Trajano, podemos ver representados capacetes cónicos compósitos, num dos

casos munido talvez de um nasal, atribuídos a Dácios ou a Sármatas. Como remata Feugère (2002:97), foi devido à grande crise (económica, política e militar) de meados do séc. III d.C. que o tipo de capacetes do Principado, com a sua peça única de protecção do crânio e o seu trabalho artesanal meticuloso, sofreu descontinuidades. Pouco tempo depois, a partir da época de Diocleciano (284-305 d.C.), uma rede de *fabricae* do Império assumiria a manufactura dos capacetes, conduzindo ao declínio do sistema de produção tradicional (*vide infra*, Livro II, cap. XI e nota 89).

Ainda assim, existem diversos exemplos de capacetes dos sécs. IV e V d.C. que, mantendo a estrutura dos seus antecessores (ex.: protecção do crânio em duas peças e presença de guarda-nuca), são profusamente decorados: é o caso do capacete descoberto em 1910, em Deurne (no Brabante), actualmente num museu de Leiden (Holanda) e composto por placas de ferro cobertas com folha de prata dourada, apresentando decoração gravada e rebites de prata que transmitem uma impressão de luxo e de bom gosto, para além de uma inscrição contendo um nome e um peso (talvez identificando o responsável pelo controlo da quantidade de prata utilizada); ou o célebre capacete de Berkasovo (Budapeste, Hungria), tão esplendoroso como o anterior ou ainda mais (Feugère, 2002:188), actualmente à guarda do museu de Voivodine, em Novi-Sad (Sérvia). Yann Le Bohec (2006:112-113), que na capa desta sua obra mais recente reproduz justamente o capacete de Berkasovo, acentua, pelo seu lado, para este período do Baixo-Império (séc. IV d.C.), a convivência entre os modelos de capacete semi-esféricos (mais frequentes e com duas meias-calotes fixadas entre si por um friso de rebites) com os modelos compostos por várias placas articuladas (em especial nos capacetes cónicos). O mesmo investigador, na sua síntese, realça ainda a busca de simplicidade por parte de muitos fabricantes de capacetes deste período tardio, a existência de aberturas para as orelhas e a presença de rebites para os cobre-pescoços, cobre-nucas, cobre-bochechas e viseiras. As cristas ou penachos chamaram também a atenção de Le Bohec, que não deixa contudo de enfatizar a diferença entre os capacetes dos peões (muito menos ornamentados) e os dos cavaleiros, muito mais luxuosos: deusas Vitórias e leões (na época pagã); pedras preciosas e elementos de prata; e até, no célebre capacete de Constantino I, a partir de 312 d.C. (data da sua vitória sobre Maxêncio, na Ponte Mílvia, actual Ponte Molle, hoje integrada em Roma), o crisma (*i.e.*, as iniciais gregas do nome de Cristo: o X e o P, o qui e o rô, entrecruzando-se de maneira a formar uma espécie de cruz, compondo assim o novo emblema do exército: o *labarum*).

33 - *Catafractis et loricis*: optámos por nos manter sempre próximos do texto de Vegécio, evitando assim iniciar uma escalada de interpretações sempre discutíveis, dada a imprecisão da terminologia armamentista do autor ao longo de todo o tratado (consequência, decerto, de a obra ter sido escrita nos finais do século IV d.C., mas aludindo essencialmente a práticas dos séculos anteriores). Não deixaremos de registar que, tal como observou Milner (1996:16, n. 4), Vegécio, ao longo do seu compêndio, tanto usa os termos *catafracta* e *lorica* de forma permutável como em acrescento um do outro (tal como sucede na passagem em apreço).

Como explica Feugère (2002:74-75, 98-106 e 215), o armamento romano comportava três grandes tipos de *lorica*:

a) a *lorica hamata* (“chain mail” em inglês; “Kettenpanzer” em alemão; “Cotte de Mailles” em francês; “Loriga” ou “Cota de Malha” em português), isto é, uma camisa de anéis de malha metálica entrelaçados, de confecção complexa e que chegou tardiamente aos campos de batalha. Baseava-se na combinação de dois princípios – a robustez e a flexibilidade,

consistindo em anéis metálicos achatados e rebitados de forma encadeada, de maneira a que cada um dos elos se encontrava ligado a quatro outros elos vizinhos. Assim, o impacto de um golpe de espada era distribuído por uma superfície demasiado ampla para que o utilizador pudesse sofrer ferimentos sérios, pelo menos ao nível do combate corpo-a-corpo (pois contra os dardos arremessados pelas peças de artilharia não havia defesa possível por nenhuma protecção de corpo desta época). A grande desvantagem da *lorica bamata* era o seu peso (até 12 kg.), o que a tornava na armadura comum mais pesada desde a Idade do Bronze (1300-1200 a.C. – 900/800 a.C.). Parece que foram os armeiros gauleses (tão competentes quanto os romanos), no decurso do séc. IV a.C., os primeiros a fabricar e divulgar estas peças (Mathieu 2006:40), que continuariam em uso pela Idade Média dentro (também em Portugal: Barroca, 2003:129-130). Há poucos (e, além disso, muito fragmentários) testemunhos materiais de cotas de malha gaulesas, o que indicia o elevado custo da respectiva manufactura. Não é seguro, portanto, que tenha equipado a maioria dos guerreiros. A cota de malha de origem gaulesa era reforçada nos ombros por um elemento a que se chama “sur cotte”, o qual podia ser fechado por meio de um botão decorado ou de uma pequena falera ou, então, de uma simples barra (Mathieu, *ibidem*). Por baixo da cota de malha, o guerreiro gaulês vestia uma espécie de cambais (*gambison*) de couro ou, provavelmente, de tecido espesso, a que os Romanos chamavam *subermalis*; não consta da documentação arqueológica, mas as experiências mostraram a necessidade desta peça, que, nomeadamente contra as armas de estoque, reforçava a eficácia defensiva da cota de malha. É igualmente possível que o peão gaulês pesadamente armado do séc. III a.C. vestisse, por cima da cota, uma túnica fina, de uma tinta muito clara, para se proteger do sol cujos raios escaldavam os anéis metálicos (Matthieu, *ibidem*). O vestígio arqueológico mais antigo de *lorica bamata* que se conhece hoje provém da Roménia (Ciumesti) e data do séc. III a.C., pois esta nova tecnologia não apareceu antes de meados da Segunda Idade do Ferro (c. 450 a.C. ao séc. II–meados do séc. I a.C.), justamente no coração do mundo celta (território onde o seu uso se restringiu à aristocracia guerreira). A interpretação e reconstituição destas peças a partir das suas representações artísticas tem suscitado muitos embaraços, pois os escultores sentiam muitas dificuldades técnicas para mostrar milhares de elos metálicos entrelaçados, acabando por recorrer a alguns truques para o conseguir (p. ex., exagerando o tamanho dos anéis). Durante o século final da República (séc. I a.C.), parece terem existido dois tipos de desenho de *lorica bamata*: um mais antigo, talvez de origem celta, em que os braços e os ombros do guerreiro surgem protegidos por uma espécie de capa aberta; e outro, mais frequente, documentado desde o final do séc. II a.C. (ex.: friso de Pérgamo), apresentando duas largas protecções nos ombros, presas frontalmente ao peito e fixadas de forma transversal. A *lorica bamata* viria a ser adoptada pelos Romanos, segundo dois estilos ligeiramente diferentes: o estilo “gaulês”, muito popular entre a cavalaria do séc. I d.C.; e o estilo “grego”, que apresentava alguns reforços ao nível dos ombros.

b) a *lorica squamata*, uma protecção de corpo bastante pesada, composta por pequenas placas de metal fixas numa base de tecido ou de couro, à maneira de escamas (a “loriga de escamas”, conhecida em Portugal na segunda metade do séc. XI: M. J. Barroca, 2003:129). Segundo Feugère, tem uma origem oriental e o seu uso está documentado desde a Idade do Bronze (pelo menos desde o séc. VII a.C.). Os Romanos utilizaram esta defesa de corpo ao longo de todo o tempo, constituindo a facilidade de fabrico e de reparação desta peça a explicação mais plausível para a sua longevidade. A *lorica squamata* era composta por

placas de metal cosidas umas às outras e a um suporte, oferecendo uma protecção razoável por um preço relativamente modesto; além disso, o utilizador podia mexer-se livremente. Quando bem limpa e polida, “brilharia de forma resplandecente na parada, tal como a pele de uma cobra ou um peixe acabado de apanhar” (Feugère, 2002:74). Era a protecção ideal para equipar tropas de segunda linha sem grandes custos, o que convinha a um exército como o romano, que incluía importantes contingentes de forças auxiliares. Curiosamente, tendo origem no Médio Oriente (os Celtas desconheciam-na), não teve grande divulgação entre os Gregos (há mais exemplos de *lorica squamata* oriundos da Crimeia do que da Grécia), embora tenha chegado à Península Itálica, pela primeira vez, através do mundo helénico. Foi decerto difundida no exército romano pelas tropas auxiliares orientais (massivamente recrutadas desde o séc. I d.C.) a partir da era cristã, existindo muitos exemplos deste modelo em estátuas ocidentais dos sécs. I a IV d.C.. A sua construção era muito simples: o armeiro recortava escamas numa folha de metal e depois unia-as por meio de anéis metálicos, como telhas num telhado. Conhecem-se pelo menos 36 tipos diferentes de escamas de *lorica squamata*, as mais documentadas apresentando forma rectangular, com 20 a 30 mm de comprimento por 10 a 20 mm de largura, sendo um dos topos arredondado; cada uma das escamas era espalmada por um golpe de martelo e a placa era perfurada por diversos pares de pequenos orifícios, para fixação. Uma descoberta na Escócia (em Carpow) permitiu conhecer os detalhes da fixação das escamas no Ocidente: elas eram primeiro dispostas em filas, unidas por pequenos pedaços de arame de bronze que passavam através dos orifícios, nas zonas laterais, sendo presas pela parte de trás; então, cada fiada era ligada pelos seus orifícios do topo a um suporte resistente, por uma correia que percorria todo o comprimento da fiada. Segundo Feugère (2002:98), não era requerida muita habilidade para pôr em prática este método, fabricando ou reparando a *lorica squamata*. Esta peça era utilizada sobretudo, embora não exclusivamente, pela cavalaria romana, talvez por se considerar que assegurava à infantaria uma protecção menos eficiente do que outras peças. Muitas das representações iconográficas funerárias que subsistem associam a *lorica squamata* à cavalaria ou a centuriões. Desconhece-se como era apertada ao corpo pelo utilizador, mas o carácter rígido dos seus componentes tornava necessária uma abertura manobrável por laços ou ganchos.

c) a *lorica segmentata*, bastante desenvolvida pelo exército romano desde a primeira metade do séc. I d.C. e verdadeira ‘imagem de marca’ do exército legionário do Principado, uma vez que se trata, neste caso, de uma invenção romana. Não espanta, pois, que esteja representada em numerosos monumentos, a começar pelas Colunas de Trajano e de Aureliano. Consistia em segmentos de finas folhas de ferro justapostas, ligadas internamente por meio de correias de couro e com placas de ombro articuladas. Existem diversas teorias quanto à sua origem, uma das mais sugestivas indicando que foi copiada do equipamento dos gladiadores, uma vez que estes combatentes utilizavam formas de protecção articulada defendendo o tronco e os membros superiores. Actualmente, a maioria dos investigadores pensa que a *lorica segmentata* seria usada apenas pelos legionários (ainda que não de uma forma universal). Relativamente aos dois tipos anteriores, assegurava uma maior protecção ao utilizador, nomeadamente contra armas aguçadas ou setas, ou contra golpes particularmente violentos; além disso, permitia uma grande liberdade de movimentos, em especial ao nível dos ombros, que se achavam reforçados. Em contrapartida, possuía uma grande quantidade de ganchos, fivelas e dobradiças que quebravam com facilidade, enquanto as correias de couro que asseguravam a flexibilidade ao nível dos ombros se mostravam

vulneráveis ao suor e à chuva forte. Percebe-se, portanto, que, apesar de protegerem bem e de impressionarem bastante os inimigos, estas lorigas nunca tenham chegado a ser o equipamento-padrão dos legionários, para quem devem ter sido originalmente concebidas (Feugère, 2002:101-102).

Ao longo de gerações, historiadores houve que defenderam a tese de que, no séc. III d.C., em resultado da forte crise que abalou o Império Romano, o exército teria abandonado as protecções de corpo que acabámos de descrever. No entanto, a investigação científica tem contrariado tal ideia: há suficientes estátuas e relevos documentando a sobrevivência da *lorica hamata*, da *lorica squamata* e da *lorica segmentata*; e, quando isso não acontece, deve ter-se presente que os militares também podiam ser representados como civis, de túnica e manto, sem que isso possa ser visto como prova do abandono, pela infantaria, das suas protecções de corpo tradicionais. Deve também recordar-se que, segundo a *Notitia Dignitatum* (cujo *terminus ante quem* de produção é, segundo Le Bohec, o ano de 401 d.C.) refere a existência de uma *fabrica loritaria* em Autun, na Gália (Feugère, 2002:104-106; *vide* também *infra*, Livro II, cap. XI e nota 89). É admissível pensar que os lamentos de Vegécio (*vide infra*, Livro I, cap. XX) e a crescente raridade de representação dessas armas na iconografia romana do Baixo-Império apontem para uma perda de qualidade do equipamento individual dos legionários. Mas, como observa Feugère (2002:190), “é difícil aceitar que tenha havido um abandono completo desse equipamento à medida que o séc. IV avança. Muitas descobertas arqueológicas mostram que a cota de malha, em particular, estava ainda em uso no séc. IV; o seu reaparecimento nos inícios da Idade Média revela de forma suficientemente clara que ela não desapareceu da tradição militar, mesmo se a sua utilização no Baixo-Império foi menos generalizada do que havia sido nos inícios do Principado”.

Finalmente, quanto à expressão “catafractas” (*vide* também *infra*, Livro III, cap. XXIII e nota 206), designa geralmente os cavaleiros pesadamente couraçados de origem oriental, montados em animais, também eles muitas vezes protegidos por couraças (de metal ou de corno). O termo é utilizado desde o séc. I d.C., a partir dos relatos de Tácito (nascido c. 56 d.C.), sendo certo que os Romanos copiaram também este modelo de cavalaria, muito generalizado entre os Partos, os Dácios ou os Sármatas, entre outros. Goldsworthy (2007:434) afirma que, durante as suas campanhas na Gália, em meados do séc. IV d.C., Juliano, na altura ainda *César*, utilizou uma unidade de catafractas. Segundo o mesmo autor, a primeira dessas unidades terá sido recrutada por Adriano (117-138 d.C.), tendo-se depois tornado comuns, especialmente nas províncias orientais do Império. Este ponto de vista é partilhado por Le Bohec (2002:132). Pelo seu lado, Feugère (2002:214) não se distancia destas interpretações, definindo *cataphractus* como “o nome usado a partir do séc. I d.C. para descrever um cavaleiro couraçado de origem oriental (Tácito)”. *Vide* também *infra: clibanarius* (Livro III, cap. XXIV, nota 211).

34 - Como o próprio nome indica, o fustíbalo era uma funda amarrada a um cabo de madeira (ou fuste). Na época medieval, esta arma foi mesmo conhecida por “funda fuste” ou “funda de manguela”, por oposição à simples “funda de mão”, cujo manejo se fazia com uma só mão (Bandeira 1993:108-109; e Monteiro 1998:541-542). *Vide* também *infra*, Livro III, cap. XIV, onde Vegécio explica em que consiste o *fustibalus*, assim como estabelece uma distinção entre os *fundibulatores* e os *funditores*, dois tipos de fundibulários.

35 - Em todas as batalhas e cercos havia lugar ao uso de pedras e de outros projecteis lançados à mão. Como sustenta Feugère (2002:160), a arma-rainha deste género de combate

era, sem dúvida, a funda, devido ao poder e à precisão que as suas cordas giratórias eram capazes de imprimir aos mísseis. O projectil dos fundibulários, de início em pedra ou em barro cozido, era por vezes fundido em chumbo, tal como acontecia na Grécia desde a Idade do Bronze (foram mesmo encontrados projecteis de chumbo para fundas nas escavações realizadas em Cnossos). No séc. VI a.C., aparecem-nos projecteis de funda contendo inscrições, uma prática que se espalharia nas eras clássica e helenística e que os Romanos imitariam até ao séc. I d.C., altura em que caiu em desuso. Muitos museus recolheram pedras deste tipo, com inscrições de vários géneros, desde símbolos (ex.: um raio, numa pedra de Alésia) a invectivas contra o inimigo (ex.: *Avale*, ou “engole isto”). Algumas destas inscrições eram fundidas no projectil, enquanto outras eram gravadas à mão na própria pedra, dando conta do humor dos soldados romanos [ex.: no cerco de Perúgia, em 40 a.C., as tropas de Octaviano lançaram pedras dizendo “Fulviae (lan)dicam peto” (referindo-se a Fúlvia, mulher de Marco António), o que levou os guerreiros de António a responder com outras pedras, onde se podia ler “peto Octavia(ni) culum”]... A um arqueólogo alemão, Zangmeister, deve-se uma recolha especialmente completa destes bizarros projecteis (Feugère, *ibidem*).

Entretanto, o mais vulgar era as (poucas) pedras de funda que continham inscrições trazerem gravado o nome do comandante da legião, circunstância feliz porque permite, nesses casos, relacionar os achados com determinados acontecimentos concretos, ocorridos em datas precisas. Conhecem-se exemplos disso para a Sicília, a Espanha e a Itália. Na Gália, são raros esses achados, constituindo a melhor excepção os projecteis de chumbo encontrados em Mas d’Agenais (Lot-et-Garonne, sudoeste da França), que, ao mostrarem a inscrição MANL, permitem relacionar, com probabilidade elevada, um combate com o propretor L. Mânlio, governador da província da Transalpina em 77 a.C.. Mânlio foi forçado a retirar-se precipitadamente para a Gália na sequência de uma derrota sofrida às mãos de um oficial de Sertório, quando tentava apoiar Quinto Metelo na sua guerra na Hispânia. O achado permite situar no espaço a morte de Mânlio, que se sabia (através das fontes escritas) ter perecido na Gália, em consequência de uma emboscada levada a cabo por forças da Aquitânia (Feugère, *ibidem*).

Tanto César (a propósito da sua guerra na Gália) como Tácito (p. ex., quando descreve o conflito armado entre Otão e Vitélio, junto ao rio Pó, durante a guerra civil de 68-69 d.C., aberta pela morte de Nero) fazem referências concretas e expressivas à utilização de fundas arremessando pedras com violência. No caso concreto dos Gauleses, parece que os projecteis de chumbo foram pouco utilizados (a não ser, claro, quando eles combatiam ao lado dos Romanos, integrados nas tropas auxiliares), mas, em contrapartida, parecem ter-se servido, de uma forma engenhosa, de outros materiais (p. ex., de ‘balas flamejantes’, uma mistura provável de barro e de erva (Feugère, 2002:161).

36 - *Plumbata*: segundo Le Bohec (2006:110), “trata-se de uma pequena lança, terminada por uma ponta com cerca de 12 cm comportando um peso de chumbo no meio, o que lhe dava uma maior força de penetração. A extremidade podia (...) ser ou não munida de farpas ou barbelas. Em 1992, os arqueólogos encontraram 42 *plumbatae* repartidas por 27 sítios, sobretudo na Bretanha, no Reno superior, no Danúbio e nas proximidades de Aquileia, o que levou a dizer que tinham sem dúvida uma origem romana, e não germânica; mas foram mais eficazes contra os Germanos do que contra os Persas. Estiveram em uso (...) pelo menos até ao início do século V”. Segundo Feugère (2002:184), a *plumbata* é, tal como a nativa *bebra* (*vide infra*, Livro I, cap. XX, e nota 51), uma variante dos dardos de cabeça farpada e oca que se popularizaram no Baixo-Império Romano, anunciando o

famoso *ango* dos Francos. A sua especificidade consiste em possuir um bolbo de chumbo em forma de charuto associado a uma cabeça de dardo de ferro, estreitado na base e concebido para aumentar a penetração. Há numerosos exemplos ocidentais dos sécs. IV e V d.C., mas também foi encontrado um exemplar tardio, do séc. VI, a leste do Mar Negro. Pelo tamanho e forma das suas barbelas, esta arma, poderosa e eficaz, deve efectivamente ser relacionada com os dardos de cabeça farpada e oca típicos do Baixo-Império, “mas é possível que o acrescento de um peso de chumbo pretendesse adaptá-la a uma técnica de combate diferente, talvez de origem mediterrânica” (Feugère, *ibidem*). Segundo o mesmo autor, a *plumbata* deve também ser vista em conexão com o *pilum* do Alto-Império, que possuía um peso por baixo da estrutura piramidal que fixava a haste de ferro ao cabo de madeira (*vide infra*: Livro I, cap. XX, nota 49).

37 - *Mattiobarbulus/Martiobarbulus*: segundo Feugère (2002:184), uma variante tardia de *plumbata*, arremessada com a mão.

38 - O principado de Diocleciano decorreu entre o golpe de Estado de 284 e 305 d.C.. Logo em 285 ou 286, Diocleciano criou a “diarquia imperial”, ao associar Maximiano ao poder. Mais tarde, talvez em meados de 293, o regime tornou-se numa “tetrarquia”, ao passar a incluir também dois Césares: Galero e Constâncio Cloro. Estes encontravam-se subordinados aos dois Augustos (Diocleciano, dito “Jupiteriano”, que possuía a autoridade suprema, e Maximiano, dito “Herculiano”, que o secundava). Cada um destes quatro governantes dispunha de um exército, com a missão específica de defender uma parte do Império. Como observa Le Bohec (2006:20), os intérpretes desta “tetrarquia imperial” eram todos oficiais do exército, originários da Ilíria (por isso convictos do valor da romanidade) e pagãos. Em 305, Diocleciano e Maximiano abdicaram (conforme estava previsto no próprio sistema, ao fim de 20 anos de poder), dando origem a um período de guerras civis que se prolongaria até 324, terminando com a vitória de Constantino (filho de Constâncio Cloro).

39 - Sobre o treino da cavalaria e o papel nele desempenhado pelo *exercitator* e pelo *magister campí*, confira-se o que dissemos na nota 25. *Vide* também *infra*, Livro II, cap. XXIII, e Livro III, cap. II.

40 - Cerca de 20 kg..

41 - Sobre a anona, recorde-se o que dissemos mais acima (Livro I, cap. XIII, nota 27). Pensa-se que foi durante as reformas de Mário (c. 107 a.C.) que se terá introduzido a prática de cada legionário transportar às costas, num saco de couro suspenso ao ombro (talvez amarrado ao próprio *pilum*) todos os seus pertences, já que, para aumentar a velocidade de deslocação dos exércitos, foram proibidos os escravos e os animais de carga e reduziu-se ao mínimo indispensável o trem de bagagens. Daí que os legionários tenham recebido a alcunha de “mulas de Mário” (Goldsworthy, 2007:157). *Vide* também *infra*, Livro II, cap. XXIII, nota 130 (*sarcinae*).

42 - *Geórgicas*, 3.346-348.

43 - Graciano comandou os destinos da parte ocidental do Império Romano entre 375 e 383 (ano em que foi assassinado, em Lyon). Conforme assinalámos no Estudo Introdutório, esta referência de Vegécio é importante para o estabelecimento da data aproximada de composição do tratado.

44 - (...) *et catafractis et galeis*. A nossa opção de traduzir *galeis* por *capacetes* assenta nos mesmos motivos apresentados na nota 32, para o caso de *cassidibus*. Aliás, neste capítulo, Vegécio utiliza alternadamente os termos *cassis* e *galea* para nomear as defesas de cabeça dos soldados romanos. Para o caso da *catafracta*, termo que se repete várias

vezes neste capítulo, em alternância com *lorica*, recorde-se também o que dissemos no final da nota 33.

45 - *Draconarii*: os porta-dragões. Segundo Milner (1996:20, n. 2), o dragão surgiu inicialmente como um estandarte da cavalaria auxiliar (curiosamente representado na Coluna de Trajano como estando em uso entre os Dácios), alastrando mais tarde (no século IV d.C.) a todo o exército, incluindo às unidades da infantaria legionária. *Vide* também *infra*, Livro II, cap. XIII.

46 - *Signiferi*: como explica Le Bohec (2002:51), cada um dos manípulos (ou agrupamentos de duas centúrias legionárias) possuía um *signum* (uma bandeira ou estandarte), que era confiado a um *signifer*, a quem competia indicar o caminho a seguir, tanto na marcha como no combate (para além de algumas tarefas de vigilância a desempenhar no interior do acampamento, em torno dos depósitos de dinheiro e do mercado).

47 - Grevas: peça de protecção da canela, que os Romanos parecem ter usado menos do que os Gregos. Segundo Feugère (2002:76), “caíram rapidamente em desuso (com poucas excepções) no início do séc. I d.C., reaparecendo ocasionalmente como parte do equipamento desportivo envergado pela cavalaria no séc. III”. Durante o Principado, o desejo de proteger melhor os membros dos soldados (habitualmente deixados de fora pelas defesas de corpo) levou ao acrescento de *pteryges*, ‘asinhas’ que prolongavam a protecção de corpo até ao nível das coxas (e, por vezes, também para os membros superiores, que, desde o séc. II a.C., aparecem por vezes representados, p. ex., no relevo do Pérgamo, como dispondo de um guarda-braços do tipo do utilizado pelos gladiadores). Como explica Feugère (2002:106), enquanto as protecções de corpo serviam para defender a vida dos soldados, as dos membros superiores e inferiores visavam garantir que ele pudesse continuar a lutar: p. ex., um soldado atingido na perna por uma seta ou um dardo não podia prosseguir o combate e ficava numa posição frágil, sem qualquer utilidade para os seus companheiros. Por isso, os prolongamentos das defesas de tronco eram muito apreciados, sobretudo quando tinha de se enfrentar um exército forte em contingentes de arqueiros. Feugère recorda ainda que, no monumento de Adamclisi (na Roménia, comemorativo das vitórias de Trajano na Dácia), alguns dos legionários deste imperador são representados com guarda-braços e com protectores de pernas (estes últimos possivelmente restritos aos oficiais a partir do grau de centurião). Quanto aos materiais em que eram fabricados estes protectores, nem sempre é fácil identificá-los a partir da iconografia coeva, mas não é seguro que fossem sempre peças metálicas, podendo existir também protectores de perna em couro, como um descoberto há pouco tempo no porto de Narbonne, no Sul de França (Feugère, *ibidem*). *Vide* também *infra*: Livro II, cap. I e nota 63 (*equites ocreati*).

48 - Trata-se aqui de categorias próprias do exército do tempo da República, que seriam profundamente alteradas na sequência das reformas militares de Mário (*vide infra*, Livro III, cap. X, nota 174). Como explica Adrian Goldsworthy (2007:31-32), entre os fins do séc. IV a.C. e o séc. II a.C., “o exército de Roma era recrutado de entre todos os cidadãos do sexo masculino, possuidores de propriedade suficiente para lhes permitir equipar-se para a guerra. Os mais ricos serviam na cavalaria, uma vez que podiam assegurar a manutenção do seu cavalo, loriga e armas. O núcleo do exército era composto por infantaria pesada, com a maior parte dos seus efectivos recrutada de entre os pequenos proprietários rurais. Os mais pobres constituíam a infantaria ligeira, que não carecia de loriga, podendo ainda servir como remadores na marinha. Cada legião compunha-se destes três elementos – 300 cavaleiros, 3000 homens na infantaria pesada e 1200 na infantaria ligeira (*velites*).

A infantaria pesada era depois dividida em três linhas, baseadas na idade e experiência militar de cada homem. Os 1200 mais jovens eram designados *bastati* e deveriam combater na primeira linha. Os que se encontravam na flor da idade eram conhecidos por *principes* e proviam a segunda linha, enquanto 600 veteranos, ou *triarrii*, guarneciam a retaguarda. Cada linha compunha-se de dez unidades tácticas ou manípulos, consistindo em duas unidades administrativas ou centúrias, cada uma comandada por um centurião. O centurião da unidade da direita era o oficial superior, que comandava todo o manípulo se ambos os centuriões estivessem presentes. Os manípulos de cada linha dispunham-se a intervalos iguais aos da frente, entre cada unidade e a seguinte. Os intervalos eram cobertos pelos manípulos da linha seguinte, de modo a que a formação da legião se assemelhasse a um tabuleiro de xadrez (*quincunx*). Em campanha, a legião romana era apoiada por uma asa ou *ala* de aliados latinos ou itálicos, composta por aproximadamente o mesmo número de infantes, mas com mais do triplo dos cavaleiros. Um côsul recebia normalmente duas legiões e duas *alae*. A formação típica apresentava as legiões ao centro, com uma *ala* em cada flanco, sendo por isso habitualmente designadas como a ala direita ou esquerda, em conformidade com a sua disposição. Algumas das tropas aliadas – usualmente um quinto da infantaria e um terço da cavalaria – eram retiradas das alas, para formar os *extraordinarii*, colocados à disposição do comandante do exército. Os *extraordinarii* eram frequentemente usados como vanguarda da coluna, em situações de progressão, ou funcionavam como retaguarda, durante a retirada”.

No capítulo em apreço, Vegécio alterou a ordem tradicional, colocando os *principes* na primeira linha e os *bastati* na segunda. Milner (2006:21, n. 3) pensa que Vegécio procedeu assim por razões etimológicas, mas também porque, na prática, a ordem podia ser invertida (tal como decorre da leitura de Tito Lívio). *Vide* também *infra*, Livro II, cap. XV (e nota 96); e Livro III, cap. XIV (e nota 178).

49 - *Pilum*: lança de arremesso composta por uma haste de ferro comprida e delgada presa a um cabo de madeira e munida de uma ponta afiada de forma piramidal. Trata-se de uma arma típica dos exércitos romanos, uma “criação individual” (Feugère, 2002:80). Contrariamente às muitas armas e peças de equipamento defensivo que os Romanos copiaram de outros povos que foram submetendo, o *pilum* tem, portanto, uma origem itálica. Como recorda Feugère (*ibidem*), a tradição de uso de mísseis compostos por pequenas cabeças agarradas a hastes longas e finas vem muito de trás: 15 túmulos do cemitério de Ostoria dell’Osa (em Roma), datados do séc. IX e inícios do séc. VIII a.C., produziram reproduções em miniatura dessas armas, de conservação muito difícil em resultado da sua fragilidade. É sabido que ao descrever, em meados do séc. II a.C., o equipamento defensivo da infantaria romana, Políbio alude a dois tipos de lanças de arremesso (uma mais pesada do que a outra), compostas por cabos de madeira com três cúbitos de comprimento (c. 1,38 m), equipadas com cabeças (no sentido do conjunto formado pela haste de ferro e a ponta piramidal) pesadas e tão longas quanto os cabos; metade do comprimento desta cabeça estava, entretanto, enterrada no cabo de madeira, ao qual se achava firmemente ligada por meio de rebites. Assim, Feugère deduz desta descrição de Políbio um comprimento total de 2,07 m (1,38 m + 0,69 m) para cada um dos modelos de *pilum* referidos, o mais leve e o mais pesado, sendo que cada um dos legionários transportaria um exemplar de cada tipo. Aparentemente, na zona em que a cabeça da arma, mais exactamente a haste de ferro, ligava ao cabo de madeira, existia uma espécie de bolbo, de formato esférico ou piramidal, sendo este sistema de encabamento o prevalecente durante o Império (Feugère, *ibidem*).

Apesar de ser, reconhecidamente, uma arma poderosa, o *pilum* também tinha as suas limitações, designadamente uma baixa velocidade de voo, que permitia a um inimigo ágil esquivar-se a tempo, ou até capturar o míssil e devolvê-lo à procedência. Este último aspecto levou à reformulação da arma, que passou a ter uma cabeça mais delgada, de modo a que, quando espetasse no escudo do opositor, encurvasse, tornando o *pilum* inutilizável (e, muitas vezes, até difícil de arrancar, tal como Vegécio dirá a seguir, o que podia levar mesmo o inimigo a ter de abandonar o seu próprio escudo: *vide infra*, Livro III, cap. X, nota 174, batalha de *Aquae Sextiae*, em 101 a.C.)! Segundo Plutarco, Mário terá promovido ainda outra alteração, ditada pela experiência da guerra que travou contra os Cimbros e os Teutões, em 102-101 a.C. (*vide infra*, Livro III, cap. X, nota 174): substituiu um dos dois rebites de ferro que seguravam a haste do *pilum* ao cabo por uma cavilha de madeira, que estalava ao primeiro impacto da arma no escudo adversário, tornando-a definitivamente inutilizável. No entanto, a verdade é que, meio-século depois, Júlio César ainda dava conta, nos seus *Comentários* sobre a guerra na Gália, de guerreiros nerviosos que arremessavam de volta os dardos romanos (Feugère, 2002:82).

Durante a República, o *pilum* sofreu algumas alterações ao nível das dimensões da haste de ferro e dos métodos de encabamento. Feugère destaca um modelo com uso provável no séc. III a.C. e, sobretudo, no séc. II a.C., possuidor de uma cabeça curta (entre 25 e 32 cm, com secção triangular e duas aletas), ligada por dois rebites a uma placa trapezoidal. Este tipo foi decerto utilizado na Grécia, tendo sido encontrados exemplares no *Nekromanteion* (oráculo dos mortos) de Éfira (Grécia, destruído pelo fogo em 167 a.C.). Um tipo semelhante, mas com pé triangular, foi encontrado no nível de destruição de Entremont, (c. 123 a.C., ou um pouco depois), sítio francês que também deu uma ponta de *pilum* oca. Ao que parece, a partir desta época, o comprimento da cabeça aumentou de forma considerável: o exemplar de Entremont mede 78 cm, um outro oriundo de Numância (Espanha) 95 cm, e outros ainda, provenientes de Alésia ou da região do Sona (França), chegam a ultrapassar os 100 cm. Em Numância, sítio estudado por Schulten, 19 dos 26 exemplares não estão montados numa placa rebitada, apresentando antes uma cavidade, com a dimensão das cabeças a variar imenso, entre os 19 e os 95 cm. O mesmo tipo aparece em Alésia, onde tanto se usou a solução de encabamento recorrendo a cavidades quanto a rebites ou espigões. No final do período das guerras na Gália, ter-se-á desenvolvido um outro género, ainda que sem grande futuro no Principado, composto por uma haste afilada com furação lateral para pregos; de Ouroux (Saône, França) chegou-nos um exemplar bem preservado deste tipo, com 76,5 cm de comprimento e munido ainda de uma virola (Feugère, 2002:82-83).

Durante o Principado, os *pila* apresentam as mesmas características gerais do período republicano, acusando apenas pequenas alterações, sempre restritas ao exército romano que manteve a exclusividade no uso desta arma. É certo que, nos séculos finais do Império, o *pilum* caiu em desuso, mas, curiosamente, a Antiguidade Tardia acabou por assistir ao renascimento do hábito de utilização de uma arma de arremesso munida de uma ponta de ferro afiada: há quem veja no *pilum* romano o antecessor remoto do *ango* dos Francos, uma arma ofensiva que seria muito importante na história militar da Alta Idade Média (Feugère, 2002:129). O *pilum* do Alto-Império possuía uma cabeça de ferro com 60 a 90 cm de comprimento, ou até mais, sendo raro encontrar exemplares completos. As principais variações de configuração incidiram sobretudo na forma de fixação da haste de ferro ao cabo de madeira (cujo comprimento preciso é difícil de determinar). À maneira da fase final da República, nos inícios do Principado encontramos dois métodos principais de

encabamento: o espigão e a cavidade. “Encaixado no terminal engrossado do cabo de madeira, o espigão do *pilum* do Alto-Império estava fixado por um sistema de pregação cruzada, ao mesmo tempo que uma virola de secção quadrangular evitava o lascar da extremidade do cabo” (Feugère, *ibidem*). Os melhores exemplares de *pila* deste tipo provêm do acampamento de Oberaden (um dos mais antigos acampamentos romanos na Alemanha a ser escavados, ocupado entre c. 12-9 a.C. durante as primeiras campanhas de Druso) e três deles possuem ainda a estrutura de madeira com forma piramidal a que o espigão era ligado por três rebites que se conservaram graças à humidade. A virola piramidal permite, aliás, estimativas cronológicas bastante precisas quanto à evolução destas armas. De Kalkriese (também na Alemanha), associados ao desastre de Varo em 9 d.C., provêm outros exemplares semelhantes, mas com os ângulos superiores da virola alongados em espora, característica que desapareceria posteriormente. Os exemplos mais tardios parecem datar do período de Cláudio (41-54 d.C.): Hod Hill e Rheingönheim (Feugère, *ibidem*).

O sistema de encabamento com cavidade (que encontramos, p. ex., em Alésia) ainda estava em uso nos inícios do Principado (Augsburg-Oberhausen, Alemanha), embora fosse menos comum do que o anterior. As cabeças destes exemplares eram significativamente menos afiladas. Sem nunca se ter extinguido, este modelo acabou por ressurgir no séc. III d.C., conforme documentam os achados obtidos no *limes* renano e no País de Gales (Caerleon), datáveis de pouco antes de 260 d.C.. Da região renana vêm também outros exemplos que confirmam a tendência para um reforço do sistema de encabamento, revelando *pila* com cavidades mais profundas, de secção quadrangular; no entanto, segundo Feugère (*ibidem*), estes tipos não parecem ter tido grande disseminação.

Tudo isto mostra como, ao contrário do que muitas vezes se pensa, o *pilum* não deixou de ser utilizado pelos legionários após o séc. II d.C., uma impressão erradamente transmitida pela circunstância de rarearem nessa época os memoriais dedicados aos legionários, por comparação com os dos soldados auxiliares. Também o grosso das descrições das fontes escritas alusivas aos *pila* data dos inícios do Principado, o que reforçou aquela interpretação. No séc. III d.C. já quase só encontramos representações do *pilum* em memoriais da cidade de Roma (em ligação directa com soldados da guarda pretoriana): “De certo modo, o *pilum* voltava ao seu ponto de partida”, depois de ter parecido sempre, aos olhos dos soldados não-romanos, uma arma bizarra (Feugère, 2002:131).

Finalmente, vale a pena recordar que algumas ilustrações de *pila* (p. ex., no monumento de Adamclisi, na Roménia, alusivo às vitórias de Trajano na Dácia em inícios do séc. II d.C.) mostram uma protuberância esférica por baixo da estrutura piramidal que fixava a haste de ferro ao cabo de madeira. Segundo Feugère, o facto foi interpretado como tratando-se de um peso destinado a reforçar a capacidade de penetração da arma. Existem mesmo memoriais do séc. III d.C. que mostram *pila* equipados com duas ou três dessas massas esféricas. No entanto, a Arqueologia ainda não identificou nenhum exemplar concreto (Feugère, *ibidem*).

Segundo Goldsworthy (2007:239), o alcance do *pilum* seria da ordem dos 14 metros (ou um pouco mais, quando arremessado em terreno inclinado, de cima para baixo, tal como sucedeu na batalha de *Aquae Sextiae*, em 101 a.C.: *vide infra*, Livro III, cap. X, nota 174). Tal como Vegécio dirá mais adiante (Livro II, cap. XV), os soldados romanos eram especialmente treinados no arremesso do *pilum* já que este, quando atirado com perícia e com vigor, trespassava muitas vezes, quer os peões munidos de escudos, quer os cavaleiros protegidos com lorigas. Na mesma passagem, Vegécio afirma que, no seu tempo, se chamava

spiculum ao antigo *pilum*. *Vide* também *infra*, nota 51 (*bebra*); e *supra*, Livro I, cap. XVII, nota 36 (*plumbata*).

50 - Cerca de 22,5 cm a c. 30 cm, respectivamente. *Vide* também *infra*, Livro II, cap. XV (e notas 100 e 101), onde o cabo do *pilum* é estimada em cinco pés e meio (c. 1,65 m).

51 - *Bebra*: segundo Feugère (2002:183-184), a *bebra* a que Vegécio faz alusão, como arma nativa, pode corresponder aos dardos de cabeça farpada e oca que surgem no seio do exército romano no Baixo-Império, logo se tornando muito populares. Configuram como que um predecessor directo do *ango* dos Francos do séc. VI. O seu uso disseminou-se a partir do séc. IV d.C., em especial nas regiões germânicas. Será uma arma deste género que Estilício (um dos mais famosos chefes militares romanos de origem bárbara) segura na representação que podemos ver no célebre díptico de Monza. Foram encontrados exemplares desta arma na Baviera, na Borgonha e na Bretanha. *Vide* também *supra*: Livro I, cap. XVII, nota 36 (*plumbata*); e Livro I, cap. XX, nota 49 (*pilum*).

52 - Vegécio dedica agora cinco pequenos capítulos (XXI a XXV) ao tema da construção, organização interna e fortificação dos acampamentos. Mas mais adiante (Livro III, cap. VIII), voltará ao assunto, com mais vagar. Por esse motivo, inseriremos o nosso comentário apenas neste último passo (*vide* nota 159). Para já, notaremos apenas que, como refere Milner (1996:23, n. 2), o conceito de “cidade móvel” que Vegécio irá desenvolver é peculiar da tradição romana tardia, sendo inspirado pelo *carrago* dos Godos, citado como exemplo no Livro III, cap. X; no entanto, a imagem de um acampamento como uma cidade remonta pelo menos a Políbio (c. 203 a.C a c. 120 a.C.). Veja-se também *infra*, Livro II, cap. XVIII: “(...) uma legião bem treinada é como uma cidade altamente fortificada, que traz consigo por todo o lado tudo o que é necessário para o combate (...)”.

53 - O equivalente a quase 90 cm.

54 - Um pouco menos de 2,70 m de largo por cerca de 2,10 m de fundo.

55 - Um pouco menos de 3,60 m de largo e quase 2,70 m abaixo do nível do solo.

56 - Um pouco menos de 3,60 m de largo por quase 3,90 m de profundidade (já que a parede formada pela terra extraída do fosso tinha quase 1,20 m de altura).

57 - Sobre a formação da az em “rectângulo” (opção de tradução para *acies quadrata* que nos parece preferível a “quadrado”, ou a “quadrado longo”, tendo em conta o sentido do trecho), veja-se também *infra*: Livro III, caps. XX e XXVI. Sobre a utilização da disposição em quadrado durante a marcha, *vide infra*, Livro III, cap. VI (nota 155).

58 - Sobre a “cunha”, *vide* também *infra*, Livro III, caps. XVII a XX. Sobre a utilização da disposição em cunha durante a marcha, *vide infra*, Livro III, cap. VI (nota 155).

59 - Cerca de 15 km. De acordo com De Man (2006:49, n. 1), “a marcha militar diária (...) consistia em percorrer cerca de 16 milhas, mas as marchas forçadas (...) chegavam às 30 milhas. Um exemplo extremo é dado por César, cujas tropas chegavam a percorrer 48 milhas em vinte e quatro horas”. Recordemos que a milha romana equivale a mil passos duplos, *i.e.*, a um pouco menos de 1500 metros.

60 - A Primeira Guerra Púnica foi travada entre os anos de 264 e 241 a.C., e a Segunda entre 218 e 201 a.C., tendo esta incluído a famosa batalha de Canas (hoje Monte di Canne, nos arredores de Canossa di Puglia, em Itália), em 216 a.C., uma estrondosa derrota romana (*vide infra*, Livro II, cap. IV, nota 71), que Cipião Africano (na sequência de um programa intensivo de treinos a que Vegécio se vai referir já de seguida) vingaria em Zama, 14 anos mais tarde (*vide infra*, Livro III, cap. XXIV, nota 215). Sobre estas duas importantes batalhas, deve ver-se também Adrian Goldsworthy, 2001, *passim*; e 2007b: 61-79.

Livro II

61 - Virgílio, *Eneida*, I.1.: “Arma virumque cano...”.

62 - *Velis*. Sobre o *vexillatio* e o *vexillum*, *vide infra*, Livro III, caps. IV e V, notas 148 e 150, respectivamente.

63 - *Equites ocreati*. Sobre as grevas, *vide supra*, Livro I, cap. XX, nota 47.

64 - *Liburnae*: navios de guerra muito utilizados pelos Romanos e de que Vegécio muito falará na parte final do seu *Compêndio*, toda dedicada à guerra naval: *vide infra*, Livro IV, em especial os capítulos XXXI a XXXVII (e respectivas notas, em particular a nota 258).

65 - *Lusoriae*: barcos destinados essencialmente a missões de patrulha nos rios. Sobre as *lusoriae naves* e as *scafae exploratoriae naves*, *vide infra*, Livro IV, em especial os caps. XXXI (nota 258) e XXXVII (nota 267).

66 - Segundo Milner (1996:31, n. 5), os Dárdanos eram um povo guerreiro da região central dos Balcãs, no Norte da Macedónia (actual planície do Kosovo). Submetidos pelos Macedónios em 335 a.C. e pelos Romanos no séc. I a.C., mostraram-se sempre difíceis de controlar, mas não deixaram de constituir uma boa fonte de recrutamento de soldados para aqueles dois impérios.

67 - Sobre os *principes*, os *hastati* e os *triarii*, *vide supra*, Livro I, cap. XX. Sobre os *antesignani* (os que combatiam na primeira linha, em frente dos estandartes ou *signa*), *vide infra*, sobretudo o Livro II, cap. XVI (nota 108). Sobre os *ferentarii*, os *sagittarii* e os *funditores* (tropas ligeiras, arqueiros e fundibulários), *vide supra*, Livro I, caps. XX, XV e XVI, respectivamente. Como observa Milner (1996:32, n. 8), este modelo de legião, com as suas próprias tropas ligeiras, deriva de Catão, *De Re Militari*.

Como explicámos no Estudo Introdutório, tradicionalmente a legião romana era composta por 10 coortes, cada qual com seis centúrias de 80 homens (ou de 60 homens, numa fase inicial), excepto a primeira coorte, que só possuía cinco centúrias, mas com o dobro dos efectivos. Assim, no período da República (em que, como Vegécio dirá no início do cap. IV deste Livro, cada um dos dois cônsules conduzia duas legiões) e durante o Alto-Império, uma legião romana (quando completa, o que nem sempre acontecia) apresentava até 5120 soldados de infantaria pesada (4320 das coortes II a IX e 800 da coorte I), equipados com escudo largo, capacete, loriga, *gladius* (ou *spatha*), *pilum* (*a*) e punhal, para além de 120 cavaleiros. No total, 5240 legionários (dos quais menos de 2,3% eram cavaleiros). *Vide*, entre outros, Edward Luttwak (1979:14). Le Bohec (2002:34), apoiando-se em diversas fontes, estima um número de 15 legiões em 31 a.C. (à data da batalha de Áccio, entre Octávio e Marco António), 23 a 25 em 14 d.C. (à data da morte de Augusto), 25 legiões em 23 d.C. (no reinado de Tibério), 28 legiões (podendo chegar às 33) em 161 d.C. (à morte de Antonino Pio e subida ao poder de Marco Aurélio) e 33 legiões em 211 d.C. (à data da morte de Septímio Severo), somando (juntamente com as forças não legionárias) efectivos alegadamente compreendidos entre os 160 000 e uns (excessivos) 456 000 homens. Segundo Le Bohec, em 23 d.C. (a meio do principado de Tibério, o sucessor de Augusto), o exército romano devia dispor de perto de 300 000 homens, dos quais 10 000 integrados nas diversas unidades da guarnição de Roma (4500 dos quais na guarda pretoriana), 250 000 no “exército das províncias” (125 000 pertencentes às 25 legiões existentes à época e, de acordo com o princípio tradicionalmente invocado pelos historiadores, embora hoje posto em causa, outros tantos às tropas auxiliares) e 40 000 na marinha. Sobre a composição das legiões, segundo Vegécio, *vide infra*, Livro II, cap. VI. Sobre as tropas auxiliares ou *auxilia*, *vide infra*, Livro II, cap. XIV, nota 93.

Como veremos ao longo da obra, à medida que avançamos no tempo a tendência foi para a redução do número de efectivos das legiões (havia mais legiões, mas com menos homens) e para o reforço do número de cavaleiros que as integravam (caberia ao imperador Galieno, 260-268, elevar o contingente de homens montados de 120 para 726; sobre a reforma deste imperador, *vide* Barbosa, 2006:162-163). Como é sabido, cada legião era designada por um número e por um nome (ex: *I Minerviana*, *II Augusta*, *III Cirenaica*, etc.).

68 - No momento da desmobilização, era outorgado a quem o pedia e merecia um certificado de boa conduta (*tabula honestae missionis*); seguidamente, podia ser emitido um “diploma militar”: duas tabuinhas de bronze ligadas por um fio revestido com os selos de sete testemunhas, levando o mesmo texto por dentro e por fora. Estes “diplomas” continham diversas informações (imperador, unidades, província, méritos, privilégios, data, nomes, local e testemunhas), tratando-se de cópias certificadas de textos afixados em público (no Capitólio, até 88; atrás do novo templo de Augusto divinizado, a partir de 90). Estes documentos serviam para os imperadores outorgarem o direito de cidadania e/ou de casamento a veteranos (ou a soldados em serviço há mais tempo do que o normal). Note-se que os legionários não recebiam este tipo de “diplomas”, excepto os inicialmente recrutados na marinha; o seu caso era distinto, mesmo com o favorecimento do serviço voluntário no Alto-Império. Quanto aos pretorianos, começaram a receber tais “diplomas” na sequência da guerra civil de 68-69 (subsequente ao suicídio de Nero), enquanto os auxiliares os receberam devido às dificuldades existentes no seu recrutamento. Veja-se Le Bohec (2002:240-242), que explica também o debate que esta questão ainda suscita entre os historiadores, com alguns a considerarem que os “diplomas militares” eram uma regra e outros (talvez mais próximos da verdade) a opinar que só eram emitidos mediante pedido (a quem tinha direito e necessidade deles) a bel-prazer do príncipe ou em circunstâncias particulares.

69 - Le Bohec (2002:74-75) estima que, durante o Alto-Império, haveria necessidade de cerca de 18 000 novos recrutas por ano: 6000 legionários (a uma média de 240 para um referencial de 25 legiões: *vide* supra, nota 67), 6000 auxiliares e outros 6000 para a guarnição de Roma e a marinha. Parece um número baixo, face aos recursos demográficos disponíveis, mas não era fácil de conseguir (sobretudo tendo em conta que, durante muito tempo, existiu um claro imperativo de qualidade, o que tornava o universo de recrutamento bastante mais restrito). Primeiro, apelava-se aos voluntários e só depois se completava o processo com soldados recrutados ao abrigo do princípio do serviço militar obrigatório (o qual, pelo menos em teoria, vigorou durante todo o Império). Quando era necessário (*i.e.*, nos períodos de crise, como por exemplo após o desastre de Varo em 9 d.C., em Teutoburgwald, região de Osnabrück, na Alemanha, onde três legiões, seis coortes de infantaria auxiliar e três alas de cavalaria foram surpreendidas e aniquiladas pelos Germanos chefiados por Armínio; ou durante as guerras características da crise do século III), recorria-se ainda à mobilização de veteranos.

70 - O imperador Trajano, um dos mais reputados da dinastia dos Antoninos, governou Roma entre 98 e 117. Sexto Júlio Frontino (c. 35-103) foi um destacado oficial civil (foi pretor e cônsul em Roma) e comandante militar romano, tendo-se distinguido como governador da Bretanha em meados da década de 70. A mais célebre das obras de Frontino que chegaram até nós, intitulada *Strategemata*, foi escrita depois do ano 84 (ainda no principado do imperador Domiciano), consistindo numa compilação de exemplos de estratégias militares retirados das histórias da Grécia e de Roma, com o propósito de contribuir para a instrução dos oficiais romanos.

71 - Naturalmente, houve exceções, a mais famosa das quais correspondeu à batalha de Canas, em 2 de Agosto de 216 a.C., na qual os Romanos apresentaram nada menos do que oito legiões (quatro com cada um dos cônsules: Lúcio Emílio Paulo e Gaio Terêncio Varrão). Mesmo assim, foram derrotados por Aníbal, tendo sofrido perto de 50 000 baixas, para além de 20 000 prisioneiros (contra apenas cerca de 5700 perdas no seio do exército cartaginês). As baixas romanas foram especialmente altas entre as famílias da ordem senatorial: o cônsul Emílio Paulo foi morto, assim como mais de oitenta senadores e quatro dos oito tribunos militares. Veja-se Adrian Goldsworthy (2001, *passim*; 2007:61; e 2007b: 72-75), que apresenta como uma das principais explicações para este tremendo desastre romano (em campo aberto) justamente o facto de os respectivos comandantes se terem então visto a braços com a necessidade de comandar um exército muito mais numeroso (cerca de 86 000 homens) do que aquilo a que tinham sido habituados.

Tentaremos de seguida reconstituir os momentos essenciais desta batalha (veja-se também *infra*, Livro III, cap. XIV, nota 177), recorrendo à síntese apresentada por Júlio Rodríguez González no seu utilíssimo *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma* (2005:114-115), uma obra recente e que se apoia nas fontes literárias antigas mais importantes, assim como na mais relevante bibliografia do tema, tanto clássica como moderna. Tendo invadido a Península Itálica há já dois anos, em Agosto de 216 a.C., o líder cartaginês, Aníbal Barca, encontrava-se na região da Apúlia (no Sudeste da Península Itálica), tendo estabelecido o seu aquartelamento de Inverno na cidade de *Gerunium* (actual Santa Croce di Magliano). Os seus movimentos eram vigiados de perto pelas tropas dos dois cônsules do ano anterior (Gneu Servílio Gémino e Marco Atílio Régulo), agora tornados procônsules. Por decisão do Senado romano, foram atribuídas quatro legiões (em vez de apenas duas) a cada um dos cônsules de 216 a.C. – Lúcio Emílio Paulo e Gaio Terêncio Varrão. Assim sendo, e levando ainda em linha de conta a presença de alguns contingentes de aliados itálicos e o possível reforço de cada uma das legiões (pelo menos no que diz respeito à cavalaria: c. 300 homens), os dois cônsules podiam contar com um exército de mais de 80 000 infantes e perto de 6000 cavaleiros. Era uma força muito poderosa, ainda que inexperiente (já que dois terços dos homens não tinha ainda traquejo militar).

Perante isto, Aníbal, saturado de ser fustigado pelos *raids* dos Romanos, decidiu propor-lhes combate em campo aberto: abandonou Gerónimo e ocupou a cidadela de Canas, onde o exército romano tinha um importante centro de abastecimento. A 2 de Agosto, o comando do exército romano estava nas mãos de Varrão (os cônsules alternavam diariamente o comando das tropas) que, após alguns dias de provocações cartaginesas, acabou por aceitar o combate numa planície próxima de Canas, junto ao rio Áufido (actual rio Ofanto). Os Romanos estavam então estacionados em dois acampamentos (o maior dos quais na margem do rio) e dali saíram para se dispor em formação de batalha.

Segundo Rodríguez González, a ala esquerda romana, assim como o comando supremo, ficaram entregues a Varrão que tinha consigo a maior parte da cavalaria aliada (4800 homens). Na ala direita (a mais próxima do rio), posicionou-se o cônsul Emílio Paulo que comandava a infantaria pesada e o resto da cavalaria (1600 homens). No centro, formou o grosso das legiões, às ordens dos procônsules Servílio e Atílio. Quanto à vanguarda, era composta por infantaria ligeira e por arqueiros. Entretanto, uns 10 000 *triarrii* (os mais veteranos dos legionários: *vide supra*, Livro I, cap. XX, nota 48) foram deixados no principal acampamento romano, com ordens do cônsul Emílio Paulo para que, quando comesse a luta, contornassem a batalha e atacassem o acampamento cartaginês. Finalmente, no

acampamento mais pequeno, ficou um número indeterminado de soldados, sob o comando de dois tribunos militares (Públio Semprônio Tuditano e Gneu Octávio).

Sempre de acordo com Rodríguez González, do outro lado, o exército de Aníbal tinha 40 000 infantes e 10 000 cavaleiros. O chefe cartaginês dispôs na vanguarda os famosos fundibulários das ilhas Baleares (*vide supra*, Livro I, cap. XVI) e a infantaria ligeira. Atrás deles, posicionou-se metade da infantaria pesada africana, envergando as lorigas dos Romanos mortos em combates anteriores. Mais atrás, os Iberos e os Celtas, assim como o resto dos Africanos sob o comando de Magão Barca (irmão de Aníbal). No flanco esquerdo cartaginês, alinhou a cavalaria ibérica e celta, às ordens de Asdrúbal Giscão, e, no flanco oposto, a cavalaria nómada, comandada por Hanão. Como reserva, Aníbal guardou 1000 cavaleiros, às ordens de Maárbal.

Convém destacar que tanto a ala direita cartaginesa como o flanco esquerdo romano se apoiavam na linha de água. E, sobretudo, que os Romanos estavam virados para sul (*i.e.*, para o sol) e os Cartagineses para norte, um factor não despidendo numa batalha travada em Agosto no Sul da Península Itálica... Antes do início do combate, parece também ter-se levantado um vento pernicioso (a que os habitantes da região chamam de *voltumnus*), que soprou na direcção do exército romano, retirando visibilidade aos soldados. A batalha começou cedo (à “primeira hora do dia”) com o arremesso de lanças, dardos e pedras de uma parte a outra. No momento do choque das infantarias pesadas, o centro cartaginês retrocedeu [num movimento que alguns autores interpretam como uma adaptação intencional da “manobra envolvente” macedónica: Bradford, 1992:106; e Sant’Anna 2006: *passim*], pelo que os Romanos, pressionando, romperam a formação inimiga. Enquanto isso, no flanco esquerdo, a cavalaria cartaginesa conseguia aniquilar a sua oponente romana, um movimento que terá sido facilitado pela circunstância de o cônsul Paulo, ferido por uma funda, ter desmontado, facto que foi interpretado pelos seus homens como um sinal de que deveriam prosseguir o combate a pé, com o que foram facilmente batidos pelos homens comandados por Asdrúbal Giscão. Entretanto, no outro flanco, feriu-se um renhido combate entre forças de cavalaria até que os combatentes nómadas ao serviço de Aníbal conseguiram pôr os adversários em fuga. O resultado do combate nas duas alas tornou então possível a manobra preparada pelo grande general cartaginês: no momento em que o centro da formação cartaginesa começou a recuar, “as alas cartaginesas, incluindo os esquadrões de cavalaria de ambos os flancos (que, após perseguirem os cavaleiros romanos, se tinham reintegrado na batalha), cercaram o centro romano, atacando-o pela retaguarda e a batalha converteu-se num massacre dos romanos” (Rodríguez González, 2005:114). Segundo o mesmo autor, a I, a II, a XII e a XV legiões romanas terão sido aniquiladas por completo, tendo a V e a VI legiões sofrido muitas baixas. Os Cartagineses terão aprisionado 3000 peões e 1500 cavaleiros. Entretanto, durante a batalha, os 10 000 Romanos que haviam ficado no acampamento principal tinham atacado o arraial cartaginês, cuja guarnição começava já a ceder quando chegou Aníbal que regressava vitorioso da batalha e os socorreu, liquidando uns 2000 Romanos e aprisionando os restantes. Ao contrário do seu parceiro Paulo, o cônsul Varrão conseguiu escapar vivo desta catástrofe, tendo-se refugiado em Venúsia (hoje: Venusia), onde se lhe juntaram outros 4000 sobreviventes (entre infantes e cavaleiros). Um outro grupo (onde se incluía Públio Cornélio Cipião, o futuro vingador deste desastre em Zama, e por isso cognominado de *Africano*), com cerca de 4000 peões e 200 cavaleiros, conseguiu refugiar-se em Canúsio (actual Canosa). Aqui chegaram também os tribunos Semprônio e Octávio, acompanhados de apenas 12 cavaleiros e 50 peões que tinham conseguido escapar

a partir do mais pequeno dos acampamentos romanos. Segundo Rodríguez González, as perdas cartaginesas terão sido da ordem dos 4000 aliados celtas, talvez 1500 Africanos e Iberos, e 200 cavaleiros, embora Tito Lívio as faça subir até aos 8000 homens.

Extraordinário foi, sem dúvida, o facto de Aníbal não ter explorado de imediato este tremendo sucesso, avançando sobre Roma, tal como lhe era proposto por alguns oficiais cartagineses. A hesitação, num momento em que Roma ficava literalmente à beira do colapso, revelar-se-ia fatal. Catorze anos mais tarde, após anos de encurralamento no Sul da Península Itálica, onde foi sujeito a uma intensa guerra de usura, Aníbal seria derrotado por Cipião Africano em Zama (actual Tunísia), numa batalha que poria fim à Segunda Guerra Púnica (*vide infra*: Livro III, cap. XXIV, nota 215).

72 - Sobre a tatuagem dos soldados do Baixo-Império, *vide supra*, Livro I, cap. VIII (e o que dissemos na nota 12). A operação de recrutamento militar era o *dilectus*, habitualmente a cargo do governador da província (na Península Itálica, no Alto-Império, como não havia organização em províncias, o imperador enviava um *dilectator* expressamente para esse fim). Nessa época (em especial nos séc. I e II), o apuramento dos recruta começava pela *probatio*, a junta de saúde (também para os oficiais, que escapavam à acção do *dilectus*, tal como alguns centuriões). Constava de um exame físico (robustez, sexo, visão, estatura). Seguiu-se o exame intelectual: saber latim (a língua do comando) e, pelo menos para alguns, saber ler, escrever e contar (*vide infra*, Livro II, capítulo XIX). O aspecto jurídico era também ponderado: um filho de notável poderia lutar para ser centurião, um cidadão era encaminhado para ser legionário, e um filho de família de “peregrino” ou “estrangeiro” era orientado para as tropas auxiliares. Por vezes, quando a necessidade de legionários era premente, atribuía-se o estatuto correspondente a um bárbaro, antes de o alistar; por isso se diz, muitas vezes, que o exército romano era uma máquina de multiplicar cidadãos. Outros possíveis impedimentos jurídicos para entrar no exército romano decorriam do exercício de uma ocupação desonrosa (p. ex.: mercador de escravos) ou de uma condenação anterior (p. ex.: por adultério). Como já sabemos (*vide supra*, Livro I, cap. IV, nota 4), a idade da incorporação situava-se entre os 18 e os 21 anos, mas excepcionalmente podia-se ir até aos 30 anos (antes, durante a República, todos os cidadãos entre os 17 e os 46 anos podiam, em princípio, ser mobilizáveis por períodos de tempo até 16 anos: Feugère, 2002:38-39). Tanto os oficiais como os simples soldados tinham vantagem em possuir boas cartas de recomendação. Após a *probatio*, o *tiro* (nesta fase ainda com estatuto intermédio, entre o civil e o militar) passava por três formalidades: i) inscrição nas listas (*in numeros referri*); ii) marcação ou recepção do *signaculum* (*vide supra*, Livro I, cap. VIII e nota 12); iii) juramento de bem servir, pelos deuses e pelo imperador (*iusiurandum* ou *sacramentum*), o que ocorria quatro meses após a *probatio*. Sobre tudo isto, veja-se Yann Le Bohec (2002:73-77). Como explicámos na nota 11 (Livro I, cap. VII), no Baixo-Império os princípios do recrutamento militar alteraram-se significativamente, ganhando um contorno fiscal, que privilegiava a quantidade em detrimento da qualidade. Vegécio não esconde a sua decepção por esta degradação, que considera responsável pelos fracassos do exército romano da sua época.

73 - De um modo geral, e conforme demonstrou Le Bohec (2002:257-272), os legionários romanos revelaram um grande arreigamento ao paganismo mais tradicional e mais nacional. Tal como explicámos no Estudo Introdutório, os cultos indígenas e orientais, embora com lugar nos acampamentos, chegaram tarde e com pouca força. Os deuses orientais só se difundiram significativamente no exército romano no século II d.C., só tocaram

uma parte desse exército (sobretudo os respectivos quadros) e tiveram mais sucesso no Mediterrâneo Oriental. O mais importante desses cultos foi o de Mitra (iraniano, o culto de Mitra, tornado o Sol invencível, era em parte concebido como uma milícia, e o terceiro dos seus sete graus de iniciação conferia o título de “soldado de Deus”). Apesar de as fontes cristãs (como Tertuliano) e de algumas fontes pagãs (como Díon Cássio) insistirem na receptividade dos soldados à nova fé, a impossibilidade de os cristãos se envolverem nas tradicionais práticas de sincretismo religioso (conjugação de uns deuses com os outros, para otimizar a sua acção), assim como a difícil compatibilidade entre o juramento ao Estado e os sacramentos cristãos (*i.e.*, entre a milícia de Cristo e a do imperador, p. ex., em matérias como o derramamento de sangue) dificultou a aceitação do Cristianismo entre os soldados romanos. Quanto ao culto imperial, pelo menos durante o Alto-Império, esteve mais enraizado entre os pretorianos e nos corpos menos romanizados do que entre os legionários, que se limitavam a formular votos de “saúde” e “vitória” pelo imperador e a rezar a Júpiter para que o preservasse. Celebrava-se o aniversário do imperador através de uma festa e de um juramento e o busto imperial estava na capela das insígnias, no centro do acampamento, sendo o respectivo culto servido por um soldado destacado para o efeito: o *imaginifer*. Também os colégios militares, renovados por Septímio Severo (193-211), estimularam este culto. No entanto, apenas se venerava o Génio e o Númen do imperador, tal como os *diui* e a *domus Augusta* (a família do soberano). Por volta do ano 200, esta tornou-se *domus diuina* e o imperador foi qualificado de *dominus noster*. As imperatrizes tornaram-se então “mães dos acampamentos” (*vide* Le Bohec, 2002: 268-269).

74 - Sobre o culto imperial e a penetração do Cristianismo no exército romano, *vide* a nota anterior. Sobre a composição das legiões, *vide* o que dissemos na nota 67 (Livro II, cap. II).

75 - A soma correcta seria: 6100 soldados de infantaria e 726 cavaleiros. Como explicámos mais atrás (Livro II, cap. II, nota 67), habitualmente a legião dos finais da República e Alto-Império é representada como um conjunto de 10 coortes, cada qual com seis centúrias de 60 a 80 homens (*i.e.*, 360 a 480 efectivos por coorte), excepto a primeira coorte, que teria apenas cinco centúrias, mas com efectivos dobrados (ou seja, 600 a 800 legionários). Um total, portanto, de 3840 a 5120 homens. Os números de Vegécio são um pouco mais elevados, provavelmente porque o seu cálculo se baseou em cerca de 100 homens por centúria (a possível dimensão desta unidade em épocas mais recuadas, segundo De Man, 2002:58, n. 1, ou em certas regiões), tendo considerado, decerto, cinco centúrias (e não seis) por coorte. De facto, como observa Milner (1996:36, n. 1), Vegécio parece ter chegado ao número de 555 soldados de infantaria nas coortes II a X da seguinte forma: cinco centúrias de 100 homens (*i.e.*, 500 camaradas de tenda, ou *contubernales*, organizados em 10 grupos de 10 homens, em cada centúria: *vide* o capítulo seguinte) + 10 *decani* (nome dado desde o séc. IV d.C. aos chefes dos grupos de 10 companheiros de tenda) em cada uma das cinco centúrias + cinco centuriões por coorte. Na Primeira Coorte, haveria quase exactamente o dobro (1105 efectivos). Quanto aos cavaleiros, também já vimos que as legiões romanas dos finais da República e do Alto-Império incluíam apenas 120, tendo cabido ao imperador Galieno (260-268) elevar o contingente de homens montados de 120 para 726, num evidente esforço de aumento da mobilidade do exército romano (que assim pôde reforçar a eficácia das suas reservas estacionadas atrás das fronteiras). Milner supõe que Vegécio calculou os cavaleiros (66 em cada coorte, excepto na primeira, que teria o dobro: 132) com a seguinte distribuição: duas turmas de 32 cavaleiros por coorte,

chefiadas por dois decuriões. Portanto, este é um dos capítulos que mostra claramente as dificuldades que temos em atribuir uma hipotética data precisa ao ‘modelo’ de legião proposto por Vegécio: para a infantaria, ele parece entrar em linha de conta com práticas republicanas muito antigas; mas, para os cavaleiros, já adere ao modelo (tardio: segunda metade do séc. III d.C.) de Galieno: mais de 700 no conjunto da legião! Tal é o resultado do facto de a obra em apreço ser um compêndio, com ‘colagens’ de modelos de autores de diferentes épocas, e não um trabalho original. Refira-se ainda que, segundo Pedro Barbosa (2006:162-163), Galieno terá tornado independentes das legiões os antigos corpos de 120 cavaleiros, os quais deixaram de ser sobretudo “exploradores” e “escoltas” para se tornarem em verdadeiras unidades táticas de cavalaria pesada: as *vexillationes*, autênticas “forças de intervenção rápida”, cada qual com uma média (muito oscilante, devido às dificuldades de recrutamento e às baixas) de cerca de 500 efectivos.

Quanto à distribuição das coortes na linha de batalha, assunto a que Vegécio regressará um pouco mais à frente (Livro II, cap. XV), o tratadista afasta-se do modelo republicano clássico (*bastati*, *principes* e *triarii* formando em xadrez ou *quincunx*: vide *supra*, Livro I, cap. XX e nota 48) e recorda uma legião posterior, formando em duas linhas de infantaria pesada, cada qual com cinco coortes. Como explicaremos na nota 96 desse capítulo, com base nos estudos de Goldsworthy (2007), a legião de finais da República (período posterior às reformas de Mário, c. 107 a.C.) e do Alto-Império (em especial sécs. I e II d.C.) formava geralmente em três linhas, mas tinha flexibilidade suficiente para o fazer também em duas (hipótese considerada aqui por Vegécio) ou em quatro linhas. Em qualquer dos casos, o exército começava a dispor-se da direita para a esquerda, em cada uma das linhas. A primeira coorte ocupava sempre o extremo direito da primeira linha, considerada a posição mais importante. E era dedicada uma atenção especial à qualidade dos combatentes das coortes que ocupavam as outras alas (no esquema mental de Vegécio: a quinta coorte, no extremo esquerdo da primeira linha; a sexta coorte, no flanco direito da segunda linha; e a décima coorte, na ala esquerda da segunda linha). A infantaria pesada assim disposta ocupava geralmente o centro da formação de batalha. Quanto aos cavaleiros, tendiam a ser colocados nas asas, depois dos auxiliares, enquanto a infantaria ligeira tomava geralmente uma posição mais adiantada, tendo maior mobilidade. Os comandantes romanos gostavam ainda de conservar boas tropas de reserva, na retaguarda, facto que se revelou muitas vezes decisivo.

76 - Como observa Milner (1996:36, n. 2), Vegécio concebe aqui a legião como uma combinação de coortes *miliariae* e *quingentariae*, conceitos que, em bom rigor, se aplicam a unidades não legionárias do Principado – a algumas valências da guarnição de Roma e, sobretudo, às alas e coortes das tropas auxiliares. É significativo que Vegécio recomende, numa época em que as legiões reduziam claramente os seus efectivos (tendo muitas vezes pouco mais de 1000 ou 2000 homens: veja-se também *infra*, Livro III, cap. I, nota 140), que cada *legio* não tenha nunca menos de 6100 soldados de infantaria e 730 cavaleiros!

77 - As alegadas três tribos originais (*Ramnes*, *Tities* e *Luceres*), de cuja fusão resultou a primitiva Roma. As três tribos constavam de Énio (*Annales*, fr. I, 59) *apud* Varrão (*De lingua latina*, V, 35). Sobre esta complexa questão, vide Cornell (1995:114-118); e Forsythe (2005:108-115).

78 - O principado de Vespasiano (69-79) inaugurou a dinastia dos Flávios, após a guerra civil que se sucedeu à morte de Nero (68).

79 - *Contubernium*: agrupamento funcional (designadamente logístico: tenda comum) de um conjunto de seis a dez soldados (consoante a dimensão das centúrias, nas diferentes

épocas). Veja-se, neste mesmo Livro, o final do capítulo seguinte e, sobretudo, o final do capítulo XIII. Traduziremos, regra geral, *contubernales* por “camaradas”.

80 - No início de cada dia, o legado da legião (durante o Alto-Império) transmitia aos oficiais a senha e a ordem do dia, com a distribuição das tarefas a executar – destacamentos (para abastecimento ou para defesa de postos fronteiriços), patrulhas de vigilância, ou corveias (sentinelas, limpezas, ordenanças, etc.). Para segurança do acampamento, havia algumas sentinelas especializadas: umas vigiavam a capela das insígnias (*aeditus*) ou especificamente os *signa* (*ad signa*); outras vigiavam as salas de exercício (*custos basilicae*), os armazéns de armas (*custos armorum*), as termas (*ad balnea*), os celeiros (*borrearius*) e a porta (*ad portam*); havia também o porteiro do acampamento (*clauicularius*) e eram feitas rondas por um *circitor*, recebendo os homens de guarda uma senha ou uma ordem inscrita numa tabuleta de argila (*tessera*) que lhes era levada por um tesserário (havia um por cada centúria, e alguns deles montados). *Vide* Le Bohec (2002:52-53 e 62).

81 - *Vide infra*: Livro II, capítulo XXII (e nota 120).

82 - *Vide infra*, nota 84.

83 - Segundo Milner (1996:39, n. 6), “no séc. III d.C. havia *candidati legionis*, os quais eram frequentemente admitidos no quadro de funcionários dos governadores como *beneficiarii*, mas num plano inferior (...). Parecem ser *beneficiarii* ao serviço de alguém; daí serem, para Vegécio, *principales* ao serviço. Aparecem, naturalmente, no fundo de qualquer lista de oficiais inferiores e a ideia pode ter parecido óbvia a Vegécio”.

84 - Sobre as corveias, *vide supra*, nota 80. Ao comentar as novidades surgidas a partir de Diocleciano (284-305) ao nível da hierarquia dos soldados, Le Bohec (2006:17) afirma: “nos dois primeiros séculos do Império, uma distinção principal opusera os homens que estavam adscritos às corveias (*munifices*) aos que não o estavam (*immunes*). Depois, entre estes últimos, uma segunda hierarquia tinha sido introduzida, por via dos emolumentos, a maioria desses homens recebendo um salário de base (*simples*), enquanto outros, privilegiados, auferiam um soldo e meio (*sesquiplacarii*) ou dois (*duplicarii*), ou mesmo três (*triplicarii*). Se todos os soldados deviam ocupar um lugar na linha de batalha quando a unidade travava combate, uma décima parte deles cumpria tarefas suplementares quando a unidade se encontrava no acampamento. Eram esses que, em troca, estavam normalmente dispensados das corveias e podiam ser mais bem pagos do que os seus colegas. Uns cumpriam funções puramente militares (cavalaria; artilharia; transmissão das ordens através das insígnias ou da música; segurança do acampamento; vigilância do exercício). Outros trabalhavam para os serviços (abastecimento; engenharia; serviço de saúde; sacerdotes). Outros, por fim, efectuavam missões na administração, na justiça e na polícia militar. É possível que o Estado-Maior tenha deixado de prover muitos destes lugares no decurso das guerras do século III”.

85 - No Alto-Império, no interior de cada uma das 10 coortes de que se compunha uma legião (a primeira coorte tendo cinco centúrias, e as restantes seis, como já sabemos) havia os seguintes seis títulos (por ordem decrescente de dignidade): *pilus prior* > *princeps prior* > *bastatus prior* > *pilus posterior* > *princeps posterior* > *bastatus posterior*. E, no caso específico da primeira coorte, os seguintes cinco títulos: *primus pilus* > *princeps prior* > *bastatus prior* > *princeps posterior* > *bastatus posterior*. O *primus pilus* da primeira coorte era, simultaneamente, o primeiro graduado da categoria dos centuriões em toda a legião (*centurio primi pili*). Participava nas reuniões do Estado-Maior do legado imperial e, claro, como todo o *pilus prior*, dispunha também de autoridade sobre a sua centúria e sobre a sua coorte. Em geral, admite-se que os centuriões da segunda à décima coorte

eram todos iguais em categoria, sendo classificados em função da respectiva antiguidade. Cabia a cada centurião (coadjuvado por um auxiliar: *optio*) conduzir os seus homens ao combate e obrigá-los a praticar o treino militar. Passando em média três anos e meio por guarnição, e sendo deslocado à medida das necessidades, cada centurião cumpria pelo menos 20 anos de serviço. Em princípio, deveríamos contar 59 centuriões em cada legião (cinco na primeira coorte e seis em cada uma das restantes nove coortes). Mas podia não ser exactamente assim, em resultado de lugares ocasionalmente por preencher, ou do recurso a veteranos ou a destacamentos para missões distantes do acampamento. Para um centurião (um quadro que estava bem mais próximo dos soldados do que dos nobres), a verdadeira promoção consistia em ser colocado na primeira coorte de uma legião (ou na guarnição de Roma). De entre todos os centuriões, os *primi pili* eram os que tinham maior grau de dignidade. Provinham geralmente de famílias de 'notáveis' (p. ex.: filhos de proprietários fundiários locais que exerciam cargos municipais), sendo o efectivo completado, quando necessário, por cavaleiros romanos. No século I d.C., o *primus pilus* era sobretudo recrutado nas cidades itálicas (ou nas colónias ocidentais); na centúria seguinte, em especial a partir dos principados de Trajano e de Adriano, já existem mais *primi pili* com origem provincial (os da Península Itálica preferindo a guarnição de Roma, devido aos melhores soldos e aos atractivos da capital); e, no séc. III, já quase não há Itálicos entre os centuriões *primi pili*. Como o *primus pilus* não era senão o melhor dos centuriões, não devia haver grandes diferenças de recrutamento entre ele e o comum dos centuriões. No Alto-Império, uns e outros eram oriundos da parte mais antiga e mais romanizada de uma classe média arreigada ao regime imperial (o que, aliás, traduz o cuidado estatal com a política militar). As carreiras dos centuriões apresentam uma grande variedade, embora se possam indicar duas vias preferenciais de entrada: o acesso directo à categoria, a partir da vida civil (no caso dos cavaleiros romanos ou dos filhos de notáveis); ou (mais frequente) a atribuição desse grau a homens que já viviam no seio do exército, por vezes como simples soldados ou, na maioria dos casos, a graduados (p. ex., a soldados das coortes pretorianas). Certo é que, quanto mais acima se começava a carreira, mais alto se chegava nela: um centurião *ex equite romano* progredia mais depressa e chegava mais alto do que um filho de notável. Contrariamente ao que muitas vezes se pensa, a coragem e as condecorações não pesavam muito e os centuriões estavam longe de ser escolhidos em função do seu valor, embora também seja verdade que o mérito de um centurião podia repercutir positivamente na carreira militar do respectivo filho. Sobre tudo isto, veja-se Le Bohec (2002:24-25, 44-46 e 78-82).

86 - Culminando um capítulo muito confuso, Vegécio falha novamente a conta: com os dados que forneceu, o total deveria ser de 50 centuriões (cinco por cada uma das 10 coortes) e não de 55.

87 - Os mestres das milícias (*magistri militum*) são os quadros superiores do exército romano do Baixo-Império, só tendo acima de si os Augustos e os Césares. Trata-se de uma dignidade instituída por Constantino I, perto do final do seu reinado (337). Este imperador criou dois mestres das milícias, com a categoria de "condes de primeira ordem". Mas, em 355, Constâncio II acrescentou um terceiro mestre, e fê-los aceder ao consulado. Posteriormente, o seu número aumentou. Podemos distinguir entre os mestres das milícias *praesentales* (os que permaneciam na corte) e os outros, que partiam para junto dos exércitos provinciais, no Oriente (contra os Persas), na Ilíria, na Gália ou na Trácia (sendo este último o menos importante em dignidade). Existia, pois, uma hierarquia no seio dos mestres das milícias, que Le Bohec resume da seguinte maneira (em sentido descendente): mestre das milícias

praesentalis, cavalaria (conde) > mestre das milícias *praesentalis*, infantaria (conde) > mestre das milícias regional, cavalaria (conde) > mestre das milícias regional, infantaria (conde). Mais raramente, podia haver lugar à nomeação de um *magister utriusque militiae*, das duas armas (cavalaria e infantaria), acumulando as duas funções. Entre as missões atribuídas aos mestres das milícias incluíam-se: o serviço de informações; a segurança das praças-fortes; e a organização da defesa de uma província. Se é verdade que um simples soldado podia chegar a mestre das milícias, geralmente era preciso começar mais acima para o conseguir; emblemática é a carreira de Ursicino, que foi primeiro governador e mestre da infantaria, antes de atingir o almejado posto de mestre da cavalaria. É também curioso registar a precoce germanização da função de mestre das milícias: no final do século IV, nenhum deles era Romano! Constantino I terá aberto este caminho que as guerras civis se encarregaram depois de reforçar. Para o período entre 337 (morte de Constantino I) e 395, conhecem-se 44 mestres das milícias, dos quais quase metade são Germanos. Nos finais do séc. IV, a menor firmeza dos imperadores Arcádio e Honório abriu o caminho a generais como Alarico, Estilício, Gaina e Fravita (que todavia não foram os únicos bárbaros a atingir o elevado posto de mestre das milícias). Esta situação terá ajudado a fortalecer um sentimento anti-germânico no Oriente, o qual acabaria por alastrar ao Ocidente. Em 364, Valentiniano I e o seu irmão Valente, no âmbito da partilha de poderes a que procederam, dividiram também entre si os mestres das milícias. Pela lei de 5 de Julho de 372, seria outorgado o título de *virii illustres* a estes quadros superiores. O último personagem a atingir o grau de *magister militum* tê-lo-á recebido no ano de 480. Finalmente, é interessante notar que, segundo a *Notitia Dignitatum* (um texto de administração militar produzido entre o principado de Diocleciano e os primeiros anos do séc. V: *vide supra*, Livro I, cap. XI, final da nota 20), haveria então cinco mestres das milícias na parte oriental do Império Romano (dos quais dois *praesentales* e os outros três com competências territoriais, para a Pérsia, a Trácia e a Ilíria) e apenas três na parte ocidental (todos qualificados como *praesentales*): um *magister militum* (responsável pela Península Itálica, a parte meridional da Gália e as Hispânicas); um *magister equitum* (dispondo de *uexillationes*, tanto palatinas como *comitatenses*); e um *magister peditum* (dirigindo um exército que compreendia legiões e *auxilia*, palatinas, *comitatenses* ou *pseudo-comitatenses*). Veja-se, por todos, Le Bohec (2006:77-84).

88 - Como explica Le Bohec (2002:24-25), no Alto-Império o enquadramento das tropas legionárias previa, visto da base para o topo: 59 “centuriões” (de que já se falou: *vide supra*, cap. VIII); um (ou talvez mais) “tribuno(s) de seis meses” (*sexmenstris*), a quem competia comandar a escassa cavalaria legionária (apenas 120 homens, até Galieno, como já sabemos); cinco “tribunos ditos *angusticlauii*” (por causa da banda de púrpura estreita que decorava o seu vestuário, indicando a sua pertença à ordem esquestre), cada um dos quais responsável por duas coortes; um “prefeito do acampamento” (de que Vegécio fala neste capítulo); um “tribuno dito *laticlauius*” (com uma banda larga de púrpura na sua túnica, indicando a pertença à aristocracia senatorial); e um “legado da legião” (de que Vegécio falou no capítulo anterior), também proveniente da aristocracia senatorial e podendo ter acima dele (caso houvesse diversas legiões na mesma província) um “legado do exército” (*i.e.*, um governador de província, legado imperial propretor). No caso específico das unidades instaladas no Egipto por Augusto (27 a.C.-14 d.C.), e também no caso das que foram criadas por Septímio Severo (193-211), elas tiveram como comandantes “prefeitos esquestres”. Estes precedentes inspirariam o imperador Galieno (260-268), que generalizaria o sistema, suprimindo os cargos de comando reservados aos senadores (o “legado da legião”

e o “tribuno *laticlavius*”) e promovendo, em compensação, como cabeça da legião, o antigo “prefeito do acampamento”. É difícil avaliar o efeito desta reforma, que acentuou a tendência para a profissionalização do comando militar que vinha já da segunda metade do séc. II. Essa tendência criava laços de dependência mais estreita entre o imperador e os principais chefes militares (oriundos do grupo dos “cavaleiros” e que dependiam do favor imperial para atingir essas posições), mas, por outro lado, ao diminuir a importância político-militar do Senado (cujos membros, ou parte deles, conciliavam tradicionalmente uma carreira civil com o assumir de comandos militares que lhes eram pontualmente atribuídos), tornava mais fáceis as usurpações do poder imperial. Isso obrigava os imperadores a presenças mais constantes junto dos exércitos (*vide*, p. ex., Marco Aurélio: 161-180), o que também criava situações de vantagem aparente para certas legiões, que beneficiavam da proximidade do imperador, situações essas capazes de suscitar revoltas nos exércitos estacionados noutras províncias (*vide* Goldsworthy, 2007:426-427). Sobre os ónagros, as balistas e os “outros tipos de engenhos” a que Vegécio se refere no final do capítulo em apreço, *vide infra*, Livro IV, cap. XXII (e nota 244).

89 - É muito interessante observar a evolução das oficinas romanas de fabrico de armamento, ao longo dos séculos. Segundo Le Bohec (2002:173), durante o Alto-Império cada legião possuía, no seu acampamento (*vide infra*, Livro III, cap. VIII, e nota 159), uma oficina (*fabrica*) para o fabrico de armas, regra geral dividida em duas partes: produção (com várias divisões, em formato de U); e armazéns. De acordo com este autor (2006:91), no Baixo-Império as oficinas dos acampamentos entraram em declínio, em prol dos grandes estabelecimentos oficiais (também chamados *fabricae*). No entanto, os soldados continuaram a assegurar a limpeza de armas (*samiarii*), o fabrico de arcos (*arcuarii*) e o fabrico de bainhas de espadas (*vaginarii*), para além de pequenas reparações e de outros trabalhos menores. Desde os finais do séc. III d.C. (ou, o mais tardar, a partir de Diocleciano: 284-305 d.C.), existem oficinas estatais cada vez em maior número. Neste contexto, “as armas, produzidas pelo Estado, permaneciam propriedade sua e, portanto, cada homem devia devolvê-las ao partir para a reforma” (Le Bohec, 2006:108).

Sobre este pano de fundo, Michel Feugère (2002:185-193) fornece algumas informações suplementares interessantes, relativas sobretudo às *fabricae* do período tardio do Império. Segundo ele, as oficinas estatais instalaram-se através do Império por volta dos finais do séc. III d.C., apesar de, nessa altura, existir ainda em muitos (se não em todos) os acampamentos permanentes um número elevado de oficinas de pequena ou de média dimensão, herdadas do Principado. Essas oficinas estatais constituíam verdadeiros arsenais, operando a uma escala decerto maior do que a das antigas oficinas locais, uma vez que tinham de satisfazer as necessidades bélicas de amplos sectores do Império (e não apenas da região específica onde intervinha uma determinada legião). Algumas dessas *fabricae* estatais acabaram por se especializar na produção de determinadas peças, o que lhes permitia um fornecimento em grandes quantidades, de cada vez que a necessidadeurgia. Certas oficinas estatais nasceram de arsenais pré-existentes em diversos acampamentos legionários, cuja dimensão foi aumentando desde os sécs. II e III: é o caso das *fabricae* de *Aquincum*, *Carnuntum* e *Lauriacum* (na linha do rio Danúbio), que parecem constituir já verdadeiros ‘arsenais oficiais’ desde a segunda metade do séc. III. Outras *fabricae* estatais, contudo, provavelmente nascidas nos finais do séc. III e nos inícios do séc. IV d.C., foram o resultado da criação *ab ovo* de oficinas de armas, organizando-se no quadro de “um compromisso subtil entre as exigências regionais, as tradições locais e a administração de dioceses (as áreas administrativas criadas sob a Tetrarquia)” (Feugère, 2002:185).

A informação de que dispomos hoje para conhecer as *fabricae* do Baixo-Império provém sobretudo da *Notitia Dignitatum* (*vide supra*: Livro I, cap. XI, final da nota 20), que arrola cerca de 40 oficinas, referenciando simultaneamente, em quase todos os casos, os materiais que cada uma delas produzia! Utilizando essa fonte preciosa, e conjugando-a com outras fontes (p. ex.: inscrições), Feugère (2002:186) apresenta um quadro que inclui uma lista de equipamento (escudos, espadas, coberturas de sela, lorigas, lanças, arcos, setas, artilharia, etc.) e, à frente de cada entrada, as oficinas do Império em que eram produzidas nos sécs. IV e V d.C.. Por este quadro, percebemos melhor a distribuição dessas oficinas por todo o espaço romano, da Península Itálica à Síria, mas com maior concentração nas províncias do futuro Império Romano do Oriente. Claro que a localização destas oficinas não era accidental, tirando, por um lado, partido de lugares já conhecidos pelos seus recursos em matérias-primas e em mão-de-obra experiente (p. ex.: Autun ou Argenton-sur-Creuse, na Gália), que pudessem também dar garantias em termos de segurança e de facilidade de comunicações; e, por outro, de oficinas já estabelecidas em articulação com unidades legionárias, que fossem capazes de assegurar a continuidade da produção (é o caso concreto das *fabricae* da região danubiana, como, p. ex., *Aquincum*, hoje Budapeste).

Mais complexo será perceber que motivos levaram, exactamente, ao aparecimento destas oficinas estatais, inseridas numa rede com uma escala imperial, quando aparentemente, e tal como refere Vegécio no capítulo em apreço, já se achava há muito implantado, em torno de cada acampamento legionário (ou do artesanato civil que lhe era vizinho), um esquema produtivo semi-autónomo, em matéria de produção de equipamento militar. Com a agravante de esse velho sistema, que se manteve activo até pelo menos os meados do séc. III d.C., parecer ter sido eficiente. Segundo Feugère, “pôr em actividade perto de 300 novas *fabricae* tem de reflectir a necessidade de recuperar o controlo sobre uma organização que sofrera rupturas graves devido a acontecimentos recentes e, simultaneamente, satisfazer as novas necessidades geradas pelos esforços de recrutamento massivo de Diocleciano [*vide supra*, Livro I, cap. VII, nota 11]. O motivo pode ser, tal como sugere S. James, o facto de toda a sociedade provincial do século III ter sido desorganizada, tornando essencial uma mudança; muitos artífices, tanto nas oficinas civis como nas militares, perderam os seus empregos com essa reorganização. Ao longo do Reno e do Danúbio, e também no Eufrates, a Oriente, havia muitos campos de auxiliares que já não conseguiam assegurar a produção e a manutenção do equipamento, ou até a simples segurança de armazéns que não se podia permitir que caíssem nas mãos do inimigo. Para além disso, o colapso do sistema monetário, graças a sucessivas desvalorizações, tornava o investimento privado impossível, mesmo em zonas bastante distanciadas dos teatros de guerra. Em síntese, as necessidades do exército tinham de ser satisfeitas e só o Estado podia entrar na brecha” (Feugère, 2002:186-188). Assim sendo, ao nacionalizar os maiores arsenais de guerra romanos, Diocleciano ter-se-á limitado a reconhecer a gravidade da situação que existia no terreno, ao nível das províncias.

Curiosamente, ao contrário dos trabalhadores dos moinhos de tecelagem, ou das oficinas de produção de moeda, os operários das *fabricae* gozaram de um estatuto privilegiado. Eram homens livres, recrutados como soldados (*militēs*), contando como tempo de serviço militar os anos que passavam a trabalhar nas oficinas estatais. Claro que muitos foram recrutados nas velhas oficinas legionárias. Mas, mesmo assim, a fasquia, em termos de qualidade final dos produtos, baixou: pretendia-se agora que a produção fosse rápida e funcional, de modo a assegurar a quantidade, mais do que a qualidade. A evolução sofrida ao nível dos capacetes (*vide supra*, Livro I, cap. XVI, nota 32) documenta isto mesmo.

É certo que continuaram a ser produzidas peças de enorme qualidade, luxuosas mesmo (p. ex., os citados capacetes de Deurne ou de Berkasovo), mas isso sugere a possibilidade de os melhores artífices particulares terem continuado a trabalhar para o exército durante o séc. IV, apesar da disseminação das oficinas estatais. A questão tem a sua complexidade, pois enquanto na Gália, p. ex., o sistema das *fabricae* parece não ter sobrevivido à falência do modelo administrativo e militar romano de finais do séc. IV, já no Oriente (e, de certo modo, também na Península Itálica) sabemos, através dos textos de carácter jurídico, que as oficinas do Estado se continuaram a expandir até pelo menos o séc. VI (Feugère, 2002:189-190).

Como quer que seja, e com excepção dos capacetes, não é fácil avaliar os efeitos da reorganização do sistema de produção de armas sobre as diversas peças do equipamento militar romano. De resto, nem todas as armas eram confeccionadas nas *fabricae*: segundo Feugère (2002:190), os arcos e as setas, por exemplo, tinham atrás de si uma experiência de milhares de anos de produção artesanal, sendo Ticino (no Norte de Itália) a única oficina de fabrico de arcos arrolada na *Notitia Dignitatum*, enquanto Mâcon e Concórdia (no Nordeste de Itália) aparecem nesta fonte tardia como locais de fabricação de setas. Para Feugère, “é óbvio que as necessidades dos arqueiros dácios, persas e nómadas eram satisfeitas por fornecedores locais, assegurando que os arqueiros nativos [muitos deles incorporados nos exércitos romanos do Baixo-Império] não tinham necessidade de uma *fabrica* estatal” (*idem, ibidem*).

90 - Como indica Milner (1996:43, n. 4), os Bessos eram uma tribo da Trácia que se dedicava à exploração de minas de ouro. *Vide* também *infra*, Livro IV, cap. XXIV. Trácia é o nome que, na Antiguidade, se deu a uma região bastante vasta, limitada a norte pelo rio Danúbio, a sul pelo Mar de Mármara, a leste pelo Mar Negro e a oeste pelo rio Struma. Esta região estava dividida em duas partes pelos Montes Balcãs, que separam a planície do baixo Danúbio das bacias dos rios que correm em direcção ao Mar Egeu.

91 - *Vide supra*, Livro I, cap. XX (e nota 45).

92 - Trata-se de mais um sinal do período tardio em que Vegécio escreve. Com efeito, como explica Goldsworthy (2007b:216), o *manípulo* era a unidade táctica base das legiões da época republicana, consistindo em duas centúrias (*vide supra*, Livro I, cap. XX, nota 48). Este significado manteve-se durante o Alto-Império (Le Bohec, 2002:IV e 24). Sobre o *contubernium* e os *contubernaes* (ou camaradas partilhando a mesma tenda), *vide supra*, Livro II, cap. VI (nota 75) e cap. VII (nota 79).

93 - Os cavaleiros organizados em *turmae* chefiadas por decuriões de que Vegécio vai falar neste capítulo não pertenciam, pelo menos no período áureo do exército romano, às legiões (que, até Galieno, 260-268, tinham somente pequenos corpos de 120 cavaleiros, chefiados por tribunos *sexmenses*, ou “de seis meses”: *vide supra*, cap. X, nota 88), mas sim aos corpos de auxiliares, uma tropa mais ligeira originalmente composta por soldados que não eram cidadãos romanos (pertencendo, regra geral, aos povos submetidos). Embora já tenhamos feito uma referência sucinta aos *auxilia* (*vide supra*, Livro I, cap. XI, nota 20, a propósito da evolução dos escudos), vamos agora explicitar melhor que tipos de tropas eram estas, sabendo à partida que elas estavam organizadas em dois grandes grupos: as *alas* e as *coortes* (algumas destas conhecidas como *equitatae* ou “mistas”). No entanto, a partir do ano 100 d.C., aproximadamente, devemos também ter em conta os chamados *numeri*. Nesta síntese, desenvolvendo o que já adiantámos no Estudo Introdutório, acompanharemos de perto a reflexão de Yann Le Bohec (2002:25-29), que nos parece preciosa para pôr

ordem numa matéria que Vegécio de alguma forma distorce, misturando legiões e cavaleiros auxiliares, provavelmente em consequência do estado de descaracterização do exército romano na época em que escreve (finais do séc. IV d.C.) e da crescente importância da cavalaria no seu seio.

Como explica Bohac, as legiões nunca seguiam sozinhas para a guerra, sendo sempre acompanhadas por “unidades de menor valor, que têm por função assisti-las, mas que podem ser empregues isoladamente: estes corpos auxiliares tanto contam com 500 como com 1000 homens; eles são, por isso, chamados ‘quingenários’ ou ‘miliários’ (sendo evidente que, na realidade, os efectivos nunca correspondem a números perfeitamente redondos)” (pp. 25-26). Hoje, os especialistas já não pensam que o número de “auxiliares” fosse sistematicamente idêntico ao dos “legionários”: dependia das províncias fronteiriças e até da facilidade em recrutar soldados-cidadãos em algumas províncias. Os auxiliares, mais levemente equipados, tinham um valor militar inferior aos legionários, mas eram muito úteis na abertura das hostilidades, pois as suas baixas pesavam menos do que as dos legionários, enquanto o seu sucesso evitava o derramamento de um sangue precioso...

Alguns trechos das *Histórias* de Tácito (segunda metade do séc. I d.C.) mostram bem a diversidade existente no seio das tropas auxiliares, confirmando os documentos, que falam em “alas”, em “coortes” e em “*numeri*”. As *alas* eram uma elite (relativa) de cavaleiros, sendo divididas em 16 turmas (de 32 homens cada uma) sob comando de um prefeito (na versão “quingenária”), ou em 24 turmas sob comando de um tribuno (na versão “miliária”). O prefeito (tribuno quando a unidade era “miliária”), assistido por um sub-prefeito no início do Império, pertencia à ordem equestre, tendo a coadjuvado um decurião *princeps* e outros decuriões, à razão de um por turma. As *coortes* eram tropas de infantaria, constituídas por seis centúrias (nas unidades “quingenárias”) ou por 10 centúrias (nas “miliárias”). Algumas dessas coortes tinham mais prestígio, por terem sido recrutadas entre os cidadãos romanos (por vezes na base do voluntariado); neste caso especial, gozavam da mesma consideração que os legionários. O enquadramento das coortes de auxiliares era assegurado por centuriões (subordinados ao centurião *princeps*, ele mesmo sob as ordens de um prefeito, nas unidades “quingenárias”, ou de um tribuno, no caso dos corpos de cidadãos romanos e no das unidades “miliárias”). Entretanto, algumas coortes de auxiliares são chamadas de *equitatae*: trata-se de unidades ou coortes “mistas” que, além das suas seis ou dez centúrias habituais, incluem também três ou seis turmas de cavaleiros; o respectivo comando está nas mãos de seis a dez centuriões e de três a seis decuriões, assim como de um prefeito (nas unidades “quingenárias”) ou de um tribuno (nas “miliárias”). Alguns autores (como Cheesman) pensam que as montadas destes cavaleiros serviam apenas para a sua deslocação, pois os homens combatiam todos a pé; mas, tal como defende R. W. Davies, estas três ou seis turmas das coortes *equitatae* dos auxiliares formavam mesmo uma cavalaria autêntica, embora de segunda classe [o que é confirmado por alguns discursos de Adriano (117-138) em África e também por certos relevos].

Quanto aos *numeri*, em sentido amplo, correspondem às unidades que não são nem legionárias, nem “alas”, nem “coortes”; p. ex.: a guarda do corpo dos legados imperiais: os *singulares legati*, que formavam um *numerus* comandado por um centurião legionário ostentando o título de *praepositus* ou de *cura agens* (tais soldados, peões ou cavaleiros recrutados nas alas e nas coortes de auxiliares, vinham juntar-se aos *stratores*, a infantaria legionária afectada ao mesmo serviço). Estes *singulares legati* constituíam uma reserva e uma escola de graduados, tendo feito a sua aparição junto dos governadores de província na

época flávia (69-96 d.C.) e junto dos comandantes de legião no início do séc. II, o mais tardar. Viriam a desaparecer na segunda metade do séc. III, dando lugar aos *protectores*. Em sentido restrito, o termo *numerus* aplica-se a uma tropa composta por soldados não romanos que conservaram as suas características étnicas (língua, uniforme, armamento). Aparecem só nos finais do séc. I ou (mais provável) nos inícios do séc. II (com Trajano: 98-117). Os cavaleiros Mouros de Lúcio Quietos podem ter servido de modelo. Encontramos uma grande diversidade no seio destas tropas: corpos de 1000 homens (comandados por tribunos), outros de 500 (chefiados por prefeitos), outros ainda mais pequenos (às ordens de *praepositi*, muitas vezes centuriões legionários destacados). Há entre eles cavaleiros (enquadrados por decuriões) e também peões (enquadrados por centuriões). Os Romanos chamam-lhes “os bárbaros” (*nationes*), ou designam-nos pelos seus nomes étnicos: “Os Mouros”, “Os Palmirianos”, ou ainda pelo seu título (“o *numerus* dos Mouros”).

Devemos a Yann Le Bohec uma explicação inteligente para o surgimento deste tipo de unidades: “No início do Império, os povos submetidos forneciam homens às alas e às coortes; mas, pouco a pouco, atraídos pelos salários relativamente elevados, cidadãos romanos e indígenas romanizados encheram estas unidades; ora, como se pretendia utilizar os bárbaros, foi necessário criar em proveito deles alguma coisa de novo: os *numeri* são, no século II, aquilo que haviam sido no século I os outros auxiliares” (p. 28).

A designação dos corpos de auxiliares segue as mesmas regras das legiões, assentes em três elementos: o tipo, o número e um nome (p.ex: *cohors I Afrorum*; ou *ala I Asturum*). O terceiro elemento designa habitualmente o povo no seio do qual os soldados foram inicialmente recrutados (mas também pode derivar da nomenclatura do seu primeiro comandante, ou do imperador que criou a unidade, entre outras situações possíveis).

Entretanto, esta organização dos “auxiliares” evoluiu muito durante o séc. III: cada vez se recorre mais a auxiliares e, sobretudo, utiliza-se auxiliares em massa e isoladamente (*i.e.*, sem a companhia das legiões)! O ponto de partida para esta mudança pode ter sido a criação de um corpo de arqueiros Osdroenos por Septímio Severo (193-211). Caberia a Severo Alexandre (222-235) dimensionar o novo modelo a uma grande escala: cavaleiros couraçados (catafractários, *clibanarii*: *vide infra*, Livro III, cap. XXIV, nota 211) e arqueiros foram recrutados em Osdroene (que formava, com a Mesopotâmia, uma marca compreendida entre o Eufrates e o norte do Tigre: Richardot, 2001: 143-144), mas também entre os Mouros e no seio dos Partos desertores. O imperador Galiano (260-268), pelo seu lado, constituiria, com Dálmatas e com Mouros, uma reserva montada que permanecia operacional sob Cláudio II e sob Aureliano (c. 270-275). Este último imperador confiaria mesmo a cada governador o seu próprio grupo de intervenção rápida (os *equites stablesiani*), para além de se munir de um exército muito móvel (os *promoti*, “a elite”, e os *scutarii*, “os portadores de escudos”) e de utilizar Dálmatas e Germanos contra os Palmirianos (integrados nas fileiras romanas logo após a sua derrota, como fornecedores de uma cavalaria pesada).

No entanto, como remata Le Bohec, apesar de toda esta evolução, no Alto-Império “as legiões continuam a representar a parte mais sólida do exército das fronteiras” (p. 29).

94 - O termo “lanças” (*bastae*), no contexto do armamento do exército romano, coloca problemas de interpretação. Como explica Feugère (2002:131), há muito que os arqueólogos vêm tentando elaborar uma tipologia das lanças romanas, mas a sua diversidade, a existência de variantes regionais e o carácter fragmentário do material descoberto até agora (quase só alguns componentes metálicos) têm comprometido esse esforço. É provável que características básicas, como o comprimento da haste ou o peso total das lanças romanas, não se afastem

muito do padrão herdado de períodos anteriores, como aliás documenta a circunstância de os autores antigos utilizarem termos muito diversos, provenientes de épocas distintas, para se referirem a essas armas (mas sempre sem grande detalhe, pois partia-se do princípio de que a peça era suficientemente conhecida do leitor coevo). A situação complica-se ainda mais pelo facto de as mesmas armas poderem ter sido utilizadas por Romanos e por nativos: tal é o caso, p. ex., da *tragula*, um tipo de lança utilizado sobretudo pelos Helvécios, mas igualmente mencionado por autores romanos como Plauto (sobre os *tragularii*, *vide infra*, Livro II, final do cap. XV).

Também o termo *gaesum* suscita alguma reflexão: apesar de o nome apontar para uma origem celta, o termo surge pela primeira vez nos *Comentários* de Júlio César sobre a guerra na Gália, na descrição de uma operação levada a cabo em *Octodurus* (Martigny), em 57 a.C., pelo que deve ter sido uma arma utilizada contra os Romanos pelas tribos locais. Com base nesta referência, assim como na de uma passagem da *Eneida* de Virgílio à *alpina gaesa*, pensa-se que esta arma seria típica de povos da região dos Alpes, tese que a alusão, em inscrições tardias (Risingham e Great-Chesters: Inglaterra), aos *gaesati* da Récia parece confirmar. Como quer que seja, desconhece-se ainda a forma exacta do *gaesum* (Feugère, 2002:131-132 e 183; e Le Bohec, 2002:132).

Segundo Franck Mathieu (2006:41), a lança era a arma principal de um peão gaulês pesadamente equipado dos meados do séc. III a.C., consistindo num ferro em forma de folha, munido de um encaixe encabado numa haste com dois a três metros de comprimento, fabricada em madeira de freixo (de acordo com a análise de alguns elementos conservados). A conteira desta lança gaulesa apresentava-se muitas vezes munida de um tacão metálico, oco ou maciço, enquanto o ferro, cujo centro era reforçado por uma aresta mediana, conheceu diversas morfologias. Quanto à haste, era cónica, sendo mais larga ao nível da conteira do que do ferro, o que permitia um bom equilíbrio do conjunto e, sobretudo, a manipulação da arma a um terço da haste (partindo da conteira). Mathieu calcula que a lança deste guerreiro gaulês mediria cerca de 3 metros e que o seu peso não ultrapassaria 1 kg.. A manipulação a um terço da haste permitia um raio de acção de, no máximo, 3 metros em volta do portador da arma; para além deste valor, o manuseamento com uma só mão tornava-se perigoso (*idem, ibidem*).

Voltando ao exército romano, aquilo que, na opinião de Michel Feugère, parece seguro é que “a lança estava para os auxiliares como o *pilum* estava para os legionários” (2002:132). A cavalaria utilizava decerto diferentes tipos de lança, na sua maioria, pelo menos durante o Principado, lanças curtas (a que os Ingleses chamam “javelin”, e os Franceses “javelot”). Cada soldado devia transportar várias destas peças, pois a forma da pega do escudo permitia-lhe segurá-las, assim como as rédeas, na mão esquerda; em alternativa, podia confiá-las a um servente, ou guardá-las numa espécie de aljava (*idem, ibidem*).

Apesar de todas as limitações já referidas, parece admissível sugerir que as cabeças das lanças curtas variassem entre os 6 e os 40 cm, assumindo regra geral a forma de uma folha de salgueiro, com uma base alargada. Segundo Feugère, as pontas, cones com 7 a 13 cm de comprimento, forjados numa só chapa, colocam dificuldades de distinção entre as peças romanas e as de origem gaulesa ou germana (*idem, ibidem*).

No período tardio do Império Romano (sécs. IV e V d.C.), as pontas de lanças apresentam-se com mais frequência em tamanhos maiores, mas também são mais difíceis de classificar, com a excepção de um novo modelo, o “Tipo Saufeder”. Trata-se, segundo Feugère (2002:192) de um modelo munido de aletas, que se desenvolveria de uma forma

espectacular na Idade Média. Apareceu na Gália, a partir do séc. II, como arma de caça, tendo sido adoptado pelos militares nos finais do séc. IV. Um exemplar precoce, recolhido em Augst, mostra que as duas aletas eram inicialmente rebitadas a uma cabeça oca, enquanto versões posteriores revelam aletas e cabeça como sendo forjadas de forma integrada.

95 - *Vide supra*, Livro I, cap. XX (e nota 48). Tal como comenta Milner (1996:47, n. 1), Vegécio repete aqui, neste capítulo e nos dois seguintes, a fórmula arcaica que apresentara já nesse Livro I, cap. XX (excepto no que diz respeito ao armamento ligeiro, que aí surgia nas alas) e que apresentará também no Livro III, cap. XIV (onde, porém, as linhas de tropas ligeiras serão contadas separadamente). Milner afirma ainda que “Vegécio substitui igualmente os soldados e as armas do período romano tardio, gerando com isso anomalias”.

96 - Sobre os *bastati*, os *principes* e os *triarii*, referências tácticas essenciais do período republicano, veja-se o que dissemos no Livro I, cap. XX (nota 48). Vegécio insiste nesse modelo, apesar de ele ter sido profundamente alterado desde os finais do séc. II a.C.. Com efeito, após as reformas militares de Gaio Mário (157-86 a.C.), a que voltaremos a aludir no Livro III, cap. X (nota 174), e a conseqüente reconfiguração táctica do exército romano, a disposição da legião modificou-se significativamente, tal como Adrian Goldsworthy sintetiza: “Desde que o recrutamento deixou de se basear na riqueza, a velha divisão baseada em classes e idades deixou de fazer qualquer sentido. Os *velites* aparecem mencionados pela última vez durante a campanha de Metelo, em 109 a.C., e a cavalaria de cidadãos romanos parece ter desaparecido mais ou menos pela mesma altura, pelo que as legiões deixaram de ter toda uma infantaria ligeira e cavalaria. As designações *bastati*, *principes* e *triarii* – estes últimos geralmente sob a designação alternativa de *pili* – foram conservadas para efeitos cerimoniais e de administração, mas uma real distinção entre as linhas desapareceu juntamente com o seu significado táctico. Todos os legionários passaram a ser efectivos de infantaria pesada, equipados uniformemente com capacete, cota de malha ou loriga de placas, *scutum*, espada e *pilum*. A centúria permaneceu a subunidade administrativa básica da legião e parece ter sido teoricamente constituída por oitenta homens. O manípulo, enquanto mais importante unidade táctica, foi substituído pela coorte, uma unidade maior, composta por três manípulos, um de cada uma das antigas linhas, num total de 480 homens. Havia dez coortes em cada legião. Em combate, a legião ainda formava frequentemente em três linhas, por norma com quatro coortes na primeira linha e três em cada uma das outras. Contudo, como as tropas se encontravam todas equipadas do mesmo modo e as coortes tinham a mesma organização, não era necessário combater com esta formação e, portanto, havia muito maior flexibilidade táctica do que nos tempos da legião de manípulos. A legião de coortes podia, de igual modo, dispor-se em duas ou quatro linhas, embora uma linha de coortes única só raramente se tenha empregado, provavelmente por se considerar que desenhava uma formação demasiado fraca” (Goldsworthy, 2007:153-154; e esquema da p. 335). *Vide também infra*, Livro III, cap. XIV (e nota 178).

97 - *Spatha*: espada longa que as fontes do Alto-Império distinguem do *gladius hispaniensis* (*vide supra*, Livro I, cap. XI, nota 21), mais curto. No entanto, segundo Le Bohec (2006:111), desde finais do séc. II d.C., este designativo *spatha* generalizou-se, abarcando vários tipos de espada. Feugère (2002:122) tem a mesma interpretação e fornece muitos detalhes sugestivos acerca desta arma. Este autor começa por sublinhar como os problemas de nomenclatura e as confusões de inventariação (*gladius*, *spatha*, *semispatha*: *vide* a nota seguinte) tornam por vezes difícil ao público identificar correctamente as mais antigas

spathae da infantaria romana nas coleções dos museus contemporâneos. Até porque espadas como as encontradas em Pontoux (Saône-et-Loire, França) e em Rottweil (Alemanha), a primeira com 84 cm e a segunda com 102 cm de comprimento, podem muito bem ter sido espadas da cavalaria dos inícios do Principado! Infelizmente, são raras as peças com essa cronologia. Uma das *spathae* de infantaria mais antigas foi encontrada em Lyon, podendo ter tido origem na batalha que aí se feriu em 197 d.C. (no contexto da guerra civil romana de 193-197 entre os dois candidatos sobreviventes: Septímio Severo e Clódio Albino). Este exemplar documenta bem como a infantaria, ao adoptar a espada longa, promoveu alterações significativas na forma como a arma era transportada: ao contrário do *gladius* (que também era mais leve), a *spatha* era colocada do lado esquerdo, ficando suspensa de um boldrié que podia ser ajustado graças à existência de uma fiada de botões metálicos. Na opinião de Feugère, este género de espada revela uma evidente origem bárbara; aliás, o soldado romano abatido em Lyon, em 197 d.C., dispunha de um conjunto de adereços que denunciam isso mesmo, a começar por uma fíbula típica da região de Frankfurt (a única do tipo encontrada até agora fora da área do *limes* reno-danubiano).

Ao contrário do que por vezes se pensa, a *spatha* não era um *gladius* mais longo, ela assinala antes uma mudança importante na evolução das armas ofensivas individuais romanas. As suas características parecem não ter mudado muito ao longo do séc. III d.C., apesar dos efeitos da terrível crise. Procurando contribuir para uma tipologia da *spatha*, Feugère (2002:117) apresenta um quadro que inclui a proveniência, a data e as medidas principais de três conjuntos de espadas longas: a) o exemplar de Lyon, de 197 d.C., que tem um comprimento total de 75,4 cm, dos quais 68,4 cm correspondem à lâmina (que apresenta uma largura de 5,2 cm); b) o “Tipo de Straubing/Nydam”, cujas quatro espécies provêm de Augst e datam de 268 a 273 d.C., com comprimentos entre 74,6 e 84,5 cm e lâminas de 58,5 a 66,3 cm de longo e 4 a 4,4 cm de largo; c) e o “Tipo de Lauriacum/Hromowka”, com dois exemplares oriundos de Canterbury e um de Augst, datáveis entre 200 e pós-268 d.C., os quais apresentam comprimentos totais entre 77,2 e 92 cm e lâminas com 59,4 a 70,2 cm de longo por 5,6 a 5,8 cm de largo. Deve sublinhar-se o aparecimento, a partir dos finais do séc. III, de *spathae* de lâminas largas, geralmente apresentando um sulco e gumes cortantes, paralelos. A espada longa de Augst inserida no grupo de Lauriacum/Hromowka, com data ligeiramente posterior a 268 d.C., é considerada por Feugère como um antecessor do largo *rapier* característico das épocas merovíngia e carolíngia.

Feugère (*ibidem*) destaca igualmente uma *spatha* encontrada num túmulo, em Colónia (Alemanha), que entrava à justa numa bainha de madeira revestida de couro (ou talvez de pele-de-peixe) que apresenta um punho de marfim e uma chapa de prata ricamente decorada para protecção da ponta da arma. Esta peça, extremamente elegante (88,8 cm de comprimento total, 70,6 cm sem o punho), data da segunda metade do séc. III d.C..

Curiosamente, grande parte da informação de que dispomos sobre espadas longas romanas provém de turfeiras escandinavas dos inícios do séc. III d.C. (ex: Nydam, na Jutlândia: Dinamarca). Aqui, apareceram mais de 100 espadas dessa época, todas elas importadas do mundo romano; têm comprimentos entre 71 e 85 cm e uma lâmina levemente afilada na ponta, ao contrário dos tipos mais antigos. Algumas apresentam a marca do respectivo fabricante (uma prática que tendeu a generalizar-se), regra geral um desenho ou outra decoração embutida na parte da folha mais próxima do punho, inscrita de forma a que pudesse ser lida pelo utilizador quando a arma se encontrava embainhada e suspensa no

cinturão. Existem mesmo peças deste período que, comprovando a sua origem romana, mostram divindades como Marte, Minerva e Vitória ou símbolos como águias, coroas, leões e outros grandes felinos (é o caso da citada espada de Pontoux).

Como sublinha Feugère (2002:119), as escavações têm permitido encontrar mais facilmente punhos e bainhas do que as próprias espadas. Pode, por isso, detectar-se uma evolução ao nível dos punhos: a composição tripartida herdada do *gladius* subsiste, mas a forma de entalhes profundos do seu antecessor evolui agora para tubos longitudinais de comprimento semelhante, geralmente decorados com motivos continuados ou com símbolos ocasionais. Existem punhos de osso, de madeira (como o do soldado de Lyon, reforçado com uma chapa de ferro) e, no caso das espadas de melhor qualidade, punhos de marfim (tal como nos inícios do Principado).

Quanto às bainhas, equipadas com o novo sistema de suspensão que descrevemos mais acima, são já muito diferentes das dos gládios. Apresentam sempre uma peça metálica colocada na boca da bainha, que servia para segurar com firmeza as duas telas de que esta se compunha; isto no caso das bainhas de madeira, usadas nos sécs. I e II d.C.. O anel de suspensão pendia verticalmente, possuindo chapas de fixação alongadas e, em alguns casos, rebitadas. Este sistema de suspensão difere de caso para caso, existindo anéis ou ganchos em ferro (exclusivos da Germânia e regiões vizinhas), mas também em bronze (raros) e (em muito maior quantidade, provenientes da fronteira norte do Império, entre a Bretanha e a Dácia) em osso e em corno de veado (Feugère, 2002:212). Também a forma das bainhas é diversa: o tipo mais antigo (p. ex., o da *spatha* de Lyon-197 d.C.) é uma simples virola de bronze redonda, chanfrada no topo e assemelhando-se a um crescente. Mas, no séc. III d.C., já encontramos bainhas de *spathae* com formas mais fechadas em cima, dando início àquela que seria a forma de caixa, cuja dimensão e decoração se desenvolveu de maneira espectacular na segunda metade do séc. III. Nesta fase, a habilidade dos artesãos permitiu ainda conceber outras bainhas com formas circulares ou trapezoidais (como a de uma *spatha* encontrada em Dura-Europos, na Síria, ainda dentro da respectiva bainha).

Nos sécs. IV e V d.C., a *spatha* romana evoluiu no sentido, sobretudo, do alargamento da respectiva lâmina, que pode agora atingir os 6 cm (para comprimentos da ordem dos 70 a 90 cm). É o que revela um grupo de 20 sepulturas do Norte da Gália (Feugère 2002:190). O desenho destas peças aproxima-se já do da espada merovíngia que lhe sucederá (facto que, aliás, coloca alguns problemas de identificação). Os punhos (bem preservados nas turfeiras escandinavas) podiam ser de madeira, de osso ou de marfim, consistindo sempre em três partes articuladas com a espiga: uma secção central quase cilíndrica (muitas vezes com entalhes transversais), flanqueada pelas guardas e pelo pomo, ambos geralmente uma chapa simples, de formato oval. Entretanto, aparece um novo tipo de formato de espada, lado a lado com o modelo arredondado germânico. É o que revelam algumas esculturas (como, p. ex., o Relevo dos Tetrarcas, em Veneza, ou a pedra tumular de Lepôncio, em Estrasburgo). A parte terminal da bainha é encaixada de uma forma singela num tubo protegido na base por três cravos de bronze, o que simplificou imenso a manufactura das bainhas. Também o gancho de suspensão da bainha, ainda que inspirado nos modelos precedentes, assumiu uma configuração menos complexa (Feugère, 2002:190-192).

Convém ainda frisar que existiram, na mesma época (em especial no período final do Alto-Império), outras espadas com serventia no exército romano. Como observa Feugère (2002:122-124), se algumas eram meras variantes locais dos modelos já descritos, outras estão associadas a grupos culturais com alguma coerência. Esse é, sobretudo, o caso da

célebre *Ringknaufschwert*, um tipo de espada que apresenta um pomo em forma de anel. A descoberta de um exemplar num túmulo em Wehringen (Alemanha) permitiu datar este tipo de espada dos meados do séc. II d.C., enquanto um achado em Genebra (Suíça) mostrou que ele se encontrava ainda em uso c. 180 d.C.. Contudo, à maneira das *spathae* clássicas, esta espada com pomo de anel só se generalizou em finais do séc. II, sendo sobretudo frequente no período terminal do Império. Graças ao seu punho fora de vulgar, com um anel vertical por vezes profusamente decorado, este modelo é de fácil identificação. Sabemos, por isso, que circulou sobretudo na Germânia romanizada (Renânia, Württemberg e Baviera) e na Alemanha não-ocupada; mas também circulou por toda a Europa, com exceção do litoral mediterrânico (da Normandia à bacia cárpata). O investigador J. Werner propôs uma origem sármata (um povo iranofone não-germano, nómadas das estepes) para este tipo de espada (Feugère, 2002:125).

Para finalizar esta incursão pelas espadas antigas, afigura-se-nos interessante evocar as conclusões de um estudo recente de Franck Mathieu sobre as espadas gaulesas do séc. III a.C., de cuja existência tivemos conhecimento já perto do momento de concluir o nosso trabalho, graças à gentileza da nossa colega Raquel Vilaça. Segundo Mathieu, a espada, a sua bainha e o sistema de suspensão determinavam a tática militar utilizada pelos guerreiros gauleses. No séc. III a.C., os gumes da espada raramente ultrapassavam os 70 cm de longo, enquanto o punho variava entre os 10 e os 13,5 cm de comprimento total. O peso da arma não excedia os 600 gramas. A bainha era toda de ferro. Duas chapas metálicas perfuradas, com cerca de 5 a 10° de espessura (a placa do verso e a placa do averso), serviam de estojo, ao mesmo tempo que uma coneteira perfurada rematava a parte distal da bainha, servindo para unir as duas chapas metálicas. Por fim, a peça de suspensão (o *pontet*) era fixada bem à entrada da bainha na placa do averso por meio de dois rebites. Esta bainha constitui também um suporte para o estudo da iconografia militar: os desenhos aparecem à entrada e mesmo a todo o comprimento, correspondendo na maioria das vezes a animais fantásticos cujo significado ignoramos, embora certas hipóteses proponham que serviriam de linguagem universal (*koine*) na mundividência céltica de modo a ultrapassar eventuais barreiras linguísticas. Mas, provavelmente, constituem também um símbolo das hierarquias militares ou das especializações dos guerreiros. A bainha era inteiramente desmontável em alguns segundos, com exceção do *pontet*, que era a única peça rebitada. Era justamente esta peça que determinava o emprego do ferro para a concepção da bainha, uma vez que este era o material mais resistente para assegurar uma solidez máxima ao nível da suspensão. Este sistema aparece desde o Hallstatt final, c. 550 a.C. (Mathieu, 2006:41-42).

Quanto ao cinturão, servia para fixar a espada do lado direito do guerreiro gaulês do séc. III a.C.. Era um sistema composto, feito de uma corrente semi-rígida com duas partes e de uma correia de couro. A parte comprida da corrente media c. 50 cm e terminava num gancho, enquanto a parte mais curta tinha à volta de 15 cm. Existiu cerca de uma vintena de anéis diferentes. Desde a invenção deste sistema, nos finais do séc. IV—inícios do séc. III a.C., as mudanças foram abundantes, até se conseguir chegar a uma solução estável. Os elos foram retorcidos e são rematados por dois anéis, servindo, cada qual, para acolher um outro elo. Este sistema, único na história militar antiga, servia para limitar os balanços da bainha da espada aquando das deslocações do guerreiro para evitar atrapalhá-lo. O sistema parece ter sido concebido sobretudo a pensar nos peões, e todas as experiências mostraram que a bainha colocada verticalmente embaraçava bastante o portador apesar da corrente que travava os balanços. Ora, uma descoberta recente do Hallstatt final, em

Meuse, e o estudo a que ela deu origem permitiram recriar um sistema de suspensão de uma daga que conservava esta de forma inclinada. Por analogia, reconstituiu-se a montagem da corrente e da bainha de uma espada de maneira a manter esta arma em posição inclinada relativamente ao corpo do guerreiro. A experiência foi conclusiva: a perturbação deixava de existir! Por volta de finais do séc. III a.C., as correntes foram abandonadas para dar novamente lugar ao sistema de couro. Também aqui, as experiências revelaram-se conclusivas acerca das vantagens da manutenção da bainha inclinada com um cinturão todo feito em couro (Mathieu, 2006:42-43).

Segundo Franck Mathieu, com o armamento gaulês não era possível reproduzir o “rolo compressor” da falange, tática grega em que os combatentes estavam muito apertados uns contra os outros e efectuavam todos os movimentos em simultâneo, o que requeria um terreno propício, sem obstáculos (para que os falangistas pudessem preservar a sua coesão). Ora, durante uma guerra, as batalhas podiam ter lugar em qualquer terreno! Além disso, o porte da espada do lado direito não permitia desembainhá-la quando os guerreiros se achavam muito juntos uns dos outros, pois isso obrigava a uma posição especial da mão direita. Note-se que (*et pour cause*) os falangistas traziam a espada do lado esquerdo... O porte da espada à direita parece uma solução pouco prática mas, na realidade, não é: esta posição permitia manter o corpo bem protegido atrás do escudo. “Os guerreiros gauleses do séc. III a.C. têm necessidade de espaço entre eles, para manejar as suas armas, a exemplo dos legionários. Assim, cada homem pode bater-se independentemente dos outros, ao contrário dos falangistas, e os exércitos célticos podem ser dispostos em qualquer terreno” (Mathieu, *ibidem*).

O armamento gaulês pouco se alterou. O escudo não mudou de forma, apenas acolheu reforços que o tornaram mais sólido, mas também mais ofensivo (*vide supra*: nota 20). A espada, apesar do seu progressivo alongamento, permaneceu sempre o mais leve possível, sendo, provavelmente, a única ‘fonte’ a evidenciar uma evolução da tática de combate. Com um tamanho oscilando entre os 80 e os 90 cm de comprimento total, podia ser utilizada quer a cavalo (que mal ultrapassava 1,50 m ao garrote), quer a pé. A bainha continuou a ser em ferro, sendo de fácil manutenção (tal como o escudo). Quanto ao sistema de suspensão, assistiu à intervenção das correntes como resposta a uma melhor estabilidade da bainha e também a um melhor conforto aquando da deslocação do guerreiro. “O armamento adapta-se efectivamente em função do adversário, mas esta adaptação não tem outra finalidade senão otimizar uma tática, fruto de uma longa tradição guerreira” (Mathieu, *ibidem*).

98 - *Semispatha*: segundo Le Bohec (2006:111), parece tratar-se de uma espada curta, entre o *gladius* de origem ibérica (*vide supra*, Livro I, cap. XI, nota 21), característico da República e do Alto-Império, e a *spatha*, típica das centúrias finais do Império (*vide a nota anterior*). Porém, de acordo com o mesmo autor, os arqueólogos ainda não a encontraram, ou não a terão identificado. Feugère (2002:115), pelo seu lado, escreve que os autores do período final do Império, como Vegécio, usam o termo *spatha* e *semispatha* em situações que anteriormente teriam sido referenciadas pelos termos *gladius* e *pugio* (um tipo de punhal)! Vale, por isso, a pena dizer aqui alguma coisa sobre os punhais romanos, cujo cinturão, como já vimos (*vide supra*, Livro I, cap. XI, nota 21), se cruzava no abdómen do guerreiro com o outro *cingulum*: o que trazia suspenso (do lado direito) o *gladius*. Segundo Feugère (2002:126), o punhal romano também descende dos Iberos, apresentando até o mesmo sistema de suspensão da bainha por quatro anéis, característico do *gladius hispaniensis*. Como não foi tão profundamente modificado pelos Romanos como a espada, nem sempre

é fácil distinguir, hoje em dia, entre um punhal romano e um outro de origem ibérica. Este escasso desenvolvimento terá que ver com o facto de o punhal ser encarado pelos Romanos sobretudo como um símbolo de prestígio, mais do que como uma arma. Aliás, conhecem-se algumas espadas curtas do séc. III d.C. (época que, como vimos na nota anterior, se reconhece geralmente como de supremacia da *spatha*) que, com comprimentos na ordem dos 46 cm (*vide* achados em Künzing e em Mâcon) e gumes cortantes convergentes, mais parecem punhais longos do que propriamente espadas, devendo ter funcionado sobretudo como símbolos de poder e de autoridade (Feugère, 2002:125).

Os punhais romanos e, sobretudo, as respectivas bainhas, foram fabricados e decorados de forma muito cuidadosa, desde os inícios do séc. I d.C.. Pendiam do lado esquerdo de um cinturão, formando assim o já citado contraponto com o *cingulum* do *gladius*, o que, na opinião de Feugère, recorda um pouco a figura do *cowboy* do Oeste americano... Apesar de configurarem, antes de mais, um sinal exterior do poder do guerreiro, os punhais não deixavam de ter a sua eficácia militar, sendo armas muito queridas, tanto dos legionários como dos soldados auxiliares (*i.e.*, ao contrário do que por vezes se pensa, não eram um privilégio das tropas de elite). Muitas bainhas mostram decorações geométricas, o que as diferencia dos gládios (com motivos mais político-religiosos ou propagandísticos). Por vezes, os punhos conservam a assinatura do fabricante, sendo certo que estes se aplicaram muito na produção de tais peças: “embutidos e revestimentos de latão e de esmalte preto asseguravam contrastes coloridos com o suporte de ferro, o qual devia ser especialmente escurecido quando era utilizada prata, e alguns artífices conseguiam obter efeitos especiais coloridos, com recurso a esmaltagem” (Feugère, 2002:126). Um exame mais atento impressiona bastante, devido às semelhanças entre a decoração das bainhas dos punhais e a de outros artefactos, como, p. ex., a de vasos de bronze.

O punhal podia ter até 35 cm de comprimento, mas, quando muito longo, perdia operacionalidade. A lâmina, em forma de folha, estava dividida por um sulco central (que também podia assumir a forma de dois sulcos rasos acompanhando uma aresta ou nervura central). A ponta podia ser afilada e o punho consistia em duas chapas unidas por rebites fixados de cada lado da espiga. Geralmente, estes punhos eram de ferro, decorados em consonância com o resto da estrutura, embora haja também exemplos de punhos de osso ou de marfim. A datação da manufatura dos punhais é que não se revela muito fácil, uma vez que a maioria deles provém de rios; mas também existem peças oriundas de acampamentos romanos na Alemanha (p. ex., em Oberaden e em Dangstetten). As bainhas mais esplendorosas parecem datar do segundo e do terceiro quartéis do séc. I d.C., mas também há exemplos mais tardios (p. ex., em Corbridge: pós-85 d.C.). A utilização dos punhais foi decrescendo ao longo dos séculos, mas parece que estas peças estavam ainda em uso no séc. II d.C.. O sítio de Künzing, por exemplo, correspondente ao espólio de uma oficina militar que deve ter sido enterrada durante o séc. III d.C., produziu nada menos do que 59 lâminas e 29 bainhas de punhal, o que permite formar uma boa ideia da evolução destas peças na transição do Alto para o Baixo-Império: o pomo em dois lóbulos torna-se a norma e as bainhas simplificam-se, apresentando duas placas de reforço, no cimo e a meio (Feugère, 2002:128).

99 - Sobre os dardos de chumbo (*plumbatae*), *vide supra*, Livro I, cap. XVII (e nota 36).

100 - Cerca de 22,5 cm.

101 - Quase 1,65 m.

102 - *Pilum*: *vide supra*, Livro I, cap. XX (e nota 49).

103 - Cerca de 12,5 cm.

104 - Ligeiramente mais de 1 m.

105 - *Verrutum/Verutum*: segundo Feugère (2002:217), o *verutum* é uma arma de arremesso com origem itálica, possivelmente uma forma de *pilum* durante o Alto-Império. Corresponderá, talvez, ao *soliferrum* dos Celtiberos. Nos seus *Comentários* sobre a guerra na Gália, Júlio César alude quer a *tragula* (vide a nota seguinte; e também *supra*, capítulo anterior, nota 94), quer a *verutum*, sem que se perceba exactamente qual a diferença entre ambos. O termo *verutum* reaparece mais tarde, em escritos sobre o equipamento militar romano do séc. IV d.C., podendo neste caso referir-se a uma versão tardia do *pilum*.

106 - Sobre a *tragula* – uma lança pesada, talvez farpada, cuja forma exacta ainda se desconhece, aparentemente de origem gaulesa e equipada com uma cabeça resistente – vide também *supra*: Livro II, cap. XIV, nota 94.

107 - *Manuballistae*: balistas de mão. Varandas (2006:155, n. 38) considera a *manuballista* “um modelo de catapulta” (vide *infra*, Livro IV, cap. XXII, e nota 244), possuidor de “algumas particularidades que a tornavam num engenho muito especial. O sistema de propulsão assentava em dois braços metálicos de onde saíam as cordas já pré-torcionadas. O sistema permitia aumentar a força de torção, fazendo os dardos chegar mais longe e com mais velocidade. Possibilitava, ainda, uma maior eficácia na precisão do tiro, já que todo o conjunto, muito estável, funcionava como uma grande arma de precisão”.

Arcuballistae: balistas-arco (*i.e.*, bestas); trata-se de versões reduzidas das grandes balistas transportadas em carros, características do Alto-Império (vide *infra*, Livro II, cap. XXV). Aliás, uma das principais características da artilharia romana do Baixo-Império é justamente a preferência que atribui aos engenhos pequenos e móveis. Vide Le Bohec (2006:111). Sobre *arcuballistae*, veja-se também *infra*, Livro IV, cap. XXII.

Ao considerar a “besta”, entramos já no território da engenharia greco-romana, *i.e.*, o território das verdadeiras “máquinas de guerra” (vide *infra*, Livro IV, cap. XXII, nota 244). Na verdade, segundo Feugère (2002:163), a besta configura um “verdadeiro ‘arco-mecânico’”. Infelizmente, aquilo que se sabe hoje acerca do período romano das bestas restringe-se, de acordo com este autor, a dois relevos funerários gauleses do Alto Loire, um proveniente de Espaly e o outro de Solignac-sur-Loire. Desconhece-se ainda a função concreta destes dois exemplares, mas é possível que se limitassem a um uso venatório. Na Alemanha (Saalburg Museum), D. Baatz, o continuador dos trabalhos de reconstituição de máquinas de guerra romanas feitos, a partir dos inícios do séc. XX, por E. Schramm (vide *infra*, Livro IV, cap. XXII, nota 244), procurou reconstituir também o método de retesamento e recarga da besta, optando por assentar a besta, invertida, no chão (com a parte exterior do arco a tocar o solo), por colocar a parte avançada dos pés sobre a zona central da parte interior do arco e, nessa altura, por puxar a corda para cima com as mãos, até conseguir colocá-la em tensão. Trata-se de uma solução que estaria em voga na Idade Média, embora com o auxílio de um gancho pendurado à cintura do atirador (o que evitava ferir as mãos) e de um estribo incrustado na própria parte central-exterior da besta (para melhor apoio do pé do guerreiro e não danificação da arma).

108 - *Antesignani*: os que combatiam na primeira linha, diante dos estandartes (*signa*), por oposição aos *postsignani* (Bohec 2002:50).

109 - De acordo com uma informação que nos foi amavelmente enviada em 4 de Outubro de 2008 pelo Professor Michael Reeve, este autor da edição crítica do texto latino de Vegécio (que aqui seguimos) é da opinião de que se justifica a substituição de “viguit”

por “nocuit”, tal como sugere Vincenzo Ortoleva (2006) na sua recensão crítica à edição de Reeve. Neste caso, a tradução portuguesa da frase em apreço seria: “E não se argumente que esse costume introduzido há muito tempo provocou dano”.

Sobre os escudos e as inscrições que podiam conter, *vide supra*, Livro I, cap. XI, nota 20. Como observa Milner (2006:50, n. 6), Vegécio distingue frequentemente mal entre coortes e centúrias, provavelmente em resultado do reduzido tamanho de muitas legiões da sua época. O mesmo autor, com base no escritor Díon Cássio, situa por volta do ano 89 d.C. a introdução do costume de inscrever o nome do soldado e o do seu centurião nos escudos.

110 - *Obsequia*. Seguimos aqui a solução proposta por Milner (2006:51, n. 5).

111 - *Munera*. *Vide* Milner (2006:51-52, n. 6), que aqui seguimos e que exemplifica com os serviços ordinários de abastecimento de água, forragem e lenha (de que aliás também se fala no termo do presente capítulo).

112 - Segundo Le Bohec (2006:92), não dispomos de muita informação acerca da administração militar, até porque uma parte dessas funções era assegurada por civis. Mas, ainda assim, sabemos que o mestre da cavalaria (*vide supra*: mestres das milícias: Livro II, cap. IX e nota 87) tinha à sua disposição graduados a quem competia manter os registos, com o auxílio de *adiutores*. Nas províncias, os *agentes in rebus* asseguravam a chefia dos escritórios; e, dentro dos acampamentos, existiam notários e *exceptores*. Os arquivos estavam ao cuidado de *scriniarii* (civis ou militares, segundo algumas fontes, como João-o-Lídio) e de *instrumentarii*, funcionários talvez análogos aos *librarii* de que Vegécio falou no cap. VII deste Livro II. Existia também o *actuarius*, encarregado das *acta* ou *matrices* (arquivos), o qual, segundo Amiano Marcelino, suscitava por vezes a hostilidade dos soldados; esses *actuarii* eram coadjuvados por *commentarienses*. A partir de Teodósio I (finais do séc. IV, provavelmente a época em que Vegécio elabora o seu tratado), os oficiais terão perdido o hábito de compor listas de efectivos, o que conduziu ao declínio da administração militar.

113 - *Vide supra*, Livro II, cap. VII (e nota 79).

114 - Ordenanças.

115 - *Vide supra*, Livro II, cap. VII, nota 84; e também, no capítulo em apreço, a nota 111.

116 - Segundo Le Bohec (2002:229-236), havia um soldo desde a época republicana. No final do reinado de Augusto (14 d.C.), este soldo foi fixado em 225 denários por ano, tendo o primeiro aumento ocorrido em 83, no principado de Domiciano (acrescentou-se um quarto pagamento anual, elevando o valor para 300 denários). A importância do pagamento destes soldos está bem expressa nas cerimónias que acompanhavam esses momentos. Claro que o valor dos salários era proporcional à hierarquia (o oficial recebia mais do que o centurião, e este mais do que o soldado comum) e ao próprio prestígio da unidade (o serviço na guarda pretoriana valendo mais do que nas coortes urbanas da guarnição de Roma, e a legião valendo mais do que as tropas auxiliares). Conhecem-se mal os valores dos salários dos militares (sobretudo os dos não legionários), mas é certo que o exército constituía uma grande fonte de despesas do Estado romano, podendo ter atingido os 195 milhões de denários por ano, no período compreendido entre os principados de Caracala e de Diocleciano (211-305). Os hábitos, a mentalidade colectiva e o próprio exército estimularam a poupança sob a forma de entesouramento, conduzindo a depósitos obrigatórios (até 250 denários) e voluntários na capela onde se guardavam as insígnias, sob a vigilância dos *signiferi*. No fundo, tratava-se de um sistema do tipo Caixa Económica mas

sem investimento, nem juros. No dia da reforma, os soldados recuperavam as economias que, ao longo dos anos, tinham depositado na capela das insígnias (ou, a partir de Septímio Severo, 193-211, na *arca* dos renovados “colégios militares”).

117 - Segundo Milner (2006:54, n. 5), a *annona* incluía comida, bebida, roupa de cama e vestuário, pelos quais os soldados do Baixo-Império, ao contrário dos da época precedente, nada eram obrigados a pagar.

118 - *Vide supra*, Livro II, cap. VIII, nota 85: o *primus pilus* da primeira coorte era, simultaneamente, o primeiro graduado da categoria dos centuriões em toda a legião (*centurio primi pili*).

119 - *Vide supra*, Livro II, cap. VII (nota 79) e também o final do cap. XIII deste Livro II.

120 - Segundo Le Bohec (2002:51-52), os tocadores de *tuba* (ou *tubicines*) manejavam uma trombeta direita e comprida que dava a indicação para o assalto ou para a retirada das tropas em combate, mas também o sinal de partida do acampamento, sendo ainda utilizada nas cerimônias sagradas. No Alto-Império, havia 39 *tubae* por legião, a grande maioria delas distribuída pelos manípulos das coortes, mas existindo também algumas entre a cavalaria e entre os oficiais. As *tubae* eram purificadas durante o *tubilustrium*, uma festa de purificação das trombetas utilizadas nos sacrifícios. Feugère (2002:57), pelo seu lado, referencia a *tuba* como o mais simples dos instrumentos musicais utilizados pelo exército romano, e descreve-a como um tubo direito, com um remate em forma de sino. Veja-se também *infra*, Livro III, cap. V (onde Vegécio descreve a *tuba* como um instrumento de linhas direitas).

121 - Os tocadores de *cornu* (ou *cornicines*) utilizavam uma trombeta curva, em forma de corno, reforçada por uma barra metálica, a qual tocava em batalha para dar indicações aos portadores de *signa*. No Alto-Império, havia 36 peças deste tipo no seio de uma legião, distribuídas pelos manípulos das coortes e entre a (escassa) cavalaria (não parece terem existido entre os oficiais). *Vide* Le Bohec (2002:51-52). Segundo Feugère (2002:57), o *cornu* era um tubo recurvado desenhando um círculo quase completo, equipado com uma barra transversal de reforço. De acordo com Amiano Marcelino, no Baixo-Império, os *tubicines* e os *cornicines* anunciavam o ataque e a chamada das tropas empenhadas num combate corpo-a-corpo (*vide* Le Bohec, 2006:88). Veja-se também *infra*, Livro III, cap. V (onde Vegécio descreve o *cornu* como um instrumento fabricado a partir de cornos de bois selvagens revestidos de prata, que “emite o som de um vento que canta quando é modulado com um sopro artístico”).

122 - Conhece-se menos bem a *bucina* (manejada pelos *bucinatores* e cujo som constituía o *classicum*). Era talvez uma trombeta curta e desenhando um arco ligeiro, parecendo constituir uma espécie de segundo instrumento de alguns dos *tubicines* e/ou de alguns dos *cornicines*. *Vide* Le Bohec (2002:51-52). Baseando-se em Amiano Marcelino, Le Bohec (2006:88) refere que, no Baixo-Império, a *bucina* tocava para o despertar e durante a batalha, dando também o sinal para a travessia de um rio; era considerada “o instrumento de música militar por excelência”. Aliás, quando Marcelino pretende dizer que um conflito está prestes a eclodir, limita-se a dizer: *bellicum canentibus bucinis...* Feugère (2002:57), pelo seu lado, admite que o *bucinum* seria similar à trompa moderna, tendo sido adaptado a partir do *cornu*, para uso da cavalaria; porém, na sequência de algumas observações de M. Speidel, reconhece que, sempre que surge representado um instrumento musical em memoriais dedicados a *bucinatores*, trata-se de um tubo direito, e não recurvado. Veja-se também *infra*, Livro III, cap. I (onde Vegécio dirá que o Livro III, em que se analisa o

exército em combate, “faz soar o *classicum*”) e cap. V (onde Vegécio descreve a *bucina* como um instrumento curvado sobre si mesmo num círculo de bronze).

123 - Durante o Baixo-Império, o *classicum* correspondia ao som lançado no ar pelos instrumentos de metal, sinalizando o agrupamento das tropas e o apelo ao combate. Nesse período tardio, havia ainda, entre os músicos militares, os *liticines*, os quais utilizavam uma trombeta particular e recurvada, chamada *lituus*, a qual não era conhecida das legiões do Alto-Império (ou então era pouco utilizada); servia para dar o sinal de partida para o combate e para o início ou o termo das manobras; mas é também possível que assinalasse a reunião dos *tubicines* com os *bucinatores*. Também eram utilizados em combate instrumentos mais ligeiros, como as flautas, em certas circunstâncias ou em associação com os *tubicines* e os *liticines* (Le Bohec, 2006:88). Feugère (2002:57) salienta também a presença do *lituus* entre a panóplia de instrumentos musicais do exército romano, descrevendo-o como uma *tuba* alargada dos lados, lembrando de algum modo o *carnyx* dos Gauleses.

Num comentário de conjunto, Feugère (*ibidem*) sublinha que a música militar dos Romanos era sobretudo uma forma de transmitir ordens e comandos às tropas, tal como sucede nos exércitos modernos. Apesar de a variedade de instrumentos ser muito mais reduzida do que hoje em dia, os Romanos tinham, ainda assim, a possibilidade de escutar muita música em contextos não militares, como por exemplo no circo, no teatro e mesmo nos anfiteatros. Como vimos, no exército predominavam os instrumentos de sopro. Segundo Feugère, “desde o tempo da República, três chamadas sucessivas controlavam a partida de um acampamento: ao primeiro toque, era o acordar para o começo de um novo dia; ao segundo, o vestir-se e apresentar-se; e, ao terceiro toque, era o início da marcha, de acordo com a ordem estabelecida. Diferentes toques, acompanhados por sinais visuais como o levantar dos estandartes, faziam soar o alarme (...). Amplamente utilizada no acampamento, a música conferia também um estímulo adicional no campo de batalha. Quando as tropas desencadeavam o seu ataque, os toques da trombeta associavam-se aos seus gritos (*clamor*) para as encorajar e também para atemorizar os inimigos, e toques diferentes, audíveis por cima do ruído da batalha, transmitiam as ordens dos oficiais”. Feugère (2002:59) observa ainda que, apesar do *lituus* (de que se preservou um exemplar encontrado em Bona) ser capaz de tocar seis notas diferentes, “estes instrumentos poderiam ter sido tocados individualmente ou em grupo, e tanto quanto sabemos os músicos romanos podem não ter sabido nada de polifonia. Os seus instrumentos eram nitidamente escolhidos pelas suas notas sonoras e claras, mas pode muito bem ser que, a julgar por certas descobertas em sítios como Vindonissa, outros instrumentos de sopro (*tibias*) ou instrumentos de percussão como tamborins fossem também utilizados”. Uma grande parte daquilo que sabemos sobre os instrumentos musicais do exército romano, remata Feugère (*ibidem*), provém de relevos esculpidos, que os mostram sendo utilizados, p. ex., na Coluna de Trajano ou em memoriais funerários oriundos sobretudo da região do vale do Reno, dedicados a *tubicines*, a *cornicines* ou a *bucinatores*. Um desses memoriais, dedicado a M. Júlio Victor, *ex collegio litinicum (et) cornicinum*, mostra que se podia tocar ambos os instrumentos.

124 - Sobre o *campidoctor*, o *doctor armorum* ou *armatura* e a prática da *armatura*, *vide supra*, Livro I, cap. XIII (e nota 25).

125 - *Sudibus*. Milner (2006:57) traduz por *foils* (que, em inglês, pode significar “espadas embotadas”).

126 - *Vide supra*, Livro I, caps. XI e XII.

127 - Entre 175 e 180 metros.

128 - 327,5 gramas.

129 - Segundo Le Bohec (2002:119-122), o treino militar dos Romanos teve inicialmente lugar no *Campus Martius*, em Roma. Porém, como explicámos no Estudo Introdutório, as sucessivas conquistas, assim como a necessidade de integração de jovens recrutadas cada vez mais longe de Roma, obrigaram a novas soluções nas cidades de recrutamento e ao pé dos acampamentos. No Alto-Império, período feliz cuja memória Vegécio deseja recuperar, os locais de treino variavam em função do programa: uma parte dos exercícios (p. ex.: a marcha) era feita em plena natureza; mas também se utilizavam monumentos, como os anfiteatros e há mesmo vestígios de arenas ao pé de acampamentos (o que é compreensível, pois o treino militar, e até o armamento, tinham certas semelhanças com a actividade dos gladiadores, e a esgrima podia, fazendo bom tempo, ser praticada em tais espaços). No entanto, como Vegécio refere, também se construíram edifícios expressamente para o treino militar: as *basilicae exercitatoriae*, que eram rectângulos cobertos, com três naves e, por vezes, abside, cuja existência está confirmada para, pelo menos, a Bretanha e a Dácia. Algumas delas ficavam dentro dos próprios acampamentos. Eram essencialmente salas de esgrima mas também podiam funcionar como picadeiros, protegendo, em ambos os casos, os soldados da chuva ou do sol excessivo. No entanto, o terreno de exercício por excelência era o *campus*. Em Roma, o *campus* das coortes pretorianas e urbanas devia situar-se a poente da caserna construída no tempo de Tibério (14-37 d.C.), devendo ser uma simples praça com o chão em terra batida. O único *campus* bem conhecido é o de Lambèse, no Norte de África. Aí terá discursado o imperador Adriano (em 128 d.C.). Trata-se de um quadrado com 200 m de lado, delimitado por um muro de pedra com 60 cm de espessura; apresenta duas portas, ângulos arredondados e um flanqueamento com 14 meias-luas (que deviam corresponder a bebedouros para os cavalos ou a lavabos para os soldados); no interior, tinha apenas uma tribuna central para os oficiais vigiarem o treino de peões e de cavaleiros; o chão era argiloso, salvo junto à tribuna. Em teoria, cada forte deveria possuir um *campus*. No entanto, sendo estes de construção precária (chão em terra e muros pouco espessos), desapareceram quase todos. Há, ainda assim, inscrições que sinalizam a existência de um outro *campus* em África (Tebessa, actual Argélia) e de três no Oriente (em Palmira e em Dura-Europos, na Síria; e em Colibrassos, na Cilícia, actual Turquia). A epigrafia revela ainda que o *campus* devia ser instalado em terreno plano, podendo ser alargado em caso de reforço da unidade. Um forte até podia ter mais do que um *campus*, o qual, no período em apreço, ficava sempre sob a protecção de diversos deuses. Infelizmente, sabe-se muito pouco sobre as especificidades dos terrenos de exercício reservados à cavalaria. Por fim, refira-se a polivalência do *campus* (que era, para os militares, o equivalente ao *forum* dos civis): ali tinham lugar desfiles, agrupamentos (para cerimónias e discursos, como bem documentam as famosas Colunas de Trajano e de Aureliano, em Roma), reuniões, debates, etc.

130 - *Sarcinae*: termo muito utilizado no séc. IV d.C. e que designava as armas e os víveres que cada soldado devia transportar (*vide* também *supra*, Livro I, cap. XIX, nota 41: as “mulas de Mário”). Procurava-se que cada homem levasse consigo abastecimento para, pelo menos, 17 dias. A base era composta pelo *buccellatum* (o biscoito), completado por outros alimentos, como carne, lentilhas, queijo e sal. *Vide* Le Bohec (2006:120). Goldsworthy afirma que a ração equilibrada dos legionários romanos do final da República e inícios do Principado era composta por cereais, vegetais frescos e carne [de vaca, de carneiro, de galinha, ou toucinho], e defende que “a afirmação de que as legiões eram vegetarianas e de

que comiam pouca ou nenhuma carne é um mito”, alicerçado na deficiente interpretação de certas passagens dos textos de César; alguns legionários de César, acrescenta Goldsworthy, “comiam raízes de uma planta chamada *charax* e logravam transformá-la num desagradável, mas comestível, substituto do pão” (Goldsworthy, 2007:278).

Claro que, em situações especiais, a dieta normal (que também incluía grãos de leguminosa) podia ser profundamente alterada. Por exemplo, Marco Licínio Crasso, quando (em 72 a.C.) assumiu o comando da chamada “Guerra Servil” contra Espártaco e os restantes homens fugidos da escola de gladiadores de Cápua, começou por castigar as legiões dos cônsules derrotados executando um em cada 10 soldados (o famoso método da “dizimação”, em que uma décima parte dos soldados, escolhida por sorteio, era espancada até à morte pelos próprios companheiros) e sujeitando os restantes 90% a uma ração de cevada, em vez de trigo (Goldsworthy, 2007:204). Corbulão, pelo seu lado, quando, no contexto das suas guerras contra a Pártia, pelo controlo da Arménia (58-64 d.C.), avançou para Tigranocerta (depois de tomar Artáxata), obrigou a sua coluna a marchas muito duras e com grandes limitações de víveres, o que obrigava os soldados a comer apenas ração de carne, “em vez da habitual e bem equilibrada dieta” (Goldsworthy, 2007:355). Grandes cuidados com o abastecimento foi também Juliano (ainda *César*) obrigado a ter, durante as suas campanhas na Gália, em 358-359 d.C.: nesse Inverno, atacou de surpresa os Germanos com as tropas legionárias alimentadas a biscoito e beneficiando dos cereais que tinham sido armazenados nos celeiros das bases militares romanas (o que tinha os seus riscos, pois desguarnecia de víveres esses preciosos pontos de apoio). Vale a pena recordar que se chamava *buccellarii* aos soldados da guarda pessoal de um comandante, que tratava de os pagar e manter; a designação (que abarca ainda os eficientes *buccellarii* de Belisário, na primeira metade do séc. VI d.C.) deriva da ração de *buccellatum* (biscoito) que o comandante era obrigado a atribuir aos seus homens, como forma de os alimentar (fins do séc. IV a séc. VI d.C.). Como explica Goldsworthy (2007:469), “este alimento [o biscoito], à base de cereais, era cozido por duas vezes (de onde retira o seu nome), um processo que ajuda a conservá-lo, mas também reduz o seu peso em cerca de um quarto”. Numa ocasião, recorda o mesmo autor, um oficial de Belisário, responsável pelo abastecimento do exército em biscoito com um determinado peso, tentou obter proventos para si e “não pagou aos padeiros para que lhe fizessem o biscoito como deviam e, em lugar disso, conseguiu cozer de modo insuficiente os biscoitos, nas fornalhas públicas. O aspecto era satisfatório, mas conservava a quantidade de farinha original, pelo que rapidamente se deteriorava”. O resultado foi tremendo: cerca de 500 baixas nas tropas de Belisário (Goldsworthy, 2007:469)...

131 - *Carroballista*. Trata-se de uma balista móvel montada num carro. *Vide* Richardot (2001:223). Milner (1996:59, n. 4) recorda, neste passo, a *ballista quadrirotis* (balista com quatro rodas) descrita e ilustrada no tratado anónimo *De Rebus Bellicis*, 7, cujo desenho se assemelha ao das balistas montadas em carros puxados por duas mulas, ou em bases-pilares de madeira, que surgem representadas na Coluna de Trajano. Sobre as *manuballistae* e as *arcuballistae*, *vide supra*, Livro II, cap. XV (e nota 107). No Livro IV, cap. XXII, Vegécio desenvolverá o tema das balistas, dos ónagros e dos outros *tormenta* (engenhos de torção) usados pelo exército romano, pelo que inseriremos nesse ponto o nosso comentário sobre esta matéria (*vide* nota 244).

132 - Sobre todos estes dispositivos, *vide infra*, Livro IV, caps. XIV a XVII (onde inseriremos também os nossos comentários).

Livro III

133 - Os Espartanos.

134 - Xantipo foi um general espartano contratado em 256 a.C., no contexto da Primeira Guerra Púnica (264-241 a.C.), como conselheiro do exército cartaginês, após a derrota deste em África às mãos do cônsul Atílio Régulo. No ano seguinte, depois de ter reformado o exército cartaginês, Xantipo conseguiu derrotar o exército romano e capturar Régulo. No entanto, a guerra acabaria por ser ganha por Roma, em 241 a.C. (na sequência da vitória naval alcançada ao largo das ilhas Egates, a oeste da Sicília), já depois de Xantipo ter cessado a sua colaboração com os Cartagineses. *Vide* N. P. Milner (1996: 63, n. 1); e, sobre a decisiva batalha naval: Ródriguez González (2005:20-21).

135 - Vegécio terá sobretudo em mente (embora não só) a batalha de Canas, travada em 216 a.C., no contexto da Segunda Guerra Púnica (218-201 a.C.); *vide supra*, Livro II, cap. IV (e nota 71). O especialista da arte da guerra a que Aníbal terá alegadamente recorrido foi identificado por E. L. Wheeler como sendo Sósiло: *vide* Milner (1996: 63, n. 2). De Man (2006:79, n. 2), pelo seu lado, escreve que “apesar de ser provável que Aníbal se tenha feito acompanhar pelo grego Sósiло e de este demonstrar um profundo conhecimento das movimentações do cartaginês, nada indica que Aníbal tenha recorrido a um tático espartano. Vegécio, por desconhecimento ou – mais provavelmente – por malícia, retira-lhe o mérito das suas vitórias”.

136 - *Qui desiderat pacem praeparet bellum*: “quem desejar a paz, que prepare a guerra”. Trata-se da mais célebre frase de Vegécio, que insistirá nesta ideia no Livro IV, cap. XXXI (*vide* nota 256). Como recordámos no Estudo Introdutório, Milner (1996:63, n. 3) observou tratar-se da “mais precoce expressão em Latim do paradoxo clássico *si vis pacem, para bellum*”.

137 - *Vide supra*, Livro II, cap. XXII. Como explicámos na nota 123, o *classicum* correspondia ao som lançado no ar pelos instrumentos de metal, sinalizando o agrupamento das tropas e o apelo ao combate. Vegécio está, portanto, a dizer-nos, de forma figurada, que neste Livro III irá finalmente pôr em acção os homens que recrutou, formou e organizou nos livros precedentes.

138 - Xerxes foi rei da Pérsia entre 486 e 465 a.C., tendo invadido a Grécia em 480 a.C., com um exército imenso, com perto de 200 000 homens; ainda assim, foi derrotado na batalha naval de Salamina em 480 a.C., e, no ano seguinte, na batalha campal de Plateias. Era filho de Dario I, que reinara na Pérsia entre 521 e 486 a.C. e que fora derrotado pelos Gregos na célebre batalha de Maratona em 490 a.C. Já Mitridates reinou no Ponto (Ásia Menor), tendo sido um aguerrido adversário dos Romanos; desejo de expandir o seu poder no Mediterrâneo Oriental, procurou aproveitar as dificuldades dos Romanos – provocadas pelos conflitos que se sucediam na Península Itálica – e invadiu a província da Ásia em 88 a.C., tendo mandado massacrar todos os homens de negócios romanos (fala-se, com evidente exagero, em 80 000 Romanos e Itálicos mortos). O Senado entregou então a Sula o comando da guerra contra Mitridates, tarefa que, após algumas desavenças e disputas com Mário, ele concretizaria com êxito (embora não sem dificuldades, devido até à aliança entre Mitridates e Sertório). No entanto, Mitridates não fora totalmente destruído por Sula, pelo que a guerra acabaria por ser reaberta, tendo Roma reagido, primeiro, através do competente comandante Lúcio Licínio Luculo e, finalmente, por intermédio do lendário general Gneu Pompeu Magno. Habitualmente, situa-se a Primeira Guerra contra Mitridates

entre 88 e 85 a.C., a Segunda, entre 83 e 82 a.C., e a Terceira, e última, entre 74 e 66 a.C.; em 65 a.C., Mitridates, abandonado por muitos dos seus oficiais e traído pelo próprio filho, ordenou a um guarda-costas gálata que o matasse, tornando definitiva a vitória de Pompeu (Goldsworthy 2007:170-171; 188; e 212-225; Goldsworthy 2007b:12).

139 - *Vide supra*, Livro II, cap. IX [e nota 87, a propósito dos mestres das milícias, criados por Constantino I perto do final do seu reinado (337) com o título de “condes de primeira ordem”].

140 - Ao escrever estas linhas, Vegécio teria decerto em mente a reforma militar levada a cabo por Diocleciano (284-305). Coube a este imperador diminuir o número de efectivos de cada legião, de modo a poder dispor de mais unidades deste tipo e a colocar duas legiões em cada província fronteiriça. Segundo Le Bohec (2006:70-71), Diocleciano terá mantido em algumas legiões o número de efectivos tradicional, rondando os 5000 homens, mas outras terão sido reduzidas a cerca de 1000 homens, ou pouco mais do que isso (Zósimo fala em legiões de 1200 homens, embora para um período mais tardio). Isso foi conseguido através do corte operado em unidades mais antigas. Na dinastia valentiniana, ainda havia legiões com 3000 homens; em 377 (o ano anterior ao do desastre de Adrianopla, face aos Godos, em que foi morto o próprio imperador Valente: *vide infra*, Livro III, cap. XI, nota 175), foi ainda possível tomar 500 homens por legião, para assegurar a defesa de cidades, e também mobilizar 300 homens noutras unidades, para com eles criar novas legiões com uma escala mais reduzida. Sobre a reforma de Diocleciano, *vide* também a opinião de Barbosa (2006:163-164), que considera que este imperador aumentou o número de soldados (chegariam a c. 500 000, “num processo de recrutamento obrigatório e adscrição ao serviço militar de filhos de militares”) e que terá também duplicado o número de legiões, o que entre outras coisas tornou impossível manter o bom nível de logística que era apanágio do exército romano. Segundo Pedro Barbosa, caberia mais tarde a Constantino I reduzir o número de efectivos das legiões dos tradicionais 4500 a 6000 para apenas 1000, partindo de um facto já habitual: “o desmembramento das antigas legiões, enviando coortes para missões específicas, não tendo que deslocar a totalidade da força, o que tornaria a resposta mais rápida e, pelo menos era o desejado, mais eficaz” (2006:164). Veja-se também *supra*, Livro II, cap. VI (nota 76).

141 - *Contubernales*: os soldados que formavam o *contubernium* (*vide supra*, Livro II, cap. VII, nota 79).

142 - *Vide supra*, Livro II, cap. XXIII (e nota 129).

143 - Sobre as provisões que os soldados deviam transportar consigo, *vide supra*, Livro II, cap. XXIII (nota 130: *sarcinae*).

144 - De acordo com Milner (1996:68, n. 5), que, para o efeito, se baseia nos relatos de Amiano Marcelino, esta medida de igualar temporariamente os soldados, em matéria de distribuição de anonas, para melhor fazer face a uma emergência militar, foi tomada pelo imperador Juliano em 363 d.C. durante a sua campanha na Pérsia.

145 - Sobre ónagros, balistas e outros engenhos de torção de cordas, *vide infra*, Livro IV, cap. XXII (e nota 244).

146 - *Campicursio*: exercício de corridas [*campus / cursio*], tradicionalmente realizado no Campo de Marte.

147 - *Vide supra*, Livro I, caps. XI, XII e XIII.

148 - No Alto-Império, a *vexillatio* era um destacamento de tropas, muitas vezes de composição mista (*i.e.*, formado a partir de diferentes unidades), afecto a uma tarefa particular

e operando, por isso, com frequência, de forma independente; podia incluir um número muito reduzido ou muito elevado de soldados, consoante a missão que lhe era atribuída. Como sublinha Goldsworthy (2007b:219), o recurso a estes destacamentos temporários tinha a grande vantagem de reforçar a flexibilidade do exército romano. Entretanto, no Baixo-Império, atribui-se a designação de *vexillatio* a unidades de cavalaria, porventura comparáveis (em dimensão) às antigas alas (*alae*) das tropas auxiliares (*vide supra*, Livro II, cap. I). Provavelmente, é nesta última acepção que deve ser entendida a referência de Vegécio, tanto mais que o exército romano de campo, neste período tardio, era composto essencialmente por legiões, *auxilia* e cavalaria.

149 - *Vide supra*, Livro II, cap. XXII.

150 - Goldsworthy (2007:501) define *vexillum* como “bandeira quadrada, fixada a direito num mastro”, acrescentando que “era usada para marcar o local onde se encontrava o general e podia ser também o estandarte de um destacamento de tropas (século I d.C. – século III d.C.)”. Segundo o mesmo autor, o *vexillum* dos generais seria geralmente vermelho.

151 - Pequenos estandartes usados pela cavalaria. Veja-se também *supra*, Livro II, cap. I.

152 - *Tufa*: espécie de penacho, ou estandarte militar.

153 - *Pinna*: penacho de capacete. Vegécio deve referir-se aqui às cimeiras de plumas aplicadas transversalmente nos capacetes dos centuriões para que estes fossem mais facilmente reconhecidos pelos soldados que comandavam (*vide supra*: Livro II, final do cap. XVI).

154 - Citando um curioso artigo de R. Rebuffat (“Végèce et le télégraphe Chappe”, in *Mélanges de l'École française de Rome*, n.º 90, 2, 1978, pp. 829-861), Le Bohec (2006: 98 e 122-123) confirma o recurso, pelos Romanos, a este dispositivo, em torres utilizadas para a vigilância dos movimentos militares inimigos ao longo do Baixo-Império. Os archotes eram deslocados para diferentes posições, previamente convencionadas, como que numa prefiguração do famoso telégrafo *Chappe*.

155 - Nesta passagem, Vegécio confirma o essencial da tática utilizada pelos Romanos desde os finais da República (pelo menos) para organização das suas colunas de marcha em caso de progressão com o inimigo por perto: cavalaria à cabeça (para explorar o terreno e poder recuar rapidamente); bagagens no meio, junto dos legionários (para estarem bem protegidas e porque os soldados comuns tinham tendência para abandonar a coluna e ir recuperar os seus bens em caso de ataque); e fecho da coluna com recurso à infantaria das coortes auxiliares (*i.e.*, a unidades de menor valor). A coluna de Júlio César na campanha contra os Belgas, em 57 a.C., fornece um excelente exemplo de marcha em terreno apertado: não sendo possível proteger bem os flancos, alongaram-se as tropas em cordão, mas sem alterar a sequência habitual das tropas. Também Flávio Josefo, ao descrever a marcha de Tito em Samaria (durante a guerra de 79-81 d.C.), descreve um dispositivo muito semelhante. Já Tácito, ao narrar a marcha de Germânico com o exército do Reno (c. 14 a.C.), dá conta dos cuidados que se tinham numa marcha em campo aberto, em que era necessário proteger bem os flancos e evitar as emboscadas. Este modelo é confirmado por Onesandro, no seu tratado de meados do séc. I d.C., e também por Arriano, no célebre escrito *Disposição de marcha e ordem de batalha contra os Alanos*, em grande parte dedicado ao imperador Antonino Pio (138-161). Num outro tratado (*A tática*), este célebre oficial e amigo do imperador Adriano (117-138) insiste particularmente na necessidade de proteger bem as bagagens, colocando-as sempre ao contrário do adversário (ou ao centro, caso se ignore de onde virá o perigo). Segundo Arriano, também a cavalaria deveria adaptar a sua posição na coluna de marcha às características do terreno e à presumida posição do adversário. *Vide* Le Bohec (2002:137-138).

Durante o Baixo-Império, encontramos dois tipos de dispositivos de marcha possíveis: um, mais relaxado ou trivial (*laxis agminibus*), próprio de marchas itinerárias sem perigo iminente; e o outro, em ordem cerrada, quer em retângulos (*agminibus quadratus*) quer em cunha (*cuneis confertis* – caso em que as unidades estavam aptas a combater de imediato na eventualidade de um ataque inopinado). Vegécio e Amiano Marcelino (oficial do exército do imperador Juliano) constituem as principais fontes literárias para a reconstituição destes dispositivos. Nas suas campanhas em África, Teodósio optou pelo *agmen quadratum*, com os oficiais a ocuparem as alas. Mas o exemplo mais bem conhecido é o das guerras de Juliano na Pérsia (durante as quais este imperador acabou por falecer, em 363): uma vanguarda com 1000 a 1500 batedores; o imperador ao centro, com a infantaria pesada; à esquerda, a cavalaria (enfrentando o perigo de um ataque persa sobre o seu flanco); à direita (junto ao rio), sete legiões; e, por fim, uma retaguarda (comandada pelo general Dagalaifo). Também nesta época o dispositivo preferido era, portanto, o retângulo, com o mais precioso no centro: o imperador, o gado (*iumenta*) e as bagagens (*impedimenta e sarcinae*), confiadas aos serventes (*calones*). A velocidade das colunas de marcha mistas podia ser grande, em especial se houvesse lugar à descida de rios. O exército de Juliano na Pérsia progredia quase 20 km por dia, mas era possível alcançar uma velocidade itinerária de 30 km por dia. *Vide* Le Bohec (2006:130-131).

156 - *Campidoctores*: *vide supra*, Livro I, cap. XIII (e nota 25).

157 - Como esclarece Le Bohec (2002:139-140), a infantaria romana em campanha melhorava as vias de comunicação, mas isso não significa que as pavimentassem! Ela limitava-se a derrubar árvores nas vias florestais, a deslocar alguns rochedos nos desfiladeiros e a secar pequenos pântanos nas planícies. Quanto ao resto, limitavam-se a alisar o solo ou apenas a deixar marcas quanto à direcção a seguir. Proceder de outro modo constituiria uma perda de tempo e de energia inúteis.

158 - Segundo Le Bohec (2002:140; e 2006:131), havia três soluções possíveis para a travessia dos rios: i) apelar à marinha para que assegurasse o transporte das tropas; ii) a nado (com o escudo a fazer de prancha); iii) por meio da construção de uma ponte, que tanto podia ser de barcas (com os navios encostados e ligados entre si e com um tabuleiro aplicado por cima), como de madeira (com pilares suportando um tabuleiro). Pontes deste último tipo sobre o rio Reno recordam as campanhas de César na Gália. Já o Danúbio e o Eufrates foram atravessados por navios alinhados e unidos uns aos outros. A Coluna de Trajano referencia os trabalhos do célebre arquitecto Apolodoro de Damasco (aliás, autor de um tratado sobre o assunto) preparando a travessia do rio Danúbio durante as guerras do imperador Trajano na Dácia (101-106).

159 - Como explica Yann Le Bohec (2002:140), autor que aqui seguimos de perto, devemos distinguir entre os acampamentos de marcha ou de Verão (*castra aestiua*), provisórios, por vezes construídos e destruídos num só dia, e os acampamentos permanentes ou de Inverno (*castra hiberna* ou *castra statiua*). Os soldados preparavam-se para a guerra durante o Inverno e partiam em campanha no Verão. As fortificações romanas têm uma origem complexa de averiguar, sendo porém certo que nela se combinam as influências grega e etrusca e mesmo de modelos muito próprios da Península Itálica. O primeiro cuidado consistia em escolher bem o local do acampamento: um terreno em declive (para evacuação de águas, arejamento e surtidas contra eventuais atacantes), com água em abundância e num ponto alto (impossível de dominar pelo adversário a partir de cima).

A primeira tarefa concreta era o nivelamento do solo, seguindo-se a construção do forte. Le Bohec (2002:141), apoiando-se em Flávio Josefo e no Pseudo-Higino, descreve

da seguinte forma a construção de um acampamento de marcha: “Para obter a fortificação mais simples, começa-se por cavar um fosso (*fossa*), geralmente em V. A terra que dali foi removida é depositada mesmo atrás e, depois, aplanada, de maneira a desenhar uma espécie de caminho de ronda sobrelevado (*agger*), por cima do qual se constrói uma paliçada de madeira (*uallum*) ou, muito mais raramente, um murete de erva, ou de pedra, o qual pode ser flanqueado por torres ou por bastiões que suportavam peças de artilharia, escorpões, catapultas e balistas. Na retaguarda, acha-se sempre um espaço livre (*interuallum*), onde vêm morrer as flechas e os dardos que tiverem conseguido passar por cima da fortificação; esta zona permite igualmente acelerar as deslocações no interior da fortaleza”. Muito importante era fortificar cuidadosamente os quatro acessos ao acampamento, através de portas de dois tipos (*titulum* e *clauicula*), que, de certo modo, funcionavam como barbacãs de porta, com o objectivo de quebrar o ímpeto do assaltante. Também se podiam colocar buracos com troncos de árvores e ramagens diante do forte (*ceruoli*). No Alto-Império, a planta geral do acampamento de marcha não varia muito: Políbio (na segunda metade do séc. II a.C.) fala em acampamentos quadrados, divididos em três partes pela via quintana e a via *principalis*; para lá desta última, encontrava-se o *forum*, o *quaestorium* (a tenda do questor) e o *praetorium* (a tenda do general); os outros dois terços do espaço eram cortados em dois pela via decumana. Dois séculos mais tarde, Flávio Josefo fala ainda de uma planta quadrada, mas o Pseudo-Higino (20 a 30 anos depois, nos inícios do séc. II d.C.) aconselha a construção de um rectângulo em que a relação entre os dois lados seja de 2 para 3: neste caso, o pretório surge no centro do dispositivo. Na organização interna dos *castra aestiua*, era decisiva a intervenção do agrimensor ou medidor, utilizando a *groma*, um instrumento com quatro fios-de-prumo que permitia fazer balizagens com ângulos de 90 graus. Era, assim, possível definir as ruas e a muralha e, a seguir, proceder à instalação das tendas no interior dos espaços rectangulares delimitados pelas ruas. A tenda mais importante era a do general, com as características sagradas de um templo e próxima do *auguratorium* (para tomada dos auspícios) e também da tribuna (para exercício da justiça e discursos às tropas). Mas havia outros espaços e alojamentos: um ateliê para reparação das armas danificadas (*fabrica*: *vide supra*, Livro II, cap. XI, nota 89); um hospital; uma enfermaria para animais; a praça pública; etc. Só um recrutamento de qualidade e um treino intensivo permitiam construir tudo isto para apenas um ou dois dias (*vide* Le Bohec, 2002:140-142)!

Quanto aos acampamentos permanentes, não existiam modelos e a sua evolução foi diversa, consoante as regiões do Império. A escolha do local obedecia aos mesmos critérios dos *castra aestiua*. Ficou célebre a descrição, por Arriano (*Périplo do Ponto Euxino*) de um *castra hiberna* no Mar Negro, à época do imperador Adriano (117-138): abrigava 400 soldados de elite e dispunha de dois fossos largos rodeando a muralha; outrora, o muro era de terra e as torres colocadas em cima dele eram de madeira, mas, na época em que Arriano o visitou, muro e torres já eram em tijolo cozido e as fundações muito sólidas; pelos muros, tinham sido distribuídas máquinas; Arriano decidiu traçar um terceiro fosso que ia até ao rio e que fechava o porto com todas as habitações que estavam fora da muralha (Le Bohec, 2002:169-174). Nos *castra hiberna*, a estrutura da muralha seguia o modelo *fossa-agger-uallum* dos *castra aestiua* e das próprias defesas lineares. Mas podia haver dois ou três fossos e o perfil evoluiu do quadrado para o rectângulo, uma vez que os materiais também evoluíram. As muralhas tinham uma espessura de 2 m a 3,5 m e podiam apresentar ameias e merlões (*propugnacula*) a coroar os muros, com tipos

variados (rectangulares, com seteiras centrais ou em T, etc.). No Alto-Império, a planta dos *castra biberna* era geralmente rectangular (excepcionalmente quadrada), com os cantos arredondados. O Pseudo-Higino recomenda uma proporção comprimento-largura de 3 para 2, mas há exemplos desta época com 5/4 ou 6/5 (p. ex: Lambèse, na Numídia, no Norte de África). Este tipo de acampamento tinha, regra geral, quatro portas bem cuidadas que, a partir de Vespasiano (69-79), estão situadas no prolongamento do muro, sendo flanqueadas por torres. Estas torres eram um elemento muito importante, pois serviam também de suporte às peças de artilharia. O espaço interior deste tipo de fortificação era organizado em moldes semelhantes ao do acampamento de marcha: uso da *groma* e divisão do acampamento em três partes, graças a dois eixos (a “via principal” e a “via quintana”); a parte central era ocupada pelos *principia*, o conjunto de construções que constituía o coração da fortaleza. Para além da basílica (com colunas, três naves, telhado e capela para a deposição das insígnias), havia também divisões para escritórios (incluindo depósito de arquivos), escrivaninhas, salas de armas e tribuna. Mas a parte maior do acampamento era ocupada com os alojamentos: os oficiais ficavam em verdadeiras casas, com pátio central e várias divisões, ao longo da “via principal” (a maior dessas casas pertencia ao chefe de posto, ou *praetorium*); os centuriões e os soldados ocupavam duas séries de casernas (sendo melhores as dos centuriões e de alguns graduados: *immunes*, *principales*, artilheiros, cavaleiros); por fim, os piores alojamentos eram atribuídos às tropas auxiliares (raramente admitidas) e aos domésticos. No fundo, com cerca de 5000 homens, um acampamento de legião era como uma cidade, com hospital, depósito de mercadorias, oficinas, banhos e latrinas públicas! Conhecem-se os casos de alguns hospitais militares, como o de Véteras (Xanten, Países Baixos), que tinha uma planta quadrangular com 83,5 m de lado e podia acolher 200 doentes. Os edifícios com funções económicas também ocupavam bastante espaço nos *castra biberna*: p. ex., oficinas de armas e depósitos de mantimentos (azeite, vinho, trigo), sendo de notar que cada centúria tinha de moer o grão necessário à sua própria alimentação (armazenado em celeiros com dificuldades particulares de construção, pois o grão pressiona as paredes como um líquido e não se dá com a humidade). O abastecimento de água (muito consumida, tanto como bebida, como para a higiene) era também muito importante, podendo haver canalizações (por vezes enterradas) entre o acampamento e a fonte mais próxima; mas também havia cisternas e termas (estas utilizadas sobretudo com fins médicos).

Claro que a superfície de um *castra biberna* variava em função da(s) unidade(s) que o ocupavam. De início, era frequente concentrar nele duas legiões, mas Domiciano (81-96) proibiu esta prática por razões políticas. No Alto-Império, a área dos acampamentos que se conhecem varia entre 17 e 28 hectares (35 a 50 hectares no caso dos acampamentos para duas legiões). Mas o alargamento ou encurtamento destes equipamentos, a ausência de inscrições e a escassez das intervenções arqueológicas não nos permite ainda conhecê-las profundamente (*vide* Le Bohec, 2002: 140-142 e 167-177). No Baixo-Império, as formas dos acampamentos variam muito mais (todas são possíveis, incluindo as circulares), o *interuallum* desaparece e, por vezes, surgem construções que se apoiam na muralha. No séc. IV, os arquitectos desviam, por vezes, os *principia* (o centro nevrálgico do acampamento) para o fundo da fortaleza, contra o muro. Nesta época, parte dos soldados vivia já em cidades, e não em acampamentos – algo que, na Hispânia do seu tempo, Quinto Sertório (125-72 a.C.) procurara evitar, por facilitar a negligência e até a dissolução de costumes dos soldados –, o que levou, aliás, ao amuralhamento de muitos núcleos urbanos do Baixo-Império.

As fortificações serviam então, não só como defesa e alojamento, mas também para observar os movimentos dos inimigos, para acolher os desertores, para impedir eventuais trânsfugas de se passarem para o adversário e para a preparação de *raids*. As torres vêem o seu papel (de observação e sinalização) fortemente reforçado. Para esta época tardia, fala-se muito nos *quadriburgia*, que eram pequenos fortes de planta quadrada ou quase, com os ângulos reforçados por sólidos bastiões rectangulares e uma só porta, com os *principia* situados contra o muro oposto ao da entrada e casernas periféricas. Trata-se do acampamento “diocleciano” ou “tetrárquico”, designação que Le Bohec considera incorrecta, pois este tipo de fortes é anterior à Tetrarquia, podendo ter origem no Oriente e tendo sobrevivido até à época da dinastia omíada. Em matéria de plantas, os arquitectos do Baixo-Império fizeram escolhas diversas a Ocidente (onde a tradição itálica perdurou) e a Oriente (onde se fizeram sentir as influências helenísticas e outras). Além disso, torna-se muitas vezes difícil distinguir entre acampamentos e cidades abrigando unidades militares. Muitos recintos muralhados datam da época de Constantino I (312/24-337) ou de Valentiniano I (364-375), sendo seguro que o desastre romano de Adrianopla, face aos Godos (378: *vide infra*, Livro III, cap. XI, nota 175), travou os trabalhos de construção ou de reforço de acampamentos militares. As muralhas (muitas vezes, com fosso, hoje atulhado) eram compostas por dois silhares, com enchimento de permeio, recorrendo-se por vezes a materiais reutilizados. Existiam também merlões a coroar (*propugnaculum* e *pinnae*), protegendo um caminho de ronda (para os soldados e também para as máquinas de guerra). O flanqueamento era assegurado por torres e bastiões com formatos diversos. Quanto às portas, o ponto mais frágil e ameaçado, eram bem protegidas: “Normalmente, penetrava-se por uma passagem estreita situada entre duas torres ou bastiões; depois, atravessava-se um longo corredor, que conduzia a um terceiro elemento, uma contraporta” (Le Bohec, 2006:101). Quanto às casernas, no Baixo-Império abandonam-se as longas camaratas em prol de divisões mais ou menos quadradas e muito mais pequenas, umas situadas contra os muros, outras no interior do espaço central. Tal como no Alto-Império, existem armazéns, celeiros, cisternas e poços, oficinas de armas e algumas termas.

No Alto-Império, cada acampamento tinha o seu *campus* (o terreno de exercício), desconhecendo-se se esta prática estaria tão generalizada nos sécs. IV e V. Certo é que, no Baixo-Império, os fortes se tornam cada vez mais pequenos, o que tem toda a lógica, dada a diminuição dos efectivos das principais unidades militares (a começar pelas legiões). Ainda havia fortes grandes (como Lambèse, Bona ou Luxor, a antiga *Thebae*, no Egipto), mas o predomínio é do *quadriburgium*, o pequeno recinto destinado a vigiar o adversário e a prevenir a sua chegada, mais do que a travá-lo [*vide* Sponek, na margem direita do Reno, construído por Valentiniano I e abandonado c. 406; Yotvata, em Israel, um quadrado com apenas 39 m de lado e ocupação de Elagabal (218-222) a Valentiniano I; Tell el-Herr, na extremidade do delta do Nilo, construído sob Diocleciano, em tijolo cru e com uma área de 90 m x 90 m; Avdat, na Jordânia, um quadrado construído c. 300, com 88 m de lado; ou Boqeq, em Israel, com uma planta quadrada de apenas 20 m de lado, a quem competia vigiar um oásis no sudoeste do Mar Morto]. No fundo, nesta época terminal do Império, houve uma adaptação a uma nova estratégia e a uma nova táctica. Parte da herança do Alto-Império foi conservada, ao mesmo tempo que o contributo da arquitectura do Oriente terá sido decisivo (Le Bohec, 2006:97-107). Veja-se também *supra*, Livro I, caps. XXI a XXV.

160 - Ou seja, um pouco menos de 15 cm de altura, por 30 cm de largura e 45 cm de comprimento.

161 - Isto é, com quase 1,50 m de largura e 90 cm de altura.

162 - O equivalente a pouco menos de 2,70 m, 3,30 m e 3,90 m, respectivamente.

163 - Isto é, ligeiramente mais de 5 metros.

164 - Cerca de 3 metros.

165 - *Vide supra*, Livro II, cap. VII (nota 84): os *immunes*, soldados dispensados da prestação de corveias.

166 - Sobre os *tubicines* e os *cornicines*, *vide supra*, Livro II, cap. XXII.

167 - Convém, neste ponto, recordar o que diz Goldsworthy (2007:33-34) acerca do exército romano do período da República de modo a entender esta alusão de Vegécio a homens há muito tempo afastados da lide das armas: “O exército romano permanecia basicamente uma força não permanente, com as legiões a serem desmobilizadas quando o Senado decidia que já não eram necessárias. Embora os soldados pudessem ser chamados de novo a servir a República, não o faziam nas mesmas unidades nem sob os mesmos comandantes. (...) As legiões que se mantinham em actividade eram frequentemente eficazes e disciplinadas, mas logo que eram desmobilizadas o processo teria de recomeçar do nada, com os novos exércitos. Havia apesar de tudo uma curiosa mistura de disciplina e organização tão estrita como as de muitos exércitos profissionais com a ausência de um ciclo contínuo de recrutamento, treino e desmobilização, para logo recomeçar tudo de novo, uma vez mais”.

168 - *Vide supra*, Livro III, cap. IV (e nota 146).

169 - *Vide supra*, capítulo anterior, nota 167.

170 - Até à batalha de Ponte Mílvia (312), a segurança do imperador era garantida pelos *equites singulares Augusti* (a cavalaria pessoal do imperador, criada no séc. I d.C.) e pelas coortes pretorianas (que também faziam a guarda nocturna e participavam nas cerimónias religiosas). Porém, logo após a batalha em que derrotou o rival Maxêncio, Constantino I dissolveu estas unidades como forma de punição. Em alternativa, criou cinco *scholae palatinae*, cada qual com 500 cavaleiros, enquadrados por 50 “domésticos”, cinco tribunos e (no topo) um mestre dos ofícios; o recrutamento destes soldados fazia-se no seio dos povos bárbaros (especialmente entre os Germanos, os Francos e os Alamanos). Ao longo do séc. IV, esta nova guarda imperial (*scholae palatinae* ou, simplesmente, *palatini*) foi ganhando também outras funções, de polícia e de administração. Constituíam uma elite, tendo sido os seus oficiais que designaram Joviano como imperador à morte de Juliano em 363, durante a campanha na Pérsia. É um pouco complexo estabelecer a relação exacta entre os soldados que são mencionados nos textos coevos como “protectores”, “domésticos” ou “protectores domésticos” e esta nova guarda imperial. Os “domésticos” estavam ligados à família (*domus*) imperial e, como vimos, alguns serviram para enquadrar as *scholae palatinae*. Enquanto corpo, apareceram em 346, formando cinco a sete unidades, de 500 homens cada; estavam colocados sob as ordens de um “conde dos domésticos”, assistido por um “primicério”. Diocleciano teria sido “conde dos domésticos” antes de chegar a imperador. É possível que Juliano tenha suprimido os domésticos não ligados às *scholae palatinae*. Segundo a *Notitia Dignitatum* (*vide supra*: Livro I, cap. XI, final da nota 20), na organização tardia das tropas de elite do exército romano do Oriente, e para além dos mestres das milícias (*vide supra*, Livro II, cap. IX, nota 87), encontramos o “mestre dos ofícios” (que tinha à sua disposição unidades de *gentiles*) e o “conde dos domésticos”, que se encontrava à cabeça de cavaleiros e de peões; no Ocidente, encontramos uma estrutura semelhante: os mestres das milícias, um “mestre dos ofícios” (com cinco *scholae* à disposição)

e dois “condes dos domésticos”, tendo também sob as suas ordens cavaleiros e peões. Tanto os soldados das *scholae palatinae* como os “domésticos” tinham uma posição à parte no seio do exército, tal como acontecera no Alto-Império com os soldados pretorianos. Esta nova guarda imperial criada pela Tetrarquia (à qual o “conde dos domésticos” esteve, portanto, profundamente ligado) teria de início constituído uma simples reserva mas, com o tempo, acabaria por se tornar na principal força militar presente nos campos de batalha. Aos poucos, foi reforçada por contingentes (*palatini* e, sem dúvida, *comitatenses*) de maneira a formarem um pequeno exército, de facto, o único exército de Roma digno desse nome (*vide* a batalha de Adrianopla, em 378, onde o imperador Valente já não conseguiu apresentar mais do que 15 000 homens, de entre os quais apenas 3000 a 5000 cavaleiros: *vide infra*, Livro III, cap. XI, nota 175). Nesta batalha contra os Godos (que conduziu à morte de Valente), o conde dos domésticos, Ricomero, foi o segundo comandante, tendo assumido a chefia do exército após o desastre. Sobre toda esta matéria, *vide* Le Bohec (2006: 68-70, 77-81, 151 e 196).

171 - Nesta passagem, transparece claramente o espírito da obra de Vegécio: recordar as boas práticas militares antigas, na certeza de que, se elas tivessem sido preservadas, os dissabores bélicos do séc. IV poderiam muito bem ter sido evitados, ou pelo menos minorados. O texto prossegue nesse mesmo registo.

172 - Como já sabemos (*vide supra*, Livro I, cap. XV, e nota 31), o cerco de Numância por Públio Cornélio Cipião Emiliano Africano Numantino (185/184-129 a.C.) teve lugar em 133 a.C.. Filho natural de Lúcio Emílio Paulo (o conquistador da Macedónia, filho do cônsul morto em Canas), Cipião Emiliano (que serviu com o seu pai natural na Terceira Guerra Macedónica) fora adoptado por um filho de Cipião Africano e tornou-se num dos mais famosos chefes militares romanos. Em 153 a.C., a revolta da tribo celtibera dos Belos, que desejava alargar a sua principal cidade (Segeda) à custa das comunidades vizinhas, iniciou o conflito que viria a terminar com a destruição de Numância. Vários cônsules romanos foram enviados para a Hispânia com o objectivo de controlar a situação. Depois dos fracassos de Quinto Fúlvio Nobilior e de Marco Cláudio Marcelo, o Senado decidiu incumbir, desta missão na Hispânia Citerior, Lúcio Licínio Luculo. Na sua comitiva, como legado ou como tribuno, seguia Cipião Emiliano (então com 33 anos). Apesar dos acordos de paz negociados com os Arevacos (vizinhos dos Belos), a campanha não foi um sucesso e a situação acabou por se agravar, devido aos excessos de Luculo contra a tribo celtibera dos Vaceus e, sobretudo, na sequência dos massacres perpetrados na Hispânia Ulterior contra os Lusitanos pelo pretor Sérvio Sulpício Galba. Não se sabe muito sobre a prestação de Cipião nesta campanha, mas Políbio conta que ele se distinguiu como cavaleiro e em combates singulares. Pouco depois (149 a.C.), os Romanos abriram uma nova guerra contra Cartago e as deficiências registadas no comando da força expedicionária em África acabaram por conduzir à eleição de Cipião Emiliano (que servia eficientemente como tribuno da Quarta Legião) para o consulado, em 147 a.C., e à sua escolha como comandante da força militar encarregada de derrotar Cartago. Como é sabido, esta Terceira Guerra Púnica acabaria em 146 a.C., com a vitória de Cipião e a destruição de Cartago (que Cipião, chorando, comparou à destruição de Tróia).

O sucesso do neto de Cipião Africano e a revolta de Viriato, na Hispânia Ulterior, contra Galba (em 147 a.C., o pretor Gaio Vitélio foi mesmo capturado e morto pelos Lusitanos) acabariam por reconduzir Cipião Emiliano à Península Ibérica. Na verdade, após as campanhas incompletas ou mesmo mal sucedidas do cônsul Fábio Máximo Emiliano

(irmão de Cipião, em 145 a.C.), de Fábio Máximo Serviliano (seu irmão adotivo, em 142 a.C.) e de Quinto Cipião (também seu irmão, em 140 a.C., ano em que foi congeminado o assassinato de Viriato) mantinham a situação militar nas Hispânicas bastante agitada. O sucesso de Viriato animara os Arevacos a reactivar a guerra em 143 a.C.. O cônsul Quinto Cecílio Metelo conseguiu a rendição dos Arevacos, que receberam o estatuto de aliados, mas Numância e outras cidades fortificadas continuaram a resistir. Quinto Pompeu Aulo foi então enviado à frente de um forte exército, tendo posto cerco a Numância, que acabou por render-se. Porém, o Senado não aceitou os termos do acordo e, em 137 a.C., foi enviado um novo cônsul, Gaio Hostílio Mancino, contra os Numantinos. A campanha de Mancino acabou por ser um desastre, com uma rendição humilhante dos Romanos que custaria a carreira ao seu comandante. O sucessor de Mancino não teve mais sucesso, fracassando no cerco a Palência. Então, no ano 134 a.C., as esperanças romanas concentraram-se em Cipião Emiliano, eleito para o seu segundo consulado e a quem foi entregue a província da Hispânia Citerior. O mais notável general romano desta época partiu então para a Península Ibérica, à frente de um pequeno exército de 4000 voluntários, entre os quais os 500 homens do seu “esquadrão dos amigos”. O irmão Fábio Máximo acompanhava-o, como legado principal, assim como o filho mais novo deste, Fábio Máximo Buteão, que conduziu os voluntários ao teatro de operações. É possível que Polábio tenha acompanhado também a expedição, de que o tribuno Públio Rutílio Rufo faria uma descrição detalhada que Apiano soube aproveitar.

Ao chegar à Península Ibérica, e tal como sugere Vegécio, Cipião Emiliano procedeu de imediato a uma profunda reforma do exército romano local, expulsando do seu seio prostitutas, mercadores, adivinhos e videntes, restringindo a alimentação dos soldados às rações militares, limitando o número de escravos, reduzindo o número de carroças e de animais de carga, criando rotinas fixas diárias para os soldados, abolindo as tendas de campanha para os oficiais (ele próprio terá passado a dormir numa simples esteira de palha), procedendo a frequentes inspecções do acampamento, exercendo uma disciplina rigorosa e sujeitando o exército a um treino intensivo. Neste particular, deve destacar-se a obrigação de os soldados marcharem transportando consigo as rações para vários dias e formando em três colunas paralelas que a qualquer momento se podiam converter em ordem de batalha. Cada marcha diária terminava com a mudança do local do acampamento, sempre devidamente fortificado. De acordo com Goldsworthy, que aqui seguimos, Cipião Emiliano reproduzia assim, nas Hispânicas, o programa de seu pai natural, Emílio Paulo, na Terceira Guerra Macedónica. Com um exército assim reabilitado e aumentado para um total de 60 000 soldados (segundo Apiano), Cipião pôde então partir para o cerco de Numância. Começou por arrasar os campos vizinhos e por cortar as fontes de abastecimento na região. Depois, investiu contra a cidade. Oito mil Numantinos abandonaram a praça e desafiaram os Romanos para o combate mas Cipião não quis arriscar e optou por construir uma linha de fortificações circundando a cidade. Estes trabalhos de cerco (investigados pelo arqueólogo alemão Schulten nos inícios do séc. XX e só ao alcance da engenharia militar romana) conduziram à construção de sete fortes de pedra ligados entre si por um fosso e por uma muralha de pedra com uma dezena de quilómetros, com 2,40 metros de largura por três metros de altura e pontuada por torres de madeira distribuídas a um compasso de c. 300 metros. Para interromper o circuito de abastecimento dos Numantinos através do rio Douro, Cipião instalou uma torre em cada uma das margens, com um cabo munido de madeiras revestidas por lâminas e por pontas de lança atravessando o rio e funcionando

como um alarme. Organizado o exército em divisões com tarefas específicas e comunicando entre si por bandeiras (de dia) e por faróis (de noite), Cipião distribuiu artilharia (balistas e catapultas) pelas torres. Cerca de 30 000 homens defendiam as diversas secções da muralha, enquanto 20 000 podiam movimentar-se para reforçar cada sector, e os restantes 10 000 se mantinham de reserva para o que desse e viesse. O resultado inevitável deste cerco foi a rendição incondicional dos Numantinos. Como remata Goldsworthy: “Alguns suicidaram-se, para evitar esta desgraça. Os restantes, sujos e macilentos, saíram e depuseram as armas. Cipião reservou cinquenta para desfilar em seu triunfo e vendeu os restantes como escravos. A própria Numância foi completamente arrasada (...)” (Goldsworthy, 2007:123-141).

173 - Em 109 a.C., o cônsul Quinto Cecílio Metelo assumiu o comando da guerra contra Jugurta, na Numídia. Convém recordar que o apoio dos príncipes da Numídia aos Romanos aquando da guerra destes contra os Cartagineses tinha sido precioso para a vitória de Cipião Africano em África, na Segunda Guerra Púnica (em 204-202 a.C.). Posteriormente, esse apoio continuou a fazer-se sentir (p. ex., Cipião Emiliano, durante as suas campanhas, dispôs de elefantes e de batedores de infantaria enviados por Jugurta, sobrinho do príncipe Micipsa e por este adoptado como filho), até que dissensões surgidas no seio da casa real númida vieram complicar a situação: à morte de Micipsa, Jugurta e os dois filhos de sangue do falecido príncipe desentenderam-se, vindo um destes (Hiêmpsal) a ser assassinado e tendo o outro (Adérbal) procurado refúgio em Roma. Nessa altura, o Senado decretou a divisão do reino númida em partes iguais, entre Adérbal e Jugurta, mas este último decidiu violar o acordo. Em 112 a.C., Jugurta cercou o irmão em Cirta e massacrou a população da cidade e os seus defensores. Roma enviou então para África o cônsul Lúcio Calpúrnio Béstia, à frente de um exército. Na sequência disto, Jugurta veio a Roma, mas acabou por subornar os senadores mais influentes e ainda assassinou mais um membro exilado da sua própria família!

Entrou então em cena o cônsul Espúrio Postúmio Albino, que, em 110 a.C., conduziu um ataque mal sucedido contra Jugurta. O indisciplinado exército romano acabou por se retirar para os seus aquartelamentos de Inverno e o comando foi entregue ao irmão do cônsul, Aulo Postúmio Albino. Este avançou sobre Sútul, onde se guardava o tesouro régio númida, mas foi ludibriado: Jugurta simulou negociar, subornou centuriões e oficiais romanos e acabou por desferir um ataque nocturno ao acampamento de Aulo Albino, do qual resultou a fuga dos soldados romanos (infantaria e cavalaria) e o saque das tendas. No dia seguinte, Jugurta cercou Albino e propôs-lhe um pacto humilhante, que o Senado romano não aceitou.

Foi então enviado, em 109 a.C., como comandante da guerra contra Jugurta, o cônsul Quinto Cecílio Metelo. Porém, não conduzia um exército novo, mas sim alguns recrutas para substituição das legiões que já se encontravam em África. Na sua comitiva seguiam também Gaio Mário (*vide* nota seguinte) e Públio Rutílio Rufo, ambos guerreiros experimentados na guerra de Cipião Emiliano contra Numância (*vide* nota anterior). Aproveitando os ensinamentos deste general, Metelo tratou então, como sugere Vegécio, de reorganizar o exército romano de África, travando a indisciplina com medidas severas, punindo os vadios e os ladrões dentro do próprio acampamento, expulsando dele os mercadores e outros elementos indesejáveis, impondo as rações militares como forma exclusiva de alimentação dos soldados (e obrigando-os a utilizar as suas rações de cereais para fabricarem o seu próprio pão de farinha integral, em vez de o comprarem já cozido), limitando o número de escravos e de animais de carga pessoais, obrigando à prática de marchas diárias rematando

na instalação do acampamento numa nova posição, etc. A seguir, Metelo pôde então investir contra Jugurta que começou por se esquivar a uma batalha campal mas não pôde evitar a capitulação de várias das cidades do seu reino. Politicamente debilitado, Jugurta optou por atacar o exército romano quando este marchava em terreno descampado, nas proximidades do rio Mutul (actual rio Bou Namoussa, na Argélia). O combate foi confuso, mas a vitória sorriu aos Romanos, embora à custa de muitas baixas. Na sequência, Metelo assediou Zama, mas foi obrigado a retirar. Uma tentativa para assassinar Jugurta fracassou também porque a conspiração (que lembra a que vitimou Viriato) foi descoberta. Mais tarde, a guarnição romana da cidade de Vaga seria massacrada por uma revolta da população local, que decidira bandear-se para o campo do rei Jugurta.

Em 107 a.C., Metelo acabaria por ser substituído por Mário (*vide* nota seguinte) no comando do exército romano na Numídia. Porém, como escreve Goldsworthy, que aqui seguimos de perto, apesar de não ter conseguido coroar de êxito a sua campanha, “é difícil saber que mais poderia ter feito Metelo com os meios que tinha à sua disposição” (*vide* Goldsworthy 2007:146-150).

174 - Gaio Mário (157-86 a.C.) foi um *novus homo* eleito pela primeira vez cônsul de Roma em 107 a.C. e que acabaria por ter uma carreira fulgurante, tendo exercido por sete vezes o consulado (mais do que qualquer outro senador no passado) e vindo a tornar-se num personagem central da guerra civil de 86 a.C.. Como já sugerimos no Estudo Introdutório e no Livro II, cap. XV (nota 96), a ele se deve uma reforma muito importante do exército romano, que, com Mário, evoluiu de uma fase de milícia tradicional para a de uma força profissional ou pelo menos semi-profissional: “A acção de Mário em 107 é por vezes encarada como uma grande reforma, o momento em que o exército romano realmente deixou de ser uma milícia de cidadãos para se tornar numa força profissional, recrutada entre os mais pobres. De então em diante, os legionários viam o exército como uma carreira e um meio para escapar à pobreza, mais do que uma obrigação, que constituía um interregno na sua vida normal. Tradicionalmente, as legiões eram remuneradas em cada ano, mas com o advento do soldado profissional, as legiões tornaram-se cada vez mais permanentes e, ao longo do tempo, foram ganhando um maior sentido de identidade e tradição. Mário contribuiu para essa tendência, ao dotar cada legião com uma águia de prata, como estandarte. No passado, cada legião tinha cinco estandartes – uma águia, um touro, um cavalo, um lobo e um javali” (Goldsworthy, 2007:153).

Mário começou a sua carreira militar bastante jovem, provavelmente na guerra contra os Celtiberos. Chegou à Península Ibérica antes ainda de Cipião Emiliano, tendo depois ganho o apreço deste enquanto tribuno. A sua carreira terá sido apoiada pela família dos Metelos Dalmáticos, que o ajudaram a tornar-se tribuno da plebe. Após algumas desavenças com os seus patronos, Mário tornar-se-ia pretor em 115 a.C. e, depois, governador da Hispânia Ulterior. A eclosão da guerra contra Jugurta constituiu claramente uma janela de oportunidade para a carreira militar de Mário. Como dissemos na nota anterior, Mário integrou a comitiva do cônsul Quinto Cecílio Metelo, enviado como comandante romano na guerra contra o rei da Numídia, em 109 a.C.. Na sequência das dificuldades sentidas por Metelo, que Mário tratou de explorar habilmente, em 107 a.C. o Senado entregou-lhe o comando da guerra contra Jugurta. A campanha não foi fácil nem rápida, mas, em 105 a.C., Mário averbou uma vitória decisiva, após convencer o rei Boco da Mauritânia, aliado de Jugurta, a traí-lo em favor dos Romanos. O talento de Mário, a sua habilidade, e também a sua capacidade para reformar o velho exército romano e o fazer entrar na fase da maturidade (com um

recrutamento aberto a voluntários de camadas mais pobres, adaptado às novas realidades de um serviço militar muito mais longo e difícil, e, portanto, mais profissionalizado: *vide* Goldsworthy, 2007:152-158), tornaram Mário na escolha natural dos Romanos para enfrentar uma nova ameaça militar protagonizada pelos bárbaros do Norte.

Em 104 a.C., as tribos (muito provavelmente germânicas) dos Cimbro e dos Teutões ameaçavam cruzar os Alpes e atacar directamente a Península Itálica e a capital da República, levando na sua roda muitos Gauleses. Vários exércitos romanos tinham sido enviados, nos anos anteriores, para travar este perigo, mas cônsules como Gneu Papírio Carbão (em 113 a.C.), Marco Júnio Silano (em 109 a.C.), Quinto Servílio Cepião e Lúcio Cássio Longino (em 107 a.C.) ou Gneu Málio Máximo (em 105 a.C.) tinham-se revelado impotentes para esconjurar a ameaça de Cimbro e Teutões e dos seus aliados Ambrões, Tigurinos e outros. Em 105 a.C., Cimbro e Teutões tinham mesmo arrasado o exército conjunto de Cepião e de Málio em Arausio (Orange), num desastre que Goldsworthy (2007:161), que aqui seguimos de perto, considera poder ter rivalizado, em número de baixas, com o de Canas (216 a.C.)! Chegado às Gálias, Mário – depois de eleito cônsul mais uma vez pelos *Comitia Centuriata* – começou por sentir dificuldades em localizar e identificar com precisão os seus opositores, que se movimentavam constantemente e haviam mesmo tentado, em vão, passar para a Hispânia. Finalmente, em 102-101 a.C., as tribos germânicas concretizaram os seus planos de invasão. Mário tinha consigo um exército forte de 30 000 a 35 000 homens, entre legiões (duas) e tropas auxiliares (Goldsworthy, 2007:162). Tratou de fortificar uma posição nas margens do Ródano, assegurando um abastecimento abundante e uma ligação ao Mediterrâneo (através de um sistema de canais que facilitava a recolha de provisões). A leste, na Gália Cisalpina, o cônsul Quinto Lutácio Cátulo controlava os principais pontos de passagem, com cerca de 20 000 homens. As tribos inimigas tinham-se entretanto dividido, com os Teutões e os Ambrões marchando sobre Mário e os Cimbro a mover-se para a Nórica (no Danúbio superior, grosso modo na actual Áustria), ameaçando os Alpes. Ao alcançarem o Ródano, os Teutões e os Ambrões causaram, segundo a descrição de Plutarco, uma forte impressão nos soldados romanos: eram muitos e aparentavam ser extremamente cruéis. Segundo se sabe, as suas tácticas assentavam em cargas impetuosas e aterradoras, acompanhadas de gritos de guerra ensurdecedores. Estavam habituados a combater juntos, embora na acção fossem bastante individualistas e pouco persistentes quando repelidos uma primeira vez (Goldsworthy, 2007:162-163). Logo que chegaram, e por diversas vezes, desafiaram o exército de Mário que, todavia, evitou o combate, tentando habituar os seus homens à presença e à visão do terrível inimigo. Após um ataque ao acampamento romano, rechaçado sem dificuldade, os Teutões debandaram e Mário optou por ir no seu encalço.

Ao chegarem a *Aquae Sextiae* (Aix-en-Provence), Mário decidiu-se então a atacar. O combate (101 a.C.) acabou por ser despoletado de forma fortuita, na sequência de escaramuças entre os bárbaros e grupos de escravos militares romanos que tentavam abastecer-se de água quando os inimigos, incautos, se banhavam nas nascentes. Animados pelo sucesso inicial, os Romanos, nessa mesma noite, prepararam cuidadosamente o combate do dia seguinte. Mas os Teutões precisaram de mais tempo para reunir as suas forças e isso deu oportunidade a Mário para, na noite seguinte, enviar Marco Cláudio Marcelo à cabeça de uma força de 3000 homens (cavalaria e infantaria, no dizer de Frontino), que se ocultaram num bosque vizinho, numa posição elevada e nas costas do inimigo. Na manhã do outro dia, bem cedo, Mário dispôs o seu exército em ordem de batalha na encosta fronteiriça e enviou a cavalaria para a planície, provocar o adversário. Ele próprio tomou lugar na linha

da frente, animando os seus soldados. Quando os Teutões atacaram, encosta acima, os legionários esperaram que eles entrassem dentro do seu campo de ação e, a uma dúzia de metros de distância (ou até um pouco mais), arremessaram os seus dardos contra eles, a partir de uma posição elevada (*i.e.*, com maior impacto). O ímpeto da carga foi desfeito e a formação cerrada dos bárbaros desorganizou-se. Muitos dos bárbaros foram obrigados a abandonar os seus escudos, pois os *pila* tinham-nos furado e permaneciam cravados neles. Seguiu-se a carga legionária usando os pesados escudos e as espadas, encosta abaixo. Porém, ao chegarem à planície, os Romanos começaram a sentir mais dificuldades. Foi aí que se deu a intervenção do destacamento de Marcelo, que causou o pânico entre os bárbaros e acabou por desequilibrar o combate a favor dos Romanos. O relato de Plutarco dá conta de mais de 100 000 prisioneiros e da captura de um enorme espólio.

Os Teutões e os Ambrões foram destruídos, enquanto ameaça para a Península Itálica, e Mário pôde então encarar de frente o perigo protagonizado pelos Cimbros. Estes tinham entretanto alcançado já a Península Itálica e posto em desonrosa debandada o exército do cônsul Cátulo, cujos soldados entraram em pânico ao avistarem os ferozes bárbaros. Os exércitos dos dois cônsules (Mário e Cátulo) acabaram por se juntar em *Vercellae* (Vercelas), em 101 a.C., e enfrentaram em conjunto o desafio do rei dos Cimbros, Boioríge, para uma batalha campal, que Goldsworthy, apoiado em Plutarco, descreve do seguinte modo: “Num único dia de batalha, travado sob um sol escaldante e entre nuvens de poeira levantadas por dezenas de milhares de pés e cascos, os Cimbros foram destroçados. Alguns dos inimigos suicidaram-se. Outros foram mortos pelas suas próprias mulheres, que, de seguida, mataram os filhos e finalmente puseram fim às suas próprias vidas. Mesmo assim, foi feito um grande número de prisioneiros, posteriormente vendidos como escravos. Tanto Mário como Cátulo celebraram um triunfo” (Goldsworthy, 2007:169).

175 - Parece-nos compreensível a posição de N. P. Milner (1996:91, n. 6), ao interpretar este desabafo de Vegécio como uma alusão ao sucedido na batalha de Adrianopla, em 9 de Agosto de 378 d.C., “onde o imperador Valente foi morto, juntamente com dois terços do exército de campo do Oriente, pelos Godos, os Hunos e os Alanos, comandados por Fritigerno”. Na verdade, e conforme Amiano Marcelino enfatiza nos seus relatos, “a batalha seguiu-se a uma marcha forçada extremamente fatigante, no pino do calor, desde a própria cidade de Adrianopla até ao acampamento dos Godos, onde a batalha teria lugar, sem que as tropas romanas tivessem sido alimentadas ou dessedentadas” (*idem, ibidem*).

Embora hoje em dia os historiadores tendam a mitigar o significado político-militar do desastre romano em Adrianopla, tradicionalmente apresentado como um momento-chave do declínio do Império Romano, a verdade é que este combate não pode deixar de ser considerado como uma das mais importantes batalhas da história do Baixo-Império. Vale, por isso, a pena, reconstituir aqui, de uma forma muito sistematizada, as origens e os desenvolvimentos mais importantes deste acontecimento. Como enquadramento da batalha, podemos socorrer-nos da síntese recente de Yann Le Bohec (2006:193-196), inevitavelmente muito apoiada nos relatos de Amiano Marcelino, a nossa principal fonte literária para este período da vida do exército romano.

Segundo o testemunho de Marcelino (que, recordamos, escreve no séc. IV e que foi, ele próprio, oficial do exército do imperador Juliano, morto em 363), entre 375 e 376, a chegada de povos mal conhecidos às proximidades do Império Romano alterou as condições da guerra. Porém, tratou-se de um movimento progressivo: há muito que nações mais ou menos míticas se dirigiam para o império, designadamente os Hunos, que tinham obrigado

os Alanos a tornar-se seus aliados. Em conjunto, eles ameaçavam os Godos na margem esquerda do baixo Danúbio. Os Hunos acabaram por vencer os Ostrogodos e instalaram-se na Dácia de Constantino I, na margem direita do Danúbio. Apertados e atraídos pelas riquezas do Império Romano, os Godos quiseram então passar para sul do Danúbio. Um dos seus reis, Fritigerno (um Visigodo, ariano, de quem o imperador romano, Valente, não gostava, ao contrário de outros líderes bárbaros pagãos, como Atanarico), uniu-se a outros compatriotas e formou uma ampla coligação, instalando-se na província romana da Trácia. Marcelino diz que Valente os aceitou de bom grado, o que, na opinião de Le Bohec, teria sido um erro militar grave. Historiadores há que dizem que ele agiu deste modo para recrutar soldados (mas, para isso, é verdade que bastaria enviar um oficial ao lado de lá da fronteira...). Na verdade, Valente (que acabou por dar aos Godos ordem de partida) não podia ter feito nada a não ser tolerar esta situação. Aliás, segundo Le Bohec, o imperador fazia jogo duplo, preparando a guerra contra os Godos...

Convém dizer que, ao proceder desta forma, cruzando o *limes* do Império Romano, os Godos de Fritigerno não inovavam: outros povos bárbaros já tinham acalentado o mesmo projecto: as chamadas “grandes invasões” foram, como é hoje bem sabido, um processo longo e demorado. Só que, desta vez, os bárbaros eram em grande número (conquanto difícil de precisar). E mais: em 375, o movimento dos Godos era irreversível, embora ninguém o soubesse na altura. Instalados na Trácia, perto de Marcianópolis (onde Valente estava), os Godos foram vítimas da hostilidade e cupidez dos oficiais romanos que faziam os possíveis para o abastecimento em víveres não chegar até eles, já que achavam que eles eram inimigos. Assim, os Godos partiram para a guerra, pilhando as províncias romanas da Trácia, da Panónia, da Macedónia e da Tessália! Segundo Le Bohec, a reacção de Valente deu-se em dois tempos: primeiro, pediu ao seu mestre da cavalaria (*vide supra*, Livro II, cap. IX, nota 87: os mestres das milícias e a figura do *magister equitum*) que comandava o exército do Oriente que fizesse a paz com os Persas de modo a ficar descansado no que a esta frente de luta dizia respeito; e, depois, reorganizou as suas forças na Trácia. Daqui até à batalha de Adrianopla, cumprir-se-iam, segundo Le Bohec, ainda mais algumas etapas.

Primeiro, Lupicino (um oficial de Valente) tentou assassinar dois reis dos Godos; mas a operação correu mal: os súbditos revoltaram-se e Lupicino acabou morto num desastre, com muitos homens e muitos tribunos. Sob as ordens de Fritigerno, os Godos que estavam perto de Adrianopla assaltaram então uma oficina de armas (*fabrica*) romana e devastaram, mais uma vez, a Trácia. Na sequência disto, Valente enviou reforços para a província ocupada, sob as ordens de dois *rectores* (oficiais superiores): Profuturo e Trajano. A seguir, o imperador reagrupou as tropas (legiões da Arménia, auxiliares da Panónia e da Transalpina comandados por Frigérido, coortes da Gália) e confiou-as a Ricomero, o seu “conde dos domésticos” (sobre estes oficiais, *vide supra*, Livro III, cap. X, nota 170). Após algumas escaramuças, a batalha de Marcianópolis terminaria com um empate (ainda que os Romanos tenham chegado a fazer um movimento de retirada). Ricomero foi então à Gália buscar reforços; mas, tal como no tempo do *Caesar* Juliano, os soldados dessa província não tinham entusiasmo em combater longe da sua pátria e registaram-se muitas deserções, de que Marcelino dá conta nos seus relatos. Segundo a narrativa de Zósimo, o imperador Valente terá então ordenado a um seu *magister equitum*, Saturno, que bloqueasse as passagens, instalando aí unidades de Sarracenos federados. A seguir, Valente pediu também a um seu *magister peditum* (*vide supra*, Livro II, cap. IX, nota 87), Sebastião, que importunasse, por meio de ataques diversos, os recém-chegados Godos. Por fim, perdida a

esperança nos seus subordinados, e talvez após um fiasco de Trajano, Valente abandonou Antioquia e rumou a Constantinopla.

Como bem sublinha Le Bohec, a viagem de Ricomero mostra as dificuldades do Império Romano em bater-se em duas frentes. Na verdade, o Ocidente também passava por dificuldades. Até porque Graciano (o imperador romano do Ocidente, educado pelo grande escritor Ausônio) era ainda muito novo (tinha apenas 16 anos em 375) e Valentiniano II ainda muito mais. Além disso, o imperador romano do Ocidente tinha sido obrigado a deixar os Germanos instalar-se no Norte da Península Itálica, o que também mostra que a Península Itálica perdera a sua preeminência (os *raids* haviam arruinado a sua economia e enfraquecido a demografia) e que o Estado já não conseguia garantir a segurança na região. Mas mostra também que a prática de instalar os bárbaros dentro do Império Romano se começava a banalizar. Neste cenário, uma fracção dos Alamanos (os Lemtienses) atirou-se sobre a província romana da Récia mas foi rechaçada. Graciano apelou então a dois novos generais: Nanieno e Malobaudes. Estes venceram por duas vezes os inimigos [da primeira vez, em *Argentaria* (La Horburg), os Romanos já fugiam, mas foram perseguidos pelos bárbaros e acabaram por regressar ao campo de batalha e vencer], sucessos esses que davam a Graciano a possibilidade de socorrer o seu tio Valente, se necessário.

A chegada do imperador Valente a Constantinopla prenunciava uma grande batalha. E Valente estava confiante, até porque Sebastião conseguira surpreender os Godos carregados de despojos e tinha-os massacrado. Mesmo assim, antecipando o combate, Valente solicitou a ajuda de Graciano, enquanto Frigiterno regroupava as suas forças.

O essencial da história da batalha de Adrianopla foi recentemente muito bem sistematizado por Júlio Ródriguez González (2005:213-214) com base nas melhores fontes e estudos sobre a matéria. Explica este autor que, em princípios de Agosto, o imperador Valente deixou Constantinopla e marchou para a importante cidade de Adrianopla (actual Edirne, na Turquia), onde deveria esperar a chegada das tropas de reforço que lhe seriam trazidas pelo sobrinho Graciano. Para o efeito, Valente instalou um acampamento fortificado no exterior da cidade. Ali recebeu, contudo, a notícia de que os Visigodos (ou, para ser mais exactos, os Tervingos) só dispunham de 10 000 homens armados. Esta informação não correspondia à verdade, tanto mais que o exército visigodo (cujo efectivo exacto se desconhece) estava reforçado por grupos de Ostrogodos (nesta época: Greutungos), de Hunos e de Alanos, desertores do exército romano, e por escravos em fuga. Mal informado, Valente acalentou então o plano de precipitar o combate, saboreando antecipadamente a glória pessoal de que este o cobriria.

De acordo com Rodríguez González, que, neste ponto, se baseia nos estudos de MacDowall (2001), o exército de Frigiterno poderia incluir os seguintes contingentes: a) 1000 cavaleiros pesados visigodos (pertencentes ao próprio séquito do líder); b) duas unidades de infantaria pesada visigoda (cada qual com 300 a 400 homens), desertoras do exército romano; c) entre 6000 e 8000 lanceiros, uma mistura de Visigodos, Romanos e de outras procedências (talvez enquadrados em unidades de 500 a 1000 homens); d) 1000 a 2000 arqueiros a pé, cuja função consistiria talvez em apoiar os lanceiros desde a sua retaguarda; e) cerca de 1000 cavaleiros pesados ostrogodos (no seio dos quais haveria também alguns Alanos), pertencentes à guarda pessoal dos chefes com essas origens; f) mais outros 2000 a 3000 cavaleiros pesados ostrogodos (talvez inseridos em unidades de 500 homens); g) entre 1000 e 2000 arqueiros a cavalo, Alanos; h) entre 500 e 1000 arqueiros de pé, Ostrogodos; i) e, finalmente, uns 500 arqueiros a cavalo, Hunos. Ao todo, entre 11 600 e

19 300 combatentes, segundo a estimativa de MacDowall. Convém ainda notar que, apesar de disporem de cavalos, muitos destes guerreiros combatiam a pé.

Segundo Rodríguez González, o exército romano abandonou o seu acampamento junto a Adrianopla ao amanhecer, em direcção ao acampamento dos Godos (cerca de 17 km), marchando a maior parte do tempo já sob um sufocante calor de Agosto. As fontes clássicas atribuem 60 000 homens ao imperador Valente, mas é hoje seguro que o número real seria muito mais baixo. MacDowall, por exemplo, fala em apenas 15 000 soldados, outros autores pensam que não ultrapassaria os 10 000. Entre eles, segundo os cálculos de MacDowall, haveria 1000 cavaleiros de elite (*equites palatini*), 1500 cavaleiros do “exército de manobra” (*equites comitatenses*), 11 000 infantes de elite (entre legiões *palatinae* e *auxilia palatina*) e, rodeando o imperador Valente, 1500 homens, enquadrados em três batalhões das *Scholae Palatinae* (a guarda imperial: *vide supra*, Livro III, cap. X, nota 170). Todos os homens, independentemente do seu número exacto, eram, como observa Le Bohec (2006:196), soldados bem instruídos, capazes de alcançar o campo de batalha em boa ordem (*agmine quadrato*) e enquadrados por oficiais experientes, em unidades com muitos veteranos, procedentes, segundo Rodríguez González (2005:213), na sua maioria, dos exércitos das dioceses da Trácia e do Oriente. Este último autor admite também que pudessem estar igualmente presentes as duas legiões fronteiriças que guardavam a província da Mésia desde há séculos (a *Legio I Italica* e a *Legio XI Claudia*).

Como recorda Le Bohec (2006:196), antes da batalha, reuniu-se o conselho de guerra romano para decidir se se abririam as hostilidades de imediato ou apenas após a chegada das tropas de Graciano. Nesta reunião, Valente e alguns dos oficiais (por convicção ou por lisonja ao imperador) contrariaram a opinião dos mais prudentes (como, p. ex., o *magister equitum* Victor, um Sármeta) e defenderam a tese de que, apesar da patente inferioridade numérica, o imperador conseguiria, com o seu talento, obter a vitória, não precisando por isso de dividir os louros do triunfo com mais ninguém. Logo nesse momento, Valente cometeu um erro gravíssimo, ao subestimar os efeitos da marcha realizada entre Adrianopla e o acampamento dos Godos, da fome e da sede sobre os soldados romanos (e é provavelmente a isso mesmo que Vegécio se refere no passo que estamos a comentar).

Segundo Rodríguez González (2005:213), os dois exércitos avistaram-se cerca das 14h00, quando os Romanos ainda não haviam comido. O imperador Valente formou as suas tropas em várias linhas, com a cavalaria à frente e na retaguarda. Le Bohec (2006:196), pelo seu lado, precisa que foi ordenado à cavalaria que se colocasse nas alas, enquanto a infantaria ocuparia a direita, o centro e a esquerda, ficando, no entanto, a maior parte da tropa apeada como reserva. Certo é que os Visigodos, como era tradição sua, ordenaram em círculo as suas carroças de transporte, onde viajavam as suas famílias e os respectivos pertences. Segundo MacDowall, estamos aqui a falar de 2000 a 5000 carroças, albergando um total de 30 000 pessoas (incluindo mulheres, crianças e outros não-combatentes), dispostas num círculo com dois ou três quilómetros de diâmetro (Rodríguez González, 2005:213). Fritigerno mandou então chamar a sua cavalaria (tanto a dos seus Visigodos, como a dos Ostrogodos e a dos Alanos, que a acompanhavam), a qual se tinha afastado em busca de mantimentos e de forragens, ordenando-lhes que regressassem e se reunissem o mais depressa possível ao resto do exército bárbaro. Enquanto isso não acontecia, Fritigerno, procurando ganhar tempo, enviou alguns mensageiros (simples combatentes) ao arraial romano com o pretexto de negociar a paz, reivindicando apenas o abandono da Trácia pelos Romanos. Valente, porém, confiante na vitória, recusou o diálogo e terá mandado dizer a

Fritigerno que, se queria entabular negociações a sério, deveria enviar como emissários gente de mais nobre condição...

Segundo Rodríguez González (2005:*ibidem*), os Visigodos aproveitaram o impasse para atear fogo às matas dos arredores do campo de batalha, visando provocar fumo e aumentar com isso o calor e a confusão entre os Romanos, cujos soldados estavam então a ocupar as suas posições de combate, a infantaria ao centro e a cavalaria nas alas, “sem comer nem beber e suando a jorros debaixo dos seus uniformes”. Nesse momento, a tropa avançada romana, composta por arqueiros e por membros dos *scutarii* da guarda imperial, a quem tinha sido dada ordem para fustigar o adversário antes do começo da batalha, cometeram o erro de carregar sobre os Visigodos. Ou seja, deram início à batalha, apesar de a ala esquerda romana (designadamente a sua cavalaria) não estar ainda completamente formada (como já vimos, o exército romano formava a partir da direita: *vide supra*, Livro II, cap. VI, nota 75). Como aponta Le Bohec (2006:196), Valente cometia assim mais dois erros, ao mostrar não ser capaz de conduzir as suas tropas todas ao mesmo tempo e ao não conseguir preservar a disciplina no seio do seu exército.

A batalha teve assim início, em condições de completo desequilíbrio para os Romanos. Como sintetiza Rodríguez González (2005:213), a pouca força da carga inicial dos soldados de Valente fez com que ela fosse facilmente rechaçada pelos Godos, sendo os Romanos empurrados em desordem contra os seus próprios companheiros que aguardavam na linha de batalha o início do combate! Nesse preciso momento, a cavalaria bárbara (que Fritigerno tinha mandado chamar a toda a pressa) regressou ao seu acampamento e carregou de imediato sobre os Romanos. “Estes, surpreendidos pelo ataque e desconcertados pela desorganização que tinha sido gerada em resultado do recuo da força avançada, resistiram, apesar de tudo. Quando a infantaria visigoda avançou a partir do seu acampamento, produziu-se um duro combate, com avanços e recuos de ambos os lados” (Rodríguez González, 2005: *ibidem*). A situação parece ter sido especialmente dramática para os Romanos na ala esquerda (onde, segundo Le Bohec, faltaria ainda a cavalaria), a qual se distanciou demasiado do resto do exército, abrindo uma brecha por onde penetraram, em massa, os Godos, “cercando a cavalaria e comprimindo de tal modo a infantaria romana que os soldados estavam tão juntos que mal podiam manejar as suas armas individuais” (Rodríguez González, 2005: *ibidem*). Deste modo, os Godos acabaram por cercar os Romanos, incluindo o flanco direito do exército de Valente, o que mais e melhor tinha resistido. O imperador procurou refúgio junto dos lanceiros e dos *mattiari* (os lanceiros dos *auxilia palatina*) e tentou ainda apelar às suas tropas de reserva (compostas por unidades de cavalaria e de infantaria dos Batavos, um belicoso povo germânico, habitante do baixo Reno). No entanto, quando o *magister equitum* Victor as procurou, percebeu que elas já tinham abandonado o campo de batalha!

Deste modo, o exército romano foi esmagado e foi o *sauve qui peut*, com os Godos a atacar os sobreviventes e os fugitivos com flechas e, depois, a persegui-los e a matá-los pelas costas com espadas ou com lanças. O próprio imperador Valente perdeu a vida nesta batalha, existindo duas versões sobre a sua morte: segundo Marcelino, terá sido atravessado por uma flecha; segundo Orósio, foi primeiro ferido e depois levado por uma escolta sua até uma casa nas redondezas, à qual os Godos poriam fogo sem saber quem se encontrava lá dentro, resistindo com setas à tentativa de ocupação da quinta pelos Godos (Le Bohec, 2006:197; e Rodríguez González, 2005:214). Como quer que seja, certo é que os Romanos sofreram baixas pesadíssimas: cerca de dois terços do seu exército, entre mortos, feridos e prisioneiros. No extenso rol de baixas, para além do imperador, figuravam os nomes do

magister peditum Sebastião e de mais de 30 tribunos. Quanto ao *magister equitum* Victor, ao dar conta da partida dos Batavos, conseguiu fugir com um número reduzido de cavaleiros e foi ao encontro de Graciano, a quem daria a má nova do desastre. Segundo Marcelino, foi mesmo um desastre sem igual na história de Roma, apenas comparável ao de Canas, face a Aníbal, no que à proporção de baixas diz respeito (sobre esta batalha, *vide supra*, Livro II, cap. IV, nota 71).

Como remata Le Bohec (2006:197), os Godos tentaram explorar o mais possível o sucesso obtido na batalha de Adrianopla, cercando de imediato esta cidade, mas em vão. Depois, aliaram-se aos Hunos e aos Alanos para devastar o que restava da Trácia e visaram mesmo Constantinopla, a capital do Império Romano do Oriente, mas foram rechaçados pelos auxiliares sarracenos (cavaleiros federados). Júlio, o mestre das milícias *trans Taurum*, reorganizou a defesa das províncias orientais e, com isso, salvou-as. A derrota romana provocou também uma retomada das hostilidades com os Persas, levando ao abandono definitivo da Arménia e da Ibéria do Oriente (nas margens do mar Negro, na actual Geórgia). No entanto, em 387 (o mais tardar), acabaria por ser assinada uma paz duradoura desse lado do Mundo.

Talvez a batalha de Adrianopla não tenha a amplitude épica que os relatos de Marcelino lhe conferiram. No entanto, ela provocou a morte do imperador e a abertura definitiva do Império Romano aos Godos. Nesse sentido, como diz Le Bohec (2006:198), talvez Edward Gibbon tenha tido razão ao afirmar que, precedidas pela instalação definitiva de pequenos grupos de bárbaros, as “grandes invasões” só começaram verdadeiramente a partir de 378. Mas, para além disso, a derrota de Adrianopla marcaria as mentalidades colectivas e teve consequências importantes nos domínios da táctica, do recrutamento e da atitude (doravante muito mais ambígua) dos Romanos face aos seus inimigos (Le Bohec, 2006: *ibidem*).

176 - *Vide supra*, Livro III, cap. X (nota 174: descrição da vitória de Mário na batalha de *Aquae Sextiae*, em 101 a.C.).

177 - Milner (1996:93, n. 3), com base em Frontino e em Floro, afirma que era sobretudo a estes factores que os Romanos atribuíam a pesada derrota sofrida em Canas em 216 a.C. às mãos de Aníbal (*vide supra*, Livro II, cap. IV, nota 71). O mesmo tradutor de Vegécio recorda também passagens de Santo Agostinho e de Orósio que se referem a um “vento miraculoso” que ajudou Teodósio I na batalha do rio Frígido (actual Vipava, na Eslovénia ocidental), travada em Setembro de 394 d.C., contra Eugénio.

178 - Sobre os *bastati*, os *principes* e os *triarii*, referências tácticas do período da República, veja-se o que dissemos no Livro I, cap. XX (nota 48) e também no Livro II, cap. XV (nota 96). Vegécio tenta aqui conciliar, sem grande sucesso, informações e modelos provenientes de épocas muito diversas, gerando facilmente anacronismos que traduzem e acentuam o carácter compilatório do seu tratado.

179 - Cerca de 90 cm.

180 - Quase 1,80 m.

181 - *Vide supra*, Livro II, cap. XV, onde Vegécio explicou que à infantaria ligeira dos *ferentarii* se chamava no seu tempo *exculcatores* e *armaturae*.

182 - *Verrutis*. Como Vegécio explicou no Livro II, cap. XV, o *verutum* (a que antigamente se chamava *verriculum*) era um dardo munido de um ferro com cerca de 12,5 cm e possuidor de uma haste com um pouco mais de 1 m de comprimento.

183 - Sobre as *plumbatae* e os *mattiobarbuli*, *vide supra*, Livro I, cap. XVII (e notas 36 e 37).

184 - *Carroballistae*: balistas móveis instaladas em carros puxados por mulas e servidas por grupos de 11 operadores. *Vide supra*, Livro II, cap. XXV (e nota 131).

185 - Os *manuballistarii* eram os operadores individuais das *manuballistas*, as balistas ligeiras ou de mão (*vide supra*, Livro II, cap. XV, e nota 107). Veja-se também Richardot (2001:223).

186 - *Vide supra*, Livro I, cap. XVI (e nota 34).

187 - Um pouco menos de 1,20 m.

188 - Sobre o ónagro, poderosa máquina de arremesso de pedras, *vide infra*, Livro IV, cap. XXII (e nota 244) e cap. XXIX.

189 - *Accensus*: soldado de reserva.

190 - Um pouco menos de 1500 metros.

191 - Cerca de 90 cm. *Vide* o capítulo anterior.

192 - Um pouco menos de 3000 metros.

193 - *Vide* o capítulo anterior.

194 - Cerca de 1,80 m.

195 - Quase 30 cm.

196 - Cerca de 12,5 m.

197 - Quase 6,30 m.

198 - *Vide supra*, Livro I, cap. XX (nota 48).

199 - O uso sábio de reservas garantiu aos Romanos muitas vitórias, designadamente sobre os exércitos helenísticos tardios. O desmembramento do império de Alexandre, à morte do seu criador (em 323 a.C.), conduziu à emergência de três grandes dinastias: os Selêucidas (na Síria), os Ptolomeus (no Egípto) e os Antígónidas (na Macedônia propriamente dita), isto para além de alguns reinos menores, como os de Pérgamo e da Bitínia (na Ásia Menor). Contra os Macedônios de Filipe V e Perseu, travaram os Romanos três importantes guerras, em 214-205, 200-196 e 172-167 a.C.; apesar dos insucessos registados na primeira destas guerras, os Romanos acabaram por sair vencedores. Contra os Selêucidas, os Romanos travaram a chamada “Guerra Síria” entre 192 e 189 a.C.. No contexto desta guerra, em que o inimigo era protagonizado por Antíoco III, o Grande, rei selêucida da Síria, feriram-se sobretudo duas grandes batalhas: em 191 a.C., no desfiladeiro das Termópilas, onde os Romanos, comandados por Marco Acílio Glabrião, travaram a invasão da Grécia (em apoio da Liga Etólia) por Antíoco III; e em Magnésia, em 190 ou 189 a.C., batalha em que o cônsul Lúcio Cipião enfrentou e derrotou o mesmo adversário selêucida. Ora, a vitória romana neste último combate parece ter-se ficado a dever justamente ao uso criterioso de reservas. Goldsworthy (2007:117-118) sintetiza assim a batalha: “Em Magnésia os exércitos estavam devidamente dispostos e esperando a batalha. Antíoco III conduziu a carga da cavalaria, na melhor tradição de Alexandre, e abriu uma brecha na linha romana, conduzindo os seus homens num ataque ao acampamento inimigo. Não havia reservas para tirar partido deste sucesso. Os romanos tinham reservas e estas, juntamente com os homens estacionados de guarda ao acampamento, derrotaram a cavalaria real. Quando os romanos romperam através da imensamente espessa falange, esta nada pôde fazer para preencher as faltas e foi derrotada”. Vegécio teria decerto bem presente exemplos deste tipo ao redigir o capítulo que acabámos de ler. Sobre a formação em “cunha”, *vide supra*, Livro I, cap. XXVI, e *infra*, Livro III, caps. XVIII e XIX; sobre a “tenaz”, *vide infra*, Livro III, caps. XVIII e XIX; sobre a “serra”, *vide infra*, Livro III, cap. XIX.

200 - Ao descrever a batalha de Estrasburgo, ferida em 357 d.C. e na qual Juliano (ainda *César*) derrotou os Alamanos, Amiano Marcelino conta que os Romanos tinham, na linha da frente, um contingente de auxiliares composto pelos Cornudos (regimento de infantaria ligeira, assim chamado talvez por referência a adereços nos seus escudos, ou a cristas: Goldsworthy, 2007:439) e pela sua unidade gémea, os *Bracchiati*, e afirma que “estes soldados lançavam o tradicional grito de batalha germânico, o *barritus*, que começava por um murmúrio surdo, progressivamente transformado num crescendo” (Goldsworthy, 2007:445). Sabemos também que, durante a última guerra de Pompeu contra Mitridates (c. 66 a.C.: *vide supra*, Livro III, cap. I, nota 138), os Romanos realizaram uma emboscada contra o exército pântico em que atacaram de surpresa a coluna adversária, movimento esse que foi acompanhado por trombetas e pelo lançar do *barritus* e de outros sons destinados a aterrorizar os inimigos (nomeadamente o bater com as armas nos escudos, pelos legionários, ou o bater com objectos metálicos nos caldeirões da cozinha, pelos servos), a que se seguiu uma chuva de mísseis (*pila*, flechas e pedras rolando do alto das encostas) e, por fim, o *coup de grâce* – a carga da infantaria romana (Goldsworthy, 2007:218).

201 - Um pouco menos de 600 a 750 metros.

202 - Como lembra Milner (1996:106, n. 1), esta foi justamente a táctica arriscada por Cipião Africano contra Asdrúbal Giscão na célebre batalha de Ilipa, no Verão de 206 a.C. (no contexto da Segunda Guerra Púnica). A batalha de Ilipa (hoje Alcalá del Rio, província de Sevilha) foi o canto do cisne da presença cartaginesa na Hispânia, com os enclaves que restavam a serem eliminados pelos Romanos nos meses seguintes. Asdrúbal Giscão tinha juntado as suas forças às de Magão Barca, irmão de Aníbal, formando assim um poderoso exército (50 000 a 70 000 infantas e 4000 a 4500 cavaleiros), bem maior do que o de Cipião (45 000 infantas e 3000 cavaleiros). Os Cartagineses (que contavam com o auxílio da magnífica cavalaria ligeira nómada, chefiada pelo príncipe Masinissa, e ainda com 32 elefantes) atacaram os Romanos logo que estes começaram a instalar o seu acampamento. Após várias escaramuças, Asdrúbal ofereceu batalha. No entanto, durante vários dias consecutivos, os dois exércitos, formados frente a frente por várias horas, não se decidiram a romper as hostilidades. O exército púnico adoptara um dispositivo convencional, com a sua melhor infantaria (os lanceiros líbios) ao centro, talvez acompanhados por algumas formações compostas por cidadãos recrutados nas colónias púnicas da Península Ibérica; quanto aos aliados hispânicos, Asdrúbal optara por os dividir por ambos os flancos, colocando ainda a cavalaria (e os elefantes) à sua frente nos dois extremos. Pelo seu lado, Cipião, colocara – como de costume – as duas legiões consulares ao centro e os aliados hispânicos nos flancos, com a cavalaria em frente da sua congénere púnica. Entretanto, ao fim de alguns dias, Cipião decidiu tomar a iniciativa do combate. De manhã muito cedo, preparou os homens e enviou a cavalaria e tropas ligeiras atacar as fortificações avançadas que protegiam o acampamento cartaginês, situado na encosta, em terreno elevado. O resto do exército romano preparou-se para a batalha mas com a particularidade de, nesse dia, Cipião ter decidido alterar a respectiva formação, colocando os aliados hispânicos ao centro e as melhores tropas (as legiões e as *alae*) nos flancos (uma legião e uma *ala* em cada flanco). Depois, Cipião avançou, só parando a meio da planície que conduzia à posição cartaginesa. Ao ver a sua guarda avançada ser atacada pela cavalaria e pelas tropas ligeiras romanas e vislumbrando mais atrás o grosso do exército romano (ainda a cerca de 1500 m de distância, mas muito mais avançado do que nos dias anteriores), Asdrúbal mandou os seus homens armar-se e formar conforme o habitual. Acima de tudo, não queria mostrar-se amedrontado,

queria responder à altura. No entanto, tudo teve de ser feito à pressa e os homens podem até nem ter tido oportunidade para comer. A seguir, a cavalaria e a infantaria ligeira púnicas saíram ao encontro das suas congéneres romanas, envolvendo-se num combate confuso, enquanto o grosso do exército cartaginês formava no sopé da colina onde estava acampado. Só então é que Asdrúbal se apercebeu de que Cipião tinha mudado de dispositivo: as legiões estavam agora nas alas, face às mais fracas tropas púnicas! No entanto, em compensação, o centro romano era mais frágil e teria, assim, de enfrentar a nata do exército púnico (a infantaria líbia). Em caso de corpo-a-corpo, seria uma vantagem para Asdrúbal. Assim, desconcertado mas não aflito, Asdrúbal optou por não mudar nada, até porque isso já seria praticamente impossível. Como diz Goldsworthy (2007:81-82), que aqui seguimos de perto, “se tentasse movimentar grandes contingentes, só criaria confusão, o que seguramente despoletaria um ataque imediato do seu adversário, devidamente preparado e muito próximo”. Com os dois exércitos mais uma vez frente-a-frente, registou-se uma nova pausa, como era habitual nesta época, o que permitiu concluir as escaramuças periféricas envolvendo as cavalarias e as infantarias ligeiras, que acabaram por retirar e por se deslocar para as alas dos respectivos exércitos. Cipião avançou, então, para o combate: deu ordem para uma progressão lenta aos hispânicos que ocupavam a posição central, enquanto as alas começaram a realizar uma série de manobras com elevado grau de dificuldade. Cipião comandava a ala direita, enquanto Lúcio Márcio e Marco Júnio Silano (o propretor) comandavam a ala esquerda. Explica Goldsworthy (2007:83) que “os homens de Cipião na ala direita começaram a rodar à direita, um manípulo de três linhas de cada vez, de modo a formarem, de novo, três colunas. Os três manípulos da cabeça de cada coluna flectiram então à esquerda e marcharam em direcção do inimigo, seguidos dos restantes manípulos. A movimentação da ala esquerda era um verdadeiro reflexo destas manobras. Colunas com uma frente estreita movem-se muito mais depressa do que linhas com ampla frente, porque é mais fácil manter a formação, uma vez que encontram menos obstáculos que as obriguem a parar, para reagrupar a ordem. Assim, as três colunas aproximaram-se do inimigo muito mais rapidamente, deixando francamente para trás os mais lentos hispânicos, que ocupavam o centro da primitiva linha de batalha. A relativa curta distância da linha púnica, Cipião inflectiu, uma vez mais, as três colunas para a direita (enquanto a ala esquerda realizava a manobra oposta) e deixou-as mover-se até constituírem uma nova linha de batalha que cobria o flanco do inimigo”. Ao que parece (a reconstituição de Goldsworthy baseia-se sobretudo nos relatos de Políbio e de Tito Lívio), Asdrúbal e o exército cartaginês assistiram perplexos a tudo isto. Entretanto, os projecteis da infantaria ligeira e da cavalaria romanas excitaram os elefantes púnicos, parte dos quais se lançou, descontrolada, sobre a retaguarda das suas próprias tropas, espalhando a confusão. Então, “as tropas romanas e itálicas atacaram os aliados hispânicos de Asdrúbal em ambas as alas. De início, estes pareceram aguentar o embate mas gradualmente foram forçados a recuar. Os romanos, que tinham comido e se tinham preparado convenientemente para a batalha, demonstravam grande vigor, sem dúvida auxiliado pela habitual táctica de alimentar a frente de combate com tropas frescas, com os manípulos de *principes* e de *triarii*. Gradualmente, os hispânicos foram forçados a recuar. Em breve, a retirada transformou-se em fuga. Enquanto estes confrontos decorriam, quase não havia luta na zona central. Os contingentes de aliados de Cipião eram deliberadamente retidos, mas a sua mera presença fixava os líbios nos seus postos, uma vez que não podiam mover-se em auxílio das suas alas sem se exporem demasiado a um eventual ataque romano, a partir do centro” (Goldsworthy, 2007:84)!

Quando os flancos púnicos cederam, o restante exército optou também por fugir. Asdrúbal ainda tentou travar a debandada, conseguindo formar uma linha instável na parte inferior da encosta, ao mesmo tempo que os Romanos paravam no sopé da colina, pois Cipião desejava manter os seus homens sob apertado controlo. Porém, “quando o avanço romano recomeçou, a frágil linha púnica desfez-se, refugiando-se na segurança do acampamento” (*idem, ibidem*). Dizem as fontes que, se não fosse uma súbita e violenta trovoadas, os Romanos teriam dominado a posição adversária com facilidade. “Durante a noite, os aliados de Asdrúbal começaram a desertar. O cartaginês fugiu com as secções fiéis do seu exército, mas muitas delas foram aprisionadas ou mortas na subsequente perseguição movida pelos romanos” (*idem, ibidem*). Asdrúbal escapou mas voltaria a ser derrotado por Cipião durante a campanha africana. *Vide* também Rodríguez González (2005:230-231), que afirma que a perseguição romana foi uma verdadeira matança, tendo apenas 6000 soldados do exército vencido logrado fortificar-se nuns cabeços próximos, a partir de onde fugiram mais tarde para Gadir. O mesmo autor estima as baixas romanas em 800 mortos, e explica que Cipião decidiu regressar a Tarragona, deixando Silano com duas legiões e 1000 cavaleiros a acabar o trabalho, mas não sem antes fundar uma cidade onde ficariam instalados os feridos do seu exército, a qual se chamou Itálica (hoje Santiponce).

203 - *Ferentarii*: soldados de infantaria ligeira. *Vide supra*: Livro I, cap XX; Livro II, caps. II, XV e XVII; e Livro III, cap. XIV.

204 - Milner (1996:107, n. 3) considera que este capítulo recorda uma passagem da obra *De Coniuratione Catilinae*, 58, de Salústio, em que Catilina discursa aos seus homens quando finalmente se vê cercado pelas forças senatoriais em 63 a.C.. Milner recorda também, de maneira oportuna, uma passagem de Frontino (*Strategemata*, 4.7.16), em que este atribui a Cipião o conselho não só de deixar ao inimigo um caminho para fugir, mas até de o construir para ele: *Scipio Africanus dicere solitus est hosti non solum dandam esse viam ad fugiendum, sed etiam muniendam!*

É irresistível recordar também aqui o que se passou na batalha de Aljubarrota em 14 de Agosto de 1385. Fracassado o ataque da batalha real castelhana à forte posição anglo-portuguesa no planalto de S. Jorge, deu-se ainda, já noite cerrada, um ataque da ala direita castelhana, chefiada pelo Mestre de Alcántara, à carriagem portuguesa. Como habitualmente, esta estava situada umas escassas centenas de metros atrás da linha da retaguarda, sendo as carroças, os animais, os víveres e as munições defendidos por peonagem portuguesa modestamente equipada com dardos, setas e pedras. Ora, explica Pero López de Ayala (chanceler e cronista do rei D. Juan I e testemunha ocular da batalha) que os cavaleiros do Mestre Gonzalo Núñez de Alcántara cometeram um erro táctico de palmatória: os peões portugueses queriam debandar, mas não conseguiram porque os inimigos os cercavam de tal forma, pela frente e pelas costas, que não lhes deixavam qualquer caminho de fuga; por isso, “forzadamente se avían a defender e pelear. E esto es contra buena ordenanza que los antiguos mandaron guardar en las batallas, que nunca ome debe poner a su enemigo en las espaldas ninguna pelea, por le dar lugar para foír” (Pero López de Ayala, *Crónicas*, Edición, prólogo y notas de José-Luis Martín, Barcelona, Editorial Planeta, 1991: “Crónica del Rey Don Juan, Primero de Castilla e de León”, Ano Séptimo, 1385, Capítulo XIV, p. 601). Decerto que o chanceler, cronista e tradutor castelhano conhecia bem o capítulo do compêndio de Vegécio que acabámos de traduzir. *Vide* também *infra*, Livro IV, cap. XXV, onde o tratadista latino retoma o tema num contexto diferente: o da análise das operações de cerco e das formas de lhes resistir.

205 - Esta manobra de, através de marchas forçadas, conseguir ultrapassar por outros caminhos o adversário que se persegue de modo a cortar-lhe a retirada e a surpreendê-lo depois pela frente e pela retaguarda, dizimando-o, foi muito utilizada por Pompeu durante as suas campanhas no Oriente. Em especial contra Mitridates, rei do Ponto, em 66 a.C., e também contra Artoces, rei da Ibéria (nas margens do Mar Negro, sensivelmente a região da actual Geórgia), em 65 a.C. (*vide* Goldsworthy 2007:217-220).

206 - Os cavaleiros munidos de catafractas são vulgarmente apresentados como tropas couraçadas (*vide supra*, Livro I, cap. XVI, nota 33), cuja função táctica consistia na aplicação de cargas pesadas, em formação cerrada, sobre as unidades adversárias. Muitas vezes, as suas montadas apresentavam-se, também elas, protegidas por armaduras. Estes cavaleiros, que os Romanos encontraram nos exércitos do Oriente e que depois – à boa maneira romana – trataram de imitar, usavam geralmente como arma ofensiva a lança de duas mãos (o *contus*), mas alguns deles transportavam também arcos. *Vide* Goldsworthy (2007b:213).

207 - Antíoco III, o Grande, rei selêucida da Síria, batido pelos romanos nas Termópilas e em Magnésia durante a “Guerra Síria” (192-189 a.C.). *Vide supra*, Livro III, cap. XVII (nota 199).

208 - Mitridates, rei do Ponto (na Ásia Menor), feroz adversário dos Romanos até ao seu suicídio em 65 a.C.. *Vide supra*: Livro III, cap. I (nota 138).

209 - Quadrigas munidas de foices. Conforme lembra Milner (1996:112, n. 2), a tradição atribui a invenção deste tipo de quadrigas (ou “carros citas”) a Ciro, o Grande, rei da Pérsia. Segundo Milner (*ibidem*, n. 3), Antíoco terá recorrido a quadrigas falcadas na batalha de Magnésia em 190 (ou 189) a.C., enquanto Mitridates as terá utilizado – através do seu general Arquelau – na batalha de Queroneia, em 86 a.C. (onde foi derrotado pelos Romanos liderados por Sula) e, mais tarde, também no Norte da Ásia Menor (na guerra contra Lúcio Licínio Luculo, em 73 a.C., onde participou pessoalmente); o mesmo se passaria na batalha de Zela, em 47 a.C., onde o seu filho Fárnaces (rei do Bósforo) foi derrotado por Júlio César (*ibidem*, n. 4). Esta última batalha fornecerá, ainda segundo Milner, o último uso documentado de quadrigas falcadas.

210 - Pirro, rei do Epiro, travou com os Romanos uma guerra feroz, que se iniciou em 280 a.C. e que só terminaria em 275 a.C. com a batalha de Malvento (hoje Benevento, Itália) e a consequente vitória romana; o uso de elefantes por este monarca respeita à batalha do rio Siris (actual rio Basento, no Sul de Itália), em Heracleia (hoje Policoro, Lucânia), travada em 280 a.C.. Nesta batalha (assim como em Ásculo, hoje Ascoli Satriano, Itália, no ano seguinte), os Romanos foram derrotados, em parte porque, nestes seus primeiros combates contra exércitos helenísticos, estavam pouco habituados às tácticas dos adversários que incorporavam pequenos corpos de elefantes nas suas formações de batalha (Goldsworthy 2007:99-100). De facto, muitos generais helenísticos realizaram experiências nos seus exércitos recorrendo a armas invulgares, como elefantes e carros citas. Aníbal Barca, pelo seu lado, utilizou elefantes na batalha de Zama (em 202 a.C.), na qual foi derrotado por Cipião Africano, o que praticamente poria fim à Segunda Guerra Púnica (*vide*, neste mesmo capítulo, a nota 215); pode também recordar-se aqui a lendária travessia dos Alpes (acompanhado por elefantes) executada por Aníbal, no seu ataque-surpresa ao norte da Península Itálica, vindo da Hispânia, uma operação que assinalou o início da segunda guerra entre Romanos e Cartagineses. Como vimos mais atrás (Livro III, cap. XX, nota 202), na batalha de Ilipa (em 206 a.C.), Asdrúbal Giscão e Magão Barca (irmão de Aníbal) integraram 32 elefantes na sua formação de batalha, o que de nada lhes valeu, pois o descontrolo desses corpulentos

animais acabaria por os levar a atacar a retaguarda das suas próprias tropas, facilitando assim a vitória de Cipião Africano. Quanto a Antíoco III, rei selêucida da Síria, recorreu à utilização de elefantes na batalha de Magnésia em 190 ou 189 a.C., onde foi derrotado por Lúcio Cipião (*vide supra*, Livro III, cap. XVII, nota 199). Após a batalha, Antíoco teve mesmo de sujeitar-se a assinar com os Romanos um tratado leonino onde, entre outras coisas, ficava proibido de voltar a utilizar elefantes de guerra (Goldsworthy 2007:93-94). Finalmente, Jugurta, rei da Numídia, travou com os Romanos uma dura guerra (a “Guerra Jugurtina”, iniciada em 112 a.C. e concluída com a sua derrota, às mãos de Mário, em 105 a.C.), tendo utilizado elefantes por ocasião da batalha do rio Mutul em 109 a.C. (*vide supra*, Livro III, cap. X, notas 173 e 174). Como já sabemos (*vide nota 173*), antes da sua ruptura com Roma, Jugurta abastecera as tropas de Cipião Emiliano com elefantes de guerra. Acrescente-se que, durante a Terceira Guerra Macedónica (172-167 a.C.), curiosamente, o rei Perseu (filho de Filipe V da Macedónia) não dispôs de elefantes, ao contrário dos Romanos, que ficaram a devê-los aos seus aliados númidas! Assim, em 169 a.C., o cônsul Filipe pôde protagonizar uma temerária marcha da Tessália até à Macedónia, através das montanhas, com elefantes de guerra integrados na sua coluna de marcha (Goldsworthy 2007:99-101). No ano seguinte, na decisiva batalha de Pidna, actual Alónia, Grécia (que, em 168 a.C., pôs fim à disputa entre Macedónios e Romanos, com a vitória inequívoca destes últimos), o cônsul Emílio Paulo pôde tirar grande partido da presença de elefantes no seio do seu exército, os quais se encarregaram de lançar a confusão na ala esquerda da falange macedónica, abrindo o caminho para a vitória romana; o rei Perseu bem procurara criar um sistema ‘anti-elefante’ (com unidades especiais, soldados com armaduras de bicos e cavalos familiarizados com o aspecto, o ruído e o cheiro característicos desses enormes animais), mas sem sucesso (Goldsworthy 2007:114). Sobre o uso de elefantes de guerra nos mundos grego e romano, *vide* Scullard (1974).

211 - *Clibanarius*: cavaleiro pesadamente equipado. Segundo Goldsworthy (2007b:213), não é claro se são, ou não, o mesmo que os “catafractários”, sendo no entanto possível que o termo seja aplicado, de uma forma genérica, às tropas mais pesadas. O termo derivará de uma alcunha que significava “forno de pão”. Feugère (2002:214) define *clibanarius* como “o nome dado na Antiguidade Tardia ao cavaleiro oriental que envergava uma armadura pesada, a qual protegia tanto o cavalo como o cavaleiro” (veja-se também *supra*, *cataphractus*: Livro I, cap. XVI, nota 33; e Livro III, cap. XXIII, nota 206; e ainda Livro II, cap. XIV, nota 93: tropas auxiliares).

212 - A sarissa era a arma típica dos exércitos helenísticos, equipando os lanceiros das falanges. Consistia numa longa lança, que podia alcançar mais de 6 metros de comprimento. O seu conto, um contrapeso de bronze bastante pesado, permitia ao soldado “empunhar a arma, projectando para diante cerca de dois terços do seu comprimento total” (Goldsworthy 2007:96). Devido ao seu peso e dimensão, era manejada com ambas as mãos (o que levava a que o lanceiro macedónio usasse um escudo circular pendurado ao pescoço por uma correia). A sarissa não era, obviamente, uma arma muito prática, nem adequada ao combate corpo-a-corpo. O seu grande comprimento “implicava que as pontas das lanças das primeiras cinco linhas da falange se projectassem para diante, a intervalos de cerca de um metro da linha de formação” (*ibidem*: 97). No entanto, se a falange conseguisse manter-se compacta e bem organizada, os adversários tinham muita dificuldade em ultrapassar essa linha de pontas de lanças, de modo a atingir os soldados que empunhavam as sarissas. *Vide* também o estudo clássico mas ainda muito útil de F. E. Adcock 1957 (esp. pp. 26-28).

213 - *Vide supra*, Livro III, cap. XVI.

214 - Como explica Milner (1996:114, n. 1), os cornacas eram apelidados de “Indianos” pelos Romanos, independentemente de conduzirem elefantes indianos ou africanos.

215 - É sabido ter sido este o método utilizado por Cipião Africano na batalha de Zama (actual Jama, Tunes, Tunísia) em 202 a.C., no contexto da Segunda Guerra Púnica, entre Romanos e Cartagineses. O facto é atestado por diversas fontes literárias, como Tito Lívio, Políbio ou Frontino, tal como observa Milner (1996:114, n. 3). Frontino (II. 3. 16), p. ex., conta que Aníbal colocou 80 elefantes na linha da frente para lançar a confusão entre os inimigos. A isto respondeu Cipião da seguinte forma: dispôs a nata das suas legiões (*robur legionis*) em três linhas frontais sucessivas, com os *bastati*, os *principes* e os *triarii* formando as três azes tradicionais (*vide supra*: Livro I, cap. XX, nota 48). Porém, teve o cuidado de evitar que as coortes se tocassem (*nec continuas construxit cohortes*); pelo contrário, deixou intencionalmente um espaço entre os manípulos (*manipulis inter se distantibus spatium dedit*) de forma a que os elefantes conduzidos pelo inimigo pudessem facilmente passar sem lançar a desordem no seio das fileiras do exército romano. Entretanto, para que a linha não apresentasse clareiras, mandou que, no início, a infantaria ligeira (*velites*) ocupasse esse corredor, mas deu-lhes também ordem para, ao primeiro ataque dos elefantes, retirarem para a retaguarda ou para os flancos (*ad impetum elephantorum vel retro vel in latera concederent*). Para Frontino, o esquema sabiamente imaginado por Cipião Africano (que incluía também a cavalaria romana no flanco direito, chefiada por Lélío, e a cavalaria nómada ao serviço de Roma no flanco contrário, sob o comando de Masinissa) foi indiscutivelmente a causa da vitória dos Romanos (*quae tam prudens ordinatio non dubie causa victoriae fuit*). *Vide* Bennett, 1997 (p. 116).

Rodríguez González (2005:657) perfilha, com importantes matizes, esta leitura da batalha, explicando que, logo ao amanhecer do dia 19 de Outubro de 202 a.C., Cipião dispôs, como era habitual, as suas legiões no centro da linha de batalha, com o escalonamento tradicional, da frente para trás, dos *bastati*, dos *principes* e dos *triarii*. No entanto, sublinha este autor, esse escalonamento não assumiu, desta feita, a forma enxadrezada que era costume, “mas sim um manípulo [agrupamento de duas centúrias legionárias] de *principes* atrás de um dos *bastati* e um dos *triarii* atrás do dos *principes*, de tal maneira que entre as filas dos manípulos ficaram grandes passagens que atravessavam a formação romana da frente para trás. As tropas ligeiras (os *velites*) ocupavam os espaços entre os manípulos da primeira linha. À frente de cada coorte [Cipião] colocou homens armados com estacas de madeira com agulhões de metal para as dirigir contra os elefantes inimigos. Na ala esquerda, colocou a cavalaria itálica de Lélío, e os cavaleiros nómadas de Masinissa ocuparam a ala direita”. Quanto a Aníbal, após recordar como o governo cartaginês mandara chamar de regresso à sua pátria o seu maior general (que, após o monumental triunfo obtido em Canas, estava há anos encurralado pelos Romanos no Sul da Península Itálica, onde se via submetido a uma guerra de desgaste muito intensa: *vide supra*, Livro II, cap. IV, nota 71), Rodríguez González diz que ele preparou uma vanguarda com 80 elefantes, colocando logo atrás o que restava do exército de Magão Barca (o irmão de Aníbal, derrotado por Cipião em Ilipa, na Hispânia, quatro anos antes: *vide supra*, Livro III, cap. XX, nota 202). A uma certa distância deles, Aníbal dispôs os Cartagineses e os Africanos comandados por Asdrúbal Giscão (o outro chefe cartaginês vencido em Ilipa), assim como os 4000 mercenários macedónios que serviam Cartago. Mais atrás ainda, separados por um certo espaçamento, Aníbal colocou os seus melhores homens, *i.e.*, os veteranos das suas campanhas

na Península Itálica (na sua maioria Hispânicos, com alguns Itálicos). Na ala esquerda, foi disposta a cavalaria nûmida de Tiqueo, e, na direita, a cavalaria cartaginesa.

Segundo Rodríguez González (*ibidem*), a batalha começou com algumas escaramuças entre a cavalaria nûmida que alinhava de ambos os lados. Logo a seguir, “os elefantes de Aníbal lançaram-se na carga, mas os romanos, fazendo soar as suas trombetas e fazendo muito ruído, conseguiram que uma parte dos animais, os mais mal treinados, se lançassem contra os próprios cartagineses. Os restantes, atraídos pelos *velites*, que ensaiaram uma fuga, precipitaram-se pelas passagens estreitas deixadas na formação romana, que lançou sobre eles todo o tipo de armas de arremesso. Os que não morreram ou retrocederam, perderam-se no campo aberto existente na retaguarda dos romanos”. Enquanto isso, “as duas formações de cavalaria do lado romano derrotaram com facilidade a cavalaria inimiga, lançando-se depois na sua perseguição”. Deu-se então o choque entre as duas formações de infantaria: “Após umas horas de combate, os romanos fizeram recuar a primeira linha cartaginesa e depois a segunda, até que uns cansados romanos se viram frente a frente com a infantaria veterana da terceira linha cartaginesa, as melhores tropas de Aníbal, que além do mais estavam frescas por não terem ainda intervindo na batalha”. Neste ponto, segundo Rodríguez González, Cipião reorganizou o seu dispositivo tático e fez com que os *bastati* se colocassem no centro do terreno, com os *principes* de um lado e do outro e, em ambos os extremos, os *triarii*. “O choque entre as duas formações foi violentíssimo e quando os cartagineses pareciam levar a melhor reapareceu na batalha a cavalaria romana (itálicos e nûmidas), que, depois de perseguir e aniquilar a cavalaria cartaginesa, regressava ao teatro de operações. Os cartagineses foram atacados pelas costas e isso decidiu a batalha, já que a maioria das tropas de Aníbal morreu em combate”. Seguiu-se o assalto ao acampamento cartaginês e a fuga de Aníbal Barca em direcção à costa (Adrumeto, onde chegou dois dias e duas noites mais tarde, seguindo depois para Cartago). Ainda segundo Rodríguez González (*ibidem*), os Cartagineses sofreram 20 000 mortos, tendo sido aprisionados quase outros tantos homens (entre os quais os mercenários macedónios sobreviventes). Dos elefantes, pelo menos 11 foram mortos (e Orósio adianta mesmo ter havido 80 baixas no seio desses corpulentos animais, entre mortos e capturados). Cerca de 130 insígnias militares cartaginesas foram também apreendidas neste combate. Quanto aos Romanos, terão sofrido perto de 1500 mortos. Perante este desastre, o Senado cartaginês pediu a paz, que poria fim à Segunda Guerra Púnica. Cipião recebeu, por esta vitória, o cognome de *Africano*, e teve direito a celebração do triunfo em Roma. Quanto a Aníbal Barca, encontraria refúgio no Oriente (Síria), na corte de Antíoco III, o líder do Império Selêucida.

216 - Sobre as *carroballistae*, *vide supra*, Livro II, cap. XXV (e nota 131).

217 - Ao rematar desta forma o seu capítulo (e, praticamente, o seu Livro III), Vegécio teria decerto em mente o exemplo de grandes conflitos militares do passado de Roma, como as Guerras Samnitas (343-341, 326-304 e 298-290 a.C.), a guerra contra o rei Pirro (280-275 a.C.), as Guerras Púnicas (264-241, 218-201 e 149-146 a.C.) ou as Guerras Macedónicas (214-205, 200-196, 172-167 e 149-148 a.C.), tudo casos em que a vitória final de Roma surgiu após as legiões terem sofrido importantes reveses.

218 - Conforme sublinhámos no Estudo Introdutório, trata-se do capítulo mais popular e mais citado de toda a obra de Vegécio ao longo da Idade Média devido ao seu carácter extremamente prático, simples e incisivo. *Vide* Richardot, 1998, *passim*. Tanto Richardot (1998:139-142) como Milner (1996:116, n. 1) recordam que, nos finais do séc. VI d.C., o imperador bizantino Maurício (582-602) traduziu para grego muitas destas “regras gerais

da guerra”, a que acrescentou outras, igualmente retiradas do compêndio de Vegécio ou de outras fontes (*vide: Maurice's Strategikon. Handbook of Byzantine Military Strategy*, translated by George T. Dennis, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1984). Vegécio vai recapitular e sistematizar, neste capítulo, muitas das indicações de natureza tática que já forneceu nos capítulos anteriores, muito em especial no Livro III, cap. XX, onde apresentou os sete dispositivos principais de combate.

219 - *Ferentarii*: a infantaria ligeira. *Vide supra*: Livro I, cap. XX; Livro II, caps. II, XV e XVII; e Livro III, caps. XIV e XX.

220 - Esta observação de Vegécio traduz bem a familiaridade dos autores do século IV ou V d.C. com cenários de guerra a cavalo, contrariamente à época gloriosa das legiões, em que a infantaria era rainha e senhora dos campos de batalha. Obviamente, a progressiva ‘barbarização’ do Ocidente e do próprio exército romano explicam, em grande parte, esta evolução.

Livro IV

221 - *Armatura*: *vide supra*, Livro I, cap. XIII (e nota 25).

222 - *Campidoctores*: *vide supra*, Livro I, cap. XIII (e nota 25).

223 - *Arcuballistas*. *Vide também supra*, Livro II, cap. XV (e nota 107).

224 - Como observa Milner (1996:120, n. 5), trata-se de uma das referências de Vegécio ao cerco do Capitólio pelos Gauleses, em 390 a.C. (datação tradicional, pois Políbio situa estes acontecimentos em 387 a.C.). Os Gauleses, liderados por Breno, tinham derrotado os Romanos no rio Alália, posto o que saquearam Roma, tendo os cidadãos encontrado refúgio no Capitólio. *Vide também infra* (caps. IX e XXVI). Como acrescenta Milner na mesma passagem, “Roma é um poderoso símbolo de inviolabilidade para Vegécio, o que sugere claramente que ele estava a escrever antes de a cidade ser saqueada por Alarico, o Godo, em 410 d.C.”.

225 - Quase seis metros.

226 - A outra maneira de cerco consiste no assalto à posição inimiga, através de métodos de ataque distintos e complementares, que Vegécio apresentará a partir do cap. XII deste seu Livro IV.

227 - Sobre ónagros, balistas e outros engenhos de torção de cordas, *vide infra*, Livro IV, cap. XXII (e nota 244).

228 - Sobre o cerco do Capitólio pelos Gauleses em 390 a.C. (ou 387 a.C.), *vide supra*, nota 224.

229 - *Falx*: foice, (gancho).

230 - *Aries*: carneiro. Sobre a “tartaruga-aríete” na tradição poliorcética greco-romana, *vide* a interessante e recente síntese de Varandas (2006:136-139).

231 - O aríete era uma das principais máquinas de cerco romanas (o mesmo tendo sucedido, aliás, ao longo de toda a Idade Média), conforme o cerco de Jerusalém por Tito em 70 d.C. claramente documenta. Esta operação de assédio é detalhadamente descrita por Flávio Josefo, que a presenciou directamente a partir do quartel-general de Tito, uma vez que, sendo Judeu e tendo tomado parte activa (como comandante militar) na grande rebelião contra Roma iniciada na Judeia em 66 d.C., acabou por se render a Vespasiano (então legado imperial) durante o cerco de Jotapata no ano de 67, posto o que se passou

para o campo romano. Goldsworthy (2007:370) considera mesmo a descrição do cerco de Jerusalém por Josefo como o melhor retrato de um exército romano em campanha de que dispomos para todo o período do Principado. Ora, durante o cerco de Jerusalém – onde Tito desejava ardentemente vencer para oferecer a seu pai, o imperador Vespasiano (69-79), a vitória decisiva de que este necessitava para consolidar a sua posição no poder –, os Romanos utilizaram o aríete como o meio privilegiado para romper as três cinturas de muralha de que Jerusalém se achava rodeada.

De maneira a poderem colocar estas pesadas máquinas de ‘marrar nas paredes’ (daí a designação de “carneiros”) em posição de produzir estragos reais, os Romanos construíram, ao longo de várias semanas, diversas rampas de aproximação às muralhas, fabricadas com madeira que obtinham através da desflorestação das colinas vizinhas (chegando mesmo a deslocar-se perto de 20 km para obter essas matérias-primas). Como observa Le Bohec (2002:146-147), a construção de “terraços de aproximação”, muitas vezes estreitas línguas de terra e pedra, que se elevavam o mais possível, constituía um procedimento habitual na ementa das técnicas de cerco utilizadas pelos Romanos, designadamente quando havia necessidade de ultrapassar um fosso sem antes ter havido tempo suficiente para o atulhar e nivelar de forma adequada. Sobre as rampas clássicas de aproximação às muralhas inimigas, *vide* também Varandas (2006:134-135), que, citando como exemplo mais expressivo o assalto romano a Massada (Israel), ao tempo de Vespasiano, escreve que o *agger* “implicava, na maior parte dos casos, a deslocação para a área de aproximação de toneladas de terra e de pedras e a construção de uma estrutura coberta e solidamente reforçada, destinada a proteger aqueles que iam deitar terra sobre as valas, fossos e outras armadilhas colocadas pelos sitiados”. Mas, acrescenta, “as capacidades ofensivas do *agger* não se resumiam apenas àquela função. Era, basicamente, uma estrutura protegida para tapar armadilhas, mas que podia ser utilizada como rampa para acesso às muralhas inimigas, ou como estrutura de suporte à abertura de minas junto à base das muralhas inimigas. A movimentação de toneladas de terra começava bem longe das muralhas onde os legionários começavam a empilhar terra criando uma longa rampa, por onde mais tarde podiam marchar os manípulos de assalto. Estas rampas podiam ter dimensões consideráveis, necessitando muitas vezes de estruturas de suporte em madeira, colocadas nos seus flancos e destinadas a manter consolidada toda aquela rampa feita a partir do empilhamento de terra e pedras” (Varandas, 2006:135). Segundo este autor, em Avarico, em 52 a.C., César mandou construir um destes *aggeres*, “com uma altura de 23 metros (do nível do solo até ao topo das muralhas) e uma largura de cerca de 95 metros, por onde os legionários fizeram deslocar duas torres de assalto com o propósito de darem cobertura às unidades de infantaria que se lançavam ao assalto” (Varandas, 2006:135, n. 12).

Em Jerusalém, em Junho de 70, os aríetes foram utilizados por Tito em combinação com equipas de legionários que, sob a protecção de “tartarugas”, se aproximavam da muralha para tentar, por meio de pés-de-cabra, retirar blocos de pedra da parede fragilizada pelas investidas do “carneiro”. Frequentemente, visava-se com especial atenção as esquinas das torres, sempre mais vulneráveis. Um dos episódios mais curiosos deste cerco ocorreu durante o ataque romano à segunda muralha de Jerusalém, construída sob os Asmoneus na sequência da expansão da cidade para a sua segunda colina, abraçando a chamada “Cidade Nova” (ou grande parte dela): ao fim de escassos cinco dias de investida, um aríete romano tinha conseguido abrir uma brecha numa das torres, o que levou Tito a investir de imediato contra esta parte da cidade na companhia dos seus *singulares* (a sua guarda-pessoal)

e de cerca de 1000 legionários. Dentro da Cidade Nova, encontraram, de início, pouca resistência; porém, por não ter providenciado o alargamento atempado da brecha aberta na torre pelo aríete, o destacamento de Tito acabou por ver-se em sérias dificuldades nos combates nas ruas estreitas de Jerusalém contra um inimigo numericamente muito superior. Com poucas possibilidades de ser reforçado em tempo útil, uma vez que a passagem da “segunda muralha” se fazia a conta-gotas, Tito acabou por dar ordem de retirada ao seu destacamento, manobra que também não foi fácil, dada, justamente, a escassa largura da brecha. Sobre o cerco de Jerusalém, veja-se Goldsworthy (2007:371-397). José Varandas (2006:138) considera os aríetes como “a arma mais temida por aqueles que se encontravam no interior das muralhas” e explica que eles se dividiam em dois grupos: “um formado por máquinas colocadas ao nível da base, os *trypanon* ou *terebra*, destinadas a provocar o derrube das paredes; e as tartarugas-aríete, de elevadas dimensões e cujo objectivo era o de destruir a estrutura interna de apoio à muralha, por onde os defensores subiam e se posicionavam. Estas duas armas foram quase sempre utilizadas em conjunto e os relatos mais antigos referem-nas como existentes no arsenal das máquinas de assalto usadas por Alexandre Magno nas suas campanhas de cerco, por volta de 330 a.C.. Diades parece ter sido o engenheiro que as concebeu e construiu” (Varandas, 2006:139).

232 - Um pouco menos de 2,40 m de largura por cerca de 2,10 m de altura e 4,80 m de comprimento. Sobre o uso de *vineae* (e também de “mantas”, dispositivo de que Vegécio falará já no parágrafo seguinte, e de certo modo também no cap. XVI, sobre “manteletes”), na guerra da Antiguidade Clássica, *vide* Varandas (2006:131).

233 - Ligeiramente abaixo dos 9 metros.

234 - Um pouco menos de 12 ou 15 metros. Sobre as torres móveis, seu aparecimento e sua evolução na tradição militar greco-romana, *vide* a síntese de Varandas (2006:141-146). De Man (2006:132, n. 1), pelo seu lado, escreve que “a adopção, pelos Romanos, das torres de assalto cartaginesas, no início do século II a.C., levou à generalização destas máquinas. Uma grande inovação táctica consistiu na criação de enormes nivelamentos no terreno, de modo a poder deslocar as torres em qualquer situação”. *Vide* também o capítulo seguinte e o cap. XX (especialmente a nota 236: a *belepolis* de Rodes).

235 - Amiano Marcelino dá conta da utilização de *malleoli* no contexto das campanhas de Juliano na Pérsia em 363 d.C.. Diz ele que os *malleoli* eram projecteis incendiários feitos de canas. Primeiro, essas canas eram cuidadosamente escavadas por dentro. Seguidamente, eram abertas ranhuras entre a cabeça e o cabo da seta, à semelhança do que fazem as mulheres quando preparam um fuso para a fiação de linho. A seguir, enfiava-se material leveiro e algum material combustível lá dentro. A seta podia então ser disparada, mas de forma suave, com o arco apenas meio-retesado já que um disparo com toda a potência extinguiria a chama do projectil. Como disse Vegécio, a seta continua a arder depois de se ter cravado no alvo e despejar água por cima apenas contribui para aumentar a combustão: a única maneira de extinguir os *malleoli* é, segundo Marcelino, abafá-los com terra (Feugère, 2002:163).

236 - O cerco de Rodes teve lugar em 305-304 a.C., tendo sido conduzido por Demétrio I Poliorcetes, o “conquistador de cidades”, rei da Macedónia e sucessor de Alexandre Magno. A grande torre em causa era a famosa *belepolis*. Segundo Le Bohec (2002:137), que se apoia no testemunho de Amiano Marcelino, a *belepolis* era uma grossa torre móvel que possuía, para além do que as outras já tinham, um aríete, bastando às vezes o seu aspecto para provocar a rendição dos sitiados. José Varandas (2006:141, n. 21) adianta que

“Demétrio Poliorcetes, filho de Antígono, foi um general especializado em guerra de cerco. Um dos maiores estrategos do seu tempo no emprego de catapultas e aríetes contra cidades fortificadas, foram-lhe atribuídas várias invenções de grandes máquinas sitiadoras. De todas, a mais famosa, foi a *belepolis* (a ‘tomadora de cidades’); de dimensões gigantescas, estava armada com um arsenal impressionante de catapultas e ‘escorpiões’, um pesado aríete e várias rampas de assalto”. Mais adiante (2006:142, n. 24), o mesmo autor acrescenta, a propósito de Epímaco: “Celebrado arquitecto ateniense. É geralmente associado a Demétrio Poliorcetes aquando da preparação do cerco de Rodes. Demétrio ter-lhe-ia encomendado o desenho e a construção de uma torre de assalto que suplantasse as anteriores e que ao mesmo tempo fosse capaz de suportar os projecteis arremessados pelas balistas dos defensores de Rodes”. Segundo Varandas, a *belepolis* de Epímaco, concebida para ser utilizada contra as muralhas de Rodes em 304 a.C., tinha 48 m de altura e uma base quadrada de 23 m de lado, assente sobre eixos de oito rodas, cobertas de ferro, para maior mobilidade. Era formada por nada menos do que nove andares, aos quais se tinha acesso por meio de escadas gémeas. Apresentava, “em cada um dos seus andares, ‘janelas’ protegidas com sistemas capazes de suportar o impacto dos mísseis inimigos, e que geralmente assumiam a forma de ‘sacos’ onde era colocada lâ anti-inflamável e que funcionavam como uma espécie de ‘colchão’ que absorvia a força do impacto dos projecteis arremessados pelos defensores das fortalezas. Estas janelas abriam de dentro para fora e por elas se lançavam projecteis sobre os defensores das muralhas. Como reforço defensivo, estava coberta por grandes e pesadas placas de ferro. (...) Em geral, a parte posterior [deste tipo de máquinas] não recebia qualquer tipo de revestimento. Era mesmo deixada completamente aberta para que a circulação do ar, a iluminação interior e o acesso pudessem ser facilitados” (Varandas, 2006:142-143).

Como indica Milner (1996:132, n. 2), neste capítulo, Vegécio diverge da versão apresentada acerca deste episódio (cerco de Rodes) por Vitruvius, o qual escreve que os habitantes de Rodes encharcaram o terreno em frente da enorme torre com água dos esgotos de tal maneira que a máquina ficou atolada no lodo quando foi movida para diante. O procedimento aconselhado por Vegécio é o recomendado por Eneias-o-Táctico, um autor grego dos meados do século IV a.C.: *vide Aineas the Tactician, “How to survive under Siege”, A Historical Commentary, with Translation and Introduction by David Whitehead, Second Edition, Oxford University Press, 2001 (32.8, p. 91)*. Convém ainda frisar que, tal como refere Varandas (2006:143), as torres de cerco utilizadas pelos Romanos eram, em geral, mais pequenas e mais leves do que as suas antepassadas gregas: “A grande torre de assalto usada pelos exércitos macedónios dos tempos de Filipe ou de Alexandre Magno torna-se obsoleta no arsenal romano. As gigantescas torres macedónias são substituídas por uma vasta gama de abrigos destinados a acomodar aríetes mais eficazes e manobráveis ou pelo emprego de *sambucas* e *tolenos* no assalto ao topo das muralhas” (Varandas, 2006:158; sobre a “sambuca” e o “toleno”, *vide* o capítulo seguinte e as notas 239 e 241). Claro que, apesar da diminuição do seu tamanho, as torres de assalto romanas suscitavam sempre problemas complexos de aproximação às muralhas devido ao seu peso. Segundo José Varandas, “embora a maioria possuísse armamento defensivo e ofensivo, este seria incapaz de proteger homens e animais que fossem colocados à frente da torre para a puxar até às muralhas. Homens e animais dispostos à frente da torre de assalto seriam facilmente dizimados pelos disparos inimigos e a máquina de assalto facilmente neutralizada. A solução era empurrar, mas no sentido contrário ao da deslocação pretendida, para não expor homens e animais ao mortífero ‘fogo’ defensivo. Através de sistemas de desmultiplicação de forças e

de cadernais, a força exercida pelas centenas de homens era feita para longe da torre, na sua retaguarda, fazendo a mesma andar no sentido oposto. (...) Outra solução, que se revelou muito eficaz, era a de exercer a tracção e a deslocação no interior da própria torre. Estes engenhos eram assentes sobre uma espécie de trem, composto por várias rodas, associadas a eixos impulsionados por sistemas de roldanas e de cabos torcionados e movimentados por uma reduzida guarnição” (Varandas, 2006:145).

237 - *Manuballistarii*: operadores das balistas de mão. *Arcuballistarii*: utilizadores das bestas de arco (i.e., besteiros). *Vide supra*, Livro II, cap. XV (e nota 107); e Livro III, cap. XIV (e nota 185).

238 - Segundo Milner (1996:133, n. 1), Vegécio oferece-nos aqui um relato racionalizado (cristão?) da história da mítica guerra dos Sete contra Tebas, a qual constitui o episódio central de uma *Tebaida* de Públio Papínio Estácio (c.40/50 – 95/96 d.C.), em que Júpiter liquida Capaneu com um raio (10.837-939).

239 - Segundo José Varandas (2006:146), a sambuca “consistia numa espécie de grande ‘ponte’ destinada a transferir infantaria de marinha para as praias”, podendo também ser utilizada “no assalto a muralhas defensivas voltadas para o mar”. Mas a sambuca era ainda usada nos cercos terrestres a praças-fortes, apresentando neste caso algumas diferenças: tinha maiores dimensões e dispunha de capacidade para deslocar grupos maiores de peões, para além de possuir um mecanismo especial de acesso aos muros: “uma espécie de eixo helicoidal (como se fosse um parafuso) que permite subir na vertical em direcção ao topo da muralha” (Varandas, 2006:147). Assim transformada numa “plataforma com capacidades ascensionais”, achava-se protegida com as coberturas anti-fogo características das máquinas de guerra antigas e medievais. Além disso, “esta espécie de grua gigante utilizava contrapesos numa das extremidades que serviam para equilibrar todo o mecanismo durante a ascensão” (Varandas, 2006:147). Ainda segundo o mesmo autor, “os infantes entravam para o seu interior através de uma escada de acesso, onde tomavam posição, aguardando que o grande ‘parafuso’ os levasse até ao topo da muralha, onde a ‘ponte’ encostava e se fixava através de um conjunto de ganchos em ferro, despejando literalmente sobre o parapeito dos defensores todo o destacamento de assalto. Possuía ainda bastante manobrabilidade, já que todo o sistema ascensional assentava numa base quadrangular, ou rectangular, sobre rodas” (*ibidem*, acompanhado de desenho alusivo, na p. 146, onde se destaca a fragilidade desta máquina, por ser de difícil estabilização, exigindo um sistema de contrapeso na parte posterior muito eficaz para a manter em equilíbrio em posição quase horizontal durante a progressão dos legionários). Pode apreciar-se um outro desenho esquemático de ponte sambuca (da autoria de Miguel Sanches de Baêna) em Pedro Gomes Barbosa, (2004:69).

240 - *Vide supra*, Livro IV, cap. XVII.

241 - Varandas (2006:147) apresenta os *tolenos* como “um processo mais simples [do que a *sambuca*], mas muito perigoso, de acesso ao alto das muralhas a conquistar”, comparando-os a “gruas ou guindastes que levavam numa das extremidades uma espécie de cesto carregado com um grupo de assalto. Utilizando sistemas de contrapesos movidos por um conjunto de homens, o cesto era levantado até ao topo dos muros e aí encostado, permitindo aos sitiantes o assalto directo aos passadiços e a sua conseqüente infiltração no sistema defensivo da fortaleza”. O mesmo autor (2006:148), depois de recordar a descrição feita por Vegécio, afirma também que o *toleno* “podia ser utilizado para outro tipo de funções, como, por exemplo, despejar sobre as máquinas defensivas pesados toros de madeira ou grandes pedregulhos, incapacitando-as, ou fazendo o mesmo sobre as estruturas

de apoio às muralhas, como os passadiços de madeira, destruindo-os e impossibilitando os defensores de poderem ocupar aquele sector da muralha. O mesmo processo podia, também, ser empregue pelos defensores, que, usando esta máquina, despejavam sobre os aríetes dos sitiados todo o tipo de objectos pesados”. Procurando localizar os antecedentes deste engenho de cerco, Varandas escreve ainda que “esta máquina de concepção simples e de utilização corajosa inspirava-se num modelo ainda mais fácil de construir e de empregar como máquina de assalto. O *toleno* deriva, afinal, de uma máquina destruidora, ou seja, de um guindaste que numa das pontas possuía um conjunto de ganchos em ferro forjado e cuja função era a de, literalmente, ‘agarrar’ o topo da muralha, ou o que nela estivesse (engenhos defensivos, homens, estruturas de apoio) e ‘puxá-la’ para fora e para baixo. A muralha podia ser desfeita, de cima para baixo, através do uso deste *corvus demolitor*”, um engenho muito referido pelas fontes clássicas e apresentado como “uma espécie de garra” que “podia também ser utilizado como arma defensiva, contra torres, aríetes e grupos de assaltantes em escadas de assalto. O engenheiro Diades é muitas vezes creditado como o inventor de um destes dispositivos” (Varandas, 2006:148-149).

242 - *Arcuballistae*. Sobre a presença das bestas nos exércitos romanos, *vide supra*, Livro II, cap. XV (nota 107). *Vide* também Livro III, cap. XIV (e nota 185); e Livro IV, cap. XXI (e nota 237).

243 - *Manuballistae*: balistas ligeiras, de mão. *Vide supra*: Livro II, cap. XV (e nota 107); Livro III, cap. XIV (e nota 185); e Livro IV, cap. XXI (e nota 237). Sobre os “escorpiões”, veja-se a nota seguinte.

244 - Como sublinhou Yann Le Bohec (2002:148), a fixação exacta da nomenclatura da artilharia romana constitui um problema delicado para os historiadores, com a falta de investigação nesta matéria a tornar difícil um consenso actual a este nível. Veja-se, por exemplo, o que sucede com o termo “catapulta”, interpretado pelos especialistas modernos de forma contraditória, em grande medida em consequência da contaminação de linguagem de que estes engenhos foram sendo objecto ao longo dos séculos como resultado das transformações que sofreram durante a Idade Média ou, noutros casos, do seu abandono puro e simples e consequente substituição por outras máquinas que, não obstante, herdaram os nomes das suas antecessoras. Vamos tentar sintetizar aqui aqueles que nos parecem ser os dados essenciais sobre esta questão.

Segundo Michel Feugère (2002:85), tal como a “artilharia ligeira” (pedras, fundas, arcos e setas), as grandes “máquinas de guerra” também eram usadas nos combates de infantaria mas o seu uso começou por ser sobretudo na guerra de cerco. Diz a tradição que foi no cerco de Siracusa, na Sicília, nos inícios do séc. IV a.C., que tais máquinas foram inventadas. O princípio da torção de cordas parece ter sido descoberto um pouco mais tarde, talvez na Macedónia. Trata-se de um princípio muito simples, baseado no retorcimento de cordas escolhidas pela sua robustez e elasticidade entre duas barras metálicas fixadas a uma armação resistente (há fontes que falam em tendões animais, outras em crinas de cavalo entrelaçadas: *vide supra*, Livro IV, cap. IX). Uma barra passava através dessas cordas torcidas, retesadas por meio de uma manivela e que imprimiam uma força poderosa quando libertadas. Através deste sistema, podiam ser disparadas setas ou dardos (e, mais tarde, também pedras) com uma força maior do que aquela que poderia ser aplicada pelo mais poderoso dos arqueiros.

Como sublinha Feugère, estas máquinas assinalam a introdução na arte da guerra das primeiras armas com um poder destrutivo maior do que o atingível pela simples

força humana. Os efeitos imediatos disto foram de dois tipos. Por um lado, os exércitos greco-romanos adiantaram-se em relação aos seus adversários, já que eram praticamente os únicos a conseguir fabricar tais máquinas. Por outro, verificou-se que nenhum equipamento defensivo pessoal (escudo, capacete, lorica) estava em condições de resistir a um projectil arremessado por este tipo de armas de guerra. Com tudo isto, a guerra tornou-se, pela primeira vez, impessoal: um soldado podia derrubar, a qualquer momento, um opositor por meio de um míssil lançado à distância, sem que a vítima percebesse sequer de onde é que tinha vindo o disparo. Assim, estes avanços na tecnologia militar revolucionaram a arte da guerra (Feugère, 2002:85).

A técnica que fundamentava a construção desta máquinas assentava no sistema de proporções descrito por Filon de Alexandria (nos finais do séc. III a.C.?) e também por Vaco Vitruvius Polião (contemporâneo de César e de Augusto). Mas decerto que esses princípios técnicos tinham sido concebidos antes, na primeira metade do séc. III a.C.. Trata-se, sem dúvida, de alta tecnologia, reunindo engenheiros, carpinteiros e matemáticos. Alguns dos escritos de notáveis engenheiros chegariam, aliás, até nós: a) Héron de Alexandria: *Belopoica (Tratado sobre Máquinas de Guerra)*, publicado na segunda metade do séc. I d.C. e que descreve bestas (*gastraphetes*) e duas máquinas funcionando pelo princípio do *tormenta*; é-lhe ainda atribuído, mas decerto erradamente, uma *cheiroballesta*; b) Vitruvius (que foi, ele próprio, um comandante de artilharia), *De Architectura, Livro X*, onde estabelece as proporções relativas das partes de uma balista ou catapultas; estes valores baseavam-se certamente nos trabalhos, muito avançados, dos engenheiros gregos e eram calculados a partir do tamanho dos dardos que se queria disparar. E houve ainda outros escritos, perdidos e que só se conhecem por via indirecta (textos romanos e achados arqueológicos): recorde-se apenas o caso de Arquimedes (m. em 212 a.C.), cujo tratado se devia provavelmente dedicar às máquinas de guerra. A base de trabalho, desde o início, dos engenheiros de artilharia era, insistimos, o 'sistema de torção', tanto para o disparo de setas ou dardos (estilo esse chamado de *doryboles* ou *oxybeles* por alguns autores) como para disparar balas de pedra (*litoboles* ou *petrobales*): Feugère, 2002:157-158.

Algumas fontes literárias são especialmente preciosas para o nosso conhecimento das máquinas de guerra romanas. Políbio, ao descrever o longo cerco de Siracusa (na Sicília) em 213-211 a.C. (no contexto da Segunda Guerra Púnica), revela uma grande admiração pelas máquinas de guerra usadas por Arquimedes (nativo de Siracusa) contra os atacantes romanos, chefiados pelo lendário Marco Cláudio Marcelo. Pelo seu lado, Flávio Josefo (uma das nossas melhores fontes para o estudo da artilharia antiga) destaca a capacidade e o efeito das máquinas de guerra usadas por Vespasiano e por seu filho Tito durante a Guerra Judaica (c. 70 d.C.): os dardos das máquinas (balistas ou catapultas) assobiavam pelo ar, enquanto as máquinas de arremesso de pedras lançavam pelouros com um talento (c. 26 kg.) de peso, e os fundibulários e atiradores de dardos ajudavam a tornar o ataque insuportável. E Tácito (n. c. 56 d.C.) relata, nos seus *Anais*, o ataque romano a uma fortaleza na Cilícia (Celêndris), após a morte de Germânico, aludindo a máquinas de guerra lançando setas, balas de pedra e tochas flamejantes; e descreve ainda a captura de Volando (talvez a actual Iğdir, no vale do rio Araxes, Arménia) por Corbulão (algures entre 56 e 58 d.C.), mencionando o disparo de setas e de tochas flamejantes, completado pela acção de fundibulários e de 'lançadores' de projecteis. Apesar de terem aprendido o essencial com os Gregos, os Romanos tinham, de facto, razões para ter um grande orgulho na sua artilharia (Feugère, 2002:158)!

No extremo inicial do séc. II a.C., máquinas de guerra de origem hispânica, como a encontrada em Ampúrias ou a (mais recentemente decoberta) de Teruel (Aragão), seguiram meticulosamente os modelos gregos, num processo que prosseguiria até meados do séc. I d.C., possibilitando o desenho e a construção de qualquer tipo de máquina de guerra com base na feitura de componentes de dimensão proporcional ao comprimento dos mísseis que cada máquina se propunha lançar (Feugère, 2002:85). Os componentes mais antigos dessas máquinas que chegaram até nós não são anteriores aos inícios do séc. II a.C.. Deve também salientar-se que, em Pérgamo (na Ásia Menor, actual Turquia), os relevos de uma balaustrada, construída entre 197 e 159 a.C., por Euménio II, oferecem a mais antiga representação conhecida de uma máquina de guerra: mostram, numa vista frontal, dois feixes de corda firmemente ligados a uma armação de madeira; um dos braços para tensão pode ser visto do lado esquerdo e três setas ou dardos são igualmente visíveis (Feugère, 2002:86). Este autor recorda ainda algumas das melhores réplicas deste tipo de máquinas que foram feitas na Europa. Primeiro, por Deimling, um capitão de artilharia alemão, de meados do séc. XIX, que procedeu a reconstruções (estiveram em exibição no Karlsruhe Museum até à sua destruição na 2.ª Guerra Mundial) em articulação com a publicação do trabalho *Griechischen Schriftsteller* (1853-54). Depois, por Verchère de Reffye, um capitão de artilharia francês, do terceiro quartel do séc. XIX: trata-se, neste caso, de réplicas (algumas das quais ainda podem ser vistas no Musée des Antiquités Nationales, em Saint-Germain-en-Laye) para Napoleão III, com base no que se pensava terem sido as máquinas usadas por César em Alésia. E, mais recentemente, os melhores modelos de todos: os de E. Schramm, um major de artilharia alemão que trabalhou neste projecto a partir de 1903; oito dos seus doze modelos de balista ou catapulta ainda estão preservados no Saalburg Museum, onde D. Baatz continuou o trabalho de Schramm (Feugère, 2002:159).

Tentemos agora passar a uma análise mais fina destas ideias. No século IV d.C., tanto Amiano Marcelino como Vegécio recordam, de forma muito impressiva, o arsenal de que haviam disposto, *in illo tempore*, as poderosas legiões romanas. E explicam que, para conseguir manter os seus inimigos à distância e para tentar destruir as respectivas defesas antes de chegarem ao contacto com eles, as legiões romanas utilizavam uma série de peças de artilharia portátil. Lendo-os, confirmamos que, de entre todas as máquinas de que se serviam, as mais mortíferas eram as peças que funcionavam pelo citado sistema da torção de cordas, que os Romanos designam pelo termo *tormenta* (do verbo *torquere*, que significa “torcer”). Os projecteis podiam ser setas ou dardos robustos com cabeça de ferro, ou então pedras arredondadas. Obviamente, quanto maior fosse a máquina, tanto maior poderia ser o projectil, ou tanto mais longe poderia ser arremessado.

Percebemos já que pertencem à grande família dos *tormenta* romanos de que falam os autores antigos essencialmente dois tipos de engenhos: i) as balistas (com o seu designativo grego: a *catapulta*); ii) os ónagros. Vamos explicar sucintamente em que consiste cada um desses tipos. Nas palavras de Philippe Richardot (2001:222), a balista era “uma peça de arremesso de dardos, montada num suporte firme e funcionando segundo o princípio de uma besta gigante”. Ou seja, podemos facilmente imaginá-la como um parente, em ponto grande, das bestas individuais tão utilizadas na Europa cristã da Idade Média, embora com uma ressalva importante, conforme observa Mário Barroca: a besta dispunha de um “arco uno”, enquanto a balista possuía “dois braços independentes” ligados, cada qual, ao sistema vertical constituído em torno do rolo de cordas retorcidas (Barroca, 2003:145). No caso específico da balista, e retomando as palavras de Richardot, “o suporte sustenta

uma armação formada por dois troncos de madeira ou por cilindros de cobre. Cada tronco suporta um rolo de nervuras retesado por uma rosca de madeira. Dois braços móveis aplicados aos rolos são puxados para trás por uma corda accionada por um torniquete duplo. Um mecanismo de cremalheira serve de gatilho. (...) Na parte central, uma rampa com entalhes passa entre os dois rolos e guia a trajectória do projectil. Este consiste num dardo. Para desencadear o tiro, solta-se o mecanismo de cremalheira; nesse momento, os dois braços móveis avançam e projectam o míssil. A equipa de tiro é composta por um artífice, o *artifex*, que vigia a manobra, e por dois homens jovens e robustos, que retesam o mecanismo. Vegécio declara que é necessário dispor de auxiliares adestrados e que conheçam as características da arma. Segundo Amiano, o dardo projectado sai com uma tal velocidade que, por vezes, se soltam faíscas. O seu efeito é fulgurante, pois ‘a morte surge antes que se tenha tempo de avistar o míssil’. Amiano evoca o barulho estridente emitido pelas balistas” (Richardot, 2001:223).

As descrições que os autores antigos fazem deste primeiro tipo de *tormenta* têm inspirado, em vários países europeus, reconstituições de balistas romanas. Tivemos a oportunidade de analisar presencialmente algumas destas reconstituições, não apenas das armas em si, mas também dos processos de tiro. Um desses momentos ocorreu em Conimbriga, por onde passou, nos meados dos anos 90, o reputado grupo britânico Ermine Street Guard, fundado em 1972 e que se dedica a reconstituir, manufacturar e testar o equipamento da *Legio XX Valeria Victrix*, uma legião envolvida na conquista da Bretanha por Cláudio em 43 d.C.. Ora, nos materiais editados por este grupo, que servem de suporte à sua reconstituição prática e que configuram o resultado da sua investigação (apoiada por especialistas de renome, como H. R. Robinson ou Peter Connolly), a balista e a catapulta são apresentadas como partilhando o mesmo mecanismo. Vale a pena recordar os termos da respectiva descrição, que confirma substancialmente a de Richardot, acrescentando-lhe alguns dados interessantes: “A armação de madeira, segura por ferro, suportava um conjunto frontal munido de um par de rolos, dispostos verticalmente para accionar os braços gémeos. A corda era puxada para trás por um guincho dentado e presa num mecanismo de gatilho; o dardo ou tiro era colocado num sulco e arremessado através de um orifício situado na parte da frente. *Toda a armação rodava no seu suporte, para permitir fazer pontaria rapidamente*. As balistas mais pequenas podiam atirar dardos ou disparar para uso anti-pessoal no campo de batalha; as peças maiores serviam na guerra de cerco” (David Zienkiewicz, 1994:13, itálico nosso).

Convém igualmente recordar os dois tipos de balistas-máquina mencionados por Vegécio ao longo do seu tratado: a) as balistas ligeiras, manobradas por apenas um homem: as *manuballistae* ou ‘balistas de mão’, a que outrora haviam chamado *scorpii* ou ‘escorpiões’ por causa do dardo letal que essa arma disparava (*vide* o parágrafo anterior de Vegécio, neste mesmo capítulo); b) e as *carroballistae*, mencionadas por Vegécio retrospectivamente e que haviam correspondido a um tipo mais primitivo de balistas móveis montadas em carros puxados por azémolas e manejadas por equipas de 11 legionários (*vide supra*, Livro II, cap. XXV e nota 131). Estas eram sobretudo utilizadas na defesa dos acampamentos ou no terreno de batalha (onde eram colocadas atrás da infantaria pesada). Na famosa Coluna de Trajano, podemos observar alguns exemplares desta arma (Richardot, 2001:223).

Antes ainda de nos concentrarmos no segundo tipo de *tormenta* dos exércitos romanos no seu período áureo, resta-nos precisar a distinção entre as “balistas” e as “catapultas”. Como vimos, são duas armas muito próximas e que funcionam segundo os mesmos princípios

que também já descrevemos. Aliás, Feugère (2002:214) define a balista como “máquina de guerra por torção ou catapulta”. De acordo com Richardot (2001:222), *katapultè* (i.e., “perfuradora de escudos”) era tão só o nome grego da balista romana, sendo já mencionada por Filon no ano 200 a.C.. O mesmo entendimento tem Zienkiewicz (1994:13), ao considerar a catapulta como a peça básica da artilharia de campo romana. Afirmando que ela carecia apenas de uma equipa de duas ou três pessoas para ser posta em funcionamento (seria por isso mais ligeira e manuseável), adianta que a catapulta disparava – com precisão mortal a mais de 500 metros de distância – um pequeno dardo com cerca de 70 cm de comprimento, munido de asas de madeira e de uma ponta de ferro afiada, capaz de perfurar as armaduras e de, por isso, abater alvos individuais. Zienkiewicz relaciona directamente o *scorpio* com as catapultas, por causa do “ferrão” afiado e mortal que equipava essas armas, que, de todo o modo, considera como um irmão mais pequeno da balista. A mesma leitura faz Varandas (2006:139), que considera o escorpião “uma espécie de catapulta, de pequeno calibre e dimensões, e que disparava setas com cerca de 70 cm de comprimento. Leve, fácil de carregar, permitia uma grande velocidade de disparos”. Quanto à origem da catapulta, este autor pensa que ela terá surgido na cidade de Siracusa, durante o governo de Dionísio I (c.430-367 a.C.), sendo atribuído a Filipe da Macedónia “a organização, pela primeira vez, de um grupo de engenheiros capazes de desenhar e construir catapultas”. Esta máquina, “de pequenas dimensões, muito semelhante à futura besta usada pelos besteiros medievais”, terá tomado inicialmente o nome de *gastraphetes*. “Consistia num arco de grandes dimensões suportado por uma estrutura em forma de caixa e que se apoiava na barriga da pessoa que o usava. Estimulada pela necessidade crescente de aumentar a capacidade de tiro em vertentes como a distância e a penetração, esta arma foi ‘engordando’, sendo construídas variantes com dimensões cada vez maiores. O peso da arma e as dimensões dos novos projectos levaram os engenheiros a montá-las sobre estruturas muito sólidas e a acrescentar um dos dispositivos mais inovadores da *ars tormentaria*: um sistema de roldanas que permitia torcer e esticar os ‘elásticos’(...)” (Varandas, 2006:152-153). Portanto, sublinhe-se o género de máquina (de tiro tenso e horizontal, tal como a balista: cf. igualmente John France, 1999:119) a que os Romanos chamavam “catapulta”: uma máquina ainda relativamente pequena, de arremesso, sobretudo, de dardos ou setas, funcionando pelo princípio da torção de nervos ou tendões e manobrada por uma equipa reduzidíssima de serventes. O mesmo entendimento tem Michel Feugère (2002:214), ao definir a catapulta como “uma muito poderosa máquina de guerra funcionando pelo sistema de torção, utilizada para disparar setas”.

Não pode subsistir qualquer dúvida quanto à utilidade das máquinas de guerra antigas do género das balistas e das catapultas. Trata-se de maquinaria muito importante, desde logo como “arma de cobertura”, pois tanto na defesa e no ataque de cidades como no campo de batalha, os seus disparos criavam verdadeiras “cortinas de mísseis”, fulcrais para o desenvolvimento das manobras dos exércitos clássicos. Segundo Varandas (2006:156-157), “numa das primeiras batalhas que Alexandre Magno travou no Norte da Macedónia, ficou a dever a salvação das suas falanges ao uso de catapultas. Em Pélio (em 335 a.C.), num dos raros momentos em que Alexandre perdeu a iniciativa no campo de batalha, viu-se obrigado a retirar o seu exército que sitiava aquela cidade. A retirada, para a base de umas colinas próximas, implicava a travessia de um rio. Cercadas pelos Ilírios, as forças de Alexandre retiram para a outra margem, protegidas por acções retardatárias de unidades de cavalaria, enquanto Alexandre mandava instalar diversas catapultas, de forma concentrada,

que disparavam por cima das forças em retirada”! Algumas fontes literárias fornecem-nos dados interessantes sobre a utilização de tão preciosas máquinas pelos Romanos, no extremo final da República e durante o Principado. Por exemplo, pelos *Comentários* de Júlio César sobre a guerra que travou nas Gálias, sabemos que, no cerco de Avarico, em 52 a.C., um Gaulês estava a lançar contra uma torre, já em chamas, balas de gordura e pez, que os companheiros lhe passavam, de mão em mão. Então, um dardo saído de um *escorpião* romano acertou-lhe do lado direito e derrubou-o; o Gaulês foi substituído, mas o mesmo sucedeu com os companheiros que sucessivamente o revezaram. Flávio Josefo, pelo seu lado, ao relatar a Guerra Judaica, conta como, no cerco de Jotapata por Vespasiano (em 67 d.C.), o poderio dos *oxybeles* (que disparavam setas com hastes de madeira) e das catapultas romanas conseguia trespassar diversos homens com um único dardo. Quanto a Amiano Marcelino, ao narrar o cerco persa a Amida (Mesopotâmia) em 359 d.C., explica que um atirador romano mais ágil, ao ver avançar para as muralhas um dos reis adversários, que se fazia sempre acompanhar pelo seu jovem filho, disparou um dardo de balista que trespassou a armadura do príncipe e o seu peito e o derrubou do cavalo (Feugère, 2002:166 e 169).

Deve, no entanto, acrescentar-se que este género de máquinas também acusava uma indelével vulnerabilidade ao nível do seu (imprescindível) rolo de cordas central: é que este podia ser cortado por um projectil bem dirigido ou por um soldado mais atrevido; p. ex., em Cremona, no ano 69 d.C., no contexto da guerra civil entre Galba e Vitélio, dois soldados de Galba conseguiram infiltrar-se nas linhas inimigas e cortaram as cordas de uma enorme balista, colocando-a fora de combate (Feugère, 2002:165). Para obviar a esta fraqueza, desenvolveu-se nos finais do séc. I d.C. uma pequena catapulta que Trajano parece ter sido o primeiro a utilizar nas suas guerras na Dácia (c. 100 d.C.), a qual apresentava a possibilidade de substituição do rolo danificado por um outro feixe suplente, mesmo em cenários de batalha – pode ver-se uma representação desta peça na Coluna de Trajano (Feugère, 2002:165). Outra vantagem de máquinas mais pequenas consistia em evitar que, como nas campanhas militares anteriores, as peças de artilharia ‘pesada’ tivessem de ser transportadas desmontadas em animais de carga, juntamente com os respectivos projecteis, tal como relatara Josefo (*ibidem*).

Assim, as desajeitadas balistas ou catapultas tardo-republicanas (*vide* os citados exemplos de Ampúrias e de Teurel), viram a sua grande armação de madeira ser substituída por um jogo de barras metálicas, o que representava menos peso, maior estabilidade e uma reparação mais fácil, em caso de necessidade. Um exemplo da nova catapulta, munida de *kambestrión* (feixe de cordas) e de dois *modioli*, foi encontrado em Lyon (Feugère, 2002:165-167). No caso da, por vezes, citada *cheirobballista* (que Goldsworthy, 2007b:213, faz equivaler à *carrobballista*, ao defini-la como “uma versão de escorpião montada num carro puxado por mulas, para aumentar a mobilidade, característica dos sécs. I a.C. a VI d.C.”), os vários componentes foram tão simplificados quanto o possível: dois feixes de cordas, com os seus ramos terminais cilíndricos e contrapinos transversais, eram mantidos unidos graças a uma bem moldada braçadeira (*kamarion*) e a uma travessa. Num achado em Orsova, uma fortaleza tardia situada na fronteira do Danúbio na província romana da Mésia, foram encontrados, juntamente com um *kambestrión*, duas barras para retesar os feixes de cordas (algo que faltava no achado de Lyon). Curiosamente, esta descoberta permitiu tirar medidas, para verificar a exactidão das ilustrações constantes do tratado de Héron (posteriormente copiado e recopiado por desenhadores medievais). Ora, a conclusão foi que, para além das diferenças nas técnicas em perspectiva, os desenhos antigos revelaram ser bastante precisos (Feugère, 2002:167)!

O segundo tipo de *tormentum* do exército romano corresponde a máquinas mais potentes e que, em vez de dardos, arremessavam pedras. A esta máquina davam os Romanos o nome de *onager*. Trata-se, neste caso, de verdadeira artilharia de cerco. Contrariamente a Vegécio (e também a Vitruvius) que, como vimos, consideravam o “escorpião” uma balista de mão, Amiano Marcelino declara ser este (*onager*) o nome dado na linguagem popular ao “escorpião”, uma vez que esta peça atravessava os ossos das pessoas que atingia, tal como se fosse um coice de um burro selvagem. Segundo Richardot, “a assimilação escorpião-ónagro explica-se pelo facto de o braço do ónagro rebater para diante, à maneira de um ferrão de escorpião” (2001:223). A maioria dos autores, contudo, prefere relacionar a alcunha *onager* (que literalmente significa “ónagro” ou “burro selvagem”) com o coice desferido por esta máquina ou, então, com o hábito – relatado pelos escritores romanos – de o burro selvagem pontapear pedras na direcção da cara dos seus perseguidores (Zienkiewicz, 1994:13). Michel Feugère (2002:216), p. ex., define *onager* como “‘burro selvagem’, o nome dado, no Baixo-Império, por Amiano Marcelino e Vegécio, a uma máquina de guerra de arremesso de pedras pelo sistema de torção que tinha um ressalto violento, ou coice, daí o seu nome”. O mesmo autor admite, entretanto, que se tenha registado uma evolução na designação da máquina de arremesso de pedras de um só braço: *onager* > *balista* > *scorpio* (Feugère, 2002:158).

Como quer que seja, o *onager* é um engenho pesado para arremesso de pedras (e não de setas ou dardos). De tal modo que não era fácil utilizá-lo do lado de dentro das muralhas, por causa das vibrações que produzia no momento do disparo – recorda Richardot, que compara o funcionamento desta máquina a uma ratoeira (2001:223). Segundo este autor, “uma armação de madeira é colocada no solo, sendo atravessada à largura por um rolo de tendões, do qual emerge obliquamente um leme de madeira. No cimo deste leme encontra-se um gancho de ferro que suporta uma funda de ferro ou de corda carregada com um pelouro de pedra. Foram encontrados projecteis de 45 a 80 quilogramas de peso. Amiano evoca a existência de lemes em ferro, decerto mais poderosos, mas destinados a peças mais pequenas. Este leme rebaixa-se para trás na horizontal por meio de um guincho manobrado por quatro homens, o que tem por efeito acentuar a torção dos tendões. Um gatilho metálico mantém o leme na horizontal. Para provocar o disparo, o ‘mestre’ ou chefe da máquina faz soltar o gatilho com um golpe de martelo, de modo a conseguir um desprendimento mais preciso. O leme vem então embater numa almofada de couro que amortece o choque. Vegécio declara que o ónagro lança pedregulhos mais ou menos pesados, consoante o seu tamanho e a espessura do rolo de tendões. Era capaz, não apenas de esmagar homens e cavalos, mas também as máquinas do inimigo. O próprio poderio destas máquinas torna-as instáveis. No decurso de um cerco contra os Persas, um pelouro mal colocado na funda de um ónagro parte, no momento do tiro, no sentido inverso, quebrando o peito de um artilheiro romano. Para além da sua utilização de arrombamento, os ónagros têm efeitos incendiários, ao projectarem cestos repletos de pez e de betume” (Richardot, 2001:223-224).

De acordo com Zienkiewicz, o pesado ónagro era menos manobrável do que a balista ou a catapultas, mas tinha um efeito (ainda) mais devastador, tendo-se tornado popular num período relativamente tardio. “O seu único braço era accionado por um só entrelaçado horizontal e puxado para trás por um guincho dentado; a pedra arredondada – ou outro míssil nefasto – era colocada numa funda suspensa na extremidade. Quando o gatilho era puxado, o braço projectava-se para diante na direcção de um amortecedor de palha,

com um grande coice, arremessando a pedra arredondada, que voava num grande arco” (Zienkiewicz, 1994:13).

São especialmente impressionantes as descrições de Flávio Josefo acerca dos efeitos devastadores das máquinas romanas de arremesso de pedras durante a Guerra Judaica. No cerco de Jotapata por Vespasiano (em 67 d.C.), as pedras arremessadas pelas ruidosas máquinas derrubavam as ameias e desfaziam os cunhais das torres. Um soldado na muralha, próximo de Josefo, foi atingido por uma das pedras lançadas nessa noite que lhe rachou a cabeça e a atirou, como que arremessada por uma funda, a três estádios (quase 600 m) de distância! Ao amanhecer, uma mulher grávida, quando saía de casa, levou com uma pedra no ventre, que atirou o bebé por nascer a meio estádio (quase 100 m) de distância... Josefo diz também que, mais aterrorizador do que as próprias máquinas, era o seu barulho opressivo, e, pior ainda do que isso, o estrondo que as pedras faziam soar quando batiam nos seus alvos (Feugère, 2002:166). Mais tarde, no dramático cerco de Jerusalém (em 69 d.C.), a *Legio X*, ao serviço do filho de Vespasiano (Tito, futuro imperador), usou máquinas que permitiam aos atiradores romanos atingir não apenas os grupos inimigos que ensaiavam uma surtida, mas também os defensores que ocupavam a muralha; as pedras tinham, com já vimos, c. 26 kg. de peso (um talento, segundo as medidas áticas) e as máquinas em causa dispunham de um alcance de dois estádios (quase 400 m). O seu impacto destruía os que levavam com elas, mas também os que se encontravam por detrás. Josefo (testemunha ocular do assédio) conta que, de início, os Judeus conseguiam mitigar o efeito destas pedras, que eram de cor branca, pois colocavam sentinelas nas torres, as quais, ao avistar os pelouros, gritavam na sua língua natal: “Bébé a caminho!”. Isto dava tempo aos defensores que estavam na linha de tiro para dispersar e deitar-se no chão. Ao perceberem isto, os Romanos pintaram as pedras de preto, tornando-as menos visíveis, com o que começaram a atingir mais frequentemente os seus alvos, provocando muitas mortes (Feugère, 2002:169)...

Quanto à organização da artilharia antiga, que não era utilizada pelas tropas auxiliares, Feugère (2002:167) explica que ela nunca formou unidades autónomas, como acontecia, p. ex., com os arqueiros e os fundibulários. Se as tropas auxiliares não dispunham dessas armas era porque não contavam com artilheiros qualificados, nem com as facilidades das oficinas de apoio, que eram essenciais para a manutenção e a reparação de tais peças. Segundo o mesmo autor, dispomos de uma única referência ao uso de artilharia por uma unidade auxiliar, e trata-se de um caso excepcional, tanto quanto à data, como quanto à zona de intervenção: foram encontradas em Inglaterra, bem a norte do Muro de Adriano (mais exactamente em High Rochester), duas inscrições do séc. III d.C. comemorando a construção de um *ballistarium* pela *Cobors I fida Vardulorum milliaria*. Para Feugère, o caso poderá talvez ser explicado pela localização numa das fronteiras mais afastadas de todo o Império (*ibidem*). Entretanto, convém frisar que nem todas as balas de pedra encontradas em sítios romanos eram necessariamente lançadas por máquinas de guerra: muitas pedras (mais pequenas) podiam ser lançadas à mão; outras (maiores) podiam ser feitas rolar sobre a cabeça e as máquinas dos inimigos a partir do cimo das muralhas e das torres (tal como Vegécio refere no seu Livro IV, caps. VIII e XXVII), algumas destas podendo inclusivamente ser encaminhadas por sistemas rudimentares de calhas ou tubos. O que não oferece dúvida é que cada máquina arremessaria as pedras cujo peso se lhe adequasse mais. Segundo Feugère, as máquinas que lançavam pedras grandes não podiam actuar em espaços apertados, carecendo de reparos ou, pelo menos, de boas plataformas

de tiro. De acordo com os estudos de R. Forrer, algumas balas de pedra encontradas em Estrasburgo apresentam pesos entre 410 e 1385 gramas, devendo ser-lhes atribuída uma data tardia (Feugère, 2002:169). Convém também referir que muitos escritos antigos descrevem máquinas de guerra que seriam impossíveis de construir, dadas as suas grandes dimensões. Por exemplo, máquinas de lançamento de pedras com 78 kg. de peso (Fílon, no seu *Tratado de Artilharia*), o que requereria uma peça com mais de 9 m de altura; ou mesmo, como imaginou Vitruvius, máquinas capazes de lançar pelouros de pedra arredondada com 162 kg.! Na verdade, a generalidade dos pesos dos projecteis em actividade parece ter estado compreendida entre os 3 e os 26 kg.. O resto seriam sobretudo hipóteses teóricas, exercícios académicos dos engenheiros (*ibidem*).

As fontes antigas dizem-nos que cada legião tinha a sua própria artilharia: Flávio Josefo, ao descrever o cerco de Jotapata (67 d.C.), diz que Vespasiano contava com 160 máquinas de guerra para as suas três legiões (*i.e.*, cerca de 50 a 55 por legião). Vegécio, pelo seu lado (*vide supra*, Livro II, cap. XXV), recorda que, nos tempos áureos, cada legião teria tido à sua disposição umas 55 *carroballistae* (uma por cada centúria, aproximadamente), a par de 10 ónagros (um por cada coorte). Infelizmente, temos poucos achados arqueológicos para tantas máquinas de guerra! Mas é verdade que, em muitas colecções, existem numerosos componentes dispersos, ainda não devidamente identificados. Assim, é quase certo que a investigação futura vai permitir melhorar o nosso conhecimento sobre esta matéria. (Feugère, 2002:171-172).

Não é provável que as máquinas a que se referem Josefo, Marcelino e Vegécio sejam extraordinariamente diferentes entre si. Após as inovações introduzidas durante as guerras de Trajano na Dácia, a artilharia romana desenvolveu-se pouco. A *cheiroballista* de Héron continuava a ser fabricada no séc. IV d.C., juntamente com uma mais ligeira máquina de guerra, a que Vegécio, neste mesmo capítulo (*vide* o parágrafo anterior), chama *manuballista*. Um outro tipo referido, a *arcuballista*, também já nosso conhecido (*vide supra*, Livro II, cap. XV, nota 107), “pode ter configurado uma espécie de arcobalista, ou besta” (Feugère, 2002:192-193). Nota-se, pois, um aumento da tendência para máquinas de manuseamento mais fácil: *vide* três pequenos *kambestria* romenos (fortaleza de Gornea), de uma época tardia (fins do séc. IV d.C.), com 13,3, 13,7 e 14,4 cm de altura. No sítio vizinho de Orsova, foi encontrado um *kambestrión* de 36 cm de altura, em conjunto com dois componentes raramente preservados (era necessário guardar os feixes de cordas à parte). Estas máquinas deviam ser fabricadas na oficina estatal (*ballistaria*) de Autun (*vide supra*, Livro II, cap. XI, nota 89), que assim produzia as mesmas armas da época do Principado: é que só um número muito limitado de artífices especializados sabia fabricar estas armas; por isso, uma *fabrica* não tentava sequer alterar-lhes o desenho para aumentar a respectiva produção... (Feugère, 2002:193).

Eram estas as principais máquinas de guerra ‘pesadas’ utilizadas pelas legiões romanas até à época – já muito tardia – em que Vegécio redige o seu compêndio. Resta saber que destino podem ter tido estes engenhos após a queda do Império Romano do Ocidente em 476. Não é uma questão fácil de resolver (sobretudo no período que respeita à Alta Idade Média), nem cabe no âmbito deste trabalho considerar demoradamente este problema. Diremos apenas, de uma forma muito simplista, que a forma menos elaborada de “balista” terá dado origem – a longo prazo e talvez de forma não directa – à “besta”, uma arma portátil e devastadora, que o Ocidente conhece já bem no século XI e que, sobretudo na centúria seguinte, se tornará extremamente popular, tanto nos campos de batalha

como nas operações de cerco, sobretudo do lado cristão (os Muçulmanos continuaram a preferir-lhe o arco, mais ligeiro e com muito maior cadência de tiro). Enquanto isso, o *onager* terá transitado para a Alta Idade Média, sendo no entanto rebaptizado com o nome de “mangonel” e suas variantes (“mangana”, “mangonella”, “algarrada”, etc.) e aperfeiçoado com a introdução de um sistema de alavanca que veio completar e otimizar o maquinismo original (Hoffmeyer, 1988:74-75; e France, 1999:118-119). No século IX, um novo dispositivo, originário da China e difundido na Europa através do mundo árabe, introduziria na cultura militar ocidental um outro tipo de máquinas – os “trabucos” (primeiro, de tracção humana, posteriormente, desde finais do século XII, de contrapeso) –, destinadas a ter um enorme sucesso e a tornar-se predominantes nas operações de cerco, colocando um pouco na sombra os velhos ónagros romanos e os seus sucedâneos medievais. Curiosamente, por um processo ainda não inteiramente claro mas a que não será estranha a célebre *Encyclopédie* de Eugène Viollet-le-Duc (m. 1879), uma obra de referência até aos anos 70 do século XX e onde se utilizam uma série de desenhos, nomeadamente da época renascentista, que representavam máquinas antigas (sendo certo que, nesses desenhos, os artistas incorporavam cenários, figuras e peças de armamento da sua própria época), a nomenclatura respeitante à artilharia portátil romana começou a ficar significativamente adulterada e confundida, ao ponto de hoje ser corrente, entre os especialistas, representar-se o velho ónagro de que fala Vegécio com uma legenda indicando tratar-se de uma ... “catapulta”. Sobre esta matéria, veja-se também: E. W. Marsden, 1969; e Tracey Rihll (2007, *passim*), autora da melhor síntese recente sobre a história da catapulta.

245 - *Vide supra*, cap. XIV: *aries* funcionando no interior de *testudo*.

246 - *Vide supra*, Livro II, cap. XI (e nota 90), onde Vegécio aludiu já ao costume dos Bessos (tribo da Trácia) de exploração de minas.

247 - *Vide também supra*, Livro III, cap. XXI (e nota 204).

248 - Trata-se da última referência de Vegécio ao cerco do Capitólio pelos Gauleses, em 390 a.C. (ou 387 a.C.): *vide supra*, nota 224. Respeitou-se a grafia do latim *Mallius*, sendo esta personagem da história de Roma conhecida também pelo nome de Mânlio, com o *cognomen Capitolinus*, devido justamente ao seu comportamento heróico durante este assédio.

249 - Acerca da *plumbata*, uma pequena lança terminada por uma ponta com cerca de 12 cm comportando um peso de chumbo no meio, para maior penetração, *vide supra*, Livro I, cap. XVII (e nota 36).

250 - *Verrutum*: dardo (antigamente designado por *verriculum*) possuidor de um ferro de cinco polegadas (c. 12,5 cm) e de uma haste de três pés e meio (ligeiramente superior a 1 m). *Vide supra*, Livro II, cap. XV (e notas 103 a 105).

251 - *Spiculum*: dardo (antigamente chamado *pilum*) munido de um ferro triangular de nove polegadas (c. 22,5 cm), encabado numa haste com cinco pés e meio (quase 1,65 m) de comprimento. *Vide supra*, Livro II, cap. XV (e notas 100 e 101).

252 - *Vide supra*, cap. XXII (e nota 244).

253 - Um pouco menos de 3 metros.

254 - Este comentário-balanço de Vegécio justifica-se plenamente porque o Autor encerra aqui a primeira parte do seu Livro IV, toda dedicada à poliorcética. A partir deste ponto, e até ao final da obra, Vegécio dedica-se exclusivamente à abordagem da guerra naval. O contraste é tão grande que, tal como adiantámos no Estudo Introdutório, ao longo dos séculos alguns copistas mais preocupados com a clareza e a honestidade intelectual do seu

trabalho apresentaram o tratado de Vegécio como estando dividido em cinco (e não em quatro) partes, considerando como um livro distinto o conjunto dos 16 capítulos dedicados à guerra naval (Richardot 1998:19).

255 - Uma das mais famosas, senão mesmo a mais famosa de todas as guerras travadas pelos generais romanos contra os piratas dos mares foi a comandada por Gneu Pompeu Magno (c. 106-48 a.C.), no ano 67 a.C. Tratou-se de uma guerra muito séria, travada contra a pirataria que, como era típico do Mundo clássico, assolava o Mar Mediterrâneo. Como explica Goldsworthy (2007:207-208), que aqui seguimos, após a derrota da Macedónia e do Império Selêucida às mãos dos Romanos, e com a decadência do Egipto, as armadas que tradicionalmente controlavam a pirataria no Mediterrâneo Oriental ficaram seriamente diminuídas, circunstância que estimulou a acção dos piratas, tanto na Cilícia (actual Turquia) como em Creta e em diversas ilhas menores. Os assaltantes dos mares pretendiam, com os seus *raids*, obter saques e resgates que pudessem acrescentar algo de significativo aos magros proventos que retiravam da agricultura. Para mais, esses piratas puderam contar, em determinado momento, com o apoio (dinheiro, barcos de guerra, etc.) do rei do Ponto, Mitridates, que se encontrava em guerra com Roma. Viajar nos mares tornou-se, por isso, extremamente perigoso e é sabido que o próprio Júlio César chegou a ser aprisionado por piratas que exigiram um resgate pela sua libertação. Obviamente, neste segundo quartel do séc. I a.C., o comércio ressentia-se também, fortemente, desta situação, facto que, pelo seu lado, agravava o problema do abastecimento de cereais (geralmente vindos da Sicília, do Egipto e do Norte de África) na Península Itálica, especialmente em Roma, conduzindo ao aumento brutal dos respectivos preços. Em 72 a.C., o antigo pretor Marco António (pai do futuro adversário de Octaviano) foi derrotado pelos piratas numa batalha naval ao largo de Creta e, em 69 a.C., o cônsul Quinto Cecílio Metelo obteve sucessos apenas limitados nas suas operações de cerco em Creta. O problema agravava-se e os piratas chegaram a raptar dois pretores com os respectivos *lictiores* e toda a sua comitiva quando viajavam pelas áreas costeiras da Península Itálica; a própria Óstia foi atacada por um *raid* pirata. Em 67 a.C., a situação tornou-se crítica no que ao abastecimento de cereais diz respeito. Foi então que o tribuno Aulo Gabínio propôs “a recriação da maciça província e dos poderes extraordinários que tinham sido atribuídos a António”, mas, desta feita, a favor do prestigiado Pompeu; a Assembleia Popular acabaria por aprovar a *lex Gabinia* e, em conformidade, Pompeu recebeu o *imperium* proconsular, “não somente sobre todo o Mediterrâneo, mas também sobre uma faixa de cerca de 80 quilómetros a partir da linha da costa” (Goldsworthy, 2007:208-209)! Para esta emblemática guerra nos mares, Pompeu dispôs de 500 barcos de guerra, 120 000 infantes e 5000 cavaleiros; o enquadramento desta tropa (na sua maioria contingentes locais, recrutados rapidamente) era assegurado por 24 legados com experiência militar, cada qual assistido por dois pretores. Foram também reunidas quantidades substanciais de dinheiro, de víveres e de outros bens essenciais.

Organizador genial, Pompeu começou por dividir o Mediterrâneo em 13 zonas, seis a Ocidente e sete a Oriente, cada uma delas chefiada por um legado dispondo de meios militares e navais. A missão era, sobretudo, de policiamento, pelo que todos tinham instruções rigorosas para não perseguir os piratas para além das fronteiras da região que lhes fora atribuída. Quanto a Pompeu, não estava adscrito a nenhuma zona em particular, tendo sob o seu comando uma esquadra de 60 navios de guerra. Coube decerto aos restantes 11 legados supervisionar o enorme esforço logístico que esta guerra envolvia e comandar esquadras móveis (como a de Pompeu) para perseguir piratas de uma região para outra.

Na Primavera de 67 a.C., em apenas 40 dias de operações, Pompeu obteve um sucesso decisivo a Ocidente, limpando os mares de piratas que, mal preparados para a guerra (por não serem importunados há muito tempo), tiveram dificuldade em resistir. A seguir, o célebre general transferiu o seu comando móvel para Oriente, o verdadeiro berço da pirataria. Aqui, depressa obteve mais alguns sucessos, com os piratas desprevenidos a tentar ripostar individualmente, a fugir ou a render-se. Sabiamente, Pompeu evitou massacrá-los e começou a utilizar muitos deles como informadores. Aos poucos, mais piratas foram-se rendendo. Pompeu tinha preparado equipamentos para cercar as fortalezas ao longo das regiões montanhosas da Cilícia, mas a maioria delas capitulou logo à sua chegada. No total, a campanha anti-pirata no Mediterrâneo Oriental desenvolveu-se ao longo de 49 dias, com 71 embarcações capturadas após combate e 306 sem combate (entre as quais 90 navios de guerra, equipadas com remos). Se quisermos considerar, de acordo com uma inscrição laudatória, o balanço global de toda a campanha, então teremos 846 navios capturados (aqui devendo incluir-se todo o tipo de embarcações, mesmo as mais pequeninas): Goldsworthy (2007:211). Vale ainda a pena lembrar a forma inteligente como Pompeu tratou os 20 000 cativos, de molde a eles não terem a tentação de retomar, mais tarde, a pirataria nas suas comunidades costeiras: transferiu populações para regiões férteis (p. ex.: Solos, na Cilícia, rebaptizada como Pompeupolis), onde acabaram por constituir prósperas comunidades mercantis. No fundo, tratou-se de aplicar aqui a mesma estratégia, e com a mesma eficácia, de deslocação em massa de “guerreiros problemáticos” e das respectivas famílias para terras melhores, já utilizada pelos Romanos na Ligúria e na Hispânia. Como remata Goldsworthy (2007:212), “os assaltos e a pirataria não foram permanentemente erradicados do Mediterrâneo, mas nunca mais alcançaram uma escala similar à das primeiras décadas do século I a.C. Sob os imperadores romanos, a marinha foi estabelecida numa base mais permanente, acabando por preencher o vazio criado pelo declínio dos poderes helenísticos”. Estava assegurado o controlo do *mare nostrum*, esse gigantesco lago romano, pelo qual circularam pessoas e mercadorias ao longo de séculos.

Entretanto, segundo Le Bohec (2006:75), Roma, a partir de meados do séc. IV, voltou a sentir a necessidade de prestar alguma atenção à guerra naval contra os piratas, acusando nesse processo algumas dificuldades, já que a sua pesada frota (reorganizada pelos Tetrarcas) revelava alguma falta de agilidade. Talvez esta evolução ajude a compreender a decisão de Vegécio de rematar o seu tratado com um conjunto de capítulos dedicados justamente à guerra nos mares, pese embora a forma como abre o capítulo inaugural dessa temática. Milner (1996:140, n. 2) é de opinião que a referência de Vegécio ao facto de a guerra entre os Romanos e os povos bárbaros se travar em terra aponta para uma data de elaboração do tratado anterior à afirmação da capacidade naval dos Vândalos, que já era expressiva cerca de 419 d.C..

256 - Vegécio retoma aqui a ideia já expressa no prólogo do Livro III: *qui desiderat pacem, praeparet bellum* (“quem desejar a paz, que prepare a guerra”); ideia habitualmente citada através do famoso aforismo *si vis pacem para bellum* (“se desejas a paz, prepara a guerra”).

257 - Como Vegécio se encarregará de explicitar já a seguir, à frota estacionada em Miseno cabia a vigilância do Mediterrâneo Ocidental, enquanto à estacionada em Ravena competia proteger o Mediterrâneo Oriental. Como explica Le Bohec (2002:29), o comando do conjunto da esquadra itálica (Miseno e Ravena) era assegurado por um prefeito pertencente à Ordem Equestre (excepto sob Cláudio e Nero, principados em que, por vezes, esse encargo

foi atribuído a libertos), mas entendendo-se sempre que o almirante residente em Miseno estava acima do de Ravena.

258 - A constituição de uma marinha permanente foi uma das primeiras preocupações de Octaviano após a vitória conseguida na batalha naval de Áccio em 31 a.C.. Como refere Le Bohec (2002:29-30), o futuro Augusto (27 a.C.-14 d.C.) instalou a maior parte dos seus navios em Fréjus, na Gália Narbonense (actual zona de Cannes-Mónaco), para pouco depois os transferir – no essencial – para Miseno e Ravena. Mais tarde, seria atribuída a flotilhas diversas a missão de marcar a presença romana nos mares periféricos e nos grandes rios: frotas da Bretanha, da Germânia, da Panónia, da Mésia, do Mar Negro, da Síria e de Alexandria. Michel Reddé (cujos estudos, desde os anos 80, têm revolucionado o nosso conhecimento da marinha de guerra romana) calcula que, no total, fossem 40 a 45 mil os soldados afectos à marinha romana (Le Bohec, 2002:29-30). Diz-se muitas vezes que a marinha militar romana (que contaria com cerca de 250 navios: 60 para Miseno, 60 para Ravena e 130 para as esquadras provinciais – Le Bohec, 2002:134-135) não servia para muito em termos bélicos uma vez que Roma controlava a bacia mediterrânica com grande à vontade e um combate naval, em alto mar, contra os Romanos era quase só uma hipótese teórica. No entanto, convém lembrar que a marinha era muito útil para facilitar as deslocações (havendo bom tempo) e a logística das operações. Muitas das grandes campanhas de Roma a Oriente (p. ex., a guerra contra os Partos, ou a guerra contra os Persas, no séc. III d.C.) teriam sido impossíveis sem o apoio assegurado pelas frotas (Ravena, no primeiro caso, Miseno, no segundo) ao exército terrestre, em matéria de transporte de homens e de víveres. Não deve também desprezar-se, como refere Le Bohec (2002:143), o efeito que poderia ter um desembarque de surpresa durante um conflito militar. De acordo com este autor (2006:76), cada navio romano tinha capacidade para transportar cerca de 800 homens. Segundo Amiano Marcelino, na sua campanha contra o tio (e imperador) Constâncio II, em 360-361, Juliano desceu o Danúbio com 3000 dos seus homens transportados em navios, enquanto outros 20 000 soldados marchavam a pé. Anos mais tarde, contra os Persas, o mesmo imperador utilizou 1000 navios de transporte de trigo, madeira e engenhos, 50 navios de guerra e 50 navios-ponte, sob as ordens de um conde assistido por um tribuno; ao todo, a fazer fé no testemunho de Marcelino, 20 000 homens a bordo de navios, os quais podiam – tal como durante o Alto-Império – tornar-se infantes em caso de necessidade (Le Bohec, *ibidem*). Esta situação confirma que, após um certo abandono de que foi alvo durante a famosa crise do século III, a marinha romana foi reorganizada pelos príncipes da Tetrarquia Imperial (sistema de governo partilhado entre dois Augustos e dois Césares, criado por Diocleciano: 284-305 – *vide supra*, Livro I, cap. XVII, nota 38). Constantino I (324-337) é mesmo considerado como tendo desenvolvido uma política naval; aliás, ele destruiu a frota do seu poderoso rival, Licínio, em 18 de Setembro de 324, com recurso a navios ligeiros, naquela que terá sido a última grande batalha naval da Antiguidade – Crisópolis (porto de Calcedónia, hoje Üsküdar/Escútari, Turquia): Le Bohec, 2006:75, e Rodríguez González, 2005:140. Esta batalha, onde Licínio terá perdido cerca de 100 000 dos 130 000 soldados de que dispunha, assinala o início do principado de Constantino I como imperador incontestado. Em meados do séc. IV, o sistema naval da Tetrarquia ainda estava em funcionamento, cabendo à marinha romana desenvolver as seguintes missões: *raids* de surpresa (com cerca de 300 homens, comandados por um tribuno); vigilância do terreno (*vide*, p. ex., as *lusoriae naves* circulando no rio Mosela, ou as *scafae exploratoriae naves* de que falará Vegécio no cap. XXXVII); logística dos exércitos terrestres; transportes

de todo o tipo (por mar ou por rio); aprovisionamento; e transferência de artilharia e de maquinaria de cerco. Também é sabido que, por volta do ano 400, o chefe romano, de origem goda, Fravita, mandou construir uma frota de guerra, equipada com pequenos navios – as liburnas (*vide infra*: caps. XXXIII, XXXIV e XXXVII). Em inícios do séc. V, porém, a marinha romana desapareceria na parte ocidental do Império; no Oriente, ela transformou-se lentamente, vindo a dar origem à marinha bizantina (Le Bohec, 2006:75-76).

259 - Segundo Le Bohec (2002:29 e 41), no que diz respeito à marinha romana do Alto-Império temos os seguintes oficiais: o *prefeito da frota itálica* (recebia 100 000 sestércios por ano no séc. I e o dobro disso no séc. II; usava o título de *egregius*, no séc. II, e o de *perfectissime*, no séc. III); o *sub-prefeito* (também *egregius*, auferindo 60 000 sestércios ao ano); e o *praepositus reliquationi* (chefe da arrecadação ou da reserva, com o mesmo rendimento do anterior). A seguir, vinham o *navarco* (comandante de uma divisão, ou chefe de esquadra) e o *centurião* (o responsável ou capitão de um navio, assimilável ao *trierarca* – cada navio equivalendo a uma centúria). Quanto às frotas provinciais (ou flotilhas), eram comandadas por centuriões legionários destacados e por prefeitos equestres. O *prefeito da flotilha* da Germânia, da Bretanha ou do Mar Negro recebia 100 000 sestércios por ano, a partir de Septímio Severo (193-211). Com o tempo, um capitão de navio (*trierarca*) podia tornar-se chefe de esquadra (*navarco*) e depois primeiro centurião da frota (*princeps*), antes de aceder ao primipilato numa das legiões. Convém ainda notar que tanto o *trierarca* como o *navarco* tinham uma dignidade inferior ao centurião legionário, pelo menos nas frotas provinciais (Le Bohec, 2002:47).

260 - A batalha naval de Áccio (hoje Aktion, à entrada do golfo de Ambrácia, na costa ocidental da Grécia), foi travada no dia 2 de Setembro de 31 a.C., no contexto da guerra civil romana, mais concretamente da guerra entre dois dos actores do segundo triunvirato (e antigos aliados), Marco António e Octaviano. Tratou-se de um combate decisivo, que ditou o triunfo de Octaviano na guerra civil, a fuga e morte de Marco António, e, afinal de contas, o fim da República romana e o conseqüente início do Principado. Veja-se uma boa síntese sobre este combate em Rodríguez González (2005:14: “Activm II”). De acordo com este autor, alguns desertores do campo de Marco António deram a conhecer a Octaviano os planos do seu antigo chefe, o qual, em resultado das campanhas levadas a cabo por Agripa (legado de Octaviano), se encontrava numa situação já algo debilitada, nomeadamente ao nível do abastecimento de víveres ao exército. Assim, colocado perante a alternativa de retirar por terra para a Macedónia, salvando com isso o seu exército mas perdendo a sua frota para Octaviano, ou travar combate em Áccio, Marco António optou por esta última via. Contrariamente à situação vivida alguns meses antes, a relação de forças favorecia agora, claramente, Octaviano, que dispunha de cerca de 400 navios, comandados por Agripa, mais pequenos e fáceis de manobrar do que as 200 grandes naves com que Marco António contava. Perto de metade do exército deste último (talvez uns 40 000 legionários) embarcou nesses grandes navios, que ocupavam toda a embocadura do golfo de Ambrácia (o actual Amvrakikos Kolpos, na Grécia), aguardando a investida do adversário. O resto do exército de Marco António, assim como o exército terrestre de Octaviano, preparavam-se, cada qual na sua margem, para presenciar a batalha, sem nela participar. Segundo Orósio, contudo, a frota de Octaviano incluía oito legiões e cinco coortes pretorianas (uma parte da guarda pessoal de Octaviano). Esta esquadra estava organizada em dois sectores de comando, o da direita sob a batuta do próprio Octaviano e o da esquerda entregue a Agripa. Já o seu rival, Marco António, estruturou a sua frota em três sectores: ala direita (com o próprio António),

centro e ala esquerda, estes últimos sectores provavelmente sob o comando de alguns legados. Por volta do meio-dia, levantou-se um vento que desorganizou significativamente os navios de Marco António, facto que foi aproveitado por Agripa para atacar. Perturbada, a frota antoniana não conseguiu apresentar à sua opositora uma frente compacta, pelo que cada um dos seus barcos se viu cercado por várias embarcações inimigas, mais fáceis de manobrar. Após algumas horas de combate, os 60 barcos da rainha Cleópatra VII, que, como é sabido, era amante de Marco António e sua aliada, barcos esses que se achavam de reserva e que guardavam também o Tesouro do seu partido, viraram a proa para sul, rumo ao Peloponeso. Nesta manobra, passaram pelo meio da frota de Octaviano, que todavia não pôde persegui-los, uma vez que tinha as velas dos seus navios arriadas, já que o combate se estava a travar à base de remos e de esporões. Ao ver Cleópatra ir embora, Marco António, que estava a dirigir o combate a partir de uma embarcação mais manobrável, partiu atrás dela. Quanto à frota de António, “apesar de pensar que tinha sido abandonada pelo seu chefe, combateu até à última hora da tarde, até que a maioria dos seus barcos foi afundada ou caiu em poder dos octavianos, sendo poucos os barcos antonianos que conseguiram fugir”. A força de Marco António averbou 5000 mortos (Orósio fala em 12 000, a que se deverão somar mais 1000 mortos, resultantes dos 6000 feridos registados entre os vencidos). Uma semana mais tarde, foi a vez de o exército terrestre de António, também ele abandonado pelo seu chefe (Crasso, que se dirigiu para o Egipto, onde supunha estar o seu líder), se render a Octaviano, que acabou por o integrar nas suas próprias tropas. Como se sabe, pouco depois desta derrota, Marco António e Cleópatra suicidaram-se. O filho adoptivo de Júlio César ficava com o caminho livre para se tornar, em 27 a.C., o primeiro imperador da história de Roma! Quanto a Agripa (genro de Octaviano, em resultado do seu casamento com Júlia), destacar-se-ia pelas suas conquistas no noroeste da Hispânia (entre 29 e 19 a.C., à cabeça de oito legiões). Recorde-se que a batalha de Áccio é referida por Virgílio na *Eneida* (VIII. 671-716), no passo alusivo ao escudo de Eneias (*vide* Rocha Pereira, 2005:187-188).

261 - Segundo Milner (1996:141, n. 10), trata-se da actual Zadar, na costa Adriática da actual Croácia.

262 - De acordo com Le Bohec (2002:134-135), que para o efeito se apoia nas investigações de M. Reddé, só se conhecem dois navios de guerra da Antiguidade: duas galés púnicas de Marsala, do séc. III a.C.. Por esse motivo, há que estudar bem os textos literários, entre outras fontes. Segundo o mesmo autor, parece, no entanto, claro que os estaleiros navais itálicos forneciam produtos bem superiores aos dos Gregos. Com efeito, os navios romanos eram mais robustos, sendo o resultado de técnicas de construção bastante evoluídas. E eram também mais perfeitos: a) os pilotos dispunham de um leme lateral; b) além das velas (a principal das quais era quadrada e agarrada a um grande mastro, enquanto uma segunda, mais pequena, era fixada a um mastro secundário), dispunham de remos, atingindo velocidades máximas de 2 a 2,5 nós; c) contavam geralmente com três fiadas de remos, sobrepostas mas desencontradas; d) dispunham de um tipo de embarcações mais leves e móveis: as “liburnas” de que nos fala Vegécio. Finalmente, os navios romanos eram ainda os mais bem armados: a) estavam equipados com peças de artilharia (catapultas e balistas) que permitiam atingir o adversário à distância; b) dispunham de esporões de bronze na quilha; c) traziam arpões e ganchos que, na abordagem, permitiam fixar os dois navios encostados; d) contavam com uma ou mais torres na coberta dos navios (o que permitia a uma “infantaria de marinha” dominar melhor o seu adversário); e) como vimos mais atrás,

na nota 258, transportavam “corpos de desembarque”, úteis tanto para o combate no mar como em terra, de surpresa.

263 - Segundo Milner (1996:143, n. 2), “as regras para calcular a data do Domingo de Páscoa foram ajustadas sob os auspícios de Teodósio I, c. 388 d.C., de forma consequente, com as datas lunares aqui oferecidas (...). As observações lunares originais de Catão para o corte da madeira recomendavam a escolha do último quarto lunar ou, falhando essa possibilidade, a lua nova e o primeiro quarto (...). Vegécio terá cristianizado e distorcido a fonte, a qual era fácil interpretar de forma errônea, devido ao seu arcaísmo: *diebus VII proximis, quibus luna plena fuerit, optime eximetur*, significando ‘após os sete dias imediatamente posteriores à lua cheia, é o melhor corte’, e não ‘nos sete dias’, etc.”. De acordo com De Man (2006:143, n. 1), “o equinócio (ou seja, a ‘noite igual’) da Primavera sempre fora celebrado pelos cultos pagãos, tendo continuado a servir de orientação oficial para a Páscoa. Esta festa cristã foi regulamentada no Concílio de Niceia, em 325, e ajustada por Teodósio cerca de 388. É provavelmente por este motivo que Vegécio a menciona, ainda que pareça pouco familiarizado com ela”.

264 - Calendas de Janeiro: os inícios do mês de Janeiro. Segundo Ph. Richardot (1998:32), este capítulo de Vegécio sobre o corte das madeiras para construir navios foi aproveitado por Beda-o-Venerável (672-735) no seu *De temporum ratione* (o mesmo sucedendo com o capítulo XLII deste Livro IV de Vegécio, dedicado às marés).

265 - *Vide supra*, cap. XXXIII, nota 260.

266 - *Scafae exploratoriae: vide supra*, cap. XXXI (final da nota 258).

267 - Este capítulo de Vegécio confirma que (tal como avançamos no cap. XXXI, nota 258), a marinha romana também era utilizada em missões de recolha de informação, nos rios e nos mares, tendo empregue navios e equipamentos especializados para esse efeito. Entretanto, dois historiadores (Gauld, em 1990, e Rankov, em 2002) polemizaram por causa desta referência de Vegécio a navios de exploração e reconhecimento, com 20 remadores de cada lado; terão esses navios realmente existido? (*vide* Le Bohec, 2006:123). Veja-se também *infra*, Livro IV, cap. XLVI – o último parágrafo do tratado, curiosamente alusivo aos “navios de patrulha” que circulam no rio Danúbio.

268 - Vegécio utiliza aqui (e noutros passos também) o termo “liburnas” com o sentido genérico de “navios de guerra”, independentemente da sua dimensão e características.

269 - Vegécio deveria querer dizer “equinócio”.

270 - Mês dos Egípcios, que decorria entre 26 de Abril e 25 de Maio.

271 - Segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Lisboa-Rio de Janeiro, vol. XXII:115), “tem o nome de *Plêiades* um cúmulo estelar aberto, situado na constelação do Touro. Alguns dos primeiros documentos astronômicos existentes, como os *Anais Chineses* do ano 2357 a.C., fazem-lhes já referência e elas são mencionadas igualmente nos Velho e Novo Testamentos. O nome de *Plêiades* provém, segundo alguns autores, da palavra grega *pleô*, que significa ‘navegar’, porque era na ocasião do nascimento helíaco destas estrelas que começavam, em Maio, as navegações entre os Gregos; segundo outros, foi o nome de Pléione, a deusa, que deu origem ao deste grupo de estrelas. As *Plêiades* são também chamadas *Vergiliae* pelo facto de aparecerem depois de *Ver* – a Primavera. Encontram-se catalogadas centenas de estrelas deste cúmulo mas apenas seis são visíveis à vista desarmada, apesar dos nomes de sete-estrela e sete-cabrinhas por que ele é vulgarmente conhecido. Diz-se que foi durante a guerra de Tróia que a sétima estrela, Pléione, a *Plêiade perdida*, diminuiu de brilho e atingiu a grandeza 6,5, que passou a caracterizá-la”.

272 - 27 de Maio. Para esta e para as restantes conversões de datas que se seguem, até à nota 282, acompanhamos Milner (1996:146).

273 - 14 de Setembro.

274 - 11 de Novembro.

275 - 13 de Setembro.

276 - 24 de Setembro.

277 - 7 de Outubro.

278 - 11 de Outubro.

279 - 11 de Novembro.

280 - 10 de Março.

281 - Festival náutico celebrado a 5 de Março, em honra de Ísis Pelágia. Como comenta Milner (1996:146, n. 2), Vegécio mostra reserva em nomear expressamente a deusa pagã, cujo festival era ainda celebrado no séc. VI d.C..

282 - 15 de Maio.

283 - *Interlunis, e* : dia antes da lua nova. *Interlunium, ii* : tempo em que a lua não aparece; intervalo entre duas lunações.

284 - *Geórgicas*, 1.351-463. Neste passo, e conforme nos foi gentilmente notado pela Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, Virgílio segue Arato (*Phaenomena* 733-1154), por vezes de muito perto mas sem se limitar a uma mera tradução.

285 - Marco Terêncio Varrão (descendente do cônsul sobrevivido derrotado em Canas, em 216 a.C.: *vide supra*, Livro II, cap. IV, nota 71) era, nas palavras de Adrian Goldsworthy, “um notável polígrafo, autor de uma vasta obra sobre temas muito abrangentes”. A ele terá o jovem Pompeu, pouco versado nos meandros da política romana, encomendado “um manual expondo os procedimentos e convenções senatoriais” (Goldsworthy 2007:207). Vegécio alude aqui aos *libri navales* de Varrão: o *De Ora Maritima*, o *Ephemeris Navalis* e o *De Aestuarius* (Milner, 1996:144, n. 7). Segundo Milner (*ibidem*), os caps. XXXVIII-XLII deste Livro IV de Vegécio têm precisamente como fonte principal esses tratados (entretanto perdidos) de Varrão, embora o capítulo em apreço beba também, largamente, em Virgílio: *Geórgicas*, 1.393-463 (Milner, 1996:147, n. 6).

286 - *Navarchus*: chefe de esquadra (*vide supra*, Livro IV, cap. XXXII, nota 259).

287 - Milner (1996:149, n. 6) destaca a ansiedade de Vegécio relativamente à alegada impopularidade das defesas de corpo mais pesadas, admitindo que o tratadista se tenha limitado a transpor a situação vivida em terra para um cenário de combate no mar. No entanto, Milner sublinha também que a referência de Vegécio deve ser relacionada com a circunstância de, na peleja no interior de um navio, não haver espaço para tropas ligeiramente armadas, uma vez que as condições estáticas da luta promovem um estilo de combate corpo-a-corpo.

288 - Sobre os ónagros, as balistas e os escorpiões, *vide supra*, Livro IV, cap. XXII (e nota 244).

289 - Segundo Le Bohec (2002:143-144), e tal como já deixámos entender mais acima (*vide* Livro IV, cap. XXXIII, nota 262), existia uma táctica própria do combate naval, a que se referem autores como Arriano (primeira metade do séc. I d.C.), embora sem a analisarem detalhadamente. De acordo com esses princípios, as frotas de Ravena e de Miseno mantinham-se preparadas para a possibilidade de embarque de artilharia, designadamente de ónagros e de balistas para arremesso de pedras e de flechas, destinadas a cortar a agressividade dos adversários, a provocar danos e baixas e a abalar a moral do

inimigo antes do choque. Para a abordagem, usavam-se arpões e ganchos com o intuito de conseguir fixar os dois navios lado a lado, seguindo-se a entrada no navio adversário, altura em que o combate passava a assumir a forma de uma série de duelos, semelhante ao combate em terra.

290 - Sobre as setas incendiárias usadas nos combates terrestres, *vide supra*, Livro I, cap. XV, nota 28; e Livro IV, cap. XVIII, nota 235 (*malleoli* e faláricas).

291 - O mesmo espírito de aproveitamento das boas oportunidades para precipitar o combate em terra e surpreender o inimigo perpassou por todo o Livro III: *vide*, p. ex., os caps. VIII, XIX e XXVI.

292 - Como frisámos mais atrás (cap. XXXVIII, nota 268), Vegécio está a utilizar o termo “liburnas” com o sentido genérico de “navios de guerra”.

293 - *Asseres*: estacas (ou vigas).

294 - *Falces*: foices (ou ganchos).

295 - *Bipinnes*: bipeses (ou machadinhas de dois gumes).

296 - Sobre o aríete, *vide supra*, Livro IV, cap. XIV (e nota 231).

297 - Milner (1996:151, n. 3) observa que apenas Vegécio descreve o *asser* como se fosse um aríete naval. Geralmente (*vide* Tito Lívio, Apiano, Quinto Cúrcio ou Júlio César), o *asser* é apresentado como uma viga em que é instalada um arpéu (*barpago*).

298 - Sobre os navios de reconhecimento e exploração, *vide supra*, Livro IV, cap. XXXVII (e nota 267).

299 - Tal como recorda Milner (1996:152, n. 1), já no final do Livro III (cap. XXVI) Vegécio renunciara a discutir o tema da cavalaria, uma vez que a realidade militar coeva tornara obsoleta a velha doutrina sobre a matéria. Segundo Milner, “a *Epitoma* não pretendia ser uma Arte da Guerra completa, mas sim uma crítica aos fracassos e às estratégias correntes”.

300 - Conforme assinala Milner (1996:152, n. 1), “tendo em conta a predilecção de Vegécio por prólogos e epílogos, o livro IV termina de forma abrupta; uma comparação com o Livro III, cap. XXVI sugere a possibilidade de um epílogo de toda a obra ter, neste caso, saído da tradição. Todavia, uma vez que a secção naval é apresentada na antiga Sinopse como um apêndice, sendo-lhe concedido pouca relevância à entrada do cap. XXXI do Livro IV, pode muito bem ter acontecido que Vegécio não entendeu ser necessário um outro epílogo, após o que deixou dito no final do cap. XXX”.

(Página deixada propositadamente em branco)

ANEXOS

(Página deixada propositadamente em branco)

I. Índice Temático¹

- **ACAMPAMENTOS:**

- **Disposição** de um acampamento: Livro III, cap. VIII (e nota 159: acampamentos de marcha e acampamentos permanentes: traçado e evolução no Alto e no Baixo-Impérios).
- **Escolha do local, construção, traçado e fortificação:** Livro I, caps. XXI a XXV.

- **ALIMENTAÇÃO E SAÚDE:**

- **Anona:** Livro I, cap. XIII, nota 27 (geral).
- **Como evitar a fome**, que é mais cruel do que o ferro: Livro III, cap. III; e Livro III, cap. IX.
- **Cuidados a ter** com a saúde dos militares: Livro III, cap. II.
- **Dieta base:** Livro II, cap. XXIII, nota 130.

- **ARMAMENTO (INDIVIDUAL):**

- **Arco:** Livro I, cap. XV, nota 28.
- **Bebra** (tipo de dardo): Livro I, cap. XX, nota 51.
- **Capacete:** Livro I, cap. XVI, nota 32.
- **Catafracta** (couraça): Livro I, cap. XVI, nota 33; Livro III, cap. XXIII, nota 206. *Vide* também *clibanarius* (Livro III, cap. XXIV, nota 211).
- **Escudo:** Livro I, cap. XI, nota 20; e Livro II, cap. XVIII.
- **Funda:** Livro I, cap. XVI, nota 35; e Livro III, cap. XIV.
- **Fustíbalo:** Livro I, cap. XVI, nota 34; e Livro III, cap. XIV.
- **Gaesum** (tipo de lança/dardo): Livro II, cap. XIV, nota 94.
- **Gládio:** Livro I, cap. XI, nota 21.
- **Grevas:** Livro I, cap. XX, nota 47; e Livro II, cap. I, nota 63.
- **Lança:** Livro II, cap. XIV, nota 94.
- **Lorigas:** Livro I, cap. XVI, nota 33.
- **Mattiobarbulus** (tipo de dardo): Livro I, cap. XVII, nota 37.
- **Pilum** (tipo de dardo): Livro I, cap. XX, nota 49.

- **Plumbata** (tipo de dardo): Livro I, cap. XVII, nota 36.
 - **Punhal**: Livro II, cap. XV, nota 98.
 - **Sarissa**: Livro III, cap. XXIV, nota 212.
 - **Semispatha**: Livro II, cap. XV, nota 98.
 - **Spatha**: Livro II, cap. XV, nota 97.
 - **Spiculum** (tipo de dardo): Livro II, cap. XV; e Livro IV, cap. XXIX, nota 251.
 - **Tragula** (tipo de lança): Livro II, cap. XIV, nota 94; e Livro II, cap. XV, nota 106.
 - **Tríbulo**: Livro III, cap. XXIV.
- **ARMAMENTO (MÁQUINAS DE GUERRA):**
 - **Arcuballista**: Livro II, cap. XV, nota 107.
 - **Balista**: Livro IV, cap. XXII, nota 244.
 - **Carroballista**: Livro II, cap. XXV, nota 131; e Livro IV, cap. XXII, nota 244.
 - **Catapulta**: Livro IV, cap. XXII, nota 244.
 - **Escorpião**: Livro IV, cap. XXII, nota 244.
 - **Manuballista**: Livro II, cap. XV, nota 107; e Livro IV, cap. XXII, nota 244.
 - **Ónagro**: Livro IV, cap. XXII, nota 244.
- **ARMAMENTO (OFICINAS DE FABRICO E REPARAÇÃO):**
 - Livro II, cap. XI (e nota 89).
- **AUXILIA (TROPAS AUXILIARES):**
 - **Ausência de artilharia pesada**: Livro IV, cap. XXII, nota 244.
 - **Cavalaria auxiliar e *numeri***: Livro II, cap. XIV, nota 93.
 - **Diferença entre “legião” e “tropas auxiliares”**: Livro II, cap. II.
 - **Proporção de auxiliares num acampamento**: Livro III, cap. I (final).
 - **Vexillatio / Vexillationes**: Livro II, cap. VI, nota 75 (as *vexillationes* na reforma de Galieno, 260–268 d.C.); e Livro III, cap. IV (e nota 148: *vexillatio*, significado no Alto e no Baixo-Império).
- **BATALHAS (REFERÊNCIAS DESENVOLVIDAS):**
 - **Áccio** (31 a.C.): Livro IV, cap. XXXIII, nota 260 (batalha naval entre Marco António e Octaviano com a vitória deste último que ditou o fim da República romana e o início do Império).
 - **Adrianopla** (378 d.C.): Livro III, cap. XI, nota 175 (derrota e morte do imperador Valente às mãos de uma coligação de Godos, Hunos e Alanos chefiada por Fritigerno).
 - **Aquae Sextiae** (101 a.C.): Livro III, cap. X, nota 174 (vitória de Mário em Aix-en-Provence sobre os Teutões e os Ambrões, no contexto das guerras de Roma contra Cimbrós, Teutões e seus aliados, 104-101 a.C.).

- **Canas** (216 a.C.): Livro II, cap. IV, nota 71 (Aníbal Barca aniquila estrondosamente um exército de oito legiões romanas chefiado pelos cônsules Lúcio Emílio Paulo e Gaio Terêncio Varrão, no contexto da Segunda Guerra Púnica).
 - **Ilipa** (206 a.C.): Livro III, cap. XX, nota 202 (Cipião Africano vence as forças de Asdrúbal Giscão e Magão Barca, irmão de Aníbal, numa batalha que constitui o canto do cisne da presença cartaginesa na Hispânia).
 - **Jerusalém**, cerco de (70 d.C.): Livro IV, cap. XIV, nota 231 (uma das operações militares mais relevantes da Guerra Judaica de 66-74 d.C., chefiada por Tito, filho do imperador Vespasiano, e detalhadamente descrita pelo escritor Flávio Josefo). *Veja também*, no Livro IV, cap. XXII, a nota 244.
 - **Jugurtina**, guerra (112-105 a.C.): Livro III, cap. X, nota 173 (guerra contra Jugurta, sobrinho e filho adoptivo do príncipe Micipsa da Numídia, antigo aliado de Roma na guerra contra Cartago).
 - **Numância**, cerco de (133 a.C.): Livro III, cap. X, nota 172 (operação concretizada por Cipião Emiliano e que terminou com a derrota e destruição da cidade hispânica rebelde de Numância, último episódio da revolta iniciada em 153 a.C. pela tribo celtibera dos Belos).
 - **Piratas**, guerra de Pompeu contra os (67 a.C.): Livro IV, cap. XXXI, nota 255 (operação fulminante, autorizada pela célebre *lex Gabinia*, de limpeza do Mediterrâneo Ocidental e do Mediterrâneo Oriental, mares que estavam infestados de piratas que punham em causa o próprio abastecimento de cereais na Península Itálica).
 - **Zama** (202 a.C.): Livro III, cap. XXIV, nota 215 (Públio Cornélio Cipião ganha direito ao título de “Africano” ao esmagar, no Norte de África, Aníbal Barca na batalha que vingou a humilhação romana em Canas, 14 anos antes, e que praticamente pôs fim à Segunda Guerra Púnica).
- **BATALHAS (REFERÊNCIAS BREVES):**
- **Amida**, cerco de (359 d.C.): Livro IV, cap. XXII, nota 244 (os Persas atacam o Norte da Mesopotâmia e assediam a cidade de Amida que, apesar de defendida por oito legiões romanas e socorrida pelo mestre das milícias Ursicino, acaba por capitular).
 - **Ásculo** (279 a.C.): Livro III, cap. XXIV, nota 210 (derrota romana às mãos de Pirro, rei do Epiro, que recorreu à utilização de elefantes neste combate travado na Península Itálica).
 - **Avarico**, cerco de (52 a.C.): Livro IV, cap. XIV, nota 231; e Livro IV, cap. XXII, nota 244 (famosa operação militar de Júlio César no contexto da guerra nas Gálias, contra Vercingetorige, chefe dos Gauleses rebeldes).
 - **Creta** (72 a.C.): Livro IV, cap. XXXI, nota 255 (derrota de Marco António, pai do futuro triúmviro, em batalha naval contra os piratas, travada ao largo de Creta).
 - **Crisópolis** (324 d.C.): Livro IV, cap. XXXI, nota 258 (Constantino I derrota o rival Licínio naquela que é considerada por alguns como a última grande batalha naval da Antiguidade, travada na região da actual Turquia).
 - **Estrasburgo** (357 d.C.): Livro III, cap. XVIII, nota 200 (importante vitória de Juliano, ainda enquanto *César*, sobre os Alamanos).

- **Ilhas Egates** (241 a.C.): Livro III, Prólogo, nota 134 (batalha naval travada a oeste da Sicília e que terminou com a vitória de Roma sobre Cartago, pondo termo à Primeira Guerra Púnica).
- **Jotapata**, cerco de (67 d.C.): Livro IV, cap. XXII, nota 244 (Vespasiano, que se tornaria imperador dois anos mais tarde, assedia Jotapata com forte artilharia, no contexto da rebelião na Judeia contra o domínio romano de 66-74, conhecida como “Guerra Judaica”).
- **Magnésia** (190 ou 189 a.C.): Livro III, cap. XVII, nota 199 (vitória romana, sob o comando do cônsul Lúcio Cipião, numa das batalhas mais importantes da Guerra Síria, contra Antíoco III, líder selêucida).
- **Malvento** (275 a.C.): Livro III, cap. XXIV, nota 210 (vitória romana pondo fim à guerra entre Roma e Pirro, rei do Epiro, iniciada cinco anos antes e que já conduzira os Romanos às derrotas nas batalhas do rio Síris e de Ásculo).
- **Maratona** (490 a.C.): Livro III, cap. I, nota 138 (célebre batalha que terminou com a vitória dos Gregos sobre Dario I, rei da Pérsia).
- **Pélio** (335 a.C.): Livro IV, cap. XXII, nota 244 (Alexandre Magno vence os Ilírios num dos seus primeiros combates no Norte da Macedónia).
- **Pidna** (168 a.C.): Livro III, cap. XXIV, nota 210 (o cônsul Lúcio Emílio Paulo alcança uma vitória inequívoca na Grécia, sobre o rei Perseu, pondo praticamente termo à Terceira e última das Guerras Macedónicas).
- **Plateias** (479 a.C.): Livro III, cap. I, nota 138 (batalha onde Xerxes, rei da Pérsia, que invadira a Grécia em 480 a.C., saiu novamente derrotado, após o desastre sofrido em Salamina).
- **Ponte Mílvia** (312 d.C.): Livro I, cap. XVI, nota 32; e Livro III, cap. X, nota 170 (vitória de Constantino I, às portas de Roma, sobre o seu rival Maxêncio).
- **Queroneia** (86 a.C.): Livro III, cap. XXIV, nota 209 (os Romanos, liderados por Sula, derrotam Arquelau, general do rei do Ponto, Mitridates).
- **Rio Alália** (390; ou 387 a.C., segundo Políbio): Livro IV, Prólogo, nota 224 (vitória dos Gauleses chefiados por Breno, a que se seguiu o saque de Roma e o cerco do Capitólio).
- **Rio Frígido** (394 d.C.): Livro III, cap. XIV, nota 177 (o imperador romano Teodósio I vence o seu rival Eugénio num combate travado na actual Eslovénia e onde, segundo Santo Agostinho e Orósio, contou com a ajuda de um “vento miraculoso”).
- **Rio Mutul** (109 a.C.): Livro III, cap. X, nota 173 (difícil vitória romana em combate confuso travado no contexto da Guerra Jugurtina, no Norte de África); e Livro III, cap. XXIV, nota 210 (uso de elefantes por parte de Jugurta, rei da Numídia).
- **Rio Síris** (280 a.C.): Livro III, cap. XXIV, nota 210 (derrota romana no Sul da Península Itálica às mãos de Pirro, rei do Epiro, que recorreu à utilização de elefantes).
- **Salamina** (480 a.C.): Livro III, cap. I, nota 138 (célebre batalha naval em que Xerxes, rei da Pérsia, que invadira a Grécia com um imenso exército, saiu derrotado).
- **Teutoburgwald** (9 d.C.): Livro I, cap. XVI, nota 32; e Livro II, cap. III, nota 69 (famoso massacre de três legiões romanas, seis coortes de infantaria auxiliar e três alas de cavalaria, chefiadas pelo legado provincial Varo, surpreendidas durante a marcha

por uma força de Germanos rebelde liderada por Armínio numa zona florestal da região de Kalkriese, perto da actual Osnabrück, Alemanha).

- **Termópilas**, desfiladeiro das (191 a.C.): Livro III, cap. XVII, nota 199 (os Romanos, sob o comando de Marco Acílio Glabrião, travam a invasão da Grécia, em apoio da Liga Etólia, por Antíoco III, o líder selêucida, no contexto da Guerra Síria).
- **Vercelas** (101 a.C.): Livro III, cap. X, nota 174 (os cônsules Mário e Cátulo vencem o rei dos Cimbrós, Boiorige, celebrando depois o triunfo na guerra contra Cimbrós e Teutões iniciada em 104 a.C.).
- **Zela** (47 a.C.): Livro III, cap. XXIV, nota 209 (os Romanos, liderados por Júlio César, derrotam Fárnaces, rei do Bósforo e filho de Mitridates, rei do Ponto, um dos mais encarniçados adversários de Roma).

• **CHEFES MILITARES (EXÉRCITO ROMANO)²:**

- **Agripa** (legado de Octaviano): Livro IV, cap. XXXIII, nota 260 (batalha naval de Áccio, em 31 a.C., contra Marco António, onde o genro do futuro Octávio Augusto terá comandado a ala esquerda da frota do filho adoptivo de Júlio César, posto que se destacou pelas suas conquistas no noroeste da Hispânia, entre 29 e 19 a.C.).
- **Alarico** (Visigodo que chegou a chefiar exércitos romanos): Livro II, cap. IX, nota 87 (ascensão a mestre das milícias, no período dos imperadores Arcádio e Honório, fins do séc. IV – inícios do séc. V d.C.); e Livro IV, Prólogo, nota 224 (saque de Roma, em 410 d.C.).
- **Albino**, Espúrio Postúmio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 173 (responsável por um ataque mal sucedido contra Jugurta, em 110 a.C.).
- **Albino**, Aulo Postúmio (irmão do cônsul Espúrio Postúmio Albino): Livro III, cap. X, nota 173 (Guerra Jugurtina, 112-105 a.C., durante a qual foi ludibriado e cercado por Jugurta, sendo forçado a um pacto humilhante que o Senado romano recusaria).
- **Atílio Régulo** (cônsul): Livro III; Prólogo, nota 134 (venceu o exército cartaginês em África, durante a Primeira Guerra Púnica, mas seria derrotado e capturado em 255 a.C., por um exército cartaginês reformado pelo conselheiro espartano Xantipo).
- **Atílio Régulo**, Marco (cônsul): Livro II, cap. IV, nota 71 (derrotado na batalha de Canas, em 216 a.C., onde comandava, enquanto procônsul, o grosso das legiões posicionadas ao centro, juntamente com o seu par Servílio Gémino).
- **Aulo**, Quinto Pompeu (cônsul): Livro III, cap. X, nota 172 (cercou Numância e obteve a rendição da praça, mas em condições que o Senado romano não aceitou, tendo sido enviado, em 137 a.C., um novo cônsul contra os Numantinos: Gaio Hostílio Mancino).
- **Belisário** (general bizantino): Livro II, cap. XXIII, nota 130 (o fabrico do biscoito e os *buccellarii* da guarda pessoal de Belisário, na 1.ª metade do séc. VI d.C.).
- **Carbão**, Gneu Papírio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 174 (um dos cônsules que fracassaram, no seu caso em 113 a.C., na tentativa para esconjurar o perigo de Cimbrós e Teutões e dos seus aliados Ambrões, Tíгурinos e outros, que ameaçavam cruzar os Alpes e atacar directamente a Península Itálica).

- **Cátulo**, Quinto Lutácio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 174 (batalha de *Vercellae*, contra os Cimbros, em 101 a.C., de que saiu vencedor, juntamente com o seu par, o cônsul Gaio Mário).
- **Cepião**, Quinto Servílio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 172 (enviado em 140 a.C. para a Hispânia Ulterior, no contexto da guerra contra Viriato, líder dos Lusitanos, cujo assassinato veio a promover); Livro III, cap. X, nota 174 (um dos cônsules romanos que fracassaram, no seu caso, em 107 a.C., na tentativa de dominar os Cimbros, os Teutões e os seus aliados).
- **César**, Júlio (ditador): Livro III, cap. XXIV, nota 209 (vitória sobre Fárnares, rei do Bósforo, na batalha de Zela, em 47 a.C.); Livro IV, cap. XXII, nota 244 (cerco de Avarico, em 52 a.C., no contexto da guerra nas Gálias).
- **Cipião Africano**, Públio Cornélio (cônsul): Livro II, cap. IV, nota 71 (participação na batalha de Canas, em 216 a.C.); Livro III, cap. XXIV, nota 215 (vitória sobre Aníbal na batalha de Zama, em 202 a.C., que decidiu a Segunda Guerra Púnica, valendo-lhe a denominação de “Africano”); Livro III, cap. XX, nota 210 (vitória sobre Asdrúbal Giscão e Magão Barca, irmão de Aníbal, na batalha de Ilipa, em 206 a.C.).
- **Cipião Emiliano**, Públio Cornélio (cônsul, filho natural de Lúcio Emílio Paulo, o conquistador da Macedónia, neto adoptivo de Cipião Africano): Livro III, cap. X, nota 172 (vencedor da Guerra Numantina, terminada em 133 a.C. com o cerco e destruição da cidade hispânica rebelde de Numância; Cipião Emiliano seria por isso apelidado de “Numantino”).
- **Constantino I** (imperador): Livro I, cap. XVI, nota 32 e Livro III, cap. X, nota 170 (vitória sobre o rival Maxêncio na batalha de Ponte Mílvia, em 312 d.C.).
- **Corbulão**, Gneu Domício (legado imperial, celebrado pelas suas campanhas na Germânia e na Arménia, forçado ao suicídio por Nero, em 67 d.C.): Livro II, cap. XXIII, nota 130 (guerras contra a Pártia, pelo controlo da Arménia, 58-64 d.C.); Livro IV, cap. XXII, nota 244 (captura de Volando, na Arménia, entre 56 e 58 d.C.).
- **Crasso**, Marco Licínio (triúmviro): Livro II, cap. XXIII, nota 130 (vitória na Guerra Servil contra Espártaco e os escravos rebeldes, em 72-71 a.C., por um valioso comandante militar que morreria na batalha de Carras, em 53 a.C., na sequência de uma mal sucedida invasão da Pártia).
- **Dagalaifo** (oficial do exército de Juliano): Livro III, cap. VI, nota 155 (comando da retaguarda da coluna de marcha do imperador Juliano, durante a campanha na Pérsia, em 363 d.C.).
- **Druso Nero** (Cláudio): Livro I, cap. XX, nota 49 (campanhas na Germânia, entre c. 12-9 a.C., deste muito popular enteado de Augusto, irmão do futuro imperador Tibério e pai de Germânico e do futuro imperador Cláudio, falecido precocemente na sequência da queda de um cavalo, em 9 a.C.).
- **Emílio Paulo**, Lúcio (cônsul, filho do cônsul morto na batalha de Canas e pai natural de Cipião Emiliano): Livro IV, cap. XXIV, nota 210 (vencedor da batalha de Pidna, em 168 a.C., que praticamente pôs fim à terceira e última das Guerras Macedónicas).
- **Estilício** (um dos mais famosos chefes militares romanos de origem vândala): Livro I, cap. XX, nota 51 (representação no díptico de Monza); e Livro II, cap. IX, nota 87

- (ascensão a mestre das milícias, no período dos imperadores Arcádio e Honório, fins do séc. IV – inícios do séc. V d.C.).
- **Fábio Máximo Buteão** (filho de Fábio Máximo Emiliano): Livro III, cap. X, nota 172 (conduziu os voluntários ao teatro das operações, no início da campanha de seu tio Cipião Emiliano na Hispânia, a qual levaria ao cerco e destruição de Numância, em 133 a.C.).
 - **Fábio Máximo Emiliano** (cônsul, irmão mais velho de Cipião Emiliano): Livro III, cap. X, nota 172 (campanha incompleta na Hispânia Ulterior, contra Viriato, líder dos Lusitanos, em 145 a.C.; acompanharia mais tarde Cipião Emiliano como legado principal do exército deste, na campanha que conduziria à rendição e destruição de Numância, em 133 a.C.).
 - **Fábio Máximo Serviliano** (irmão adotivo de Fábio Máximo Emiliano e de Cipião Emiliano): Livro III, cap. X, nota 172 (campanha brutal mas, por fim, mal sucedida, na Hispânia Ulterior, contra os Lusitanos de Viriato, em 142 a.C.).
 - **Filipe**, Quinto Márcio (cônsul): Livro IV, cap. XXIV, nota 210 (marcha temerária da Tessália até à Macedônia, através das montanhas e com elefantes de guerra, em 169 a.C., no contexto da Terceira Guerra Macedônica, 172–167 a.C.).
 - **Fravita** (chefe militar romano de origem visigoda, dos fins do séc. IV–inícios do séc. V d.C.): Livro I, cap. XIII, nota 25 (preocupação com o treino dos soldados); Livro II, cap. IX, nota 87 (ascensão a mestre das milícias, no período dos imperadores Arcádio e Honório); e Livro IV, cap. XXXI, nota 258 (construção de uma frota de guerra equipada com liburnas).
 - **Frigério** (oficial do imperador Valente): Livro III, cap. XI, nota 175 (comando das tropas auxiliares da Panônia e da Transalpina nas vésperas da batalha de Adrianopla, 378 d.C.).
 - **Gaína** (chefe militar romano de origem goda): Livro II, cap. IX, nota 87 (ascensão a mestre das milícias, no período dos imperadores Arcádio e Honório, fins do séc. IV – inícios do séc. V d.C.).
 - **Galba**, Sérvio Sulpício (pretor): Livro III, cap. X, nota 172 (autor de graves massacres na Hispânia Ulterior sobre os Lusitanos, os quais estiveram na origem da revolta de Viriato, em 147 a.C.).
 - **Galba** (candidato a imperador durante a guerra civil de 68–69 d.C., subsequente à morte de Nero, contando para tal com o apoio das tropas hispânicas): Livro IV, cap. XXII, nota 244 (corte de cordas de balistas inimigas durante o combate contra Vitélio, em Cremona, em 69 d.C.).
 - **Glabrião**, Marco Acílio: Livro III, cap. XVII, nota 199 (comandante do exército romano na vitória obtida no desfiladeiro das Termópilas, em 191 a.C., no contexto da Guerra Síria contra Antíoco III).
 - **Juliano** (*César* em 355 d.C., imperador em 361–363): Livro I, cap. X, nota 19 (campanha contra os Alamanos); Livro I, cap. XIII, nota 25 (treino de esgrima); Livro I, cap. XVI, nota 33 (uso de unidade de catafractas); Livro II, cap. XXIII, nota 130 (cuidados com o abastecimento); Livro III, cap. III, nota 144 (medidas excepcionais de distribuição da anona); Livro III, cap. VI, nota 155 (organização de coluna de

- marcha); Livro III, cap. X, nota 170 (supressão dos “domésticos” não ligados às *scholae palatinae*); Livro III, cap. XVIII, nota 200 (batalha de Estrasburgo, em 357); Livro IV, cap. XVIII, nota 235 (uso de *malleoli* ou projecteis incendiários); Livro IV, cap. XXXI, nota 258 (transporte de homens pelo rio Danúbio e de navios de guerra e navios-ponte).
- **Lélio**: Livro III, cap. XXIV, nota 215 (liderou, num dos flancos, a cavalaria romana durante a decisiva batalha de Zama, em 202 a.C.).
 - **Licínio**: Livro I, cap. VII, nota 11; e Livro IV, cap. XXXI, nota 258 (grande rival de Constantino I, derrotado por este na batalha naval de Crisópolis, em 324 d.C., na sequência da qual se renderia, acabando por ser enforcado).
 - **Longino**, Lúcio Cássio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 174 (um dos cônsules romanos que fracassaram, no seu caso, em 107 a.C., na tentativa de dominar os Cimbro, os Teutões e os seus aliados, que ameaçavam cruzar os Alpes e atacar a Península Itálica).
 - **Lúcio Cipião** (cônsul): Livro III, cap. XVII, nota 199 e Livro IV, cap. XXIV, nota 210 (vitória sobre Antíoco III, rei selúcida da Síria, na batalha de Magnésia, em 190 ou 189 a.C.).
 - **Lúcio Emílio Paulo** (cônsul): Livro II, cap. IV, nota 71 (derrotado e morto na batalha de Canas, em 216 a.C., às mãos do exército cartaginês de Aníbal Barca, durante a Segunda Guerra Púnica).
 - **Lúcio Márcio** (oficial de Cipião Africano): Livro III, cap. XX, nota 202 (comandante, juntamente com Marco Júnio Silano) da ala esquerda de Cipião Africano na vitória de Ilipa, em 206 a.C., sobre os Cartagineses).
 - **Luculo**, Lúcio Licínio (questor, senador, general): Livro III, cap. X, nota 172 (Guerra Numantina, 143–133 a.C.); Livro III, cap. I, nota 138 (guerra contra Mitridates, rei do Ponto, 74–68 a.C.).
 - **Lupicino** (oficial do imperador Valente): Livro III, cap. XI, nota 175 (morte nas vésperas da batalha de Adrianopla, 378 d.C.).
 - **Málio** (ou Mânlio, início do séc. IV a.C.): Livro IV, cap. XXVI, nota 248: resistência heróica ao cerco do Capitólio pelos Gauleses liderados por Breno, em 390 (ou 387) a.C., valendo-lhe o *cognomen* de *Capitolinus*.
 - **Málio Máximo**, Gneu (cônsul): Livro III, cap. X, nota 174 (um dos cônsules romanos que fracassaram, no seu caso, em 105 a.C., na tentativa de dominar os Cimbro, os Teutões e os seus aliados, que ameaçavam cruzar os Alpes e atacar a Península Itálica).
 - **Malobaudes** (general do imperador Graciano, 367–383 d.C.): Livro III, cap. XI, nota 175 (dupla vitória sobre os Lemtienses, uma fracção dos Alamanos, pouco antes da batalha de Adrianopla 378).
 - **Mancino**, Gaio Hostílio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 172 (substituiu, em 137 a.C., o cônsul Quinto Pompeu Aulo na luta contra a cidade hispânica rebelde de Numância, mas a campanha terminou em desastre).
 - **Marcelo**, Marco Cláudio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 172 (um dos cônsules romanos a fracassar na Hispânia Citerior, no decurso da Guerra Numantina, 143–133 a.C.).

- **Marco Antônio** (pretor, pai do futuro triúnviro com o mesmo nome): Livro IV, cap. XXXI, nota 255 (derrotado pelos piratas em 72 a.C., numa batalha naval ao largo de Creta).
- **Marco Antônio** (triúnviro): Livro IV, cap. XXXIII, nota 260 (derrota na batalha naval de Áccio, em 31 a.C., às mãos do rival Octaviano).
- **Mário**, Gaio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 174 (nota geral sobre este importante reformador do exército republicano romano, 157-86 a.C., com destaque para a guerra contra Cimbrós e Teutões e a batalha de *Aquae Sextiae*); Livro IV, cap. XXIV, nota 210 (vitória na “Guerra Jugurtina”, em 105 a.C.). Referido diversas vezes nos Comentários e Notas.
- **Maxêncio**: Livro I, cap. VII, nota 11; Livro I, cap. XVI, nota 32; e Livro III, cap. X, nota 170 (aclamado pela guarnição de Roma em 306 d.C., este filho do ex-imperador Maximiano foi um dos principais rivais de Constantino I, tendo sido derrotado por este na batalha de Ponte Mília, em 312 d.C.).
- **Metelo**, Quinto Cecílio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 172 (campanha na Hispânia Ulterior, onde conseguiu a rendição dos Arevacos, em 143 a.C.); e Livro III, cap. X, nota 173 (guerra contra Jugurta, príncipe da Numídia, 109-107 a.C.).
- **Nanieno** (general do imperador Graciano, 367-383 d.C.): Livro III, cap. XI, nota 175 (dupla vitória sobre os Lemtienses, uma fracção dos Alamanos, pouco antes da batalha de Adrianopla, 378).
- **Nobilior**, Quinto Fúlvio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 172 (outro dos cônsules romanos a fracassar na Hispânia Citerior, no decurso da Guerra Numantina, 143-133 a.C.).
- **Octaviano** (triúnviro, futuro Octávio Augusto, primeiro imperador de Roma, 27 a.C.-14 d.C., o criador das bases do exército imperial romano): Livro IV, cap. XXXIII, nota 260 (vitória na batalha naval de Áccio, em 31 a.C., sobre o seu rival Marco Antônio).
- **Octávio**, Gneu (tribuno militar): Livro II, cap. IV, nota 71 (derrotado na batalha de Canas, em 216 a.C.).
- **Otão** (candidato a imperador durante a guerra civil de 68-69 d.C., subsequente à morte de Nero, contando para tal com o apoio das tropas pretorianas): Livro I, cap. XVI, nota 35 (conflito armado com Vitélio, junto ao rio Pó, com utilização de fundibulários).
- **Pompeu Magno**, Gneu (triúnviro): Livro I, cap. IX, nota 17 (nota genérica sobre este célebre general, 106-48 a.C., várias vezes referido); Livro III, caps. I e XXII, notas 138 e 205 (guerra contra Mitridates, rei do Ponto, 67-66 a.C.); e Livro IV, cap. XXXI, nota 255 (guerra contra os piratas, 67 a.C.).
- **Profuturo** (*rector* do imperador Valente): Livro III, cap. XI, nota 175 (campanha de Adrianopla, 378 d.C.).
- **Ricomero** (conde dos domésticos do imperador Valente): Livro III, cap. X, nota 170; e Livro III, cap. XI, nota 175 (batalha de Adrianopla, 378 d.C., onde Ricomero foi o 2.º comandante romano, tendo assumido a chefia do exército após a consumação do desastre).

- **Rufo**, Públio Rutílio (tribuno militar): Livro III, cap. X, nota 172 (Guerra Numantina, 143–133 a.C., em que poderá ter integrado a comitiva de Cipião Emiliano, tendo feito da expedição uma descrição detalhada, que seria mais tarde aproveitada pelo escritor Apiano); Livro III, cap. X, nota 173 (Guerra Jugurtina, 112-105 a.C., onde integrou a comitiva do cônsul Quinto Cecílio Metelo).
- **Sebastião** (*magister peditum* do imperador Valente): Livro III, cap. XI, nota 175 (campanha de Adrianopla, 378 d.C.).
- **Semprônio Tuditano**, Públio (tribuno militar): Livro II, cap. IV, nota 71 (derrotado na batalha de Canas, em 216 a.C.).
- **Sertório**, Quinto (senador e general, exilado de Roma durante a ditadura de Sula): Livro I, cap. VII, nota 10 (nota geral sobre este grande comandante militar, 125–72 a.C., que obteve os seus principais triunfos na Hispânia, como general rebelde respondendo ao apelo de uma delegação de Lusitanos, pois teve a má sorte de se empenhar no lado perdedor da guerra civil).
- **Servílio Gémino**, Gneu (cônsul): Livro II, cap. IV, nota 71 (derrotado na batalha de Canas, em 216 a.C., onde comandava, enquanto procônsul, o grosso das legiões posicionadas ao centro, juntamente com o seu par Marco Atílio Régulo).
- **Silano**, Marco Júnio (propretor): Livro III, cap. XX, nota 202 (comandante, juntamente com Lúcio Márcio) da ala esquerda de Cipião Africano na vitória de Ilipa, em 206 a.C., sobre os Cartagineses).
- **Silano**, Marco Júnio (cônsul): Livro III, cap. X, nota 174 (um dos cônsules romanos que fracassaram, no seu caso, em 109 a.C., na tentativa de dominar os Cimbro, os Teutões e os seus aliados, que ameaçavam cruzar os Alpes e atacar directamente a Península Itálica).
- **Sula** (ditador): Livro III, cap. I, nota 138 (guerra contra Mitridates, rei do Ponto, 88-85 a.C.).
- **Tito** (filho do imperador Vespasiano e ele próprio futuro imperador de Roma, 79-81 d.C.): Livro IV, cap. XIV, nota 231 (cerco de Jerusalém, 70 d.C.); e Livro IV, cap. XXII, nota 244 (uso de artilharia poderosa na Guerra Judaica de 66–74 d.C.).
- **Trajano** (*rector* do imperador Valente): Livro III, cap. XI, nota 175 (campanha de Adrianopla, 378 d.C.).
- **Ursicino** (mestre das milícias que tentou socorrer a praça de Amida, na Mesopotâmia, em 359 d.C.): Livro II, cap. IX, nota 87 (progressão emblemática na carreira: sucessivamente governador, mestre da infantaria e mestre da cavalaria).
- **Valente** (imperador): Livro III, cap. XI, nota 175 (derrota e morte na batalha de Adrianopla, em 378 d.C., às mãos do rei visigodo Fritigerno).
- **Varrão**, Gaio Terêncio (cônsul): Livro II, cap. IV, nota 71 (um dos cônsules derrotados na batalha de Canas, em 216 a.C., às mãos do exército cartaginês de Aníbal Barca, durante a Segunda Guerra Púnica).
- **Varo**, Públio Quintílio (legado provincial da Germânia): Livro I, cap. XI, nota 20; Livro I, cap. XVI, nota 32; Livro I, cap. XX, nota 49; e Livro II, cap. III, nota 69 (este antigo governador da Síria e marido de uma filha de Agripa, o genro de Augusto,

- ficou ligado ao massacre de um exército romano, surpreendido por uma força de Germanos liderada por Armínio em 9 d.C., em Teutoburgwald).
- **Vento**, Marco Perperna: Livro I, cap. VII, nota 10 (o principal colaborador militar do general romano rebelde Quinto Sertório na Hispânia, acabou no entanto por estar ligado ao seu assassinato numa festa promovida em 72 a.C.).
 - **Vespasiano** (imperador em 69–79 d.C., iniciador da dinastia dos Flávios): Livro II, cap. VII (acrescento dos *flaviales* às legiões); Livro III, cap. VIII, nota 159 (portas dos acampamentos); Livro IV, cap. XIV, nota 231 (cercos de Jotapata, em 67 d.C., e de Massada, no contexto da rebelião contra Roma desencadeada na Judeia); Livro IV, cap. XXII, nota 244 (uso de artilharia na Guerra Judaica de 66–74 d.C.).
 - **Victor** (*magister equitum*, de origem sármata, do imperador Valente): Livro III, cap. XI, nota 175 (campanha de Adrianopla, 378 d.C.).
 - **Vitélio**, Gaio (pretor): Livro III, cap. X, nota 172 (pretor romano capturado e morto pelos Lusitanos, na sequência da revolta destes em 147 a.C., em resposta aos massacres perpetrados por Galba).
 - **Vitélio** (candidato a imperador durante a guerra civil de 68-69 d.C., subsequente à morte de Nero, contando para tal com o apoio das legiões germânicas): Livro I, cap. XVI, nota 35 (conflito armado com Otão, junto ao rio Pó, com utilização de fundibulários); e Livro IV, cap. XXII, nota 244 (uso de balistas durante o combate contra Galba, em Cremona, em 69 d.C.).
- **CHEFES MILITARES (OUTROS EXÉRCITOS):**
- **Alexandre Magno** (rei da Macedónia): Livro IV, cap. XXII, nota 244 (vitória sobre os Ilírios na batalha de Pélío, em 335 a.C.).
 - **Aníbal Barca** (o mais célebre general cartaginês): Livro I, cap. XXVIII; Livro II, cap. IV, nota 71 (invasão da Península Itálica e vitória estrondosa na batalha de Canas, em 216 a.C.); Livro III, Prólogo; Livro III, cap. XXIV, nota 210 (uso de elefantes na batalha de Zama, em 202 a.C.); e Livro III, cap. XXIV, nota 215 (derrota na batalha de Zama, às mãos de Cipião Africano, a que se seguiria mais tarde o exílio na Síria, na corte de Antíoco III, e o suicídio c. 183 a.C.).
 - **Antíoco III, o Grande** (rei selêucida da Síria): Livro III, cap. XVIII, nota 199 (Guerra Síria, 192-189 a.C.); e Livro III, cap. XXIV, notas 207, 209 e 210 (batalhas de Termópilas, 191 a.C., e Magnésia, 190 ou 189 a.C., onde terá recorrido a quadrigas falcadas).
 - **Armínio** (líder rebelde germano, príncipe dos Queruscus): Livro II, cap. III, nota 69 (antigo servidor do exército romano, chegou a receber a cidadania romana e o estatuto de cavaleiro mas, em 9 d.C., foi o responsável pela aniquilação de um exército romano chefiado pelo legado provincial e seu amigo Varo, surpreendido durante uma marcha florestal em Teutoburgwald).
 - **Arquelau** (general de Mitridates, rei do Ponto): Livro III, cap. XXIV, nota 209 (uso de quadrigas falcadas na batalha de Queroneia, em 86 a.C.).
 - **Artoces** (rei da Ibéria, nas margens do Mar Negro): Livro III, cap. XXII, nota 205 (campanha contra Pompeu, em 65 a.C.).

- **Asdrúbal Giscão** (general cartaginês): Livro II, cap. IV, nota 71 (um dos comandantes cartagineses na vitória de Canas, em 216 a.C.); Livro III, cap. XX, nota 202 (derrota na batalha de Ilipa, em 206 a.C.); Livro III, cap. XXIV, nota 210 (recurso ao uso de elefantes na batalha de Ilipa, 206 a.C.); e Livro III, cap. XXIV, nota 215 (participação na derrota de Zama, 202 a.C.).
- **Breno** (inícios do séc. IV a.C.): Livro IV, Prólogo, nota 224 (líder dos Gauleses que derrotaram os Romanos no rio Alália, após o que saquearam Roma e cercaram o Capitólio, em 390 a.C.).
- **Ciro, o Grande** (rei da Pérsia): Livro III, cap. XXIV, nota 209 (utilização de quadrigas falcadas ou “carros citas”).
- **Dario I** (rei da Pérsia, 521-486 a.C., conquistador de uma parte das Índias, da Trácia e da Iónia): Livro III, cap. I, nota 138 (batalha de Maratona, 490 a.C.).
- **Demétrio I Poliorcetes** (rei da Macedónia, sucessor de Alexandre Magno): Livro IV, cap. XX, nota 236 (o “conquistador de cidades”, conduziu o cerco de Rodes em 305-304 a.C.).
- **Fárnaces** (rei do Bósforo, filho de Mitridates, rei do Ponto): Livro III, cap. XXIV, nota 209 (uso de quadrigas falcadas na batalha de Zela, em 47 a.C., contra Júlio César).
- **Fritigerno** (rei dos Visigodos): Livro III, cap. XI, nota 175 (vitória deste rei ariano sobre o imperador Valente na batalha de Adrianopla, em 378 d.C.).
- **Hanão**: Livro II, cap. IV, nota 71 (comandante da cavalaria nómida ao serviço de Cartago na vitoriosa batalha de Canas, em 216 a.C.).
- **Jugurta** (rei da Numídia): Livro III, cap. X, nota 173 e cap. XXIV, nota 210 (Guerra Jugurtina contra Roma, 112-105 a.C., com uso de elefantes na batalha do rio Mutul, em 109 a.C.).
- **Maárbal**: Livro II, cap. IV, nota 71 (comandante da cavalaria de reserva cartaginesa na vitoriosa batalha de Canas, em 216 a.C.).
- **Magão Barca** (general cartaginês, irmão de Aníbal Barca): Livro II, cap. IV, nota 71 (um dos líderes cartagineses na vitória de Canas, em 216 a.C.); Livro III, cap. XX, nota 202 (derrota na batalha de Ilipa, em 206 a.C.); Livro III, cap. XXIV, nota 210 (recurso ao uso de elefantes na batalha de Ilipa, em 206 a.C.).
- **Masinissa** (príncipe nómida): Livro III, cap. XX, nota 202 (chefe da cavalaria ligeira nómida aliada dos Cartagineses na derrota de Ilipa, em 206 a.C.); e Livro III, cap. XXIV, nota 215 (liderou a cavalaria nómida aliada de Roma na batalha vitoriosa de Zama, em 202 a.C.).
- **Mitridates** (rei do Ponto, Ásia Menor): Livro III, cap. I, nota 138 (três guerras contra Roma: 88-85 a.C.; 83-82 a.C. e 74-66 a.C.).
- **Perseu** (rei da Macedónia, filho de Filipe V): Livro III, cap. XXIV, nota 210 (derrota na Terceira Guerra Macedónica contra Roma, 172-167 a.C.; tentativa frustrada de criação de um sistema ‘anti-elefante’).
- **Pirro** (rei do Epiro): Livro III, cap. XXIV, nota 210 (guerra contra Roma, 280-275 a.C. – batalhas do rio Síris, 280 a.C., de Ásculo, 279 a.C., e de Malvento, 275 a.C.).

- **Sósilo** (de origem grega, foi conselheiro militar de Aníbal durante parte da Segunda Guerra Púnica): Livro III, Prólogo, nota 135.
 - **Tiqueo**: Livro III, cap. XXIV, nota 215 (chefe da cavalaria ligeira númida aliada dos Cartagineses na derrota sofrida em Zama, em 202 a.C.).
 - **Viriato** (chefe dos Lusitanos): Livro III, cap. X, nota 172 (líder da revolta iniciada em 147 a.C. pelos Lusitanos, na Hispânia Ulterior, em resposta aos excessos praticados pelo pretor romano Sérvio Sulpício Galba; seria assassinado em 139 a.C., enquanto dormia, no contexto de uma conspiração urdida pelo cônsul romano Quinto Servílio Cepião, que para o efeito subornou alguns dos chefes principais de Viriato).
 - **Xantipo** (general espartano): Livro III, Prólogo e nota 134 (contratado em 256 a.C. pelos Cartagineses, como conselheiro, no contexto da Primeira Guerra Púnica, tendo vencido logo no ano seguinte o cônsul Atílio Régulo).
 - **Xerxes** (rei da Pérsia, 486–465 a.C.): Livro III, cap. I, nota 138 (derrotado na batalha naval de Salamina, em 480 a.C. e na batalha campal de Plateias, em 479 a.C.).
- **CIDADES, PAÍSES, LUGARES, REGIÕES, MARES E RIOS**
(REFERIDOS POR VEGÉCIO):
- **Acaia**: Livro IV, cap. XXXI.
 - **Áccio**: Livro IV, cap. XXXIII; e Livro IV, cap. XXXVII.
 - **África**: Livro III, cap. X; Livro III, cap. XXIII; Livro III, cap. XXIV; e Livro IV, cap. XXXI.
 - **Campânia**: Livro IV, cap. XXXII.
 - **Campo de Marte**: Livro I, cap. X.
 - **Capitólio**: Livro IV, Prólogo; Livro IV, cap. IX; e Livro IV, cap. XXVI.
 - **Chipre**: Livro IV, cap. XXXI.
 - **Creta**: Livro IV, cap. XXXI.
 - **Dalmácia**: Livro IV, cap. XXXIII.
 - **Danúbio**: Livro IV, cap. XLVI.
 - **Diadertina**: Livro IV, cap. XXXIII.
 - **Egipto**: Livro IV, cap. XXXI.
 - **Épiro**: Livro IV, cap. XXXI.
 - **Gália(s)**: Livro III, cap. X; e Livro IV, cap. XXXI.
 - **Hispânia(s)**: Livro III, cap. X; e Livro IV, cap. XXXI.
 - **Ilhas Baleares**: Livro I, cap. XVI.
 - **Ilíria**: Livro I, cap. XVII.
 - **Índia**: Livro I, cap. XXVIII.
 - **Itália**: Livro III, Prólogo.
 - **Libúrnica**: Livro IV, cap. XXXIII.

- **Lucânia:** Livro III, cap. XXIV.
 - **Macedónia:** Livro IV, cap. XXXI.
 - **Mar Iónico:** Livro IV, cap. XXXII.
 - **Mauritânia:** Livro IV, cap. XXXI.
 - **Miseno:** Livro IV, cap. XXXI; e Livro IV, cap. XXXII.
 - **Numídia:** Livro III, cap. XXIV.
 - **Oriente:** Livro III, cap. XXIV; e Livro IV, cap. XXXI.
 - **Ponto:** Livro IV, cap. XXXI.
 - **Propôntida:** Livro IV, cap. XXXI.
 - **Ravena:** Livro IV, cap. XXXI; e Livro IV, cap. XXXII.
 - **Roma:** Livro I, cap. XX; Livro IV, Prólogo; Livro IV, cap. IX; Livro IV, cap. XXVI; e Livro IV, cap. XXXI.
 - **Sardenha:** Livro IV, cap. XXXI.
 - **Sicília:** Livro IV, cap. XXXI.
 - **Tibre:** Livro I, cap. III; e Livro I, cap. X.
- **DEUSES E IMPERADORES (REFERIDOS POR VEGÉCIO):**
 - **Adriano** (117–138 d.C.): Livro I, cap. VIII; e Livro I, cap. XXVII.
 - **Cláudio** (41–54 d.C.): Livro I, cap. XV.
 - **Cristo:** Livro II, cap. V.
 - **Deus:** Livro I, Prólogo; Livro II, cap. V; Livro II, cap. XVIII; Livro II, cap. XXI; Livro III, cap. V; e Livro IV, cap. XL.
 - **Diocleciano** (284–305 d.C.): Livro I, cap. XVII.
 - **Espírito Santo:** Livro II, cap. V.
 - **Fortuna:** Livro IV, cap. XLV.
 - **Graciano** (367–383 d.C.): Livro I, cap. XX.
 - **Marte:** Livro I, cap. VI; Livro I, cap. XXVIII; e Livro III, Prólogo.
 - **Maximiano** (285–305 d.C.): Livro I, cap. XVII.
 - **Octávio Augusto** (27 a.C.–14 d.C.): Livro I, Prólogo; Livro I, cap. VIII; Livro I, cap. XXVII; Livro II, cap. VII; e Livro IV, cap. XXXIII.
 - **Trajano** (98–117 d.C.): Livro I, cap. VIII; e Livro II, cap. III.
 - **Vespasiano** (69–79 d.C.): Livro II, cap. VII.
 - **ENGENHOS DE CERCO (SITIADORES):**
 - **Agger** (rampas de aproximação): Livro IV, cap. XIV, nota 231.
 - **Aries** (aríete): Livro IV, cap. XIV, notas 230 e 231.
 - **Cuniculum** (cava): Livro IV, cap. XXIV.

- **Escadas:** Livro IV, cap. XXI.
 - **Exostra** (ponte): Livro IV, caps. XVII e XXI.
 - **Mantas:** Livro IV, cap. XV, nota 232.
 - **Manteletes:** Livro IV, cap. XVI.
 - **Ponte Sambuca:** Livro IV, cap. XXI, nota 239.
 - **Talude:** Livro IV, cap. XV.
 - **Testudo** (tartaruga): Livro I, cap. XI, nota 20; Livro IV, cap. XIV, notas 229, 230 e 231.
 - **Toleno:** Livro IV, cap. XXI, nota 241.
 - **Torres móveis:** Livro IV, cap. XVII, nota 234; e Livro IV, cap. XX, nota 236.
 - **Vineae** (abrigos): Livro IV, cap. XV, nota 232.
- **ENGENHOS (E OUTROS RECURSOS) DE CERCO (SITIADOS):**
 - **Colchão:** Livro IV, cap. XXIII.
 - **Coluna:** Livro IV, cap. XXIII.
 - **Falárica:** Livro IV, cap. XVIII.
 - **Laço:** Livro IV, cap. XXIII.
 - **Lobo:** Livro IV, cap. XXIII.
 - **Malleoli** (projecteis incendiários): Livro IV, cap. XVIII, nota 235.
- **ESCRITORES³:**
 - **Apiano** (c. 95 – c. 170 d.C.): Livro III, cap. X, nota 172 (aproveitamento, por este autor de origem grega que escreveu em Roma na época do imperador Antonino Pio, 138–161 d.C., de uma descrição detalhada da campanha de Cipião Emiliano na Hispânia preparada pelo tribuno Públio Rútílio Rufo); Livro IV, cap. XLVI, nota 297 (descrição de *asser*).
 - **Arriano** (n. c. 90 d.C., governador da Capadócia ao tempo do imperador Adriano, 117-138): Livro III, cap. VI, nota 155 (colunas de marcha); Livro III, cap. VIII, nota 159 (descrição de um acampamento permanente no Mar Negro, em *Périplo do Ponto Euxino*); e Livro IV, cap. XLIV, nota 289 (combate naval). Arriano é autor de dois breves tratados em grego: *Disposição de marcha e ordem de batalha contra os Alanos*, descrevendo operações na Capadócia, em grande parte dedicado ao imperador Antonino Pio, 138-161, o sucessor de Adriano; e *A táctica*, sobre o treino da cavalaria.
 - **Ausônio** (poeta notável, educador de Graciano, o imperador romano do Ocidente entre 367 e 383): Livro III, cap. XI, nota 175.
 - **Catão-o-Antigo** ou **Catão-o-Censor**, Marco Pórcio (232–149 a.C.): Livro I, cap. XV, nota 29 (nota geral sobre o autor daquela que terá sido a principal fonte de Vegécio, combatente na guerra contra Aníbal Barca e no desfiladeiro das Termópilas, tribuno e questor de Cipião Africano na Sicília, embaixador na Grécia, grande defensor da

cultura e da língua latinas, adepto das tradições romanas, homem de vida austera e muito ligada ao ambiente rural; referido diversas vezes por Vegécio e também nos nossos Comentários e Notas).

- **Celso**, Aulo Cornélio (inícios do séc. I d.C.): citado por Vegécio, no Livro I, cap. VIII, como uma das suas principais fontes. Escritor ilustre, pertencia à poderosa família dos Cornélios e viveu na época dos imperadores Augusto (27 a.C.–14 d.C.) e Tibério (14–37 d.C.). Terá sido também o autor de um importante tratado médico (*vide* nota 14).
- **César**, Júlio (c. 100–44 a.C.): diversas referências nas notas 17, 20, 21, 28, 32, 35, 49, 59 (Livro I), 94, 105, 130 (Livro II), 155 (Livro III), 231, 244, 255 e 297 (Livro IV), entre outras, na sua maioria alusivas aos célebres *Comentários* sobre a guerra nas Gálias, uma das maiores referências da prosa latina clássica e uma fonte importante (apesar do seu teor propagandístico e auto-elogioso) que cobre as operações conduzidas por Júlio César na Gália entre os anos de 58 e 51 a.C..
- **Dion Cássio** (c. 163–235 d.C.): referências nas notas 20 (Livro I), 73 e 109 (Livro II). Senador romano da região oriental da Grécia e autor de uma *História de Roma* (parcialmente perdida) que se prolonga até à época em que viveu.
- **Eneias-o-Táctico** (meados do séc. IV a.C.): Livro IV, cap. XX, nota 236 (autor grego, considerado por alguns como o primeiro e o historicamente mais importante dos escritores militares antigos, celebrizado pelos seus escritos sobre como sobreviver em situação de cerco).
- **Estácio**, Públio Papínio (c. 40/50 – 95/96 d.C.): Livro IV, cap. XXI, nota 238 (autor de uma *Tebaida* em que o episódio central é a mítica guerra dos Sete contra Tebas).
- **Flo**ro, Públio Ânio (c. 70? – c. 140?): referência isolada a este autor latino, que publicou um breve trabalho sobre a história do Império Romano durante o reinado do imperador Adriano, no Livro III, cap. XIV, nota 177 (explicação para a derrota de Canas: os factores naturais, como o sol, o vento e o pó).
- **Frontino**, Sexto Júlio (c. 35–103 d.C.): Livro II, cap. III, nota 70 (nota geral sobre este pretor, cônsul e governador militar da Bretanha em meados de 70, amplamente referido nos Comentários e Notas e autor da célebre compilação de estratégias militares antigas, gregas e romanas, *Strategemata*, uma das melhores fontes de Vegécio, que se refere expressamente a Frontino no Livro I, cap. VIII e no Livro II, cap. III).
- **Homero**: Livro I, cap. V (referência à bravura do pequeno Tideu, personagem retirada da *Iliada*; veja-se também a nota 8).
- **João-o-Lídio** (séc. VI): Livro III, cap. XIX, nota 112 (referência aos arquivos militares por parte de um servidor de Justiniano, funcionário dos serviços da prefeitura do pretório de Constantinopla e mais tarde professor de latim a nível superior e também historiador das instituições romanas desde a sua origem que é, juntamente com a *Notitia Dignitatum* – v. Livro I, cap. XI, nota 20 –, uma das fontes de carácter administrativo mais importantes para o estudo do exército romano do Baixo-Império: relações de efectivos, comando das legiões, treino militar, categorias, carreiras, etc.).

- **Josefo**, Flávio (nascido c. 37 d.C.): Livro IV, cap. XIV, nota 231 (nota geral sobre este comandante judeu que lutou contra Roma e que, depois de preso no cerco de Jotapata, em 67 d.C., se passou para o lado de Roma, tendo descrito detalhadamente algumas grandes operações militares da Guerra Judaica, como, p. ex., o cerco de Jerusalém, sob o patronato de Tito); amplamente referido nos Comentários e Notas (p. ex. no Livro III, cap. VI, nota 155, sobre a organização das colunas de marcha; no Livro III, cap. VIII, nota 159, sobre a construção de acampamentos; ou no Livro IV, cap. XXII, nota 244, sobre o uso intensivo de artilharia durante a Guerra Judaica).
- **Marcelino**, Amiano (c. 330 – c. 395): Livro I, cap. X, nota 19 (indicação genérica sobre este oficial do exército do imperador Juliano na parte oriental da Grécia e, simultaneamente, a nossa melhor fonte sobre a máquina de guerra romana entre 353 e 378; é amplamente utilizado nos Comentários e Notas).
- **Onesandro** (meados do séc. I d.C.): referência isolada no Livro III, cap. VI, nota 155 (dispositivos de marcha). Onesandro (ou Onosandro) foi um filósofo grego de orientação doutrinal platônica (redigiu um comentário sobre a *República* de Platão, hoje perdido), mas que se destacou também pela autoria do tratado *Strategikos*, onde descreve as qualidades que, de acordo com a tradição grega, devia possuir o perfeito general (em língua inglesa, a obra é muitas vezes citada por *The General*). Este tratado parece ter sido elaborado durante o reinado de Cláudio (41–54 d.C.), sendo dedicado a Quinto Verânio (cônsul em 49 d.C. e governador da Bretanha, m. em 59 d.C.).
- **Orósio**, Paulo (c. 390 – c. 431): referências pontuais no Livro III, cap. XI, nota 175 (batalha de Adrianopla), no Livro III, cap. XIV, nota 177 (o “vento miraculoso” que ajudou Teodósio I na batalha de Rio Frígido), no Livro III, cap. XXIV, nota 215 (batalha de Zama) e no Livro IV, cap. XXXIII, nota 260 (batalha naval de Áccio). Presbítero bracarense e historiador, nascido em Tarragona e falecido no Norte de África; homem de grande erudição e discípulo de Santo Agostinho, autor da célebre *Historiarum libri VII adversus paganos*.
- **Paterno**, Públio Tarutieno (2.^a met. séc. II d.C.): citado por Vegécio, no Livro I, cap. VIII, como uma das suas fontes e um “defensor zelosíssimo do direito militar”. Foi prefeito do pretório sob os imperadores Marco Aurélio (161-180 d.C.) e Cómodo (180–192 d.C.).
- **Plauto**, Tito (c. 254 – 184 a.C.): Livro II, cap. XIV, nota 94 (referência a *tragula*, um tipo de lança). O maior dos comediógrafos da antiga Roma. É, juntamente com Terêncio, a grande referência do teatro latino da época republicana (Rocha Pereira, 2002:72). Infelizmente, da sua vasta produção chegaram até nós apenas 21 peças (uma delas incompleta).
- **Plutarco** (c. 46 – 120 d.C.): Livro I, cap. VII, nota 10 (elogio de Sertório); Livro I, cap. XV, nota 29 (biografia de Catão); Livro I, cap. XX, nota 49 (modificações introduzidas por Mário no *pilum*); e Livro III, cap. X, nota 174 (batalha de *Aquae Sextiae*). Escritor grego, autor das célebres *Vidas Paralelas* (em que compara, aos pares, as biografias de figuras distintas das histórias da Grécia e de Roma), mas também de *Moralia* e de outros importantes tratados.

- **Políbio** (c. 203 – c. 120 a.C.): Livro I, cap. XI, nota 20 (nota geral sobre este Grego que chegou a lutar contra Roma na Terceira Guerra Macedônica, sendo depois autor da melhor história da guerra romana para o período 264–146 a.C.); Cf. em especial, entre diversas citações: Livro I, cap. XX, nota 49 (descrição das lanças de arremesso da infantaria romana); Livro I, cap. XXI, nota 52 (imagem do acampamento como uma cidade); Livro III, cap. VIII, nota 159 (construção de acampamentos); e Livro III, cap. X, nota 172 (possível presença do escritor na campanha de Cipião Emiliano na Hispânia, em 134-133 a.C.).
- **Pseudo-Higino** (inícios do séc. II d.C.): Livro III, cap. VIII, nota 159 (construção de acampamentos, assunto a que se dedicou de modo especial este autor, de identificação complexa, no tratado *De metatione castrorum*).
- **Quinto Cúrcio** (séc. I d.C.): referência pontual no Livro IV, cap. XLVI, nota 297 (descrição de *asser*). Historiador latino, cuja obra (em especial a *História de Alexandre Magno*) se conhece bem melhor do que a sua vida, que terá decorrido, conforme os autores, entre os reinados de Augusto (27 a.C. – 14 d.C.) e de Septímio Severo (193–211 d.C.).
- **Salústio** (86-34 a.C.): referências pontuais no Livro I, cap. IV (citação de Vegécio, sobre o treino da juventude), no Livro I, cap. IX (citação de Vegécio, sobre as qualidades físicas de Pompeu) e no Livro III, cap. XXI, nota 204. Serviu sob as ordens de César durante a campanha das Gálias, mas acabou de forma precoce a sua carreira militar devido a um escândalo quando era governador em África, tendo-se a partir de então concentrado na escrita (*Conspiração de Catilina, Guerra Jugurtina e História de Roma*).
- **Santo Agostinho** (m. em Hipona, no Norte de África, em 430 d.C.): referência pontual no Livro III, cap. XIV, nota 177 (o “vento miraculoso” que ajudou Teodósio I na batalha de Rio Frígido). Aurélio Agostinho (baptizado em Milão por Santo Ambrósio, apenas em 387 d.C.) é um dos mais célebres doutores da Igreja e deu um contributo inestimável para a teologia e a filosofia cristãs. Fundou o mosteiro de Hipona, de cuja diocese tomou encargo em 396.
- **Tácito** (nascido c. 56 d.C.): referências pontuais nas notas 21, 33, 35 (Livro I), 93 (Livro II), 155 (Livro III) e 244 (Livro IV). Senador romano, um dos maiores historiadores latinos e autor de diversas obras de enfoque sobretudo político ou etnográfico mas ainda assim relevantes para a história militar dos anos 14 a 70 d.C. (em especial os *Anais* e as *Histórias*).
- **Teodoreto de Ciro** (387 – c. 450 d.C.): Livro I, cap. XIII, nota 25 (alusão a um ginásio militar em Antioquia por este teólogo, historiador e escritor grego que foi bispo de Ciro, na Síria, em 420 e que, por se revelar tão sábio na arte da guerra como na teologia, Le Bohec considera, em especial a sua *Correspondência*, como uma das principais fontes cristãs para o estudo do exército romano do Baixo-Império – Le Bohec, 2006:13 e 133).
- **Tertuliano** (c. 150 – c. 225): referência pontual no Livro II, cap. V, nota 73 (receptividade dos militares aos cultos orientais). Tertuliano foi um dos mais antigos e famosos escritores eclesiásticos do Ocidente, estando intimamente ligado à criação de uma literatura cristã em língua latina.

- **Tito Lívio** (59 a.C. – 17 d.C.): referências pontuais nas notas 3, 25, 28, 48 (Livro I), 71 (Livro II: batalha de Canas), 202 (Livro III: batalha de Ilipa), 215 (Livro III: batalha de Zama) e 297 (Livro IV). Autor de uma história latina de Roma *ab urbe condita*, em grande parte perdida e de teor fortemente patriótico, mas útil para o conhecimento da máquina militar romana (em especial nos períodos da guerra contra Aníbal, da Guerra Síria e das Guerras Macedónicas).
 - **Valério Máximo** (1.^a metade do séc. I d.C.): referência pontual no Livro I, cap. XV, nota 30. Autor menor mas muito popular na Idade Média pelo facto de os nove livros que dedicou ao imperador Tibério (14–37 d.C.) constituírem um vasto manancial de histórias de cercos e de batalhas, como que compondo uma espécie de enciclopédia da história militar antiga.
 - **Varrão**, Marco Terêncio (1.^a metade do séc. I a.C.): Livro IV, cap. XLI e nota 285 (autor polígrafo, responsável por uma importante obra náutica, hoje perdida mas a que Vegécio alude e que deve ter usado como fonte principal nos caps. XXXVIII a XLII do seu Livro IV).
 - **Virgílio**, Públio (70-19 a.C.): referências ao mais distinto dos poetas latinos no Livro I, cap. VI (citação das *Geórgicas*); Livro I, cap. XIX (citação das *Geórgicas*); Livro II, cap. I (alusão aos versos iniciais da *Eneida*: vide nota 61); Livro II, cap. XIV (a nota 94 alude a uma passagem da *Eneida* sobre um tipo de lança da região dos Alpes: a *alpina gaesa*); Livro IV, cap. XXXIII (a nota 260 alude ao facto de a batalha de Áccio ser referida na *Eneida*); Livro IV, cap. XLI e nota 284 (referência às informações fornecidas nas *Geórgicas* sobre movimentos de aves e peixes); e Livro IV, cap. XLI (a nota 285 alude ao uso, por Vegécio, das *Geórgicas* como fonte privilegiada desse capítulo sobre “prognósticos”).
 - **Zósimo** (séc. V d.C.): referências pontuais no Livro III, cap. I, nota 140 (reforma militar de Diocleciano) e no Livro III, cap. XI, nota 175 (batalha de Adrianopla). Historiador bizantino e hostil ao Cristianismo, autor de uma *História Nova* que comporta uma descrição pormenorizada do reinado de Teodósio II (Imperador Romano do Oriente em 408-450, a quem se deve o célebre *Código Teodosiano*, uma recolha de direito elaborada por sua ordem entre 429 e 438).
- **GUERRA NAVAL:**
 - **Geral** (Vegécio): Livro IV, caps. XXXI a XLVI.
 - **Guerra de Pompeu contra os piratas** (67 a.C.): Livro IV, cap. XXXI (nota 255).
 - **Marinha permanente** (constituição e evolução): Livro IV, cap. XXXI, nota 258.
 - **Navios de guerra** romanos: Livro IV, cap. XXXIII, nota 262.
 - **Navios de patrulha**: Livro IV, cap. XXXI, nota 258 (final); e Livro IV, cap. XXXVII, nota 267.
 - **Oficiais da marinha** (Alto-Império): Livro IV, cap. XXXII, nota 259.
 - **Táctica** do combate naval: Livro IV, cap. XLIV, nota 289.

• **IMPERADORES REFORMADORES⁴:**

- **Constantino I** (312/24 – 327 d.C.): Livro II, cap. IX, nota 87 (criação dos mestres das milícias); Livro III, cap. I, nota 140 (redução de efectivos das legiões); Livro III, cap. X, nota 170 (reforma da guarda imperial: dos *equites singulares Augusti* às *scholae palatinae*); Livro IV, cap. XXXI, nota 258 (reorganização da marinha); *vide* também “Recrutamento militar (Baixo-Império)”.
- **Diocleciano** (284–305 d.C.): Livro I, cap. XVII, nota 38 (reforma política, síntese: Diarquia Imperial e Tetrarquia Imperial); Livro II, cap. VII, nota 84 (reformas da hierarquia dos soldados); Livro II, cap. XI, nota 89 (criação das oficinas estatais de fabrico de armas); Livro III, cap. I, nota 140 (reforma militar, síntese: maior número de legiões, com menos efectivos e mais próximas da fronteira); e Livro IV, cap. XXXI, nota 258 (reorganização da marinha); *vide* também “Recrutamento militar (Baixo-Império)”; e “Alimentação e Saúde (anona)”.
- **Galiano** (260–268 d.C.): Livro II, cap. II, nota 67 (final) e Livro II, cap. VI, nota 75 (aumento do número de cavaleiros legionários); Livro II, cap. X, nota 88 (supressão dos cargos de comando reservados aos senadores); e Livro II, cap. XIV, nota 93 (investimento em novas unidades montadas).
- **Septímio Severo** (193–211 d.C.): Livro I, cap. XIII, nota 25 (presença de *campidoctores* na Guarda Pretoriana); Livro II, cap. V, nota 73 (renovação dos colégios militares); Livro II, cap. X, nota 88 (comando de legiões por prefeitos equestres); Livro II, cap. XIV, nota 93 (criação de um corpo de arqueiros osdroenos); e Livro II, cap. XX, nota 116 (depósito de poupanças na *arca* dos colégios militares); *vide* também “Alimentação e Saúde (anona)”.

• **LEGIÃO:**

- **Administração militar:** Livro II, cap. XIX (e nota 112).
- **Cálculos de efectivos** (Vegécio): Livro II, cap. VI (comentário na nota 75).
- **Centuriões:** Livro II, cap. VIII (e nota 85: hierarquia); Livro II, cap. XVI (armamento); e Livro II, cap. XXI (e nota 118: promoções).
- **Comando supremo:** Livro II, cap. IX (prefeito da legião, legado imperial e mestres das milícias: *vide* também a nota 87); Livro II, cap. X (prefeito do acampamento); Livro II, cap. X, nota 88 (enquadramento da chefia no Alto-Império: legado do exército, legado da legião, tribuno *laticlavius*, tribunos *angusticlavi*, tribuno *sexmenstris* e centuriões); e Livro III, cap. I (articulação entre os cônsules).
- **Composição** da legião: Livro II, cap. II (e nota 67).
- **Contubernium e contubernales:** Livro II, cap. VI, nota 75; Livro II, cap. VII (e nota 79); Livro II, cap. VIII (final); Livro II, cap. XIII (final); Livro II, cap. XIX (e nota 113); e Livro II, cap. XXI (final).
- **Corveias, munera e ordenanças (accensi):** Livro II, cap. VII (e notas 80 e 84); e Livro II, cap. XIX (e notas 111 e 114).
- **Decadência das legiões** (causas, segundo Vegécio): Livro II, cap. III.
- **Ferramentas e máquinas** (enumeração genérica): Livro II, cap. XXV.

- **Insígnias e símbolos:** Livro II, cap. XIII; Livro II, cap. XVI (cimeiras dos capacetes dos centuriões); e Livro III, cap. X, nota 174 (início: os estandartes da República e a águia de prata de Mário).
- **“Legião” vem de “eleger”:** Livro II, cap. I.
- **Manípulo:** Livro II, cap. XIII (e nota 92).
- **Senhas (*tesserae*) e sentinelas:** Livro II, cap. VII (e nota 80).
- **Títulos, graus e cargos dos oficiais:** Livro II, caps. VII a XII.
- **Vide** também “Imperadores Reformadores”.
- **Vide** também “Recrutamento Militar”.
- **Vide** também “Tática Militar”.

- **MARCHA:**
 - **Cuidados a ter** nas proximidades do inimigo: Livro III, cap. VI (geral: Vegécio).
 - **Formação em “az de espeto”,** para possíveis combates: Livro III, cap. XX.
 - **Organização das colunas de marcha:** tradição e evolução: Livro III, cap. VI, nota 155.
 - **Travessia de rios:** Livro III, cap. VII (e nota 158); e Livro III, cap. XXII (final).

- **MEMÓRIA (A IMPORTÂNCIA DE UMA “ARTE DA GUERRA” EM LIVRO):**
 - **Aquilo que fica escrito é eterno:** Livro II, cap. III (os exemplos de Catão e de Frontino).
 - **Da cavalaria não é preciso falar:** Livro III, cap. XXVI (o conhecimento actual sobre esta matéria supera o que vem nos livros).
 - **Dos navios de patrulha não é preciso falar:** Livro IV, cap. XLVI, último parágrafo do tratado (o conhecimento actual da matéria supera o proporcionado pelos livros).
 - **Fontes principais de Vegécio:** Livro I, cap. VIII, e nota 14 (Catão; Celso; Frontino; Paterno; e constituições de Augusto, de Trajano e de Adriano).
 - **Importância de dispor de uma arte militar por escrito:** Livro III, Prólogo (o exemplo pioneiro dos Espartanos, mais tarde seguido pelos Romanos); e Livro III, cap. X (início): a arte da guerra é superior a todas as outras.
 - **Importância dos ensinamentos dos antepassados** sobre a arte militar: Livro II, Prólogo (inclui a célebre referência à produção antecipada e em separado do Livro I de Vegécio e à ordem do imperador para que o autor completasse a sua obra).
 - **Os livros permitem recuperar os segredos da arte militar:** Livro III, cap. X.
 - **O tratado de Vegécio como um livrinho-súmula** feito a partir de todos os autores que reduziram a escrito a ciência da arte militar: Livro I, cap. VIII.
 - **Transmissão do testemunho da experiência** pelos autores mais notáveis e produção de um “manual de combate”: Livro III, Epílogo.
 - **vide** também “Escritores”.

- **POLIORCÉTICA (ASSÉDIOS DE CIDADES E FORTIFICAÇÕES):**
 - **Abastecimento** em víveres, armas, munições, água e sal: Livro IV, caps. VII-XI.
 - **Demétrio I Poliorcetes** (o “conquistador de cidades”): Livro IV, cap. XX, nota 236 (o cerco de Rodas, em 305-304 a.C., e a famosa torre *belepolis*).
 - **Elementos de defesa estática:** muros, terraplenos, grades, portas e fossos: Livro IV, caps. I-V.
 - **Métodos de ataque:** Livro IV, caps. XIII a XVII, XXI, XXIV, XXVII e XXX.
 - **Métodos de defesa:** Livro IV, caps. VI, XII, XVIII-XX, XXII, XXIII, XXV-XXVII e XXIX.
 - *Vide* também “Engenhos de cerco”.

- **POVOS (REFERIDOS POR VEGÉCIO):**
 - **Africanos:** Livro I, cap. I.
 - **Alanos:** Livro I, cap. XX; e Livro III, Epílogo.
 - **Ambrões:** Livro III, cap. X.
 - **Atenienses:** Livro I, cap. VIII; Livro I, cap. XXVIII; e Livro III, Prólogo.
 - **Bessos:** Livro II, cap. XI; e Livro IV, cap. XXIV.
 - **Bretões:** Livro IV, cap. XXXVII.
 - **Cartagineses:** Livro III, Prólogo; e Livro III, cap. XVII.
 - **Celtiberos:** Livro II, cap. II.
 - **Cimbros:** Livro III, cap. X.
 - **Dácios:** Livro I, cap. XXVIII.
 - **Dárdanos:** Livro II, cap. II.
 - **Epirotas:** Livro I, cap. XXVIII.
 - **Espartanos:** Livro III, cap. XVII.
 - **Gauleses:** Livro I, cap. I; Livro II, cap. II; e Livro IV, cap. XXVI.
 - **Germanos:** Livro I, cap. I.
 - **Godos:** Livro I, cap. XX.
 - **Gregos:** Livro I, cap. I; Livro I, cap. VIII; e Livro II, cap. II.
 - **Hispanos:** Livro I, cap. I.
 - **Hunos:** Livro I, cap. XX; e Livro III, Epílogo.
 - **Indianos:** Livro III, cap. XXIV; e Livro III, Epílogo.
 - **Lacedemónios:** Livro I, cap. VIII; Livro I, cap. XXVIII; Livro III, Prólogo; e Livro III, cap. X.
 - **Macedónios:** Livro I, cap. XXVIII; Livro II, cap. II; e Livro III, Prólogo.
 - **Mársios:** Livro I, cap. XXVIII.
 - **Mázaces:** Livro III, cap. XXIII.
 - **Mésios:** Livro I, cap. XXVIII.

- **Numantinos**: Livro I, cap. XV; e Livro III, cap. X.
 - **Pelignos**: Livro I, cap. XXVIII.
 - **Persas**: Livro I, cap. XXVIII; Livro III, cap. X; e Livro III, Epílogo.
 - **Ródios**: Livro IV, cap. XX.
 - **Romanos**: Livro I (Prólogo, cap. I, cap. III, cap. X, cap. XII e cap. XXVIII); Livro II (cap. II e cap. XXI); Livro III (Prólogo, cap. X e cap. XVII), e Livro IV (cap. XXIV)⁵.
 - **Samnitas**: Livro I, cap. XXVIII.
 - **Sarracenos**: Livro III, Epílogo.
 - **Tebanos**: Livro IV, cap. XXI.
 - **Tessálios**: Livro I, cap. XXVIII.
 - **Teutões**: Livro III, cap. X.
 - **Trácios**: Livro I, cap. XXVIII.
 - **Urcilianos**: Livro III, cap. XXIII.
- **RECRUTAMENTO MILITAR**:
 - **Geral** (Vegécio): Livro I, caps. II a VIII.
 - **República** (até Mário, c. 107 a.C.): Livro I, cap. XX, nota 48; e Livro III, cap. IX, nota 167.
 - **Reformas de Mário** (c. 107 a.C.): Livro III, cap. X, nota 174.
 - **Alto-Império** (sécs. I-III d.C.): Livro II, cap. V, nota 72 (síntese).
 - **Baixo-Império** (sécs. IV-V d.C.): Livro I, cap. VII, nota 11 (síntese).
 - **Aptidões intelectuais** (contar e escrever): Livro II, cap. XIX.
 - **Efectivos**: Livro II, cap. II, nota 67.
 - **Juramento** (por Deus e pelo imperador): Livro II, cap. V (e nota 73).
 - **Soldos** e poupanças obrigatórias: Livro II, cap. XX (e nota 116).
 - **Substituições anuais**: Livro II, cap. III, nota 69.
 - *Vide* também “Imperadores Reformadores”.
 - **TÁCTICA MILITAR**⁶:
 - **República** (antes de Mário, c. 107 a.C.): Livro I, cap. XX, nota 48; e Livro III, cap. XIV.
 - **República** (depois de Mário, c. 107 a.C.): Livro II, cap. VI, nota 75; e Livro II, cap. XV, nota 96.
 - **Alto-Império** (sécs. I-III d.C.): Livro II, cap. VI, nota 75; e Livro II, cap. XV, nota 96.
 - **Riscos de uma batalha campal**: Livro III, cap. IX (ao fim de duas ou três horas, todas as esperanças se desvanecem; evitar o combate em campo aberto: surpreender o inimigo, em vez de o enfrentar; avaliação de forças e recursos, nossos e do

adversário; a decisão de precipitar ou não o combate; evitar conduzir guerreiros inexperientes para a batalha; a decisão final do general, sobre dar ou evitar a batalha); Livro III, cap. XI (a batalha como dia incerto: dia fatal ou dia de vitória completa); e Livro III, cap. XII (a avaliação do estado de espírito dos guerreiros e os discursos de encorajamento).

- **Impossibilidade, na guerra, de corrigir os erros:** Livro I, cap. XIII (segundo Catão).
- **Controlo do sol, do pó e do vento:** Livro II, cap. IV, nota 71 (o sol na batalha de Canas, em 216 a.C.); e Livro III, cap. XIV (início): o general deve ter em atenção estes três aspectos, antes de formar a linha de batalha.
- **Vantagens das legiões** sobre as tropas auxiliares: Livro II, cap. II.
- **Disposição da legião** na linha de batalha: Livro II, cap. XV.
- **Ordenação da linha** de batalha: Livro III, cap. XIV.
- **Profundidade e distância** entre linhas: Livro III, cap. XV.
- **Orientação dos soldados em combate:** Livro II, cap. XIII (estandartes e penachos); Livro II, cap. XVIII (registos nos escudos); Livro II, cap. XXII (sinais sonoros: *tubicines*, *cornicines* e *bucinatores*); e Livro III, cap. V (os sinais militares: “vocais”, “semi-vocais” e “mudos”; *vide* também nota 150: o *vexillum* como “sinal mudo”).
- **Posicionamento dos comandantes** no campo de batalha: Livro III, cap. XVIII.
- **Grito de guerra** (*barritus*). Livro III, cap. XVIII (e nota 200); *vide* também o Livro III, cap. X, nota 174 (gritos de guerra dos Teutões e dos Ambrões).
- **Como é que a legião combatia:** Livro II, cap. XVII.
- **Dispositivos** em “cunha” (ou “cabeça de porco”), em “tenaz”, em “serra” e o *globus*: Livro III, caps. XVIII e XIX.
- **Dispositivos especiais** contra camelos, catafractários, quadrigas falcadas e elefantes: Livro III, caps. XXIII e XXIV (e notas 206 a 216).
- **Uso da cavalaria:** Livro III, cap. XVI.
- **Uso de reservas:** Livro III, cap. XVII (e nota 199: batalha de Magnésia, em 190 ou 189 a.C.).
- **Os sete modos de dar batalha:** Livro III, cap. XX (enunciação dos sete principais dispositivos de combate, segundo Vegécio).
- **Deixar um caminho de fuga** para melhor aniquilar os adversários: Livro III, cap. XXI (e nota 204); *vide* também o Livro IV, cap. XXV.
- **Retirada em caso de insucesso; risco de emboscadas:** Livro III, cap. XXII.
- **Batalhas de resultado indeciso, prevenção do desastre e recuperação** física e psicológica de um exército: Livro III, cap. XXV (e nota 217); *vide* também o Livro III, cap. X (e notas 172 a 174: os exemplos de Cipião Emiliano, de Metelo e de Mário).
- **Regras gerais da guerra** (os 32 ‘mandamentos’ para uma condução bem sucedida da guerra, segundo Vegécio): Livro III, cap. XXVI.

- **TREINO MILITAR:**

- **Custos:** Livro I, cap. XXVIII (última frase do Livro I): é preferível treinar bem os nossos soldados a contratar estrangeiros a soldo; Livro II, cap. I (os peões são mais baratos do que os cavaleiros e, podendo actuar em todos os terrenos, são mais necessários ao Estado).
- **“Exército” vem de “exercício”:** Livro II, cap. I.
- **Geral** (Vegécio): Livro I, caps. IX a XIX (tipo de exercícios, treino nos postes com armas embotadas, prática da *armatura*, arremesso de mísseis, equitação); Livro I, caps. XXVI-XXVIII (agilização dos dispositivos de combate; marcha e corrida; exortação da arte militar); e Livro II, caps. XXIII-XXIV (recapitulação de exercícios propedêuticos e comparação com outras artes).
- **Locais de treino:** Livro II, cap. XXIII, nota 129.

(Página deixada propositadamente em branco)

II. Tábua Cronológica⁷

(490 a.C. – 476 d.C.)⁸

ANTES DE CRISTO:

- 490: Batalha de Maratona (vitória grega sobre Dario I, rei da Pérsia).
- 480: Batalha naval de Salamina (vitória grega sobre Xerxes, rei da Pérsia, que invadira a Grécia nesse ano com um imenso exército de perto de 200 000 homens).
- 479: Batalha de Plateias (os Gregos voltam a derrotar o rei Xerxes da Pérsia).
- 396: Cerco de Siracusa (os Cartagineses assediam a cidade, mas Dionísio I, c. 430-367 a.C., consegue resistir).
- 390 (ou 387): cerco do Capitólio (Roma) pelos Gauleses chefiados por Breno, depois de estes terem derrotado os Romanos no rio Alália.
- 371: Batalha de Leuctras, em que os Tebanos, liderados por Epaminondas, derrotam o exército de Esparta com recurso a um modelo tático inovador.
- 343-341: Primeira Guerra Samnita (os Samnitas, povo guerreiro e pastor habitante de Sâmnio, região da antiga Península Itálica, revelaram-se adversários aguerridos de Roma).
- 338 Batalha de Queroneia, que assinala o domínio da Grécia pelos exércitos macedónicos de Filipe II e de seu filho Alexandre Magno, mau grado a resistência dos exércitos confederados de Atenas e Tebas.
- 335: Batalha de Pélio: Alexandre Magno derrota os Ilírios, numa das suas primeiras batalhas travadas no Norte da Macedónia.
- 326-304: Segunda Guerra Samnita.
- 298-290: Terceira Guerra Samnita.
- 280:275: Guerra contra Pirro, rei do Epiro.
- 280: Batalha do Rio Siris (vitória de Pirro sobre os Romanos).
- 279: Batalha de Ásculo (nova derrota romana às mãos de Pirro).
- 275: Batalha de Malvento (vitória romana, decisiva, sobre Pirro).
- 264-241: Primeira Guerra Púnica.
- 241: Batalha naval ao largo das ilhas Egates, a oeste da Sicília (Roma vence Cartago).

- 218-201: Segunda Guerra Púnica.
- 218: (Novembro): Batalha do rio Ticino (a poderosa cavalaria do general cartaginês Aníbal Barca, que acabava de invadir o Norte da Península Itálica após uma lendária travessia dos Alpes, vindo da Península Ibérica, desbarata uma força de cavalaria romana chefiada pelo cônsul Públio Cornélio Cipião).
- 218: (Dezembro): Batalha de Trébia (Aníbal, que pela primeira vez defronta um exército romano completo, esmaga dois exércitos consulares adversários comandados por Semprônio Longo, na planície ocidental do rio Trébia).
- 217: Batalha do Lago Trasimeno (Aníbal surpreende, numa emboscada, o exército romano do cônsul Flamínio, massacrando ou aprisionando a quase totalidade da força adversária).
- 216: Batalha de Canas (estrondosa derrota romana, às mãos do general cartaginês Aníbal Barca).
- 214-205: Primeira Guerra Macedónica.
- 213-211: Tomada de Siracusa por Marco Cláudio Marcelo (após um renhido cerco, que constituiu uma manifestação do poder da maquinaria de cerco concebida por Arquimedes, nativo desta cidade).
- 206: Batalha de Ilipa (Cipião Africano derrota Asdrúbal Giscão e trava as ambições cartaginesas na Hispânia).
- 202: Batalha de Zama (Cipião Africano derrota os Cartagineses, comandados por Aníbal, vingando a derrota de Canas e pondo praticamente fim à Segunda Guerra Púnica).
- 200-196: Segunda Guerra Macedónica.
- 192-189: Guerra Síria, contra Antíoco III, o rei selêucida.
- 191: Batalha do desfiladeiro das Termópilas (Marco Acílio Glabrião trava a invasão da Grécia, em apoio da Liga Etólia, por Antíoco III).
- 190 (ou 189): Batalha de Magnésia (vitória de Lúcio Cipião sobre Antíoco III).
- 172-167: Terceira Guerra Macedónica.
- 168: Batalha de Pidna (a vitória de Lúcio Emílio Paulo praticamente assegura a vitória de Roma nas Guerras Macedónicas).
- 154-138: Guerra Lusitana (com o assassinato, em 139, de Viriato).
- 149-148: Quarta Guerra Macedónica.
- 149-146: Terceira Guerra Púnica (que termina com a destruição de Cartago, por Cipião Emiliano).
- 143-133: Guerra Numantina (na Península Ibérica, terminando com o cerco e destruição de Numância, junto ao rio Douro, por Cipião Emiliano, que aniquila as revoltas dos Celtiberos na Hispânia).
- 112-105: Guerra Jugurtina (contra Jugurta, rei da Numídia).
- 109: Batalha do rio Mutul (onde Jugurta recorre à utilização de elefantes).
- 101: Batalha de *Aquae Sextiae* (vitória de Mário sobre os Teutões).

-
- 101: Batalha de Vercelas (vitória dos cônsules Mário e Cátulo sobre o rei dos Cimbro).
 - 91-88: “Guerra Social” (última grande rebelião dos aliados itálicos de Roma).
 - 88: Guerra Civil: marcha de Sula sobre Roma.
 - 88-85: Primeira guerra contra Mitridates, rei do Ponto, Ásia Menor (Sula).
 - 86: Batalha de Queroneia (Sula derrota Arquelau, general de Mitridates).
 - 86: Morte de Mário.
 - 83-82: Segunda guerra contra Mitridates (Luculo).
 - 82-72: Campanhas de Sertório, general exilado de Roma durante a ditadura de Sula, na Hispânia (Sertório acaba por ser assassinado em 72, depois de muito acochado e fragilizado pelas forças reunidas de Pompeu e Metelo).
 - 74-66: Terceira guerra contra Mitridates (Pompeu).
 - 73-70: “Guerra Servil” (revolta de escravos, chefiada por Espártaco, que seria esmagada por Crasso, com mão-de-ferro).
 - 72: Batalha naval ao largo de Creta (os piratas derrotam Marco Antônio, pai do futuro triúviro).
 - 67: Campanha de Pompeu no Mar Mediterrâneo, contra os piratas.
 - 61 ou 60: Primeiro Triunvirato (aliança entre Pompeu, Júlio César e Crasso).
 - 58-50: Campanhas de César na Gália.
 - 54: Invasão da Bretanha por César.
 - 52: Cerco de Avarico por Júlio César; Batalha de Alésia (no contexto da segunda grande rebelião gaulesa contra César, comandada por Vercingetorige).
 - 49-45: Guerra Civil (César contra Pompeu).
 - 48: Batalha de Farsália (vitória de César sobre Pompeu, que foge para o Egito, onde é assassinado).
 - 47: Batalha de Zela (Júlio César vence o filho de Mitridates, Fárnaces, rei do Bósforo).
 - 45: Vitória final de César (em Munda, Hispânia) sobre os seus rivais.
 - 44: Assassinato de Júlio César, que abre um novo período de guerra civil (entre os conspiradores e os apoiantes de César).
 - 43: Segundo Triunvirato (aliança entre Marco Antônio, Octaviano, sobrinho de César e seu filho adotivo, e Lépido).
 - 42: Derrota de Bruto e de Cássio (conspiradores da morte de César) nas batalhas gêmeas de Filipos, às mãos de Marco Antônio.
 - 31: Batalha naval de Áccio (Octaviano vence o rival Marco Antônio e a sua aliada Cleópatra).
 - 27: Início do regime imperial, com o Principado de Octávio Augusto.
 - 12-9: Conquista da Panónia por Tibério (enteado de Augusto) e campanhas bem sucedidas do seu irmão Druso na Germânia.

DEPOIS DE CRISTO:

- 9: Desastre de Varo em Teutoburgwald (os Germanos, chefiados por Armínio, massacram três legiões romanas, seis coortes de infantaria e três alas de cavalaria na sequência de uma emboscada preparada nesta floresta).
- 14: Morte de Augusto.
- 14-37: Início da dinastia dos Júlios-Cláudios, com o Principado de Tibério.
- 37-41: Principado de Calígula.
- 41-54: Principado de Cláudio.
- 43: Invasão da Bretanha, por Cláudio.
- 54-68: Principado de Nero.
- c. 56-58: Campanhas de Corbulão no Oriente (Arménia).
- 66-74: “Guerra Judaica” (rebelião na Judeia, contra o domínio romano).
- 67: Vespasiano recebe de Nero o comando da guerra na Judeia e subjuga a Galileia. Cerco e captura de Jotapata (com rendição de Flávio Josefo e sua defecção para o partido de Roma, ao serviço de quem escreverá páginas ímpares sobre a história militar romana desta época).
- 68-69: Guerra Civil, subsequente à morte de Nero (“Ano dos Quatro Imperadores”).
- 69-79: Início da dinastia dos Flávios, com o Principado de Vespasiano.
- 70: Cerco de Jerusalém (Tito captura a cidade santa, na sequência de um duro assédio minuciosamente descrito pelo escritor judeu Flávio Josefo, que acompanhava Tito).
- 79-81: Principado de Tito.
- 81-96: Principado de Domiciano.
- 96-98: Início da dinastia dos Antoninos, com o principado de Nerva.
- 98-117: Principado de Trajano (um dos últimos grandes conquistadores romanos).
- 101-102: Primeira guerra de Trajano na Dácia.
- 105-106: Segunda guerra de Trajano na Dácia.
- 113-117: Guerra de Trajano contra os Partos.
- 117-138: Principado de Adriano (o mais distinto de todos os imperadores romanos, sob cujo reinado foi erguida, na Bretanha, a célebre “Muralha de Adriano”, com 128 km de extensão).
- 138-161: Principado de Antonino Pio.
- 161-180: Principado de Marco Aurélio.
- 180-192: Principado de Cómodo. Agravamento das dificuldades internas do Império.
- 193-211: Principado de Septímio Severo (com importantes reformas na organização militar).
- 211-217: Principado de Caracala. A chamada “crise do século III” manifesta-se com toda a força durante as décadas que se seguem.

- 260-268: Principado de Galieno (com o claro reforço da cavalaria legionária, entre outras reformas militares).
- 270-275: Principado de Aureliano.
- 284-305: Principado de Diocleciano (com importantes reformas do sistema político e também a nível do recrutamento militar, do número de efectivos das legiões e da marinha).
- 285-286: Início da Diarquia Imperial (dois *Augustos* dividem entre si o poder, colaborando intimamente um com o outro: Diocleciano e Maximiano).
- 293: Início da Tetrarquia Imperial (aos dois *Augustos*, juntam-se agora dois *Césares*: Galero e Constâncio Cloro).
- 297-298: Sucessos de Diocleciano no Oriente (Egipto, Sarracenos e Persas).
- 298: Paz de Nisibe (imposta aos Persas, após a reconquista da Arménia e a chegada do exército romano ao Sul da Mesopotâmia).
- 305: Abdicação (prevista, nos termos da Tetrarquia Imperial) dos dois *Augustos*, Diocleciano e Maximiano.
- 306: Constantino junta-se a seu pai, Constâncio Cloro (que se tornara *Augusto*) na Bretanha. Morte de Constâncio Cloro. Os soldados aclamam Constantino (25 de Julho).
- 306: A guarnição de Roma, pelo seu lado, aclama Maxêncio (filho de Maximiano) imperador (28 de Outubro). O pai apoia-o e tenta retomar o poder.
- 308: Conferência de *Carnuntum*, com a participação de Diocleciano: o Império Romano passa para a autoridade (ou falta dela) de uma terceira e, depois, de uma quarta Tetrarquia Imperial. Mortes violentas e naturais e auto-proclamações fazem o número de *Augustos* e de *Césares* flutuar e mostram a falência do sistema criado por Diocleciano.
- 310: Suicídio de Maximiano (que se refugiara no Sul de França, perseguido por Constantino).
- 311: O poder imperial está dividido entre quatro “tetrarcas” que, em vez de colaborarem mutuamente, se digladiam entre si (Licínio e Maximino Daia disputam o Oriente, Constantino e Maxêncio, o Ocidente).
- 312: Batalha de Ponte Mílvia (Constantino derrota o seu principal rival, Maxêncio, que morre afogado durante a fuga).
- 312-324: Luta entre Constantino e o rival Licínio (que em 313 elimina Maximino Daia, em Adrianopla).
- 324: Batalha naval de Crisópolis (vitória decisiva de Constantino sobre Licínio, que se rende e acaba por ser enforcado).
- 324-337: Principado de Constantino I como imperador único e incontestado. Novas reformas militares (recrutamento, guarda imperial, mestres das milícias, política naval, etc.).
- 337: Morte de Constantino I e divisão do poder imperial entre os seus filhos: Constantino II (a Ocidente), Constante (África, Península Itálica e Ilíria) e Constâncio II (Oriente). Os três irmãos depressa entrarão numa guerra mortal entre si.

- 340: Constantino II é morto na guerra civil com Constâncio II.
- 355: Juliano (sobrinho de Constâncio II) é nomeado *César* para o governo do Ocidente.
- 357: Batalha de Estrasburgo (Juliano derrota os Alamanos).
- 358: Campanha de Juliano contra os Francos.
- 359: Os Persas atacam o Norte da Mesopotâmia. Cerco persa a Amida (junto ao rio Tigre). A praça é defendida por sete legiões romanas e socorrida pelo mestre das milícias, Ursicino, mas acaba por capitular.
- 360-361: O exército de Juliano proclama-o imperador de Roma. Morte de Constâncio II, que não teve sequer tempo de reagir à usurpação do sobrinho.
- 363: Campanha de Juliano, o *Apóstata*, na Pérsia (o imperador acaba por morrer durante esta ofensiva).
- 364: Morte do imperador Joviano (que, por escolha da guarda imperial, sucedera a Juliano). Valentiniano I e o seu irmão Valente partilham entre si o poder (o primeiro dominando a Ocidente, o segundo a Oriente).
- 364-365: Revoltas (Procópio, parente de Juliano, em Constantinopla e Niceia) e várias outras tentativas de golpe contra Valente.
- 367: A doença de Valentiniano I leva-o a associar ao trono o seu filho Graciano (367-383).
- 375: Morte de Valentiniano I, de apoplexia, quando recebia uma delegação de Quados com exigências extravagantes. Divisão do Império Romano do Ocidente pelos seus dois filhos: Graciano (367-383) e Valentiniano II (375-392), ambos associados ao poder com escassos anos de idade e que acabarão por fazer a transição entre a dinastia valentiniana e a dinastia teodosiana, graças a uma política de uniões.
- 378: Batalha de Adrianopla (derrota e morte do imperador Valente, às mãos dos Godos, chefiados por Fritigerno).
- 379-395: Principado de Teodósio I. Afirmação do Cristianismo como religião oficial do Império Romano.
- 394: Batalha do rio Frígido (Teodósio I vence Eugénio).
- 395: Morte de Teodósio I, com a divisão do Império Romano pelos seus dois filhos: o Ocidente para Honório (395-423), o Oriente para Arcádio (395-408). Porém, a Ocidente, o verdadeiro poder estava nas mãos de um Vândalo: Estilício; e, a Oriente, o poder evoluiu das mãos do eunuco Eutrópio (até 399) para as de um mestre das milícias godo, Gaina (399-400), para por fim fracassar nos braços da esposa de Arcádio, Eudóxia (400-404).
- 406: Na noite de 31 de Dezembro, a fronteira do Reno é rompida para sempre por Vândalos, Alanos e Suevos.
- 410: Tomada de Roma pelos Godos, liderados por Alarico.
- 429: Os Vândalos invadem a África.
- 451. Os Hunos, chefiados por Átila, são travados por Flávio Écio nos Campos Cataláunicos (região de Châlons-sur-Marne).

- 455: Saque de Roma pelos Vândalos.
- 469-478: Os Visigodos dominam a Hispânia.
- 476: Deposição do último imperador do Ocidente, Rômulo Augústulo (por Odoacro, rei dos Ostrogodos).

(Página deixada propositadamente em branco)

III. Bibliografia⁹

EDIÇÕES DE FONTES:

- ALMEIDA, Manuel Lopes de, *Crônicas de Rui de Pina*. Introdução e Revisão de M. L. de Almeida. Porto, Lello & Irmão Editores, 1977.
- BENNETT, Charles E., *Frontinus. Stratagemas. Aqueducts of Rome*. Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1997 (ed. orig.: 1925).
- CARVALHO, José Adriano de Freitas, *Gomes Eanes de Zurara. Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*. Nota de Apresentação de J. A. de F. Carvalho. Porto, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988 (reprod. fac-sim. da ed. da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792).
- COSTA, Joaquim, *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante D. Pedro*. 3.^a ed., com Introdução e Notas de J. Costa. Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1946.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida / NUNES, Eduardo Borges, *Ordenações Afonsinas*. Nota de Apresentação de M. J. A. Costa, Nota Textológica de E. B. Nunes. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, 5 vols. (reprod. fac-sim. da ed. da Real Imprensa da Universidade de Coimbra, 1792).
- DE MAN, Adriaan, *Vegécio, Tratado de Ciência Militar*. Tradução, Estudo Introdutório e Notas de Adriaan de Man. Lisboa, Sílabo, 2006.
- DIAS, João José Alves, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (livro da Cartuxa)*. Edição diplomática com Transcrição de João José Alves Dias, Introdução de A. H. de Oliveira Marques e J. J. Alves Dias e Revisão de A. H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues. Lisboa, Estampa, 1982.
- LANG, Carl, *Vegetii Epitoma Rei Militaris*. 2.^a ed., Leipzig, Teubner, 1885.
- LAPA, Manuel Rodrigues, *João de Barros. Panegíricos*. 2.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1943.
- MACIEL, M. Justino, *Vitrúvio. Tratado de Arquitectura*. Tradução do Latim, Introdução e Notas por M. Justino Maciel. Ilustrações de Thomas Noble Howe. Lisboa, Ist Press, 2006.
- MARTÍN, José Luis / COSTAS, Jenaro, *Frei Juan Gil de Zamora. De Preconiis Hispanie*. Zamora, 1996.
- MILNER, N. P., *Vegetius: Epitome of Military Science*. Translated with Notes and Introduction by N. P. Milner. 2.^a ed., revista, Liverpool University Press, 1996 (ed. orig.: 1993).
- ÖNNERFORS, Alf, *P. Flavii Vegeti Renati Epitoma rei militaris*. Estugarda, Teubner, 1995.

- PANIAGUA AGUILAR, David (ed.), *Flavio Vegecio Renato: Compendio de técnica militar*. Madrid, Ediciones Cátedra, 2006.
- PEREIRA, Francisco Maria Esteves, *Gomes Eanes de Zurara. Crónica da Tomada de Ceuta por D. João I*. Academia das Ciências de Lisboa, 1915.
- PERES, Damião, *Fernão Lopes. Crónica de D. Pedro I*. Introdução de Damião Peres. 2.^a ed., Porto, Civilização, 1977.
- PIEL, Joseph M., *D. Duarte. Leal Conselheiro*. Edição crítica e anotada. Lisboa, Bertrand, 1942.
- PIEL, Joseph M., *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram, o qual tornou em linguagem o Infante D. Pedro, duque de Coimbra*. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário. Universidade de Coimbra, 1948.
- PIEL, Joseph M., *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela que fez El-Rey Dom Eduarte*. Edição crítica. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- REEVE, M. D., *Vegetius, Epitoma Rei Militaris. Recognovit, Brevisque Adnotatione Critica Instruxit M. D. Reeve*. Oxford University Press (“Oxford Classical Texts”), Clarendon Press, 2004.
- SIRINELLI, Jean, *Plutarque, Vies Parallèles I*. Traduction par Robert Flacelière et Émile Chambry. Présentation par Jean Sirinelli. Paris, Robert Laffont, 2001.
- WALBANK, F. W., *Polybius, The Rise of the Roman Empire*. Translated by Ian Scott-Kilvert, selected with an Introduction by F. W. Walbank. London, Penguin Books, 1979.

ESTUDOS:

- ADCOCK, Franck E., *The Greek and Macedonian Art of War*. University of California Press, 1962.
- ALLMAND, Christopher, “The Fifteenth-Century English Versions of Vegetius’*De Re Militari*”; in Matthew Strickland (ed.) *Armies, Chivalry and Warfare in Medieval Britain and France*. Paul Watkins, Stamford, 1998 (pp. 30-45).
- ALLMAND, Christopher, “Did the *De Re Militari* of Vegetius influence the Military Ordinances of Charles the Bold?”; in *Publication du Centre Européen d’Études Bourguignonnes (XIV^e-XVI^e s.)*, n.º 41, 2001 (pp. 135-143).
- AMADO, Teresa, *Fernão Lopes – Contador de História*. Lisboa, Estampa, 1991.
- AMADO, Teresa, “Crónica de D. Pedro”; in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993 (pp. 182-184).
- BACHRACH, Bernard S., “The Practical Use of Vegetius’*De Re Militari* during the Early Middle Ages”; in *The Historian*, vol. XLVII, 1985 (pp. 239-255); reimpr. in *Warfare and Military Organization in Pre-Crusade Europe*, Ashgate, Variorum, 2002 (I).
- BANDEIRA, Luís Stubbs Saldanha Monteiro, *Glossário Armeiro (Séculos XI a XIX)*. Fundação Casa de Bragança, 1993.
- BARBOSA, Pedro Gomes, *Conquista de Lisboa – 1147. A Cidade Reconquistada aos Mouros*. Lisboa, Tribuna da História, 2004.

- BARBOSA, Pedro Gomes, “O exército romano no Baixo Império: o fim da infantaria pesada?”; in *A Guerra na Antiguidade*, coord. de António Ramos dos Santos e José Varandas. Lisboa, Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006 (pp. 161-175).
- BARROCA, Mário Jorge / MONTEIRO, João Gouveia / FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*. Catálogo da Exposição, Câmara Municipal de Palmela, 2000.
- BARROCA, Mário Jorge, “Da Reconquista a D. Dinis”; in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de M. Themudo Barata e N. Severiano Teixeira, vol. 1 (coord. de José Mattoso, autoria de M. J. Barroca, L. M. Duarte e J. G. Monteiro). Lisboa, Círculo de Leitores, 2003 (pp. 21-161).
- BLATT, Franz, *Précis de Syntaxe Latine*. Paris-Lyon, Les Langues du Monde, vol. VIII, 1952.
- BRADFORD, Ernle, *Aníbal: um desafio aos romanos*. São Paulo, Ars Poética, 1992.
- BRIZZI, Giovanni, *Le guerrier de l'Antiquité Classique. De l'hoplite au légionnaire*. Trad. franc. (de Yann Le Bohec), Éditions du Rocher, 2004.
- CALADO, Adelino de Almeida, “A data da tradução do *De Officiis* pelo Infante D. Pedro”; in *Aveiro/Letras*, n.º 12, 1995 (pp. 117-207).
- CHEVALLIER, R., *Les Voies Romaines*. Paris, Armand Colin, 1972.
- CONNOLY, Peter, “The Early Roman Army”; in Sir John Hackett (ed.), *Warfare in the Ancient World*, New York-Oxford-Sidney, Facts on File, 1989 (pp. 136-148).
- CONTAMINE, Philippe, *La Guerre au Moyen Age*. 2.ª ed., Paris, P.U.F., 1986.
- CORNELL, T. J., *The Beginnings of Rome*. London, Routledge, 1995 (reimpr. 1997).
- FEUGÈRE, M., *Weapons of the Romans*. Trad. ingl. (de David G. Smith), Charleston, Tempus Publishing Inc., 2002 (ed. orig.: Paris, Errance, 1993).
- FORSYTHE, Gary, *A Critical History of Early Europe*. Berkeley-Los Angeles, 2005.
- FRANCE, John, *Western Warfare in the Age of the Crusades (1000-1300)*. Ithaca, New York, Cornell University Press, 1999.
- GAIER, Claude, “Bibliographie. Dire et faire la guerre au Moyen Âge”; in *Le Moyen Age. Revue d'Histoire et de Philologie*, Tome CXII, n.º 3-4, 2006 (pp. 643-655).
- GARCÍA FITZ, Francisco, “La didáctica militar en la literatura castellana (segunda mitad del siglo XIII y primera del XIV)”; in *Anuario de Estudios Medievales*, n.º 19, 1989 (pp. 271-283).
- GARCÍA FITZ, Francisco, *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y Tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Universidad de Sevilla, 1998.
- GARCÍA FITZ, Francisco, *Las Navas de Tolosa*. Barcelona, Ariel, 2005.
- GILLINGHAM, John, “‘Up with Orthodoxy!’: in Defense of Vegetian Warfare”; in *Journal of Medieval Military History*, vol. II, 2004 (pp. 149-158).
- GOFFART, Walter, “The date and purpose of Vegetius’ ‘De re militari’”; in *Traditio*, vol. 33, 1977 (pp. 65-100); reimpr. in *Rome’s Fall and After*, London, 1989 (pp. 45-80).
- GOLDSWORTHY, Adrian Keith. *The Roman Army at War, 100 BC – AD 200*. Oxford, Clarendon Press, 1998.
- GOLDSWORTHY, Adrian, *Cannae*. London, Cassell & Co., 2001.
- GOLDSWORTHY, Adrian, *Generais Romanos. Os homens que construíram o Império Romano*. Trad. port. (de Carlos Fabião), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007 (ed. orig.: 2003).

- GOLDSWORTHY, Adrian, *Roman Warfare*. London, Cassell, 2007b (ed. orig.: 2000).
- GOMES, Rita Costa, “Rui de Pina”, “Virtuosa Benfeitoria” e “Zurara, Gomes Eanes de”; in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1993 (pp. 597-598, 681-683 e 687-690, respectivamente).
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 37 vols. (s.d.).
- HANSON, Victor Davis, *The Western Way of War. Infantry Battle in Classical Greece*. Berkeley-Los Angeles-London, University of California Press, 2000 (ed. orig: 1989).
- HOFFMEYER, Ada Bruhn de, “Las Armas en la historia de la Reconquista”; in *Gladius*, Tomo Especial, 1988 (pp. 31-105).
- ISAAC, B., “Luttwak’s ‘Grand Strategy’ and the Eastern Frontier of the Roman Empire”; in *Eastern Frontier of the Roman Empire*, 1989 (pp. 231-234).
- KEEGAN, John, *O Rosto da Batalha*. Trad. port. (de José Vieira de Lima), Lisboa, Fragmentos, 1987 (ed. orig: *The Face of Battle*, London, 1976).
- KEPPIE, Lawrence, *The Making of the Roman Army. From Republic to Empire*. London, Batsford, 1984.
- KELLY, Christopher, *The Roman Empire. A very short introduction*. Oxford University Press, 2006.
- LAZENBY, J. F., *The First Punic War. A Military History*. Stanford University Press, 1996.
- LE BOHEC, Yann, *L’Armée Romaine sous le Haut-Empire*. 3.^a ed., revista e aumentada, Paris, Picard, 2002.
- LE BOHEC, Yann, *L’Armée Romaine sous le Bas-Empire*. Paris, Picard, 2006.
- LE ROUX, Pierre, *L’armée romaine et l’organisation des provinces ibériques*. Paris, 1982.
- LESTER, Geoffrey, *The Earliest English Translation of Vegetius’ De Re Militari*. Edited from Oxford MS Bodl. Douce 291. Heidelberg, 1988.
- LUTTWAK, Edward N., *The Grand Strategy of the Roman Empire. From the First Century A.D. to the Third*. Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press, 1979 (ed. orig.: 1976).
- MARSDEN, E. W., *Greek and Roman artillery. Historical Development*. Oxford, 1969.
- MATHIEU, Franck, «L’Armement des guerriers gaulois, au III^e siècle av. J.-C.»; in *Histoire Antique*, n.º 28, Nov.-Déc. 2006 (pp. 38-43).
- MATTOSO, José, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa, Estampa, 1985 (2 vols.).
- MONTEIRO, João Gouveia, “Orientações da cultura da corte na 1.^a metade do séc. XV”; in *Vértice*, II Série, n.º 5, 1988 (pp. 89-103).
- MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa, Editorial Notícias, 1998.
- MORILLO, Stephen, “Battle Seeking: The Contexts and Limits of Vegetian Strategy”; in *Journal of Medieval Military History*, vol. I, 2002 (pp. 21-41).

- NASCIMENTO, Aires A., "As Livrarias dos Príncipes de Avis"; in *Biblos*, vol. LXIX, Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro, 1993 (pp. 265-287).
- ORTOLEVA, Vincenzo, "A propósito di una recente edizione dell'*Epitoma Rei Militaris* di Vegezio"; in *Emerita*, Revista de Lingüística y Filología Clásica (EM), vol. LXXIV 1, enero-junio de 2006 (pp. 47-75).
- PINHO, Sebastião Tavares de, "O Infante D. Pedro e a 'Escola' de Tradutores da Corte de Avis"; in *Biblos*, vol. LXIX, Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro, 1993 (pp. 129-153).
- REBELO, Luís de Sousa, *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Lisboa, Horizonte, 1983.
- REDDÉ, Michel, *Mare nostrum*. Paris e Roma, 1986.
- REEVE, M. D., "Editorial Opportunities and Obligations"; in *RFIC*, n.º 123, 1995 (pp. 479-499).
- REEVE, Michael D., "The Transmission of Vegetius's *Epitome rei militaris*"; in *Aevum*, n.º 74, 2000 (pp. 243-354).
- RICHARDOT, Philippe, *Végèce et la Culture Militaire au Moyen Âge (V^e-XV^e siècles)*. Paris, Economica, 1998.
- RICHARDOT, Philippe, *La fin de l'armée romaine (284-476)*. Paris, Economica, 2002.
- RIHLL, Tracey, *The Catapult. A History*. Yardley, Westholme Publishing, 2007.
- ROCHA PEREIRA, Maria Helena da, "Helenismos no *Livro da Virtuosa Benfeitoria*"; in *Biblos*, vol. LVII, 1981 (pp. 313-355).
- ROCHA PEREIRA, Maria Helena da, *Estudos de História da Cultura Clássica. II Volume, Cultura Romana*. 4.ª edição, revista e actualizada, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009 (ed. orig.: 1984).
- ROCHA PEREIRA, Maria Helena da, *Romana. Antologia da Cultura latina*. 5.ª edição, Porto, Asa, 2005 (ed. orig.: 1976).
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, Julio, *Diccionario de Batallas de la Historia de Roma (753 a.C.- 476 d.C.)*. Madrid, Signifer, 2005.
- ROGERS, Clifford J., "The Vegetian 'Science of Warfare' in the Middle Ages"; in *Journal of Medieval Military History*, vol. I, 2002 (pp. 1-19).
- ROSSI, Lino, *Trajan's Column and the Dacian Wars*. Trad. ingl. (de J. M. C. Toynbee), London, Thames and Hudson, 1971.
- RUSSELL, Peter, *Traducciones y Traductores en la Península Ibérica (1400-1500)*. Universidad Autónoma de Barcelona, Belaterra, 1985.
- RUSSELL, P. E., "The Medieval Castilian Translation of Vegetius, *Epitoma de rei militaris*: An Introduction"; in *Spain and its Literature. Essays in Memory of E. Allison Peers. Part I: From the Middle Ages to the Siglo de Oro*, ed. Anne L. Mackenzie, Liverpool University Press & MHRA, 1997 (pp. 49-63).
- RUSSELL, Peter, "Terá havido uma tradução medieval portuguesa do *Epitome rei militaris* de Vegécio?"; in *EVPHROSYNE*, Revista de Filologia Clássica, Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Lisboa, Nova Série, Volume XXIX, Lisboa, 2001 (pp. 247-256).

- SABIN, Philip, "The face of Roman Battle"; in *The Journal of Roman Studies*, vol. 90, 2000 (pp. 1-17).
- SANT'ANNA, Henrique Modanez de, "Tradição militar ocidental clássica: a manobra envolvente nas batalhas de Gaugamela e Zama"; in *Cadernos de Estudos Estratégicos*, Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro), n.º 4, Julho de 2006 (pp. 11-20).
- SCHENK, Dankfrid, "Flavius Vegetius Rhenanus: Die Quellen der *Epitoma rei militaris*"; in *Klio*, Beiträge zur alten Geschichte XXII (N.F. IX), Leipzig, 1930 (reimpr. Nuremberg, 1963).
- SCHÖNER, C., *Studien zu Vegetius*. Erlangen, Junge & Sohn, 1888.
- SCHRADER, C. R., "A Handlist of Extant Manuscripts containing the *De Re Militari* of Flavius Vegetius Rhenanus"; in *Scriptorium*, n.º 33, 1979 (pp. 280-305).
- SCULLARD, H. H., *The Elephant in the Greek and Roman World*. Cambridge, Thames and Hudson, 1974.
- SIMÕES, Manuel, "Duarte, Dom"; in Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani (org.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho, 1993 (pp. 222-223).
- SNODGRASS, A. M., *Arms and Armour of the Greeks*. London-Southampton, Thames and Hudson, 1967.
- VARANDAS, José, "O punho dos deuses. Maquinaria de cerco greco-romana (século IV a.C.-século IV d.C.)"; in *A Guerra na Antiguidade*, coord. de António Ramos dos Santos e José Varandas. Lisboa, Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006 (pp. 125-159).
- WEBSTER, Leslie / BROWN, Michelle (ed.), *The transformation of the Roman World*, vol. I. Leiden, 1997.
- WEBSTER, Leslie / BROWN, Michelle (ed.), *The transformation of the Roman World*, A.D. 400-900. London, British Museum Press, 1997a.
- WISMAN, Josette A., «L'*Epitoma Rei militaris* et sa fortune au Moyen Age»; in *Le Moyen Age*, Tome LXXXV, n.º 1, 1979 (pp. 13-31).
- YOURCENAR, Marguerite, *Memórias de Adriano*. Trad. port. (de Maria Lamas), Lisboa, Ulisseia, 2005 (ed. orig.: Paris, Gallimard, 1974).
- ZIENKIEWICZ, David, *Roman Legion*. National Museum of Wales & The Ermine Street Guard, 1994.

IV. Notas dos Anexos

1 - Dada a circunstância de o compêndio de Vegécio já comportar quatro índices detalhados (um por cada livro) e uma vez que os capítulos do tratado são, regra geral, bastante pequenos, pensámos que seria mais útil ao leitor dispor, em vez de um índice remissivo tradicional, de um índice construído através de desdobramentos temáticos (acompanhados, nas áreas mais relevantes – “batalhas”, “chefes militares”, “escritores”, etc. – por curtos apontamentos, em jeito de mini-dicionário). Para além disso, e salvo indicação em contrário, este índice remete não só para o tratado de Vegécio mas também para o conteúdo dos 300 Comentários e Notas.

2 - Nas duas rubricas sobre “Chefes militares” (exército romano/outros exércitos) incluíram-se apenas as personagens que, no texto de Vegécio ou nos Comentários e Notas, aparecem destacadas em acções militares concretas (ou são nitidamente associadas a relevantes chefias militares operacionais).

3 - Não incluímos no rol de “escritores” que seguidamente apresentamos os autores de tratados técnicos citados nos Comentários e Notas, em especial na nota 244 (Livro IV, cap. XXII), nem tão-pouco o cronista medieval castelhano Pero López de Ayala (1332-1407, citado no Livro III, cap. XXI, nota 204). A nossa preocupação consistiu sobretudo em destacar as principais fontes literárias clássicas (pagãs ou cristãs) para o estudo do exército romano.

4 - Consideraremos aqui apenas os casos dos quatro imperadores referidos nos Comentários e Notas como sendo autores de reformas militares significativas posteriores a Augusto (27 a.C.-14 d.C., o imperador que lançou as bases do exército imperial romano e que, por isso, está omnipresente no nosso estudo).

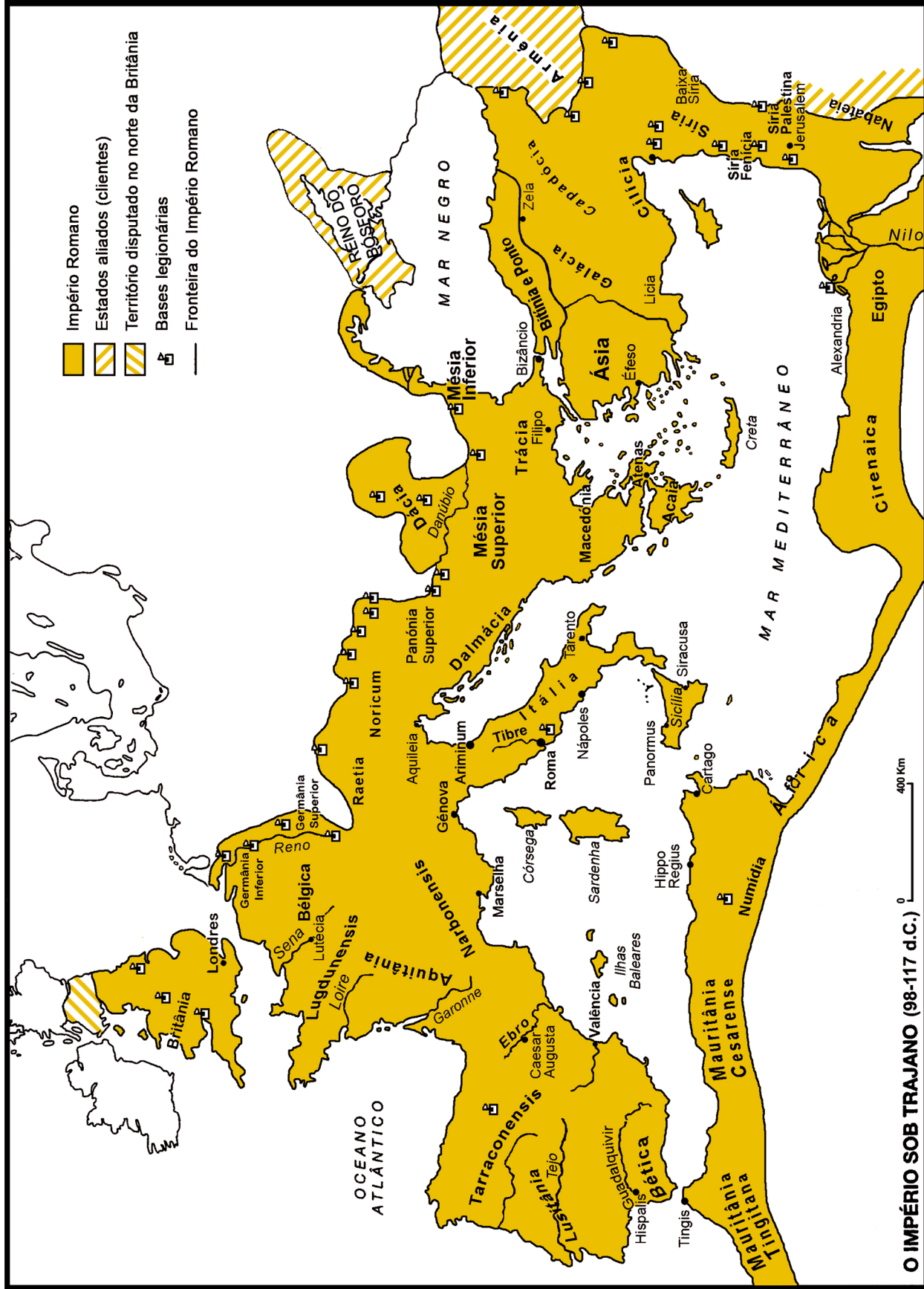
5 - No Livro II, cap. VII, Vegécio alude também, a propósito da etimologia de “tribuno”, à palavra “tribo”, explicando que o tribuno “comanda os soldados que Rómulo foi o primeiro a escolher de entre as tribos” (*i.e.*, segundo a tradição, as três tribos originais – *Ramnes*, *Tities* e *Luceres* – de cuja fusão resultou a primitiva Roma).

6 - Excepcionalmente, substituímos nesta entrada a ordem alfabética por uma ordem lógica sequencial, que vai desde a tomada de decisão, pelo general, sobre dar ou evitar a batalha até à forma de lidar com o resultado final da mesma, passando pela disposição das linhas e pelas várias maneiras de dar combate.

7 - Não se pretendeu elaborar uma cronologia exaustiva (nem isso faria sentido num trabalho desta natureza), mas apenas arrolar os acontecimentos político-militares mais importantes para a compreensão do texto de Vegécio e dos 300 Comentários e Notas que acompanham esta tradução portuguesa. Salvaguardou-se a existência de um fio condutor para melhor consulta desta Cronologia e teve-se em especial consideração o período correspondente à segunda metade do século IV d.C. e primeiras décadas da centúria seguinte, durante o qual Vegécio terá composto o seu tratado.

8 - Optou-se por principiar em 490 a.C. por ser esta a data do acontecimento militar mais antigo referido nos Comentários e Notas (Batalha de Maratona); mas poder-se-ia igualmente ter começado um século mais tarde, com o Cerco do Capitólio (o evento militar concreto mais antigo mencionado no tratado de Vegécio). Já a data de 476 d.C. foi escolhida dado tratar-se do momento da deposição de Rómulo Augústulo, tradicionalmente considerado o último imperador romano do Ocidente.

9 - Arrolam-se apenas as obras citadas de forma simplificada no Estudo Introdutório, nos Comentários e Notas e no Índice Temático.



O IMPÉRIO SOB TRAJANO (98-117 d.C.)

I
U

